

ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATEMÁTICA DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Valdir Alves, TIDE, FECILCAM, Matemática, profvaldir@gmail.com

Resumo: As Diretrizes Curriculares de Matemática para a educação básica que chegam às escolas como documento oficial a partir de 2006. As diretrizes solicitam dos professores o engajamento na contínua reflexão sobre este documento. Assim serão analisadas e verificadas a dimensão histórica da disciplina, os fundamentos teórico-metodológicos, os conteúdos estruturantes, o encaminhamento metodológico, a avaliação e a bibliografia que constituem as diretrizes. Será aplicados questionários e feitas discussões com o grupo de professores de Matemática que compõem o PROGRAMA de Formação continuada da FECILCAM.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares; Análise; Reflexão;

Introdução

As Diretrizes Curriculares do Paraná, colocadas em prática a partir de 2006 em todas as escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, constituída de uma abordagem sobre a dimensão histórica, com ênfase na problematização das relações entre a(s) ciência(s) de referência e a disciplina escolar, os percursos no âmbito escolar, destacando-se os mais recentes indicativos que marcaram a história do componente curricular, a saber, o Currículo Básico, a Proposta de Reformulação do 2º grau e os Parâmetros Curriculares Nacionais. (PARANÁ, 2006)

Nessas Diretrizes, é necessário discutir a História da Ciência e, em particular, a História da Matemática como objeto de estudo que contempla as várias dimensões da Matemática. Por meio dessa História, é possível a compreensão da Ciência Matemática desde a sua origem, bem como verificar como a disciplina de Matemática tem se configurado no currículo escolar brasileiro.

A História da Matemática constitui um dos capítulos mais interessantes do conhecimento. Permite compreender a origem das idéias que deram forma à nossa cultura e observar também os aspectos humanos do seu desenvolvimento, visualizando os homens que criaram essas idéias e estudar as circunstâncias em que elas se desenvolveram. (FARAGO, 2003).

O conhecimento desta história é um valioso instrumento para o ensino/aprendizado da própria matemática, proporcionando o entendimento de cada conceito introduzido nesta ciência.

Uma das justificativas da importância do estudo da História de Matemática para melhor entendermos as crenças de estudantes e professores de Matemática, segundo Silva (2001, p.133), segue as funções:

- Satisfaz a desejo de muitos de nós de sabermos como as coisas em Matemática se originaram e se desenvolveram;
- O estudo de autores clássicos pode oferecer uma grande satisfação em si mesmo, mas também pode ser um auxiliar no ensino e na pesquisa;
- Ajuda a entender nossa herança cultural, não somente através das aplicações que a Matemática teve e ainda tem na Astronomia, na Física e em outras ciências, mas também devido às relações com campos variados como a Arte, a Religião, a Filosofia e as técnicas artesanais;
- Proporciona um campo onde o especialista em Matemática e os de outros campos da ciência podem encontrar interesse comum;
- Oferece um pano de fundo para a compreensão das tendências em Educação Matemática no passado e no presente;
- Podemos ilustrar com historietas o seu ensino, para torná-lo mais interessante.

Através da história da matemática percebe-se que as teorias que hoje aparecem acabadas e elegantes resultaram sempre de desafios que os matemáticos enfrentaram, que foram desenvolvidas com grande esforço e, quase sempre, numa ordem bem diferente daquela em que são apresentadas após todo o processo de descoberta. (FARAGO, 2003).

Outro fator a ser considerado é a valorização do trabalho docente, o que significa dotar os professores de perspectivas de análise, que os ajudem a compreender os contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais nos quais se dá sua atividade docente.

O desenvolvimento profissional dos professores tem sido objetivo de propostas educacionais que valorizam uma formação de docentes não mais baseada na racionalidade técnica, (...) mas numa perspectiva que reconhece sua capacidade de decidir (...). Assim, as transformações das práticas docentes só se efetivam à medida que o professor amplia sua consciência sobre a sua prática de sala de aula, a que pressupõe os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade (PIMENTA, 2005a, p.264)

“A educação é um processo de humanização, ou seja, é processo pelo qual se possibilita que os seres humanos se insiram na sociedade humana, historicamente construída e em construção (...). A tarefa da educação é inserir as crianças e os jovens tanto no avanço civilizatório, para que dele usufruam, como na problemática do mundo de hoje, por intermédio da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidades e de atitudes”. (PIMENTA, 2005a, p.97)

A reflexão é outro ponto de destaque na prática pedagógica, pois envolve as atividades do cotidiano escolar que solicitam que alunos e professores se voltem sobre suas próprias ações, individualmente e em grupo, para compreendê-las, analisá-las e criticá-las.(BICUDO,1999, p.41)
“ As transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a da escola como um todo.”(PIMENTA, 2005b, p.7)

Portanto, valorizar o trabalho do professor significa dotá-lo de perspectivas de análise que os ajudem a compreender os contextos históricos/sociais/culturais/organizacionais nos quais se dá sua atividade docente.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, será utilizado as Diretrizes Curriculares de Matemática como mediadora e textos correlatos para estudos, análise e discussões.

Serão desenvolvidas reuniões mensais com os professores da rede Estadual que compõem o PROGRAMA de Formação Continuada da FECILCAM na área de Matemática e reuniões mensais com os professores das licenciaturas envolvidos no PROGRAMA. Nessas reuniões serão discutidas as Diretrizes Curriculares e textos correlatos visando seu entendimento e sua aplicação em sala de aula.

Como pontos de partida foram feitos estudos das Diretrizes Curriculares, abordando a Dimensão Histórica da disciplina de Matemática, Fundamentos Teóricos – Metodológicos e História da Educação no Brasil. Essas reuniões aconteceram na FECILCAM, com o grupo de professores da rede Estadual de Campo Mourão.

Foram realizados até o momento quatro encontros, no início o grupo estava um pouco tímido, porém nos últimos encontros a maioria já estava participando ativamente. A pedagoga Margareth Calvi está participando no nosso grupo, contribuindo muito no debate, encaminhamento e questionamentos. Verificou-se que a maioria embora já conhecesse as diretrizes não apresentavam embasamento teórico para discutir tópicos de forma aprofundada.

Alem disso foram estudados e discutidos com o grupo de Licenciaturas (Letras, Matemática, Geografia e Pedagogia) textos correlatos. Nesse grupo participam os professores da FECILCAM e equipe Pedagógica do Núcleo Regional de Ensino que estão envolvidos no PROGRAMA Formação Continuada, textos que vão dando suporte teórico e metodológico para o bom andamento da proposta.

A análise do presente trabalho até o momento é que a maioria não tem conhecimento aprofundado das diretrizes, e em relação aos temas abordados , Dimensão Histórica da disciplina de Matemática, Fundamentos Teóricos – Metodológicos e História da Educação no Brasil,

verificou-se a falta de leitura e a dificuldade de associá-la com a realidade praticada em sala de aula.

Esse projeto tem duração de um ano e ao término pretende-se realizar discussões e análises das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná na disciplina de Matemática, verificando a sua aceitação, aplicação e conhecimento das políticas educacionais inseridas nas diretrizes pelos professores da disciplina.

Referências

BICUDO, Maria A.V. Filosofia da Educação Matemática: um enfoque fenomenológico. In : Maria A.V.(Org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999. p.21-43.

FARAGO, Jorge L. **Do ensino da história da matemática à sua contextualização para uma aprendizagem significativa**. Dissertação de Mestrado, UFSC- Florianópolis, 2003.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação Básica**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2006.

PIMENTA, Selma G; ANASTASION, Lea das Graças C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2005a.

PIMENTA, Selma G. (Org.), textos de Edson Nascimento Campos...[et.al.]. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005b.

SILVA, Circe M. S. A História da Matemática e os cursos de formação de professores. In. CURY, Helena N.(Org.). **Formação de Professores de Matemática** uma visão multifacetada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.p.129-165.

APLICAÇÃO DE UM MODELO MATEMÁTICO PARA SOLUCIONAR UM PROBLEMA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Me. Gislaine Aparecida Pericaro, TIDE, Matemática, FECILCAM,
gpericaro@gmail.com

Resumo: O problema referente à escolha do local ideal para instalar uma atividade econômica faz parte do planejamento estratégico de toda empresa, seja ela pública ou privada. Antes de decidir onde construir a facilidade deve-se identificar os melhores locais que servem de alternativa para essa decisão, dentro das especificações do tipo de atividade que se pretende desenvolver. A presente comunicação tem por objetivo apresentar o processo de construção de um modelo matemático que auxilie na tomada de decisão referente à escolha da localização de uma

agroindústria de aves, com o objetivo de minimizar os custos de transportes associados ao processo de produção.

Palavras-chave: Agroindústria de Aves; Localização Industrial; Programação Matemática.

Introdução

O estudo de problemas econômicos relacionados com a escolha da localização de uma atividade econômica é relativamente recente. Azzoni (1982) destaca que os primeiros passos foram voltados para o estudo da localização agrícola, no início do século XIX e foi após a virada desse século que surgiu o primeiro modelo que tratava da questão da localização de atividades industriais. Segundo Azzoni (1981) já por volta de 1950 havia um número de obras que marcava a presença definitiva desse assunto como ramo da Teoria Econômica.

Porém, Azzoni (1982) ressalta ainda que o modelo seminal da Teoria da Localização é aquele devido a Alfred Weber, em seu trabalho de 1909, publicado em 1926, intitulado "*Theory of location of industries*", que tratava da localização de atividades industriais, apresentando uma teoria geral e abstrata para a localização de uma firma individualmente. Segundo Lopes e Caixeta Filho (2000), Weber considerou em seus estudos uma área onde existia somente um mercado consumidor e duas regiões fornecedoras de matéria-prima, localizadas em dois pontos distintos. As forças de atração foram representadas pelo custo de transporte, sendo que o equilíbrio de tais forças determinava a localização da atividade industrial. Esses três pontos, as duas fontes de matéria-prima e um único centro consumidor, constituíam o chamado triângulo locacional. "A localização ótima para Weber é aquela que proporciona o menor custo de produção possível, sendo o fator transporte o aspecto primordial desses custos" (Azzoni, 1982).

Pode-se perceber uma relação entre a teoria de Weber e o problema da localização de uma agroindústria de aves, uma vez que existem cinco categorias de transporte associadas ao processo de produção das aves, a saber: transporte dos pintainhos dos matrizeiros até os aviários; transporte da ração que é levada da fábrica de rações localizada junto ao abatedouro até os aviários; transporte referente à assistência técnica; transporte de retirada das aves dos aviários com destino ao abatedouro; e transporte do produto finalizado até o porto de Paranaguá-PR (nesse estudo considera-se somente o mercado consumidor externo, pois a exportação é o principal objetivo da empresa considerada).

Entre as categorias de transporte citadas acima, a única que não é de responsabilidade da empresa é a do transporte de pintainhos, já que esta paga um determinado valor por pintainho entregue diretamente na

propriedade rural dos produtores integrados, responsáveis pela criação das aves até que estejam prontas para o abate. Porém, existe um custo de transporte dos pintainhos por quilômetro rodado e assim, quanto mais distante o aviário estiver do fornecedor, maior será o custo do pintainho para a empresa. Para o cálculo dos custos de transporte para cada uma das categorias deve-se considerar fatores importantes como o peso da carga, o número de viagens necessárias, a distância entre o aviário e a agroindústria, a distância entre o fornecedor de pintainhos e os produtores integrados e os custos de combustível e pedágio.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é apresentar um modelo matemático que auxilie na tomada de decisão referente à escolha da localização de uma agroindústria de aves, minimizando os custos de transportes associados a essa atividade econômica, determinando também as cidades onde devem ser instalados os aviários necessários no primeiro ano de produção da empresa. A partir desse modelo matemático são realizados testes com o objetivo de verificar qual categoria de transporte acarreta maior custo para a empresa, bem como a análise da influência dos custos de pedágio nessa tomada de decisão.

A Pesquisa Operacional e a tomada de decisões

Desde seu surgimento a Pesquisa Operacional (PO) se caracteriza “pelo uso de técnicas e métodos científicos qualitativos por equipes interdisciplinares, no esforço de determinar a melhor localização de recursos limitados e para programação otimizada das operações de uma empresa” (Andrade, 2000). Outra característica importante da PO é a utilização de modelos que “são representações simplificadas da realidade que preservam, para determinadas situações e enfoques, uma equivalência adequada” (Goldberg e Luna, 2005). Esses modelos permitem que experimentos sejam feitos, e dessa forma uma decisão pode ser melhor avaliada e testada antes de ser implementada.

Os principais modelos de PO são denominados de Programação Matemática, uma ferramenta muito útil no processo de tomada de decisão permitindo a modelagem de inter-relações entre variáveis quantificadas que dificilmente seriam visíveis de forma intuitiva. Pesquisadores da área de Pesquisa Operacional têm desenvolvido muitos modelos de Programação Matemática que representam os problemas de localização e muitos desses problemas requerem uma formulação em programação inteira, onde as variáveis são condicionadas a assumirem somente valores discretos, o que dificulta a resolução quando o número de variáveis é muito grande. O modelo proposto nesse trabalho se enquadra nessa subárea da Programação Matemática.

O problema da localização de uma atividade econômica pode muitas vezes ser formulado como um problema de minimização dos custos

de transporte, sujeito a satisfazer o suprimento global e os requisitos da demanda. Neste caso, pode ser útil o método de transporte da programação linear.

A escolha do local ideal para se instalar uma empresa pode ser feita também sob parâmetros qualitativos e não somente quantitativos. No problema abordado nesse trabalho optou-se por utilizar apenas parâmetros quantitativos, sendo esses os custos de transporte associados ao processo de produção das aves que envolvem a proximidade ao fornecedor de matéria-prima, nesse caso tanto o fornecedor de pintainhos quanto os produtores integrados, e também a proximidade ao mercado consumidor. Como a empresa em questão trabalhará com objetivo de exportação, então considera-se apenas o mercado consumidor externo levando em consideração a proximidade ao porto, uma vez que os custos com transporte até este é de responsabilidade da empresa.

Modelo Matemático de Localização da Empresa

Este trabalho propõe um estudo acerca do processo de tomada de decisão referente à escolha da localização da empresa Frangobras Indústria e Comércio de Carnes e Derivados Ltda. Esta empresa tem por objetivo o abate de aves e preparo de produtos de carne e subprodutos, compreendendo desde a produção integrada do frango à sua industrialização e comercialização, no mercado interno e principalmente para exportação. São levados em consideração os diferentes tipos de transporte associados ao processo de produção das aves, sendo realizada uma comparação entre os custos acarretados por estes. Sendo assim, este trabalho propõe que a decisão da localização da empresa seja tomada com base na análise desses custos de transporte.

O modelo matemático de localização da empresa que será apresentado nessa comunicação foi programado no *software* Lingo, uma ferramenta computacional para modelagem e resolução de problemas lineares e não lineares de otimização. Para analisar os resultados, inicialmente foram realizadas algumas simulações, variando alguns dados de entrada, com o objetivo de verificar a funcionalidade do modelo. Em seguida foram realizados testes com a finalidade de analisar separadamente cada uma das categorias de transporte. O problema apresentou 387 variáveis inteiras, sendo 198 binárias e 785 restrições. O método de resolução foi o *Branch-and-Bound*.

Pôde-se perceber com os vários testes realizados que entre as nove cidades consideradas como alternativas para a localização da empresa, a que apresentou o menor custo de transporte foi Campo Mourão – PR.

Considerações finais

Com a realização desse trabalho pôde-se perceber a importância do desenvolvimento de ferramentas que auxiliam na tomada de decisão

referente à escolha da localização de atividades econômicas, pois essa escolha refletirá no desempenho da empresa e conseqüentemente em seus lucros. O modelo matemático desenvolvido se revelou uma boa ferramenta de auxílio à tomada de decisão da localização da empresa em estudo. Os resultados obtidos mostram que se o fator considerado pela empresa fosse a minimização dos custos de transporte, Campo Mourão seria a cidade escolhida, o que coincide com a decisão tomada pela empresa, apesar de esta ter tomado a decisão baseada no fato de que a região de Campo Mourão tem forte aptidão dos produtores rurais para a implantação de aviários no sistema de integração, onde ainda não existem aviários favorecendo as condições sanitárias exigidas pela mesma.

Constatou-se também que os custos com pedágio influenciam muito na decisão, já que a ausência desses custos acarreta uma redução de 26,67% sobre os custos totais de transporte dentro do horizonte de planejamento, comparado com o valor obtido quando consideram-se as rodovias pedagiadas.

Nessa comunicação será apresentado o modelo matemático detalhadamente, bem como o processo de modelagem e os significados da função objetivo e restrições envolvidas.

Referências

- ANDRADE, E.L. de. **Introdução à Pesquisa Operacional**: métodos e modelos para a análise de decisões. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- AZZONI, C.R. **Teoria da Localização**: uma análise crítica. São Paulo: IPE-USP, 1982.
- AZZONI, C.R. **Incentivos Municipais e Localização Industrial no Estado de São Paulo**. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- GOLDBARG, M.C.; LUNA, H.P.L. **Otimização Combinatória e Programação Linear**: modelos e algoritmos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LOPES, R.L.; CAIXETA FILHO, J.V. Suinocultura no Estado de Goiás: aplicação de um modelo de localização. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 213-232, 2000.

APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DA PESQUISA OPERACIONAL PARA DETERMINAR CARTEIRA DE VENDEDORES E OTIMIZAR ROTAS DE ATENDIMENTO.

João Vicente Santos Romero, PIC, Fundação Araucária, Matemática, FECILCAM, romero_math@hotmail.com

Me. Amauri Jersi Ceolim, orientador, Matemática, FECILCAM, aceolim@brturbo.com.br

Me. Adriano Vitor, co-orientador, Matemática, FECILCAM, tatavictormat@gmail.com

Resumo: Este Trabalho tem por finalidade elaborar, com o auxílio da pesquisa operacional, rotas de atendimento para o setor de vendas da Fertimourão. Para isto, foi realizada uma pesquisa de campo utilizando-se um GPS, para aquisição de um banco de dados contendo as coordenadas geográficas dos clientes, bem como a malha viária da região. Após a coleta de dados, foram estudadas e serão aplicadas, a Heurística de Clarke and Wright, a Heurística 2-Opt e ainda uma variação do modelo exato.

Palavras-chave: Pesquisa Operacional; Problemas de Roteamento; Variações Heurísticas.

Para a elaboração das rotas de atendimento do setor de vendas da Fertimourão, realizou-se uma coleta de dados, por meio de um GPS, das coordenadas geográficas dos clientes e da malha viária que liga os mesmos. Posteriormente, fez-se um estudo bibliográfico sobre os problemas conhecidos na literatura por Problema de Roteamento de Veículos (PRV), Problema do Caixeiro Viajante (PCV) e Problema dos Múltiplos Caixeiros Viajantes (PMCV); além das heurísticas de Clarke and Wright e 2-Opt. Estas teorias serão implementadas computacionalmente no Lingo 8.0 e Matlab 7.1 para fornecerem soluções para o problema em questão.

Dentre os modelos citados acima, o que melhor se adapta ao problema das rotas da empresa é o PRV, que será resolvido por duas abordagens; a primeira relacionada às heurísticas tradicionais de Clarke and Wright e 2-Opt, e a segunda utilizando uma variação do modelo exato de roteirização.

O Problema do Roteamento de Veículos (PRV) consiste em minimizar os custos, ou as distâncias percorridas por M veículos que saem de um determinado lugar, fazem o seu percurso, ou seja, visitam todos os pontos ou clientes, passando apenas uma vez em cada um, e retornam ao seu local de origem, obedecendo algumas restrições como: a demanda de cada cliente, a capacidade de cada veículo e o tempo de atendimento.

A resolução do PRV pode ser feita através de um modelo exato, que fornece o resultado ótimo, porém, se o problema tiver um número muito grande de pontos a serem visitados, consome-se muito tempo computacional tornando-se impraticável sua resolução através deste modelo. Alternativamente podem-se utilizar heurísticas, que substituem o modelo exato, mas sem garantir a otimalidade da solução, embora sejam viáveis.

O Problema do Caixeiro Viajante (PCV) consiste em minimizar a distância percorrida por um veículo que sai de um determinado lugar, visita todos os clientes, passando apenas uma vez em cada cliente, e retorna ao seu local de origem. Este problema é uma particularidade do PRV, porém,

com apenas um veículo, sem considerar o tempo de atendimento e a capacidade do veículo.

Segundo Vitor (2007), “o Problema dos Múltiplos Caixeiros Viajantes (PMCV) é uma generalização do PCV, e está mais próximo de uma situação real”. Situação esta em que se tem certo número de veículos que saem de um mesmo lugar, passando por um conjunto de clientes e retornando ao local de origem, de modo que a distância total percorrida seja mínima, todos os clientes sejam visitados de acordo com suas demandas e as restrições de tempo.

Como mencionado, a resolução do PRV torna-se impraticável pelo modelo exato, porém propõe-se uma variação, que utiliza a técnica estatística da análise de *clusters*, que segundo Vitor (2007), reduz a quantidade de variáveis relacionadas ao problema.

Colombo (2001) afirma que a Heurística de Clarke and Wright é uma heurística construtiva, isto é, ela constrói rotas simultaneamente a partir de uma solução inicial, realizando adições seqüenciais de vértices ou clientes, e caracteriza-se pelo conceito de economia, que é obtida ao se ligar dois clientes de forma sucessiva, ou seja, a cada iteração o algoritmo vai efetuando trocas nessas rotas por rotas melhores.

A Heurística 2-Opt é uma heurística de melhoria, pois ela parte de uma solução inicial e tenta melhorá-la na ordem em que os clientes são visitados. De acordo com ZAMBONI (1997), esta melhora se faz efetuando-se trocas entre duas arestas e alterando o conjunto antigo de rotas pelo novo que diminui o custo total, até que não haja mais como efetuar trocas que melhorem a menor solução alcançada.

Para o desenvolvimento do projeto estão sendo utilizados um GPS da marca Garmin, modelo Etrex-Vista, os softwares Lingo 8.0, MapSource, Microsoft Office Excel 2003 e Matlab 7.1 e um computador AMD Sempron (tm) 1.61 GHz, 533MHz, 512MB de Ram.

Coletou-se os dados com um GPS, transportando-os para o computador, onde foram manipulados pelo software MapSource (do próprio GPS), fornecendo as informações necessárias¹ para a aplicação do Algoritmo de Floyd para obtenção da matriz de distâncias reais mínimas entre todos os pares de clientes.

Com a matriz de distâncias calculada, serão implementadas no Matlab 7.1 a heurística de Clarke and Wright para construir as rotas de atendimento para o setor de vendas da Fertimourão e a heurística 2-Opt que utilizará os resultados anteriores como ponto de partida com o propósito de melhorar as rotas.

As heurísticas serão implementadas e aplicadas ao problema com a finalidade de obter resultados viáveis, ou seja, que possam diminuir os gastos existentes com as viagens realizadas pelos vendedores, validando assim, estes métodos.

Pretende-se, no decorrer deste trabalho, implementar também o modelo exato com eliminação de variáveis e comparar os resultados com os obtidos pelas heurísticas. O modelo exato já foi aplicado pelo professor Adriano Vitor em sua dissertação, o qual obteve bons resultados.

Até o presente momento foram coletados os dados, digitalizadas as estradas e aplicado o algoritmo de Floyd o que permitiu o reconhecimento dos pontos bem como a concentração destes e as distâncias entre eles.

Diante dos dados coletados, espera-se aplicar as metodologias propostas e ao fim obter um conjunto de rotas que sejam praticáveis pela Fertimourão que possam sistematizar seu setor de vendas melhorando suas atividades de atendimento dos clientes. Pretende-se ainda validar a aplicação das heurísticas propostas para resolução do problema em questão.

Notas

¹ As “informações necessárias” referem-se às localizações dos clientes no mapa e às estradas que os ligam.

Referências

COLOMBO, Janecler Aparecida Amorin. **Localização e Roteamento para Serviços de Atendimento Emergencial – O caso da segurança eletrônica**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2001.

GANHOTO, Marco Alves. **Abordagens para Problemas de Roteamento**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Instituto de Computação, 2004.

VITOR, Adriano. **Determinação do Roteamento dos Atendimentos de uma Empresa de Comercialização Agrícola – Variações de soluções heurísticas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2007.

ZAMBONI, Luzia Vidal de Souza, **Técnicas de Roteirização de Veículos Aplicadas ao Transporte Escolar**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1997.

APLICAÇÃO DO CONTROLE ESTATÍSTICO DE PROCESSO E DOS ÍNDICES DE CAPACIDADE NO MONITORAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE DA ÁGUA POTÁVEL

Me. Solange Regina dos Santos, TIDE, Matemática, FECILCAM,
solaregina@gmail.com

Dr. Anselmo Chaves Neto, orientador, UFPR, anselmo@ufpr.br

Resumo: Este estudo propõe o emprego das cartas de controle para média (\bar{X}) com tamanho variável de amostra e para medidas individuais na Estação de Tratamento da Água (ETA) da SANEPAR de Campo Mourão, a fim de verificar se o processo de produção da água para consumo humano no período de 01/01/06 a 31/12/06, esteve em conformidade com os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Neste estudo, são também apresentados os índices de capacidade C_p , C_{pk} e C_{pkm} , utilizados para avaliar a capacidade do processo em produzir água tratada dentro dos limites especificados.

Palavras-chave: Tratamento da água; Monitoramento do processo; Controle estatístico de processo.

Introdução

Uma das principais preocupações das empresas de qualquer setor atualmente consiste no aumento da sua produtividade. Para alcançar este objetivo, as empresas precisam evitar ao máximo a ineficiência decorrente da má qualidade de seus produtos e o trabalho improdutivo. Sendo assim, a utilização de métodos estatísticos para o controle e a melhoria da qualidade tem tido um desenvolvimento evolutivo.

Segundo Carmo, Prianiti Júnior e Lacava (1997) a necessidade da melhoria constante nos níveis de qualidade da água tratada, pode ser justificada pelo fato de que com a abertura de mercado aumentou a concorrência em todos os segmentos e o setor de saneamento não fugiu à regra, assim, muitas companhias de distribuição de água tornaram-se interessadas em aprimorar os produtos/serviços e começaram a adaptar soluções aplicadas nas indústrias, denominadas de Controle Estatístico de Processo (CEP).

O monitoramento das características de qualidade da água potável por meio de técnicas estatísticas tem o objetivo de controlar e avaliar o processo de produção da água tratada, distribuída à população de Campo Mourão – PR, pela SANEPAR no ano de 2006, identificando às causas da variabilidade referente as quatro características de qualidade, Cloro Residual Livre, Flúor, pH e Turbidez e eliminando-as.

Materiais e procedimentos metodológicos

A Companhia de Saneamento do Estado do Paraná – SANEPAR, Unidade Regional de Campo Mourão, possui uma estação de tratamento da água (ETA) que é o setor responsável pelo tratamento da água distribuída à população, composto por um conjunto de instalações e equipamentos destinados a alterar as características físicas, químicas e/ou biológicas da água, de modo a satisfazer os padrões de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 518 de 25 de março de 2004.

A ETA realiza o monitoramento diário das seguintes características da água potável: pH (água in natura e tratada), cor (água in natura e tratada), turbidez (água in natura, decantada, filtrada e tratada), cloro residual livre (água tratada) e flúor (água tratada).

Neste contexto, buscando a melhoria contínua, optou-se em implantar na Unidade de Produção de Campo Mourão diariamente as cartas de controle para medidas individuais na saída do tratamento (água tratada), a fim de monitorar o processo de produção e consequentemente aumentar a confiabilidade/qualidade do produto. A utilização desta carta de controle foi necessária em função do intervalo entre as análises ser de 1 hora, o que dificulta a formação de subgrupos. De acordo com Montgomery (2004), a carta de controle para medidas individuais é utilizada em casos onde o tamanho da amostra para o monitoramento do processo é $n = 1$, ou seja, a amostra consiste de uma unidade individual. Nesse tipo de carta de controle, é comum utilizar a amplitude móvel de duas observações consecutivas como base para estimar a variabilidade do processo.

Além disso, com o objetivo de analisar o processo de tratamento mensal sem necessariamente verificar todas as cartas de controle diárias, foram construídas as cartas de controle mensal para (\bar{X}) com tamanho variável de amostra. A construção desta carta foi necessária em razão da quantidade de amostras diárias para cada característica da água não ser fixa. Deste modo, ao término do mês foi possível verificar em quais dias as médias amostrais das características apresentaram-se fora de controle.

A capacidade de produção da água tratada foi calculada diariamente e mensalmente com base nos índices de capacidade C_p , C_{pk} e C_{pkm} . De acordo com Costa, Epprecht e Carpinetti (2005), os índices de capacidade de processo são parâmetros adimensionais que medem quanto o processo consegue atender as especificações. Não há uma relação fixa entre o valor do índice e a porcentagem de produtos que o processo produz fora das especificações, mas, quanto maior os valores dos índices de capacidade, melhor o processo consegue atender as especificações.

Definição da implantação computacional

Inicialmente, foi estudado o trabalho realizado pela Companhia para atender as exigências do Ministério da Saúde por meio da Portaria n° 518 de 25 de março de 2004, com relação as característica da água tratada. E com o intuito de adequar a utilização das ferramentas do CEP à realidade da empresa, foram criadas planilhas eletrônicas com a utilização do software Excel, para a construção das cartas de controle e para o

cálculo da capacidade do processo. Sendo assim, foram analisadas quatro características de qualidade, já citadas anteriormente, separadamente.

Para a construção das cartas de controle e obtenção dos índices de capacidade, os resultados das análises das amostras deveriam ser preenchidos diariamente nas planilhas elaboradas. Uma vez lançados estes valores, caso alguma amostra ultrapasse os limites de especificação da Portaria, e/ou os limites de especificação da Companhia e/ou limites de controle calculados estatisticamente, a carta de controle indicava tal amostra e apresentava por meio do cálculo dos índices de capacidade, se o processo era capaz de produzir água tratada referente a característica de qualidade dentro do padrão de potabilidade.

Análise e Discussão

O monitoramento do processo de produção da água tratada é muito importante, uma vez que a ocorrência de amostras fora de controle é indício de que fatores não aleatórios de variação estão interferindo no processo, e caso não sejam eliminados podem comprometer gravemente a qualidade da água potável.

Deste modo o controle da quantidade de cloro residual livre na água tratada, refere - se à quantidade concentrada de resíduo do cloro utilizada no tratamento da água. É necessário observar que o não cumprimento dos limites estipulados pela Portaria para a característica pode comprometer os resultados esperados de sua utilização que são: controle de sabor e odor, prevenção do crescimento das algas nas unidades da ETA, oxidação de Ferro e Manganês, redução da cor e controle do crescimento de filmes biológicos em tubulações.

Para a característica flúor atenção e cuidado no tratamento da água deve ser desprendida quando é registrada quantidade excessiva de flúor na água tratada, isso se deve ao fato de que, ocorrências frequentes de quantidades elevadas deste produto pode acarretar uma doença denominada fluorose, cujo principais problemas são as manchas nos dentes e a descalcificação dos ossos.

O pH é uma característica química utilizado para indicar a acidez de certa solução, assim a água com nível baixo de pH tende a ser mais corrosiva ou agressiva aos metais e paredes de concreto e, nível elevado de pH na água tende a formar incrustações. Já a característica turbidez indica o aspecto físico e aparente da água e a quantidade em excesso de partículas em suspensão, deixa a água com aparência turva.

Considerações Finais

O monitoramento das características de qualidade da água potável realizado com a utilização das cartas de controle foi essencial, uma vez que a partir do uso da média e da amplitude do processo foi possível

realizar ações efetivas que permitiram alcançar o objetivo principal, encontrar possíveis causas particulares de variação e tornar o processo pró-ativo. Além disso, os valores dos índices de capacidade (C_p , C_{pk} e C_{pkm}) revelaram ao operador do tratamento que apesar do cumprimento da Portaria, é possível tomar providências visando um melhor resultado para o processo de tratamento de água potável. Neste contexto, pode-se concluir a partir dos resultados obtidos por meio da coleta de dados efetuada no período de 01/01/06 a 31/12/06, que a produção de água tratada pela Companhia de Saneamento – URCM, de maneira geral, atendem a legislação vigente, mas necessita tomar ações como, melhor dosagem de produtos químicos e conseqüente redução das perdas no processo produtivo, geradas na maioria das vezes basicamente com descargas e lavagens de decantadores e filtros que tornem o processo de produção efetivamente capaz.

Foi possível perceber que o maior desafio da implantação do CEP é conseguir conscientizar a equipe de trabalho da importância do uso desta ferramenta de Qualidade, uma vez que os limites de controle são um aviso de que o processo pode ou não estar sob controle, evitando que o produto seja descartado ou retrabalhado. Além disso, os índices de capacidade do processo podem auxiliar a ocorrência de perdas desnecessárias, tornando a empresa mais competitiva, oferecendo um produto de melhor qualidade e respeitando o meio ambiente.

Nessa comunicação serão apresentadas as cartas de controle implantadas detalhadamente, bem como a definição e os resultados obtidos para os índices de capacidade C_p , C_{pk} e C_{pkm} , utilizados a fim de identificar a variabilidade anormal no processo e avaliar a capacidade de produção da água potável.

Referências

CARMO, F. H.; PRIANTI JUNIOR, N. G.; LACAVA, P. M. **Sistema de qualidade analítica em um laboratório de uma estação de tratamento de água**. Disponível em:

<http://semasa.sp.gov.br/Documentos/Publicar_Internet/trabalhos/trabalho_179.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2006.

COSTA, A. F. B. C.; EPPRECHT, E. K.; CARPINETTI, L. C. R. **Controle estatístico de qualidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTGOMERY, D. C. **Introdução ao controle estatístico da qualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

UM ESTUDO SOBRE AS TÉCNICAS ESTATÍSTICAS APLICADAS A RECONHECIMENTO DE PADRÕES

Tatiane Cazarin da Silva, PIC, FECILCAM, Matemática,
taticazarin@yahoo.com.br

Ms. Gislane Aparecida Perçaro, orientadora, Matemática, FECILCAM,
gpercaro@gmail.com

Resumo: A Estatística Multivariada, através da Análise Exploratória de Dados, possibilita o estudo de fenômenos descritos por dados variados, aplicados no processo de reconhecimento de padrões. Existem técnicas de Pesquisa Operacional e de Estatística aplicadas em diversas áreas do conhecimento, objetivando a minimização de erros de previsão a partir da pré-classificação de dados. Essa pesquisa busca estudar técnicas multivariadas empregadas no reconhecimento de padrões, como a Análise Discriminante e a Análise de Agrupamento, buscando representar as possibilidades reais da aplicação do reconhecimento de padrões.

Palavras-chave: Estatística; padrões; previsões.

A presente pesquisa integra o início de um projeto de iniciação científica, proposto ao núcleo de pesquisas da Fecilcam, no ano corrente. Tem como objetivo principal, a análise do processo de reconhecimento de padrões por meio de técnicas de estatística multivariada. Sendo assim, o estudo necessita o conhecimento sobre as técnicas de simplificação e classificação de dados, a fim de que se possa aplicar as variáveis no processo de reconhecimento de padrões. Para o entendimento do processo final, é preciso conhecer, através do estudo bibliográfico, o desenvolvimento das técnicas de inferência estatísticas, como a análise discriminante e a análise por agrupamento.

A pesquisa bibliográfica será a principal fonte de estudo sobre as técnicas citadas, já que de acordo com Ludke (1986), é um processo de reconhecimento e comprovação dos resultados propostos pela coleta de dados. Como a pesquisa visa a formulação de dados e o reconhecimento de padrões, serão utilizados métodos de pesquisa indutivos e dedutivos, comprovados pelo desenvolvimento teórico. Parte-se da análise de dados, para a formulação de algoritmos, usados no processo de reconhecimento e pertinência dos elementos. Dessa forma, através de um grupo de dados, busca-se informações relevantes e abrangentes, que consequentemente, levarão a considerações apresentadas a partir da teoria. Para esse estudo, é preciso conceituar a estatística, assim como suas diferentes formas de aplicação.

A Estatística é o estudo sobre o processo de organização e exploração dos fenômenos. Possibilita a qualificação e quantificação dos

dados, a fim de que se possa prever acontecimentos e/ou conclusões futuras. Toda ciência que trabalha com a manipulação de dados experimentais baseia-se na estatística para validação dos resultados. Dessa forma, a aplicação da estatística é comumente utilizada em controles e especificações industriais, assim como na área educacional.

O estudo estatístico está relacionado a quatro partes principais, que são a estatística descritiva, as probabilidades, a amostragem e a inferência estatística. Na descrição dos dados, são utilizadas variáveis estatísticas, que são associadas a valores numéricos. Quanto se trabalha com várias variáveis, a estatística univariada não permite um estudo completo, dessa forma, recorre-se à estatística multivariada.

A Estatística Multivariada consiste em um conjunto de métodos estatísticos utilizados em diversas situações, sobre as quais necessita-se analisar várias variáveis simultaneamente presentes num mesmo espaço amostral. Para seu desenvolvimento, parte-se das técnicas exploratórias de síntese ou simplificação, analisando a estrutura dos dados presentes num ambiente. Feita a análise exploratória dos dados, tem-se a compactação de um conjunto de informações, que devem ser a base para um sistema de classificação gerado a partir do espaço inicial. A atividade exploratória projeta-se, então, a reconhecer padrões sobre dados multivariados, através da análise das técnicas estatísticas.

Segundo Mingoti (2005) quando se tem esses dados, elaborados por seqüências de observações ou mensurações, possibilita-se sua aplicação ao reconhecimento de padrões. Inicialmente a necessidade de separação dos componentes do espaço amostral, segue algumas exigências, como coesão interna e heterogeneidade. Dessa forma, há a análise detalhada de critérios multivariados da estatística exploratória, utilizada para o desenvolvimento de classificadores, ou seja, tem-se a Análise de Agrupamentos, definida a partir da variedade de algoritmos que dão sentido na organização dos dados coletados a fim de validar as classificações.

A Análise de Agrupamentos trabalha com amostras aleatórias, e não necessariamente completas. Dessa forma, previsões sobre as partições do espaço utilizado, podem ser comprovadas com os dados totais adquiridos. Assim, essa técnica estatística utiliza dados pré-estipulados para comparação, possível validação e, conseqüente, aplicação. Dentro desses grupos, inicialmente propostos por agrupamento, pode-se haver novas classificações, determinadas pela Análise Discriminante.

De acordo com Mingoti (2005), a Análise Discriminante supõe, de uma amostra pré-estabelecida, técnicas de classificação dos seus elementos baseadas em características gerais, por conseqüente utilização da análise de agrupamento. Permite-se a elaboração de uma função

matemática, ou regra de classificação ou discriminação, utilizada para supor a possibilidade de entrada de um novo elemento no grupo, que atenda as características estabelecidas na técnica discriminante. A particularidade dessa técnica é sua fundamentação na teoria das probabilidades, que através de valores numéricos avaliados, busca a provável geratriz, presente ou não na amostra. Uma representação compacta dos padrões e uma estratégia de decisão simples descrevem graficamente ou algebricamente diferentes grupos em termos de variáveis discriminadoras. Dessa forma, a análise discriminante difere da análise de agrupamento, ou *cluster*, no momento em que a entrada de um elemento no espaço amostral, deve suceder o conhecimento e as características fundamentais desse.

Esse projeto direciona-se então ao estudo das técnicas empregadas no reconhecimento de padrões referentes à estatística multivariada, com o intuito de mostrar as possíveis aplicações dessa e realizar uma comparação entre os métodos estudados, a fim de proporcionar a minimização de erros a um dado fenômeno.

Para uma melhor análise do processo de reconhecimento de padrões, é necessário o conhecimento de conceitos básicos, advindos da álgebra linear e da inferência estatística univariada. Dessa forma, antes da análise das técnicas multivariadas mencionadas, foi preciso a iniciação teórica de algumas definições multivariadas, como vetores aleatórios, matrizes de covariâncias e correlação e estimadores, que são utilizados na determinação da confiabilidade da generalização dos dados, quando trabalha-se com hipóteses estabelecidas. O estudo bibliográfico formado possibilitará a aplicação dessas técnicas na sistematização de um problema real, levantado após a formação científica.

Referências

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1983.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A.. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Jair Mendes; MARQUES, Marcos Augusto Mendes. Estatística para os cursos de engenharia. Curitiba: Domínio do Saber, 2005.

MILONE, Giuseppe. Estatística: geral e aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MINGOTI, Sueli Aparecida. *Análise de Dados através de métodos de estatística multivariada/uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MITCHELL, T.M. *Machine Learning and Data Mining*. To appear in *communications of the ACM*, V.42. N.11. November, 1999. Disponível em < www.ppgia.pucpr.br/~nievola/DM-2006>.

PÁDUA, Elisabete Mattalo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática*. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

TORANZOS, Fausto I.. *Estatística*. Buenos Aires: Editora Kapelusz, 1969. (Tradução: CARUSO, Luiz Aparecido. São Paulo: Mestre Jou, 1999).

APLICAÇÃO DO ALGORITMO DO CARTEIRO CHINÊS EM UM PROBLEMA DE ROTEAMENTO DE VEÍCULOS

Tatyane Kesia de Rocco, PIC, Matemática, FECILCAM,
tatykesia@hotmail.com

Me. Adriano Vítor, orientador, Matemática, FECILCAM,
tatavictormat@gmail.com

Resumo: O presente trabalho está vinculado ao Projeto de Iniciação Científica, submetido ao Nupem (Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar) da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão sob o tema: Otimização das rotas dos veículos coletores do resíduo sólido domiciliar do município de Juranda-Pr. Com o objetivo de otimizar o sistema de coleta: reduzindo as distâncias percorridas pelos veículos coletores do lixo e proporcionando maior conforto à população, foi aplicado com o auxílio do software LINGO 8.0, o algoritmo do Carteiro Chinês, no distrito de Primavera, otimizando em 10% a distância total percorrida.

Palavras-chave: Grafos; Carteiro Chinês; Coleta do Lixo.

O roteamento para veículos utiliza um conjunto de distâncias que expressa o caminho de coleta e entrega a partir de um depósito central (origem) para determinado ponto de demanda (destino), visando minimizar as rotas, sendo considerado as restrições dos veículos: quantidade e capacidade de transporte. “Um problema muito comum na gerência de transportes é a seleção da melhor rota em uma rede de transportes, de modo a minimizar o custo total”. (ANDRADE, 2004. p. 86).

Para a formulação de um problema de roteamento, pode-se utilizar técnicas da Pesquisa Operacional, que é uma metodologia científica de tomada de decisões, a qual oferece um conjunto de métodos e modelos matemáticos, ou seja, representações de um sistema por meio de equações e/ou inequações matemáticas. De acordo com Smiderle (2001,

p.17) “uma ferramenta útil e poderosa em pesquisa operacional em geral e, especificamente, em problemas de roteamento” é a teoria dos grafos. Abaixo foram abordadas algumas definições relacionadas a esta teoria:

Grafo: Diagrama composto de pontos, alguns dos quais são ligados entre si por linhas (não apresenta direção) ou setas (apresenta direção). Os pontos são ditos vértices ou nós representando os elementos individuais, e as linhas, ditas arestas representando a relação entre pares. Um grafo é dito conexo se para todo par de vértices existirem pelo menos uma cadeia entre eles, ou seja, qualquer seqüência de arestas não direcionadas, na qual cada aresta é ligada às suas arestas adjacentes (vizinhas) por meio dos seus dois vértices terminais.

Caminho ou circuito euleriano: um grafo não orientado conexo G é dito de Euler ou euleriano se todos os seus vértices são de grau par, ou seja, os vértices são ligados por um número par de arestas.

Representação matemática de um grafo: Um grafo G é definido como um par ordenado (V, A) onde os elementos de V é um conjunto finito e não vazio, denominados vértices ou nós, e os elementos de A é um conjunto finito de pares (v_i, v_j) de V denominados arestas ou arcos do grafo.

Representação de um grafo em computador: Vários problemas da computação programados por meio de algoritmos envolvem o uso de grafos. De forma geral, pode-se armazenar um grafo em um computador utilizando matrizes para sua representação.

Matriz de custo ou distância: Um grafo valorado $G(V, A)$ pode ser representado por uma matriz de custo $C = [c_{ij}]$, onde:

$$c_{ij} = \begin{cases} \text{custo da aresta, se } (v_i, v_j) \in A \\ \infty \text{ ou } 0, \text{ caso } (v_i, v_j) \notin A \text{ (ou seja, caso não exista aresta).} \end{cases}$$

Segundo Daskin *apud* Smiderle (2001), uma das abordagens aos problemas de roteamento de veículos baseia-se nos problemas de cobertura de arestas/arcos. Estes problemas determinam um caminho mínimo por meio de uma rede tal que todos os arcos sejam atravessados pelo menos uma vez. Um destaque da literatura para este problema é conhecido como o Problema do Carteiro Chinês (PCC), que tem muitas aplicações, como por exemplo, problemas do setor público incluindo varrição de ruas, coleta de lixo, roteamento de carteiros, entre outros. De acordo com Goldberg e Luna (2005), a literatura relata variações do problema de roteamento em arestas. Dentre elas podem ser destacadas:

- O Problema do Carteiro Chinês Não direcionado (PCCND)
- O Problema do Carteiro Chinês Direcionado (PCCD)

Considerando um grafo $G = (V, A)$, o PCCND pode ser formulado como se segue:

$$\text{Minimizar } z = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n c_{ij} x_{ij} \quad (21)$$

sujeito a:

$$\sum_{j=1}^n x_{ji} - \sum_{j=1}^n x_{ij} = 0 \quad i = 1, \dots, n \quad (22)$$

$$x_{ij} + x_{ji} \geq 1 \quad \forall (i, j) \in A \quad (23)$$

$$x_{ij} \geq 0 \quad \text{e inteiro}$$

Onde:

$x_{ij} \equiv$ número de vezes em que a aresta (i, j) é percorrida de i para j ;

$c_{ij} \equiv$ comprimento ou o custo da aresta (i, j) .

A restrição (22) garante a continuidade da rota e a restrição (23) implica que nenhuma aresta deixará de ser considerada.

Para obter o banco de dados necessário, utilizou-se um GPS GARMIM, modelo E-TREX LEGEND, Versão 3.40, na coleta do sistema de rotas existente e pelo uso do software GPS TRACKMAKIER versão 12.3, para a digitalização dos dados. A partir da elaboração de um grafo não orientado e valorado construiu-se a matriz de distâncias e implementou-se o algoritmo do PCC no software LINGO.

O serviço de coleta do lixo domiciliar no distrito de Primavera é realizado pelo Poder Público Municipal, sendo executado por um caminhão caçamba que percorre todo o distrito duas vezes por semana: segunda e quinta-feira.

De acordo com os resultados obtidos com a aplicação do PCC na otimização da rota do veículo coletor do lixo, pôde-se verificar uma redução de 10% na distância total percorrida.

Vale ressaltar que, até o presente momento os motoristas não dispõem de uma rota fixa para o recolhimento do lixo no distrito, ou seja, cada motorista executa suas rotas arbitrariamente, causando constantes alterações e deixando a população descontente, pois, não há horários fixos para a coleta do lixo.

As rotas obtidas com a metodologia descrita no presente trabalho, se executadas pelos motoristas, proporcionarão a menor distância percorrida e um melhor atendimento à população com horários fixos de coleta.

Retomando a finalidade descrita no resumo deste trabalho, pode-se concluir que, a teoria ao ser aplicada no problema das rotas do distrito de Primavera obteve um resultado satisfatório.

Referências

ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. **Introdução à Pesquisa Operacional: Métodos e Modelos para Análise de Decisões**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

SMIDERLE, Andréia. **Técnicas da Pesquisa Operacional aplicadas a um problema de cobertura de arcos**. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. 2001.

GOLDBARG, Marco César. LUNA, Henrique Pacca Loureiro. **Otimização combinatória e programação linear**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE UMA INCISÃO EROSIVA (VOÇOROCA) NA RUA MILTON DE PAULA XAVIER, MUNICÍPIO DE LUIZIANA, PARANÁ.

Carmina Aparecida Daniel, TCC, Geografia, FECILCAM,
carminageo@gmail.com.br

Dr. Vitor Assunção Borsato, orientador, Geografia, FECILCAM,
vitorborsato@yahoo.com.br

Me. Paula Cristina Souza, co-orientadora, Geografia, FECILCAM,
paulacsouza@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo estudar uma área intensamente degradada no entorno da cidade de Luiziana. Há no local uma grande voçoroca, causada pelo lançamento das águas pluviais de boa parte do sítio urbano. A pesquisa esta investigando as reais causas da erosão, tanto as de natureza antrópicas como as geofísicas. Pretende-se apontar medidas simples, economicamente viáveis para conter o avanço da erosão, como isolar e reflorestar a área degradada.

Palavras-chave: Voçoroca, recuperação de área degradada, drenagem urbana.

O objetivo principal da drenagem urbana sempre foi remover as águas pluviais em excesso de forma mais eficiente possível para evitar transtornos, prejuízo e riscos de inundações. Com a crescente urbanização, os problemas sócio-ambientais nas cidades se intensificaram, devido ao uso do urbano desordenado e em expansão, desconsiderando os limites impostos pela natureza. Os processos erosivos

tornam-se cada vez mais presentes e intensos no entorno das cidades, cujo planejamento para a implementação das galerias pluviais não levaram em consideração, aumentando o poder erosivo das águas do escoamento superficial das áreas pavimentadas, como ocorre na cidade de Luiziana. Os processos erosivos é o mais evidente desequilíbrio ambiental. Com o aumento do fluxo d'água e o desflorestamento, o manto pedológico é arrastado pela água que escoar a partir do lançamento das galerias pluviais.

Para Ramos (1995) a erosão sob a forma de voçoroca é a mais agressiva e sua recuperação é difícil e onerosa. De maneira geral, se justificam as obras para sua recuperação em áreas urbanas em virtude dos prejuízos e perigos potenciais que esta representa. Entretanto, Salomão (2005), expõe que a erosão urbana está associada à falta de planejamento adequado que considere as potencialidades do meio físico, as condições sociais e econômicas da área urbana. Para o autor supracitado, o projeto de controle de erosão urbana envolve os aspectos geotécnicos, urbanísticos, dispositivos legais específicos, bem como mecanismos administrativos eficientes. Uma das causas do desencadeamento e evolução de uma erosão urbana está relacionada a um plano de obra inadequado de galerias pluviais, principalmente para os pontos de descargas dos mesmos. Por que dependendo da energia que o fluxo impõe, a erosão é inevitável, devendo-se considerar a natureza dos solos, a topografia e a cobertura vegetal.

A solução de problemas decorrentes da drenagem urbana tem sido um dos grandes entraves enfrentados pelos municípios carentes de recursos financeiros, Os poucos recursos são canalizados aos programas sociais e os ambientais são deixados em segundo plano.

Tucci et al. (1993) conceituam drenagem urbana como sendo um conjunto de medidas que tenham por objetivo minimizar os riscos a que as populações estão sujeitas, diminuir os prejuízos causados por inundações e possibilitar o desenvolvimento urbano de forma harmônica, articulada e sustentável.

Uma das conseqüências indesejáveis da falta de planejamento ou mesmo de um replanejamento urbanístico, ou ainda, de verbas para o meio ambiente, são as erosões em estágio avançado ou voçorocas. Quanto à caracterização de uma voçoroca, existem diversas conceituações. Em geral, predominam a de caráter dimensional. Oliveira (2005) cita que voçoroca são incisões erosivas com largura e profundidade superior a 50 cm; também coloca que o Instituto Paulista de Tecnologia caracteriza voçoroca como sendo canais esculpido pelo afloramento do lençol freático.

Para caracterizar a área alvo desta pesquisa serão feitos levantamentos junto à prefeitura municipal de Luiziana e in lócus. Durante

os trabalhos a campo serão realizados o reconhecimento e delimitação da área de pesquisa, a qual será georeferenciada para que seja acompanhados a evolução da área impactada, principalmente a mensuração e cálculos que abordam os volumes de solos levados pela erosão na voçoroca. Durante esta fase, serão feitas observações sobre as formas do modelados do relevo quanto a morfogênese, como tipo de rocha, estágio de intemperismo, cobertura vegetal. Para melhor detalhamento e mapeamento da área impactada, será usada também fotografia aérea e terrestre.

Na proposta de solucionar a problemática ambiental, deparada pelos gestores do município de Luiziana, a Secretaria do Meio Ambiente realizou um projeto técnico específico, mas bastante oneroso para o Município. Em parceria com a SUDERSHA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos), tem efetuado a construção do emissário bem como realizando a contenção das enxurradas pluviais a jusante da cabeceira da área voçorocada com a canalização por tubulações dimensionadas para suportar a descarga em períodos de chuvas intensas.

Em visita feita à voçoroca verificou-se que a área afetada pela voçoroca está sendo utilizada como depósito de resíduos das mais diversas procedências como os provenientes da poda da arborização urbana, entulhos entre outros. Verificou-se que junto com estes materiais são depositados aqueles que deveriam ser destinados ao aterro sanitário pelo grau de periculosidade. Conclui-se que a cratera esta sendo utilizada como um depósito clandestino de lixo.

A prefeitura tem adotado medidas paliativas, tal como o desvio da descarga d'água, desviando da cabeceira, que pelo observado a campo tem favorecido a retomada de novas incisões erosivas. Outra medida tomada pela Prefeitura é construção de um dique de solo batido no interior da cratera, o qual não suporta a pressão da água e se rompe facilmente. A alternativa efetiva parece ser o desvio ou a canalização de todo o fluxo d'água até o fundo do vale onde a energia da água já foi totalmente dissipada. Sabe-se que, neste caso, os custos serão elevados.

Referências

RAMOS, Carlos Lloret. Erosão Urbana e Produção de Sedimentos. In Carlos E. M. Tucci, Ruben La Laina Porto; Mário T. de Barros (orgs.). Drenagem Urbana. 241-270. Porto Alegre: ABRH/UFRS, 1995, 428P.

OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. Processos Erosivos e Preservação de Áreas de Risco de Erosão por Voçorocas. In A. J. Teixeira Guerra; Antonio Soares da Silva; Rosângela G. M. Botelho (orgs.). Erosão e Conservação dos Solos: conceitos, teorias e aplicações. 57-99 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SALOMÃO, Fernando Ximenes de Tavares. Controle e Prevenção de Processos Erosivos. In A. J. Teixeira Guerra; Antonio Soares da Silva; Rosângela G. M. Botelho (orgs.). Erosão e Conservação dos Solos: conceitos, teorias e aplicações. 229-265, 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TUCCI, Carlos E. M. Hidrologia: ciência e aplicação. Porto Alegre: AGRH/EDUSP, 1993, 939p.

ESTUDO COMPARATIVO DAS CHUVAS EM ÁREA DE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA ENTRE MARINGÁ E CAMPO MOURÃO, PR

Me. Ivonete de Almeida Souza, PG, Geografia, FECILCAM,
iasouza@usp.br

Resumo: O estudo comparativo das chuvas em área de transição climática entre Maringá e Campo Mourão, PR, teve por objetivo análise taxonômica das precipitações em seis classes de chuvas. Os dados de precipitação foram obtidos das Estações Climatológicas de Campo Mourão e Maringá, submetidos a cálculo dos totais de chuvas para cada ano do período; cálculo do número de dias que ocorreu precipitação, ou seja, da frequência, frequência relativa e tempo de retorno de precipitação. A série trabalhada foi de 1996 a 2005. Verificou que entre Maringá e Campo Mourão há distinção significativa no modo de ocorrência e distribuição das chuvas.

Palavras-chave: precipitação, classes de chuva, frequência de ocorrência de chuvas.

A intensidade de precipitação pode variar em quantidade ou tender a diminuir ou aumentar durante determinados períodos (AYOADE, 1991). Sabe-se que principalmente a variável precipitação obedece a uma distribuição onde as condições médias dos atributos do clima, a localização da região e os fatores naturais, conjuntamente, permitem o agrupamento em regiões que apresentam comportamentos semelhantes. Embora, eventos como El Niño e La Niña podem contribuir como sendo os maiores responsáveis pelos desvios em relação as normais climatológicas ocorridas no Estado de interesse (NERY, 1998; ROCCA et al. 2001). MASSOQUIM e ANDRADE (2004) observaram influência marcante do evento El Niño no ano de 1998, para a região de Campo Mourão, PR. Neste ano o volume de precipitação esteve bem acima da média, o que provocou grandes perdas para a cultura da época. Por outro lado, em 2001 houve escassez de chuva nessa região. Ou seja, a escassez ocorreu na fase de ausência do ENOS (El Niño Oscilação do Sul), chamada de

anos neutros. GALVANI et al. (1998) trabalharam com a relação entre Índice de Oscilação Sul (IOS) e o total de chuvas em Maringá, PR, para uma série de 21 anos (1976 a 1996) e perceberam que em 47% dos meses que ocorreram o fenômeno El Niño de intensidade moderada e forte, os desvios de chuva estiveram acima da média. Esses autores perceberam também duas estações de pluviosidade, uma chuvosa com início em setembro e término em maio e, outra mais seca entre os meses de inverno. BORSATO (2006) estudando a gênese das chuvas de Janeiro em Maringá constatou que é neste mês que ocorrem os maiores volumes de chuva, e que estes estão associados a maior participação dos sistemas atmosféricos frontais e não nos sistemas convectivos como o esperado. KIM et al. (2000) desenvolveram estudo climático das variações de precipitação diária no estado do Paraná utilizando análise de freqüências de ocorrência de precipitação diária, de freqüências de ocorrência dos intervalos de precipitação e de freqüências de dias consecutivos com chuva. Diante do exposto, este estudo teve por objetivo realizar análise taxonômica das precipitações em diferentes classes de chuvas. Para tanto, foi aplicada análise de freqüência de ocorrência de chuva (número de dias com chuva), freqüência relativa e tempo de retorno dos dias com chuvas, a fim de facilitar a compreensão das particularidades dos processos climáticos regionais em áreas de transição climática. O período de tempo estudado procurou abranger uma série que mostrasse anos mais chuvosos e anos mais secos para melhor representar a realidade atual dos atributos do clima que por muitas vezes foge do mais habitual. A área estudada abrange as localidades de Maringá e Campo Mourão, estando localizadas na região Norte e Centro-Ocidental Paranaense. Segundo Köppen o tipo climático predominante é o Cfa, subtropical úmido mesotérmico, com temperatura média do mês mais frio inferior a 18°C, caracterizando-se por verões quentes, com média do mês mais quente acima de 22°C, baixa freqüência de geadas severas e uma tendência de concentração das chuvas no período de verão. Os dados de precipitação diária foram obtidos das Estações Climatológicas Principais de Maringá e Campo Mourão. A série histórica utilizada compreende os anos de 1996 a 2005. A análise dos dados envolveu cálculo das somas e médias dos dados diários, mensais e anuais de precipitação; cálculo dos totais de chuvas para cada ano e mês do período; cálculo do número de dias que ocorreu precipitação em seis classes de intervalos de chuvas, <1,0mm, 1,1 a 10,0mm, de 10,1 a 30,0mm, de 30,00 a 50,0mm, de 50,00 a 80,0mm e >80 milímetros. Para as duas localidades estudadas, os valores das médias pluviométricas dos meses do período mostraram que os volumes de precipitações entre 140mm e 220mm estiveram entre os meses de Setembro a Fevereiro. E que os maiores volumes de chuvas ocorridos aconteceram no mês de Janeiro, em torno dos 223mm em Campo Mourão

e 220mm em Maringá. Para os meses de Abril, Junho, Agosto, Setembro e Outubro os totais mensais de chuva, em Campo Mourão, estiveram um pouco acima daqueles ocorridos em Maringá. Quando se observa os totais anuais de chuva do período, nota-se que os anos com maiores volumes foram os de 1997 e 1998 (evento El Niño esteve atuante desde os primórdios de 1997 até meados de outubro de 1998), seguidos do ano de 2000. No primeiro ano, em Campo Mourão, choveu 1740mm e em Maringá 2150 milímetros. No ano de 1998 choveu 2097 em Campo Mourão e 1976mm em Maringá, seguidos de 1827mm e 1748mm respectivamente no ano de 2000. Os anos de 1999 e 2001 foram o mais secos do período em Campo Mourão, quando foi registrado volume de 1381mm e 1339mm respectivamente. Em Maringá os valores ficaram entre 1413mm em 1991 e 1353 em 2005. Segundo CUBAS e DANNI-OLIVEIRA (2006), a estiagem em 1999 teve duração entre 37 a 49 dias em Campo Mourão e em Maringá de 28 a 32 dias. Para o ano com maior precipitação, o volume de chuvas acima da média do período foi de aproximadamente 442mm em Campo Mourão e de 459mm em Maringá. Para os anos mais secos houve uma redução de 316mm e 338mm respectivamente. Apesar das diferenças nas médias mensais e anuais do período entre as duas localidades, a média de chuva do período entre Campo Mourão e Maringá foi bem semelhante, 1655 para a primeira e 1691 para a segunda. Portanto uma diferença de 36 milímetros. MAACK (2002) utilizando uma série histórica de 13 anos, de 1948 a 1960, definiu para Maringá uma média de 1558,9mm. O período de dez anos analisado compreendeu 3653 dias. Embora em Campo Mourão, por não haver registro no mês de Fevereiro de 1997, utilizou-se a média do período dos demais meses de Fevereiro. Assim, têm-se o total de dias de chuva para os seis intervalos de classes para Campo Mourão e Maringá. Dos 3635 dias analisados mais de 2500 foram considerados dias sem chuva, ou seja, com menos de 1mm. Os 1135 dias restantes estão distribuídos da seguinte forma: em torno de 500 dias aconteceram chuvas no intervalo de 1,01mm a 10mm; durante aproximadamente 360 dias aconteceram chuvas de 10,01 a 30mm; entre 100 a 120 dias ocorreram chuvas de 30,01 a 50mm; de 48 a 50 dias chuvas entre 50,01 a 80mm e; entre 7 e 10 dias chuvas acima de 80mm. Percebe-se com isso que as chuvas intensas foram pouco frequentes, enquanto que as chuvas de menor intensidade predominaram. Por meio da frequência relativa foi possível identificar o percentual de dias com ou sem chuvas em relação ao número total de dias do período. Além disso, verificou-se também quanto tempo levaria para um determinado evento voltar a ocorrer. A frequência relativa mostrou a ocorrência de chuvas de intensidade entre 1,01mm a 10mm foi de no mínimo 9% em Julho e de no máximo 22,6% em Janeiro em Maringá, enquanto que em Campo Mourão os valores mínimos e máximos são de 8,7 em Agosto e de 23,1 em

Fevereiro. Para o intervalo de 10,1mm a 30mm os valores máximos, 18,7% em Janeiro e 14,5% em Dezembro, e mínimos, 3,5% em Julho e 4,5% também em julho, tiveram variação percentual de 4,2% e 1,0% entre Maringá e Campo Mourão. A classe de 30,01mm a 50mm foi a que apresentou variação percentual dos meses maior que as demais. Em Maringá o valor mínimo foi de 1,0% em Junho e Agosto, e o máximo de 5,8% em Janeiro e em Campo Mourão, foi de 1,0% em Junho e de 5,2% em Outubro. Houve uma redução significativa nos percentuais para os intervalos de 50,01mm a 80mm, essa redução se acentuou ainda mais para a classe acima de 80mm. Em Maringá nos meses de Junho, Julho e Agosto não ocorreram chuvas acima de 80mm e em Campo Mourão apenas no mês de Agosto. É importante também observar o comportamento do tempo de retorno das chuvas de acordo com os seis intervalos de classes e a cada mês do período. No geral, a média do tempo de retorno para o período de 10 anos, variou entre 8 dias a 302 dias. Para o intervalo de 1,01 a 10mm de chuva o tempo de retorno foi de no máximo 11 dias e no mínimo de 4 dias. Em campo Mourão o mês de Agosto teve o tempo de retorno de 11 dias e o mês de Fevereiro de 4 dias. A média de tempo de retorno dessas duas localidades foi de 188 dias e de 302 dias. Embora as médias das precipitações nas duas localidades estiveram muito próximas, o comportamento da dinâmica das chuvas se mostrou distinto para a maioria das diferentes intensidades de ocorrência das chuvas.

Referências

- AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1991.
- GALVANI, E.; PEREIRA, A. R.; KLOSOWSKI, E. S. Relações entre o Índice de Oscilação Sul (IOS) e o total mensal de chuva em Maringá-Pr. Revista Acta Scientiarum, Maringá PR, v. 20, n. 4, p.531-535, 1998.
- KIM, I. S.; DUQUIA C. G. e CALVETTI L. Regionalização do estado do Paraná com utilização dos campos de precipitação, temperatura mínima e máxima. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 2000, Rio de Janeiro, SBMET **Anais...** Rio de Janeiro 2000, 1 CD-ROM.
- MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. 3ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- MASSOQUIM, N. G.; ANDRADE, A. V. de. Avaliação dos impactos climáticos na agricultura do município de Campo Mourão, 1986 a 2004. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 2004, Florianópolis: IFSC, 2004.
- NERY, J.T.; VARGAS, W.M.; MARTINS, M. de L. O. Caracterização da precipitação no estado do Paraná. Revista Brasileira de Agrometeorologia, Santa Maria, v.4, n.2. 1998.

OS MINERAIS DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO - PR

Mitchel Druz Hiera, PIC, Geografia, FAFIJAN, m_druz@yahoo.com.br
Dr. Victor da Assunção Borsato, orientador, Geografia, FAFIJAN,
victorborsato@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo tem por objetivo realizar um levantamento petrológico do município de Bom Sucesso para se conhecer o potencial mineralógico e rochoso, e também de preencher uma lacuna nas informações geológicas do município. Bom Sucesso esta sob a bacia sedimentar do Paraná. Os derrames basálticos do final do período Jurássico e início do Triássico geraram um espesso pacote de rochas vulcânicas. No pós-derrames os minerais secundários deram origens aos minerais, diversos tipos de quartzo, ágatas e ametistas, as duas últimas, consideradas gemas semipreciosas.

Palavras-chave: geologia; rochas; vulcânica

O município de Bom Sucesso está localizado no noroeste do Estado do Paraná, sul do Brasil e é atravessado pelas coordenadas de - 23°43”S e - 51°43”O, A região Sul e partes do Sudeste, Centro-Oeste no Brasil e também partes do Paraguai e Argentina encontram-se sobre a bacia sedimentar do Paraná onde estratos sedimentares do Paleozóico e do Mesozóico formam a grande bacia sedimentar. Uma vasta superfície da denominada bacia foi campo de atividade da mais importante atividade vulcânica conhecida sobre a superfície da Terra. A dinâmica geológica da bacia possibilitou a atividade vulcânica fissural, atividades que se sucederam ao longo dos períodos geológicos. Segundo Tomas (1980), em Apucarana verifica-se a existência de 8 camadas. Essas podem ser apreciadas nos dias de baixa vazão nas Cataratas do rio Iguaçu em Foz do Iguaçu e ao longo dos eixos das fissuras há a presença dos diques de diabásios, a consolidez desse tipo de rocha dificulta a erosão e por isso esses diques sobressaem no relevo do Paraná.

As rochas ígneas basálticas possuem uma textura variável, predominando a afaníticas, ou seja, microcristais de minerais ferromagnesianos; olivina - piroxênio - anfibólio – mica e os plagioclásios cálcicos e sódicos; anortita - bitownita - andesina - labradorita - albita, e feldspato, potássico, quartzo. Como as rochas basálticas são pobres em sílica e rico em Mg, Fe, Ca a cor predominante é a melanocrática. Os solos resultantes da intemperização são naturalmente férteis e por isso intensamente explorado pela agricultura. (Szabó 2000)

A posição geográfica no globo, próximo do trópico de Capricórnio e o clima mesotérmico úmido foi o principal fator na intemperização das rochas vulcânicas dando origem ao Latossolo, Terra Roxa Estruturada (Embrapa 1999). Os sistemas de fraturas (verticais e horizontais)

resultantes das contrações do resfriamento do magma e as vesículas verificadas no topo dos derrames causadas pelo aprisionamento dos gases no topo das sucessivas camadas são fundamentais na percolação da água, acelerando a intemperização e favorecendo o armazenamento da água subterrânea.

A grande quantidade de minerais ricos em ferro, magnésio e titânio na composição do basalto, o torna uma rocha de grande resistência. Sua aplicação está concentrada na construção civil, pavimentação e manutenção de asfaltos e ferrovias. Depois de extraído, o basalto é triturado e transformado em pedra brita.

As rochas são agregados naturais de minerais e encontrados naturalmente na crosta terrestre e geralmente em estado sólido e o mineral é um elemento ou composto químico com características e propriedades físicas específicas. Eles podem ser divididos em dois grupos principais: os elementos nativos e os elementos compostos. Os nativos são formados por apenas um elemento químico, exemplo, o ouro (Au), a prata (Ag), e o chumbo (Pb). Os elementos compostos são minerais formados pela combinação de mais de um elemento químico, como por exemplo, a calcita (CaCO_3) e a turmalina ($\text{Na}(\text{Mg,Fe,Li,Mn,Al})_3\text{Al}_6(\text{BO}_3)_3\text{Si}_6\text{O}_{18}(\text{OH,F})_4$), entre outros.

A presente pesquisa pretende levantar os principais minerais que ocorrem no município de Bom Sucesso. Para isso, serão percorridas regiões do município com afloramentos de rochas e minerais. Depois de coletadas as amostras, essas passarão por um processo de identificação que compreende análise de cor, do sistema cristalino, clivagem, fratura, risco, brilho, dureza e fluorescência. Sabe-se que nos derrames basáltico ocorridos na Formação Serra Geral encontram-se minerais como o cobre, ágata e ametista. A maioria deles são encontrados em amostras de geodos, bastante comuns nas rochas da região. Eles foram formados por bolhas de gases aprisionadas na massa magmática durante o processo de resfriamento e consolidação da camada rochosa. Posteriormente, essas cavidades foram preenchidas por minerais, em sua maioria da família dos quartzos.

A primeira etapa da pesquisa foi percorrer as áreas de afloramento de rochas e fundo de vales, onde foi possível coletar amostras, as quais variam de alguns milímetros até trinta centímetros de diâmetro. As amostras de dimensões reduzidas são também mais abundantes. As amostras coletadas foram selecionadas lavadas e pré-analisadas. Na seqüência descreveremos sucintamente os minerais encontrados:

Geodos preenchidos por ametista: a ametista é uma pedra púrpura ou violeta-azulada pertencente à família do quartzo. Muitas vezes, a cor púrpura aparece em fragmentos irregulares ou desiguais. Em outros casos, só aparece nas extremidades dos cristais. A ametista tem nível de

dureza 7 na escala de Mohs, usada para medir a resistência dos minerais. A ametista é facilmente identificada pela sua cor púrpura e pelo sistema cristalino hexagonal.

Geodos preenchidos por quartzo: O quartzo constitui mais de 12% da crosta terrestre e é um dos minerais de maior ocorrência no planeta. Embora incolor quando puro, o quartzo pode apresentar praticamente qualquer cor devido às impurezas que se instalam dentro dele. Isso o torna uma gema popular. A ametista, de cor violeta, é uma variedade de quartzo. O mineral ocorre também nas cores branca, marrom, amarela, preta, rosa ou azul. Os geodos de quartzo encontrados são totalmente preenchidos e alguns ocos, onde se verifica o sistema cristalino hexagonal do quartzo.

Geodos preenchidos por calcedônia: A calcedônia é uma variedade de quartzo que ocorre em muitas formas e cores. Algumas variedades são tão belas que chegam a serem consideradas pedras semipreciosas. Assim como todas as variedades de quartzo, a calcedônia é formada pelo composto químico dióxido de silício. Ocorre como cristais fibrosos microscópicos que tendem a dispor-se paralelamente, misturados com sílica hidratada ou minúsculos grãos de quartzo. Os cristais de calcedônia têm a forma de hexágonos irregulares. Embora as amostras mais finas sejam translúcidas, as espessas são geralmente opacas, com superfícies de brilho vítreo ou ceroso. A calcedônia é um mineral muito resistente, de dureza 7 na escala de Mohs. Foram encontradas amostras de calcedônia nas cores branca, azul e negra.

Um dos geodos encontrados, já quebrado, apresenta cristais de quartzo com sistema hexagonal bem formado, um mineral na cor verde e outro vermelho ainda em processo de identificação.

A presente investigação ainda está sendo realizada e há locais a serem investigados *in lócus* para a coleta de novas amostras para posteriores análises. Embora os resultados obtidos até agora já foram satisfatórios e lacuna geológica do Município de Bom Sucesso já começou a ser preenchida.

Referências

Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba: Mineropar – Minerais do Paraná S.A., 2001

PEREIRA, Ronaldo Mello; ÁVILA, Ciro Alexandre; LIMA, Paulo Roberto Amorim dos Santos. **Minerais em grãos:** técnicas de coleta, preparação e identificação. São Paulo: Oficina de Textos, 2005

POPP, José Henrique. **Geologia geral.** 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1998.

SCHULMANN, Walter. **Gemas do mundo.** Tradução de Rui Ribeiro Franco e Mario Del Rey 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

Szabó, G.A.J.; Babinski, M.; Teixeira, W. 2000. Rochas Ígneas. In: Teixeira, W.; de Toledo, M.C.M.; Fairchild, T.R.; Taioli, F. (Organizadores), **Decifrando a Terra** - São Paulo: Oficina de Textos, Cap. 16, p. 327 - 346. **Tesouros da Terra**: minerais e pedras preciosas. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

A INFLUÊNCIA DO CLIMA NA PAISAGEM AGRÍCOLA DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Me. Nair Gloria Massoquim, PG/CAPES, Geografia, FECILCAM,
nmassoquim@gmail.com
Dr. Tarik Rezende de Azevedo, orientador, Geografia, USP

Resumo: Neste texto discute-se a influência do clima na paisagem agrícola da microrregião geográfica de Campo Mourão. A região em questão é uma área essencialmente agrícola, com produção *in-natura* e de processamento agroindustrial, que vem sofrendo com as anomalias climáticas. O objetivo do estudo é relacionar a produção e produtividade das culturas agrícolas da soja, trigo e milho safrinha com os elementos meteorológicos (precipitação e temperatura) e fenômenos climáticos (El Niño e La Niña). Resultados indicam que, nos últimos anos, as anomalias climáticas têm interferido severamente no desempenho da produtividade agrícola regional.

Palavras-chave: Paisagem; Clima; Produção Agrícola.

A considerável expansão das culturas agrícolas dos últimos anos, motivada pelos avanços tecnológicos, fazem com que o homem esqueça os percalços do clima e os efeitos do tempo meteorológico na produção e produtividade. Em razão de sua posição geográfica, a Microrregião possui clima e solos favoráveis ao desempenho de lavouras diversificadas. Contudo, como no estudo do clima trata-se de fenômenos adversos e esses são variáveis no tempo e no espaço, o mesmo torna-se tema de constantes discussões.

Para Ayoade (1986), “o clima possui papel de regulador das atividades agrícolas, trazendo, tanto benefícios, quanto danos ao setor agropecuário”. A Microrregião geográfica compreende 14 municípios, polarizados por Campo Mourão, no aspecto da paisagem sócio-cultural e econômica, a mesma é bastante homogênea. Quanto ao Clima, é influenciada especialmente pelo tipo Subtropical Úmido, com uma pequena área de transição para Tropical, ao note, ambos influenciados pelas massas de ar Polar e Tropical Atlântica (Strahler, 1965). As massas são grandes reguladoras dos tipos de tempo e de fenômenos do clima, El

Niño e La Niña, sob sua influência estão elementos que controlam a produção e produtividade agrícola. O objetivo é relacionar a distribuição pluviométrica e variações térmicas, nos anos de 1989 a 2006, com a produção e produtividade das culturas da soja, trigo e milho safrinha na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, sob a influência dos fenômenos La Nina e El Nino.

Para a pesquisa elaborou-se, leituras e reflexões sobre o tema abordado por: (AYOADE, 1986), (ANGELOCCI, 2002), (MAACK, 2002), (MOLINA, 1999) e (ARNTZ, 1996) dentre outros, tabulação e análise de dados, confecção de tabelas e análise de frequência de chuva, produção e produtividade das culturas agrícolas (SEAB/DERAL) e pesquisa de campo. Averiguou-se que a agricultura na Microrregião vem sendo prejudicada por, déficit hídrico acompanhado de calor excessivo (veranico) e a intensa atuação dos fenômenos, La Niña e El Niño, com quebra na produção e produtividade agrícola.

Na elaboração da pesquisa utilizou-se de referencial teórico analítico, descritivo e dados empíricos. Os materiais foram selecionados a partir de coleta elaborada na forma visual e instrumental, considerando o acervo de dados da Estação Meteorológica de Campo Mourão, arquivos do IMET (Instituto Nacional de Meteorologia) e setores afins. Como procedimento metodológico, utilizou-se de etapas já referenciadas em pesquisas anteriores: Na primeira etapa, selecionou-se dados de um banco de dados climático (1986/2006) elaborado (Massoquim/Andeade/Mailkute, 2005/06) a partir de fontes da ECPCM, INMET, SIMEPAR e Mapas Meteorológico 1010 "A". Os indicadores da produção e produtividade agrícola foram extraídos da planilha fornecida pela SEAB (Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento do Paraná) e DERAL (Departamento de Economia Rural). Na segunda etapa, confeccionaram-se tabelas contendo dados diários e mensais dos elementos meteorológicos. Na terceira, selecionou-se e (re)elaborou-se novas tabelas de onde extraiu-se as médias mensais de temperatura e total da precipitação pluviométrica. Para obter-se a soma da produção (por tonelada) e media da produtividade (Kg/h.) da Microrregião, selecionou-se os 14 municípios, dentre os 25 utilizados pela SEAB, realizando-se a soma e média produção/tonelada e rendimento médio Kg/hectare. A quarta etapa, efetivou-se a partir do resultado das análises da variabilidade térmica e pluviométrica e anomalias acarretadas pelos fenômenos El Niño e da La Niña na produção e produtividade agrícola. Foram determinados, nesta pesquisa, as variações mensais da precipitação pluviométrica, em razão do total de precipitação em mm (milímetros) e as variações de temperatura °C (grau Celsius).

O clima da Microrregião de Campo Mourão é do tipo "Cfa e Cfa-h.
- temperado chuvoso - nenhuma estação seca definida, úmido o tempo

todo, inverno com geadas esporádicas e verões quente com médias superior a 22°C” (KOOPEN, 1938, apud AYOADE, 1986, p. 233, 234). Para Strahler 1965, apud Maack (2002), o clima é de origem Subtropical Úmido, com área de transição para Tropical ao norte, ambos influenciados pelas Massas de Ar Polar e Tropical Atlântica. Com raras exceções, no outono, a região sofre influência da massa Tropical Continental (Chaco X Pantanal). Quanto a análise da variação térmica e pluviométrica, o maior índice ocorre no verão e déficit hídrico outono/inverno. Contudo, nos anos de atuação do fenômeno El Niño, o alto índice pluviométrico vai da primavera ao outono. No ano de 1997/98, atuou de setembro a abril, registrando 2100 mm anual. Outros El Niños, que atuaram nos anos de 1991 à 1994 e sucederam-se em 2006/2007 foram de menor intensidade. O fenômeno é responsável por quebras na produtividade agrícola, por acarretar altos índices de precipitação na época de colheita, incidência na proliferação de doenças (ferrugem e acamamento, no caso da soja) A soja é uma cultura termo e fotossensível, sujeita a uma gama de alterações fisiológicas e morfológicas, como por exemplo, a falta de luz solar em sua fase de desenvolvimento com incidência, de alto índice de nebulosidade no mês de dezembro e janeiro, interferindo no fotoperíodo.

Em razão de sua sensibilidade ao fotoperíodo, as variedades devem ser selecionadas a cada região, bem como, sua época de plantio e colheita. Entre as variedades introduzidas na Microrregião, encontra-se as, de ciclo curto (precoce), sementes das variedades Vemax e spring (SYNGENTA) e variedade codetec 215 (CODETEC), as mesmas possuem, época de plantio entre 01 a 20 de outubro e colheita estipulada a partir de 10 de janeiro. Essa variedade é selecionada pelos agricultores da região, em razão de seu ciclo fenológico curto, permitindo a implantação de outro cultivar como o milho safrinha. Contudo, a época de plantio da soja, esta condicionada a distribuição da chuva, às vezes, em razão de percalços climáticos o agricultor sujeita-se a implantar outras variedades pouco recomendadas.

Para ganho de produtividade, a distribuição da chuva e as médias térmicas, devem corresponder a época de plantio, ramificação, floração e desenvolvimento dos grãos. Para uma boa germinação a temperatura do solo deve estar acima de 20°C. na época de plantio e de 13°C, para a floração.

“As temperaturas a que a soja melhor se adapta, estão entre 20°C e 30°C, sendo a ideal para seu desenvolvimento em torno de 30°C” (EMBRAPA, 1999, p.25). As médias térmicas de verão na Microrregião, fica em torno de 24.8°C.

Quanto aos prejuízos para a agricultura da região, até poucos anos só se falava no fenômeno El Niño, mas, a La Niña, também marcou sua presença na região (Climate Prediction Center (CPC)/NCEP/NOAA –

Estados Unidos, 2007), em 1989, 1991 a 1994, fraca em 1995/1996 e bem mais severa, nos anos de 1999, com estiagem de julho a novembro. Em 2000 o fenômeno marcou a região pela falta de chuvas em abril e maio e com registro da maior queda de temperatura dos últimos 45 anos, no mês de julho. Na Microrregião os termômetros registraram 5.4 °C negativos, chegando a 10 °C negativos, em regiões limítrofes. As baixas temperaturas, foram responsáveis pela maior quebra na produção agropecuária em toda a região, atingindo mesmo, a produção de feijão no norte do estado do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. Para a Microrregião, houve quebra na produtividade do trigo e milho safrinha, que registrou uma média de 501 e 664 Kg por hectare, respectivamente, quando o ideal gira em torno de 3000Kg/ha. O ano de 2001, sob o rastro da La Niña, a ma distribuição de chuvas continuou de abril a outubro, registrando o menor índice pluviométrico dos últimos 18 anos, 1337 mm. anuais. Em 2005/06, o fenômeno prejudicou as lavouras de inverno e de verão de toda a Região Sul. No mês de fevereiro de 2005, não houve registros de precipitação nos postos meteorológicos. Os índices continuaram baixos nos meses de março, abril e maio, em 80% dos municípios da Microrregião, em alguns, impossibilitou, a semeadura do milho safrinha.

Mesmo com uma média anual de 1668 mm, a variabilidade condiciona a região a déficit hídrico, com ma distribuição, especialmente nos meses de outono/inverno, quando são registrados períodos de 15 a 30 dias sem chuvas. Em razão da distribuição pluviométrica as temperaturas também oscilam. Enquanto as médias de temperatura ficam em torno de 21 a 22°C, as médias das extremas de máxima e de mínima dos últimos 18 anos, são respectivamente, 26,5°C e 15,4°C. As extremas ocorreram em março de 2005 com 37 °C, e julho de 2000 com, - 5.4°C (negativos).

Observou-se que nos últimos anos, a região apresentou menor numero de dias frios e, as temperaturas de outono, equipararam-se, ou ultrapassando as de verão, a ex. do ano de 2005, em que registrou-se, máximas de 33,2°C em dezembro, 32.4°C em janeiro e 35.8°C em fevereiro, enquanto que no outono, registrou-se 37.0°C no mês de março e 34.2°C no mês de abril. Não fosse o veranico que se instalou nos meses de fevereiro, março e abril, favorecido pela La Niña, as temperatura média de 25.6, 25.5 e 23.9 °C, respectivamente, teriam sido excelentes para o desenvolvimento e produtividade da cultura do milho safrinha e da soja de ciclo médio.

Quanto à influência do clima sobre a paisagem agrícola, observou-se que as culturas de inverno têm sofrido mais com as estiagens, do que com as geadas. Período em que a produtividade das culturas alternativas, trigo e milho safrinha, cai de uma média de 3000 Kg/h., para 2000 Kg/h. Detecta-se que embora o setor agrícola possa contar com avanços

tecnológicos (melhorias genética, variedades mais resistentes, sementes selecionadas), o clima ainda é um fator de interferência na produção e produtividade agrícola. Tendo o país um alto potencial na produção de grãos o desafio ainda é, criar variedades de elevado potencial, para ciclos que coincida o mais próximo possível com períodos em que os elementos climáticos favoreçam a produção e ganhos de produtividade, diminuindo os prejuízos da economia ligada ao setor agropecuário e do agro negócio.

Apesar de enfatizar-se o clima da região como bastante favorável ao desenvolvimento agrícola, observou-se que a atuação dos fenômenos, El Niño e La Niña são intensos e condicionantes dos elementos do tempo meteorológicos. Detectou-se que, em pelo menos 9, dos 18 anos observados, a La Niña atuou na região, num regime moderado a forte (1991 a 1994, 1999 a 2001 e 2005/06), desses, 6 com veranicos de outono. O El Niño atuou em 5 ocasiões (1994/95, 1997/98, 2006/07), 3 das quais com prejuízos moderados. Dos 18 anos analisados, houve interferência dos fenômenos em 14, dos quais 9 interferiram na produtividade das culturas comerciais da região. O prejuízo para o agricultor é tanto com a perda de produtividade, quanto econômico (preço do produto) o que pode também ser atribuído à falta de melhor planejamento dos cultivares, especialmente no caso do milho safrinha.

Referências

- ARNTZ Wolf e FAHRBACH, Eberhard. **El Niño: Experimento climático de la naturaleza - Causas físicas y efectos biológicos**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1996.
- ANGELOCCI et al. **Agrometeorologia - fundamentos e aplicações prática**. São Paulo: Livraria e Ed. Agropecuária, 2002.
- AYOADE, J. O. **Introdução à Climatologia dos Trópicos**. São Paulo: Difel, 1986.
- KÖPPEN, W., **Climatologia. Con un estudio de los climas de la tierra**. México: FCE, 1948.
- MOLINA, José. J. C. **“El Niño” Y el sistema climático terrestre**. Barcelona: Ariel. S. A. 1999.
- MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 3ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- MOTA, F.S., **Meteorologia Agrícola**. 4ª ed. São Paulo: Biblioteca Rural, Nobel, 1979.
- NOAA. Climate Prediction Center (CPC)/NCEP/NOAA - Estados Unidos.(março de 2007).

ESTUDO POPULACIONAL DE *ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA* (BERTOL.) KUNTZE NO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO MOURÃO – PR

Simone de Fátima Trivillin, Geografia, FECILCAM, LEPAFE,
simonetrivillin@hotmail.com

Juliana Zanardi de Matos, Geografia, FECILCAM, LEPAFE,
juzarnardimatos@hotmail.com

Talita Fernanda Cantarero, Geografia, FECILCAM, LEPAFE,
thalyta_58@hotmail.com

Dr. Mauro Parolin, orientador, Geografia, FECILCAM, LEPAFE,
mauroparolin@gmail.com

Resumo: Foi realizado um levantamento do número de *Araucaria angustifolia* Bertol. Kuntze no perímetro urbano de Campo Mourão - PR, com o objetivo de quantificar, qualificar e mapear os espécimes encontrados. Os resultados parciais indicam que 53,6% das araucárias são do sexo masculino, 10,7% do sexo feminino e em 35,7% não foi possível a determinação do sexo. Também foi possível observar que espécimes femininos estão produzindo pinhão (80% dos casos). Moradores das residências onde as mesmas foram encontradas demonstraram o desejo de retirada dessas árvores por conta da sujeira que as mesmas provocam. O presente estudo mostra que há necessidade de conscientização e preservação dessa espécie.

Palavras-chave: distribuição populacional; Araucária; mapeamento.

Algumas hipóteses fundamentadas em conhecimentos paleogeográficos e paleobotânicos procuram explicar a origem da *Araucaria angustifolia*. Com base nestas hipóteses, os ancestrais dessa espécie dispersaram-se e desenvolveram-se no período cretáceo, antes da Deriva dos Continentes (LEITE & KLEIN, 1990). Segundo Lorenzi (2000) com a deriva continental evoluindo para a atual configuração dos continentes, desenvolveu-se a família Araucariaceae que apresenta dois gêneros: *Araucaria angustifolia* (Bert.) Kuntze, com duas espécies na América do Sul: a *araucana* (que ocorre no sul do Chile e Argentina) e *angustifolia* (que ocorre no sul do Brasil e em parte da Argentina). Outro gênero encontrado é a *agathis*, na Austrália. Estudos de palinologia revelaram que a partir de 45 a 33 mil anos AP., houve um aumento na umidade e uma expansão da floresta com araucária no Brasil. Entre 17 e 13 mil anos AP. ocorreu um clima frio e relativamente seco que causou um recuo dessas florestas. No final do Pleistoceno (13 a 11 mil anos AP.), houve um novo aumento de umidade e uma nova expansão das florestas com Araucária. Entre 11 e 8.5 mil anos AP, houve um abrupto e curto

período com o retorno do clima frio e seco, ocasionando uma nova retração das florestas. Depois de 40 mil anos AP. o clima retorna a ser úmido, reassumindo as condições atuais (RAMBALDI & OLIVEIRA, 2005). A presença de uma flora temperada adaptada a um clima frio e seco num passado não muito distante, e localizada em latitudes e altitudes inferiores as da zona de ocorrência atual, leva a conclusão que no passado essa floresta estendia-se em altitudes bem menores que atualmente Esses pinheiros são encontrados nas regiões serranas e planaltos, em altitudes que variam de 500 a 1.500 metros acima do nível do mar (LEITE & KLEIN, 1990). Segundo Lorenzi (2000) é conhecida como pinheiro, pinho, pinho-brasileiro, pinheiro-são-josé, pinheiro macaco, ou do tupi “curi”, derivando desta denominação, o nome da Capital do Estado, Curitiba, que significa terra de muito pinhão. Por isso ficou sendo um dos símbolos do Estado do Paraná. Para Maack (1981) a mata de araucárias forma um ecossistema chamado floresta ombrófila mista. Esse domínio vegetal cobria vastas extensões dos planaltos e serras da Região Sul e trechos da região Sudeste. Estendia-se desde a porção nordeste e norte do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina e Paraná e penetrando nas terras altas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Descreve a região de Campo Mourão mais plana com mesetas que separam as bacias dos rios Piquiri e Ivai. O solo é latossolo roxo e, nas áreas montanhosas os solos são litólicos. A área de ocorrência da floresta apresenta no limite paralelo ao curso do rio Ivai. No município ocorriam pinheiros esporádicos, sendo sua área natural no sul de Bourbonia até Luiziania. Segundo Martins (2004) o pinheiro é uma árvore alta, de 25 a 30 m de altura, tronco cilíndrico e reto, 1 m de diâmetro ou pouco mais. As ramificações aparecem no topo da árvore com folhas situadas nas pontas dos ramos. A árvore assume o aspecto inconfundível de um grande guarda-sol, facilmente identificada na floresta. Esse tipo de vegetação necessita receber bastante sol e de terrenos com boa disponibilidade hídrica. Quando jovem, a planta convive bem com o sombreamento, mas quando adulta, prefere a luz direta. Para Rietz & Klein (1966) esta espécie caracteriza essa formação por sua grande abundância, porte agigantado, seus fustes retos, copas corimbiformes peculiares com folhas verde-escuras, que emergem por diversos metros por sobre o restante da vegetação arbórea e a torna inconfundível. A planta é dióica, isto é, possui flores masculina e feminina em árvores diferentes. Além disso, é utilizado para uma série de finalidades, desde resina que destilada fornece alcatrão, óleos diversos, pasta de celulose e variadas aplicações industriais (*apud* Costella & Britez, 2004). Assis *et al.* (1994) argumentam que o homem, as aves (gralhas, papagaios, etc.) e os animais (cutias, macacos, entre outros) alimentam-se e fazem a disseminação das sementes do pinheiro-do-paraná.

Diante do exposto o presente estudo teve como objetivo: i) mapear e avaliar os remanescentes de Araucárias no perímetro urbano do Município de Campo Mourão (área central e bairros próximos ao centro); ii) quantificar os espécimes encontrados no perímetro urbano da cidade; iii) levantar dados referentes ao sexo da espécie, idade, altura, perímetro de peito e base de cada espécime encontrado; iv) observar as condições de sanidade das espécies e v) identificar a origem do espécime (resultado de plantio ou nativo).

Os resultados mostraram que 53,6% das araucárias encontradas são do sexo masculino, 10,7% do sexo feminino e 35,7% não foi possível a determinação do sexo. Também foi observado-se que os espécimes femininos estão produzindo pinhão (80% dos casos). Os resultados demonstraram que das 152 araucárias catalogadas, 25% podem ser consideradas jovens, 21% adultas e 54% velhas. As condições de sanidade também foram observadas levando-se em consideração a aparência do espécime, a existência de cupins, galhos quebrados, galhos secos, entre outros. De acordo com estas características, 73% apresentam ótima sanidade, 7% boa e 20 % ruim.

Considerando a Avenida Capitão Índio Bandeira como divisor de água, a vertente sul (que drena o Rio Km 119) apresentou 47% dos espécimes encontrados e na vertente ao norte (que drena o Rio do Campo) foi catalogada 53% de espécimes. Do total encontrado, 48 % provavelmente é resultado de plantio e 52 % provavelmente é nativa.

As Araucárias encontradas foram examinadas quanto à altura (estimada por escala fotográfica). Nos espécimes jovens a altura média foi de 7 metros, já nos espécimes adultos a altura média foi de 12 metros e nos velhos 14 metros.

Em conversa com os moradores das residências os mesmos se mostraram insatisfeitos com a presença da espécie em sua propriedade, em praticamente todas as entrevistas realizadas foi demonstrado o desejo da retirada dessas árvores, sendo o principal motivo a grande quantidade de folhas secas produzida pela planta. O presente estudo mostra que há necessidade de conscientização e preservação dessa espécie, bem como maior participação do poder público na implementação de leis que possam ajudar a conservar a mesma.

Os autores agradecem à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/Fundo Paraná pelas facilidades oferecidas.

Referências

- ASSIS, Célia de. *et al.* Matas de Araucária. São Paulo: FTD, 1994. – Coleção Nossas Plantas.
- COSTELLA, Paulo Roberto; BRITZ, Ricardo Miranda de (org.). Conservação e diagnósticos dos remanescentes de araucárias. Brasília:

Ministério do Meio Ambiente, 2004. 236 p.

JOLY, Aylthon Brandão. Botânica: *Introdução à Taxonomia Vegetal*. 6.ed., São Paulo: Editora Nacional, 1998. (p. 212).

LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: _____ Geografia do Brasil: Região Sul. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 420 p.

LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Vol. 1. 4 ed. São Paulo: Plantarum, 2000. 51 p.

MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S/A. 2ª ed. 1981.

MARTINS, Romário. Livro das árvores do Paraná. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. 224p.

RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suarez (orgs). Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. 2 ed. Brasília: 2005. 510 p.

DENSIDADE DE *MELIA AZEDARACH* L. NA PORÇÃO SUPERIOR DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO CAMPO, CAMPO MOURÃO – PR.

Thaia do Carmo Calderon, TCC, Geografia, Bacharelado, FECILCAM,
thaia_calderon@yahoo.com.br

Dr. Mauro Parolin, TIDE/LEPAFE, FECILCAM, mauroparolin@gmail.com

Resumo: Estimou-se a densidade populacional de *Melia azedarach* L. na porção superior da bacia do rio do Campo. A contagem (773 indivíduos) foi realizada na área de mata ciliar num total de 12,9 km de transectos percorridos, estimando-se uma população média de 4.320,41 indivíduos (densidade 9,98 indivíduos/há). O trabalho mostra que a densidade da espécie por hectare aumenta na medida em que aumenta a ordem dos canais (1º=6,74; 2º=6,77; 3º=8,54; 4º=9,02), que a ocupação da espécie nas áreas de nascentes é reduzida, e que a espécie não consegue fazer frente a uma mata ciliar já estabelecida, ocupando preferencialmente a borda desta.

Palavras-Chave: mata ciliar; espécie invasora, espécie exótica.

Melia azedarach é nativa originalmente da região do Paquistão, Índia e China e atualmente foi aclimatada em diversas regiões do mundo, em função de sua facilidade de adaptação. No Brasil está amplamente distribuída nas regiões subtropicais, onde é utilizada como ornamental e para sombra, e recebe vários nomes populares, como Santa Bárbara, Cinamomo, entre outros. Segundo Pio Corrêa (1984), a espécie apresenta as seguintes características: casca pouco espessa; folhas alternas

compostas com 4 a 5 pares de folíolos ovados ou lanceolados; flores pequenas, de corola azulada e anteras amarelas erectas; ovário livre com três a seis lóculos; fruto dupla elipsóide globosa lisa com até dois centímetros de diâmetro, apresentando quando maduro coloração amarela. Ainda segundo o autor o peso específico de sua madeira está entre 0,71 e 0,75, sendo muito utilizada em obras expostas, marcenaria, instrumentos musicais, lenha, carpintaria, contra-placa, caixas, cabos de ferramentas, brinquedos e principalmente para móveis. Possui um crescimento rápido, atinge de 6 a 12 metros de altura e algumas variedades podem alcançar mais de 20 metros (KINGSBURY 1964; OELRICHS *et al.* 1985). Schneider *et al.* (1987) indicam que a espécie não é exigente em relação ao solo, sendo intolerante apenas a solo alagadiço, e possui boa adaptação em solos de baixa fertilidade, desde que sejam permeáveis. Produz grande número de sementes e possui fácil germinação. Vendramim & Scampini (1997) enquadra a espécie como boa portadora de potencial biotecnológico em função do fato de que diversas partes da planta possuem propriedades antifúngicas, inseticidas e antivirais que podem ser utilizadas no controle de algumas doenças e pragas agrícolas.

A espécie é exótica e são divergentes as discussões em torno dela, pois alguns estudos vêm atentando para o fato de que ela é uma pioneira com grande potencial colonizador. Entretanto, também existem discursos que condenam sua utilização. Alguns pesquisadores como Bromilow (2001) e Ojasti *et al.* (2001), afirmam que a espécie provoca a invasão de florestas, substituindo as espécies nativas e alterando assim o equilíbrio e a auto-sustentabilidade desses sistemas. Ojasti *et al.* (*op cit.*), chega a recomendar a retirada dos espécimes com sucessivos cortes das rebrotas que atingem 30 cm de comprimento até a exaustão e morte da planta. Silva *et al.* (1994) ao contrário de tal posicionamento, defende a utilização da espécie, afirmando que frente a uma floresta estabelecida ela não apresenta ameaça ao processo evolutivo natural da vegetação, em função de sua necessidade de iluminação. Considerando também o fator luminosidade, Rocha (1990) e Dolibaina (1992) escrevem sobre a presença de indivíduos de *M. azedarach* apenas nas bordas das matas ciliares, tendendo esta a desaparecer ou ser bastante reduzida em condição de floresta mais densa. Silva (2005), analisando uma área reflorestada com *M. azedarach*, afirma que esta apresenta vantagens em práticas de reflorestamento de áreas degradadas em função de seu crescimento rápido. Além disso, pela grande produção de sombra e biomassa, a espécie pode servir de suporte para o desenvolvimento da vegetação secundária. Diante dos posicionamentos divergentes, a pesquisa analisou a densidade populacional de *M. azedarach* na porção superior da bacia hidrográfica do rio do Campo estabelecendo o

posicionamento dos indivíduos na mata ciliar e mencionando as faixas etárias.

O estudo foi feito através de um censo populacional realizado com base na contagem dos espécimes observados em transectos sorteados ao acaso ao longo da mata ciliar. Os transectos perfizeram um total de 12.900 metros, percorridos a pé no inverno de 2007. Durante a contagem foi avaliado o posicionamento dos espécimes na mata, fazendo menção à ocupação do interior ou da borda. A localização dos espécimes foi obtida por meio de Sistema de Posicionamento Global (GPS) e as densidades foram calculadas e individualizadas por ordem de canal na bacia hidrográfica. O comprimento dos canais foi estabelecido com curvímeter, sendo as distâncias aferidas e comparadas com o trabalho de Souza (2003). As áreas de mata ciliar respectivas a cada ordem de canal foram medidas tendo por base 30 metros de cobertura ciliar em cada margem. Foram tomadas medidas de perímetro na base (PB) e perímetro à altura do peito (PAP) (1,30 m). A distinção dos indivíduos quanto a faixa etária foi estabelecida com base no diâmetro a partir do perímetro ($DB=PB\div\pi$ - $DAP=PAP\div\pi$), sendo considerados jovens os indivíduos com $DAP \leq 10$, adultos > 10 e < 30 e velhos os indivíduos com $DAP \geq 30$.

Nos canais de primeira ordem da bacia, que perfazem um total de 34.000 metros, pode-se estimar uma população média de 1.376,58 indivíduos presentes na mata ciliar, com uma densidade de 6,74 indivíduos/ha. Nos canais de segunda ordem (21.000 metros de extensão) a população média é de 853,54 indivíduos com uma densidade de 6,77 indivíduos/ha. Já nos canais de terceira ordem (11.000 metros) a média fica em 1.170 indivíduos com uma densidade de 8,54 indivíduos/ha e nos de quarta (6.100 metros) a média é de 330,41 indivíduos com uma densidade de 9,02 indivíduos/ha. Os resultados demonstram, portanto que a densidade aumenta de acordo com o aumento da ordem dos canais. Quanto à faixa etária da população a população é composta por 41,67% de indivíduos velhos, 41,66% adultos e 16,66% jovens. Nos transectos realizados na bacia do rio das Barras, principal afluente do rio do Campo, observou-se a inexistência de indivíduos situados no meio da mata ciliar; em todos os casos a ocupação ocorre na borda. Já na bacia do rio do Campo, principalmente na junção dos canais de segunda ordem com os de terceira, a espécie também ocupou o interior da mata ciliar, num número aproximado de 15 indivíduos para cada 100 metros de transecto. Nas proximidades das nascentes de toda a bacia hidrográfica a população é reduzida (89 para cada 3.100 metros de transecto), mesmo em áreas onde a mata encontra-se em recuperação e a luminosidade é abundante. Pode-se perceber em toda a bacia uma concentração de indivíduos em determinados pontos, o que é desfavorável para os espécimes devido a facilidade de disseminação de determinadas pragas e/ou doenças. As

populações de *M. azedarach* apareceram na mata ciliar principalmente em conjunto com espécies do gênero *Aspidosperma*, *Cabralea*, *Psidium*, *Schinus*, *Nectandra*, *Ocotea*, *Cedrela*, *Grevillea*, *Cecropia*, *Acacia*, *Anadenanthera*, *Syagrus*, *Roupala*, *Rhamnaceae*, *Eucalyptus*, *Leucaena*, entre outros.

Segundo a portaria nº 074 do Instituto Ambiental do Paraná *M. azedarach* é considerada como espécie invasora frente ao ecossistema nativo, sendo desaconselhado o seu plantio. No entanto, a presente pesquisa demonstrou que a densidade dessa espécie é baixa na área de mata ciliar (9,98 indivíduos/há). Devendo ser considerado que é grande número de áreas onde a espécie não se faz presente (1.700 m de transectos) e que a percentagem de indivíduos jovens é pequena (16,66%). O único ponto onde a concentração foi maior localiza-se no rio do Campo, cerca de 4 km antes de sua junção com o rio das Barras, onde foram contados 166 indivíduos em 1.000 metros de transecto. Nessa região, entretanto, é possível observar que os indivíduos ocorrem de forma agregada e em muitos casos já tomados por lianas e epífitas. Diante desses fatos o presente trabalho concorda com Silva *et al.* (1994), Dolibaina (1992) e Rocha (1990), indicando que essa espécie é muito importante na recuperação e formação das matas ciliares, e que a mesma não consegue fazer frente à uma mata já estabelecida (os autores agradecem à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/FUNDO PARANÁ, pelo apoio).

Referências

- BROMILOW, C. **Problem Plants of South Africa**. South Africa: Briza Publications, 2001.
- PIO CORRÊA, M; Dicionário de plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984.
- DOLIBAINA, P. C. Estudo Florístico e Fitossociológico do parque Arthur Thomas, Londrina-PR. Monografia do Departamento de Biologia Animal e vegetal da Universidade Estadual de Londrina-PR, 1992.
- KINGSBURY J.M. *Poisonous Plants of the United States and Canada*. Prentice-Hall: Englewood Cliffs, 1964.
- OJASTI, J. et al.. Informe sobre las Especies Exóticas en Venezuela. Caracas, Venezuela: Ministerio del Ambiente y de los Recursos Naturales, 2001.
- OELRICHS P.B.; et al. Toxic tetranortriterpenes of the fruit of *Melia azedarach*. *Phytochemistry*, 1983.
- ROCHA, L, S. Fitossociologia arbórea da porção noroeste do Parque Estadual matas dos Godoy, Londrina. Monografia do Departamento de Biologia Animal e Vegetal: Universidade Estadual de Londrina-PR, 1990.

SILVA, F. das C; SALIMON, L. H. S.; CUSTÓDIO, A. R. Comportamento de uma população de *Melia azedarach* L. Santa Bárbara, vivendo no ecótono do Parque Estadual mata dos Godoy, Londrina, Paraná, Brasil. In: Arquivos de biologia e Tecnologia, v37, n.4, 1994, p. 951-958.

SILVA, Paulo Antônio da; Predação de sementes pelo maracanã-nobre (*Diopsittaca nobilis*, Psittacidae) em uma planta exótica (*Melia azedarach*, Meliaceae) no oeste do Estado de São Paulo, Brasil. São Paulo: Revista Brasileira de Ornitologia, 2005, p. 183-185.

SCHNEIDER, P.R.; et al. Cultura do Cinamomo, *Melia azedarach* L. Santa Maria: CEPEF/FATEC, 1987.

SOUZA, Geraldo Scheleski de; **Análise Fisiográfica da Microbacia Hidrográfica do Rio do Campo**. Dissertação de Especialização em Educação, Planejamento e Gerenciamento do Meio Ambiente. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Campo Mourão, 2003.

VENDRAMIM, J.D.; SCAMPINI, P.J. Efeito do extrato aquoso de *Melia azedarach* sobre o desenvolvimento de *Spodoptera frugiperda* (J.E. Smith) em dois genótipos de milho. **Revista de Agricultura**, v.72, p.159-170, 1997.

PRIMEIRO REGISTRO DE *DOSILIA* PYDANIELI (PORÍFERA ESPONGILLIDAE) NO ESTADO DO PARANÁ

Viviane Aparecida da Silva, PIC, SETI, Fundo Paraná, Geografia, FECILCAM, vivibyback@hotmail.com
Andréa Barbieri Rezende, Laboratório de Geociências, Universidade Guarulhos
Dr. Mauro Parolin, orientador, Geografia, FECILCAM, mauroparolin@gmail.com
Me. Valdir Alves, co-orientador, Matemática, LEPAFE, FECILCAM

Resumo: Foi registrada a presença de esponja de água doce da espécie *Dosilia pydanieli* Volkmer-Ribeiro 1992, em uma lagoa em Jussara – PR (23°31'11"S/52°27'35"W). A espécie ocorreu fixada em restos de macrófitas, sendo também encontradas microscleras e gemoscleras nos sedimentos. Os parâmetros limnológicos avaliados tiveram os seguintes resultados: oxigênio dissolvido 5,8 ml/l; pH de 6,2; condutividade 32,2 µs/cm; temperatura de 24,5 °C. O presente registro amplia a distribuição da espécie para o Estado do Paraná, pois até o momento sua presença estava associada a lagoas sazonais entre Roraima e São Paulo.

Palavras-Chave: esponja de água doce; Jussara; limnologia.

A espécie de esponja de água doce *Dosilia pydanieli* Volkmer-Ribeiro 1992 ocorreu até agora somente em pequenas lagoas com vegetação abundante de macrófitas, encrustando caules e folhas submersas em pequena profundidade, em locais abrigados da luz. Com registro de Roraima a São Paulo (VOLKMER-RIBEIRO, 1999). Segundo Volkmer-ribeiro (1992) *D. pydanieli* é uma esponja típica de lagoa de turfeira em floresta, que ocorre tanto na região norte quanto sudeste do Brasil. Estudos realizados por Volkmer-Ribeiro & Motta (1995) em lagoas do Triângulo Mineiro indicam que essa espécie está associada a uma condição climática com períodos de seca típicas do cerrado. Cândido *et al.* (2000) relatam a ocorrência dessa espécie no lago Caracaranã em Roraima, relacionando sua ocorrência a períodos sazonais de seca onde se tem maior disponibilidade de sílica dissolvida, nesse mesmo lago os autores relatam os seguintes resultados quanto a parâmetros limnológicos; i) percentual de cobertura de macrófitas 10%; ii) pH entre 5,0 e 6,7; iii) condutividade entre 38,6 e 52,5 $\mu\text{s}/\text{cm}$. Parolin (2006), informa que *D. pydanieli* foi à única espécie encontrada vivendo atualmente na lagoa dos 32 (Taquarussu/MS), o mesmo autor constatou que a produção de gêmulas dessa espécie foi abundante durante o inverno de 2004 e outono de 2005, coincidindo com fases mais secas sendo rara ou ausente a presença destas nas demais estações.

O presente trabalho mostra os primeiros resultados da incursão feita em agosto de 2007 na lagoa supra mencionada, onde as condições de acesso à mesma foram extremamente dificultadas pela falta de trilhas e/ou carregadores que dessem possibilidade á entrada de embarcação no local. A lagoa apresenta forma circular com um diâmetro aproximado de 397,88 metros, e cobertura de macrofitas em aproximadamente 50% da área. A área esta localizada no terceiro planalto paranaense, na sub-unidades morfoescultural planalto de Umuarama, em relação ao relevo apresenta um gradiente de 380 metros com altitudes variando entre 240 e 620 metros (a lagoa esta situada na altitude de 334 metros). As formas predominantes são as de topos alongados e aplainados, vertentes convexas e vales em “v” modelados em rochas da formação Caiuá. A região segundo (MOSER, 1990) apresenta solos do tipo Padzólico Vermelho escuro, a vegetação original era composta por floresta estacional semidecidual (LEITE & KLEIN, 1990)

Na campanha realizada coletou-se as esponjas que estavam agregadas nas macrófitas, bem como realizou-se coletas de sedimento em três pontos da lagoa com aparelho vavvim. Foram analisadas características físicas e químicas das águas superficiais da lagoa. Os parâmetros avaliados foram: temperatura da água (termômetro Digimed®); oxigênio dissolvido (oxímetro Ysi-55®); condutividade (condutivímetro Digimed®) e pH (pHmetro Digimed®). Para exame das

espículas fez-se uso de microscópio óptico, foram retiradas porções dos sedimentos de diversas profundidades, fervidos em tubo de ensaio com ácido nítrico (65%), lavados diversas vezes com água e num segundo momento com álcool (70%). Agilizando-se o processo com centrifugação, o material foi pingado sobre lâminas que, após secagem, foram cobertas com Entelan® e lamínula (Volkmer-Ribeiro & Turcq, 1996). As lâminas avaliadas estão depositadas no Laboratório de Estudos Paleoambientais da Fecilcam sob o número de catálogo Lepafe (sedimento): 01/2007 e Lepafe (espécie): 01/2007.

As espículas silicosas presentes nos sedimentos foram identificadas conforme as categorias descritas por Volkmer-Ribeiro & Pauls (2000) sendo: a) megascleras - espículas que integram toda a rede esquelética e geralmente são as maiores espículas presentes; b) microscleras - espículas de tamanho reduzido e com a superfície recoberta por espinhos, possuem valor taxonômico na caracterização de gêneros e espécies e c) gemoscleras - espículas que recobrem as gêmulas das esponjas de água doce e que constituem o caráter morfológico mais importante para a caracterização de famílias, gêneros e espécies.

Os resultados tanto das macrofitas quanto do sedimento demonstraram a presença de gemoscleras da espécie *D. pydanieli*. Sendo este o primeiro registro para o Estado do Paraná, ampliando assim a ocorrência da mesma (*Projeto financiado com recursos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – FUNDO PARANÁ*).

Referências:

- ATLAS, Geomorfológico do Estado do Paraná – mineiras do Paraná.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: **Geografia do Brasil/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociência.** Rio de Janeiro. 1990.
- MOSER, José Marcos. Solos. In: **Geografia do Brasil/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociência.** Rio de Janeiro. 1990.
- PAROLIN, Mauro. Mudanças hidrológicas e paleoambientais indicadas por espongo fácies em sedimentos lacustres no sudeste do estado do Mato Grosso do Sul. In: Parolin, M. **Paleoambientes e Paleoclimas no final do Pleistoceno e no Holoceno no Sudeste do Estado do Mato Grosso Sul.** Maringá –Pr .2006.
- VOLKMER-RIBEIRO, Cecília. Esponjas. In: **Biodiversidade do Estado de São Paulo síntese do conhecimento ao final do século XX. Invertebrados de água doce.** São Paulo, FAPESP, 4:1-19.

VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; MOTTA, José Francisco. **Esponjas formadoras de espongilitos em lagoas no Triângulo Mineiro e adjacências com indicação de preservação de habitat**. Porto Alegre, v.3, n.2, p. 145-169, Biociências.1995.

VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; PAULS, S.M. **Esponjas de água doce Porífera, Demospongiae de Venezuela**. Venezuela, v. 20 ,n.1,1-28, Acta Biológica. 2000.

LEVANTAMENTO DAS GALERIAS PLUVIAIS CONTRIBUINTES DO RIO KM 119 DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR

William Eugênio Versori, TCC, Bacharelado, Geografia, FECILCAM,
williamversori@bol.com.br

Me. Paula Cristina de Souza, orientadora, Geografia, FECILCAM,
paulacsouza@uol.com.br

Me. Lídia Tomoco Miyagui Mizote, co-orientadora, Geografia, FECILCAM,
lidiamizote@yahoo.com.br.

Resumo: Este trabalho propõe avaliar as condições dos emissários das galerias pluviais contribuintes do rio Km 119 compreendidos no perímetro urbano do município de Campo Mourão-PR, por meio de levantamento de campo realizado a pedido da Empresa Genius Loci, para a elaboração do Plano Diretor Municipal, com o objetivo de verificar *in loco* impactos ambientais oriundos da drenagem urbana das águas pluviais. Espera-se que os resultados obtidos sejam utilizados na definição de diretrizes e proposições para o Plano Diretor.

Palavras-chave: Plano Diretor; drenagem urbana; impacto ambiental.

Introdução

O acelerado e desordenado crescimento das cidades com a impermeabilização de grandes áreas tem trazido sérios problemas, principalmente no que se refere aos impactos ambientais provocados pela drenagem urbana. Com o aumento do grau de urbanização, cresce também as áreas impermeáveis, sobrecarregando os sistemas de drenagem pluviais com conseqüente degradação do solo e dos recursos hídricos.

A impermeabilização do solo potencializa o escoamento superficial, provocando o aumento do fluxo e da velocidade das águas drenadas pelas galerias pluviais e conseqüentemente, das vazões máximas alterando o regime dos rios além de intensificar os processos erosivos. Segundo Tucci (1997), na medida em que a cidade se urbaniza,

em geral ocorre a redução da infiltração no solo devido à impermeabilização das superfícies e como consequência, a diminuição do nível do lençol freático; transporte de sedimentos e de resíduos sólidos devido à desproteção das superfícies; deterioração da qualidade da água devido à lavagem das ruas, e às ligações clandestinas de esgoto sanitário ao sistema de drenagem de água pluvial, acarretando o aumento das vazões máximas dos rios.

Dependendo da atividade desenvolvida e/ou das interferências, as águas pluviais representam uma contribuição significativa de cargas poluidoras. A disposição de lixo nas ruas, somado ao lançamento de esgoto e descarga de efluentes de origem diversa constituem nos principais fatores responsáveis pela deterioração da qualidade dos recursos hídricos. A realização de estudos de impacto ambiental aliados ao Plano Diretor em diversas cidades brasileiras, tem contribuído para que o planejamento urbano proporcione a adequação dos sistemas de drenagem pluvial, e consequentemente melhorando as condições de conservação dos recursos hídricos. O Plano Diretor utiliza-se de alguns instrumentos como o zoneamento da bacia hidrográfica, parcelamento, uso e ocupação do solo, proteção de áreas especiais, os quais oferecem sustentação legal para que de fato ocorra a efetivação de medidas que possam contribuir na melhoria da qualidade urbana associada à conservação ambiental. Segundo MOTA (1999) o controle do escoamento superficial em uma bacia hidrográfica deve fazer parte de um Plano Diretor de Drenagem, levantando as principais características dos meios físico, biológico e sócio-econômico, no intuito de promover ações que garantam a adequada circulação da água na superfície do solo.

Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo realizar um levantamento quantitativo e qualitativo das galerias pluviais contribuintes do Rio Km 119 da área urbana do município de Campo Mourão - PR, avaliando as condições de seus emissários quanto à distância do ponto de despejo até a calha do rio Km 119, investigando a presença de processos erosivos provocados pela inadequação do sistema de drenagem, transporte e depósitos de resíduos sólidos, e existência de água parada nos pontos de despejos dos emissários visitados.

Este trabalho faz parte da etapa de levantamento de dados da atualização do Plano Diretor do município de Campo Mourão - PR, coordenado pela Secretaria de Planejamento, e solicitado pela empresa Genius Loci Arquitetura e Planejamento, responsável pela elaboração do Plano Diretor Municipal. O resultado deste levantamento servirá de subsídio na definição das diretrizes e proposições do Plano Diretor Municipal, onde a proteção dos recursos hídricos deverá ser priorizada no seu plano de ação e de investimentos por meio da adequação do sistema de drenagem pluvial.

Materiais e procedimentos metodológicos

O levantamento das condições dos emissários das galerias pluviais situadas ao longo do rio Km 119 foi viabilizado por meio de mapa do sistema de drenagem da área urbana do município de Campo Mourão - PR disponibilizada pela Secretaria de Planejamento. O levantamento foi realizado através de visita de campo, entre os meses de julho e setembro de 2007, com acompanhamento e apoio das Secretarias Municipais de Planejamento, de Agricultura e Meio Ambiente, da Ação Social, Agenda 21 Local, Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, e Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. O levantamento alcançou 85% dos emissários contribuintes do rio Km 119, e a partir destes emissários é que se teve o diagnóstico. Foram localizados 34 pontos de despejo de um total de 40 emissários.

A localização dos seis emissários não descritos neste trabalho foi dificultada pelos seguintes motivos: não estarem visíveis em nível de solo, talvez por soterramento ou obstrução por entulhos, sedimentos ou vegetação; devido à dificuldade de acesso até o ponto de despejo dos mesmos pois à sua localização estava em área particular sem acesso permitido, área alagada ou em meio à vegetação fechada; ou ainda, por não estarem no local indicado no mapa disponibilizado pela Secretaria de Planejamento de Campo Mourão. O levantamento foi realizado de montante a jusante, sendo que em todos os emissários visitados foram tiradas fotos, com o objetivo de registrar evidências da condição atual complementadas com observações realizadas *in loco* quanto à: distância do ponto de despejo até o rio, presença de processos erosivos, transporte e depósitos de resíduos sólidos, existência de água parada e outras observações consideradas relevantes para o levantamento. As visitas foram realizadas em período de estiagem, descartando-se assim, qualquer possibilidade dos despejos estarem associados à drenagem pluvial. Os dados foram organizados e tabulados de forma a possibilitar o estabelecimento de correlações entre as condições dos emissários e os impactos ambientais identificados.

Análise e discussão

De acordo com o levantamento realizado, 76,47% dos emissários visitados apresentam problemas associados à inadequação do sistema quanto à ausência de dissipadores de energia e distância do ponto de despejo até o rio.

Segundo BOTELHO (1998), as águas pluviais quando chegam nos rios e córregos não devem causar perturbações ou erosões no corpo receptor ou nas imediações.

De todos os emissários visitados:

- 26,47% apresentam concomitantemente processos erosivos, despejo de efluentes, transporte e deposição de resíduos sólidos e poças de água parada;

- 52,94% dos emissários apresentam água parada no ponto de despejo, sendo que todos, sem exceção, estão associados às deficiências de escoamento do terreno até o rio, pela falta de continuidade do emissário, ou mesmo devido a distância a ser percorrida, somada a baixa declividade do terreno (áreas de várzea), e pelo volume de lançamento. Sob esse aspecto BOTELHO (1998) afirma que o destino das águas esgotadas deve ser tal que não alague as imediações da obra;

- 64,7% apresentam processos erosivos em diferentes estágios de evolução, sendo que 86% desses estão associados à distância até o rio Km 119 e à ausência de dissipadores de energia. De acordo com BOTELHO (1998), há a necessidade de se implantar dispositivos de chegada de águas pluviais nos córregos e nos rios para que o despejo de águas pluviais não provoque erosão. Segundo CHERNICHARO e COSTA (1995) o distanciamento do sistema de drenagem até o curso do rio mais próximo tem interferido sensivelmente nos processos erosivos, principalmente quando o emissário não atinge diretamente o rio.

Dentre as medidas indicadas por esse autor, destacam-se: a instalação de assoalhos de pedra no final do emissário ou capas de concreto, evitando o contato direto com o leito do rio; a implantação de escadarias hidráulicas, na intenção de diminuir a velocidade da água até o emissário; e o prolongamento do emissário até o rio.

Do total de emissários visitados apenas 23,53% não apresentam processos erosivos, incidência de água parada e resíduos sólidos transportados. Todavia, essa condição pode estar associada ao fato de que o lançamento desses emissários é efetuado diretamente no rio, o que não elimina a possibilidade dos mesmos estarem interferindo na qualidade da água através da contribuição de despejos de efluentes e de resíduos sólidos.

Essa hipótese é reforçada considerando que 64,7% dos emissários visitados apresentam evidência de transporte e depósitos de resíduos sólidos. Segundo BOTELHO (1998) este problema está associado ao transporte de resíduos sólidos das ruas, necessitando de limpeza periódica das bocas de lobo e implantação de grades nos mesmos.

No levantamento constatou-se que 95% dos emissários com depósitos de resíduos sólidos não alcançavam o rio. Segundo MOTTA (1995) com base em um diagnóstico do planejamento da utilização dos recursos hídricos, pode-se definir as obras prioritárias para o controle da poluição.

A presença de efluentes de origem não pluvial foi constatada em 41,18% dos emissários verificados. Segundo BOTELHO (1998), o sistema de esgotos sanitários não pode e não deve descarregar suas águas em qualquer local, necessitando de um tratamento adequado.

A presença de possíveis contribuições de despejos clandestinos como esgoto doméstico, efluentes de diversas origens, transporte de sedimentos e resíduos sólidos, além de possíveis vazamentos da rede de abastecimento de água é comum no Brasil. BOTELHO (1998) afirma que dentre os demais elementos que são transportados pelas galerias pluviais destacam-se ligações clandestinas de esgotos domésticos e de despejos industriais; transporte de sedimentos e resíduos sólidos carreados das vias de trânsito; águas de rebaixamento de lençol freático; extravasamento de reservatórios de água; descargas de piscina, além de detritos de toda ordem.

Considerações finais

A partir do levantamento realizado, pode-se constatar que o principal problema do sistema foi o distanciamento dos emissários da calha do rio, uma vez que a maioria dos demais problemas identificados é decorrente dessa condição, tais como a erosão, incidência de água parada, presença de resíduos sólidos, agravados pela presença de despejos clandestinos e pela ausência de dispositivos de chegada das águas pluviais.

A inadequação dos sistemas de drenagem pluvial é praxe na maioria das cidades brasileiras, em decorrência dos elevados investimentos que obras desse porte demandam.

Dentro das limitações orçamentárias das municipalidades, dificilmente a adequação dessas deficiências são incluídas nos orçamentos municipais. Nesse sentido, o Plano Diretor deve servir como um instrumento legal, capaz de promover efetivamente a proteção dos recursos hídricos por meio da inclusão dos problemas identificados no plano de ação e de investimentos.

Desta forma, o presente levantamento deve servir de subsídio para o planejamento adequado da drenagem urbana, disciplinando o uso e ocupação do solo, especialmente na construção de novos loteamentos, poupando investimentos com medidas corretivas, que além de serem mais caras, afetam a vida dos moradores, principalmente daqueles que vivem nas imediações do emissário.

Referências

TUCCI, C. E. M. *Plano de Drenagem Urbana: Princípios e Concepção*. Revista Brasileira de Recursos Hídricos- RBRH, v.2, p.5-12, Jul/dez, 1997.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. *Águas de chuva, Engenharia das Águas Pluviais nas cidades*. 2ªed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1998.

MOTA, Suetônio. *Preservação e Conservação de Recursos Hídricos*. 2ªed. São Paulo: Editora Abes, 1995.

MOTA, Suetônio. *Urbanização e meio Ambiente*. São Paulo: Editora Abes, 1999.

CASTRO Alaor de Almeida; COSTA, Ângela Maria Ladeira da; CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos; CASSEB, Márcia Maria Silva; SPERLING, Marcos Von; BARROS, Raphael Tobias de Vasconcelos. *Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios*. Belo Horizonte: 1995, vol 2.

ANÁLISE DO ENSINO DE MATEMÁTICA EM UM COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA- PR

Diego Fogaça Carvalho, PIC, FECILCAM, Matemática,
diegofcarva@yahoo.com.br

Me. Valdir Alves, orientador, Matemática, FECILCAM,
profvaldir@gmail.com

Me. Amauri Jersi Ceolin, co-orientador, Matemática, FECILCAM,
aceolim@brturbo.com.br

Resumo: O Presente trabalho, vinculado ao PIC (Programa de Iniciação Científica) e ao NUPEM (Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da Fecilcam), refere-se em uma análise do ensino de matemática em um dos colégios estaduais do município de Campina da Lagoa. Este objetivou analisar a metodologia de ensino dos professores e a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos. A seguinte pesquisa encontra-se concluída, tendo sido iniciada em Agosto de 2006 e término em Julho de 2007. Os resultados e sugestões serão ofertados ao colégio e este julgará necessário, ou não se adequar ao que se propõe.

Palavras-chave: Ensino de Matemática; Análise; Escola.

Ao analisar, o retrospecto histórico referente ao desenvolvimento da matemática, pode-se verificar que esta surgiu como uma pulsão a uma necessidade exposta pelo meio. Como é de natureza do gênero Homo transcender de um passado ruim para um futuro melhor, fez com que a matemática possuísse uma grande importância na criação da tecnologia atual, assim matemática se tornou um emaranhado de conhecimento rico, produtivo, inacabado e aberto a pesquisa. Para Fiorentini, matemática:

[...] não pode ser concebida como um saber pronto e acabado, mas, ao contrário, como um saber vivo, dinâmico e que, historicamente, vem sendo construído, atendendo a estímulos externos (necessidades sociais) e internos (necessidades teóricas de ampliação dos conceitos). Esse processo de construção foi longo e tortuoso. É obra de várias culturas e de milhares de homens que, movidos pelas necessidades concretas, construíram coletivamente a Matemática que conhecemos hoje. (FIORENTINI 1995, p.31).

Pode-se contrastar a idéia de Fiorentini com o discurso de muitas pessoas como estudantes, professores, ex-estudantes, e até alguns ditados populares difundidos pela mídia, que caracteriza a matemática como uma ciência pronta, perfeita, fora de sua realidade e alcance de assimilação.

Refletindo as idéias expressadas anteriormente percebe-se um equívoco referente à prática do ensino de matemática. Evidentemente as pessoas que possuem o discurso acima, obtiveram um ensino regular que comprometeu a sua formação no que diz respeito à construção do conhecimento matemático. Este problema embala fortemente as pesquisas em Educação Matemática, onde se propõe uma discussão séria e qualitativa referente a prática de ensino dos professores de matemática, especialmente da rede pública de ensino.

Para obter as informações necessárias a realização do trabalho, contou-se com a colaboração da Direção, Equipe Pedagógica, Professores de Matemática e alunos do colégio analisado, também se fez necessário a consulta dos seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico e Planejamento Escolar. Por motivo de limitação, analisou-se as quintas e sextas séries do Ensino Fundamental, que se distribuem em dois turnos Matutino e Vespertino.

Iniciou-se o trabalho com uma análise documental no Planejamento Escolar e no Projeto Político Pedagógico, com estes obteve-se o arsenal teórico que guia a prática docente na escola retratada. Após, fez-se visitas a sala de aula onde foi possível comparar a prática docente e as idéias teóricas expressadas nos documentos analisados. Concomitantemente, acompanhou-se o dia a dia da sala de aula e foram presenciadas situações que denegriram e outras que promoveram o ensino de matemática.

Nestas observações, pode-se analisar por parte dos professores a metodologia expositiva dos conteúdos, suas técnicas de avaliação, utilização de recursos motivacionais e execução de projetos

multidisciplinares. No que diz respeito aos alunos, verifica-se a absorção dos conteúdos, elos de afetividade com o ensino de matemática, construção de sentido e significado ao objeto matemático e acima de tudo a relevância social que o ensino de matemática pode promover.

Foi possível analisar no Projeto Político Pedagógico, especialmente no capítulo que diz respeito ao ensino de Matemática que este se fundamenta unicamente no livro didático adotado e apresenta resquícios de contextos interdisciplinares como a agenda vinte e um (21) e cultura-afro. Os objetivos propostos ao ensino de matemática são bem elaborados se enquadrando nas diretrizes curriculares. O que se pode questionar, refere-se a falta de conceitos teóricos ligado às novas tendências em ensino de matemática como o uso da etnomatemática, resolução de problemas, modelagem e investigação matemática. Pode-se até enunciar que os elaboradores desconhecem, ou não crêem na potencialidade que estas tendências podem apresentar.

No que diz respeito ao Planejamento Escolar, este se encontra como um compacto do Projeto Político Pedagógico, sendo composto pelos conteúdos estruturantes e seus respectivos objetivos. Chama-se a atenção no texto que define a Proposta de Trabalho a seguinte frase, “Propomos que no final de cada trabalho o aluno seja capaz de identificar seus novos conhecimentos, tendo ainda capacidade para aproveitá-los para a vida”, identifica-se no discurso anterior o objetivo principal que segundo o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), BRASIL (1998, p.20) constitui o Ensino Fundamental o de formar Cidadão.

Em relação a avaliação pode-se também notar a presença de uma Avaliação Diagnóstica e Contínua. De forma benéfica, se observa a preocupação de manter os conteúdos com a realidade que os alunos estão inseridos. Finalizando, se percebe, que os documentos estão bem elaborados, mas o referencial teórico se limita ao livro didático adotado.

Ao analisar a metodologia expositiva dos conteúdos por parte dos professores, se observa que estes não acreditam na potencialidade de seus alunos, pois fragmentam os conceitos expondo-os de forma ridícula e às vezes errônea. Sabe-se que estes tentam com isto, facilitar o aprendizado. Porém, em alguns casos, a prejudica por expor o conceito de maneira inadequada e induzindo o erro do aluno. Em relação a avaliação pode-se comentar que inicialmente é facilitada e as vezes falsa pois para alguns alunos abaixo da média se atribui nota não merecida com o intuito de aprová-los e justificam, afirmando se livrar de um problema. A motivação em sala de aula é tratada de forma momentânea, ou seja, em alguns dias os professores abordam algum jogo ou modela figuras geométricas, porém nas maiorias das aulas o conteúdo se restringe a utilização do quadro-negro e giz. A situação se torna mais crítica quando alguns professores não preparam aula, tornando-as improvisadas.

A escola possui cinco turmas de quinta e sexta série do Ensino Fundamental, distribuindo-as em dois períodos, estes correspondem a manhã e a tarde. Em relação ao comportamento apresentado pelos alunos, algumas salas são calmas e outras agitadas.

Fortemente pode-se observar problemas relacionados à afetividade dos alunos com a disciplina matemática, corriqueiramente se ouve “Porque estudar isto?”, “Eu detesto matemática”, nestes casos o ensino de matemática se encontra falho e incompleto e causa forte desinteresse à aprendizagem.

Os conteúdos abordados são dispostos de forma aleatória e raramente condiz com problemas reais, apesar do planejamento especificar que estes deverão ser contextualizado perante a realidade dos educandos, simplesmente, os alunos são dispostos a reproduzir os passos exercidos pelo professor. Quando o mesmo muda a resolução de certo exercício logo ouvirá uma reclamação, pois os alunos não conseguem generalizar os conceitos trabalhados.

Na construção de significado ao objeto matemático, pode-se observar que o mesmo é aceito passivamente, o aluno simplesmente decora regras que o professor executa e as reproduz. Na questão da relevância social dos conceitos matemáticos pode-se observar que os alunos não o vêem, pois a matemática se distânciava muito de sua realidade, mostrando-se algo pertencente somente aos gênios da sala de aula e necessário para a aprovação, ou seja o que ampara teoricamente o trabalho docente na escola algumas vezes não se compara com a prática de ensino.

Porém, os professores estão tentando mudar a situação que o ensino de matemática se encontra em sua sala de aula, estes se comprometeram neste segundo semestre de 2007, especialmente na semana de capacitação ao atender uma exigência do núcleo de educação. Esta exigência persiste em ações para a redução de notas vermelhas. Após a reunião, decidiu-se trabalhar mais freqüentemente atividades lúdicas, criação de oficinas de matemática e reforço contra turno.

Perante o que se depôs, sugere que os professores preparem antecipadamente as aulas e tomem muito cuidado ao expor os conteúdos, pois pode-se acontecer enganos que comprometerá a assimilação do mesmo. Ainda propõe-se que ao realizar jogos, ou atividades recreativas explicitem claramente as regras e mantenham-se sempre atentos a dúvidas provinda das atividades. Pede-se que em alguns finais de semana, ou mesmo nos grupos de estudo estes professores se reúnem e troquem experiências, discutindo os problemas corriqueiros em sala de aula. Acredita-se que é na comunhão e no debate que poderá começar a mudar o ensino de matemática, na cidade de Campina da Lagoa.

Referências

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais/Matemática. Brasília, 1998.
FIORENTINE, Dario. Alguns Modos de ver e conhecer o ensino da Matemática no Brasil. Campinas: Zetetiké, n. 4, nov.1995.

OTIMIZAÇÃO DO ROTEAMENTO DAS CIRCULARES (COLETIVOS) NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO-PR: UMA ABORDAGEM AO PROBLEMA DO CAIXEIRO VIAJANTE

Landir Saviniec, PIC, Fundação Araucária, Matemática, FECILCAM,
saviniec@hotmail.com

Me. Amauri Jersi Ceolim, orientador, Matemática, FECILCAM,
aceolim@brturbo.com.br

Resumo: O presente trabalho aborda algumas técnicas de Pesquisa Operacional para o melhoramento das rotas dos ônibus circulares na cidade de Campo Mourão-Pr. O trabalho foi dividido nas seguintes etapas: mapeamento georeferenciado e digitalização das principais rotas existentes na cidade; construção de um banco de dados com as coordenadas de todos os vértices necessários ao estudo do caso; e implementação computacional dos algoritmos de Floyd, Heurística de Inserção e Heurística de Melhoramento *2-Opt* (ou *2-Substituições*) para o cálculo das soluções propostas.

Palavras-chave: Otimização de rotas; Algoritmos; Problema do Caixeiro Viajante.

O sistema de transporte coletivo existente na cidade de Campo Mourão é composto por um único terminal, que está localizado próximo ao centro da cidade. A coleta e distribuição de passageiros é feita em forma de ramificações, onde cada veículo sai do terminal, percorre uma determinada rota e atendendo uma determinada demanda de pontos de embarque e desembarque de passageiros existente nos bairros que circundam a cidade, retornam ao terminal. Visando que o veículo ao percorrer uma rota, deve atender a todas as demandas, ou seja, deve passar por todos os pontos que pertencem à rota, propomos a aplicação das técnicas estudadas no problema do caixeiro viajante para determinar a seqüência de pontos em que o veículo deve seguir de forma a atender a demanda e minimizar o percurso total. A ordem dos pontos a serem seguidos pode variar, fazendo com que o ônibus percorra maior ou menor distância ao final do trajeto (GANHOTO, 2004). O objetivo é verificar se a seqüência seguida pelo veículo em cada rota pode se melhorada.

Segundo Goldberg e Luna (2005), muitos dos problemas de roteamento tratam da determinação de passeios ou *tours* sobre pontos de demanda. Estes pontos podem representar cidades, depósitos, fábricas, clientes, pontos de ônibus, de distribuição de mercadorias, entre outros. Dentre os passeios possíveis em um grafo (nesse caso o grafo é o conjunto de vértices formado pelos pontos de ônibus), um muito importante e estudado no problema de roteamento é o denominado hamiltoniano. Este ficou conhecido devido ao jogo proposto por William Rowan Hamilton em 1857, o qual consistia em determinar uma rota sobre um dodecaedro (um grafo formado por vinte vértices) de forma a passar por todos os vértices sem repeti-los.

O problema do caixeiro viajante (PCV) é um problema de otimização que consiste em determinar o caminho hamiltoniano de menor custo em um grafo. Contudo, obter uma solução exata para este problema com uma quantidade significativa de vértices torna-se impraticável, devido à natureza dos algoritmos de solução exata necessitar de uma grande quantidade de restrições associadas as suas formulações e consumirem um longo tempo de processamento. Para contornar esta situação, são desenvolvidos algoritmos aproximativos que fornecem soluções próximas da ótima com baixo custo de processamento, os chamados algoritmos heurísticos.

Segundo Chong (2001 *apud* GANHOTO, 2004, p. 17) as heurísticas para resolução do PCV podem ser divididas em:

Heurísticas construtivas – buscam construir o ciclo hamiltoniano por meio da inserção seqüencial de vértices até formar o circuito completo.

Heurísticas de melhoria – Partem de um circuito inicial e trocam as posições dos vértices em busca de melhorar o custo total.

Heurísticas compostas – combinam procedimentos utilizados nas duas heurísticas anteriores.

Retomando o problema dos coletivos citado anteriormente, propomos a implementação computacional de duas heurísticas, uma construtiva e outra de melhoria, para comparar os resultados obtidos com os existentes.

Para que isto fosse possível, coletamos as coordenadas geográficas dos pontos de ônibus das rotas existentes, e por meio de um mapa digital georeferenciado da cidade, mapeamo-os. Isto possibilitou a construção de um banco de dados com suas coordenadas e com as coordenadas de pontos que representam as esquinas das ruas, de forma a permitir a simulação do trânsito da cidade, por meio de um grafo.

Entre os materiais utilizados na execução desta etapa do trabalho citamos: um *GPS GARMIM* modelo *E-TREX LEGEND* Versão 3.40; e os softwares *GPS TRACKMAKER* 12.3, *Microsoft Excel* 2003 e *AUTOCAD* 2004.

Com a construção do banco de dados, restava a implementação das heurísticas. Para o caso, selecionamos as seguintes:

- 1) Heurística de Inserção: utilizando o critério da inserção mais barata, para escolha dos vértices.
- 2) Heurística *2-Opt* (ou 2-Substituições).

A primeira heurística parte de um circuito com três vértices iniciais e continua inserindo vértices entre as arestas deste até completar o circuito, de forma que a inserção de cada vértice gere o menor custo. A segunda, parte da solução encontrada pela primeira e vai removendo de duas em duas, as arestas do circuito e testando todas as possibilidades de reconstrução, na tentativa de diminuir o custo total.

Precisou-se implementar também, o algoritmo de Floyd para calcular a matriz que fornece as distâncias entre todos os pares de vértices, esta matriz foi necessária para fornecer os dados para execução das heurísticas. O algoritmo de Floyd calcula as distâncias mínimas entre todos os pares de vértices de um grafo, bastando para isto, que lhe seja informado como parâmetro apenas a matriz de adjacência dos vértices (matriz que contém somente as distâncias entre os vértices vizinhos).

Implementamos este algoritmo bem como as heurísticas mencionadas, utilizando a linguagem de programação do MatLab 7.1. A matriz gerada foi de tamanho 1060x1060, e a partir desta, foi possível encontrar a distância mínima entre todos os vértices armazenados no banco de dados. O tempo de processamento do algoritmo para gerar a matriz foi de aproximadamente 52 minutos.

A partir de então, pode-se executar as heurísticas para cinco rotas distintas, os resultados encontrados foram os seguintes:

Rota-1 - Rota existente: 8.416,4 m => Rota gerada: 7.760,3 m => Economia: 656,1 m

Rota-2 - Rota existente: 10.692,8 m => Rota gerada: 9.967,6 m => Economia: 725,2 m

Rota-3 - Rota existente: 14.225,0 m => Rota gerada: 13.118,1 m => Economia: 1.106,9 m

Rota-4 - Rota existente: 6.077,2 m => Rota gerada: 6.068,9 m => Economia: 8,3 m

Rota-5 - Rota existente: 5.234,9 m => Rota gerada: 5.214,1 m => Economia: 20,8 m

Comparando os resultados, vê-se que, a seqüência de pontos geradas em cada rota, levou a uma diminuição na distância total percorrida na Rota-1 de 656,1 metros e redução de cerca de 8%; na Rota-2 de 725,2 metros e redução de 7%, e na Rota-3 de 1.106,9 metros com redução de 8%. Já nas rotas 4 e 5 a economia gerada foi insignificante, não houve melhoria.

Os resultados são significativos, levando em conta que as rotas são percorridas inúmeras vezes, diariamente. Mas deve-se considerar que os resultados teóricos encontrados poderão sofrer variações quando implantados em seu cenário real para testes. Já que não podemos garantir a veracidade das soluções, pois, vários são os fatores: o mapa digital utilizado, que foi a base para a construção do banco de dados pode não ter fornecido as informações com precisão; na coleta podemos ter negligenciado alguns pontos, já que são em grande quantidade; em algumas ruas o sentido único de tráfego pode ter sido ignorado por falta de conhecimento do trânsito; nas rotas em que há um sentido obrigatório a seguir, ou seja, que são direcionadas, os resultados podem não ter efeitos desejáveis.

Enfim, muitos são os fatores que influenciam, ficando aqui, a proposta da elaboração de um trabalho futuro mais detalhado, e aplicação de outros métodos sobre outras perspectivas de otimização do sistema de transporte aqui pesquisado.

Referências

GANHOTO, Marco Alves. **Abordagens para problemas de roteamento**. 2004. 112f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Software, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOLDBARG, Marco César; LUNA, Henrique Pacca L. **Otimização Combinatória e Programação Linear**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PROGRAMAÇÃO inteira e otimização em redes. Curitiba, 2002. (Apostila utilizada por professores da Universidade Estadual do Paraná).

SMIDERLE, Andréia. **Técnicas da Pesquisa Operacional aplicadas a um problema de cobertura de arcos**. 2001. 139f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Métodos Numéricos em Engenharia, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2001.

PESQUISA OPERACIONAL. Curitiba: Vol. 20, No. 1, jun. 2000.

STEINER, Maria Teresinha Arns *et al.* **O problema de roteamento no transporte escolar**. Curitiba: UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Curso de MATLAB 5.1: introdução à solução de problemas de engenharia**. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ.

ZERI, Luis Marcelo de Mattos. **Apostila de MATLAB**. [S.l.: s.n.], 2001.

INSTQUAL: CONTRIBUINDO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Me. Diogo Heron Macowski, Matemática, UTFPR, diogoheron@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir uma ferramenta para a avaliação institucional por nós denominada de INSTQUAL, que foi baseada, sobretudo no modelo Servqual para a avaliação da qualidade na prestação de serviços. O contexto estudado – uma faculdade estadual – e as experiências vivenciadas por pesquisadores do Estado do Paraná, utilizando o Servqual formaram sustentação teórico-prática para a proposição do modelo discutido.

Palavras-chave: qualidade; avaliação institucional; dimensões.

É fato inegável que as universidades brasileiras têm passado por séria crise, e nesta situação encontram-se, tanto o ensino superior privado, quanto o público. Problemas de diferentes tipos e origens têm exigido medidas diferenciadas. Procurando melhorar a qualidade das instituições de ensino superior, surge na década de 1990, o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, que foi bem aceito pelas universidades, porém não recebeu apoio e incentivo necessário do governo. Somente com a instituição do Exame Nacional de Cursos – PROVÃO –, criado em 1995 (Lei nº. 9.131) o governo se mostrou empenhado em avaliar as instituições. Apesar de polêmico e mal aceito pelos docentes e discentes das universidades, recebendo inúmeras críticas (Bicudo & Silva Júnior, 1999), o PROVÃO permaneceu até 2003, quando outro sistema de avaliação passa a ser discutido, o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que é composto de três partes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes, chamado de ENADES - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. O próprio SINAES propõe que cada instituição de ensino superior procure formas para auto-avaliação.

Dentre as possíveis alternativas para a avaliação institucional, estamos propondo o modelo Instqual, discutido a seguir, como sendo uma ferramenta útil para a análise da qualidade de uma instituição de ensino superior, diferenciando-se das demais por colocar em foco a percepção de qualidade na prestação de serviços pelos próprios usuários, no caso da pesquisa feita com os acadêmicos.

O Instqual foi baseado no modelo Servqual – *Service Quality Gap Analysis* – ferramenta criada na área de marketing por Parasuraman, Berry & Zeithaml, em 1985. O Servqual, inicialmente, foi pensado para avaliar serviços ou produtos colocados no mercado, sendo um dos modelos pioneiros que, para alcançar a excelência, levam em consideração as expectativas dos clientes em relação a um determinado serviço, objetivando detectar os problemas para que possam ser minimizados ou, na melhor das hipóteses, desaparecer.

Originalmente o modelo SERVQUAL examina cinco dimensões que têm sido consistentemente apontadas por consumidores como sendo

as mais importantes para a avaliação da qualidade de serviços prestados. São elas: **Tangibilidade, Confiabilidade, Prontidão, Segurança/garantia e Empatia.**

O Instqual, modelo proposto, tal como o original trabalha com os desvios encontrados entre as expectativas e as percepções dos informantes, na pesquisa em questão, os acadêmicos dos cursos de graduação. O instrumento de coleta de dados é o questionário, preenchido pelo informante que atribui três notas ao avaliarem cada serviço oferecido pela instituição – variáveis, que serão tantas quantas forem as necessidades de avaliação do setor ou da instituição como um todo e que serão distribuídas em três colunas. A primeira mede o nível mínimo (MA) necessário para o serviço em questão, a segunda, o nível considerado ideal (MD) pelo acadêmico, enquanto a terceira fornece sua percepção (NP) para serviço oferecido pela instituição. Uma variação da escala Likert é utilizada, com pontuação de 1 a 9, do pior para o melhor, respectivamente. Para a pesquisa (MACOWSKI, 2007a; 2007b) que deu origem à proposição do Instqual, foram utilizadas 40 variáveis, ou seja, 40 itens.

Para a elaboração do modelo Instqual as dimensões originais propostas para o Servqual foram modificadas para adequarem-se ao contexto de uma avaliação institucional. Algumas dimensões foram agrupadas e outras novas foram criadas, ficando um total de sete (7) à saber: *Tangibilidade, confiabilidade, competência/eficiência, receptividade/empatia, clareza/objetividade/rapidez, autonomia/flexibilidade e acessibilidade/disponibilidade.* Cada uma dessas dimensões agrupou diferentes variáveis.

Com a tabulação das respostas dadas ao questionário pelos informantes da pesquisa, encontramos uma matriz composta de 729 linhas por 120 colunas.

Uma nova matriz com dimensões 729 x 40 foi gerada pela diferença entre o NP e o MD, denominada por Parasuraman (1997) como “Medida de Superioridade de Serviço”, ou MSS. Tal matriz, submetida à Análise Fatorial (AF) pelo método de extração das componentes principais com rotação Varimax, optando pelo número máximo de fatores (5), com base na experiência de diversos autores, definiu as novas dimensões para o Insqual.

É válido lembrar neste momento que a AF agrupa as variáveis que têm alta correlação entre si em um mesmo fator, que no caso em estudo formaria uma dimensão.

Os novos agrupamentos das variáveis foram nominados como:

- **Educabilidade:** engloba todas as variáveis relacionadas à formação profissional do acadêmico, Envolve também a atuação dos chefes de departamentos e coordenações que devem

propiciar um ambiente afetivo e receptivo aos acadêmicos de tal forma que gerem e permitam o ensino e a aprendizagem, a pesquisa de alta qualidade.

- **Eficiência**, envolve o quadro de funcionários da instituição analisada, desde os que trabalham na biblioteca, adequando-se à diferentes horários para melhor atender aos acadêmicos, os que trabalham em diferentes setores, como na secretaria acadêmica, com respostas rápidas às solicitações dos graduandos, bem como um serviço de cópias eficiente e funcional.
- **Ambiente**, engloba os aspectos físicos que são fundamentais para que se possa ensinar com qualidade, mas, sobretudo, para que possam gerar aprendizagem de qualidade e não simplesmente transmissão e recepção de conhecimentos. Este fator implica fundamentalmente em conforto e bem estar.
- **Recursos**, refere-se aos equipamentos, à tecnologia, a um acervo da biblioteca atualizado, de qualidade que possam auxiliar o acadêmico em sua formação durante sua permanência na instituição.
- **Direção**, diz respeito estritamente à direção da instituição.

Finalmente, considerando a literatura revista para a pesquisa, os resultados de pesquisas utilizando o Servqual no Paraná (Reitz, 2004; Bachman, 2002), o contexto de pesquisa estudado – uma faculdade estadual, as experiências do pesquisador como estudante e, posteriormente, professor do contexto avaliado, chegamos à versão final do instrumento ou ferramenta, por nós denominado de Instqual.

O InstQUAL ficou composto por seis dimensões, assim constituídas:

- **Ensino, Pesquisa e Extensão:** Itens relacionados aos professores: formação, didática, atuação em pesquisa, cursos de extensão, empatia e receptividade com os alunos, disponibilidade para atendimento. Esta dimensão quer saber de como se dá o processo de ensinar, via interação direta. Mistura a tangibilidade e confiabilidade do primeiro modelo e educabilidade após a AF.
- **Acessibilidade:** Seria um outro ângulo da educabilidade, outra forma do acadêmico conseguir sua formação de qualidade, através dos recursos tecnológicos, bibliográficos, técnicos, cursos extra-curriculares, que podem ser online, ou usando outros recursos como cd, vídeos, estudos em ambientes específicos da instituição, como biblioteca, laboratórios de informática ou os dos cursos escolhidos.
- **Eficiência/autonomia:** Esta dimensão diz respeito aos funcionários de todos os setores da instituição, inclusive aos encarregados por serviços terceirizados, como fotocópias,

cantinas, entre outros. É importante lembrar que a autonomia é um dado importante para que os serviços sejam agilizados. A receptividade e empatia são fundamentais nesta dimensão. Assume, sobretudo, aspectos ou variáveis que estavam na competência e eficiência.

- **Ambientes:** Por ambientes entende-se aqui desde os ambientes favoráveis e propícios à aprendizagem – salas de aula, salas de estudo, salas de estágios, como ambientes para descontração, conforto, segurança – cantinas, pátios, estacionamento. Engloba variáveis que estavam na dimensão tangibilidade da versão inicial.
- **Integração e Apoio à comunidade:** Esta dimensão não fez parte de nenhuma dimensão propostas para este estudo, contudo, diante do papel importantíssimo que a FECILCAM desempenha na região, é preciso que ela volte para a sociedade os benefícios e a qualidade esperados nas diversas áreas do conhecimento.
- **Gestores/Direção:** Esta dimensão precisa ser avaliada também por estarem nela os responsáveis diretos para propor, dirigir e implementar mudanças em busca da melhoria da qualidade da FECILCAM. Isto significa incluir, além do diretor e do vice-diretor, os Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos, Coordenações, Assessorias, Diretorias, Recursos Humanos, Cargos Administrativos Financeiros. Nesta dimensão deve-se avaliar também a receptividade e a empatia no trato com as pessoas.

Podemos dizer, finalmente, que o Instqual respondeu bem aos esforços da pesquisa para a proposição de um modelo que meça as expectativas dos usuários – acadêmicos – e que tem potencial para avaliar diferentes setores da instituição (Macowski, 2007a, 2007b).

Referências

BACHMANN, G. M. **O uso da análise fatorial na determinação das dimensões da qualidade percebida em uma biblioteca universitária.**

Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado, 2002

MACOWSKI, D. H. **A qualidade dos serviços prestados por uma instituição de ensino superior pública na visão dos graduandos: análise estatística segundo o método SERVQUAL.** Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR. 2007a. (unpub)

_____. **INSTQUAL: proposta de um modelo para avaliação institucional.** Anais do I EPCT. Campo Mourão: FECILCAM, 2007b.

REITZ CARDOSO, F. A. **Análise da qualidade no setor de serviços segundo o método de avaliação SERVQUAL.** Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado, 2004

PARASURAMAN, A., BERRY, L. L. e ZEITHAML, V.A. *Refinement and Reassessment of the SERVQUAL Scale*. In **Journal of retailing**. Volume 67, n. 4, Winter, 1991. p. 420-450.

GINCANA MATEMÁTICA

Talita Secorun dos Santos, PG, FECILCAM, tsecorun@hotmail.com
Luciano Ferreira, FECILCAM, lulindao66@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho trata de um relato sobre as atividades desenvolvidas na aplicação de duas Gincanas de matemática, realizadas no Colégio São Francisco de Assis em Mandaguaçu, Paraná. Destacando a importância e os benefícios que atividades como esta podem trazer num contexto escolar. Uma tentativa de mudança de postura dos alunos em relação à matemática, fazendo com que eles a vejam com bons olhos. Tirando da cabeça deles que matemática é algo quase impossível, ou possível somente para as mentes brilhantes.

Palavras-chave: Jogos; Matemática; Competição

Com certeza você já deve ter ouvido frases do tipo “Matemática é só para pessoas inteligentes!”, “Aquele aluno é um gênio, só tira 10 em matemática!”, ou ainda “Eu odeio matemática”. Frases como esta fazem parte do dia a dia dos estudantes e professores e influenciam de forma decisiva na maneira como eles encaram a disciplina. Mas é importante tornar claro que o que existe na verdade são diferentes estilos mentais e não diferentes níveis de raciocínio. E é de suma importância que o professor tenha conhecimento desse fato antes de ensinar. Mas o que fazer com o grande número de alunos que se sentem incapazes e inseguros em relação à matemática?

O trabalho a seguir apresenta o título "Gincana Matemática" e tem por finalidade resgatar alunos que não gostam de matemática ou se consideram incapazes de aprendê-la, mostrar a eles que a matemática pode ser divertida. Além de exprimir a necessidade dos jogos como ferramenta no ensino aprendizagem. Mudar a rotina da classe pode despertar o interesse do aluno e fazer com que ele aprenda a ter uma outra visão da disciplina. E o uso de jogos e curiosidades pode ajudar nessa mudança.

A Gincana foi aplicada no Colégio São Francisco de Assis, para alunos do ensino fundamental, em Mandaguaçu, nos anos de 2005 e 2006 e acabou sendo aplicada em outros colégios de Maringá por professores que a conheceram. Ela é constituída de questões lúdico-matemáticas comuns a todas as séries intercaladas com jogos matemáticos em forma

de brincadeiras relacionados o conteúdo específico de cada turma. Nos jogos matemáticos os alunos são convidados a brincar de coisas que já conhecem desde pequenos. Como chutar bola ao gol, onde estão penduradas garrafas com números positivos e negativos e que podem ser somados ou subtraídos do seu tempo. Correr para estourar bexigas onde se encontram questões de avaliações anteriores e resolver o máximo de questão possível, onde cada uma vale um determinado tempo. Montar quebra cabeças. Participar da Torta na Cara ou Jogar boliche. Cada série possui um monitor (professor) que é responsável pelas tomadas de tempo. E cada equipe tem um líder (aluno) para o qual são entregues e explicadas as questões, cabendo ao mesmo repassar as instruções. A organização das equipes durante a gincana é de suma importância.

Temos de formar a consciência de que os sujeitos, ao aprenderem, não o fazem como puros assimiladores de conhecimentos, mas, sim que, nesse processo, existem determinados componentes internos que não podem deixar de ser ignorados pelos educadores. Não é necessário ressaltar a grande importância da solução de problemas, pois vivemos em um mundo o qual cada vez mais, exige que as pessoas pensem, questionem e se arrisquem propondo soluções aos vários desafios os quais surgem no trabalho ou na vida cotidiana. Para a aprendizagem é necessário que o aprendiz tenha um determinado nível de desenvolvimento. As situações de jogo são consideradas parte das atividades pedagógicas, justamente por serem elementos estimuladores do desenvolvimento.

A pesquisa aconteceu por dois anos consecutivos no Colégio São Francisco de Assis em Mandaguacu com aproximadamente 120 alunos do ensino fundamental, que foram divididos em 8 equipes. Cada série foi dividida em duas equipes que competiam entre si nos jogos matemáticos em forma de brincadeira. Foram feitas observações de como os alunos lidavam com a gincana e como isso influenciava a maneira com que eles lidavam com a disciplina. Ou seja até que ponto a aplicação de um evento como este pode influenciar na aprendizagem do aluno. E que influências são estas e como ocorrem? Foi possível notar, por exemplo, alunos com grande dificuldade em sala de aula que se destacaram fortemente no decorrer da gincana.

Muitos são os ganhos que um aluno tem ao participar de uma Gincana de Matemática. O aluno aprende a conviver e pensar em grupos além de trabalhar com o intelectual nas resoluções de questões envolvendo os conteúdos apreendidos e lógicos.

Destacamos ainda as diversas soluções que os alunos encontravam para a mesma questão. Uma maneira de tirar da cabeça dos alunos a crença que todos os problemas matemáticos tem uma solução e ela é única.

Não existe o medo de errar e isso faz com que os alunos pensem com muito mais desenvoltura e descubram serem capazes de resolver certas questões sem a interferência do professor. Assim, ele adquire uma confiança no seu próprio poder de raciocínio e de encontrar soluções. Além de passar a ter uma visão menos ríspida em relação à disciplina

Como podemos explicar um aluno que diz não gostar de matemática e tachado por todos, até mesmo por professores, como “incapacitado” de aprender matemática, ser um destaque na Gincana Matemática, conseguindo resolver situações- problemas que ele jamais se considerava capaz?

Todos nós, professores de Matemática, temos que admitir que trabalhamos diariamente com alunos desmotivados, para quem esta disciplina continua a ser algo que não desperta interesse, principalmente quando as aulas ficam restritas a resolução de exercícios mecânicos e repetição de modelos prontos. Onde o professor passa problemas e os resolve sem, muitas vezes, dar tempo para que os alunos pensem e questionem. Muitos alunos acreditam que todos os problemas matemáticos têm solução e que a correta sempre cabe ao professor. Cabe-nos mostrar que a Matemática pode ser divertida e que a resolução de problemas matemáticos pode proporcionar momentos nada chatos e cansativos. Basta para isso que os alunos deixem de ser sujeitos passivos na resolução dos problemas. Pois acreditamos que essa disciplina não se caracteriza em resolver exercícios rotineiros e desprovidos de prazer, mas sim proporcionar atividades em que os alunos possam demonstrar capacidade de criar com originalidade, utilizando o raciocínio lógico e a aplicação de seus conhecimentos teórico-matemáticos.

E é com esse objetivo em mente que realizamos por dois anos consecutivos a Gincana de Matemática do Colégio São Francisco de Assis, destinada a alunos do ensino fundamental. Na verdade o que procurávamos era a busca por aqueles alunos que se consideram incapacitados de aprender matemática, e que a viam como uma disciplina chata e desprovida de prazer, além de desenvolver nos mesmo a autoconfiança e a interação social.

A primeira vez que foi sugerida a aplicação da gincana era nítido como alguns alunos faziam pouco caso e se mostravam desinteressados na mesma. Eles pareciam não se interessar por ficar mais um dia inteiro no colégio e ainda por cima estudando matemática. A atividade não empolgou todos e alguns alunos chegaram a não participar, mas grande foi o arrependimento deles. No ano seguinte esses mesmos alunos foram os primeiros a pedir que a gincana acontecesse.

No colégio São Francisco de Assis a aceitação por partes dos alunos foi tão grande que ela hoje faz parte do calendário escolar e se tornou um evento esperado pelos alunos.

O que chama a atenção no desenrolar da gincana é a desenvoltura com que os alunos resolvem as questões e como conseguem fazer coisas que eles próprios se consideram incapazes. Não existe o medo de errar e isso faz com eles pensem com muito mais desenvoltura e superem todos seus limites. O aluno consegue resolver os exercício sem a necessidade de interferência do professor. A Gincana faz com que os alunos melhorem sua visão em relação à disciplina e o aluno passa a ter mais confiança nele mesmo.

Mas não podemos deixar de lembrar que a Gincana é um jogo, e como tal, traz consigo elementos relacionados à competição entre equipes. Mas a palavra competição está carregada de palavras negativas tais como rejeição, rivalidade e derrota. E sabemos que nem todos os alunos estão preparados para lidar com estas situações. Assim cabe ao professor trabalhar de maneira positiva com a derrota ou a vitória até que todos estejam prontos a encará-la.

Referências

- ARANÃO, I. V. D. **A matemática através de brincadeiras e jogos**. Campinas: Papirus, 1996.
- BICUDO, M. A. V. **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções & Perspectivas**, São Paulo: UNESP, 1999.
- BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas** : uma estratégia para as aulas de matemática. São Paulo: IME-USP, 1996.
- CHIGUTI, M. **Jogos e Desafios como Ferramenta no Processo de Ensino e Aprendizagem em Matemática**. 57 f. Monografia (Graduação em Matemática) Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, Campo Mourão, 2001.
- D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: Da teoria à prática**. 2º ed. Campinas: Papirus, 1997.
- DOMINGUES, B. et.al. **Ginemat- Gincana Estadual de Matemática: uma caminhada de desafios, decisão, companheirismo e superação**. Disponível em: <http://ccet.ucs.br/eventos/outros/egem/cientificos/cc43.pdf>. Acessado em: 07 maio 2007.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MACEDO, L. **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MOSOLI, M. **O ensino da Matemática através do material didático, jogos e de desafios: uma proposta metodológica**. 72 f. Monografia (Graduação em Matemática) Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, Campo Mourão, 1998.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GEOMETRIAS NÃO-EUCLIDIANAS

Talita Secorun dos Santos, PG, Matemática, FECILCAM,
tsecorun@hotmail.com
Me. Veridiana Rezende, FECILCAM, Matemática,
rezendeveridiana@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fazer com que os acadêmicos de matemática, e profissionais da área, tenham um primeiro contato com as geometrias não-euclidianas. Trabalhando alguns aspectos históricos e algumas aplicações possíveis de serem realizadas no ensino médio e fundamental.

Palavras-chave: Geometria; Euclides; Diretrizes

Para se introduzir as geometrias não-euclidianas é preciso que se entenda primeiramente a geometria euclidiana. Para isso é necessário fazer um resgate histórico dos postulados de Euclides e uma discussão mais a fundo no quinto postulado. Esse seria o ponto de partida para os matemáticos construírem as novas geometrias. Grandes nomes da matemática tentaram em vão o demonstrar, pois acreditavam que ele não era um postulado. Mas todos que tentavam o demonstrar acabavam o usando de alguma forma. No entanto foi com a sua negação que János Boylai e o russo Nicokolai Ivanovich Lobachesvsky publicaram, independentemente um do outro, a descoberta de geometrias não-euclidianas.

As Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação Básica traz no currículo de matemática, noções de geometria não-euclidiana. Mas o que os professores da rede sabem sobre esta geometria? O que está sendo dado a respeito delas nos cursos de licenciatura? E com a preocupação de transmitirmos noções de geometrias não-euclidianas a pessoas interessadas no assunto que propomos este trabalho.

Dentre as geometrias não-euclidianas trataremos com mais destaque a Topologia, a Geometria Projetiva e os Fractais.

Por onde deveriam começar os primeiros estudos matemáticos de uma criança? As primeiras noções de uma criança são métricas ou topológicas? Essas e outras perguntas são motivadoras para nos aprofundarmos no estudo da Topologia. É importante que o professor tenha conhecimento que adultos e crianças pensam de maneira diferente. As crianças não são adultos em miniatura, logo não podemos querer que elas vejam a matemática como os adultos vêem. A geometria da criança não é a de Euclides, as primeiras noções de uma criança são topológicas, isso foi estabelecido.

A geometria projetiva é a geometria da visão. Depois da topologia, onde as crianças diferenciam as figuras por fechado e aberto, essa é a geometria que as crianças entendem com mais facilidade. Pois é o retrato do que estão vendo. Essa é uma geometria que atrai a atenção de todos, não somente de crianças. Pois retrata realmente o que vemos, por isso facilita o entendimento por parte das crianças. Já que o espaço percebido por nós não é o espaço euclidiano.

Pintores famosos fizeram e fazem uso de tal geometria. Eles ao pintarem fazem uso de algumas propriedades dessa geometria. O ponto de fuga significa para os pintores um ponto no infinito, onde as retas paralelas se cruzam. E a linha do horizonte seria o encontro dos pontos de fuga. Existe algumas curiosidades em relação a estas pinturas como o quadro de Da Vinci, a Última Ceia, onde o pintor traça a linha do horizonte sobre os olhos de Jesus.

Já quando falamos em introduzir a Geometria Fractal na sala de aula, estamos abrindo portas para vários caminhos de aprendizagem como, por exemplo: estabelecer conexões com várias ciências, cobrir deficiências da geometria euclidiana para o estudo de formas da natureza, trabalhar de maneira lúdica nos computadores e com a tecnologia da informação nos vários níveis de escolarização.

Benoit Mandebrot foi o iniciador das pesquisas com fractais. O nome vem do Latim. Está ligado a ciências do caos. O ser humano está sempre à procura de uma ordem, ou um padrão para facilitar o entendimento. Tudo tem uma ordem, basta apenas ser descoberta. Uma geometria que estuda as características de auto-similaridade.

O estudo dessas geometrias nos faz parar para refletir sobre o ensino das geometrias euclidianas. Muitas vezes não conseguimos compreender como os alunos não a aprendem. Temos sempre esta como indiscutível e capaz de resolver todos os problemas que envolvem geometria. Pois foi assim que nos foi ensinado. Acredito que o ensino das geometrias não-euclidianas fará com que os alunos se tornem mais críticos e mais interessados.

Referências

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BARBOSA, R. M., **Descobrimo a geometria fractal**: para sala de aula. 2 ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2005.

FRANCO, V.S., **Notas de sala de aula**: disciplina de didática da matemática. Maringá: 2007.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná**. Curitiba: SEED, 2006.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA, O MARTELO E A ILHA

Wellington Hermann, PG, Matemática, UEL, eitohermann@gmail.com
Maria de Fátima de Lima Barreto, G, Matemática, FECILCAM,
mfqueridinha@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo salientar as diferenças entre uma Educação Matemática promotora de cidadania e o ensino de matemática, geralmente praticado nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Para que serve um ensino de matemática como o oferecido pela maioria das escolas? Como a matemática pode formar cidadãos críticos? Estas são as principais questões que discutiremos no presente trabalho.

Palavras-chave: Educação Matemática; Cidadania; Contexto.

Introdução

Começo este artigo pela explicação de seu título que é, no mínimo, estranho. Confesso que ele surgiu num momento de inspiração propiciado pelo XI EBRAPEM (Encontro Brasileiro dos Estudantes de Pós-graduação em Educação Matemática) realizado em Curitiba – PR nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 2007, do qual participei. Na viagem de volta pra casa estava assistindo o filme “A Ilha”, e não vêm ao caso os pormenores do filme, mas o que me chamou a atenção foi o método utilizado para “dominar” toda uma população de seres humanos, clones (agnatos) de milionários que investiam alto para ter a segurança de que, se algum dia precisassem transplantar qualquer de seus órgãos estes estariam disponíveis, bastando, para isso, sacrificar seu clone e retirar tal órgão. Tal método consistia, basicamente, em informação e contexto.

O contexto imposto aos clones era de uma contaminação global que dizimou a maioria das espécies de seres vivos do planeta. Não se podia sair do ambiente controlado criado pelo homem e onde o desejo de todos era ser sorteado para ir para uma ilha livre da contaminação. As informações, propositadamente falsas, confirmavam e fortaleciam o contexto e funcionavam como mecanismos de dominação.

Os clones viviam em uma sociedade parecida, em parte, com a nossa. Tinham um trabalho, diversão, sonhos, estes eram a motivação para viver e o argumento que os levava, espontânea e inadvertidamente, para a morte.

Mas, onde tudo isso se relaciona com Educação Matemática?

Antes de responder gostaria de expor onde o martelo se encaixa nesta história.

Primeiro, vamos buscar uma definição de martelo:

Martelo é um instrumento usado para golpear objetos e possuindo, conforme o uso ao qual se

destina, inúmeros tamanhos, formatos e materiais de composição, tendo todos a característica comum do formato, que consiste de um cabo ao qual se fixa a cabeça, através do **alvado** ou **olho**. Tem seu uso tão variado que vai do Direito à medicina; da carpintaria à indústria pesada; da escultura à borracharia, do esporte às manifestações culturais (MARTELO, *on line*).

A definição acima traz indicações de uso, formato, materiais do que pode ser constituído um martelo, bem ao estilo enciclopédico, porém só estas informações não são suficientes para que uma pessoa que nunca tenha visto um martelo possa, por exemplo, construir uma casa. Poderíamos por uma foto ilustrativa, ou mesmo mostrar um martelo e até utilizá-lo para pregar algumas tábuas, mas isso pode não ser suficiente para que um indivíduo leigo em carpintaria possa, ao menos, consertar um armário de madeira.

Alguém poderia dizer que isto é absurdo. Qualquer pessoa com capacidade e força para empunhar um martelo pode pregar uma tábua.

Concordo, porém não estou propondo pregar uma tábua e sim construir algo e para isso não basta dominar um martelo. Para isso é necessário que se saiba o que significa cada martelada, onde e como se deve martelar, qual a finalidade de se martelar, que tipo de madeira está pregando, qual o tipo mais apropriado de prego para aquela finalidade e, entre outras é martelando que se aprende a martelar, ou seja, é necessário que se pratique. Para deixar mais claro, estou dizendo que cada martelada tem um contexto próprio na construção.

Agora posso responder à pergunta feita anteriormente sobre onde tudo isso se encaixa com a Educação Matemática.

Podemos comparar a matemática ensinada nas escolas com o martelo. Digo isto porque esta matemática tem características de instrumento. Os conteúdos são ensinados de maneira enciclopédica, acrítica, o que os torna quase inúteis, como verifica D'Ambrosio (1986).

Vamos pensar num conteúdo ensinado na escola. Proponho que seja frações. Depois de passadas todas as definições e representações gráficas que se pode fazer começam-se as tentativas de contextualizá-los:

21

“Maria caminhou por duas horas. Na primeira hora ela caminhou 12 35

19

km, na segunda hora ela caminhou 12 33 km. Quantos quilômetros Maria caminhou durante as duas horas?”.

Temos nesta questão, a qual pode ser encontrada, senão igual muito parecida, em qualquer livro de matemática da quinta série, equívocos de informação e contexto. Primeiro que a maioria, senão todos os seres humanos não caminham a uma velocidade de 12 Km/h e segundo que no cotidiano diríamos que Maria caminhou 12,6 km e não $\frac{21}{2}$

35 km, mesmo porque descobrir uma fração como esta seria muito trabalhoso, o mesmo pode ser dito da outra fração.

Assim, para se ensinar matemática nas escolas basta buscar uma definição do conteúdo e em seguida procurar resolver “exercícios”. Sem discussões nem contexto ou ainda num contexto fictício que não se assemelha à realidade o que torna o ensino pouco significativo para os alunos.

Aqui posso relacionar a matemática escolar com o filme. O contexto criado nas escolas não é real e as informações reforçam este contexto.

Estamos educando nossos alunos para viver numa ilha utópica e isto sequer é um sonho deles. O contexto e a informação criados e veiculados na escola servem para minar a Educação Matemática e não promove a cidadania.

Não posso dizer se tal contexto é premeditadamente criado, se é fruto de distorções ou falta de perspectiva por parte dos educadores, ou ainda uma combinação de tudo isso, mas posso afirmar que da maneira como ele está posto serve perfeitamente como mecanismo para dominação intelectual. Não estou dizendo que é, mas que “serve como”. Não quero discutir ideologia, relações de poder ou mesmo mecanismos de dominação social. Quero apenas evidenciar que, assim, nossos alunos estão pregando tábuas, mas não estão construindo nada.

Educação Matemática Crítica

Segundo Carvalho (2005) a sociedade está se apropriando cada vez mais de argumentos matemáticos para validar ou tomar decisões devido à suposta neutralidade, objetividade e racionalidade, propriedades que geralmente estão associadas a esta ciência. São comuns gráficos indicativos nos telejornais, tabelas que indicam pesquisas de intenções de votos nas eleições, números do desemprego, aumento da cesta básica, estas são informações importantes e que influenciam a vida de todos os cidadãos. Com certa frequência, ouvimos frases do tipo “foi provado matematicamente” ou “os números falam por si” como se a matemática fosse inquestionável (BORBA; SKOVSMOSE, 2006). Mas, se a matemática não for exata e não gozar de valores como neutralidade, objetividade e racionalidade para que ela serviria?

D'Ambrosio (1998, p 16-17) justifica a matemática nas escolas por esta ser “fator de progresso social, como fator de libertação individual e política, como instrumentador para vida e para o trabalho”. Porém, o próprio D'Ambrosio (1986, p 15) afirma que os conteúdos matemáticos ensinados na escola são de pouca importância no nosso contexto sócioeconômico-cultural. Nesta perspectiva a pergunta agora se inverte: Para que serviria ensinar uma matemática neutra, objetiva e racional?

O debate aqui envolve novamente a questão do contexto. Estamos falando de duas matemáticas distintas: A matemática científica, neutra, objetiva e racional; e a Educação Matemática, social e carregada de valores ideológicos. Existe um grade equívoco, principalmente por parte de alguns professores (de Ensino Fundamental, Médio e Superior) que ensinam a matemática com demonstrações de fórmulas e provam por “a+b” que o teorema está certo. Tais professores ainda não se perceberam como professores e quando questionados sobre sua profissão geralmente respondem “sou matemático”.

A Educação Matemática tem o papel de formar cidadãos que possam atuar e participar criticamente de sua sociedade.

Devemos sempre nos questionar se estamos contribuindo para formar cidadãos ou personagens de um contexto fictício que manejam ferramentas, mas que não constroem sua cidadania.

Referências

D'AMBRÓSIO, U. **Da realidade à ação**: Reflexões sobre educação e matemática. 3 ed. Campinas - SP: Summus, Ed da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática**, 4 ed. São Paulo: Ática, 1998.

MARTELO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Martelo>. Acesso em 10 de setembro de 2007.

CARVALHO, V. de. Linguagem matemática e sociedade: refletindo sobre a ideologia da certeza. *In*: NACARATO, A. M; LOPES, C. E. (org). **Escritas e leituras na educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ASSOCIANDO FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES POR MEIO DAS INVESTIGAÇÕES EM AULAS DE MATEMÁTICA: O PAPEL DO GEMTIC (GRUPO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

Me. Willian Beline¹, GEMTIC, Matemática, FECILCAM,
wbeline@gmail.com

Resumo: Neste texto apresentarei um breve relato da dinâmica de trabalho e respectiva fundamentação teórica do GEMTIC. Este grupo foi criado com a intenção de colocar em prática as sugestões elaboradas em minha dissertação de mestrado, que versou sobre a Informática na Educação no Estado do Paraná. Mas com o caminhar do grupo, este tomou outro rumo, o das Investigações em Aulas de Matemática como meio de associar a formação inicial de meus estudantes de matemática da FECILCAM com a continuada dos professores que os recebem enquanto estes fazem seus respectivos estágios nas escolas.

Palavras-chave: Investigações Matemáticas; Estágio Supervisionado; Formação de Professores.

Introdução

Gostaria de fazer um recorte de um diálogo que tive com uma estudante durante uma reunião do GEMTIC² no dia 01 de setembro deste ano para iniciar minha fala.

Estudante (Acadêmica do 4^o ano de Matemática participante do GEMTIC): *“Sabe professor, confesso que pensei que quando pedisse para os alunos construírem os sólidos geométricos sem as matrizes, eles não conseguiriam. Só fiz isso de tanto você pedir”.*

Orientador: *“E daí, como foi a experiência com eles?”.*

Estudante: *“Foi muito legal, eles fizeram as figuras, e sem as matrizes para fazer os recortes. Fizeram somente com os desenhos que levei impressos da atividade investigativa”.*

Orientador: *“E você duvidando da criatividade deles hein...”.*

Estudante: *“Mas a professora que está me deixando fazer o estágio em sua sala de aula também não acreditava que os alunos conseguiriam fazer as figuras. Ficou surpresa quando viu os resultados”.*

Este pequeno diálogo foi um dos motivos que deu um novo direcionamento aos objetivos do GEMTIC. A princípio pensei em trabalhar com as TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) como meio de colocar em prática o que fora proposto em minha dissertação de mestrado. Mas com o andar do grupo percebi seria outro o caminho a ser tomado.

Percebi que os estudantes de Matemática da FECILCAM se apresentam como possíveis agentes de transformação, ou de inquietação, da prática pedagógica dos professores de matemática que os recebem para fazer seus respectivos estágios nas escolas.

Diante do novo encaminhamento que o GEMTIC ganhou, passaremos na próxima seção à apresentação do referencial teórico que tem sido utilizado para subsidiar a prática dos estudantes de matemática que estão no 4^o ano do curso quanto à sua prática nas escolas cumprindo com as obrigações da disciplina de Estágio Supervisionado II.

Investigações Matemáticas em Sala de Aula

Investigações em aulas de matemática têm se mostrado um campo cada vez mais fértil dada a quantidade de trabalhos de pesquisa que tem sido realizada tendo como aporte teórico este paradigma. Mas o que caracteriza uma investigação em aulas de matemática?

Para Ponte, Brocardo e Oliveira (2003), ao diferenciarem³ exercício de problemas, afirmam que uma investigação difere dos exercícios e dos problemas, pois, na investigação “trata-se de situações mais abertas – a questão não está bem definida no início, cabendo a quem investiga um papel fundamental na sua definição” (p. 23), ao passo que nos exercícios e problemas a questão já é dada em seu enunciado.

Brocardo (2001, p. 98), define uma investigação como sendo “uma atividade que envolve três processos”, sendo: (i) exploração de possibilidades, (ii) formulação de conjecturas e (iii) procura de argumentos que validem as descobertas feitas. Nesta mesma direção, Ponte, Brocardo e Oliveira (2003, p. 25), também definem a investigação como “uma atividade” que “desenvolve-se habitualmente em três fases”: (i) introdução a tarefa, feita geralmente pelo professor, (ii) realização da investigação, individualmente, aos pares, em pequenos grupos ou com toda a turma e, (iii) discussão dos resultados para a turma.

Ao tratar do papel dos alunos num ambiente de investigação, Rodrigues (2007), afirma que em uma aula investigativa estes “são convidados a se envolver em processos de explorações e justificações das suas explorações” (p. 85).

Para alguns autores, segundo Cristovão (2007), “a investigação matemática tem sido considerada uma parte da resolução de problemas” (p. 52). Ernest (1996), ao tratar destes dois temas, ressalta que a investigação se caracteriza como uma atividade de caráter emancipatório.

Brocardo (2001), pautada em Ernest (1996), afirma que “uma das formas entender a resolução de problemas e as investigações é a de as considerar como abordagens pedagógicas à Matemática” (p. 122).

Ernest (1996, p. 32) nos apresenta uma comparação de métodos baseados na inquirição para o ensino de Matemática.

Método: Descoberta Guiada

- **Papel do Professor:** Formula o problema ou escolhe a situação com o objetivo em mente. Conduz o aluno para a solução ou objetivo.
- **Papel do Aluno:** Segue a orientação.

Método: Resolução de Problemas

- **Papel do Professor:** Formula o problema. Deixa o método de solução em aberto.
- **Papel do Aluno:** Encontra seu próprio caminho para resolver o problema.

Método: Abordagem Investigativa

- **Papel do Professor:** Escolhe uma situação de partida (ou aprova a escolha do aluno).
- **Papel do Aluno: Define os seus próprios problemas dentro da situação. Tenta resolver pelo seu próprio caminho.**

Reforçando o valor emancipatório das investigações, Cristovão (2007) afirma:

[...] falar em resolução de problemas como metodologia de ensino não é tão amplo a ponto de abarcar todas as potencialidades de uma abordagem investigativa, ou exploratório-investigativa, a menos que se pense a resolução de problemas como uma metodologia de ensino da matemática pautada não só na resolução, mas também na formulação de problemas - ou qualquer outra questão que interpele alunos e professores - que sejam tomadas como ponto de partida para o ensino da matemática. Estas questões e os caminhos encontrados para resolvê-las podem sequer ter sido pensadas pelo professor (p. 53).

Deste modo, acreditamos que as investigações mereçam lugar de destaque no decorrer das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II. Pensamos isto, mediante as possibilidades que tal estratégia permite em sala de aula quanto à construção do conhecimento matemático.

O GEMTIC

A primeira reunião do GEMTIC aconteceu no dia 16 de Junho de 2007 das 09:00 às 12:00 horas na sala D16 da FECILCAM.

De lá para cá temos nos reunido quinzenalmente no mesmo local para discutir assuntos referentes às Investigações Matemáticas em sala de aula.

O site do grupo encontrasse disponível em <http://www.gemtic.fecilcam.br>.

Também temos uma lista de discussão por e-mail que pode ser acessada em <http://groups.google.com/group/gemtic>.

Algumas Considerações

Tem sido uma experiência muito positiva reunir estudantes de matemática aos sábados pela manhã para conversar sobre as implicações da utilização de Investigações Matemáticas em sala de aula.

Para mim, enquanto professor da disciplina de Estágio Supervisionado II, a inserção das Investigações na prática pedagógica destes estudantes quando estes vão para a sala de aula como exigência

da própria disciplina, tem proporcionado um estreitamento entre a formação inicial e continuada dos envolvidos no processo.

Cada vez mais me convenço das valorosas contribuições que grupos como o GEMTIC proporcionam para a formação dos profissionais na educação.

Notas

¹ Docente do Departamento de Matemática da FECILCAM (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão). Coordenador do GEMTIC – Grupo de Educação Matemática e as Tecnologias de Informação e Comunicação (<http://www.gemtic.fecilcam.br>).

² Participam deste grupo estudantes de Matemática da FECILCAM. Nossos encontros são quinzenais nas dependências da faculdade das 09:00 às 12:00. Site do grupo: <http://www.gemtic.fecilcam.br>.

³ Ponte, Brocardo e Oliveira (2003) definem exercício e problema da seguinte maneira: “**um problema** é uma questão a qual o aluno não dispõe de um método que permita a sua resolução imediata, enquanto que **um exercício** é uma questão que pode ser resolvida usando um método já conhecido.” (p. 22-3, grifo nosso).

Referências

BROCARDO, J. **As Investigações na aula de matemática**: um projecto curricular no 8º ano. 2001. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Lisboa, Portugal. 641 p.

CRISTOVÃO, E. M. Algumas reflexões sobre o conceito de prática exploratório-investigativa. Capítulo 5 de sua dissertação de mestrado em Educação Matemática pela FE/UNICAMP a ser defendida em JUN/2007.

ERNEST, P. Investigações, resolução de problemas e pedagogia. *In*: P. Abrantes, L. Cunha Leal e J. P. Ponte (Orgs.), **Investigar para aprender matemática**: Textos seleccionados (pp. 25-47). Lisboa: Projecto Matemática Para Todos e Associação de Professores de Matemática. 1996.

PONTE, J. P.; BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações Matemática na Sala de Aula**. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RODRIGUES, M. U. **Narrativas no Ensino de Funções por meio de Investigações Matemáticas**. 2007. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro/SP.

MUSEU DE GEOCIÊNCIAS (“GEOLOGIA”) DA FECILCAM

Me. José Antonio da Rocha, TIDE, Geografia, FECILCAM,
jrochastone@yahoo.com.br

Pedro França, FECILCAM, francapedro2000@yahoo.com.br

Resumo: O Museu de Geociências da FECILCAM teve início à cerca de 10 anos com a guarda de algumas amostras de minerais e rochas pelo professor Me. Edson N. Yokoo. Com o passar dos anos o acervo foi se multiplicando através de doações de professores, alunos, comunidade regional, local; mineradoras do Brasil e do exterior, Instituições de Pesquisa Mineral no país e exterior, e outras Instituições Nacionais e Internacionais que se dedicam as Geociências. Trabalhos de campo de professores do Departamento de Geografia também corroboraram para ampliação do acervo de minerais, rochas e fósseis.

Palavras-chave: Museu, Geociências, Ensino/Extensão.

No julgar do senso comum as pessoas entendem o termo “museu” como um local onde ficam depositados artefatos velhos. A palavra museu vem do grego “museiom” templo das musas (Costa, 2006). Porém museu no sentido moderno e principalmente na conotação científica e cultural, possui uma dimensão ampla que vai desde um local adequado para guarda e exposição de artefatos de natureza diversa até com fins extremamente específicos. Há espaços museológicos dedicados somente à conservação e preservações de objetos e documentos raros; outros concentrando seus objetivos na recuperação, restauração de afrescos, estátuas, fósseis, livros, dentre outros objetos. Há ainda espaços museológicos dedicados ao ensino e divulgação de determinados elementos da natureza física e biológica.

No caso de nosso museu, nos dedicamos mais ao ensino e extensão atendendo a comunidade universitária local e regional; bem como as escolas que vão do pré-ensino ao médio da rede pública e privada. Também há visitas de pessoas da comunidade, local, regional e até internacional que tem comparecido para conhecer e prestigiar o acervo de nosso museu. Realizamos intercâmbios com instituições nacionais e internacionais visando à ampliação de nosso acervo. Trabalhos de campo para coleta de materiais para ampliar o acervo do museu.

O museu funciona de segunda-feira a sexta-feira das 08h 00min - 11h 30min e 13h 30min. As visitas devem ser agendadas com no mínimo uma semana de antecedência para não causarem transtornos para os visitantes e nem no andamento das aulas na graduação do curso de Geografia e outras atividades feitas pelo atendente. O procedimento de visita é efetivado da seguinte maneira: os visitantes são apresentados ao

atendente que discorre sobre o acervo do museu destacando a importância deste para o ensino e extensão. É enfatizada a importância do conhecimento dos minerais e rochas; seu uso como recurso natural em nosso cotidiano presente em diversos processos industriais com fins diversos. As amostras do museu estão dispostas na forma didática pela gênese, grupo, e características físico-químicas das amostras (minerais e rochas) para que os visitantes tenham uma noção lógica do processo de sua formação e classificação e uso.

O número de visitantes aproxima-se de 9000 pessoas; sendo que na maioria são de estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública e privada conforme consta em nossos livros de registro. Se levarmos em conta que o museu abriu a visitação a cerca de 5 anos; sendo que anteriormente era mais usado principalmente para as aulas da disciplina de Fundamentos de Geologia e outras disciplinas afins do curso de Geografia teremos uma média próxima de 2000 visitantes ano.

Neste íterim o espaço museológico de nossa Instituição vem cumprindo fielmente seus objetivos; que é a divulgação da importância de conhecimento na área das geociências para a utilização e valoração dos minerais, rochas, fósseis, artefatos líticos compreendendo estes como recursos naturais e um patrimônio da sociedade.

Referência

COSTA, Evanice Páscoa. **Princípios básicos museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

NITROGÊNIO NA SOJA

Diego Pedro Klabundi, G, Agronomia, Faculdade Integrado de Campo Mourão

Dr. Donizete Fornarolli, orientador, Agronomia, Faculdade Integrado de Campo Mourão, dfornarolli@uol.com.br

Resumo: O Nitrogênio e o elemento exigido em maiores quantidades pela a soja, para uma produção de dois mil quilos de grãos são necessárias 170 kg de N. Ou seja 380 kg de uréia. A soja é uma leguminosa que apresenta capacidade de obter nitrogênio do ar através do processo de fixação simbiótica.

Palavra chave: Nitrogênio; bactérias; fixação; inoculante.

Introdução

O Nitrogênio e o elemento exigido em maiores quantidades pela a soja, para uma produção de dois mil quilos de grãos são necessárias 170 kg de

N. Ou seja 380 kg de uréia. A soja é uma leguminosa que apresenta capacidade de obter nitrogênio do ar através do processo de fixação simbiótica.

O Nitrogênio do ar penetra nas paredes do nódulo sendo fixada porém transformando em amônio pela ação da enzima nitrogenase

Mas resultados de pesquisas não tem mostrado o aumento de rendimento na cultura pelo nitrogênio isso é em diversos estádios de desenvolvimentos da soja, ao contrario, altas doses de nitrogênio tem diminuído o rendimento da soja

A aplicação de N na soja é desaconselhável, pois além de aumentar os custos elimina a fixação de N e não aumenta o rendimento.

Assim sendo, sem a aplicação de adubo nitrogenado 40% do N total da planta, veio da fixação simbiótica e com a aplicação de N ocorreu um decréscimo, visto que a aplicação de N diminui até a síntese de proteínas para o crescimento, desviando os produtos da fotossíntese que na verdade iriam alimentar as bactérias do nódulo, assim, diminuindo a fixação.

Desenvolvimento

A necessidade de N pelas plantas de soja em condições de campo é suprida pela simbiose e também pelos elementos disponíveis no solo. Durante a chuva a liberação de N ocorre via ativa elétrica em função de sua solubilidade é necessária e determinante da resposta ao N do fertilizante. (Hipólito A.A. Mascarenhas et al, 2002)

Segundo Thompson (1963) Salientou que a alta produtividade dos anos 50 foi justamente devido a ocorrência de chuvas em quantidades satisfatórias. Essa leguminosa pode utilizar rapidamente o N simbiótico quanto o disponível no solo, isso quando, as quantidades de excedentes. (Hipólito A.A. Mascarenhas et al, 2002)

Em comparação com plantas noduladas e não noduladas, aplicou-se o nitrogênio e verificou-se os seguintes dados, nas noduladas haveria maior deficiência da utilização de N pela planta devido a economia na energia dispendida na manutenção de um sistema nodular e ao contrario nas plantas não noduladas em relação as noduladas, em nenhuma das doses de nitrogênio aplicado de fato relatou que em linhagens isogênicas noduladas sempre houve maior produção de grãos do que nas não noduladas utilizando-se a mesma quantidade de fertilizantes . (Hipólito A.A. Mascarenhas et al, 2002)

O nitrogênio simbiótico seria uma fonte mais aproveitável de N do que aquele proveniente de fertilizantes, ainda que a necessidade de energia para a simbiose e redução do N fixado fosse maior do que aquela requerida para absorção de nitrato e sua subsequente redução pela linhagem não nodulada. (Hipólito A.A. Mascarenhas et al, 2002).

Material e método

Foram realizados em diversas propriedades, em diferentes regiões, com parcelas únicas, com distintas doses de nitrogênio na soja, e comparadas a inoculação das mesmas.

Análise e discussões

As altas temperaturas tem resultado em uma menor atividade fixadora, ocasionando uma acelerada senescência dos nódulos e um conseqüente encurtamento do período de fixação de N nos nódulos. (Boletim de Pesquisa de soja. Fundação MT. Rondonópolis, MT. 2005).

A respeito da simbiose, a melhor umidade situa-se em torno de 60% a 70% da capacidade máxima de retenção de água no solo. (Boletim de Pesquisa de soja. Fundação MT. Rondonópolis, MT. 2005)

O suprimento de oxigênio no solo é necessário para a formação e funcionamento dos nódulos, ou seja é essencial para assegurar a respiração adequada das raízes e tecido nodular “fornecimento de energia”. (Boletim de Pesquisa de soja. Fundação MT. Rondonópolis, MT. 2005).

Considerações finais

Portanto conclui-se que é indispensável o uso de inoculante na cultura da soja, principalmente em áreas novas, pois o N é o nutriente mais absorvido pela soja, e a principal forma da soja absorver N que possa aumentar sua atividade é a nodulação com bactérias, e para garantir uma boa fixação de N é necessário a reinoculação todos os anos, e esta deve ser feita seguindo todas as recomendações corretas para a qual possa ocorrer uma fixação que supre a necessidade da planta. Contudo não recomenda-se a adubação nitrogenada na soja, pois unicamente a fixação simbiótica e boas práticas de manejo suprem a necessidade de N pela soja.

Referências

- Malavolta, E. **Nutrição mineral e adubação da soja**. E.S.A. ULTRAFERTIL. Piracicaba, SP. 1978. p. 13-16.
- Rosolem, C. A. Boletim técnico 6. **Nutrição mineral e adubação da soja**. Institutos da Potassa. Piracicaba, SP. 1980. p. 12-16.
- Boletim de Pesquisa de soja. Fundação MT. Rondonópolis, MT. 2005. p. 195-196.
- Mascarenhas, H. A. A. et al. Nitrogênio – **adubar ou não**. **Revista Cultivar**. Fev 2002. p. 30-33.
- Costa, A. C. **Cultura da soja**. Porto Alegre, RS. 1996. p. 69-70.

FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA x ENERGIA ELÉTRICA FORNECIDA PELA COPEL NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Vanessa Ferreira Sehaber, PIC, Matemática, FECILCAM,
vasehaber@yahoo.com.br
Me. Amauri Jersi Ceolim, orientador, Matemática, FECILCAM,
aceolim@brturbo.com.br

Resumo: Ao realizar atividades cotidianas, utiliza-se muito a eletricidade. Esta está presente em praticamente todos os lugares, em virtude do seu fácil acesso e benefício. Em Campo Mourão, a COPEL é a responsável pela distribuição de energia elétrica. Porém, além desta energia, muitos usam fontes alternativas com a finalidade de reduzir gastos ou por terem disponibilidade de matéria-prima, como é o caso de algumas indústrias, empresas e residências. Portanto, usar-se-á estatística para auxiliar no levantamento e análise de dados das fontes alternativas de energia que geram eletricidade considerando os fatores ambientais e sócio-econômicos.

Palavras-chave: Fontes Alternativas de Energia; Eletricidade; Estatística.

Em nosso mundo, muito se fala em energia e subentende-se que ela tem essencial importância para o nosso viver. A partir de fontes naturais, pode-se obter tanto a energia que nos mantém vivos quanto a que mantém máquinas e mecanismos em funcionamento.

A eletricidade está em nosso cotidiano nas mais diferentes atividades em virtude da facilidade em transportá-la, de convertê-la em outras formas de energia e produzi-la também a partir de outras fontes de energia.

O governo brasileiro tem se preocupado muito com a questão energética e ambiental no país, principalmente com relação ao uso de fontes renováveis. Por isso criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA que é um importante instrumento para a diversificação da matriz energética nacional, garantindo maior confiabilidade e segurança ao abastecimento. De acordo com dados deste programa, no ano de 2004, as fontes renováveis de energia representaram 88% da oferta nacional de eletricidade e 43,9% da matriz energética nacional. (PORTO, 2005, *on line*)

Com efeito, o papel da ciência em qualquer abordagem é bastante relevante, pois ela visa à explicação de causa e de fenômenos relacionados à natureza, à sociedade e aos seres humanos.

O ser humano, ao projetar-se no mundo dos valores, toma contato com os fenômenos que o rodeiam e procura, na sua simplicidade,

compreendê-los. Tais acontecimentos que se sucedem são efeitos de causas existentes e prende-se, então, o homem, às causas de determinado fenômeno estabelecendo leis gerais e negligenciando certos fatores de pouca intensidade que possam ser desprezados em face das causas dominantes. A fim de se ter uma compreensão mais rápida e exata dos fenômenos naturais e sociais, no estudo de suas causas e de seus efeitos, associam-se a eles números que expressarão quantidades. (MOREIRA, 1971, p. 18).

No caso das fontes energéticas, os valores numéricos vêm a contribuir bastante realçando a importância deste assunto a partir da compreensão das informações incorporadas a este contexto.

A estatística vem a ser uma ferramenta muito útil em qualquer assunto onde é empregada, pois, por meio dos números, pode-se adquirir uma compreensão mais rápida e exata dos fenômenos envolvidos, principalmente, com relação às fontes alternativas de energia e aos fenômenos sócio-econômicos e ambientais abrangidos na pesquisa.

Estudar as formas de garantir a energia elétrica necessária para as necessidades básicas bem como propiciar melhorias do padrão de vida, segundo critérios racionais e adequados, torna-se parte fundamental do processo de desenvolvimento sustentável. (TOLMASQUIM, 2003, p. VI)

As fontes alternativas de energia integram um papel importante no ambiente onde vivemos, pois a partir do potencial que dispõem pode-se obter qualquer outra forma de energia. Este fato no âmbito sócio-econômico é bastante relevante, pois pode favorecer a economia, gerar energia a partir de fontes mais abundantes ou adequadas ao local de consumo. (ALQUÉRES, 2003, p. 69)

A pesquisa está sendo de natureza básica, a fim de entender, descrever e divulgar os resultados obtidos através do levantamento e da análise destes, usando o método dedutivo. Este princípio parte do contexto geral, relacionado ao uso energético considerado verdadeiro e indiscutível, e que em seguida parte para o particular, onde se encontra o levantamento e análise racional do uso de fontes alternativas de energia em relação aos fatores sócio-econômico e ambiental.

Será levada em consideração a abordagem quantitativa, quando se tratar das informações obtidas em visitas e entrevistas em empresas e residências que fazem uso de fontes alternativas de energia, e qualitativa, quando se tratar do uso benéfico para consumidor e para o ambiente onde este se encontra.

O assunto pesquisado terá âmbito exploratório, quando realizar levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o uso de fontes alternativas de energia e análises referentes às informações prestadas visando entendimento destas; descritiva, a partir do levantamento de dados, estabelecendo relações entre as variáveis energéticas; explicativa, quando observado a razão de alguém praticar o uso de alguma fonte alternativa de energia; tipológica, quando, a partir das comparações, analisar-se os fatores individuais que caracterizaram como fundamentais o uso de alguma fonte alternativa de energia elétrica.

Foram visitadas algumas empresas que utilizam de fontes alternativas, sendo elas Supermercados Paraná e Hipermercado Muffato, onde cada um destes possui um gerador a diesel, e as Indústrias Reunidas Cristo Rei LTDA, que tem uma pequena central hidrelétrica (PCH).

Segundo relatos dos entrevistados, verificou-se informações importantes. No caso das Indústrias Reunidas Cristo Rei LTDA, a indústria é provida de potencial hídrico em sua propriedade e que é aproveitado para seu próprio benefício, produzindo energia elétrica suficiente para manter suas máquinas. A PCH proporciona uma economia significativa, pois torna a indústria auto-suficiente em eletricidade, dispensa manutenção constante, garante segurança operacional, pois é um sistema fechado, e impacto ambiental baixíssimo, pois a água utilizada é advinda do nível normal do Rio Mourão e chega ao gerador hidrelétrico por gravidade.

Já os geradores a diesel possuem melhor adequação de acordo com as necessidades do proprietário, devido ao espaço que ocupam na empresa, a dispensa de manutenção constante, a segurança operacional e a potência energética que podem proporcionar. Contudo, os geradores produzem grande quantidade de ruídos, devido ao seu funcionamento, e gases poluentes, devido à combustão do diesel. Os supermercados utilizam o gerador a diesel em horários de ponta, das 18h00min às 21h00min, onde a tarifa energética é mais elevada em relação à do horário fora de ponta, proporcionando assim uma significativa economia em relação à energia elétrica provida da rede de transmissão da COPEL.

Assim, em meio ao desenvolvimento da pesquisa, pôde-se constatar que algumas empresas recorreram ao uso de fontes alternativas de energia para o seu próprio benefício, como, por exemplo, auxílio na contenção de despesas. Inicialmente, para se instalar um sistema alternativo de energia o investimento acaba tornando-se alto, porém, segundo os entrevistados, o investimento realizado é recuperado em médio a longo prazo. Por existirem fontes alternativas poluentes e limpas, é interessante ao investidor avaliar os aspectos ambientais e sócio-econômicos já mencionados dentro do meio onde se localiza.

Assim como o levantamento de informações feito por meio das entrevistas da pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica está fornecendo subsídios teóricos sobre as fontes energéticas existentes para a fundamentação do trabalho. A pesquisa está de acordo com o cronograma: iniciou-se em agosto e tem previsão de término em julho de 2008.

Referências

- ALQUÉRES, José Luiz et al. **Energia para gerações**. Rio de Janeiro: Shell Brasil LTDA, 2003.
- JANNUZZI, Gilberto de Martino et al. **Prospecção Tecnológica em Energia**. Brasília: CGEE, 2005.
- LA ROVERE, Emílio Lebre; ROSA, Luís Pinquelli; RODRIGUES, Adriano Pires. **Economia & Tecnologia da Energia**. Petrópolis: Marco Zero/FINEP, 1985.
- MOLLO-MOLLO. **Repensar a Energia**. Editorial Veja, 1974. (Coleção SENSO COMUM)
- MOREIRA, José dos Santos. **Elementos da Estatística**. 7. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1971.
- OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2006.
- PORTO, Laura. **A Energia Alternativa Renovável no Brasil**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programs_display.do?chn=7678>. Acesso em: 31 mai. 2007. Ministério de Minas e Energia.
- TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno (organizador). **Fontes Renováveis de Energia no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

IMPORTÂNCIA DA INOCULAÇÃO DA SOJA PARA AGRICULTURA

Diego Pedro Klabundi, G, Agronomia, Faculdade Integrado de Campo Mourão

Dr. Donizete Fornarolli, orientador, Agronomia, Faculdade Integrado de Campo Mourão, dfornarolli@uol.com.br

Resumo: A simbiose rizóbrio-leguminosa é uma valiosa fonte de nitrogênio (N) para a produção de grãos e, também, para a manutenção e fertilidade geral do solo” (Andrade, 2006). Segundo pesquisadora do IAPAR, em reportagem à revista A Granja/2006, na agricultura, entre todos os sistemas biológicos fixadores de N, a simbiose rizóbrio-leguminosa é um dos mais influentes sistemas de transformação do nitrogênio gasoso em formas assimiláveis para a planta.

Palavras-chave: Inoculação; nitrogênio; soja.

Introdução

A fixação biológica do nitrogênio (FBN) é um conjunto de reações biológicas de oxi-redução do N atmosférico para formas inorgânicas combinadas ($N^o N + 8H\ddagger + 8 \acute{e} \textcircled{R} ZNH3 + H2$), intermediadas por microorganismos” (Andrade, 2006). Em leguminosas, as principais causas de ausência de resposta à inoculação relacionam-se à má qualidade e manuseio inadequado do inoculante, às características da planta hospedeira, presença de rizóbio no solo e sementes, manejo da cultura (produtos deletérios nas sementes, insetos atacando nódulos) e, principalmente do solo (reduzida M.O, baixa fertilidade, compactuação, falta de água, altas temperaturas)” (Andrade, 2006).

Desenvolvimento

Segundo Mercanti, Eng^o Agrônomo da Embrapa, em entrevista à revista A granja, 2006, existem muitas dúvidas sobre a necessidade de aplicação de fertilizantes nitrogenados a cultura da soja como complementação ao uso de inoculante, para atingir rendimentos elevados. Diversos ensaios foram conduzidos nas principais regiões produtoras de soja do país, e em nenhum dos locais avaliados foram demonstrados aumentos significativos no rendimento de grãos das plantas, devido à aplicação de doses de “arrangere” ou do “starter”.

Material e métodos

O experimento será instalado em áreas da Faculdade Integrado, município de Campo Mourão, altitude de 600 metros. A cultivar que utilizara é a recomendada para as condições da região.

O delineamento experimental adotado, será o de blocos casualizados, com 12 tratamentos e 5 repetições. Cada parcela terá 6 linhas (0,45m) e com um comprimento de 5 metros, totalizando 13,5 m², sendo a área útil de 4 linhas (0,45m) e com um comprimento de 4 metros, tendo um total de 60 parcelas. Para o experimento necessitara 1800m².

Os tratamentos utilizados correspondera as diferentes doses de nitrogênio e alguns com inoculante. Esses tratamentos sera: T1: testemunha; T2: 10 Kg/N; T3: 20 Kg/N; T4: 30 Kg/N; T5: 40 Kg/N; T6: 50 Kg/N; T7: inoculante + 10 Kg/N; T8: inoculante + 20 Kg/N; T9 inoculante + 30 Kg/N; T10: inoculante + 40 Kg/N; T11: inoculante + 50 Kg/n; T12: inoculante.

A adubação que será utilizada é 60 Kg P/ha e 40 Kg K/ha, na base. Imediatamente antes da semeadura, promovera o tratamento de sementes com fungicidas, para proteger as sementes e plântulas contra ação de fungos do solo. Depois, procedera a inoculação das sementes. A distribuição de sementes sera de 12 sementes por metro linear. Conforme a necessidade da cultura, será feito os tratamentos culturais. Esse trabalho

terá como objetivo analisar área foliar m²/planta, massa seca (parte aérea) após 30 dias em média de 10 plantas/parcela, teor de N nas folhas em R1, número de vagens (boas, chochas e total), número de grãos por vagem, peso de 100 sementes e por fim a produtividade.

Análise e discussões

Em mais de 50 ensaios de inoculação conduzidos pela “Rede Nacional de Ensaio de Inoculação da Soja” o tratamento com soja não-inoculada e recebendo 200 kg de N (cerca de 445 kg de uréia), parcelados em duas vezes, não resultou em incremento no rendimento em relação ao tratamento só inoculado” (Mercanti, 2006). A economia com o uso de inoculante é um fator de grande relevância a ser considerado quando se pensa em F.B.N. Na altura da soja, segundo Mercanti, o uso de fertilizantes nitrogenados para a cultura, a adubação com uréia, por exemplo, resultaria em um gasto aproximadamente, US\$ 3 Bilhões, se forem considerados a área cultivada na última safra.

Considerações finais

A altura da soja apresenta uma elevada demanda por (N), devido aos altos teores de proteínas (cerca de 40%) encontrados em seus grãos” (Mercanti, 2006). As fontes de N capazes de fornecer a quantidade necessária para tal cultura, limitam-se aos fertilizantes nitrogenados e ao fornecimento pelo processo de fixação biológica de nitrogênio atmosférico (N₂).

Referências

- ARAÚJO, Fabio Fernando & HUNGRIA, Mariângela. **Nodulação e rendimento de soja CO-infectada com *Bacillus subtilis* e *Bradyrhizobium japonicum* / *Bradyrhizobium elkanii***. Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília, v.34, n.9, p.1633-1643, setembro 1999.
- CASTILHOS, Danilo D. et al. **Acumulo de cromo e seus efeitos na fixação biológica de nitrogênio e absorção de nutrientes em soja**. Revista brasileira de agrociência, v.7, n.2, p.121-124, maio-agosto 2001.
- JENDIROBA, Eloísa & CÂMARA, Gil M. de Sousa. **Rendimento agrícola da cultura da soja sob diferentes fontes de nitrogênio**. Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília, v.29, n.8, p.1201-1209, agosto 1994.
- ALBINO, Ulisses & CAMPO, Rubens José. **Efeito de fontes e doses de molibdênio na sobrevivência do *Bradyrhizobium* e na fixação biológica de nitrogênio em soja**. Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília, v.36, n.3, p.527-534, março 2001.
- HUNGRIA, M. et al. **A inoculação da soja**. p. 9-11, 1997.
- CAMPO, Rubens José & LANTMANN, Áureo Francisco. **Efeitos de micronutrientes na fixação biológica do nitrogênio e produtividade da**

soja. Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília, v.33, n.8, p.1245-1253, agosto 1998.

ANDRADE, Diva Sousa. **Mais produtividade (e menos custo) com a fixação biológica de nitrogênio.** Revista A granja, agosto-2006, nº692.

MERCANTI, Fabio Martins. **Uso de Inoculante garante economia de US\$ 3 Bilhões.** Revista A granja, janeiro-2006, nº685.

COSTA, José A. et al. **Cultura da Soja.** Porto Alegre, 1996.

FARIAS, José R B. et al. **Tecnologias de produção de soja.** Embrapa, 2003.

CIÊNCIAS HUMANAS

A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DA CRIANÇA

Cleudet de Assis Scherer, PG, Pedagogia, FECILCAM,
cleudet@yahoo.com.br

Resumo: Essa pesquisa envolve momentos interligados de estudos bibliográficos e investigação de campo, sobre o papel da música no desenvolvimento das funções mentais superiores. O estudo está embasado em autores clássicos da teoria Histórico-Cultural, como Vygotsky e Luria, realizados na disciplina de Educação, Cultura e Necessidades Especiais do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil; música; funções mentais superiores.

Neste texto buscar-se-á refletir sobre as relações existentes entre a criatividade, a imaginação, a memória, a atenção e demais funções psicológicas e as atividades musicais no contexto escolar.

A concepção que norteará a discussão é a de que essas complexas funções superiores, segundo Vygotsky (1991) têm sua origem nas relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo exterior, isto é, pelo processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre a história sócio-cultural e a história individual no qual o mesmo está inserido.

O autor ainda esclarece que a criança não nasce com seu desenvolvimento pré-determinado, ao contrário, a sua exposição à cultura e à língua específica determina sua forma de perceber o mundo e a si mesmo. Ela começa a receber informações e a desenvolver a sua fala por meio das relações interpessoais e dos diálogos. Para ele, a aquisição da linguagem se dá do exterior para o interior, que representa o veículo pelo qual o homem tem condições de se apropriar dos produtos culturais da humanidade.

Nesse sentido, a musicalização favorece sobretudo a oralidade, pois música é oralidade. Na vivência com as crianças percebe-se no início das atividades que elas só observam as canções e aos poucos acompanham o ritmo e cantam os finais das frases. Fazem registros musicais na sua memória, a princípio apenas lalações, mas aos poucos vão aumentando seu repertório de palavras desenvolvendo a fala e a imitação dos gestos e ações.

De acordo com Vygotsky (2001) a criança é um ser lúdico, mas sua brincadeira tem um grande sentido, que corresponde com exatidão à

sua idade e os seus interesses. Afirma ainda que as suas reações mais importantes são criadas e elaboradas nesse processo.

Luria (1991) salienta também a importância da instrução verbal do adulto para a atenção seletiva da criança, pois para que ela ocorra é necessário que haja uma síntese prévia dos elementos nela incluídos. Para esse autor “a formação da atenção arbitrária abre caminho para a compreensão dos mecanismos interiores dessa complexíssima forma de organização de atividade consciente do homem, que desempenha papel decisivo em toda sua vida psíquica.” (LURIA,1991, p.35).

É importante ressaltar que a música ao trabalhar com instrumentos de percussão, em que as crianças tocam e param nos momentos certos indicados pelo gesto do professor, desenvolverão a atenção seletiva de forma lúdica e prazerosa.

O universo sonoro deve ser apresentado natural e intencionalmente, proporcionando as crianças contato com grande variedade de sons produzidos pela voz humana, pelas máquinas e também pela música. Ao cantar coletivamente aprende-se a ouvir a si mesmo, ao outro e ao grupo como um todo.

Akoschky (apud BRITO, 2003, p.182) diz que “a escuta tem grande importância na Educação Infantil, pois todos os demais conteúdos se alinham por meio da audição e da percepção”. Dessa forma, se desenvolvem também aspectos da personalidade, como atenção, espírito de coletividade e palavras do vocabulário, tão importantes para a alfabetização.

Nessa perspectiva, Luria (1991, p.92) escreve que a “linguagem humana dispõe de todo um sistema de códigos sonoros, a base dos quais se constroem os seus elementos significantes: as palavras”.

O mundo das excitações sonoras do homem é determinado por fatores de origem histórico-social e não biológico, explica ele, para o sujeito distinguir os sons do discurso ou fonemas não basta possuir um bom ouvido, mas percebê-los por um complexo trabalho de discriminação dos indícios essenciais do discurso e de abstração dos traços estranhos utilizados para tal distinção.

A partir do estudo estabelecido com esses autores, pôde-se compreender o sujeito como um ser social em que está inserido. Percebeu-se também que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores não acontecem de forma espontânea, mas dependem principalmente das condições sócio-culturais a que é submetido.

Com a apropriação desse conhecimento levou-se a reflexão e observação na prática pedagógica que a cada atividade realizada percebe-se a formação do pensamento infantil e sua relação com o conteúdo compartilhado.

É importante ressaltar que segundo o RCNEI (1998,p.49) que o:

Trabalho com a música deve considerar que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e as crianças, inclusive aquelas que apresentam necessidades especiais [...] por ser um excelente meio de desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto-estima, do auto conhecimento, além de um poderoso meio de integração social.

Nessa pesquisa pôde-se observar que as crianças que já estudam musicalização desde o berçário e hoje estão em média com 3 anos e meio a 4 anos, estabelecem uma diferença positiva no desenvolvimento em relação a outras crianças recém chegadas a escola, desenvolvimento este, na percepção auditiva, memória, atenção, coordenação motora, trazendo suas próprias experiências de fora para o contexto escolar principalmente na fala e representações sonoras.

Nessa ótica a música como linguagem tem muito a contribuir para o desenvolvimento integral da criança, por meio de manifestações/produções sonoras, movimentos corporais e ritmo que utiliza os sentidos humanos, fazendo com que o sujeito adquira a leitura do ser individual e social, transformando suas relações interpessoais.

Referências

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional: Educação Infantil**. Brasília MEC/SEF

BRITO, T.A. **Música na Educação Infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

LURIA, A.R. **Curso de Psicologia Geral**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991, v.2.

VYGOTSKY. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

O MOTIVO EDÊNICO E O MAL ESTAR DA SOCIEDADE NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO

Ed Carlos da Silva, PG, História, UEM
Dr.^a Solange David Ramos, orientadora, UEM

Resumo: O início do processo de desenvolvimento histórico brasileiro é influenciado pelas idéias e instituições que constituíam o mundo ibero-lusitano, no período denominado como pré-história européia. Nesse, a compreensão da existência do éden terreno acampou na colônia

portuguesa, descrito inicialmente na carta de Pero Vaz de Caminha. O Julgo da terra paradisíaca, cedeu lugar a noção do espaço satânico. Tal compreensão povoou a mente dos colonos e contribuiu para consolidação do mal estar que constitui o imaginário do brasileiro ao longo de nossa construção histórica.

Palavras-chave: Edênico; Satânico; Mal Estar.

O projeto de Estado, pensado pela elite brasileira, pós-independência, procurou manter distante da vida pública às camadas menos privilegiadas da sociedade. Esse propósito, concebido com o objetivo de manutenção do poder, pois à margem do Estado os cidadãos que, historicamente, o ajudaram a construir, dando a ele legitimidade. Todavia, o distanciamento desse indivíduo em relação às instituições públicas permitiu ao longo do processo de formação da sociedade brasileira a evolução de um sentimento marginal, com o qual a massa social não se reconhece nas instituições que construiu.

Esse sentimento, negativo e prejudicial ao desenvolvimento coletivo, instituído no imaginário brasileiro, dotou os cidadãos com características singulares. Nossas práticas de cidadania atendem a questões pontuais, de interesses breves e individuais. Temos, assim, uma relação de descaso com o aparato público e, também, nossos pares.

Nesse sentido, o tema proposto objetivou analisar a construção desse sentimento marginal no processo de desenvolvimento histórico, bem como esse evento produziu o mal estar da sociedade brasileira, em que os fatos de barbárie ocorridos no cotidiano são vistos com naturalidade e não promovem reação efetiva dos sujeitos sociais.

Para esse fim, foi realizada a análise historiográfica da literatura que trata do tema, sobretudo, da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, e do artigo de José Murilo de Carvalho, *O Motivo Edênico no Imaginário Social Brasileiro*. As obras referendadas, e as demais analisadas, subsidiam a compreensão da gênese edênica no seio social brasileiro, pós-chegada lusitana. Da mesma forma, permitem estabelecer a relação de desenvolvimento desse sentimento com o processo de construção do Estado e das instituições nacionais. O artigo de Murilo, utilizando-se de um trabalho de campo no território nacional – pesquisa *Vox Populi* (Revista *Veja*) de 1995 com 1692 pessoas, analisa a influência do motivo edênico e da razão satânica no projeto de modernidade luso-brasileira.

A investigação desse tema, considera como essa questão produziu nos brasileiros, o sentimento de naturalidade, passividade e descaso face a acontecimentos que provocariam em outras sociedades reações enérgicas.

A visão dos brasileiros em relação às ações públicas e aos indivíduos, apela a uma percepção de desconfiança e descaso. Ao contrário, os elementos de ordem edênica são prestigiados como fatores de orgulho e identidade nacional. O brasileiro, assim, se reconhece naquilo que não é capaz de controlar, desconhecendo as instituições que ajudou a construir.

O motivo edênico, originado na percepção lusitana de um paraíso na terra, legou à natureza todas as razões de orgulho dessa terra, cabendo aos seus habitantes o olhar negativo do colonizador e posteriormente das elites que o governam.

O desenvolvimento dessa compreensão instituída no seio social, colaborou para construção de um indivíduo que se pensa incapaz, em muitas condições, de agir sobre problemas que o aflige diretamente.

A visão negativa, que os portugueses lançaram sobre os brasileiros, no início do processo colonizador e que se faz presente em todo processo histórico, estende-se na visão dos brasileiros às instituições que criaram. O sujeito que desconfia de seus compatriotas, não acredita nas instituições que sustenta. A descrença em seus pares e nas instituições representa, portanto, uma séria ameaça à democracia, que tem nesses pilares duas bases de sustentação da ordem legitimada.

A crise das instituições públicas que percebemos na atualidade, e em muitos períodos de nossa história, tem no motivo edênico e satânico alguns elementos para sua compreensão.

As idéias, advindas com os lusitanos, que permitiram a formação das instituições luso-brasileiras, sobrevivem hoje com todos os percalços do ordenamento histórico em que foram instituídas. A apropriação do Estado pela elite brasileira, que buscou manter a parte a massa social da vida pública, contribui para o distanciamento do cidadão atual das questões públicas.

O regime de ordem liberal, pensado distante do regime democrático, estabeleceu no brasileiro um entendimento singular do Estado que sustenta, onde o público e o privado continuam se confundindo. Os indivíduos ligados às instituições políticas, jurídicas e religiosas, oportunizaram historicamente os meios, através do próprio Estado, de convergirem às ações desse em detrimento de seus interesses.

A longa duração histórica, que possibilitou a construção da trajetória da modernidade luso-brasileira, preserva elementos que demonstram os desajustes desse processo. Penso o principal deles a compreensão de um cidadão que, inicialmente posto à margem, ainda se vê à parte das instituições e do Estado que construiu.

O zelo dos cidadãos pelas instituições públicas e privadas, no seu papel natural de ordenamento da sociedade, é um aspecto fundamental para a sobrevivência da ordem legal. Para tanto, é essencial que os

indivíduos reconheçam e entendam o papel que essas instituições devem cumprir. Sem essa compreensão continuamos fadados aos desajustes e as barbáries que foram vivenciadas no nosso processo histórico.

Referências

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

BIRMAN, Joel. O mal-estar na modernidade e na brasilidade. In: FRIDMAN, Luís Carlos (Org.) **Política e Cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa, 2002. p. 43 – 62

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.) **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. p. 19 – 43

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

MORSE, Richard Mcgee. **O espelho de próspero: culturas e idéias nas Américas**. Trad. Paul Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COLONIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO CONCEITUAL

Dr.^a Adélia Aparecida de Souza Haracenko, PG, Geografia, FECILCAM,
haracenko@gmail.com

Resumo: O presente ensaio, de discussão teórica a despeito do conceito de colonização, faz parte do resultado do desenvolvimento de uma pesquisa, realizada nos 29 municípios do Noroeste do Paraná, os quais compreendem a microrregião geográfica de Paranavaí. Um dos nossos objetivos nessa pesquisa, foi tratar do processo colonização do Noroeste do Paraná, iniciado a partir da década de 1950. Como metodologia de investigação para a realização dessa parte da pesquisa, utilizamos as fontes orais através das entrevistas com os colonos camponeses desses municípios. O resultado dessa pesquisa, foi o levantamento histórico do processo de colonização nesta fração do território paranaense, e a isso se justifica neste íterim parte do desenvolvimento do conceito de colonização.

Palavras-chave – Noroeste do Paraná; colonização; reflexão conceitual.

Nosso objetivo, neste excerto, é tratar da discussão teórica que envolve o conceito de colonização na pesquisa que desenvolvemos no

Noroeste do Paraná. Neste sentido, julgamos pertinente destacar que há várias formas de análise para compreensão do desenvolvimento de um processo de colonização, a exemplo: através da análise da estrutura fundiária; da dimensão econômica; política e ideológica etc. Dito de outra forma, podemos utilizar várias lentes, nos seus mais variados graus, para enxergarmos como este processo foi ocorrendo no Noroeste, entretanto, ao lançarmos nosso olhar para esta região, salientamos que nossa exposição analítica sobre a colonização na área de estudo tem sua peculiaridade, uma vez que demonstramos o processo de colonização através de um conjunto de dimensões, cujo valor explicativo encontramos na fala dos próprios sujeitos sociais, responsáveis por tal processo, sendo eles, camponeses, que para ali migraram, vindos de outros estados do território nacional. Todavia, como afirma Santos (1991, p.59) “Por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas”.

Exposta a peculiaridade a qual trataremos o processo de colonização ocorrido no Noroeste do Paraná, faz-se necessário uma reflexão a despeito do conceito que envolve o fato analisado. Diante do que evidenciamos, a colonização foi um processo de ocupação de uma fração do território do Estado do Paraná. E para Laranjeira (1983, p.3), “a colonização é um processo de ocupação de território”. O termo colonizar, traz no seu bojo, o sentido de ocupar um determinado local, entretanto, esse sentido de ocupação territorial salientado por Laranjeira (1983) está diretamente vinculado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica, desta forma “Por isso, há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, (...) 2) ocupação do território por nacionais” (LARANJEIRA, 1983, p.3). Segundo este autor, esta expressão pode tomar várias outras conotações, indo desde o campo penal, até o lazer. Mas é do ponto de vista agrário que aqui o conceito se sustenta, tendo como pano de fundo o campo agrícola.

Desse ponto de vista, tendo o agrário como foco, cumpre salientar que “as palavras colonizar, colonização e colônia, sofrem também uma redução do significado; isto é, estreitam-se nos limites de sua ordem técnica ao enfocar um fator específico: o campo” (LARANJEIRA, 1983, p.4). Para o autor, o sentido que permeia cada uma das três expressões é definido desta forma: “Assim, colonizar é o ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo. Colônia é o

resultado desse procedimento, como um conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades” (LARANJEIRA, 1983, p.4).

A despeito da expressão colônia, evidenciada por Laranjeira (1983) cumpre destacar, que ao iniciar nossas investigações na área de estudo, identificamos o termo sob diferentes pontos de vista, atribuindo-lhe, os sujeitos sociais da colonização, significados os mais variados: Primeiramente observamos o termo colônia vinculado a um contexto maior, ou seja ao conjunto de glebas da Colônia Paranaíba, que foram adquiridas pelas empresas colonizadoras, loteadas e vendidas aos colonos, neste sentido o termo está de acordo com Laranjeira (1983).

Contudo, no início da colonização, quando estava acontecendo o processo migratório ao Noroeste, para muitos colonos, principalmente, por parte daqueles que vieram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o termo colônia, tinha outro significado, que não este de conjunto de glebas a serem loteadas, todavia a colônia era o lote já adquirido da empresa colonizadora, a exemplo comenta, um dos sócios proprietários da Companhia Colonizadora Brasil Paraná – BRAPA, responsável pelos loteamentos do município de Querência do Norte, Sr. Carlos Antônio Franchello¹, ele diz: “o gaúcho, o catarinense, eles não chamam uma área de 10 alqueires, 10 alqueires paulista, eles chamam uma colônia, e a colônia era de 10 alqueires paulista, então nós vendíamos a colônia” (FRANCHELLO, 2001).

Neste sentido, o termo colônia era a dimensão de um único lote. Colônia para o colono gaúcho e catarinense, era a sua propriedade, local que havia adquirido, para começar seu empreendimento através da cultura do café. Embora podemos acrescentar a isso o aspecto da proximidade de vários lotes, e a esse conjunto, pela vizinhança, igualmente ser considerado uma colônia. Nessa perspectiva, corroborando com o termo, Stedile; Fernandes (1999) evidenciam que colono é uma palavra muito utilizada no sul do país como sendo sinônimo de pequeno agricultor, no entanto, “A origem vem dos primeiros camponeses que chegaram como imigrantes da Europa, no final do século XIX e início do século XX. Cada camponês imigrante recebeu do governo uma área de terra correspondente a 25 hectares, que foi denominada de ‘colônia’. Por isso seu ocupante passou a ser chamado de colono” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.48).

Sendo assim é perceptível no Noroeste a utilização do termo colônia como: conjunto de glebas; lote único de um colono, da mesma forma, conjunto de casas intercaladas pela relação social de vizinhança por parte dos colonos.

Igualmente, Schollosser (2005) em seu trabalho de análise das construções discursivas, no extremo Oeste do Paraná encontrou várias definições para a expressão colônia, esta,

permeando pelo nível das relações sociais entre os camponeses, em que o termo vai desde tomar uma cerveja denominada Colônia até o estudo do termo colônia utilizado no discurso das personalidades entrevistadas pela rádio, as quais foram fontes da autora. Todavia, a análise do referido termo teve como objetivo desmontar o discurso ideológico e caracterizar como a personalidade entrevistada definia a expressão colônia. Desta forma, no cotidiano dos

camponeses, segundo Scholusser (2005, p.79) “o termo colônia mantém vivas as relações sociais dos sujeitos que cercam os desdobramentos econômicos, sociais, políticos e culturais. A palavra colônia agrega concepções vivenciadas no cotidiano e no imaginário local” .

Isso posto, todavia, se tomarmos o conceito de colonização num sentido mais amplo, como salientam Tavares; Considera e Silva (1972), este pode ser confundido com o de povoamento, ou seja, seria a ocupação e conseqüentemente a valorização de uma determinada área, sendo este processo realizado por indivíduos procedente de uma outra área. No entanto, se observarmos o desenvolvimento de um processo de colonização, analisando especificamente frações territoriais, como é o caso realizado na área em estudo, evidentemente não deixando de vincular a um contexto maior do processo em si, perceberemos, de acordo com Tavares; Considera e Silva (1972) que a colonização num sentido mais restrito, é um povoamento, que ocorre precedido de um planejamento governamental ou privado.

Se considerarmos a palavra colonização no sentido léxico, Gregory (2005), para explicá-la salienta que colonização tem um sentido amplo, e não muito preciso, para tanto, o autor faz um resgate histórico envolvendo a temática, igualmente uma análise de vários autores que remetem-se ao conceito, passando por aqueles que definem a colonização como sendo um processo que ocorre através da iniciativa oficial ou privada, até chegar em Laranjeira (1983), o qual reduz colonização às ações do poder público. Exemplificando o que diz Laranjeira (1983), Gregory (2005, p.101) cita-o, salientando que: “Divergindo, em parte de outros autores mencionados, ele restringe a colonização como afeta às ações do poder público: ‘a colonização há de se efetivar, basicamente, em terrenos públicos, visando ao povoamento e à ativação produtivista. Assim, resulta evidente que a colonização é o processo de assentamento da terra que está sob pertença do poder público’ ” .

Entretanto, para Gregory (2005) podemos nos referir à colonização vinculada ao conceito de migração e estabelecimento de trabalhadores, à entrada e instalação desses trabalhadores numa determinada região, estando normalmente acompanhados de suas famílias. Evidentemente, estes trabalhadores dedicar-se-ão às atividades

agrícolas. Esse processo pode ocorrer dentro da extensão territorial de um país, ou de um país para outro, por isso, faz-se necessário as mediações oficiais aplicando a legislação cabível para a implementação dos planos de ocupação do território através da distribuição e apropriação da terra.

A despeito da amplitude do conceito de colonização salientada por Gregory (2005) Pasquale Petrone (1973), no artigo resultante do simpósio “Perspectivas da Colonização No Brasil” ocorrido em Presidente Prudente, já chamava atenção para a importância do problema conceitual que o tema abrange. Nos debates ocorridos no simpósio, salienta o autor que: “ Os debates deixaram claro que a primeira dificuldade para a compreensão dos fenômenos interessando colonização está nos conceitos e na terminologia, dado que não há, necessariamente, acôrdo num e noutro caso” (PETRONE, 1973, p.50). Todavia, segundo o autor, no evento, “tornou-se pacífico ser praticamente impossível dissociar a noção de colonização da noção de povoamento” (PETRONE, 1973, p. 51).

Nessa perspectiva de definição conceitual, d`Assumpção (1996) em sua definição do conceito no Vocabulário Agrário, salienta que colonização “É toda atividade oficial ou particular, destinada a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em lotes ou parcelas de tamanho equivalente no mínimo, ao de uma propriedade familiar, para serem explorados por unidades familiares (d`ASSUMPCÃO, 1996, p.51).

A colonização, sempre foi uma ato da vontade do poder estatal, e sempre acompanhou uma estratégia de expansão do capital por sobre os novos territórios, é o que afirma Santos (1989) em seu estudo sobre alguns casos de programas de colonização implantados no Mato Grosso e na Amazônia Legal , todavia, “entendemos que a colonização constitui uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural” (SANTOS, 1989, p.104). Nesse estudo o autor evidenciou que as agências de colonização implementaram seus programas, porém, “para efetivar este ‘controle do espaço’ foi necessário implementar ainda ‘o controle dos homens’, pois a colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, implicou sempre um deslocamento das populações rurais, freqüentemente para regiões diversas das que regularmente habitavam” (SANTOS, 1989, p.108).

Neste sentido, igualmente no Noroeste do Paraná tanto a colonização oficial quanto as empresas de colonização, para implementarem seus programas, buscaram colonos em outras regiões, lotearam as glebas, traçaram a configuração das cidades, nesse conjunto de ações redefiniram o território efetivando o que Santos (1989) chamou de “controle do espaço” e, no seu no encaço o “controle dos homens”, haja visto que o povoamento desta fração territorial, se deu com migrantes de diversos estados do território nacional que para ali se destinaram tendo na sua trajetória de vida vários motivos que os levaram à migração.

Nessa contextualização do processo de colonização, inferimos que o conceito de colonização constitui-se num processo social complexo, no qual interatuam forças sociais que estão constantemente em conflitos, desta forma, produzindo as relações sociais.

Nota

1. O proprietário da empresa que colonizou o município de Querência do Norte nos recebeu em seu escritório imobiliário, na cidade de Londrina no dia 17-7-2001, onde nos concedeu uma entrevista, relatando sobre sua vida pessoal e empresarial no ramo de loteamentos. Deu ênfase à sua chegada ao Norte do Paraná e à colonização de Querência do Norte. Sua narrativa abrange um nível regional, caracterizando não só o município, mas como era a região Noroeste do Paraná após 1950, e como ocorreu a colonização dessa região.

Referências

- d'ASSUMPTÃO, Clovis Edilberto. **Vocabulário agrário**. Curitiba: Open English House, 1996.
- FRANCHELLO, Carlos Antônio. [Entrevista concedida em 17 de julho de 2001]. 2001.
- GREGORY, Valdir. Colonização. In: **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 98 – 102.
- LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MACCARI, Neiva Salete Kern. **Migração e memórias**: a colonização do oeste paranaense. 1999. 191 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- PETRONE, Pasquale. Perspectivas da colonização no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Anais**. São Paulo, 1973, v. 18, p. 49 – 59.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. **Revista sociedade e estado**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 103 – 117, jul./dez.1989.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste Paraná 1980-2000). 2005. 402 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. **Perspectiva histórica da colonização dirigida no Brasil**. In: **Colonização dirigida no Brasil**: suas possibilidades na região Amazônica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972, p. 25 – 35.

REFLETINDO SOBRE COLONIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Me. Edson Noriyuki Yokoo, TIDE, Geografia, FECILCAM,
eyokoo@fecilcam.br

Resumo: O objetivo é refletir o complexo termo da colonização agrícola a que foi objeto a maior parte do território brasileiro. O conceito colonização engloba questões sócio-econômicas, históricas, geográficas, demográficas entre outras áreas científicas. A colonização não é somente transplantar pessoas de uma região ou país para outras regiões despovoadas, mas sim, o que os indivíduos levam consigo - as culturas, os traços étnicos, as tecnologias agrícolas acumulados socialmente e, sobretudo, tem a possibilidade da reprodução sócio-econômica.

Palavras-chave: Agricultor; Povoamento; Ocupação.

O objetivo deste trabalho é analisar o conceito colonização agrícola da qual fez parte considerável do território brasileiro, tanto de iniciativa governamental e/ou por capital privado. Assim para atingir o intuito a qual nós propusemos, partimos da análise da literatura obtida em levantamentos bibliográficos sobre os temas: ocupação, povoamento e colonização agrícola do território brasileiro.

Na opinião de Assumpção (1996 p.51), o conceito colonização é:

Toda atividade oficial ou particular, destinada a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em lotes ou parcelas de tamanho equivalentes no mínimo ao de uma propriedade familiar, para serem explorados por unidade familiares ou sob a forma de cooperativa.

Concordando com o autor acima citado corrobora a opinião de Faissol “é toda ação pública ou privada que vise à utilização da terra por uma classe de pequenos proprietários” (FAISSOL, 1952, p. 123). Ou seja, a noção de posse da terra está vinculada à colonização.

Enquanto que para o autor Laranjeira, diz que:

O termo colonização traz, basicamente, o sentido de ocupação territorial, combinado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade

econômica. Por isso, há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas de certos grupos de pessoas, quando então, duas espécies de contingente distingue dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; 2) ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país (LARANJEIRA, 1983, p. 3-4).

Assim, o termo colonização, além de promover a ocupação de um determinado espaço geográfico, é resultado de uma demanda externa e ou interna, ou seja, de um movimento imigratório partido de fora da região a ser colonizada, ou do interior do próprio país que será alvo do processo de colonização agrícola. No entanto, é necessário diferenciar a noção de migração da de colonização, apesar de estarem associadas “Porém é distinto deste. Migração é o deslocamento de indivíduos no espaço geográfico, enquanto colonizar significa a permanência de um grupo humano em determinada área geográfica, total ou parcialmente desocupada, de modo duradouro e praticando uma atividade econômica” (SILVA, 1973, p. 195).

Para Tavares (1972, p. 25), contribuindo para a discussão, propõe: Colonização, num sentido mais amplo, seu conceito se confunde com povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizada por indivíduos de fora. Num sentido mais restrito, colonização é povoamento precedido de planejamento governamental ou privado.

De acordo com a citada autora, colonização, num sentido mais restrito, é algo mais que simplesmente povoar, ou seja, é necessária a permanência duradoura e de forma planejada de um determinado agrupamento humano, através do trabalho, em um país ou região despovoada qualquer.

Para se compreender o conceito colonização é necessário separar os objetivos de iniciativa governamental dos da empresas de colonização. Para o governo, a colonização seria a política de ocupação de novas regiões potencialmente agrícolas, do aumento de produção agrícola e a promoção social dos agricultores expropriados das terras, enquanto que para as empresas de colonização, ela seria um negócio para obter lucros através da repartição, venda de terras e instalação de empresas coligadas para compra e venda da produção agrícola.

Ela colonizadora quer ganhar dinheiro e certo que o fará se conseguir uma boa qualidade de terras, e gente também de boa qualidade (....). Esta é a razão pela quais as companhias foram tão bem sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi à região ^(sic) em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em grande escala (WAIBEL, citado por GREGORY, 1997, p. 25).

Concordamos com Tavares dos Santos, ao propor um avanço na discussão teórica sobre o termo colonização, com a noção de processos de colonização agrícola “Processo da colonização agrícola constitui um processo social complexo, de uma dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflitos e deste modo, produz relações sociais” (TAVARES DOS SANTOS, 1989, p. 112).

A dimensão temporal (cronológica) está associada ao processo histórico, ou seja, ao processo de expropriação dos camponeses-colonos de uma determinada região ou país. Geralmente essa expropriação ocorre pelo surgimento de minifúndios, daí a o direcionamento de uma política de colonização com intuito de transferir a população excedente para novas regiões desocupadas ou parcialmente ocupadas. Enquanto que a dimensão espacial se refere ao espaço (território) de origem e destino dos agrupamentos humanos de colonizadores, isto é, qual é a nova relação que os colonos manterão com o meio natural das terras novas que serão objetos de colonização. Esclarecendo esta questão dialética das dimensões espacial e social, Tavares dos Santos, informa:

Nas regiões de origem, seja nos Estados meridionais ou em outros, trata-se de romper os laços sociais estabelecidos e de afastar os agricultores de seu ambiente ecológico. O resultado é um fenômeno de dessocialização das populações envolvidas, por um desenraizamento do seu meio natural e social. Nas regiões de chegada, as agências de colonização se encarregavam da organização da vida social em vários níveis: o plano das agrovilas que será criador de relações de vizinhanças; as associações locais, organizadas por funcionários de organismos públicos; o sistema agrícola impostos sem consulta aos colonos, assim como o processo de trabalho, orientados pelas agências de colonização (TAVARES DOS SANTOS, 1989, p. 108).

Assim, Tavares dos Santos conclui, afirmando que “A colonização constitui uma forma de produção social sobre um determinado meio natural e, e, portanto, trata-se de um processo social cuja especificidade cumpre tentar reconstruir e explicar” (TAVARES DOS SANTOS, 1989, p. 104).

De acordo com o citado autor, o processo de colonização relaciona-se com um espaço social de conflitos em que se articulam “grupos, classes e forças sociais que entram em antagonismos” (TAVARES DOS SANTOS, 1989, p. 104). Esses conflitos são administrados pelo Estado.

Para Haracenko (2002, p. 37), fica evidente, no processo de colonização, a aliança entre o Estado e o Capital, pois que:

A colonização sempre esteve à mercê do poder do Estado, e sempre acompanhou a estratégia para expandir o capital sobre os novos territórios. Trata-se de uma forma de produção social sobre um determinado meio natural, e se tratando de um processo social, a colonização agrícola define um espaço social de conflitos, porque no interior deste, estão os grupos, as classes e as forças sociais que entram em contradições.

Na opinião de Tavares dos Santos, o papel do Estado e das empresas de colonização é periodicizado cronologicamente na sociedade brasileira, entendendo que:

O processo de colonização tem se realizado segundo um certo tipo de continuidade que nos permite falar em ciclos de colonização agrícola. O primeiro desses ciclos nós denominamos de “a colonização para os trabalhadores nacionais” entre os anos de 1940 e 1945, durante o período do Estado Novo, que partia da constatação de que havia um excedente populacional de “nacionais pobres” e, portanto, uma situação potencial de “tensão social”, frente a qual cabia ao Estado propor soluções. O ciclo seguinte, nós o denominamos de “a colonização contra as lutas sociais no campo”, tendo se desenrolado entre 1951 e 1960. Desta vez, a forma social proposta pela política de colonização então implantada visava os habitantes das “zonas empobrecidas” e aqueles “sem emprego”, com a finalidade de orientar os fluxos migratórios para os núcleos de colonização, públicos e privados.

Este período de história foi marcado por lutas sociais no campo. O início da década de 1960 foi marcado pela introdução na cena política brasileira da reivindicação pela reforma agrária (...) em consequência, a partir de 1970, desencadeou-se o ciclo de colonização que viria marcar todo o restante do período autoritário-militar da história brasileira. Podemos denominá-los de “ciclo da colonização contra a Reforma Agrária” efetivada durante os anos de 1970 e 1984 (TAVARES DOS SANTOS, 1989, p. 106).

Na realidade a colonização agrícola promovida pelo Estado é com intenção de diminuir os conflitos fundiários no campo e para regularizar as posses dos pequenos agricultores, conforme se podem atestar com a criação entre 1941 e 1945, de Colônias Agrícolas Nacionais (YOKOO, 2002, p. 98), em vários estados brasileiros e de outro lado, nas regiões contendo terrenos devolutos e com a possibilidade de reprodução do capital, coube a iniciativa para as colonizadoras a tarefa de comercialização dos lotes rurais. Enfim, a compreensão do conceito colonização permite fundamentar as bases teóricas do processo de ocupação, povoamento e colonização da geo-história do território brasileiro.

Referências

- ASSUMPTÃO, Clóvis Edilberto. *Vocabulário agrário*. Curitiba, Open English Course, 1996.
- FAISSOL, Speridião. Que é colonização?. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, nº 3, 1952.
- GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*, 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. *Colonização, reforma agrária e impactos socioambientais em Querência do Norte: estudo de uma área de conflitos*, 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*. nº 2, São Paulo, 1989.
- SILVA, Darci. Colonização e zonas pioneiras. In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros. Vol. XVIII, 1973.

TAVARES, Vânia Porto. et alii. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas, 1972.

YOKOO, Edson Noriyuki. *Terra de negócio: estudo da colonização no oeste paranaense*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PARA UM NOVO ESPELHOS DE PRÍNCIPES: CONSIDERAÇÕES DE MAQUIAVEL

Fábio André Hahn, TIDE, Ciências Sociais, FECILCAM,
fanhahn@hotmail.com

Resumo: Este trabalho procura apresentar alguns aspectos do gênero literário *espelhos de príncipes*. Com a intenção de mostrar como este gênero literário, por muitos hoje desconhecido, formou desde o final da Idade Média uma importante tradição de influência no pensamento político europeu. São encontrados elementos desse gênero em um grande número de autores da antiguidade, no entanto somente nos últimos séculos da Idade Média é que se desenvolveu em maior grau. Nesse sentido, torna-se importante destacar as mudanças propostas por Maquiavel na concepção tradicional do gênero.

Palavras-chave: Maquiavel; História; *Espelhos de príncipes*.

Este trabalho procura apresentar alguns aspectos do gênero literário *espelhos de príncipes* (*speculum principum*). Com a intenção de mostrar como o gênero foi concebido, além de apontar mudanças feitas por Maquiavel.

O gênero, na forma a ele empregado no período medieval, era composto por reflexões de orientação moral e política. Estas reflexões, em sua grande maioria, estavam ligadas ao modelo cristão de virtudes. A idéia, veiculada nos *espelhos de príncipes*, segundo a qual ao seguir as instruções contidas nos manuais de governança o príncipe se tornaria perfeito e, assim como ele, todo o seu reino, reflete a teoria, presente em Santo Agostinho, de que cada realidade terrestre é apenas a réplica relativamente bem sucedida de um tipo ideal, isto é, “a imagem vista no espelho é que é de fato a imagem ideal da realidade terrestre” (Cf. LE GOFF, 1999: 360).

Os *espelhos de príncipes* foram produzidos ao longo de toda a história, porém na Idade Média com os carolíngios, no século IX, adquiriram a forma que lhes conferiu o *status* de gênero literário definido e independente de caráter pedagógico, com tratados de educação de

príncipes (Cf. SOARES, 1994; LE GOFF, 1999), agregando no final do medievo, especialmente após o século XIII, características eminentemente políticas, convertendo-se então em verdadeiros tratados político-pedagógicos. Isto é dizer que ensinamentos veiculados nos espelhos passaram a se relacionar de forma mais veemente a aspectos pragmáticos da governança com destaque para o exercício da justiça, principal virtude régia.

O referido gênero, por muitas vezes, foi chamado como “manual de príncipes”, ou, mais caracteristicamente, definido como “guia”, passando a ser conhecido como “espelhos de príncipes”. A estrutura é caracterizada por recomendações morais direcionadas aos príncipes ou aos “primogênitos” de reis. Passa, desse modo, a englobar toda uma legião de leitores do universo principesco europeu. Segundo Ernst Cassirer, este tipo de literatura era muito popular no período medieval e renascentista. Conforme ele, “entre os anos 800 a 1700 publicaram-se perto de mil livros destinados a ensinar o rei como se devia conduzir a fim de ser ‘ilustre no seu elevado cargo’” (1976: 168).

O gênero *espelhos de príncipes* tem suas raízes calcadas em outro campo histórico-político. Parece ser pertinente a observação de que o espelho de príncipe é um subgênero da *Historia Magistra vitae* (história mestra da vida) sendo, nesse sentido uma escala menor, mais objetiva e singular. Esse subgênero era aplicado, em geral, aos grandes personagens da história. O gênero teria surgido nos meios eclesiásticos medievais, devido, inclusive, às tentativas dos reis em propagarem o ideal monarquista para além das fronteiras, com objetivo claro de impor seu poder e o manter hegemônico.

Os governantes objetivavam difundir certo ideal de rei, como um meio de ganhar maior expressividade no meio político. A historiadora Nair Soares afirma que os tratados de educação de príncipes ou governantes foram produzidos desde a época helenística, século IV a.C., até finais do século XVI. Ao longo desse tempo o gênero percorreu um longo caminho, “espraiou-se em terrenos variados, ganhou formas diversas, adquiriu colorações e tonalidades em detrimento de outras (...), no entanto é possível seguir-lhe o rastro, apurar-lhe a sua identidade própria, adaptando a cada momento temporal” (Cf. SOARES, 1994:95).

A *Cidade de Deus*, escrita por Santo Agostinho no século V, é de fato considerado o “primeiro espelho dos príncipes cristãos”, no qual o Padre exalta a paz, a ordem e a justiça como alicerces da monarquia cristã (Cf. LE GOFF, 1999:359). A obra parece ter contribuído para inspirar os autores e consolidar o gênero através da proposição de que o rei, ao governar, deveria ter comportamento cristão para alcançar bom governo em seu reinado. Essa preocupação, contudo, não era exclusivamente cristã. “Isócrates já definira os princípios éticos que deveriam pautar a

conduta do governante, factor único da sua missão no tratado *A Nicocles*, que poderá ser considerado o primeiro deste gênero literário” (Cf. SOARES, 1994:95).

Dessa forma, percebe-se que os *espelhos de príncipes*, escritos majoritariamente por clérigos, se adaptaram progressivamente às mudanças políticas que culminaram na definição de um novo modelo de rei, modelo este que, embora calcado em virtudes e valores essencialmente cristãos como justiça, prudência, coragem, fé, esperança e caridade, estava cada vez mais ligado à realidade e exigências de um chefe eminentemente político. A base do catecismo da realeza medieval se transforma em alguns aspectos a partir do século XVI, com a reestruturação do gênero presente em Maquiavel.

Em relação aos marcos na literatura de *espelhos de príncipes* é apropriado acrescentar, em relação à Idade Média, o *Policratus* e o *De regimine principum*, ambos consensualmente ressaltados pela historiografia recente por suas características políticas e influência em tratados ulteriores. No século XII, o *Policratus* (1159), escrito na Inglaterra por João de Salisbury (Cf. LE GOFF, 1999:360), considerado o primeiro tratado político da Idade Média aponta para a conversão dos espelhos em tratados pedagógicos de natureza política. Essa tendência se acentuou com a redação do *De regimine principum ad regem Cypri* (ca. 1265-1266) de S. Tomás de Aquino, “intérprete fiel da mensagem ético-política aristotélico-ciceroniana e do direito romano, que vai orientar toda a tratadística futura até os tempos modernos” (Cf. SOARES, 1994: 95; LE GOFF, 1999:69 e seguintes). Tomás de Aquino valoriza a permanência da justiça, da ordem e da paz na sociedade. Ele mostra que os bons governantes não deveriam realizar ações e cumprir deveres somente pela glória, mas, por algo muito maior, o “amor à eterna bem-aventurança”.

Os primeiros textos de *espelhos de príncipes* eram usados na formação dos homens de poder. Estas obras eram o reflexo do modelo perfeito de príncipe. Um tipo que poderíamos chamar de imagem-guia. Desde que se consagrou como gênero literário independente, por volta do século IX, os espelhos de príncipes atendiam a uma espécie de padrão no qual sempre constavam as virtudes que um bom governante deveria possuir, padrão este que serviu para consolidar as características do gênero, a partir do século XIII. A partir do século XV foram produzidos obras de conselhos não apenas para os príncipes, mas, também, para seus cortesãos, com objetivo de instruí-los quanto a sua educação, comportamento e papel em relação ao príncipe, entre os quais se destacava o panfleto *O Perfeito Cortesão*, de Diomedes Carafa, escrito em 1480 à obra é considerada como uma das primeiras deste gênero. Além do texto de Carafa, também *O Cortesão*, de Baldassare Castiglione, escrito entre 1513 e 1518, foi bastante difundido.

Para Bernard Guenée, o gênero passou a ganhar mais força a partir da obra Gilles de Roma, *De regimine principum*, escrita na metade do século XIII. Lida por muitos, ela influenciou autores durante três séculos, até culminar no século XVI. Segundo Guenée, no século XVI ocorreu uma mudança estrutural e de conteúdo no gênero. Não foi generalizado, uma vez que se ateu a territórios específicos como o francês, borgonhês e o italiano. Nestes territórios se destacaram três obras tão concomitantes e ao mesmo tempo tão diferentes. Como *O Príncipe* de Maquiavel, (1513), a *Institutio principis christiani*, de Erasmo (1516) e a *Instruction d'un prince*, de Guillaume Budé (entre 1516 e 1519) (Cf. GUENÉE, 1981: 114).

O autor de maior impacto nesse gênero no início da Época moderna foi Maquiavel. Ele constatou que o gênero literário *espelhos de príncipes* necessitava ser reformulado. Ele propôs explorar virtudes principescas que rompem com o modelo da Idade Média. Ou seja, criou um novo catálogo de virtudes e vícios. O novo retrato do rei era constituído por uma nova moralidade. Nessa perspectiva, o gênero foi reformulado por meio de uma flexibilização da moral. Isto começou a acontecer, porque Maquiavel percebeu que o sangue, ou seja, a hereditariedade, não bastaria para formar o bom príncipe. Ele poderia até legitimar-se, mas necessitaria de ações valorosas que caracterizassem o seu valor individual.

No caso específico de Maquiavel, percebe-se que houve significativas alterações na concepção medieval que se tinha do gênero. As características passaram a não mais fazer alusões aos escritos anteriores, em geral cristãos. Nos termos medievais do gênero, a Igreja, na grande maioria das vezes, era quem delimitava as virtudes pessoais, mostrando que, acima de tudo, o príncipe deveria ser cristão antes mesmo de ser príncipe. Sendo assim, ele deveria “sempre praticar a virtude” cegamente, o que, em parte, passou a ser combatido por Maquiavel, quando ele afirma que “será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar” (Maquiavel, 1982:106). Com isso, Maquiavel quis mostrar que o objetivo final é o Estado, sendo que para a sua manutenção todos os meios de ação são válidos. A ressonância de suas idéias produziu uma série de obras entre as que atribuíam extrema genialidade a ele e as conhecidas como anti-maquiavelianas, que o rejeitavam totalmente, como é o caso da obra de Frederico da Prússia, intitulada o *Anti-Maquiavel*.

O gênero literário *speculum principum* teve um papel muito importante na história. Serviu como literatura pedagógica de grande influência na formação tanto dos grandes homens do poder, quanto das pessoas comuns. As obras deste estilo literário tiveram um público leitor

grande e fiel, sendo portanto, um dos gêneros mais lidos no final da Idade Média e início da Época Moderna.

Referências

- CASSIRER, E. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1981.
- LE GOFF, J. *São Luís: Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- MAQUIAVEL, N. *A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o arquidiabo. O Príncipe*. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1982.
- SOARES, N. N. C. *O príncipe ideal no século XVI e a Obra de D. Jerônimo Osório*. Coimbra: INIC, 1994.

EXPLORANDO A BIOGRAFIA NUMA PERSPECTIVA HEURÍSTICA

Me. Frank Mezzomo, PG-TIDE, Ciências Sociais, FECILCAM,
frankmezzomo@pop.com.br

Resumo: Problematizar acerca do potencial heurístico que a biografia apresenta é o objetivo principal desta comunicação. Distante do modismo jornalístico e da sedução do mercado publicitário busca-se explorar a biografia como possibilidade de ao ler experiências do passado lançar especulações cognitivas acerca do presente.

Palavras-chave: História; conhecimento; biografia.

A presente comunicação está inserida dentro de um projeto maior desenvolvido em nível de pós-graduação, cujo objetivo é compreender as interlocuções eclesiais estabelecidas pela Igreja Católica no Oeste do Paraná na segunda metade do século XX. Distante de uma abordagem laudatória e apologética acerca do papel desempenhado por esta instituição eclesiástica, percorre-se a tentativa de compreender suas motivações e inserções político-religiosas numa sociedade marcada por fortes transformações sociais. Numa abordagem cultural acerca da formação e constituição social, a religião é compreendida como um *constructo* humano *nomizador* do natural caos proveniente da instabilidade do cosmos. Como recorte temático para esta comunicação, optou-se em explorar a biografia de um sujeito que protagonizou em grande parte as transformações ocorridas no campo religioso.

Feita esta opção temática e introduzida esta problemática, adotou-se alguns procedimentos metodológicos a fim de cercar o objeto apresentado. O recurso das fontes orais tem sido de fundamental importância porque ilustram o implícito, esclarecem com dúvida e revelam

muito daquilo que está latente. Além deste recurso, o cruzamento com fontes escritas diretamente pelo biografado como artigos de jornal e revista, livros tombos, atas entre outros, somado com indícios provenientes de outros fundos documentais, tais como Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação, têm permitido um discernimento acerca da problemática abordada.

Para contextualizar o objeto de análise, é necessário anotar que em 1978 o Oeste do Paraná tem seu território dividido em três dioceses, a saber, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Esta opção administrativa da Igreja vinha responder a uma necessidade emergente que girava em torno do crescimento populacional, do êxodo rural acelerado e da conseqüente urbanização. Compõe ainda este cenário a vigência do regime militar e a construção da usina hidrelétrica de Itaipu que definitivamente mudariam a configuração espacial deixando marcas profundas no *modus vivendi*. Embora estes fatores atinjam toda esta região, é a diocese de Foz do Iguaçu, sob o episcopado do mineiro nascido em Juiz de Fora Dom Olívio Aurélio Fazza, que se torna emblemático por suas opções. Se por vezes suas ações podem ser qualificadas como progressista numa afronta aos poderes instituídos, por outras vezes, sua postura precavida e reticente também pode ser qualificada de conservadora. Sabedor que estas terminologias são genéricas e, portanto, apagam as idiosincrasias, a opção metodológica e, igualmente teórica, foi explorar a biografia do personagem a fim de compreender a maneira como no presente Fazza exerceu o mando nesta diocese.

Ao debruçar sobre sua biografia, percebeu-se um processo constante de interferências que compuseram sua história e foram apropriadas, re-lidas e re-significadas pelo sujeito. Assim, resultados preliminares podem ser antecipados como o biografado ter se formado numa espiritualidade verticalizada e intimista, tendo sido admirador dos Vicentinos, participante das Congregações Marianas e simpatizante do Movimento dos Focolares. Por outro lado, vale observar que sua experiência por mais de vinte e cinco anos em São Paulo proporcionou momentos de tensão e conflitos em função da tentativa da Igreja paulista ter se colocado claramente em defesa dos direitos humanos tais como a livre expressão, ao trabalho, a terra e a moradia. Neste caso, as fontes denunciam uma opção e compreensão de Igreja enquanto uma instituição envolvida com questões sociais. Seria equivocado afirmar que está instituição, bem como seus porta-vozes autorizados, exerceram papel opíaceo da/na sociedade.

É na esteira desta problemática que o episcopado de Dom Fazza deve ser compreendido na diocese de Foz do Iguaçu. A implantação das CEBs durante seu governo, o apoio aos movimentos sociais e a opção de marchar a frente em defesa da causa dos desapropriados em função da

formação do lago de Itaipu são ações que devem ser compreendidas tendo no horizonte as opções realizadas desde sua infância. Destarte, poderia afirmar que a sua compreensão eclesiológica assume configurações sociais mas, ao mesmo tempo, espirituais, quer dizer, as ações sociais da Igreja não devem prescindir da ligação vertical com o sagrado. Explorar a biografia numa dimensão heurística é uma possibilidade de apreender o real.

Referências

- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In. REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997
- SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

DIMENSÕES GEOGRÁFICAS DA RELIGIÃO EM CAMPO MOURÃO –PR

Juliana Margarida Siqueira, PIC, Fundação Araucária, Geografia,
FECILCAM

Me. Frank Antonio Mezzomo, orientador, Ciências Sociais, FECILCAM,
frankmezzomo@pop.com.br

Resumo: O presente resumo faz parte uma pesquisa que está sendo desenvolvida com o intuito de explorar as relações existentes entre Geografia e religião. Conceitos como espaço, paisagem, fixo e fluxos são instrumentalizados para compreender a dinâmica das religiões. Para tanto, procura-se localizar, catalogar e entender como as religiões demarcam, compõe e define a área central da cidade de Campo Mourão – PR. Metodologicamente está sendo realizado a revisão bibliográfica e levantamento empírico dos fixos religiosos a fim de, ao final da pesquisa, confeccionar um mapa de localização geográfica destes estabelecimentos sagrados.

Palavras-Chave: Geografia; Religião; Espaço Urbano.

A religião faz parte da vida do homem como se fosse uma necessidade para entender a vida. Culturalmente, pode-se dizer que a

religião assume temporalmente e espacialmente múltiplas formas e conteúdos. Por este motivo a temática da religião desperta cada vez mais o interesse das ciências sociais embora na Geografia este tema ainda é pouco abordado. Este desinteresse vincula-se, possivelmente, ao fato de que aparentemente geografia e religião não apresentam ligações temáticas. Contudo, as manifestações das religiões são partes integrantes de qualquer formação social, tendo, necessariamente uma nítida dimensão geográfica (ROSENDAHL, 2002, p. 5), podendo então inferir sobre a possibilidade de ser estudada por meio de alguns conceitos como paisagem, espaço, fixos e fluxos trabalhados pela ciência geográfica.

A paisagem pode ser considerada como uma categoria de análise, sendo o primeiro indicador para o reconhecimento da diferença espacial que ocorre em uma determinada porção do território (RIBEIRO 1989). A paisagem existe através de suas formas criadas em momentos históricos diferentes que coexiste no momento atual. Sendo o resultado de uma ação cultural da sociedade em determinadas épocas históricas, a paisagem pode resistir às temporalidades (SANTOS, 1999, p. 84). Ao explorar a paisagem pode-se verificar a quantidade e a diversidade de fixos religiosos, já que a experiência religiosa produz na paisagem formas e funções religiosas que a torna possível de ser apreendida pela visibilidade. Já o espaço é o resultado da ação dos sujeitos que configuram a paisagem fazendo uma síntese sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais (SANTOS, 1991, p. 88).

Especificamente pode-se considerar o espaço como a ação da sociedade no momento atual compondo-se de um encontro dialético de fixos e de fluxos. Os fixos são caracterizados pela sua materialidade nas formas espaciais (igreja, templos, lojas de artigos religiosos, etc) e os fluxos são compreendidos como resultado direto e indireto das ações humanas que podem não somente alterar os fixos, como atribuir novos significados aos mesmos. Assim continuidades e descontinuidades das práticas religiosas fazem com que os pontos fixos de referência se modifiquem com os usos e estes, por sua vez, sejam constantemente modificados pelos primeiros (GUERRIERO, 2006).

Diante da pertinência desta temática, o presente trabalho se propõe a estudar as dimensões geográficas da religião no centro da cidade de Campo Mourão-PR, procurando entender como os fixos religiosos presentes nos templos, nas igrejas e nas lojas de produtos religiosos, compõem e caracterizam este local. De forma imediata, pode-se antecipar que a quantidade, a diversidade e a suntuosidade destes fixos religiosos formam uma característica peculiar a ponto de marcar de forma indelével a paisagem mourãoense.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, está sendo utilizados o método descritivo analítico e as técnicas de observação empírica, que

permitem averiguar e caracterizar a paisagem religiosa do centro da cidade. A fase inicial consiste nas leituras e fichamento da bibliografia específica, obtidas junto às bibliotecas locais e disponíveis *on-line*, como portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior). Na seqüência, procede-se a investigação histórica em documentos obtidos junto a órgãos públicos como a prefeitura municipal, e Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão (ACICAM) com a finalidade de obter dados em relação ao número dos fixos como templos, igrejas e lojas de produtos religiosos presentes no centro da cidade. Para compreender o perfil sócio-econômico, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem sido útil ao disponibilizar dados atuais a fim de caracterizar o local de estudo. Pontualmente, embora esta etapa ainda esteja na fase inicial, as entrevistas com responsáveis pelos templos religiosos são úteis para conhecer o histórico e entender quais e quando são os maiores fluxos promovidos pelas respectivas religiões. Finalmente, a proposta é, uma vez catalogado e descrito os elementos religiosos que marcam a paisagem, elaborar um croqui contendo a localização dos fixos religiosos do centro da cidade de Campo Mourão.

Por esta pesquisa estar em sua fase inicial os dados coletados são ainda preliminares. No momento está sendo realizado um levantamento empírico de classificação dos equipamentos religiosos presentes no centro da cidade, onde é possível antecipar alguns resultados como a existência de aproximadamente 40 fixos religiosos entre lojas, templos, igrejas e casas assistenciais. A dimensão deste número ganha significado quando se tem o conhecimento que a área central da cidade é de aproximadamente 4,30 km². Além da quantidade, outro aspecto interessante é a localização destes fixos: fácil acesso, áreas abertas que variam entre construções suntuosas e grandes para algumas singelas e pequenas. As edificações são recentes não ultrapassando três décadas na sua maioria. A localização destes fixos na área central induz a levantar a hipótese do poder aquisitivo, prestígio e inserção cultural que estas religiões ocupam na tessitura social ou apontam para o fenômeno contemporâneo das novas composições religiosas ocorridas igualmente na dimensão nacional.

Analisando estas informações e operacionalizando conceitos elencados acima, é possível perceber que o espaço é marcado por fixos e fluxos religiosos, estes em períodos específicos, questionando o entendimento que a sociedade atual estaria deflagrando um processo de secularização inevitável.

Com as informações obtidas até o presente momento, e com base nos referenciais teóricos discutidos, pode-se considerar a dimensão espacial que a religião ocupa no espaço central da cidade, já que esta apresenta um número considerável de igrejas, templos e lojas que vendem

artigos religiosos e acabam provocando considerável fluxo de pessoas. Todos estes elementos compõem e delinea a paisagem central da cidade de Campo Mourão. Convém acentuar outro aspecto fundamental para a(s) Teoria(s) da Geografia nesta época de refluxo da crise dos paradigmas sofridos pelas Ciências no limiar do século XX. Dito de outra forma, os novos e profícuos diálogos que a Geografia tem estabelecido com outras áreas do conhecimento, neste caso específico com Antropologia e História tem permitido abordar a questão das “materialidades religiosas” como uma dimensão cultural do homem e de seu *modus vivendi*.

Referências

GUERRIERO, Silas. Em busca das vivências religiosas na metrópole: um olhar sobre o centro antigo de São Paulo. **Revista Religião e Cultura**. São Paulo, vol.V, n.9, p. 37-52, jan./jun.2006

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 21 maio de 2007

RIBEIRO, A.G. **Paisagem e organização espacial na região de Palmas e Guarapuava**. 1989. 336 p. Tese. (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Uerj, 2002

_____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL,Z. (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 2. ed. São Paulo: Huci

AS REDES URBANAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL: O CASO DE CAMPO MOURÃO

Ivaneti Pereira Martins da Silva, PG, Geografia, UEM,
ivanetisilva@gmail.com

Valkiria Trindade de Almeida Santos, PG, Geografia, UEM,
valkiriats2006@gmail.com

Prof. Dr.Marcio Mendes Rocha Geógrafo, Geografia, UEM
mmrocha@uem.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo entender o papel que as redes urbanas desempenham dentro da produção do espaço regional, esclarecendo o significado e as implicações do que seja o espaço, através de uma visão histórica dentro do modo de produção. Busca também, analisar o desenvolvimento geo-econômico de Campo Mourão dentro do

espaço regional, a fim de determinar a função que o Município exerce na hierarquia urbana.

Palavras-chave: redes urbanas; produção do espaço; Campo Mourão.

Além de uma revisão de literatura acerca dos temas: desenvolvimento local, planejamento regional, urbanização, mobilidade populacional, feita de forma multidisciplinar mas principalmente com autores da geografia, buscou-se também informações a partir de dados primários com a força de trabalho da região polarizada pelo município em causa. Os resultados preliminares da pesquisa foram obtidos a partir de entrevistas rápidas nas rodoviárias dos municípios polarizados, bem como entrevistas semi-estruturadas de maior duração com pessoas chave.

Todo o desenvolvimento destas relações ocorre num espaço historicamente determinado e produzido a partir da lógica estabelecida pelo modo de produção capitalista, respeitando seu desenvolvimento desigual e combinado, onde o capitalismo brasileiro em suas várias escalas se posiciona como periférico/emergente. O espaço portanto, é e foi produzido por um modelo de desenvolvimento regidos pelos interesses do grande capital, nacional e internacional. A noção de espaço então se posiciona como categoria central de nossa análise.

Tradicionalmente o espaço era visto pelos matemáticos como uma abstração. A partir das viagens feitas pelos astronautas é que o conceito de espaço ganhou nova dimensão, mesmo ainda fragmentado e com um alcance mal interpretado. O conceito de espaço começa a se organizar a partir do momento em que passam a considerar o espaço social e o tempo social não mais como simples fato da natureza mais ou menos modificado ou como simples fato da cultura, mas como produto. Quer dizer, o espaço surge através da ação das sociedades sobre a primeira natureza, originando uma natureza secundária, agindo sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias como produtos característicos da globalização, onde esse espaço e tempos produzidos possuem valor de troca, compra e venda. Nesses espaços produzidos, encontram-se organizado as redes urbanas que possuem uma hierarquia conforme a função que cada cidade exerce dentro do espaço regional.

Provavelmente, foi Lefebvre, no final da década de 1960, quem criou a expressão “produção do espaço”, visando responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção. Segundo Gomes (1991, p. 8), essa expressão significa um contínuo processo de construção de territorialidades espaciais em diferentes escalas geográficas, envolvendo sempre a relação interdependente homem-natureza, natureza-homem. Sendo assim, a produção do espaço só é possível via trabalho produtivo, social materializado pela energia do ser humano como ser social e como indivíduo agente da produção e da transformação social. Portanto,

a produção do espaço envolve homens que trabalham e produzem os bens sociais que se utilizam na vida diária, e que definem, em cada momento da produção, uma determinada dimensão social que se almeja obter em termos de espaço social e natural de vivência comunitária.

Cada sociedade produz seu próprio espaço de acordo com seu modo de produção, capitalista ou não. No capitalismo, sobretudo no neocapitalismo, o espaço social implica na reprodução biológica (a família), na reprodução da força de trabalho (classe operária), na reprodução das relações sociais de produção, que são as relações constitutivas da sociedade capitalista.

Hoje, há um salto das forças produtivas com capacidade técnica e científica de transformar radicalmente o espaço e a natureza. Em todas as partes verificam-se os efeitos desse poder destrutivo e construtivo que se conjugam com as pressões do mercado mundial. Mas somente os países mais industrializados utilizam as novas possibilidades das técnicas do conhecimento. Para compreender a gênese do espaço atual é preciso partir do presente e ir até o passado, e vice-versa, analisando a sociedade burguesa que expressa as relações dentro da sociedade mais desenvolvida, pois para Lefebvre(2000, p.81) “o começo se encontra ao fim e o fim se apresenta desde o início”.

No entender de Carlos (1996, p.26) a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar num momento específico e revela-se pelo uso como produto de divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Para o autor, o desenvolvimento da técnica vem implicando profundas transformações no processo produtivo, a mudança nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras, coloca-se antes de tudo uma necessidade de represar a natureza do espaço num momento em que uma relação espaço/tempo se transforma de modo incontestável.

O estudo da rede urbana do Brasil partiu da identificação dos processos econômicos ocorridos no país nas últimas décadas, procurando-se entender o impacto desses processos sobre a estruturação e a dinâmica das redes urbanas regionais e as funções desempenhadas pelos seus centros urbanos mais importantes. O processo de desconcentração da economia, iniciada na década de 70, reforçou a integração da rede urbana nacional e engendrou uma nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõe.

Acredita Santos (1988, p.112) que a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a integração entre “fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais”. Seu estudo é fundamental para a compreensão das articulações entre as

diversas frações do espaço. Uma análise evolutiva de um sistema urbano, feito conforme esta ótica permite reconhecer as diversas dinâmicas espaciais, em diferentes momentos e até das indicações quanto ao futuro.

A intensificação da formação das redes, segundo Heidrich (apud. RIBAS, 2004, p.63-64) vem rompendo com a soberania territorial. Pelas redes os lugares são aproximados, o espaço tempo se comprime para os que possuem acessibilidade ao meio técnico-científico-informacional. Ocorrem rupturas na solidariedade territorial, pois partes da sociedade se “deslocam” de seus territórios, desenvolvendo vínculos com os lugares distantes e assim se afastam dos cotidianos locais. A contigüidade espacial tende a ser substituída por tempos compartilhados. Para o autor, a continua recriação de espacialidades e as contradições sociais tornam relativas as condições de participação das pessoas na integração socioespacial. A perda de tal condição significa praticamente afastamento em relação ao território, em desterritorialização.

A classificação da rede urbana brasileira foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios e procedimentos articulados às tipologias de tamanho dos centros urbanos, ocupacional e de dependência funcional desses, bem como da forma urbana assumida pelos centros. Para a caracterização da rede urbana, os estudos procuram “identificar as mudanças na distribuição espacial da população ocorrida no período de 1970-86, articulando-as com as principais tendências do desenvolvimento econômico-regional” (IPEA, 2000, p.38).

Dentro da hierarquia urbana Campo Mourão enquadra-se na categoria de centro sub-regional juntamente com outros municípios “cujo crescimento populacional é inferior à média dos estados e que não conformam nem se integram a aglomerações urbanas, exercendo, porém, papel polarizador” (IPEA, 2000, p. 75). Nesse caso, polariza regiões de base agrícola, firmando-se como centro de comércio e serviço e uma grande área de abrangência.

Campo Mourão, município urbano de média dimensão e com nível de centralidade forte para médio, tem sua dinâmica urbana estruturada principalmente em função da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) que é a maior cooperativa do Paraná tanto em termos de valor comercializado quanto em número de associados. Sua estrutura ocupacional destaca-se em atividades urbanas diversificadas, sendo um centro regional de comércio e serviços com um diversificado número de funções.

A construção espacial de Campo Mourão foi marcada por ciclos econômicos que exerceram papel fundamental na organização e estruturação, não só desta região como também das demais regiões ao seu entorno, permitindo reconhecimento das áreas circunvizinhas e favorecendo sua ocupação. O Município peculiariza-se, dentro da rede

urbana, por ser uma região de fluxos de saída, possuindo importante estrutura de serviços agropecuários, desenvolvido principalmente pela Coamo, demonstrando uma capacidade mínima de retenção do crescimento vegetativo, além de “reproduzir o fenômeno do crescimento elevado ao redor do pólo, sem constituir mancha de ocupação contínua, o que se verifica em Luiziana e Corumbataí do Sul”. (IPEA,2000, p.98).

Os municípios urbanos de média e grande dimensão, com população superior a 50 mil habitantes e grau de urbanização superior a 75%, com atividades centradas principalmente na indústria, comércio e serviços, são considerados pelo IPEA (2000) os pólos da rede urbana e os principais integrantes das aglomerações da Região Sul, com tendências de continuidade de seu processo concentrador. Portanto, Campo Mourão é considerado como pólo, sob esses aspectos, visto que seu grau de urbanização é de 92,49%, tendo uma densidade populacional de 103,53 hab/km². Este espaço enseja uma dinâmica importante para o desenvolvimento regional do Paraná, pois construiu nos últimos 40 uma rede de relações hierárquicas com um bom número de municípios. O conhecimento desta dinâmica, a partir da investigação dos trabalhadores que participam deste processo é importante para as ações de planejamento regional.

Referências

- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- GOMES, Horieste. A produção do espaço geográfico no capitalismo. São Paulo: Contexto, 1991.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.p. 37-66.
- IPEA, IBGE, UNICANP/ IE/ NESUR, IPARDES. *Redes Urbanas Regionais: Sul*. Brasília,2000.
- SANTOS, Milton.. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

PAISAGENS DE TERRAS DISTANTES: A REVISTA O CRUZEIRO E A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DO OUTRO

Dr. Jorge Luiz Romanello, PG/CAPEES, História, UEL,
ediromanello@yahoo.com.br

Resumo O objetivo desta comunicação é analisar a forma como a revista o Cruzeiro tratou das imagens de terras estrangeiras a partir do estudo

principalmente das fotografias, títulos, subtítulos, e legendas bem como do fluxo de publicação de reportagens e matérias sobre o tema veiculadas no período de 1954 a 1961.

Palavras Chave: Revista *O Cruzeiro*; paisagens; fotografia.

Introdução

No início da década de 1950 Os “Diários associados formavam um poderoso conglomerado de mídia, de propriedade de Assis Chateaubriand. Integrante daquele conglomerado, a revista *O Cruzeiro* foi um dos mais importantes veículos de mídia do período.

Estabelecendo uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que respondia às expectativas dos leitores com imagens e discursos sobre a modernização, criava e recriava valores e modelos, utilizando-se, principalmente, da agilidade e da grande comunicabilidade proporcionadas pelo fotojornalismo.

Estas imagens apareciam através da publicidade, da ênfase dos valores urbanos, da pregação da mecanização da agricultura, do aproveitamento das riquezas regionais, ao mesmo tempo em que se enchiam páginas e mais páginas com fotos das praias cariocas e de outros temas que tocavam os imaginários sociais. Tomadas de todos os ângulos e perspectivas possíveis, ajudavam a divulgar variados estilos de vida, sendo que a maioria delas projetava discursos sobre a modernidade.

A natureza foi objeto explícito de algumas reportagens de *O Cruzeiro*. No entanto, era de forma indireta - através da abordagem de uma infinidade de assuntos - que ela mais aparecia nas páginas da revista: algumas vezes ressaltando o exótico, como nas reportagens internacionais sobre o Pólo Sul e a Patagônia entre outras.

Especificamente estas abordagens, contribuíam para a construção das imagens do outro, enquanto forma – geralmente indireta – de afirmação de valores da nacionalidade brasileira e mesmo da identidade do povo brasileiro, além de demonstrar que mesmo em terras inóspita podiam prosperar atividades econômicas.

Em tais séries, freqüentemente elaboravam-se discursos baseados nos contrastes entre os aspectos geográficos, das paisagens e modos de vida dos lugares retratados e os do Brasil – que em outras reportagens freqüentavam cotidianamente as páginas de *O Cruzeiro*.

Materiais e procedimentos metodológicos

A fotografia é um dos elementos de maior poder comunicativo do mundo contemporâneo. Parte significativa desta força advém da poderosa associação com o real que ela produz,

Graças a sua natureza físico-química – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados)

do real, tal qual estes de fato se parecem, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade. Se por um lado, ela tem valor incontestável por proporcionar continuamente a todos, em todo o mundo, fragmentos visuais que informam das múltiplas atividades do homem e de suas ações sobre outros homens e sobre a Natureza, por outro, ela sempre se prestou e sempre prestará aos mais interesseiros usos dirigidos. (KOSSOY, 2000 p. 19-20.)

Tocando ao mesmo tempo no campo da imaginação,

[...] as imagens, no jogo de revelar e ocultar, constituem-se numa dialética da construção do mundo do homem e de seus dilemas: a vida, a doença e a morte. As imagens, contudo, não são dados, meras evidências indiciárias, mas construções imaginárias. Elas não se reduzem a evidências documentais, objetivas, elas são, enfim, simbolizações construídas histórica e socialmente.[...]. (DINIZ, et al., 2001 p. 115)

A escolha da imprensa de circulação nacional deu-se particularmente em função de que ela “[...] é uma das produtoras privilegiadas do imaginário da nação, é um dos lugares da memória.” (SILVA, 2003 P. 17)

Imprensa e fotografia jornalística configuram-se, na fonte e no objeto dessa pesquisa. Entende-se que o trabalho com a imagem permite, para além seu potencial comunicativo, perceber sensibilidades e aspirações do momento, pois parte-se do princípio de que ela responde às demandas – políticas, sociais e culturais – do contexto em que foram produzidas, transformando-se assim em veículo privilegiado para o estudo dos imaginários sociais.

Na execução deste trabalho foram consultados todos os 417 exemplares da revista circulados no período de 1954 a 1961.

Um total de aproximadamente 390 artigos e reportagens especificamente relacionados ao tema, foram selecionados de um total geral de 600 inicialmente arrolados. As séries específicas sobre natureza e paisagens totalizam no período cerca de 50 artigos.

As análises se desenvolveram de modo a procurar primeiro entender o sentido que a revista desejou fornecer ao conjunto de fotografias. Atuam aí a leitura da imagem do título e dos subtítulos legendas e boxes. Em um segundo momento, procurou-se constituir uma leitura da maneira como as representações criadas associavam aspectos da relação, natureza, espaço e nação.

Análise e discussão

A revista *O Cruzeiro*, atuou desde muito cedo na veiculação de valores da identidade nacional e da própria divulgação de aspectos da geografia do Brasil.

Cobrindo uma vasta gama de assuntos, segundo Helouise Costa (1992 p.63) “*O Cruzeiro* valorizava o Brasil, mostrando exaustivamente sua diversidade, seja através de seus habitantes, o nordestino, o gaúcho, os imigrantes estrangeiros; seja através de sua paisagem a floresta amazônica, a região das secas, as praias.”

Da mesma forma, produziam-se reportagens internacionais sobre a vida de outros povos, suas terras e seus costumes. Realizadas pela própria equipe da revista, exemplos como *Líbano uma terra de Deus* (*O Cruzeiro* de 15/05/1954) trazia toda sorte de imagens do país do oriente médio. Através de 28 fotos mostravam desde pequenas casas encravadas na paisagem milenarmente trabalhada pelas mãos humanas, até um grande cedro que simboliza a própria nação. Ao mesmo tempo, outras somam elementos modernos a estas tradições seculares, enfocando homens trajados à moda árabe conversando com outro, vestido à ocidental, evocando a isenção de quem mostra todos os lados do assunto, esta abordagem data ainda a cena no tempo, mostrando modos de vestir, objetos, máquinas, enfim, toda uma gama de elementos que permite identificar no tempo e no espaço, a imagem.

Em *Patagônia Terra do Fogo*, (*O Cruzeiro* de .20/07/1957) a paisagem se torna a *América geografia da aventura*, e as fotos oferecem um show de cores. Tomadas na região onde as montanhas e a neve alternam-se com as vastidões das planícies verdes, lugar em que “A terra e o céu tem cores de chumbo, [e] quando o vento pára um instante a paisagem descansa um pouco na Patagônia. São autênticos momentos de beleza suave.” A presença humana não é esquecida e volta e meia uma imagem mostra os rebanhos de carneiro e outras fontes de riqueza produzidas na região.

Este modelo de enfoque das paisagens e dos povos praticado pelas revistas ilustradas na década de 1950, havia sido inaugurado cerca de meio século antes pela pioneira *The National Geographic Magazine* (BAITZ. p. 34) Preocupada com a documentação da geografia e dos costumes de outros povos, por muito tempo as imagens obedeciam ao modelo pictórico.

Introduzia-se dessa forma um discurso de afirmação nacional através da diferenciação do outro, ainda segundo Baitz (p. 48), ao descrever “[...] os pontos ditos característicos daquela sociedade que permitia sua auto identificação e diferenciação com os demais povos (daí sua limitação)”, o que leva automaticamente a definição do que ela não é

“para solidificar o conceito do nacional, era preciso polarizar as diferenças e fixá-las.”

Conclusão

As imagens da Natureza incorporam-se na própria história da revista, criando e respondendo a demandas de cada época em que circulou. Como se viu durante o período de 1954 a 1961, utilizando-se de estruturas e modelos de corte e edição já amplamente consagrados pelo fotojornalismo reinante na revista, várias reportagens e artigos promoveram e divulgaram valores e estilos de vida, atuando de maneira direta nos mais diversos imaginários.

Neste sentido as paisagens de terras distantes, incorporam uma vasta gama de discursos sobre a identidade nacional.

Referências

BAITZ, Rafael. **Imagens da América latina na Revista The National Geographic Magazine (1895-1914)**. 2004. Tese (Doutorado) FFLCH – USP, São Paulo.

COSTA, Helouise. **Aprenda a ver as coisas: fotojornalismo e modernidade na revista O Cruzeiro**. 1992. Dissertação (Mestrado), ECA – Escola de Comunicação e Artes, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A iconografia do medo (imagens, imaginário e memória da cólera no século XIX)**. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Imagem e memória: ensaios em antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê editorial, 2000.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. **O tempo e as imagens de mídia: capas de revistas como signo de um olhar contemporâneo**. 2003. Tese (doutorado), UNESP, Campus de Assis.

Fontes

Revista *O Cruzeiro* de 15/05/1954. Texto de David Nasser e fotos de ED Keffel. P. 08-15

Revista *O Cruzeiro* de .20/07/1957. Texto de David Nasser e fotos de Henri Ballot. P. 71-79.

O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA RELAÇÃO DE INTERESSES

José Roberto Dias, TCC, Pedagogia, FECILCAM,
jrmetalliun@yahoo.com.br

Esp. Sandra Garcia Neves, orientadora, Pedagogia, FECILCAM,
sandragarcianeves@bol.com.br

Resumo: Neste artigo discute-se a relação do Banco Mundial com a Educação Básica, visto que, nas últimas décadas os componentes desta agência têm demonstrado certa preocupação com o futuro desta modalidade de ensino. A referência desta pesquisa é a Educação Básica na década de 1990, momento em que as políticas neoliberais permearam as propostas para a elaboração das políticas educacionais. Considera-se ser de grande relevância no meio acadêmico estudos desta natureza bem como a compreensão do contexto político, econômico e social que determina historicamente os rumos da educação básica no Brasil.

Palavras-chave: Educação Básica; Neoliberalismo; Desenvolvimento social.

O presente artigo tem por finalidade abordar as propostas do Banco Mundial para a Educação Básica nos países em desenvolvimento na década de 1990. Tais propostas estão embasadas na concepção neoliberal de desenvolvimento, a qual por sua vez, busca desenvolver competências através da educação, distorcendo assim o caráter histórico desta.

Para tanto, a abordagem do tema será conforme a concepção do materialismo histórico-dialético com pesquisa bibliográfica, analisando trabalhos de autores como Tommasi, Haddad e Shiroma e ainda da Lei da lei nº 9.394/96.

Os objetivos desta pesquisa consistem em:

- Analisar a concepção de política educacional para o Banco Mundial;
- Discutir a ênfase do Banco Mundial na Educação Básica;
- A influência do Banco Mundial na Educação por meio das Políticas Educacionais brasileiras na década de 1990.

Primeiramente cabe salientar que o Banco Mundial (BM) foi criado em julho de 1944 com a finalidade de reestruturar a economia dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial. Sua função consiste essencialmente em prestar “auxílio” aos países em desenvolvimento.

De acordo com Fonseca (1996), no que se refere à educação o BM propõe um modelo de política educacional pautado no desenvolvimento das aptidões pessoais. Nesta perspectiva, a ascensão social baseia-se na competência e capacidade que cada indivíduo desenvolve no decorrer de sua vida, sendo necessário para isso, formar pessoas competitivas. O Banco Mundial justifica ainda que é preciso preparar o sujeito por meio da educação para que o mesmo “aprenda” a viver com as diferenças e dificuldades. Do ponto de vista do BM, para que um país se desenvolva de fato e se torne competitivo em nível de mercado mundial, o mesmo deve adotar determinadas políticas de contenção de

gastos e disponha de uma oferta de força de trabalho tecnicamente flexível.

Segundo Shiroma (2002) algumas dessas propostas foram abordadas em 1990 na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, tendo o Banco Mundial como um dos responsáveis pela sua realização na qual estabeleceu-se que a educação básica deve ser pautada nos indivíduos, bem como em suas potencialidades. A autora, ao analisar os resultados da conferência, menciona que, segundo o que foi discutido neste mesmo encontro, a educação deve ser responsabilidade não apenas do Estado sendo que a sociedade deve imbuir-se da responsabilidade de proporcionar as condições necessárias para que a criança tenha acesso a educação de qualidade.

Também em documento do BM (BM, 1995: XXII e XXVI *apud* Haddad *in* Tommazi *et all*) ficou evidente a proposta de tornar a educação a pedra angular para o desenvolvimento da economia e da qualidade de vida das pessoas, reafirmando, que por meio dela a sociedade aumenta sua capacidade produtiva e contribui com a redução da pobreza, afirmando ainda, que através da educação é possível que os pobres se tornem “conscientes” e eficientes na realização de seu trabalho, sem mencionar, no entanto, a superação das condições de pobreza e miséria dessas sociedades.

A educação, nesta perspectiva, assume duplo sentido: assegurar às populações carentes de serem capazes de resolver problemas do cotidiano, como por exemplo, os relacionados à aritmética e a outras necessidades básicas; e, por outro lado, preparar o aluno para ingressar nas séries seguintes. Neste sentido, para o BM a Educação Básica torna-se prioridade, entendendo que através dela o indivíduo adquire as habilidades básicas, assim como as atitudes necessárias para aprender a conviver com as dificuldades que o mesmo terá de enfrentar no meio em que vive.

Em uma passagem do documento do BM de 1991 (Lockheed e Verpoor, 1991: XVI *apud* Haddad *in* Tommazi *et all*) encontra-se explícito que a Educação Básica deve se dar em condições de qualidade. Porém, o mesmo justifica que ter qualidade no ensino é fazer com que o aluno consiga terminar os oito anos de Educação Básica chegando a dominar o conteúdo que lhe foi passado. Percebe-se aí uma clara distorção do termo “qualidade”, onde a mesma é restrita ao conhecimento disposto nos livros didáticos deixando o desenvolvimento da consciência crítica em segundo plano. Quanto ao professor, as propostas do BM defendem que este deve melhorar sua “capacitação em serviço”, ou seja, à medida que os problemas se apresentam cabe a ele buscar informações sobre como supera-los.

Quanto à Educação Básica no Brasil, na década de 1990, Shiroma (2002) afirma que foi planejada de forma a se enquadrar às propostas do Banco mundial. Isso se torna mais evidente com a criação da lei nº.9.394/96 onde o termo “educação” é substituído pelo termo “formação”. Ainda no artigo 22 do referido documento, se estabelece, entre outros, que a Educação Básica tem por finalidade assegurar aos indivíduos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O mesmo documento incorpora a Educação Infantil à Educação Básica antecipando assim, o processo de alfabetização da criança. Além do mais, do ponto de vista do MEC ao invés de promover a ampliação da rede pública de ensino, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, promover a união entre Governo Federal, Estados, Municípios e ONGs no sentido de proporcionar qualidade e eficiência ao ensino oferecido à sociedade por meio da criação de programas emergenciais de formação rápida. Programas estes que no ano de 1998 atenderam cerca de um milhão e duzentos mil alunos em todo país. Além desses, outros programas, como “Correção de Fluxo” foram instituídos na rede pública de ensino visando diminuir o inchaço das escolas e abrir novas vagas posteriormente.

E como foi proposto na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, a comunidade foi incentivada a “abraçar” a causa da educação na década de 1990, principalmente por meio do apelo feito pela mídia com a campanha “Amigos da Escola”, despertando nas pessoas o espírito de solidariedade entre os grupos sociais. Dentro desse contexto “neoliberal” a sociedade civil também teria sua função a desempenhar quanto ao acesso a permanência do educando na escola, pois como prevê a lei nº. 9.394/96 a educação é função do Estado, da família e comunidade.

Pode-se concluir que a política do Banco Mundial busca consolidar os interesses do neoliberalismo através da educação, pautando-a principalmente nas capacidades individuais assim como em modalidades de ensino técnicas, onde a crítica e a reflexão são pouquíssimas vezes mencionadas como forma de amenização dos atuais índices de pobreza em países de economia dependente. Ao invés disso, o que se vê, é uma política de caráter assistencialista, com metodologias técnicas voltadas para desenvolver no aluno as noções do “aprender fazendo”. Junta-se a esta a desvalorização do professor. Além de não propor mudanças significativas quanto à situação deste, o Governo incentiva a educação solidária, onde qualquer pessoa que esteja realmente interessada pode formar grupos de estudos, objetivando com isto, dar possibilidades para que todos tenham acesso à Educação Básica.

Referências

- TOMMASI, D.; L., WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lex**: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Brasília, 1996.
- TOMMASI, Livia, D.; WARDE, Mirian. J., HADDAD, Sérgio (org) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SHIROMA, Eneida Oto (org). **Política Educacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUGAR, PERCEPÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Me. Marcos Clair Bovo, PG/UNESP-TIDE, Geografia, FECILCAM,
mcbovo@yahoo.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão e discussão do conceito de lugar ressaltando a importância da percepção para as atividades práticas de Educação Ambiental. Neste contexto enfatiza do conceito de Lugar dentro do enfoque da geografia humanística, tornando-se o eixo principal da discussão, por tratar de maneira indissociável a relação sociedade-natureza, aqui o indivíduo e ambiente é uma simbiose que materializa o lugar, cujo processo é mediado pela percepção do indivíduo, pois tornam visíveis os elementos da degradação ambiental.

Palavras-chave: Lugar; Percepção; Educação Ambiental.

O grande desafio enfrentado pela sociedade contemporânea refere-se à conservação dos recursos naturais para garantir o desenvolvimento sustentável. Diante disso devemos repensar a relação sociedade x natureza em busca de uma sustentabilidade para o ambiente, é nesse sentido que o presente trabalho busca fazer uma reflexão e discussão do conceito de lugar ressaltando a percepção para atividades práticas de Educação Ambiental em áreas de conservação. A presente discussão encontra-se sustentada nas idéias dos seguintes autores da corrente humanística, como Yu Fu Tuan, Anne Butimer, Werther Holzer e Milton Santos.

Para um melhor aprofundamento das discussões ao longo desse trabalho delineamos os seguintes questionamentos: a) De que forma a Educação Ambiental poderia levar a uma reflexão efetiva da problemática ambiental? b) A abordagem humanística por trabalhar com sujeitos e objetos como elementos indissociáveis, teriam a possibilidade de superar as práticas que reproduzem a dicotomia entre a sociedade x natureza? Uma das propostas desse trabalho é discutir esses questionamentos e

também analisar o enfoque humanístico e a relevância do conceito de lugar como elemento norteador para uma renovação da prática da Educação Ambiental, visando promover o significado social dos ecossistemas. É neste contexto que discutiremos o conceito de lugar, a percepção do indivíduo e a educação ambiental ao longo deste texto.

No decorrer da década de 1970 emerge a Geografia Humanística, calcada nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista. Neste contexto, a Geografia Humanística está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.

Portanto, a paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na Geografia Humanística uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito chave, mais relevante, enquanto o espaço adquire muitos atores, o significado de espaço vivido.

Para Tuan (1983), o estudo do espaço no âmbito da Geografia Humanística considera-se os sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. Para o autor existem vários tipos de espaços, um espaço pessoal, outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual que, ainda que ligado à experiência, “extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas em direção às estruturas mais abstratas” (TUAN, 1983). Ainda, segundo Tuan (1983), o conceito de lugar é definido como “um centro de significados construídos pela experiência”. Milton Santos (1997) contribui ao afirmar que o “lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através do cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições, cooperação e conflitos são à base da vida em comum”. Esses dois autores diferem quanto aos seus pensamentos, pois o primeiro, pertence à corrente humanística e o segundo a corrente do materialismo dialético, porém apresentam um ponto em comum ao referir-se ao conceito de lugar, pois para ambos, é produto da experiência humana. Para uma melhor compreensão desta discussão ressaltamos que há uma interseção entre Tuan (1983) e Santos (1997), que pode ser explicada pela oposição em comum das correntes anteriores à ciência positivista, que por adotar a plena racionalidade, separa sujeito e objetos. Nessa perspectiva temos a dicotomia entre sociedade x natureza. É neste sentido, que a corrente humanística torna-se o eixo principal da nossa discussão, por tratar de maneira indissociável a relação sociedade x natureza, aqui, indivíduo e ambiente é uma simbiose que materializa o lugar, cujo processo é mediado pela percepção.

As discussões referentes ao conceito de lugar tornam-se um elemento essencial para a renovação das práticas de Educação Ambiental, pois na maioria das vezes, são desprovidas de uma reflexão maior sobre a degradação ambiental, pois a sociedade deve mudar a postura frente ao ambiente, que se configura mais como um modismo do que uma preocupação real da problemática ambiental. Essa situação fica evidenciada através dos seguintes elementos: o caráter imediatista, isto é, estabelece a necessidade de práticas de Educação Ambiental por todos os espaços visando à preservação dos recursos naturais, porém desconsidera que para uma educação efetiva, que leve a transformação do indivíduo, demanda de tempo que é um fator essencial para a transformação do processo. Outra crítica a ser questionada é a escala adotada na Educação Ambiental, ou seja, escalas amplas ou muito restritas.

O problema pontuado refere-se que muitas vezes a Educação Ambiental torna-se um instrumento da mídia onde a “natureza é vista como se fosse um supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque. Neste modelo, os recursos naturais são utilizados sem nenhum critério e a produção crescente é consumida” (DIAS, 1993). Portanto, a mídia trabalha de forma superficial o problema da degradação ambiental, parece estar sempre distante do indivíduo, não levando a uma sensibilização. É importante destacar que a relação sociedade x natureza é abordada, porém o homem é visto como um elemento a parte. Dessa forma entendemos que “educar” a sociedade com objetivo de conservar o que restou da natureza sem levar em consideração o significado social é algo utilitarista. Diante disso, devemos conhecê-la para manipulá-la não compreendê-la na sua totalidade, aqui encontramos o verdadeiro sentido da nossa reflexão entorno do conceito de lugar.

Com relação às áreas de conservação a situação não é muito diferente, pois as práticas realizadas neste espaço acabam sendo simples ferramentas de gestão dessas áreas. Esses espaços na maioria das vezes têm um grande potencial para sensibilizar o indivíduo, porém ao reforçar a idéia de duas naturezas, a que pode ser protegida e a que pode ser manipulada. Dessa forma, não existe um significado social da Educação Ambiental e da própria área de conservação, cuja delimitação territorial, estabelecida por políticas públicas não lhe garantem a real existência. Neste sentido, o objetivo da Educação Ambiental é tornar o indivíduo sensível à problemática ambiental, partir de uma relação entre sujeito e objeto. Dessa forma conceito de lugar é relevante na Educação Ambiental, pois explorando a percepção do indivíduo, poderá chegar próximo a uma transformação efetiva do indivíduo, por meio do seu real percebido, fica mais fácil sensibilizá-lo, pois tornam visíveis os elementos da degradação ambiental que antes estavam tão distantes de sua vivência.

A nível local, cada lugar vai reagir de uma maneira própria a partir de condições pré-existentes. Pode se dizer também, nesse sentido, que o lugar com suas características locais e globais, são um reflexo da compreensão espaço e tempo, neste sentido a Educação Ambiental deve ser encarada como um processo de transformação dos indivíduos, de forma considerar uma sociedade com práticas ambientalmente sustentáveis. As áreas de conservação têm importância fundamental na conservação da natureza. Porém a racionalidade institucional permeia as práticas de Educação Ambiental nestes espaços não possibilita a exploração de seu potencial de transformação. Diante desse questionamento as políticas públicas deveriam trabalhar as áreas de conservação de forma mais eficazes, objetivando a problemática ambiental pela ótica do lugar, este caráter simbólico e afetivo será catalisado na formação de uma visão holística do que vem a ser o ambiente, que agora não é mais externo ao indivíduo e sua parte de sua existência e da sua percepção.

Referências

- BUTTNER, A, Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: **Perspectivas da Geografia**. Antônio Christofolletti (org.). São Paulo, Difel, 1985.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo. Gaia, 1993.
- HOLZER, W. A Geografia Humanística Anglo-Saxônica – de suas origens aos anos 90 **Revista Brasileira de Geografia**, 55 (1/4): 1993.
- SANTOS Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo Hucitec, 1997.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo. Difel. 1983.

A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES

Me. Marcos Clair Bovo, PG/UNESP-TIDE, Geografia, FECILCAM,
mcbovo@yahoo.com

Dr.^a Margarete Cristiane C. Trindade Amorim, UNESP

Resumo: Este trabalho visa contribuir para o avanço das reflexões referente à qualidade do ambiente urbano e está relacionada aos aspectos físicos, humanos e visuais da paisagem. Neste contexto é fundamental para a cidade a presença de espaços livres contendo áreas verdes, pois a vegetação está intimamente relacionada à melhoria e manutenção da qualidade ambiental urbana.

Palavras-chave: Qualidade de vida; áreas verdes; espaço urbano

As cidades enfrentam inúmeros problemas determinados pelo seu crescimento, dentre eles destacamos o déficit populacional, a poluição do ar, das águas, a carência de infra-estrutura básica, dificuldades de locomoção, ausência de áreas verdes, e conseqüentemente, a diminuição da qualidade de vida de seus habitantes. Assim, crescem com as cidades os problemas sócio-econômicos e o desequilíbrio ambiental. Desse modo, verificamos que é impossível discutir sustentabilidade urbana sem minimizar os níveis de pobreza, universalizar os serviços de infra-estrutura, saúde e educação, reduzir o uso ilegal do solo, a violência urbana, bem como, combater a degradação ambiental, recuperar, proteger e conservar o patrimônio histórico ambiental.

O objetivo desse trabalho é discutir os conceitos de áreas verdes urbanas destacando a sua importância para a qualidade do ambiente urbano. A discussão a seguir faz parte de leituras de teses, dissertações, livros e artigos referentes à temática “áreas verdes urbanas”, nesse sentido apoiamos a nossa discussão nos estudos de De Angelis (1999), Lima (1999), Malinski (1985), Spirn (1995), Sirkis (1999), Milano & Dalcim (2000), Nucci (2001) Para esses autores as grandes e médias cidades brasileiras, de um modo geral, são carentes de espaços públicos livres de construção que, entre outras funções, possibilitem o convívio entre as pessoas e o contato com a natureza. A maioria da população que vive nas aglomerações urbanas reside em locais onde as áreas verdes são escassas ou mesmo inexistentes.

Nessas cidades há a escassez de árvores nas calçadas que acompanham o sistema viário. Estas condições nos levam a pensar em como as cidades brasileiras, principalmente as de porte médio e grande, foram construídas e como crescem sem que o poder público discuta adequadamente suas áreas verdes públicas que são, certamente, um registro histórico do quanto o homem tem se distanciado da natureza e prescindindo do seu contato. Cada vez mais passamos a maior parte do dia ou mesmo da vida em ambientes fechados, desprovidos de contato com os elementos naturais como, a água, a terra, as plantas, e os animais. Este fato traz conseqüências negativas ao bem estar, à saúde e a qualidade de vida das pessoas. Isto nos remete à indagação de quantos parques existem em nossa cidade e quantos estão em boas condições, disponíveis para receber a população? Cada cidade possui a sua realidade, seus limites, seus atributos naturais e arquitetônicos, mas de um modo geral, o ambiente urbano das grandes cidades brasileiras é estressante e de qualidade ambiental, no mínimo, precária. Embora pareça grande a preocupação da humanidade com a questão ambiental, a lentidão dos governantes, a tímida participação da sociedade civil, o

distanciamento dos estudos acadêmicos com a realidade, e a ausência do processo de planejamento nos revela que ainda não priorizamos e investimos na qualidade do ambiente em que vivemos.

Os espaços livres de construções desempenham funções extremamente importantes em uma cidade. Segundo Lima (1999) as funções são: **a ecológico-ambiental, a estética e paisagística, climáticas, defesas, psicológicas** e também a **recreativa e lazer**. As contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam os impactos decorrentes do processo de urbanização e industrialização. Estas áreas exercem influência no microclima, na purificação e refrigeração do ar, no abrigo à fauna e contribui com novos habitats para as espécies de animais, na manutenção das propriedades de permeabilidade e fertilidade do solo, no amortecimento dos ruídos etc. A função estética se pauta principalmente no papel da integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. A função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para lazer da população. Destes, os espaços livres para o público (parques e praças) merecem especial atenção, uma vez que possibilitam o acesso sem restrições a qualquer pessoa. Considerando essas razões, a preocupação de geógrafos, arquitetos, urbanistas, ecólogos e educadores, entre outros, tem aumentado em relação à disponibilidade de áreas verdes nas grandes cidades. No entanto existem, carências de informações e dados sobre a proporção de espaços verdes existentes e necessários nas médias e grandes cidades, sobre a sua localização e suas condições de uso para a população. Essas informações são imprescindíveis para iniciar um trabalho de planejamento que considere esses espaços como componentes das redes de infra-estrutura necessárias ao funcionamento sustentável do metabolismo da cidade.

O conceito de áreas verdes é definido conforme diferentes interpretações e proposições, para De Angelis (2000) *apud* Lima *et al* (1994). a) **Área verde**: local onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas, os trevos e rotatórias permeáveis das vias públicas e áreas que exercem funções estéticas e ecológicas são conceituados como área verde. b) **Espaço livre**: trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído nas áreas urbanas. c) **Parque urbano**: é uma área verde, com funções ecológicas, estéticas e de lazer, entretanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. d) **Praça**: é um espaço livre e público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada. e) **Arborização urbana**: diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas nas calçadas fazem parte da arborização urbana, porém

não integram o sistema de áreas verdes. Para Silva (1981) *apud* Carvalho, 2001, são consideradas áreas verdes os locais com vegetação contínua, livres de edificações, mesmo que recostadas por caminhos, vielas ou com a presença de brinquedos infantis e outros divertimentos leves, desde que se destinam ao uso público. Nucci e Cavalheiro (1999) os espaços de construção são constituídos por espaços urbanos ao ar livre, destinados a todo tipo de utilização que se relacionem com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e o entretenimento em horas de ócio; locais de passeio a pé devem oferecer segurança, comodidade com separação total da calçada em relação a veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meio motorizados não devem ser considerados como espaços livres. Os espaços livres podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos e podem desempenhar, principalmente, funções estética, de lazer e ecológico-ambiental, entre outras. Nucci (2001) define área verde “...como um tipo especial de espaço livre onde há a predominância de áreas plantadas e que devem cumprir três funções (estética, ecológica e de lazer); a vegetação e solo permeável, sem laje devem ocupar pelo menos 70% da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas”.

Para Nucci (2001) as áreas verdes no ambiente urbano “...estabilizam as superfícies por meio da fixação das raízes das plantas, criam obstáculos com o vento, protegem a qualidade da água, pois impedem que substâncias poluidoras escoem sobre os rios, filtram o ar, diminuem a poeira em suspensão, equilibram os índices de umidade no ar, reduzem o barulho, abrigam a fauna, contribuem para a organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, colabora com a saúde do homem e também atenuam o impacto pluvial, auxiliando na captação das águas pluviais, tendo em vista que a impermeabilização crescente e progressiva do solo prejudica o escoamento superficial, não tendo rede de captação de águas pluviais capacidade suficiente para escoar de modo rápido o grande volume de água que faz transbordar os córregos e se acumula nos vales do sítio urbano”.

Neste contexto, verificamos a importância das áreas verdes urbanas quanto a: **Composição Atmosférica:** exerce uma ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais, depuração bacteriana e de outros organismos, reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos; **Equilíbrio solo x Clima x vegetação:** luminosidade e temperatura (filtra os raios solares e suaviza as temperaturas externas), umidade e temperatura (contribui para conservar a umidade do solo, atenuando a sua temperatura), redução na velocidade do vento; **Níveis de ruído:** amortecimento dos ruídos de fundo sonoro,

contínuo e descontinuo de caráter estridente, ocorrentes nas grandes cidades; **Estético**: quebra da monotonia da paisagem das cidades causada pelos grandes complexos de edificações, valorização visual e ornamental do espaço urbano. Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente. Assim, observa-se que as áreas verdes no espaço urbano são de interesse da maioria da população. O que preocupa é que esta mesma população, muitas vezes, não se sente responsável pela manutenção dessas áreas verdes. Nesse sentido, verifica-se a importância de se criar instrumentos teóricos e práticos que possam levar a população a tomar consciência, pois é a beneficiada pela existência do verde urbano.

Referências

ANGELIS, B.L.D. **A Praça no Contexto das Cidades: o caso de Maringá/Pr: o caso de Maringá/PR**. São Paulo, 2000.(Doctoral Thesis), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, A. M. L. P. **Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2., São Luís. Anais... São Luís: Imprensa Emater/MA, 1994. P.539-553.

MALINSKI, R. **Arborização Integrada**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, Porto Alegre, 1985. Contribuições Técnico Científica. Porto Alegre, 1987. P.37-38.

MILANO, M. S. **Avaliação Qualitativa e Manejo da Arborização Urbana: exemplo de Maringá – PR**. Curitiba:UFPR,1988. (Tese de Doutorado – 120p.)

_____, M. & DALCIM E. **Arborização de vias públicas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Light, 2000.

NUCCI, J.C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo da ecologia e do planejamento urbano aplicado ao Distrito de Santa Cecília**. São Paulo. Humanistas/ FFLCH/USP. 2001.

SIRKIS, Alfredo. **Ecologia Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro. Ed. Onda Azul, 1999.

CALÇADA ECOLÓGICA NAS PRAÇAS SÃO JOSÉ E GETÚLIO VARGAS: REDISCUTINDO A SUA IMPORTÂNCIA PARA O AMBIENTE URBANO

Me. Marcos Clair Bovo, TIDE, Geografia, FECILCAM,
mcbovo@yahoo.com

Ivair José de Almeida, Geografia, FECILCAM, bisalmeida@yahoo.com.br

Wirmondés Elvio Lauriano, Geografia, FECILCAM,
wirmondelauriano@yahoo.com.br

Resumo: As Praças São José e Getúlio Vargas, localizadas na área urbana de Campo Mourão – PR exerce a função de receptores naturais das águas pluviométricas através do predomínio do calçamento ecológico denominado “paver”, em que o volume de água captado é automaticamente escoado através de suas fendas que permitem a penetração da água entre os blocos, atingindo o solo. Desta forma, contribui no combate a enchentes e poças d'água funcionando como rede de drenagem das áreas mais altas para as mais baixas, seguindo uma hierarquia fluvial, até concentrarem-se em um único ponto, percolando a água pelo subsolo e contribuindo para o armazenamento do lençol freático.

Palavras-chave: Praça; Águas pluviométricas; Calçamento ecológico.

Localizadas na área urbana de Campo Mourão - PR, entre as Avenidas Capitão Índio Bandeira e Irmãos Pereira, paralelas às Ruas Harisson José Borges, Rua Brasil e Rua Francisco Albuquerque, as Praças São José e Getúlio Vargas são lugares de concentração de pessoas e dos meios de produção, os quais exigem a implantação de infra-estrutura, aí compreendidos os serviços de água e esgoto. Objetiva-se analisar a importância da calçada ecológica para o espaço urbano de Campo Mourão - PR, uma vez que são calçadas regulares, devido ao fato de seus blocos serem encaixados e removíveis, podendo encontrar-se sempre conservadas e seguras, evitando acidentes com idosos, gestantes e crianças, facilitando o trânsito de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e principalmente auxiliando as águas pluviométricas na percolação até o lençol freático. Essa pesquisa encontra-se fundamentada nos seguintes autores Castells (1976) Guerra (1994), Mendonça (1994), Moraes (1999), Santos (1986, 1988, 1994) e Vicente (1996) que nortearam a nossa discussão e reflexão. Para a realização da pesquisa realizamos visita *in loco* na fábrica de tijolos e na praça, entrevistas, leituras de livros, jornais, visita ao museu com objetivo de comparar a situação das praças em diferentes épocas através do acervo de fotos.

Neste contexto, os blocos dos pavimentos são produzidos em diversas cores que permitem a formação de desenhos personalizados que dão uma melhor aparência ao local, contribuindo também com a estética do ambiente urbano. A calçada ideal é aquela que oferece condições de um caminhar seguro e confortável, proporcionado pela escolha de pisos adequados, ausência de obstáculos, sem degraus entre os terrenos, com o mobiliário urbano e a vegetação dispostos de forma a não atrapalhar o pedestre. Segundo Vicente Del Rio (1996), percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos juntamente com a

realidade presente no cotidiano de cada cidadão. Este processo contribui para a intervenção urbanística, à medida que há a necessidade de reestruturar determinado local da cidade, a fim de melhorar seu aspecto físico e geográfico de modo a atender às necessidades da população e promover a satisfação em todos, sem contrariar as leis ambientais. Castells (1976) observava que as principais funções do centro urbano sempre gravitam em torno de duas noções: a **integradora** (nível funcional e social) e a **simbólica** (nível imagético e lúdico), onde o lugar central de uma cidade assume papéis de centro inovador, simbólico e de intercâmbios, características presentes nas expectativas de qualquer pessoa, relativas a um “centro de cidade” e, por isso, fundamentais para as imagens públicas da maioria das cidades.

A **revitalização urbana** apresenta-se na busca por uma nova vitalidade para as áreas urbanas, seja relativa a aspectos econômicos, sociais, culturais ou físico-espaciais. Trata-se de compor objetivos de desenvolvimento aos de recuperação e preservação de estruturas abandonadas, deterioradas ou incapazes de suprir as necessidades da população, intervindo em conteúdos sociais e econômicos, através de variados mecanismos de controle e infra-estrutura nas redes urbanas.

Esse processo é notável na cidade de Campo Mourão, especialmente no espaço urbano da cidade representado pelas Praças São José e Getúlio Vargas, uma vez que este espaço era visto como problema urbano ao dificultar a circulação de pedestres em dias de chuva, devido à concentração de poças d'água e também por apresentar péssimas condições de uso, pelos inúmeros buracos formados em sua extensão no decorrer dos anos e pelos “remendos” que eram feitos para tapar esses buracos. Ao ser reestruturado este espaço, foi trocado todo o calçamento convencional denominado “petit pavê” pelo calçamento ecológico denominado “paver”, que proporcionou melhores condições de uso da população e principalmente maior absorção das águas pluviométricas para o lençol freático. Esse tipo de calçamento proporciona várias funções dentre elas destacamos: **econômica** devido a sua alta durabilidade e preço competitivo, além de ser facilmente encontrado, pois é um material industrializado produzido em larga escala; **praticidade, pois** os blocos do pavimento são encaixados e removíveis, o que permite sua retirada caso seja necessário mexer no subsolo e evita os remendos e a produção de entulhos, pois todo o material é reaproveitado; **ecológico** por ser um tipo de pavimento que permite a penetração de água entre os blocos, atingindo o solo. Desta forma, contribui no combate a enchentes e poças d'água na calçada; **estética**: Permite cores variadas e desenhos personalizados, deixando a calçada mais bonita.

Essa reestruturação ocorrida nas Praças São José e Getúlio Vargas é resultado de uma análise ambiental que integrou a visão de

especialistas com a experiência vivencial dos usuários, visando suprir às necessidades ambientais e as expectativas dos que utilizam este ambiente, neste caso, as pessoas que transitam nessas Praças. Este espaço é de fundamental importância para a cidade de Campo Mourão, pois além de representar a área central da cidade, onde concentra em suas proximidades a maior parte de sua economia gerada pelo comércio, representa um local de religiosidade, por estar localizada nesta área a Catedral São José, conhecida como Igreja Matriz, local histórico da cidade e de grande beleza e exuberância em seu interior, a qual contribui ainda mais para a bela imagem que as Praças almejam para a população.

A Praça Getúlio Vargas também é de grande importância para os mourãoenses, especialmente aos estudantes, pois nela está situada a Biblioteca Municipal, local de referência para os cidadãos que apreciam uma boa leitura e aos acadêmicos, que encontram neste local uma fonte imensa de informações sendo também uma área para o desenvolvimento de novas pesquisas. Os diversos elementos da vida social, como as leis, as diferenças de renda entre as pessoas, seus interesses e seus costumes, também fazem parte do espaço urbano, pois é a própria sociedade que cria ou produz o ambiente em que vive.

As mudanças ocorridas nas Praças São José e Getúlio Vargas no decorrer dos anos enfatizam o interesse das autoridades governamentais estaduais e municipais em proporcionar melhorias para o aspecto visual da cidade e para a população, pois solucionou alguns problemas como a concentração de poças d'água nesse local, permitindo a melhor circulação dos pedestres, principalmente àqueles portadores de necessidades especiais. É importante destacar que as fontes de abastecimento de uma determinada região estão diretamente ligadas à existência de calçamento ecológico no espaço urbano, que vai auxiliar a percolação das águas em todo espaço com uma distribuição uniforme mantendo a umidade do solo e impedindo o ressecamento e rebaixamento dos lençóis freáticos.

Referências

- CASTELLS, M. **Lutas Urbanas e Poder Político**. Porto: Firmeza, 1976.
- GUERRA, Antonio José Teixeira: **Uma atualização de Bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- MENDONÇA, Francisco. **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica**. 17ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do Geógrafo no terceiro Mundo**, 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. **O espaço em questão**, São Paulo: Marco Zero, 1988.

SANTOS, Milton, **Território, Globalização e Fragmentação**, São Paulo, 1994.

VICENTE, Del Rio e Lívia de Oliveira (Org.) **Percepção Ambiental, A experiência Brasileira**, São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE ATENDEM CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS

Me. Maria José Pereira, TIDE, Pedagogia, FECILCAM, maze-2@bol.com.br

Resumo: O texto apresenta resultados parciais da pesquisa sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças entre 0 e 2 anos no interior das Instituições de Educação Infantil de Campo Mourão. Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, investigou-se, até o momento, 8 (oito) das 14 (quatorze) Instituições de Educação Infantil do Município de Campo Mourão. A pesquisa utilizou-se das observações durante as visitas nas instituições, descrição da situação observada, conversas informais e entrevistas com as educadoras.

Palavras-chave: Educação Infantil. Prática Pedagógica. Desenvolvimento Psíquico.

Introdução

O objetivo da presente pesquisa foi investigar as práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças entre 0 e 2 anos no interior das Instituições de Educação Infantil. Objetivou, ainda, obter subsídios que possam contribuir para os currículos dos cursos de formação dos educadores para educação infantil; produzir conhecimentos para subsidiar as políticas públicas para educação infantil nos municípios. Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, investigou-se até o momento 8 (oito) das 14 (quatorze) Instituições de Educação Infantil do Município de Campo Mourão. A pesquisa utilizou-se das observações durante as visitas nas instituições, descrição da situação observada, conversas informais e entrevistas com os educadores. O referencial teórico para suporte de leitura da realidade tem se pautado na linha histórico e cultural, em autores como, Wallon, Vigotsky, Luria e Leontiev, e ainda, os documento oficiais que norteiam a prática pedagógica destas instituições.

Problemática

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) passa a constituir um importante

segmento educativo, contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, reconhecida como primeira etapa de educação básica. De acordo com o art. 29 da referida Lei a Educação Infantil tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Para as Secretarias Municipais de Educação assumir as creches, atuais Centros de Educação Infantil que atendem crianças menores de 3 anos, tem sido desde então, o grande desafio, pois elas não tem clareza da ação pedagógica a ser desenvolvida nesses espaços.

A situação aqui descrita nos remete a indagar: - Que práticas pedagógicas têm sido realizadas nas Instituições de Educação Infantil, principalmente com as crianças entre 0 e 2 anos?

A investigação e os procedimentos metodológicos adotados

Para responder as questões propostas neste estudo utilizou-se da pesquisa qualitativa e quantitativa. Os instrumentos para coleta dos dados foram entrevistas com profissionais envolvidos diretamente com as crianças (atendentes, monitores, professores). Visitas para observação “in loco”, das ações desenvolvidas com as crianças. Descrição da situação observada.

Para realização das entrevistas foram realizadas algumas visitas e outras se deram em reuniões que antecederam o curso de formação continuada na FECILCAM. Durante as visitas percebeu-se que os trabalhos têm se resumido nos cuidados diários com as crianças, banho, alimentação e cuidados gerais. Em algumas Instituições não se percebe um trabalho com as crianças no sentido de estimular a fala, o desenvolvimento psicomotor, a afetividade.

Quando questionadas a esse respeito alegam não disporem de tempo para tal, pois são várias crianças e pouco pessoal para atendê-las.

As pesquisas de Vigotsky (1987) Luria (1991), Leontiev (2004) têm mostrado a importância do meio e as interações sociais para o desenvolvimento psíquico da criança e o papel da linguagem neste processo.

De acordo com os autores acima citados a criança desenvolve a linguagem (fala) na interação com o adulto quando este nomeia para ela os objetos e as ações. Neste caso a qualidade das interações que se realizam com as crianças assume papel importante para seu desenvolvimento. Portanto, conversar com a criança, durante o banho, a troca e outras rotinas constitui-se fator primordial para seu desenvolvimento afetivo e linguagem.

A criança inicia o processo de linguagem desde seus primeiros movimentos como forma de expressão. Vygotsky (1987 e 1988) defende a

importância da linguagem na formação e desenvolvimento das funções psíquicas humanas e a formação dos signos materiais e verbais como mediação. De acordo com essa teoria a aquisição da linguagem verbal é marco decisivo no desenvolvimento intelectual da criança. Para Luria (1991, vl. I, p.82), “a linguagem reorganiza substancialmente os processos de percepção do mundo exterior e cria novas leis dessa percepção”. Modifica os processos de atenção e memória.

Diz Luria (1991, vl. I, p. 82) que “só com base na linguagem e com sua participação imediata constituem-se as complexas formas de pensamento abstrato e generalizado”.

Portanto, para o autor já citado, o surgimento da linguagem eleva a um novo nível os processos psíquicos do homem.

A análise das teorias dos autores citados neste texto nos permite entender que a linguagem verbal é marco decisivo no desenvolvimento intelectual da criança e se constitui em um produto essencialmente social. Vigotsky afirma que a relação que se estabelece entre adulto e criança ou criança com outra mais experiente é de fundamental importância no desenvolvimento intelectual desta.

Para conhecer melhor as práticas pedagógicas dos educadores realizou-se, além das visitas como mencionada acima, um questionário. Em uma das questões deveriam enumerar as atividades desenvolvidas com as crianças, além da rotina diária.

As respostas foram das mais variadas, descritas a seguir: “exercício de estimulação”, mas não especificam que tipo de estimulação é realizada. . Em outros questionários aparem: “ projetos de datas comemorativas, chamada, brincadeira de roda, música, atividades que desenvolvem os sentidos, contar histórias, desenhos, trabalhos pedagógicos como ensinar a contar os números, ensinar dizer os nomes, expressão corporal, oralidade, equilíbrio.”

Foi possível perceber algumas incoerências das atividades com relação à faixa etária das crianças e ainda uma preocupação com uma escolarização precoce.

É importante ressaltar aqui, a formação das profissionais que estão atuando com as crianças entre 0 e 2 anos.

Das 30 educadoras pesquisadas no início do ano de 2007, 11 cursam Pedagogia; 07 cursam Normal Superior a distância; 02 Normal Superior completo; 03 cursando Formação Docente em Nível Médio; 02 cursando Secretariado em nível médio; 02 cursando Técnico em Administração; 01 cursando Pós-Graduação; 01 cursando Geografia; 01 cursando Matemática.

Quanto ao vínculo empregatício, 24 são estagiários e somente 06 são efetivos.

A ausência de uma política de contratação de pessoal com formação adequada reflete-se na qualidade dos serviços prestados.

Considerações Finais

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, não se tem resultados finais, no entanto, pode-se fazer algumas considerações em relação à necessidade de uma reflexão quanto à função da educação infantil para as crianças entre 0 e 2 anos, que estão em fase de desenvolvimento das funções psíquicas, como, sensação, percepção, atenção voluntária, memória, pensamento e linguagem. Fase esta de uma grande plasticidade cerebral e de aprendizagens significativas, como a capacidade de andar e falar. Isso demanda ações pedagógicas coerentes com suas necessidades nesta faixa etária.

Caberia aqui uma análise mais apurada das respostas das educadoras quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças, no entanto, o espaço deste texto não permite esta discussão. Fica por conta do leitor o compromisso em fazê-la dado a importância desta faixa etária para o desenvolvimento do ser humano.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a elaboração dos currículos dos cursos de formação de educadores e para uma política pública que respeite a criança enquanto cidadã, que tem direito a uma educação de qualidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Revista dos Tribunais. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9394/96.

LEONTIEV, Aléxis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LURIA, A. R. **Curso de Psicologia**. Trad.: Paulo Bezerra.. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro 1994. Vol I, II, III e IV.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Trad. Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **A Formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto e outros. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988 .

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Trad. de Ana Maria Bessa. São Paulo: Martins Fontes. 1981.

ANÁLISE PAISAGÍSTICA: A CIDADE DE PEQUENO PORTE E SUA MATERIALIZAÇÃO, ESTUDO SOBRE FAROL - PR

Marcos S. Moura, PIC, Geografia, FECILCAM, markosmsm@gmail.com

Me. Edson N. Yokoo, orientador, Geografia, FECILCAM,

eyokoo@ebest.com.br

Resumo: O presente estudo mostra resultados da análise da paisagem urbana na cidade de Farol - PR. A análise urbana por meio da constituição material nos dá a possibilidade de conhecer e interpretar a realidade existente na cidade, e por meio de bases teóricas pode-se interpretar o fato urbano, sua manifestação. O presente trabalho se fundamenta em uma explanação teórica e em seguida na análise empírica das formas urbanas cristalizadas no tecido da cidade de pequeno porte. Tais considerações são importantes para discussão de categorias de análise aplicadas sobre os núcleos urbanos.

Palavras-chave: cidade; paisagem urbana; periferia.

As cidades, não importando seu porte, são fatores acumulativos da representação e materialização da sociedade. Desta forma, o estudo analisa a paisagem urbana como reflexos dos fatores sócio-econômicos.

A cidade de Farol localizada na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, segundo estimativa do IBGE (2005) tem uma população de 3.699 habitantes, sendo que destes 49,4% residem na zona urbana. Desta maneira, estuda-se o tecido urbano da cidade de Farol inserida em um contexto regional polarizado sócio-economicamente pela cidade de Campo Mourão. Dentro do modo capitalista de produção as relações socioeconômicas são muitas vezes processadas por forças maiores, não respeitam a realidade local, ou seja, partem do global. Para Santos (1997, p.130), os homens não saem do mundo para a realização de suas ações, os homens retiram do mundo as possibilidades a serem realizadas nos lugares. Assim, os lugares de vivência são fontes de estudo de uma Geografia preocupada, não somente com materialização cultural sobre o espaço, mas também na interpretação e análise de como o espaço se forma e se estrutura.

Serra (1987, p. 116) afirma que as realidades urbanas não se explicam somente por funções urbanas, antes é necessário também compreender as relações de poder e de dominação existentes na sociedade nas várias etapas de construção e desenvolvimento da cidade. Em Padovano (1987, p.7), explica que, a perceber a pobreza construtiva em uma fachada de um edifício na periferia, faz com que haja a percepção da própria pobreza que está por trás desta fachada, ainda, afirma que esse tipo de representação esconde algo a mais, pois o visualmente percebido apenas é um nível de representação da realidade e não exteriorização formal dessa realidade. De maneira que ao perceber as formas urbanas estudadas, deve-se atribuir a estas um conteúdo, um contexto, que na maioria das vezes não está explícito na forma. Santos (1985, p.52) ao diferenciar forma, função, estrutura e processo afirma que tais diferenciações são capazes de dar as bases teórico-metodológicas a partir do qual podemos discutir os fenômenos espaciais. Utilizando-se

dessas diferenças teóricas, pôde-se perfazer um inventário crítico sobre os diversos fenômenos ocorrentes no espaço urbano de Farol.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, mapeando o tecido urbano, sua continuidade e fragmentação, observou-se a quantidade de terrenos baldios, zonas sem infra-estrutura urbana, entre outros elementos. O empirismo que empreendeu a busca das diversas formas urbanas deteve-se em um olhar na busca de fatores que de alguma forma trazem algum tipo de trauma ao tecido urbano da cidade, um corte, ou falha, reflexo das relações sociais. Soja (1993, p.186) afirma que o urbano é permeado por relações de poder, de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual, rotinas e revoluções, em muitas escalas diferente, e ainda completa, com crítica sobre os que qualificam o urbano por meio de categorias de análise com pouca complexidade.

Deste modo, o não urbano da cidade pequena é uma abstração, pois se tratando de uma cidade com 3.699 habitantes, onde 50,6% residindo no campo, o que se pode caracterizar como urbano? Quando são formuladas categorias simples para a complexidade da cidade pequena aparecem formas de classificação ingênuas, desqualificando o urbano por vias meramente estruturais.

Foram observadas no sítio urbano de Farol 570 residências, no que tange a construção. A cidade tem seu sítio urbano em forma tabular, com quadras de forma quadrada, divididas em 14 lotes em sua maioria, 38,5% das residências é construção de madeira, sendo que grande parte destas estão localizada na periferia, devido ao baixo custo de edificação. Ao observar que as casas são construídas com materiais rústicos e sem tratamento *estético* estão na periferia, observando-se que grande parte das residências que estão nesta área urbana é construída sem seguir os requisitos básicos para uma boa convivência entre seus moradores. As questões econômicas fornecem grande parte das explicações aos espaços periféricos, e como afirmou um morador do lugar "o descaso com a gente é grande". Lembra-se Carlos (2005, p.73) que ao discutir a compreensão da cidade e sua natureza contextualiza o cidadão e o capital, em uma totalidade dialética. A cidade de Farol tem o traçado de sítio urbano bem definido, graças ao planejamento que a delimitou, porém, paisagisticamente não há a diferenciação entre rural e o urbano, sendo tais categorias de análise aptas de discussão, principalmente em cidade de pequeno porte.

Referências

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad: Adail Sobral, Maria Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PADOVANO, B. R. **Legibilidade da Paisagem urbana**: o caso de Santo Amaro. São Paulo, 1987.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERRA, Geraldo. **O Espaço Natural e a Forma Urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edwar W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

MOBILIZAÇÃO FAMILIAR PARA O DESEMPENHO ESCOLAR

Esp. Ricardo José Mezzomo, PG, Educação, FURB,
ricardojmenator@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa busca identificar as estratégias escolares empregadas por famílias cujos filhos apresentam elevado desempenho escolar, e assim, compreender o modo como estes se mobilizam e são mobilizados para a 'excelência escolar'. Espera-se que, ao desvelar as estratégias escolares e as formas de acompanhamento escolar nesses casos, se possa contribuir para o incremento prático, no espaço local, das possibilidades para uma efetiva parceria família/escola no que tange à orientação de famílias com dificuldades no desempenho escolar da prole.

Palavras-chave: Desempenho escolar; Estratégias familiares; Excelência escolar.

Em geral, são poucas as reflexões sobre as formas de socialização e as estratégias familiares a que são submetidos os adolescentes de elevado desempenho escolar. As preocupações dos estudos nessa área recaem, em sua maioria, nos casos de fracasso escolar, indisciplina, repetência e déficits de alguma coisa. Dessa forma, esta pesquisa busca identificar as estratégias escolares empregadas por famílias cujos filhos apresentam elevado desempenho escolar, e assim, compreender o modo como estes se mobilizam e são mobilizados para a 'excelência escolar'.

O propósito de aplicação desta pesquisa é, ao fornecer e divulgar os argumentos, fundamentados em pesquisa tão rigorosa quanto possível, sobre as estratégias escolares familiares e as formas de acompanhamento escolar nesses casos, contribuir para o incremento prático, no espaço local, das possibilidades que se abrem para uma efetiva parceria família/escola no que tange à orientação de famílias com dificuldades no desempenho escolar da prole. Dessa forma, poder oferecer subsídios para o debate e o avanço do conhecimento sobre os valores efetivamente agregados nas famílias com

filhos de elevado desempenho escolar e entender como esse grupo constrói e reproduz a sua maneira de ver o mundo.

Como inspiração e fundamentação teórica, as pesquisas e os escritos de Pierre Bourdieu (1998,1999), Bernard Lahire (1997), Maria Alice Nogueira (2003), Geraldo Romanelli (2003), entre outros, auxiliaram na compreensão de questões pertinentes da temática. Além disso, dissertações, artigos, sites contribuíram no esclarecimento de conceitos e pistas para análise de dados.

Esta investigação utilizou questionários e entrevistas com pais, professores e estudantes de um colégio particular da cidade de Blumenau - SC. Dentre os 96 estudantes do segundo ano do Ensino Médio em 2006, seis deles foram os que ficaram dentro do critério de média anual igual ou superior a 9,0 tanto no segundo, como no primeiro ano do ensino médio. A coleta do material empírico começou em dezembro de 2006 e terminou em junho de 2007.

As primeiras análises revelam o desempenho escolar elevado do sexo feminino – uma vez que cinco são mulheres; o expressivo número de mães que foram professoras ou ainda o são; a disciplina nos estudos em casa; o incentivo constante para se obter notas altas e a intensa preocupação dos estudantes em ingressar numa Universidade Federal. Embora exerçam influências desiguais em cada grupo familiar, resultado da menor ou maior mobilização dos agentes e da herança cultural familiar que distancia ou aproxima os mundos escolar e familiar, é possível destacar alguns pontos presentes nas famílias:

- 1- A escola é legitimada dentro dos lares e a sua importância é constantemente exortada como de fundamental importância para o futuro;
- 2- As famílias entrevistadas, ao investirem na educação dos filhos, depositam esperanças de que eles tenham condições de manter e melhorar as condições materiais e simbólicas vividas pelos pais.
- 3- As crianças foram educadas em um ambiente onde a leitura e a escrita são incentivados desde a infância.

É oportuno afirmar que esses estudantes em situação de sucesso escolar, ou seja, histórias escolares que caminham bem, não são frutos do acaso. O marco inicial dessas trajetórias não começa no ingresso na educação formal e independe somente do chamado empenho pessoal. Antes de juntar-se ao universo escolar ocorreu um conjunto de situações, experiências, especialmente no contexto familiar, que lhe permitiram incorporar hábitos, costumes, atitudes, padrões de comportamento e valores. Em síntese, construíram maneiras de pensar, sentir, agir e reagir próprios daquele grupo doméstico no qual estão inseridas, os quais, por sua vez, poderão contribuir, ou não, para fazer frente às exigências escolares.

As disposições assumidas por todos os agentes ao longo da sua existência são imensuráveis e os modos de agir são resultados de

peculiaridades difíceis de identificar a ponto de elaborar uma fórmula de sucesso padronizada. Um determinado estilo de acompanhamento familiar não possibilita afirmar que resultará imediatamente em notas altas em outro contexto familiar – mesmo que possuam semelhantes capitais sociais, culturais, econômicos. Mesmo assim, baseado nas estratégias desveladas das famílias investigadas pode-se relatar e incentivar as práticas desenvolvidas invariavelmente nas seis famílias para o público geral, especialmente aos pais com filhos em idade inicial no mundo escolar, que, provavelmente, favorecerão o desempenho escolar da sua prole.

Espera-se que esses conhecimentos, uma vez sistematizados e divulgados, possam permitir a elaboração, na esfera do sistema de ensino, de estratégias de gestão voltadas à incorporação eficaz do trabalho pedagógico familiar. Outrossim, há a expectativa que, uma vez conhecidas, as práticas educativas de acompanhamento realizadas por tais famílias possam ser estimuladas e aperfeiçoadas no contexto escolar e familiar.

Referências

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. **Escritos de educação**. Org.: Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo, SP: Ática, 1997.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. **Família & Escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROMANELLI, G. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos. O estudante trabalhador. In: NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & Escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. (2ª ed).

ASPECTOS DA CULTURA UCRANIANA DE RONCADOR – PR

Shirley Braz Pinto, TCC, Geografia, FECILCAM, sbpggeo@yahoo.com.br
Me. José Antônio da Rocha, orientador, Geografia, FECILCAM,
jrochastone@yahoo.com.br

Resumo: A presente pesquisa faz parte do projeto de monografia “A Influência dos Colonizadores Ucranianos na Paisagem Cultural da Cidade de Roncador – PR”. Os ucranianos chegaram ao Paraná em fins do século XIX e princípios do século XX, trouxeram uma cultura milenar que mantém costumes e técnicas que não existe mais em seu país de origem. Um traço marcante em sua cultura é a religiosidade do povo com a construção de

templos, edificações com características arquitetônicas peculiares evidentes na paisagem. Observações preliminares obtidos em entrevistas por meio de questionários e documentação fotográfica confirmam as evidências.

Palavras-chave: Cidade, comunidade ucraniana, cultura.

O estudo das cidades é objeto para diversificado grupo de pesquisadores nas áreas da arquitetura, de urbanistas, de historiadores, de sociólogos e geógrafos, entre outros estudiosos, cada qual busca alcançar um conhecimento mais amplo e completo sobre as formas urbanas, da estrutura das cidades, suas funções e, também sobre aspectos culturais. A cidade está sofrendo constantes transformações e o homem, indivíduo pensante dotado de inteligência é a peça chave desse processo.

O processo de urbanização procedeu-se concomitantemente com a colonização do espaço paranaense que ocorreu de forma desigual e lenta com lapso de tempo tanto no que diz respeito à ocupação e também na economia com exceção do norte do Paraná que constitui um caso atípico. E de acordo com Martins (1995), o povoamento do Paraná está representado por várias etnias, imigrante e pelos seus descendentes de várias origens, como ucranianos, holandeses, italianos, alemães, entre outros, com traços evidentes na paisagem.

O grande contingente de ucranianos que chegaram ao Paraná aportou no estado em três fases distintas. Os primeiros chegaram em 1891, porém as grandes levadas vieram entre 1895 e 1914, a segunda etapa da colonização ucraniana ocorreu entre 1908 e 1914, quando foi construída a estrada de ferro que liga Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possibilitando a entrada no interior (Segundo Planalto). O povo ucraniano no Brasil só conseguiu se fixar quando recebeu apoio da igreja que enviou sacerdotes e iniciou um processo de integração social na nova terra.

Um dos principais motivos da imigração foi questões internas (regimes opressivos) em seu país de origem. De um lado os czares russos de outro os imperadores austro-húngaros que invadiram terras, os ucranianos foram impedidos de manifestar e publicar na sua própria língua. O que já não bastava à população passava dificuldades, principalmente na agricultura pela queda de preço de seus produtos.

Hoje dos 400 mil descendentes que vivem no Brasil, 350 mil estão no Paraná. migrantes e descendentes ucranianos, onde suas principais colônias estão localizadas nos municípios de Prudentópolis, Mallet, Roncador e Pato Branco.

A colonização do município de Roncador ocorreu em 1923, formando pequenas plantações e criação de suínos. Em 1927, passava

pela localidade a primeira estrada carroçável, foi iniciada no governo do Dr. Afonso Camargo, e concluída em 1933.

O método aplicado é o descritivo e analítico, instrumentalizado por meio de entrevistas e questionários, coleta de depoimentos dos moradores de Roncador. Também consulta aos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Prefeitura Municipal de Roncador e documentação fotográfica. Em conformidade com Oliveira (2001), o pesquisador traça seu próprio caminho à luz da teoria. Seguindo este princípio a pesquisa será realizada por meio de leituras que conduzem o processo de investigação do objeto de estudo.

Os traços culturais, presentes na cidade de Roncador, são herança de seus colonizadores ucranianos e de seus descendentes que persistem até aos dias atuais, refletindo na arquitetura de algumas igrejas e estando presente na festa de São Nicolau padroeiro do povo ucraniano. Nesta festa são apresentadas danças do Grupo Vesná, que constitui um Grupo Folclórico típico da cidade de Roncador. Tal grupo teve sua fundação no ano de 1978, conforme afirma seu coordenador Wilson Pedro Rodrigues na comunidade de roncadoreense tendo por finalidade manter e divulgar a cultura ucraniana com danças típicas. Seu fundador foi o padre Marcos Heuko, que neste período pertencia a Paróquia São Nicolau. A palavra Vesná é de origem ucraniana em português significa Primavera, eles acreditam que nesta estação do ano os jovens se sentem mais alegres, e mais dispostos a cultivar a vida, exaltando sua alegria em forma da dança.

Nas primeiras formações do grupo era composta por jovens descendentes da cultura ucraniana, porém, a última geração do grupo abrange integrantes de todas as culturas, crenças, tradições, é um trabalho com jovens da comunidade do grupo para a divulgação da tradição cultural ucraniana, ao total o grupo tem sessenta integrantes.

Até o presente momento as informações coletadas e analisadas evidenciam que a cidade de Roncador tem particularidades importantes que a difere de outras; tanto em sua gênese como em seus aspectos culturais relacionados à presença da cultura ucraniana.

Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Estatístico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

OLIVEIRA, Paulo Salles. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec / Ed. da UNESP, 2001.

PMR – Prefeitura Municipal de Roncador (Departamento de Planejamento). **Arquivos**. Roncador: Departamento de Planejamento, s/d.

FATORES IMPULSIONADORES DA MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DE UM MUNICÍPIO PERIFÉRICO – GUAPOREMA - PR

Valkiria Trindade de Almeida Santos, PG, Geografia, UEM,
valkiriats2006@gmail.com

Resumo: Existe uma tendência dos municípios periféricos que possuem menos de cinco mil habitantes a desaparecerem, muitos são os fatores, entre eles, a falta de trabalho. Pretende-se com essa pesquisa realizar algumas inferências acerca dos fatores de mobilidade que ocorrem em um município periférico. Buscar-se-á num primeiro momento elencar os fatores de mobilidade, e estabelecer uma inter-relação entre os mesmos e a qualidade de vida da população. Objetiva-se ainda associar a Economia Solidária como estratégia de ação para a criação de uma identidade local e alternativa de geração de renda e trabalho para a população. Para isso, teremos como base algumas entrevistas qualitativas com os vários segmentos sociais.

Palavras chaves: município periférico, mobilidade, economia solidária.

É sabido que existe uma lógica local e uma lógica global que justificam os processos de produção do espaço, podemos analisá-los sobre várias ordens e escalas, no entanto, quando se estuda o espaço do homem, faz-se necessário entender a sua organização local para dimensioná-lo no contexto global. A partir do momento que se investiga a dinâmica do seu lugar (e de sua região), reúnem-se ferramentas que possibilitam entender e possivelmente justificar sua ação na construção do espaço, já que este está muito além do espaço físico em si, adquirindo uma dimensão maior quando se trata das relações sociais, ou seja, quando analisamos o espaço geográfico. Justificamos isso, nos dizeres de Milton Santos:

“A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade” (SANTOS, 2004, p.54)

A necessidade deste trabalho nasceu após as duas primeiras visitas de campo, numa série de cinco que havíamos programado para o segundo semestre de 2006 ao município de Guaporema, para avaliarmos as potencialidades produtivas de desenvolvimento local deste município

periférico. Esta iniciativa se deu a partir da constatação que o mesmo havia sofrido uma massiva perda de habitantes, e que conta com uma população atual apenas de 2.244 habitantes(2002), mas que na década de 1960, estima-se que chegou a possuir entre 12.000 e 14.000 habitantes. Na verdade, buscar-se-á uma reflexão dos fatores possíveis que causaram a mobilidade dessa população para fora do município, que acabou se tornando num certo momento de sua história uma área de repulsão e que hoje luta para readquirir população ou ao menos oferecer condições para que os habitantes atuais e os seus descendentes permaneçam, já que o encolhimento da mesma possui uma implicação na consolidação das instituições.

Guaporema situa-se na Região Noroeste do estado do Paraná com uma área territorial de 21.320 ha, atualmente pertence à Microregião 11 (AMERIOS). Está situada a 126 km de Maringá, a terceira cidade em número de habitantes do estado do Paraná. Os municípios pólos que influenciam mais diretamente no cotidiano de seus habitantes são Cianorte e Paranaíba, sendo que os dois municípios estão há aproximadamente 65km de distância de Guaporema. Existe também o município de Rondon que está apenas 10 km de distância e que acaba exercendo um papel de maior relevância para os habitantes de Guaporema.

Em 18 de outubro de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Guaporema, com território pertencente ao município de Peabiru. Com instalação do município de Rondon, em 03 de dezembro de 1955, criado pela Lei Estadual nº 253, o distrito de Guaporema passou à sua jurisdição. O município de Guaporema foi criado pela Lei Estadual nº 4.338, do dia 25 de janeiro de 1961, com território desmembrado de Cidade Gaúcha e Rondon. A instalação oficial deu-se em 15 de novembro de 1961.

Os números evidenciam que a cada ano a população de Guaporema decresce, o que tem sido uma tendência entre municípios periféricos com menos de 5 mil habitantes. Se levarmos em conta apenas o que foi dito pela população residente, identificamos os seguintes fatores: a) Declínio da cultura do café, principalmente pelas geadas de 1970 e 1975; b) Transformação das lavouras em áreas para a criação de gado; c) Transformação das pequenas propriedades rurais em latifúndios para o cultivo da cana-de-açúcar.

Todos os fatores elencados comprometem a mão-de-obra, impulsionando a população em direção a outros municípios em busca de emprego. Este processo é justificado por Rocha (1999), quando diz que o estudo da mobilidade humana é produto da interação de três ordens de mobilidade, quais sejam: mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho (da força de trabalho) e mobilidade social. Por isso, no decorrer do trabalho buscamos considerar o olhar da população através de algumas

entrevistas qualitativas , já que ao todo entrevistamos 23 pessoas, de todos os segmentos sociais sobre a situação de mobilidade ocorrida dentro de seu próprio município influenciadas pelo desenvolvimento local, dando subsídio para compreendermos a dinâmica geoeconômica do município a partir do olhar de seus representantes.

Também se faz necessário verificar algumas soluções possíveis. Se num município pólo as condições necessárias para a geração de trabalho e renda são escassas, esse problema se torna mais grave quando se trata de um município periférico, tomemos como exemplo as ferramentas limitadas que este dispõe para atrair empresas para dentro de seu território.

Porém, se levarmos em conta as potencialidades existentes em cada ser humano, como a criatividade e o seu próprio saber comum proveniente de sua bagagem cultural, pode-se criar um leque de opções possíveis de realização. É neste momento que surge a Economia Solidária, ela servirá para resgatar a auto-estima de cada ser humano, porque partirá de suas potencialidades e as usará como ferramenta de ação. Ela servirá, antes de mais nada para amenizar as condições desiguais geradas no capitalismo, rompendo com a herança injusta da exclusão social, mas, para isso, faz-se necessário oferecer outras sistematizações nas relações de produção.

Em nossa visita neste município periférico, tivemos a oportunidade de presenciar algumas pessoas que podem ajudar na construção de uma nova sistematização nas relações de produção, porque elas possuem uma carga de criatividade, bem como um certo dom para desenvolver trabalhos manuais, como: costura, pintura, artesanato em cestas, marcenaria etc. O mais importante é que estas pessoas, se dispõe a transmitir informações que ajudem na capacitação de outras, ou seja, elas estão dispostas a democratizar/partilhar seus saberes. Então, criar um empreendimento que formasse e qualificasse mais artesãos em Guaporema, é uma solução possível e desejável para boa parte de sua população que não está absorvida nem pelo cultivo da cana-de-açúcar, nem pela criação de gado e nem tampouco pelas facções. Seria uma alternativa de geração de trabalho e renda, fundamental para a consolidação da cidadania destas pessoas.

Ao estudarmos a realidade de um município periférico, como Guaporema, verificamos como a vida das pessoas vai sendo pautada por várias ordens de fatores, percebemos que o tecido de suas histórias vai sendo costurado de acordo com as oportunidades, principalmente econômicas.

Pelas falas dos entrevistados e pelo breve levantamento histórico, percebemos que a mobilidade nesse município periférico foi basicamente orientada por três fatores: erradicação da cafeicultura principalmente por

fatores climáticos, substituição de pequenas propriedades para criação extensiva de gado e ampliação das áreas de cultivo da cana-de-açúcar.

Vimos que esses fatores contribuíram para a perda da população e em consequência a perda das instituições que constituem a cidade, como o hospital, o banco, o mercado e até mesmo em certo momento a igreja que havia retornado à capela, e que para a consolidação dessas instituições é imprescindível a fixação e o aumento da população.

Verificamos também, que o município de Guaporema conta hoje com três facções, de grande importância para a produção local, fato constatado na contratação de pelo menos 140 pessoas diretamente.

Faz-se necessário destacar, que a fixação da população e o aumento desta poderá ocorrer proporcionalmente em função da realização de políticas públicas que priorizem a qualidade de vida da população, que busquem soluções primeiramente para a geração de empregos para a comunidade. Num segundo momento para atendimento a saúde, no caso um hospital que servirá para atender as necessidades médicas da população, mas principalmente para a identificação do indivíduo com o seu local de nascimento. E num terceiro momento, sistematize obras que possam oferecer oportunidades de lazer para a população, como exemplo uma casa da cultura, onde as raízes históricas da população possam ser apresentadas, como também para que a própria população exerça seus dons artísticos.

Enfatizamos ainda que, Guaporema mesmo sendo um município periférico, possui algumas perspectivas, entre elas a da Economia Solidária, que servirá para resgatar a identidade local e em consequência a auto-estima da população, bem como para favorecer os cuidados com o meio ambiente. Sendo a economia solidária uma ferramenta de desenvolvimento social, poderá ser a moldura para a pintura de um novo quadro nos pequenos municípios, como no caso o de Guaporema.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1939/1940–1950–1960–1970–1980–1987/1988–1991. Rio de Janeiro.

CAMARGO, João Borba de Camargo. *Geografia – Física, Humana e Econômica do Paraná.* Maringá, 2001.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios.* Editora Memória Brasileira, Maringá – Pr, 1996.

FERREIRA, M.E.T. (1991). *Aspectos Agrônomicos da Queimada da Cana-de-açúcar.* Palestra ministrada aos 22 de outubro de 1991. Reunião do Centro de Estudos Regionais. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. SP.

KOHLHEPP, Gerd. *Mudanças Estruturais na Agropecuária e Mobilidade da População Rural no Norte do Paraná (Brasil).* 1990.

ROCHA, Marcio Mendes. *A espacialidade das mobilidades humanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense*. Tese de Doutorado USP. São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo. Edusp, 2004.

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Wanessa Gorri de Oliveira, TCC, Pedagogia, FECILCAM,
nessag12@hotmail.com

Esp. Sandra Garcia Neves, orientadora, Pedagogia, FECILCAM,
sandragarcianeves@bol.com.br

Resumo: Na contemporaneidade a educação cada vez mais tem sido tratada em seus diversos aspectos. Neste contexto, a educação não-formal é uma proposta que amplia as possibilidades de construção do cidadão além das instituições formais. Deste modo, pretende-se caracterizar a atuação do pedagogo nesta área enquanto profissional comprometido com a construção do sujeito. Assim, este artigo trata do estágio desenvolvido na educação não-formal onde foi abordada a temática cidadania.

Palavras-chave: educação não-formal; construção do cidadão; atuação do pedagogo.

A educação não-formal é uma proposta de grande importância na atualidade como meio de trabalhar com questões sociais emergentes e necessárias para as comunidades. Muitas vezes essas questões passam despercebidas pela educação formal que prioriza a transmissão/assimilação dos conhecimentos, historicamente construídos pela humanidade. No âmbito social há necessidade de se refletir sobre as possibilidades de construção de conteúdos relativos à vida do sujeito histórico, pois se considera que a luta pela humanização do homem deve ser conquistada constantemente. Não basta simplesmente priorizar a absorção de conceitos que estejam desconexos da realidade; o que precisa ser enfatizado são as questões referentes à inserção do sujeito na sociedade de maneira plena e consciente.

O tema desta pesquisa foi abordado conforme a concepção do materialismo histórico-dialético com método de procedimento da pesquisa-ação, conforme propõe Thiollent (2000). Este procedimento pode ser compreendido como forma de organizar uma pesquisa de base social que permite a participação dos sujeitos da realidade observada.

A educação não-formal é considerada como campo bastante novo de atuação pedagógica. Ela se caracteriza como uma modalidade nova dentro da educação, por isso considera-se que esteja em processo de desenvolvimento. Gohn (2001) afirma que a educação não-formal começou a influenciar e adquirir importância no Brasil após a década de 80. Neste período, consideravam-na como uma continuação da educação formal.

Na década de 90, devido à globalização, a educação não-formal assume uma importância considerável, pois colabora para a estruturação de conhecimentos que abrangem um contexto mais amplo que ultrapassa os limites da escola e evidencia a capacidade de criar novas possibilidades educacionais e existenciais. Nesta perspectiva, o sujeito precisa compreender que os conhecimentos necessários para a nova era são: a capacidade de comunicar-se; gerir a sua vida e os fatos que cercam sua existência, ou seja, aprender novos conhecimentos que o instrua a viver e participar da construção de sua história subjetiva e social.

Simson, Park e Fernandes (2001), chamam a atenção sobre a importância da educação não-formal na formação dos educadores, visto que esta nem sempre é exigida. Consideram que a formação dos educadores não deve se limitar apenas às práticas específicas, ao contrário, necessita ser ampla e considerar o contexto social dos sujeitos inseridos na prática educativa.

Segundo Gohn (2001) e Simson, Park e Fernandes (2001), a prática da educação não-formal pode ocorrer nas instituições e nas associações que tenham a finalidade de transmitir conhecimentos educacionais. Esse novo paradigma permite abordar os conteúdos ligados à vida social de um determinado grupo e/ou comunidade, de modo diferenciado e não obrigatório, enfatizado a importância da coletividade, que se mescla, às vezes, com sujeitos de diversas idades. O educador torna-se um verdadeiro organizador dos diálogos que ocorre entre o grupo, possibilitando a troca de experiências, a cooperação e a afetividade. A visão de mundo construída pelos participantes do grupo aviva a oportunidade de intervir na realidade concreta, para juntos transformá-la mediante a reflexão da realidade existente. Por isso a temática cidadania é uma possibilidade de trabalho na educação não-formal. Sabe-se que são aferidos à ela vários conceitos, devido às mudanças culturais que ocorre no decorrer dos tempos. Assim, acredita-se que, conforme Severino (1994, p.98),

Quando falamos de cidadania estamos nos referindo a uma qualificação da condição de existência dos homens. Trata-se de uma qualidade de nosso modo de existir histórico. O homem só é plenamente cidadão se compartilha

efetivamente dos bens que constituem os resultados de sua tríplice prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência. Ele é cidadão se pode efetivamente usufruir de bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social.

Deste modo, tratando da cidadania, pode-se desenvolver atividades educativas voltadas para a aprendizagem das noções básicas sobre os direitos e deveres de um sujeito, que por sua vez, pode usufruir do bem-estar físico, educacional e social, desde que aprenda a reivindicar seus direitos e atentar para seus deveres, colaborando assim com a vivência crítica e participativa da vida em sociedade.

Conscientizar-se da importância de compreender o universo que rodeia os sujeitos envolvidos em uma prática educativa é de grande relevância para o alicerce de uma ação educativa que colabore com a estruturação sujeitos históricos, que influenciam e são influenciados pelo o mundo a sua volta. Essa educação implica muito mais do que a decodificação de palavras, ela implica a decodificação de “falas” expressas por gestos e atitudes, às vezes, silenciadas.

Com base nestas afirmações, pode-se dizer que a experiência do trabalho pedagógico na educação não-formal com a temática cidadania, contribuiu para que os sujeitos desse processo, entendessem que sua compreensão de mundo e ações podem melhorar ou piorar a vida em sociedade. No desenvolvimento deste projeto, uma das atividades relevantes foi a dinâmica intitulada: “Minha comunidade hoje/ minha comunidade amanhã”, proposta por Serrão e Balleiro (1999). Esta foi aplicada após a explicação de diversos fatores que influenciam o exercício da cidadania. Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois todos os membros do grupo demonstraram haver compreendido que quando as pessoas não participam do processo de reivindicação dos direitos sociais, mais difícil será que estes se concretizem. As soluções propostas pelo grupo foram: possibilidade de novos empregos; educação de qualidade; a existência de um número maior de postos de saúde; locais adequados para praticar esporte; comprometimento dos governantes com a administração da cidade; com moradia adequada e alimentação saudável.

O grupo propôs para o alcance de tais objetivos, o estabelecimento do diálogo como meio de esclarecer e integrar a comunidade, sejam os professores, os governantes, os moradores do

bairro, entre outros. Com o diálogo, salienta-se a importância de atentar para o direito dos sujeitos contribuindo com a organização e reorganização questões e fatos que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Conclui-se que o trabalho coletivo traz resultados benéficos, devido a troca de experiências que ele oferece. Salienta-se com isto cabe ao pedagogo dialogar com os excluídos e marginalizados da sociedade, para que juntos, realizem uma atividade educativa que viabilize condições para que a conscientização do homem de sua situação concreta e do ambiente sócio-econômico, político e cultural onde está inserido ocorra o quanto antes. Acredita-se que somente assim se encontrara alternativas válidas e corajosas de vencer a exclusão social e a desigualdade. Neste quadro é que a educação não-formal pode ser encarada como mais um campo para a atuação do pedagogo comprometido com a humanização dos homens.

Referências

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SERRÃO, Margarida; BOLEEIRO, Maria C.. **Aprendendo a ser e a conviver.** 2 ed. São Paulo: FTD, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania.** São Paulo: FTD, 1994.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs). **Educação não-formal: cenários da criação.** Campinas: Unicamp, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 9 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2000.

A ESCRITA DA HISTÓRIA E O LUGAR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Dr.^a Zueleide Casagrande de Paula, Grupo de Pesquisa Epistemologias e Metodologias da História, História, UEL, zucapaula@uol.com.br

Resumo: A escrita da História acerca do Patrimônio Histórico Cultural apresenta hoje um amplo debate que questiona a interface acerca da construção da identidade nacional. Tal debate levantou reflexões significativas a respeito da politização do tema e da historiografia produzida a respeito. As proposições teórico-metodológicas de Michel de

Certeau (2000) e de Michel Foucault (1979) nos oferecem suporte para a escrita da história. A pesquisa aponta para a importância da difusão e do debate acerca do tema e da propagação dos conceitos de multiculturalidade e pluralidade nacional que se tornaram intrínsecos.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico Cultural; Pluralidade; Multiculturalidade

A presente comunicação visa por em discussão a escrita da história acerca dos conceitos de Patrimônio Histórico Cultural, na contribuição ao debate a respeito do mesmo e de sua relação enquanto instrumento de veiculação da identidade nacional. Essa proposta se origina nos apontamentos suscitados pelos estudos, ora em prática, do trabalho do grupo de pesquisa “Epistemologias e Metodologias da História” na linha de pesquisa “Teorias da História, Identidades e Etnicidades”. Nossas questões tratam do discurso promovido pelo Estado-Nação brasileiro acerca do Patrimônio Histórico Cultural que, a partir das décadas 1960 e 1970, passa por questionamentos por parte de vários segmentos sociais e acadêmicos e que começam a sugerir discussões, mas seu vir-a-ser terá ênfase na última década do século XX. O multiculturalismo que caracteriza o país promove o debate acerca do conceito de Patrimônio Histórico Cultural e à si próprio. O uso destes conceitos frente à idéia de identidade nacional remete a contradições, digressões, limites e possibilidades na operatividade histórica. Entendemos que a politização só passa a ocorrer em razão de os debates também ocuparem lugares de significação no âmbito nacional, assim como, o discurso da identidade nacional o fez.

Portanto, o debate acerca dessa arqueologia ou do fabrico da história, se faz necessário, isso em vista da relevância que tomou o Patrimônio Histórico Cultural, inclusive, para o mercado do turismo. Para nortear esse debate, o aporte teórico proposto consiste em “A escrita da história” de Michel de Certeau, cujo escopo destaca que a historiografia para ser produzida dentro de uma operatividade historiográfica deve conseguir configurar a junção do ‘real e do discurso’. Cabe ao historiador a tarefa de articular o liame entre real e discurso, lugar onde esses não são pensados e, expressar a juntura entre eles. Nada disso é inédito, de acordo com De Certeau, porém, é por meio da arqueologia da escrita que a historiografia deixa de ser representação e passa a adquirir aspectos de fabricação. Dessa forma, para De Certeau, a “operatividade historiográfica desemboca, por um lado, num problema político (os procedimentos próprios ao ‘fazer história’) e, por outro lado, na questão do sujeito (do corpo e da palavra enunciativa), questão reprimida ao nível da ficção ou do silêncio pela lei de uma escrita ‘científica’” (CERTEAU, 2000, p. 11). Nessa perspectiva de análise, nos propomos a discutir dois aspectos: o

primeiro, aquele que considera exclusivamente como bens patrimoniais nacionais, o universo da permanência da noção originária do ideário modernista nos anos trinta do século XX e; o segundo: aquele que avança em direção ao Multiculturalismo até o século XXI.

Assim, referente ao primeiro ponto, podemos identificar, cristalizado, o eco das práticas oficiais, profundamente criticadas na obra “Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História” de Márcia Kersten. A autora chama a atenção para a escrita da história no Brasil e, ainda, para a percepção acanhada e restritiva dessa escrita, acerca da Cultura e da forma como foi veiculada. Essa veiculação tem em sua base uma ideologia que buscou perpetuá-la com vistas a um conceito colonialista, com conotação de reforço à identidade nacional e enfaticamente como eco colonial de submissão e de subordinação ao poder e ao capital internacional. Aborda também como a sociedade encontrou formas de driblar e de lutar para transpor essa “fronteira” para uma outra prática, cujo horizonte visava a coletividade, a multiculturalidade que vieram a caracterizar o país e a escrita da história em finais dos anos 1980 em diante. Esse debate também aparece na obra de Françoise Choay intitulada “A alegoria do Patrimônio” que trata do Patrimônio na França e da repercussão que esse debate alcançou nos países da Europa e da América. Versa a respeito da visão de inerência do patrimônio às sociedades humanas e como esta visão trouxe a possibilidade de articular o Patrimônio Cultural como escopo de conhecimento. Portanto, Patrimônio Histórico Cultural, enquanto campo de conhecimento que está em construção busca corporificar-se no cruzamento de inúmeros saberes acadêmicos constituídos, resultando na conquista de espaço para o fazer histórico. Apresenta-se nesse contexto a contribuição do historiador no âmbito da operatividade historiográfica das multiculturas e da significação que essa perspectiva tem de entender e propor a escrita da história no domínio das coletividades e de suas localidades. Esse fazer histórico requerer um outro entendimento para a identidade nacional. Esse é o resultado de nossa pesquisa até o momento, visto que para De Certeau, “o gesto que liga as ‘idéias’ aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador”. Assim, o debate em torno do “lugar” do conceito de Patrimônio Histórico Cultural no campo historiográfico e sua construção ou o fabrico desse conceito durante as últimas décadas do século XX e a primeira do XXI, são o resultado.

Referências

- CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal: 1979

KERSTEN, M. S. de A. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*. Curitiba: UFPr, Imprensa Oficial, 2000.

A PRÁTICA SOCIAL DE PROFESSORES ALFABETIZADORES ARTICULADA AO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES- ALFABETIZADORES DAS SÉRIES INICIAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CAMPO MOURÃO

Cibele Introvini, TIDE, Pedagogia, FECILCAM, cibeleitrovini@hotmail.com

Resumo: A Prática Social de Professores Alfabetizadores consiste numa pesquisa, em andamento, com os docentes das séries iniciais do ensino fundamental, de uma escola pública municipal de Campo Mourão. Resulta do trabalho de Formação Continuada de Educadores, iniciado no ano de 2006, com os professores de turmas de 1ª séries das escolas municipais dessa cidade, no qual foi observada a diversidade na formação dos mesmos e que nos levou, agora em 2007, à necessidade de aprofundar os estudos sobre a prática pedagógica, com o objetivo de auxiliá-los a refletir sobre encaminhamentos pedagógicos a partir da prática social.

Palavras-chave: Alfabetização; Formação Continuada; Prática Pedagógica.

No ano de 2006 o Departamento de Pedagogia da FECILCAM deu início, junto à Secretaria Municipal de Educação de Campo Mourão, a um projeto de Educação Continuada que envolveu os professores das séries iniciais do ensino fundamental, bem como pedagogos e diretores. Tal projeto consiste em cursos e acompanhamento das atividades pedagógicas. Os temas e áreas do conhecimento foram sugeridos pelos professores da rede municipal e encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação aos professores da FECILCAM envolvidos no projeto. Entre outros, foi sugerido pelos professores de 1ª série um curso na área da Alfabetização que os auxiliasse na elaboração de novos encaminhamentos pedagógicos por meio de *oficinas* para construção de brinquedos e jogos para alfabetizar. Elaboramos uma proposta de curso que considerou a necessidade de buscar, nas teorias, as bases que fundamentariam as práticas. Portanto, seria realizado através de encontros bimestrais, antecedidos por leituras prévias de bibliografia recomendada, nos quais se discutiria e refletiria sobre os problemas encontrados em sala a fim de que cada um pudesse pensar encaminhamentos adequados ao seu grupo de trabalho.

No primeiro encontro ouvimos relatos dos professores sobre sua formação acadêmica, como se constituía o grupo de alunos, as

dificuldades encontradas, atividades desenvolvidas em sala, material utilizado para preparar as aulas. Percebemos nos relatos que eles manifestavam a necessidade de realizar novas tentativas que dessem conta de alfabetizar os seus muitos alunos que não conseguiam compreender a linguagem escrita.

No final do curso, ainda em 2006, deparamos-nos com o argumento dos professores de que as teorias estudadas distanciavam-se da realidade, da prática. Assim, propusemos para a Secretaria Municipal de Educação um projeto de pesquisa a ser desenvolvido numa escola municipal, no ano de 2007, em que trabalharíamos com as professoras de 1ª série do ensino fundamental, com o objetivo de auxiliá-las a refletir sobre os problemas e buscar soluções à luz das teorias de Saviani (1986 e 1991), Gasparin (2002), Cagliari (2000), entre outros, utilizando a metodologia da pesquisa-ação.

No início deste ano voltamos a conversar com a responsável pelo Ensino Fundamental na Secretaria de Educação a fim de definirmos e conhecermos a escola em questão, que se situa num bairro periférico em Campo Mourão, onde se localizava o antigo depósito de lixo da cidade. De início propusemos acompanhar as professoras de primeira série durante este ano letivo, levantar os problemas reais para podermos buscar nas teorias apontamentos que nos levem a reelaborar a prática pedagógica, se necessário, na tentativa de encontrarmos *soluções* para tais dificuldades e melhorarmos o que já é realizado com bons resultados.

Para desenvolvermos a pesquisa em questão, partimos do pressuposto de que as transformações da prática pedagógica não ocorrem somente por meio de pesquisas bibliográficas, mas também por meio de reflexões do cotidiano do professor, realizadas por ele e pelo grupo de professores de uma dada escola. Através dessa reflexão do cotidiano, do levantamento dos seus problemas, buscando na ciência fundamentos que possam explicar a problemática posta, é que o professor compreenderá que não existe dicotomia entre teoria e prática, e que, ainda que não lhe seja compreensível a teoria que fundamenta sua prática, nenhuma prática pedagógica prescinde de uma teoria. Mas que é exatamente a clareza teórica que lhe permitirá saber o porquê agir de um modo e não de outro. Optamos por desenvolver esta investigação utilizando o método da pesquisa-ação que pressupõe a participação efetiva do grupo de professores de 1ª série da escola em questão, no levantamento do problema e na busca de soluções. Processos esses que provocarão uma transformação da prática pedagógica. Segundo Thiollent (2005, p.17):

Para que não haja ambigüidade, uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no

problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

A proposta metodológica para o desenvolvimento da pesquisa consta de levantamento bibliográfico sobre a Formação de Educadores Alfabetizadores tendo por base os pressupostos teóricos da Pedagogia Histórica Crítica, seminários bimestrais e pesquisa empírica desenvolvida com grupo de professores. Para a coleta de dados da pesquisa empírica serão utilizados os seguintes instrumentos:

- Levantamento dos problemas encontrados pelos professores em sala de aula, das hipóteses formuladas por eles sobre estes problemas e dos possíveis encaminhamentos utilizados para solucioná-los.
- Questionário para o levantamento de concepções políticas, formação acadêmica;
- Descrição da prática pedagógica dos educadores nas salas de aula;
- Tabulação e análise dos dados;
- Avaliação pelos educadores das Práticas desenvolvidas durante o primeiro ano da pesquisa;
- Avaliação pela pesquisadora das transformações ocorridas na metodologia de alfabetização dos professores neste primeiro ano de desenvolvimento do projeto;

Por se tratar de uma Escola Integral a maioria das crianças de primeira série que estuda de manhã permanece na escola no período da tarde, sendo que os professores necessitam desenvolver atividades diferenciadas em relação àquelas que são desenvolvidas no período da manhã.

As crianças que freqüentam aquela escola são, em sua maioria, oriundas do próprio bairro, o qual localiza-se na região sul de Campo Mourão, afastado da cidade, formado por famílias de baixa renda. Um dos problemas enfrentados pelas professoras é a interrupção da freqüência de algumas crianças porque às vezes seus pais mudam de endereço ou simplesmente deixam de enviar os filhos para a escola, em algumas situações, por um mês.

As professoras participantes da pesquisa têm sua formação escolar em nível superior, uma licenciada em Letras e outra em Geografia e concordam que uma de suas maiores dificuldades se constitui no desinteresse das crianças em escrever, demonstrado quando se negam a escrever ou quando *esquecem* como se faz para escrever uma palavra já conhecida.

Nosso ponto de partida foi discutir o objeto da escola que não está na transmissão mecânica de conteúdos, mas nos alunos que se apropriam

do conhecimento, que desenvolvem a capacidade de tomar decisões, de intervir na sociedade, de transformá-la. Uma escola comprometida com as classes populares reconhece-se não neutra e preocupa-se com a seleção dos conteúdos, a forma de encaminhamento dos mesmos (prática pedagógica), a avaliação, o acesso e a permanência dos alunos na escola, a formação do professor. A Pedagogia Histórico-Crítica vem ao encontro desse compromisso da escola com as classes populares, propondo uma reflexão sobre a prática pedagógica que passa pela consciência que o professor possui da sua concepção de Educação, Homem, projeto de sociedade e escola que se pretende.

Os encontros para estudo continuaram com a discussão sobre a linguagem, aprendizagem e concepções sobre o desenvolvimento da escrita na criança. Sugerimos que as professoras analisassem as produções escritas dos estudantes à luz das teorias estudadas, para compreenderem o conhecimento que os mesmos tinham sobre a linguagem escrita. Num outro momento planejaram suas aulas de acordo com os apontamentos levantados nessa análise.

Este projeto ainda está em andamento, e pela nossa opção metodológica, ainda não será possível falarmos de resultados, pois se trata de um trabalho em que se está constantemente pensando e repensando, produzindo a prática pedagógica dialeticamente. No entanto já observamos no planejamento das professoras uma preocupação em problematizar os conteúdos escolares e em trabalhar com atividades escritas que não privilegiem a mera reprodução dos conteúdos.

Referências

- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o BA BE BI BO BU**. São Paulo: Scipione, 2000.
- GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1986. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- _____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR E DA LINGUAGEM NA CRIANÇA.

Polyanny Rosa Borges Vitol, TCC, Pedagogia, FECILCAM,
poly.vitol@grupointegrado.br

Me. Maria José Pereira, orientadora, Pedagogia, FECILCAM, maze-2@bol.com.br

Resumo: O presente texto mostra a prática realizada na Educação Infantil com crianças de 0 a 2. Sabe-se que a criança em seus primeiros anos de vida é dependente do adulto em todas as suas necessidades (alimentação, higiene) e como suas funções psíquicas estão em processo de construção, há uma necessidade indispensável de receber estímulos externos. Portanto, o presente trabalho teve como objetivo proporcionar atividades de estimulação do desenvolvimento psicomotor e linguagem das crianças. A prática teve como fundamento teórico Luria (1991), Leontiev (2004), Vigotski (1998) e Wallon (1975).

Palavras Chaves: Criança. Desenvolvimento Psicomotor. Linguagem.

Introdução

O trabalho tem por finalidade apresentar relato da prática pedagógica realizada em uma Instituição de Educação Infantil da rede particular, com crianças de 0 a 2 anos de idade, especificamente, com o berçário I. A problemática que ensejou o presente projeto foi à tomada de conhecimento de que as crianças nos primeiros anos de vida são dependentes, desde a higiene pessoal, comer, entre outros, necessitam da ajuda de um adulto. Nesses primeiros anos a criança passa por um processo acelerado de desenvolvimento e interação psicossocial. Diante disso, indagamos: qual a importância da estimulação no desenvolvimento psicomotor e no desenvolvimento da linguagem? De que maneira proporcionar uma relação de cuidar e educar no período em que a criança está na Instituição, longe de seus pais? Como a contação de história e as brincadeiras podem ajudar na estimulação.

Portanto, objetivou-se com este, proporcionar atividades de estimulação dos bebês no momento do banho, troca, sono, mamadeira, alimentação. Considerando que durante as rotinas envolveu-se o cuidar e o educar de forma inseparável. Proporcionou-se, ainda, momentos de desenvolvimento por meio de massagens. Cantou-se para a criança, principalmente na hora de dormir. Entre outras, atividades realizadas que serão relatadas no interior do texto.

Apresentação dos dados e fundamentações teóricas

O trabalho justificou-se pelos fundamentos teóricos de pesquisadores como Vigotski (1998) Leontiev (2004) Luria (1991); Wallon (1975). A partir desse estudo entendeu-se a importância de criar um ambiente físico e social que proporcione estímulos à criança em seus primeiros anos de vida.

Mesmo sendo crianças pertencentes a classes sócias semelhantes, participando dos mesmos grupos sócios e culturais, se desenvolvem na maioria das vezes em um ritmo próprio. Considerou-se as

mesmas, em todos os aspectos, o meio em que ela está inserida, partindo do pressuposto que a evolução depende tanto da maturação como da aprendizagem.

Assim, de maneira que as estimulações não se tornassem mecânicas e repetitivas, pretendeu-se com este trabalho desenvolver uma prática que atendesse a necessidades das crianças de forma contextualizada e com significado para as mesmas. Para tanto escolheu-se como estratégia de ação, as brincadeiras, a contação de história, interação na hora do banho, da alimentação e do sono.

O presente trabalho teve como metodologia a pesquisa-ação na qual visou realizar uma prática fundamentada teoricamente, para que pudesse a partir desta prática realizar uma reflexão e desta a uma nova ação. Embora a escola analisada apresente uma estrutura física e humana bem organizada, realizando suas práticas fundamentadas em uma linha que tem como premissa a interação do adulto com a criança e das crianças com seus companheiros, pretendeu-se com este trabalho contribuir com uma prática que proporcionasse o desenvolvimento das crianças nos aspectos psicomotor e da linguagem.

É de fundamental importância para desenvolvimento das crianças principalmente de zero a três anos a exploração, o controle e as conquistas dos movimentos corporais. Deste modo às instituições devem priorizar o contato do adulto na interação com o bebê de forma que possa estar estimulando os continuamente. Na instituição o educador é o principal meio dessa interação/estimulação para propiciar espaços e ações que colabore no desenvolvimento global da criança.

Diante disso, viu-se a necessidade de buscar alguns fundamentos teóricos sobre o desenvolvimento neurológico, pois de fato é preciso compreender que as atividades motoras concorrem para o desenvolvimento do cérebro e são indispensáveis para o desenvolvimento do sistema nervoso.

Um dos grandes expoentes dos estudos neurológicos e que muito tem contribuído para os avanços das ciências nessa área foi o soviético Lúria (1991). A análise da atividade psicológica humana que está por detrás da ação propriamente dita, a estrutura interna da atividade mental, a organização dos diferentes componentes que contribuem para a estrutura final da atividade mental, que se reflete na motricidade e na linguagem humana são os principais objetivos dos estudos de Lúria. Em seus estudos, considerou alguns princípios da organização funcional do cérebro, pois segundo ele (p.94) "... o cérebro humano, que assegura o recebimento e a elaboração da informação e a criação de programas de suas próprias ações bem como o controle da execução deste, trabalha sempre em um todo único".

Isso significa que a organização neurológica da motricidade e da linguagem muda com a aprendizagem, isto é, de acordo com as estimulações que lhe são atribuídas. Tanto Luria como Vigotski defendem a tese de que as formas superiores da atividade mental têm a sua gênese nas relações sócio-históricas e culturais da humanidade.

Entendendo que as funções mentais superiores se desenvolvem nas interações sociais propôs-se desenvolver uma prática que possibilitasse a percepção de espaço pela criança, pois segundo Luria (1991) a percepção espacial não se dá de maneira externa ao sujeito, mas sim pelo processo dos órgãos e modalidades internas, a qual precisa ser trabalhada para que a criança desenvolva a maturação dessa percepção de forma que possa se situar no espaço e tempo. Desse modo, foram realizadas atividades orientadas (verbalizando o que a criança deveria realizar) movimentar o corpo, passar por dentro, por fora; embaixo, em cima, frente, trás e assim pó diante. Estas contribuem para o desenvolvimento psicomotor, isto é, ao mesmo tempo a motricidade e a mente da criança. Funções estas, fundamentais no processo de aprendizagem.

Para isso utilizou-se bambolês, caixas de papelão e outros matérias feitos com sucata, como jogo de encaixe, utilizando diferentes tamanhos de lata. Também com o objetivo de desenvolver as noções espaciais foi utilizado um “carrinho de supermercado”, colocou-se as crianças dentro e levou-as para conhecerem toda a estrutura física da instituição. A atividade proporcionou a compreensão de dentro e fora, perceber o espaço ao seu redor, (fora da sala de berçário), atenção (observar todo o ambiente e pessoas diferentes dentro da instituição), equilíbrio (pois com os movimentos do carrinho necessita segurar firme, nas laterais do mesmo), entre outras como principalmente a segurança e a alegria que as crianças demonstravam.

O desenvolvimento psicomotor pode ser considerado como um processo de mudanças de comportamento tanto motor como do pensamento, esse envolve a maturação do sistema nervoso que pode ser caracterizado principalmente por Luria quando demonstra a organização funcional do cérebro, também pela interação da criança com o seu meio e os estímulos mediados pelos instrumentos produzidos culturalmente e a intervenção dos adultos.

Considerações Finais

Assim, pode-se aqui mencionar um dos maiores resultados, um bebê de seis meses, no início do trabalho começou a freqüentar o berçário, não conseguia firmar a cabeça muita menos sentar. Com apenas duas semanas de estimulação ele já estava ficando sentado com apoio e

até ao término da intervenção estava sentando sem apoio e se movimentando para alcançar os abjetos a sua volta.

Dentre esta e outros resultados alcançados como bebês que andaram com dez meses. Pode-se considerar a grande contribuição da estimulação para o desenvolvimento da criança, pois por mais que necessite da maturação do sistema nervoso, também necessita de estímulos para que auxilie nessa maturação.

Crianças que não falavam desenvolveram a fala dentro do tempo esperado. Como mostram as pesquisas de Vigotski (1998) e Luria (1991) à linguagem representa um papel decisivo na formação dos processos mentais, modifica substancialmente a capacidade de atenção e memória e contribui no processo de abstração.

Portanto, considera-se a partir desta pesquisa e intervenção a importância de um educador com uma sólida formação teórica e prática que possa organizar as ações e os espaços das instituições educativas de forma a contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

Referências

BONAMIGO, Euza M. R., CRISTOVÃO, Vera M. da R., KAEFER, Heloisa e LEVY, Berenice W. **Como ajudar a criança em seu desenvolvimento:** sugestão de atividade para a faixa de 0 a 5 anos. Porto Alegre: universidade, UFRGS, 1992

LEVY, Janine. **O despertar do bebê: práticas de educação psicomotora.** 9 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LURIA, A.R. **Curso de Psicologia geral.** Civilização Brasileira, 2 ed. Rio de Janeiro, 1991, Volume I, II e IV.

LURIA, A. R. e YUDOVICH, F. I. **Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem.** 2 ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Criança.** Estampa, 1980.

A RELAÇÃO DE TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO NA RUA MAMBORÊ EM CAMPO MOURÃO – PR

Viviane A. da Silva, GP, Geografia, FECILCAM, vivibyback@hotmail.com
Me. Frank Antonio Mezzomo, orientador, Ciências Sociais, FECILCAM, frankmezzomo@pop.com.br

Resumo: A Rua Mamborê localizada no centro da cidade de Campo Mourão apresenta um fluxo de pessoas elevado devido a instalação do Consórcio Intermunicipal de Saúde desde 1992. Este consórcio vem

atendendo a população local e a população dos 25 municípios que fazem parte da Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão. Esse fluxo acarretou transformações no trânsito e promoveu o surgimento de inúmeras características diferenciadas para o local mencionado.

Palavras-chave: Território; população; planejamento.

Dentro da ciência geográfica a problemática de lugar e território é de constante discussão, visto que estes conceitos muitas vezes estão ligados à idéia de domínio, tanto nas ciências naturais como nas ciências humanas. Para contribuir com essa discussão a ciência geográfica apresenta algumas noções sobre esse conceito, afinal ele se constitui um dos pilares da geografia.

Os naturalistas vêem o território como *“imperativo funcionalista como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”* (RIBAS et al., 1998, p. 17). Assim como território, lugar também é visto com diferenciação conceitual representado diferentemente por três perspectivas, a saber, da Geografia humanística, histórico-dialética e do pensamento pós-moderno. Segundo Cavalcanti, *“na Geografia humanística, lugar é espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado”* (CAVALCANTI, 1998, p. 89).

O trabalho apresentado tem como objetivo identificar as relações entre lugar, território e planejamento urbano, que tem como finalidade principal organizar o uso e ocupação deste espaço. Nos grandes centros urbanos é possível a identificação da formação de diversos territórios, porém essa formação de territórios não é exclusiva dos grandes centros, através de observações foi possível identificar a formação de um território com temporalidade definida formado por um grupo de pessoas que ocupam a Rua Mamborê localizada no centro da Cidade de Campo Mourão Pr. Neste lugar foi instalado no ano de 1992 o CIS-COMCAM (Consórcio Intermunicipal de Saúde) que presta serviços de atendimento médico para a população local e a população de 25 (vinte e cinco) municípios vizinhos que mantêm o convênio. O grande fluxo de pessoas fez com que a rua apresente características diferenciadas das demais ruas proporcionando uma dinâmica que envolve tanto pacientes como moradores desta rua e das proximidades.

A pesquisa tem como área de estudo a Rua Mamborê, localizada no centro da cidade de Campo Mourão - PR. Para realização desta pesquisa serão seguidas algumas etapas, como: realização de leituras e fichamentos de bibliografia específicas conseguidas junto a bibliotecas locais e disponíveis *on-line* (Portal Capes); investigações históricas em documentos pertinentes obtidos junto a órgãos públicos como biblioteca, prefeitura, entre outros, e elaborações e aplicações de questionários com

os moradores, pacientes, comerciantes fixos e ambulantes da rua em estudo. Após estas etapas, serão organizados os dados por meio de tabelas, gráficos, registro fotográfico e análise descritiva do material empírico a partir do referencial teórico estudado.

Embora a pesquisa esteja em sua fase inicial, já foi possível a coleta de alguns dados através de entrevista com a secretária administrativa do CIS-COMCAM, Sonia Assis dos Santos Andrade. Segundo a secretária, o número de pessoas atendidas através deste consórcio chega a 700 (setecentas) pessoas por dia, sendo 90% oriundas dos municípios vizinhos. O consórcio conta com 51 médicos, 39 funcionários efetivos e 11 estagiários que atuam na área técnica e administrativa.

Em função desta medida e com investimentos no local, com o passar dos anos, a Rua Mamborê sofreu algumas alterações de infraestrutura devido ao grande fluxo de pessoas. Com isso, aumentou a quantidade de estabelecimentos comerciais, principalmente voltados à alimentação, os quais viram neste fluxo de pessoas uma oportunidade de renda. Isto fez com que alguns moradores alugassem parte de suas casas para a instalação de lanchonetes ou abrissem seus próprios estabelecimentos.

Estes aumentos de pessoas e infra-estrutura refletiram algumas situações que sugerem uma análise específica, pois evidencia a questão do planejamento, tanto falhas como o funcionamento deste. Entre estas situações destacam-se: implicações no trânsito, que tem provocado acidentes; aumento visível de lixo, inclusive espalhados pelo chão implicando em uma aparência desagradável para a rua, trânsito de ambulantes; falta de bancos, sanitários e outros. Estas evidências permitem levantar algumas questões, que estão sendo avaliadas, em torno da questão do planejamento da rua, ou seja, de como ela é vista e compreendida pelas partes envolvidas (pacientes moradores e órgãos públicos).

Por outro lado, algumas constatações de melhorias foram verificadas, como as reformas feitas recentemente (fevereiro/2007) no prédio e alterações no tráfego da rua Mamborê que deixou de ser via dupla. Esta última mudança ocorreu devido a solicitações de pacientes e motoristas das ambulâncias e ônibus.

Os dados coletados até o momento impulsionam a busca pela discussão a cerca do planejamento e sua relação com a temática de território móvel, fortalecendo deste modo os objetivos da pesquisa que é a identificação e compreensão deste espaço.

Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

RIBAS, Domingues Alexandre; SPÓSITO, Savério Eliseu; SAQUET, Aurélio Marcos. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

DIAGNÓSTICO DA COLETA SELETIVA E DESTINO DE ALGUNS MATERIAIS REICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

Me. Oséias Cardoso, PG, Geografia, FECILCAM,
oseiascardoso@hotmail.com

Me. Fabio Rodrigues da Costa, Geografia, FECILCAM

Resumo: O presente trabalho apresenta um diagnóstico da situação atual do processo de coleta dos materiais recicláveis inorgânicos no município de Campo Mourão/PR, buscando estudar as quatro formas ou modalidades da coleta seletiva e o destino desses materiais, bem como a sua influência na questão volumétrica na área de disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município. Serão apresentados alguns dados de fundamental importância sobre os materiais, as características físicas dos mesmos na massa dos resíduos gerados diariamente no município.

Palavras-chave: Coleta seletiva; Resíduos Sólidos Urbanos; Materiais recicláveis .

O município de Campo Mourão, localizado no centro oeste do Estado do Paraná, abrange uma superfície de aproximadamente 780Km² com altitude média de 630m e posiciona-se na região Centro-Oeste (24^o 02'38" S e 52^o22'40"W) no estado do Paraná (IPARDES, 1996). Possui um distrito, denominado de Piquirivaí localizado à sudoeste da área e tem como limites territoriais os seguintes municípios: ao norte Peabiru, a nordeste Quinta do Sol, a leste Barbosa Ferraz, ao sul Luiziana, a oeste Farol e a noroeste Araruna.

O trabalho em questão busca atender a grandes necessidades locais no manejo dos resíduos sólidos urbanos, principalmente em virtude dos problemas ambientais que a parte inorgânica dos mesmos traz no tocante ao tempo de decomposição, e ao volume, sendo que entre as questões que mais preocupam estão os problemas da preservação dos recursos naturais. Neste sentido, o presente estudo torna-se pertinente à medida que propõe caminhos que devem ser trilhados para que seja possível aprimorar o mecanismo existente aproximando-se da tão almejada sustentabilidade, proporcionada em parte pelos processos e

mecanismos de gestão ambiental, como é o caso da coleta seletiva e reciclagem, que são atividades complementares entre si.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da NBR 10.004(2004), define resíduos sólidos como:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

Em Campo Mourão são gerados em média 50 toneladas de resíduos sólidos urbanos diariamente, que são coletados pela prefeitura e encaminhados para o aterro sanitário, aproximadamente 70% do volume desses resíduos se constituem em materiais recicláveis. Com isso fica clara a importância dos programas de coleta seletiva no processo de gestão dos resíduos sólidos.

Segundo Veloso e Mesquita Junior (2001) a coleta seletiva consiste na separação, na própria fonte geradora, dos componentes que podem ser recuperados, mediante um acondicionamento distinto para cada material ou grupo de componentes, lixo seco, reciclável ou inorgânico, e o outro grupo conhecido como lixo orgânico, úmido ou não reciclável, que fica para ser recolhido pela coleta convencional. Nesse último tipo de coleta essa parte dos resíduos também poderia passar por um processo de reciclagem, mas, esse processo não será discutido nesse trabalho.

Segundo IPT/CEMPRE (2000), a coleta seletiva de lixo é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como papéis, plásticos, vidros e metais previamente separados na fonte geradora.

Existem quatro modalidades de coleta seletiva que são desenvolvidas no município de Campo Mourão, a mecanizada que é feita através do Programa Lixo Separado Cidade Limpa que teve seu início em 2001 passando por algumas etapas, sendo que a última etapa de implantação realizou-se em julho de 2003, os Pontos de Entrega Voluntários -PEVs que fazem parte do programa já citado, os catadores que promovem a maior parcela de coleta e os pontos de troca que nesse município em especial não são fixos pois é levado através de outro programa chamado Lixo é Real.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método analítico teórico e de levantamentos com base na observação direta, secundada por consultas a alguns agentes e participantes interessados, através de

monitoramento e levantamento de dados. Elegeu-se a área oeste da cidade como ponto de partida onde foi possível verificar parte do grau de conhecimento e a possível participação da comunidade nos programas de coleta seletiva.

Na realização do trabalho foi usado um questionário informativo, objetivando avaliar a situação do programa de coleta seletiva na região, onde foi possível diagnosticar que grande parte da população desconhecia a existência deste, e que algumas pessoas mostraram-se interessadas em participar, ao mesmo tempo em que outras não participam e parece não se importar com a questão.

Oportunamente o trabalho pretende colaborar para a compreensão dos problemas ambientais que podem ser minimizados através de uma possível integração entre a geração e os processos de acondicionamento e coleta dos materiais recicláveis.

Algumas informações, os indicadores e os fatos históricos devem ser apresentados formando um conjunto de dados necessários para que se possa conhecer e trabalhar a avaliação dos processos de gestão dos resíduos, pois os mesmos fazem parte da evolução dos municípios, mas são muitas vezes um grande desafio e um problema complexo, que pode ser caracterizado em vários níveis como o econômico, ecológico e sócio-político (PEREIRA NETO; CASTILHOS JÚNIOR; OLIVEIRA, 1993).

O manejo de resíduos sólidos deve estar baseado no tripé: Tecnologia (para separação, o acondicionamento, a coleta e reciclagem), Informação (para motivar o público alvo) e Mercado (para absorção do material recuperado).

Havendo a coleta dos materiais recicláveis seu destino é norteador pelo mercado de absorção dos mesmos que depende dos galpões de triagem e pré-valorização, nesse trabalho foram levantados os principais compradores e a quantidade aproximada que cada um trabalha mensalmente. Uma das necessidades que essa pesquisa revelou é a presença de indústrias localizadas próximas à região facilitando assim o circuito da reciclagem.

O lixo é um indicador curioso de “desenvolvimento” de uma nação. É sinal de que a região está crescendo e que as pessoas estão consumindo mais, e desta forma gerando mais resíduos.

Considerações Finais

Uma das conclusões gerais a que se pode chegar a respeito do trabalho em questão através da pesquisa realizada é que os geradores dos resíduos domiciliares inorgânicos não se sentem responsáveis ou até mesmo preparados para participarem da gestão integradas dos resíduos sólidos, a necessidade de se desenvolver programas de Educação Ambiental e fiscalização que atinjam e levem as informações necessárias

às comunidades são urgentes, pois a mesma carece de tais informações para que possa haver maior harmonia entre os processos de consumo e destino correto dos materiais recicláveis, neste sentido a importância deste trabalho se dá no estudo dos hábitos de pós-consumo ou descarte das embalagens onde estão centrados o início ou a inexistência dos processos de reciclagem.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. NBR 10.004: Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004
- D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. (Coord.), et al. *Manual de gerenciamento integrado*. 2. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), 2000.
- DE ANGELIS NETO, G. *As deficiências nos instrumentos de gestão e os impactos ambientais causados por resíduos sólidos urbanos: o caso de Maringá/PR*. 1999. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- IPARDES. *Cadernos estatísticos municipais*. [S.l.], 1996
- MESQUITA JÚNIOR, J. M.; VELOSO, C. H. V. Programa de educação a distância em gestão integrada de resíduos sólidos: unidade de estudo 4: manejo integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos (2ª parte). coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
- PEREIRA NETO, J. T.; CASTILHOS JÚNIOR, A. B.; OLIVEIRA, S. M. L. *Resíduo urbanos domiciliares: Um paradoxo da sociedade moderna*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. 17., 1993, Natal. Anais... Rio de Janeiro: ABES, 1993. v. 2, t .3.
- VELOSO, C. H. V.; MESQUITA JÚNIOR, J. M. Programa de educação a distância em gestão integrada de resíduos sólidos: unidade de estudo 3: manejo integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos (1ª parte). coordenação Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

A PEDAGOGIA DO AMOR ATRAVÉS DOS FUNDAMENTOS DE JOHANN HEINRICH PESTALOZZI.

Jaqueline Ap. da Rocha, IC, Pedagogia, CIES, jaquecec@hotmail.com
Rúbia de Cássia Cavali Rodrigues, orientadora, CIES,
coord.pedagogia@grupointegrado.br

Resumo: Este estudo é o resultado de uma atividade realizada na disciplina de História da Educação, na qual nos apresentamos o educador

Pestalozzi e seu ideal de educação. O educador Johann Heinrich Pestalozzi viveu entre o século XVIII e XIX, tendo sido o primeiro filósofo e educador a propor a trabalhar a educação moral do ser humano, ele colocou em prática seus pensamentos, criando e dirigindo instituições de ensino para crianças carentes. Sua pedagogia foi totalmente voltada para o amor, em que além de educador, foi pai e amigo de seus alunos.

Palavras-chave: Pedagogia do amor; educação humana; instituições para crianças carentes.

Introdução

O educador suíço Johan Heinrich Pestalozzi viveu entre os séculos 18 e 19, tendo sido o primeiro filósofo e educador a propor e trabalhar a educação moral do ser humano, escrevendo ativamente na imprensa da época e publicando diversos livros.

Pestalozzi igualmente cuidou de colocar em prática seus pensamentos, criando e dirigindo instituições de amparo à criança e educação da juventude, enfrentando desde a falta de apoio público até à guerra napoleônica, para fazer valer sua proposta, hoje amplamente reconhecida. “Na fazenda Neuhof começa a primeira convivência educacional, estabelecimento para educação de crianças pobres” (LUZURIAGA, 2001, p.174). Em vida ele foi homenageado pelos revolucionários franceses e obteve o reconhecimento dos países europeus da excelência de seu trabalho educacional à frente do Instituto de Iverdon.

Materiais e Métodos

Foram utilizados prospectivamente o debate bibliográfico e historiográfico de alguns autores que relatam a vida de Pestalozzi. Cita-se como base Alessandra Arce, Lorenzo Luzuriaga e Franco Cambi.

Análise e discussão

A concisão do tema feita através das leituras, destaca que Pestalozzi em seus trabalhos e experiências, ressalta que deve ter uma base humanitária e deve iniciar na família.

Segundo Arce (2002):

É de suma importância o papel da família na educação das crianças, família esta organizada dentro dos modelos cristãos e tendo a mãe como guia. Pestalozzi acredita que a influência exercida pelo ambiente familiar na criança é muito grande e que, com a ajuda da família a educação na escola pode ocorrer melhor. Para que isso ocorra é necessário que todas as pessoas preocupadas com a educação popular dirijam seus esforços para a educação da pessoa responsável pelo ambiente familiar (p.117).

A criança na concepção de Pestalozzi, era um ser puro, bem em sua essência e possuidor de uma natureza divina que deveria ser cultivada e descoberta para atingir a plenitude, comenta Alessandra Arce (professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto). O pensador suíço costumava comparar o ofício do professor ao jardineiro, que devia providenciar as melhores condições extremas para que as plantas seguissem seu desenvolvimento natural. Ele gostava de lembrar que a semente traz em si o “projeto” da árvore toda “As idéias de Pestalozzi, torna-se uma meta européia das “viagens pedagógicas” de estudiosos e políticos”(CAMBI,199.p.417).

Podemos ressaltar que para ele a vivência dos princípios pedagógicos teriam que ter a força de conduzir, de modo frutificativo, a educação da infância e a juventude ao fiel cumprimento de seus deveres individuais e coletivos.

Consideração final

Pestalozzi foi um clássico do pensamento pedagógico, uma referência da história da educação, voltada para a Pedagogia do Amor. Ele procurou em seus trabalhos analisar as concepções de homem, moral pois para ele não bastava reestruturar a ordem social era preciso iniciar uma revolução moral.

Para Arce (2002):

Ensinar, não faz pelo amor do que faz pelo ódio. Por isso, ensinar não é de modo algum a essência da educação. É o amor que é sua existência. O amor sozinho é a emanção eterna da divindade que está entronada entre nós. É o ponto central do qual a essência flui. Sem amor nem a energia física nem a intelectual da criança se desenvolverá naturalmente. Aprender não vale a pena quando a coragem e alegria são perdidas no caminho.(p.33-35).

A teoria do amor que ele pregava confere os contornos de um conceito filosófico ligando-o profundamente à concepção do ser. Esse amor evidente, assim, é o amor capaz de reconhecer no homem seus aspectos em conflito sua fragilidade e sua multiplicidade e capaz ainda de estabelecer os vínculos entre o ser e a aprendizagem.

Referências

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e T.B 19º ed, São Paulo, Nacional, 2001.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo, SP, UNESP, 1999

ARCE, A. **A Pedagogia na “Era das Revoluções”**: uma análise de Pestalozzi e Froebel, Campinas, SP, ed. Autores Associados, 2002.

AS COOPERATIVAS COMO AGENTES INTERMEDIADORES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Me. Maristela Denise Moresco, PG, Geografia, FECILCAM,
moresco.geografia@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo busca analisar o papel das cooperativas como agentes intermediadores entre Estado e agricultor, no período de modernização da agricultura (1960/1970). A análise sobre o desenvolvimento da cooperativa Copagrill, no município de Marechal Cândido Rondon, oeste do Paraná, permite perceber a estreita relação desta com as novas configurações, que afetaram diretamente, o modelo de organização agrária e das relações de produção.

Palavras-Chave: Cooperativas; modernização da agricultura; estrutura agrária.

Inserida na dinâmica nacional de modernização da agricultura, as políticas de desenvolvimento, representadas por meio de projetos, instituições e/ou associações, tinham o intuito de alcançar os pequenos produtores agrícolas de todo o país. Dentro destas iniciativas, estava a implementação do cooperativismo como uma forma de manter articulações em todas as escalas de produção. A cooperativa surge como um guia para os pequenos produtores, que diante das transformações se sentem perdidos (ZAAR, 1996).

Algumas cooperativas se efetivaram como um instrumento que assinala o estágio de modernidade e desenvolvimento nas áreas rurais, cuja meta não é criar uma outra ordem social, mas acelerar as mudanças, o movimento, a circulação de capitais, bens, serviços e informações que ocorrem em escala nacional. Conseqüentemente, as cooperativas ganham uma nova configuração, passando a serem compreendidas, segundo Benetti (1982, p 135), como agentes dinâmicos e importantes centros de valorização do capital, quer na esfera da circulação, como capital comercial, quer na esfera da produção, como capital industrial.

Para Costa (1992), a modernização da agricultura teria criado um novo modelo de cooperativismo, diferente dos ideais e princípios cooperativistas do século XIX, período em que foi estruturado. Atualmente, as elas apresentam características de multicooperativas, em que, tanto a estrutura como a dinâmica, estariam próximas de uma empresa capitalista, porém, aparentemente, com o espírito de associação de pessoas e não de capitais. Para Zaar (1996, p. 35), o papel das cooperativas seria na realidade, um mecanismo através do qual o estado disciplina o pequeno produtor, tanto no uso do crédito e insumos modernos, como na sua organização, que é fácil de ser manipulada devido à própria tendência das

direções das cooperativas que, por desvincularem-se das bases ou devido aos mecanismos materiais e legais, acabam cada vez mais dependentes do Estado.

A criação e fortalecimento destas instituições seriam uma estratégia para que as mesmas se tornassem agentes intermediários entre produtores e órgãos governamentais, além de serem, direta ou indiretamente, encarregados da distribuição do produto à indústria de processamento. Esta intermediação revela a sua verdadeira essência: interferir na vida produtiva do pequeno agricultor introduzindo na pequena produção agrícola familiar, hábitos que irão resultar na modernização das práticas agrícolas e no estreitamento das relações entre trabalhadores agrícolas com as agências bancárias (ZAAR, 1996 p. 83).

O perfil das cooperativas então é novamente alterado, passando de uma estrutura tipicamente comercial na década de 1970, para a fusão: produção agrícola e grande indústria, em um complexo denominado de agroindustrial, mais conhecido como CAI. Este complexo demarca uma nova configuração de relações no campo, modificando o chamado Complexo Rural que se constituía pelo modelo de produção, com um único produto voltado à exportação, e a forma de trabalhar nas propriedades, em que todos os bens intermediários e os meios de produção eram produzidos de maneira artesanal. Implanta-se a partir daí o chamado D₁, que se constitui como um segmento industrial a montante da agricultura, responsável pela indústria de tratores, implementos, fertilizantes e defensivos, sustentados agora em bases modernas (GRAZIANO SILVA, 1996, p. 8; 23).

Dessa forma, a nova dinâmica da agricultura estaria sendo determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais. A ação do Estado neste contexto estaria voltada para orientação da modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima.

Os colonos que decidiram aderir aos projetos modernizadores contavam, no estado do Paraná, com um forte apoio institucional representado, principalmente, pelas cooperativas. No município de Marechal Cândido Rondon isso também ocorreu, sendo que as mudanças do espaço agrário foram motivadas pela ação cooperativista ainda em 1960. A partir do Programa Iguazu de Cooperativas (1960), pelo DAC (Departamento de Apoio ao Cooperativismo) e pela ACARPA (atual EMATER), foi organizado o sistema cooperativista na região oeste e sudoeste do estado. O PIC visava estender o sistema cooperativista a todos os 45 municípios que compunham estas duas regiões, delimitando as suas áreas de atuação (GERKE, 1991). Assim, funda-se em 1970 a primeira cooperativa do município denominada de Copagril (Cooperativa

Agrícola Mista Rondon), operando, atualmente, de maneira bastante representativa em todo o município e região. A história de desenvolvimento da Copagril não foge as configurações que o campo brasileiro foi apresentando nas últimas décadas do século XX. Esta constatação pôde ser feita a partir da análise sobre as atividades da cooperativa no decorrer dos anos, em que se verifica que a mesma tem grande influência na estruturação e dinâmica do campo do município. Para Deschamps (1991), a história do desenvolvimento da Copagril, bem como a sua organização, constituem-se os próprios elementos propulsores do desenvolvimento econômico e social do município. O papel da Copagril na modernização é, para Mertz (2000), o de representante e articulador das ações do Estado, atuando por meio do repasse de crédito subsidiado para agricultores e para a composição de sua própria infra-estrutura.

Na primeira década de funcionamento, a Copagril voltou suas atividades ao recebimento de produtos, fornecimento de insumos e assistência social. Na década seguinte, as atividades foram ampliadas para receber algodão e industrializar produtos. Na década de 1990, seguindo as tendências do campo brasileiro, a cooperativa passa por adequações na estrutura administrativa, visando à redução do número de funcionários, de despesas operacionais e investimentos na informatização. Nos anos posteriores (a partir de 2000), ocorrem mudanças no estatuto, diminuição de entrepostos e lojas, implantação do sistema de Qualidade Total (Iso 9000) e ampliação de atividades para o setor de aves.

Estas mudanças tanto estruturais como funcionais demonstram que a cooperativa buscou adequar suas atividades para se constituir em uma “empresa”, como ela mesma se denomina, buscando baixar os custos e aumentar a rentabilidade de suas atividades. Isso demonstra o padrão capitalista cada vez mais presente em suas relações. Pode se dizer, neste sentido, que o novo quadro agrícola nacional se desenvolve no município por intermédio da Copagril, que incentiva a alteração das práticas tradicionais do campo e passa a incorporar a agricultura modernizada. Com isso, as mudanças no espaço agrário fazem com que a terra deixe de ser um espaço social de produção de subsistência e de produção de relações familiares e assume, progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias. As novas tecnologias voltadas ao campo proporcionaram situações variadas aos chamados colonos, levando-os tanto à perda do controle dos processos produtivos, como dando a oportunidade de acesso a novos saberes tecnológicos, que influenciam também o cotidiano e a identidade destes.

Para Zaar (1996, p. 67), a colonização do município foi rápida e o processo de modernização da agricultura mais veloz ainda. Em apenas uma década (1965 a 1975), o processo expandiu-se e consolidou-se, não de forma isolada, mas amparado pelas políticas agrícolas de incentivo à

produção da soja, principalmente. Os reflexos de todo este complexo quadro ocorreram a partir da década de 1970, com o crescimento de grandes e médias propriedades e da conseqüente redução do sistema de pequenas propriedades. Isso ocorreu devido a vários fatores, como a compra de terras de vizinhos e a vinda de novos agricultores sulistas mais capitalizados. A venda das pequenas propriedades ocorreu devido a necessidade de incorporação de técnicas modernas as quais não foram possíveis, o que levou a venda da propriedade e ao êxodo rural.

O espaço agrário do município configura, atualmente, situações diferenciadas. Prevaecem ainda pequenas propriedades, que se organizam de maneira a promover a potencialização de suas áreas, agregando valor a sua produção por meio de várias atividades. Outras tentam se manter no modelo de arrendamento enquanto que outras apresentam o modelo de médias propriedades capitalizadas. Isso evidencia que o espaço é produzido obedecendo às leis do desenvolvimento da sociedade, a partir de sua categoria maior que é o modo de produção.

Referências

- BENETTI, M. D. **Origem e Formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa Fecotrigo, 1957/1980.** Porto Alegre: FEE, n. 5, dez. 1982.
- COSTA, V. M. H. de M. A modernização da Agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 11, 1992. Maringá, Anais... Maringá: UEM, 1992. p. 02-26.
- DESCHAMPS, L. H. **O relacionamento da Copagril com seus associados e sua importância sócio-econômica para a região de Marechal Cândido Rondon.** 1991. 63f. Monografia (Especialização em Administração de Cooperativas) – Facimar, Mal. C. R.
- GERKE, A. A. **COPAGRIL: Uma análise do Cooperativismo no extremo-Oeste do Paraná.** 1991. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba.
- GRAZIANO SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- MERTZ, U. T. **Um estudo das transformações sociais e econômicas de uma sociedade de colonos da região oeste do estado do Paraná.** 2000. 244p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – ICHS, UFR/RJ, Rio de Janeiro.
- SCHLOSSER, M. R. S. **Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980).** 2001. 248p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário em Mal. C. Rondon (PR) entre 1940 e 1991.** 1996. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–UFSC, Florianópolis.

CONDICIONANTES HISTÓRICO-CULTURAIS NA INDISCIPLINA ESCOLAR

Esp. Sonia Maria Yassue Okido Rodrigues, Pedagogia, FECILCAM,
sonia_okido@hotmail.com

Resumo: A Indisciplina escolar é um fenômeno complexo pelas suas interfaces, com fatores multideterminantes e manifestações multidimensionais. Ninguém nasce indisciplinado, a pessoa torna-se indisciplinada influenciada por vários fatores como: os condicionantes de ordem social; cultural; político; geracional; familiares, além do histórico de vida, e da personalidade dos envolvidos na situação onde ocorre o ato indisciplinar. Esta pesquisa bibliográfica discorrerá sobre os alguns condicionantes histórico-culturais envolvidos na indisciplina escolar.

Palavras-chave: Educação; Psicologia; Indisciplina.

Introdução

Não é possível conceber a escola como uma instituição independente em relação ao contexto sócio-histórico. Como um sistema aberto em interação com o meio, a escola não está imune às tensões e desequilíbrios da sociedade. A Indisciplina Escolar é vista por muitos autores como reflexo da sociedade (LIBÂNEO,1985; REGO,1996; ESTRELA, 1998; SAMPAIO, 2001). Num país onde a crise econômica, cultural e moral nos apresenta as mais drásticas situações de corrupção, violência, abuso da autoridade e do poder, não é difícil entender por que a escola tem enfrentado problemas disciplinares. A indisciplina vista como “desordem proveniente das regras estabelecidas” (ESTRELA, 1998, p.17), gera um desgaste emocional excedente nas pessoas envolvidas, comprometendo ainda mais a relação professor-aluno e o processo ensino-aprendizagem. A não intervenção tende a agravar o problema tanto a nível individual como a conseqüente repercussão na esfera social. A compreensão desse fenômeno se faz necessária para que possa intervir para o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania” (LDB/ 1996). A falta de disciplina é um tema complexo, com fatores multi determinantes e manifestações multi dimensionais. Dos fatores determinantes, destacam-se: os condicionantes de ordem social; cultural; político; geracional; familiares, além do histórico de vida, e da personalidade dos indivíduos envolvidos na situação onde ocorre o ato

indisciplinar. A presente pesquisa bibliográfica ater-se-á sobre alguns aspectos dos condicionantes histórico-culturais, muito embora reconheça a importância de outros fatores imbricados na indisciplina escolar.

Condicionantes Histórico–Culturais da Indisciplina Escolar

Nessa perspectiva, a Indisciplina Escolar é vista como decorrente da história cultural e do sistema de ensino proporcionado as gerações.

Estrela (1998) analisa a indisciplina sob a visão histórica da cultura ocidental, com raízes culturais greco-latinas e judaico-cristã, a disciplina era compreendida como uma conformidade exterior às regras e aos costumes, passando por um estágio em que era compreendida como conformidade simultaneamente exterior e interior. Sendo esta, uma conquista do pensamento grego, da idéia de harmonia que cada indivíduo deve realizar em si próprio e na “*polis*”, chegando a uma concepção que valoriza sobretudo a interioridade e o engajamento livre do indivíduo. Com o advento do Cristianismo, acentua-se a noção de homem, de interioridade, o de boa vontade, “ à vida humana (como) um fim transcendente ligado à procura do reino de Deus”, e o conceito de disciplina fica afetado de uma carga ético-religiosa que o marcará durante séculos, no dizer de Estrela (1998, p.18).

Na visão de Estrela (1998), a Renascença gera um novo conceito de homem e um novo ideal educativo, mas na prática, não consegue libertar a educação de uma disciplina que cerceia a espontaneidade em nome da racionalidade e da espiritualidade conforme o conceito aristotélico-cristão da essência humana. Para Estrela, a carga ético-religiosa ligada ao conceito de disciplina perdurou no século passado, porém tende a desvanecer-se gradualmente, com as novas concepções educativas que contrapõem a educação tradicional e os fundamentos filosóficos, bem como com as modificações das atuais condições de vida, que não estão alheias aos conflitos mundiais.

Estrela conclui que: “a carga ético-religiosa que dará lugar a um vazio axiológico ou se transformará em carga ético-política na “Educação Nova” e sobretudo na educação de inspiração socialista”, e citando Makarenko, diz que “a disciplina na sociedade socialista é um fenômeno moral e político, pois o homem indisciplinado é aquele que se volta contra a coletividade cujo interesse está sempre acima do indivíduo” (1998, p.18).

É nesta análise histórico-cultural educacional que Estrela (1998, p.19) vê, a evolução de uma disciplina imposta à disciplina consentida à autodisciplina, e denunciando as heranças do magistrocentrismo, evidenciado pela relação de dominação-submissão, fundamentada na diferença de estatutos, na visão de inferioridade e menoridade do aluno, por parte do professor.

Na visão histórica da disciplina imposta, Lajonquière (1996, p. 29) ressalta que as sanções pedagógicas de outrora eram bastante comuns e aplicadas pelos educadores sem muitas dúvidas. Ressalta também que, até o século XVIII, era impossível que alguém acalentasse algum tipo de dúvida na aplicação das sanções. Lajonquière cita a expressão “sadismo psicológico” de Manacorda (1995) e a “pedagogia humilhante” de Ariès (1981) aplicada por professores e destaca que, de uma atitude inquestionável, passa-se hoje, ao “reinado da interrogação acerca da pertinência psicológica de vir a aplicar algum tipo de sanção escolar”, onde a Escola Nova fez dessa dúvida pedagógica justamente o eixo de sua reflexão.

Na visão de Aquino (1996, p. 43), a falta de disciplina é vista como força legítima de resistência, às práticas produzidas pelo medo, coação, subserviência”, e de acordo com as transformações históricas decorrentes das contingências sócio-culturais, e com a “crescente democratização política do país e, em tese, a desmilitarização das relações sociais, uma nova geração se criou”. Tem-se um novo aluno, um novo sujeito histórico, mas, em certa medida guarda-se como padrão pedagógico a imagem daquele aluno submisso e temeroso, aquele que deve ser subserviente. Levando-se a um passado saudosista da suposta educação de antigamente. Entre a imagem de uma criança ideal e do aluno real. Arroyo (1995, p.64) questiona: “Como voltar para um passado saudosista, um passado idealizado?” Como voltar a infância da história e política como ideal de convívio humano?.

Neste mesmo sentido, a visão psicanalítica de Lajonquière (1996) coloca que “na modernidade, o cotidiano passa a se organizar, distintamente de outrora, em torno do futuro, isto é, da possibilidade de realizar um cálculo prospectivo, e não a partir de uma referência ao passado” (p.30).

Na visão de Heloísa Lück, (2000, p.11) observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconseqüente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso das instituições. Para Lück (2000, p.11), as novas demandas sociais exigem mudanças urgentes também na escola, a fim de que garanta a formação competente de seus alunos, transformando-os em cidadãos participantes da sociedade, capazes de enfrentar criativamente, com empreendedorismo e espírito crítico, os problemas cada vez mais complexos da sociedade. Esta mudança de paradigma deve ser marcada pela adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas.

Assim, os condicionantes histórico-culturais apontam o autoritarismo das instituições sociais, culminando até na “macabra violência física” institucionalizada das prisões e manicômios, denunciada por Michel Foucault (2001).

É necessário institucionalizar a democracia em todas as esferas sociais, principalmente no contexto escolar, propiciando espaço para opinar, debater e até discordar, visando à educação para autonomia em todos os sentidos, e para a autodisciplina, ao invés da disciplina imposta ou consentida, que educa para a submissão.

Referências

AQUINO, Julio R. G. (Org.) *Indisciplina na Escola: alternativa teórica e prática.* São Paulo: Summus, 1996.

ARROYO, M.G.; BUFFA, E e NOSELLA, P. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?.* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época, V.19)

D'ANTOLA, (Org.). *Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo.* São Paulo: EPU, 1989.

ESTRELA, M.T. *Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na aula.* Portugal: Porto Editora, 1998.

LAJONQUIÈRE, L. A criança, “sua”(in)disciplina e a psicanálise. *In:* Aquino, J.G (org.) *Indisciplina na Escola : alternativa teórica e prática.* São Paulo: Summus, 1996.

LÜCK, H. *A Escola Participativa: O trabalho do gestor escolar.* 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&, 2000.

RENDIMENTO ESCOLAR EM MEIOS POPULARES: UM ESTUDO A PARTIR DOS MODOS DE CONTROLE FAMILIAR

Schirley Sandra Schweder, PPGE, FURB, schirley.s@terra.com.br

Resumo: Este estudo se refere a uma investigação centrada nas relações entre os tipos de família de meios populares, seus modos de controle e o rendimento escolar dos filhos. O objetivo foi investigar as implicações dos modos de controle no rendimento escolar das crianças bem como observar as formas de participação e posicionamento dos pais e as relações existentes no ambiente doméstico e entre família e escola. Partiu-se da hipótese de que quanto maior o controle maior o rendimento escolar. Foram envolvidas vinte e uma famílias da camada popular do município de Benedito Novo, SC.

Palavras-chave: Famílias Populares; Modos de Controle; Rendimento Escolar.

Introdução

Esta investigação, em andamento, centra-se nas relações entre os tipos de famílias de meios populares, seus modos de controle e o rendimento escolar das crianças pertencentes a essas famílias, com o objetivo de investigar as implicações estas relações têm sobre o rendimento escolar das crianças envolvidas e, conseqüentemente, observar as formas de participação e posicionamento dos pais na escolarização dos filhos, bem como as relações existentes no ambiente doméstico de cada grupo e entre família-escola.

Um dos motivos de inspiração desta pesquisa foi o contato com a teoria de Basil Bernstein que trata especificamente dos tipos de famílias e seus modos de controle, e outros estudiosos como Lahire (2004), Nogueira (2000), Patto (1999), Zago (2003), Bourdieu (2003) que abordam os efeitos da socialização familiar, descrevem estratégias mobilizadoras envolvidas nesse processo e práticas cotidianas que tem relação com os distintos rendimentos em uma mesma classe social.

Os Agentes

A pesquisa foi realizada com vinte e uma famílias de crianças dos extratos sociais mais baixos, com distintos rendimentos escolares pertencentes às séries do ensino fundamental, de uma escola regular do município de Benedito Novo, SC. Famílias de baixa renda, moradoras da periferia da cidade e cujos genitores apresentam reduzida longevidade escolar. Isto não significa, contudo, que há a eliminação da heterogeneidade nesses meios. A seleção dessas famílias deu-se através de um conjunto de critérios que envolvem a média geral dos anos de vida escolar das crianças oriundas da camada popular. Tal estudo parte da hipótese pela qual quando o controle é do tipo imperativo, posicional e pessoal e a aprendizagem se dá por hierarquia, obrigação de papel e relação inter-pessoal o rendimento é baixo. Assim o rendimento é maior quando o controle é posicional e pessoal e a aprendizagem dá-se por diferenciação de papel e relação intra-pessoal. Isto assegura que o controle esta presente, qualquer que seja o principio, mas o que na verdade varia é a forma que o controle assume (BERNSTEIN, 1996, P.59).

Algumas Observações Conceituais

Pesquisas já realizada nesse meio social apontam que a família, por intermédio das suas ações materiais ou simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos seus filhos. Lahire (2004) afirma que a criança constitui-se através das formas que assumem as relações de interdependência com as pessoas que a cercam, no caso a família. As práticas educativas são apenas o resultado da interiorização pelas famílias de suas condições objetivas de existência. Sobre isto, Bernstein observa

que o complexo de significados gerado dentro do sistema familiar repercute no desenvolvimento da criança, no que se trata de sua conduta geral. Ao se tratar da Teoria da Bernstein, lanço luz sobre as formas de controle adotadas pelas famílias e aos tipos de famílias que ele distingue como sendo de dois tipos, ou seja, dois modos de socialização, isto para verificar, nas análises, as implicações com os distintos rendimentos escolares nas famílias que compõem a amostra da pesquisa. Consideramos que existam famílias com orientação pessoal, aquelas que valorizam as características individuais da criança pertencente ao seu meio, que privilegiam sua autonomia, a comunicação e uma negociação com elas. Neste caso a socialização dos filhos é feita na família e nunca deixada ao grupo de amigos e o papel social atribuído será enfraquecido pelo papel adquirido. E as famílias com orientação posicional, as quais o papel social atribuído origina-se do seu estatuto no seio da família, as regras de conduta não precisam ser justificadas e privilegiam a autoridade e o rigor para com a criança. A socialização nas famílias posicionais é considerada unilateral, os pais socializam os filhos e estes se limitam a tomar posse do seu papel social e a responder às exigências desses papéis. Bernstein afirma que a família posicional é mais comum na classe operária (como define ele ao se tratar de camada popular) e a família com orientação pessoal contempla mais a classe média ou superior, mas isto não quer dizer que não possa haver no material empírico fato que exemplifiquem o contrário.

Quanto aos modos de controle existentes nessas famílias, encontramos o modo imperativo, posicional e pessoal, que, segundo a Teoria de Bernstein, trazem conseqüências ao nível de aprendizagem de cada individuo. Nesta perspectiva, Bernstein tenta esclarecer como o processo de socialização primária influencia a aprendizagem ou rendimento escolar das crianças de qualquer meio social, fazendo a todo instante através de seus estudos referências sobre suas conseqüências tanto ao nível de educabilidade (ordem simbólica e estrutura social), quando da transmissão família-escola.

Estudos apontam que a cobrança ou controle será maior conforme as exigências sociais que norteiam essas famílias. Partindo desse pressuposto, observa-se, então, que as famílias de meios populares podem também ter um trabalho pedagógico e manifestar rendimentos escolares de sucesso, mesmo que seu contexto não lhe exija uma posição social compatível. O pensamento em questão neste estudo é o de abordar as relações existentes nesses meios (familiar e escolar) e postula que os fatores decisivos do sucesso ou do fracasso escolar encontram-se não especialmente na escola, nem propriamente na família, porém nas relações que se estabelecem entre essas duas instituições educativas e

essas formas de relações apresentam características conforme as características tanto das escolas como das famílias.

O estudo centra-se tanto na análise dos tipos de famílias como das modalidades de controle exercidos por elas no ambiente doméstico. Constitui-se, portanto, numa proposta desenvolvida no ambiente doméstico de cada família, verificando que é nesse espaço que o sujeito passa pela socialização primária, cria uma identidade social que pode ou não ser modificada, onde interage e apreende a codificação dos que detêm o poder e a prática pedagógica presente.

Pequena Observação Metodológica

Esta investigação se configura como um estudo de cunho qualitativo, pois se apresenta como uma pesquisa voltada a investigar as práticas de agentes que se localizam na mesma camada social, mas cujas famílias têm estruturas e histórias distintas. A coleta de dados abarca entrevista semi-estruturada com famílias ou representantes legais das crianças selecionadas para a pesquisa, observação no ambiente doméstico das famílias, notas de campo e análise documental.

Considerações

Os primeiros resultados identificam, nas famílias investigadas, mobilizações para o êxito escolar de seus filhos, conquanto pouco rentáveis que dizem respeito aos modos de controle utilizados, às estratégias adotadas pelos pais e a outros indicadores que variam de acordo com cada família investigada. Observa-se também incorporações culturais nesses grupos de acordo com suas subjetividades decorrentes das condições sociais que os norteiam. Quanto aos modos de controle adotados por essas famílias verificam-se distintas formas nesses contextos, conseqüentemente ligados às expectativas que eles têm do futuro de seus agentes.

Referências

- BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. **Escritos de educação**. Org.: Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DOOMINGOS, A. M.; BARRADAS, H.; RAINHA, H.; NEVES, I. P. **A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**. As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. **Família & Escola.** Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZAGO N.; CARVALHO M. P. de ; VILELA R. A. T. **Itinerários de pesquisa.** Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro, D & PA, 2003.

PATTO, M. H. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

APLICAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL (LEI N° 4771/65) NA PEQUENA PROPRIEDADE: SITIO TRÊS IRMÃOS

Márcia Penteado Pereira, TCC, Geografia, FECILCAM
Me. Maristela Denise Moresco, orientadora, Geografia, FECILCAM,
moresco.geografia@yahoo.com.br

Resumo: As áreas de Preservação Permanente (APPs) nas pequenas propriedades rurais é um assunto que desencadeia muita discussão. O aumento da preocupação com os desequilíbrios ambientais caminha paralelo a algumas dificuldades da aplicabilidade da legislação, como a do Código Florestal (lei n° 4771/65). Esta dificuldade existe, pois algumas particularidades não são consideradas quando da formulação da lei, como neste estudo de caso, quando a pequena propriedade que sobrevive de agricultura de subsistência, tem que destinar a maior parte de sua área para as APPs, ficando com pouco espaço para suas atividades.

Palavras chaves; Código Florestal; Pequena Propriedade; Meio Ambiente.

O meio ambiente pode ser compreendido como um complexo de elementos e fatores físicos, químicos, biológicos e antrópicos, que interagem entre si com reflexões recíprocas de forma direta aos seres vivos. Nos últimos anos, o tema tem sido muito discutido mundialmente refletindo, de certa forma, a necessidade de se repensar certos hábitos e costumes da sociedade atual. Diante desta preocupação, o meio ambiente deve ser entendido dentro de suas particularidades, para então poder ser estudado e analisado considerando suas fragilidades e potencialidades, uma vez que o homem também necessita dos recursos para o seu desenvolvimento econômico e social.

Como instrumento para preservação ambiental, o ser humano tem as leis que regem a forma de agir com o meio ambiente. A conscientização e a participação da sociedade são fundamentais, a fim de se materializar ações que realmente irão garantir a manutenção dos ecossistemas e recursos naturais remanescentes.

O Brasil está atualmente demonstrando maior importância sobre a conservação dos recursos naturais para a manutenção da qualidade ambiental. As leis existentes no decorrer dos séculos apresentavam-se de forma ampla na questão de legislação protecionista, porém, não eram suficientes. A partir do século XIX e principalmente século XX, o Brasil avançou o conhecimento sobre a fauna e a flora, mas não destinando importância devida à questão meio ambiente no seu sentido preservacionista. Com o decorrer do tempo uma grande quantidade de novas leis foi criada constituindo-se por outro lado, como um ponto discutível, pois há dificuldades de se compreendê-las e aplicá-las com eficiência (SCHIER, 2003).

No século XX, mais especificamente em 1965 entra em vigor o Código Florestal com decretos de regulamentação da utilização das florestas e maior preocupação com a questão do controle e preservação ambiental que começam a ganhar efetivamente espaço neste período com o surgimento do Código da Água e o próprio Código Florestal.

A legislação ambiental é instrumento que regula a ação antrópica em sua busca por recursos naturais. Protegendo a natureza para preservar interesses e o bem estar do próprio homem, como espécie natural, mesmo ele sendo considerando um ser consciente (TOURINHO, 2005).

Neste sentido, o presente trabalho tem como intuito demonstrar as dificuldades que o pequeno proprietário enfrenta para adequar a sua área diante da implantação do Código Florestal. Algumas dificuldades se referem à questões financeiras e falta de apoio no que tange informações e instruções de incentivos para estar fazendo a recuperação das áreas necessárias. O trabalho está sendo desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas e trabalhos de campo.

A área de estudo se refere ao sítio Três Irmãos localizado nos limites dos municípios de Peabiru e Campo Mourão, na mesorregião Centro-ocidental Paranaense. O sítio tem a área corresponde 9,6 hectares, sendo de propriedade do Senhor Augusto, que reside com sua esposa. Praticamente toda a área é ocupada pela pastagem, uma área pequena é destinada para o plantio de mandioca, napie e cana-de-açúcar que é utilizado para a alimentação do gado e para o consumo doméstico. O Senhor Augusto presta serviços diários (diarista), nas propriedades vizinhas, realizando serviços braçais, e sua esposa Dona Maria é responsável pela ordenha e de outros afazeres do dia-a dia.

Sobre a questão de aplicação do código florestal nesta propriedade, observa-se que o proprietário tem dificuldades de efetivá-la, pois a área tem duas nascentes de água, três lagoas (açudes) e um córrego. De acordo com lei estas áreas deveriam ter as suas margens, 50 metros de diâmetro, no mínimo, como área de preservação permanente (APPs). Porém, atualmente não se encontra desta forma, pois como a área

da propriedade é pequena se torna necessário utilizar todos os espaços para a manutenção do sítio.

Houve, recentemente, uma tentativa de regularização da propriedade no que tange estas questões, porém as dificuldades são várias, a começar pela falta de informações e instruções de incentivo relatadas pelo proprietário. Outro fator importante se refere ao fato de que se ocorrer a implantação da legislação, está se tornando um problema, pois, considerando-se o tamanho da propriedade, pouco espaço sobriaria para o produtor desenvolver suas atividades e, até mesmo, sobreviver com seu modelo de agricultura de subsistência.

Diante destas dificuldades, a implantação do código continuará sendo analisada nesta pesquisa, pois se percebe que as particularidades econômicas e, até mesmo culturais, não são consideradas quando da formulação e aplicação das leis ambientais. Sabe-se da importância do cumprimento da lei para manutenção do meio ambiente e principalmente das fontes de recursos, porém, é importante ressaltar que dentro do modelo de pequena propriedade com agricultura de subsistência, novas formulações deveriam ser pensadas.

Referências

SCHIER, W. D. **O Novo Código Floresta Brasileiro**. São Paulo. 2003.
TOURINHO, L. A. M. **O código florestal na pequena propriedade rural: um estudo de caso em três propriedades na microbacia do rio Miringüava**. 2005. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

A SERICULTURA COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PEABIRU-PR

Juliana Theodoro da Silva, TCC, Geografia, FECILCAM,
Me. Maristela Denise Moresco, orientadora, Geografia, FECILCAM,
moresco.geografia@yahoo.com.br

Resumo A partir da década de 1970, quando há a intensificação da modernização da agricultura, os proprietários de imóveis que desenvolvem agricultura familiar vêm enfrentando dificuldades financeiras. Em função disso, há a busca por alternativa econômica para complementação da renda e manutenção de suas propriedades. Sendo assim, há aqui a proposta de utilização da sericultura como esta alternativa, em função da necessidade de pequena área de exploração e pequeno capital de giro, garantindo receitas mensais, em cerca de oito meses por ano.

Palavras-chave: Sericultura; Agricultura Familiar; Alternativa Econômica.

As propriedades que desenvolvem agricultura familiar têm passado por algumas dificuldades financeiras devido aos altos custos de produção, principalmente a partir da década de 1970, quando a modernização da agricultura intensifica-se. Dessa forma, muitos agricultores têm buscado alternativas econômicas para a manutenção de suas propriedades. No município de Peabiru-PR, alguns agricultores têm adotado a sericicultura como atividade econômica, como importante opção do ponto de vista de manutenção da propriedade familiar. Neste sentido, o presente trabalho tem como intuito apresentar algumas dificuldades econômicas vivenciadas por algumas propriedades de agricultura familiar no município, visando destacar a sericicultura como alternativa para a manutenção da família no campo.

A partir da observação da história da ocupação da mesorregião Centro-Occidental paranaense, onde se insere o município de Peabiru, percebe-se que a estrutura das propriedades de agricultura familiar se deve a própria forma de colonização da região. A ocupação efetiva da região retrocede ao início do século XX e ganha impulso a partir da década de 1940, 1950 e 1960, com a expansão da fronteira agrícola paranaense, com a chegada das colônias de povoamento. A ocupação se deu por meio de loteamento das terras, com venda de pequenas áreas. Assim as empresas de colonização atraíram para a região trabalhadores e suas famílias, estabelecendo pequenas e médias propriedades voltadas para a produção para consumo próprio e para comercialização.

Segundo o Estatuto de terra, lei 4.504/64, propriedade familiar é o imóvel rural que, diretamente é explorado pelo agricultor e sua família, os quais absorvem toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalho com ajuda de terceiros. Geralmente estas propriedades são pequenas não propiciando produção suficiente para a aquisição de tecnologia, já que a modernização tecnológica da agricultura não atingiu todas as fases dos ciclos produtivos dos principais produtos agrícolas.

Conforme a secretaria de agricultura familiar do Paraná os agricultores familiares estão classificados em três grupos: no primeiro, apresenta o agricultor familiar que está inserido no campo de atividades econômicas, classificados como capitalizados; no segundo, está o agricultor descapitalizado ou em transição, mas com alguma produção destinada ao mercado; no terceiro está o residente no espaço rural, assalariado agrícola e não agrícola, com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao auto-consumo.

No caso deste trabalho, destaque é dado ao segundo grupo, que devido a sua descapitalização, busca alternativas econômicas para

manutenção de sua propriedade e subsistência, tendo parte de sua produção é destinada ao mercado. Para possibilitar esse incremento na renda, é necessário que estes agricultores que trabalham sob regime familiar tenham acesso a mais tecnologia, buscando nichos de mercado e desenvolver atividades não agrícolas para complementação da renda.

A sericultura, que compreende a cultura da amoreira e a criação do bicho-da-seda para produção dos fios da seda destinada a indústria têxtil, tem se apresentado como uma boa alternativa por constituir uma exploração de pequeno risco, que necessita de pequena área, pequeno capital de giro, utilização de mão-de-obra familiar e a oportunidade de produção para o mercado externo (ZANETTI, s/d).

Dos estados brasileiros, o Paraná apresenta a maior produção de casulos verdes com participação de 80% da produção nacional. Dos mais de 50 países produtores da seda no mundo, o Brasil destaca-se em quinto lugar na produção mundial, ocupando umas das primeiras posições em termos de qualidade, devido ao sistema de produção padronizado em todas as operações e insumos ao longo da cadeia produtiva.

O sistema no município de Peabiru funciona através de uma empresa que decide explorar uma determinada região e procura os produtores locais para formarem uma parceria. A empresa se compromete em distribuir as estacas de amoreira, distribuir as lagartas para os produtores e garante a compra dos casulos a preço de mercado.

Os dados parciais encontrados até o momento demonstram que aproximadamente 16 propriedades do município se utilizam desta cultura como alternativa econômica, propiciando assim a diversificação da propriedade, gerando receitas mensais durante oito ou nove meses do ano, possibilitando ainda, maior aproveitamento da mão-de-obra ao longo dos meses e nos períodos de entre safra de outras culturas.

Referências

COM CIÊNCIA. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em <http://www.comciencia.br>. Acesso em 15 de agosto de 2007.

ZANETTI, R. Sericultura. Minas Gerais: UFLA. Disponível em <http://www.ufla.br>. Acesso em 19 de março de 2007.

LEITURA E ESCRITA EM ALUNOS DA SALA DE RECURSOS

Evaldina Rodrigues, PG/UEM-TIDE, Pedagogia, FECILCAM
Dr.ª Nerli Nonato Mori, orientadora, UEM, mori@wnet.com.br

Resumo: A comunicação no Caderno de Resumos ENIEDUC – 2007, sob o título Língua brasileira de sinais: uma experiência científico-cultural no

ensino de LIBRAS para professores e alunos de Ciências Contábeis consiste no projeto de extensão - TIDE, do primeiro semestre de 2007. Isto posto, a presente comunicação objetiva apresentar o projeto de pesquisa Leitura e escrita em alunos da sala de recursos ligado ao Curso de Mestrado - MINTER, em Educação promovido pela UEM, iniciado no mês de agosto do corrente ano, com término previsto para julho de 2009.

Palavras-chave: Leitura e escrita; aprendizagem; sala de recursos.

A história da educação do Brasil nos mostra que as escolas, especialmente as públicas, em vários momentos, não têm dado conta de efetivar sua função básica, isto é, ensinar os conteúdos científicos que a humanidade desenvolveu ao longo do tempo. Patto (1982) afirma que com o processo de democratização das escolas as camadas populares chegaram á elas. Todavia, a escola não estava preparada para receber tais alunos.

O índice de repetência e evasão foram temas discutidos nas décadas de 70 e 80, pois exigia-se acesso e permanência de todos os alunos na escola. A partir das discussões, análises e constatações o sistema educacional tem buscado, especialmente na última década, mecanismos para minimizar o fracasso escolar.

Os números da Secretaria de Estado da Educação – Departamento de Educação Inclusiva, têm mostrado que aos alunos que fracassam na elaboração do conhecimento têm sido encaminhados para programas de ensino especial.

Apesar de ser um dos programas da educação especial a sala de recursos é vista como a forma menos segregativa dentre os programas de educação especial, pois os alunos que freqüentam essa modalidade de atendimento continuam a freqüentar o ensino regular. No entanto, pouco se conhece desse espaço, pois as pesquisas científicas, pelo menos as que temos acesso, ainda é de número reduzido.

Como docente de uma instituição de ensino superior temos visitado escolas, mais especificamente salas de recursos e constatamos, durante as visitas e observações, que os professores, apesar de serem especializados na área, ficam inseguros porque na verdade não têm claro o que devem fazer na sala de recursos.

Portanto, estamos propondo uma pesquisa para estudar esse espaço escolar especialmente a leitura e a escrita. Sendo assim a pesquisa se justifica e sustenta.

A pesquisa objetiva discutir o processo de apropriação de leitura e escrita em alunos que freqüentam a sala de recursos, entender a sala de recursos em diferentes contextos históricos, sua origem e suas funções, analisar a leitura e a escrita em alunos inseridos na sala de

recursos, propor uma alternativa de trabalho pedagógica em sala de recursos.

A sala de recursos, objeto de estudo desta pesquisa, de forma mais específica, está definida pela Resolução CNE/CEB 02/2001 e pela Deliberação Estadual 02/03 aprovada em 02 de junho de 2003/Pr e nas Instruções 04/04 e 05/04 do Estado do Paraná.

Nessa pesquisa serão enfatizadas as pessoas com dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita. No que se refere à sua aquisição. Shimazaki e Mori (1994), afirmam que, muitas vezes, no momento em que o educando chega no nível alfabético da escrita “não tem a compreensão de como utilizá-la”. A escrita, segundo as autoras, funciona como uma ferramenta de sobrevivência e participação na sociedade. “A palavra seria usada como reflexo do pensamento, refletido, criticado e conceituado”. Ferreiro (1987, p.79) define a escrita silábica como o momento em que a criança relaciona a escrita com a “pauta sonora da palavra, uma letra para cada sílaba; tantas letras quantas sílabas”. O aluno pode estacionar neste esquema se a intervenção não proporcionar atividades de leitura, escrita que lhe permita avançar.

Vigotski (2002) e Luria (1988), mostram que a escrita passa por fases antes de atingir sua forma simbólica. Esses autores consideram como fase da escrita o momento no qual a pessoa faz rabiscos que não tem relação com aquilo sobre o qual lhe é proposto escrever. Afirmam que o desenho aparece quando a linguagem falada já alcançou progresso e quando o educando percebe a dificuldade em desenhar palavras e compreende que pode usar signos para escrever qualquer coisa. Tanto Luria (1988) quanto Ferreiro (1987) afirmam que a escrita pictográfica dá lugar à escrita ideográfica).

Como diz Luria (1988) a escrita tem início antes da escolarização de forma espontânea. Em parceria, deve ser construída culturalmente e partir do mundo escrito no qual a criança vive, transmitindo idéias e conceitos, rumo ao uso funcional de linhas, pontos e outros signos.

Na perspectiva sócio-cultural, como aponta Shimazaki (2006) o letramento está fundamentado no entendimento que os indivíduos engajados na atividade de letramento na vivência de sua comunidade tem maior compreensão, pois durante as atividades de ensino e aprendizagem considera-se as experiências da própria vida para a construção do conhecimento. Nesse contexto de aprendizagem, professores e alunos usam o letramento para proporcionar a participação comunitária e do aluno na produção de textos. Portanto, é importante que a escola preocupe-se com habilidades de leitura e escrita, mas o mais importante é que saiba usá-las no dia a dia, combinando-as com figuras, mapas, e outras formas de representação.

Para o aprofundamento a respeito da linguagem, leitura e escrita serão utilizados autores como: Ferreiro (1986), Soares (2003), Tfouni (1995), Witter (1999), Marcuschi (2001), Lemle (1991), Shimazaki (2006), Mori (1992) e outros.

Tfouni (1995) afirma que o sujeito letrado não precisa ser necessariamente alfabetizado. A sociedade tem muitas pessoas analfabetas que conseguem utilizar o dinheiro, narrar fatos e histórias com seqüência lógica, tomar ônibus e participar de eventos de letramento. Do mesmo modo, encontramos alunos com necessidades especiais que fazem tudo isso e no entanto tem dificuldade em sistematizar no papel.

Lemle, citada por Shimazaki (2006), alerta para a variação dialetal que existe na língua que apresenta pronúncias diferentes de acordo com as regiões e classes sociais. A autora afirma que, se essa etapa for bem trabalhada, os alunos saberão “quais sons em quais posições e quais letras concorrem em quais posições para representar quais sons” (p.32); - o conhecimento de morfologia: essa etapa desenvolve-se, também, ao longo da vida, e, por meio de pesquisa, o indivíduo pode aprender a estrutura morfológica da Língua Portuguesa.

Como afirma Soares (2003), quanto maior o nível de escolaridade, melhor a prática social da linguagem.

É importante salientar que para Shimazaki (2006), a alfabetização está mais relacionada ao ensino formal da manifestação gráfica da leitura e escrita.

Seguramente os alunos da sala de recursos lá estão porque alguma dificuldade na efetivação da alfabetização e do letramento a levou para este espaço. Esperamos um aprofundamento acerca da leitura e da escrita, durante o mestrado, relacionando a pesquisa já existente com a realidade da sala de recursos.

Para a realização da investigação da presente pesquisa serão utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica será fundamentada nos estudos já citados e em outros que forem sugeridos.

Para a efetivação da pesquisa de campo serão planejadas atividades de leitura e escrita a serem desenvolvidas em sala de recursos com interação direta com as pessoas pesquisadas, analisar e exercer a ação pedagógica proposta no trabalho.

Farão parte deste estudo um conjunto de 10 a 20 sujeitos que estejam em fase pré-silábico ou silábico de escrita em uma escola pública no município de Campo Mourão.

Para a pesquisa serão utilizados jornais, revistas, fichas de leitura, documentos, dentre outros e os sujeitos serão submetidos a uma avaliação para identificar o conhecimento sobre escrita do qual já tenham se apropriado.

Será utilizado a prova das quatro palavras e uma frase proposta por Ferreiro (1986), as palavras não devem fazer parte do repertório escolar dos alunos, todavia, devem pertencer ao mesmo campo semântico e podem ter de 1 a 4 sílabas. Com isso, pode se avaliar a variação da quantidade de letras e a função da quantidade de sílabas. A frase deve conter uma das palavras da avaliação.

As produções dos alunos, coletadas ao longo da pesquisa, ajudarão na avaliação qualitativa dos resultados, usando critérios que serão discutidos com o orientador.

O cronograma de execução inicia no último semestre de 2007, com as disciplinas obrigatórias e seminários de pesquisa; em 2008, no primeiro semestre serão ministradas as disciplinas optativas e terá início a pesquisa de campo, e orientação; em novembro de 2008, acontece o exame de qualificação em junho de 2009, depósito da versão final da dissertação e em julho a defesa pública da Dissertação.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CEB 02/2001.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Autores Associados, 1987.

LEMLE, M. **Guia Teórico do Alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1991.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.;

MORI, N. N. R. A teoria psicogenética e a prática pedagógica. In: Mori, N. N. R. **Alfabetizando adultos**. Maringá: EDUEM, 1992.

PARANÁ. Deliberação Estadual 02/03 aprovada em 02 de junho de 2003/Pr. **Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para o aluno com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná**.

PARANÁ. Instruções n 04/04. **Critérios para funcionamento da sala de recursos para o Ensino Fundamental de 1 a 4 séries**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2004.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Quero, 1982.

SHIMAZAKI, E. M. **Letramento em jovens e adultos com deficiência**. Pesquisa apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutora em Educação, 2006.

SOARES, M.. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

TFOUNI, L.V. **Letramento e Alfabetização**. Campinas: Cortez, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

COAMO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL: UM AGENTE DINAMIZADOR DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE ARARUNA

Vera Huzek, TCC, Geografia, FECILCAM, vera_huzek@yahoo.com.br
Me. Áurea A. Viana Andrade, orientadora, Geografia, FECILCAM,
avandrade@yahoo.com.br

Resumo: A presente investigação científica tem como propósito analisar a Coamo Cooperativa Agroindustrial como agente dinamizador do espaço agrário de Araruna. A escolha do tema se justifica em razão do município ser essencialmente agrícola e sua estrutura fundiária centrada, especialmente em pequenas e médias propriedades. Outro fato relevante se deve a substituição de culturas ocasionadas nos últimos tempos, bem como as mudanças no uso do solo agrícola do município provocada pelo agente. Para o desenvolvimento da pesquisa, faremos levantamento de referencial (bibliográfico) teórico que trata do assunto, bem como pesquisa empírica com agricultores e representantes da Coamo.

Palavras-chave: Coamo; Agente dinamizador; Espaço Agrário;

A transformação recente no cenário rural do município de Araruna está condicionada às mudanças no uso do solo agrícola provocado pelos agentes Estado e capital. Neste sentido, a investigação científica estará focando a Coamo Cooperativa Agroindustrial como um dos agentes da dinâmica da organização do espaço agrícola no município de Araruna. Segundo Andrade (2005) um dos instrumentos que contribuiu para um novo cenário agrário na microrregião de Campo Mourão se deve ao desenvolvimento das cooperativas, sobretudo a partir de 1971. Com a regulamentação do cooperativismo, parte considerável dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR foi destinado para este segmento, que viabilizou a integração econômica, desenvolveu as forças produtivas transformando-se em empresas do campo e articulando-se com as agroindústrias e com o próprio Estado.

De acordo com Teixeira (2002, p. 91), as cooperativas paranaense ainda no modelo comercial eram basicamente influenciadas pela economia cafeeira, porém, com o desestímulo a cafeicultura, juntamente com a crise econômica entre 1970 a 1983, além da expansão das inovações tecnológicas, volta-se para outros produtos. Não que as cooperativas deixassem de receber o café. No caso da microrregião Geográfica de Campo Mourão, o cooperativismo iniciou-se no final da década de 1960, ao contrário da região Norte paranaense, a cafeicultura não foi expressiva. Com a expansão da soja e do trigo na região, segundo Ávila (2002), os agricultores se deparavam com dificuldades em armazenar e comercializar o novo produto, sem contar com os intermediários (atravessadores) que manipulavam os preços. E neste contexto que surge a primeira cooperativa agrícola de Campo Mourão, COAMO em 28 de novembro de

1970. Contudo, não se pode atribuir exclusivamente ao agente em questão, a expansão da modernização agrícola na região.

Com o crescimento da Cooperativa, ocasionada, sobretudo, pela consolidação do capital no campo, foram surgindo vários entrepostos na região. No ano de 1974 foi iniciada a construção dos primeiros entrepostos, em Engenheiro Beltrão e Mamborê. Atualmente, a expansão territorial da Cooperativa abarca mais de 53 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. As atividades do entreposto no município de Araruna tiveram início em 16 de março de 1984, na Rodovia PR 436, snº - saída para Peabiru. Atualmente o entreposto conta com aproximadamente 360 cooperados, onde a matéria prima que produzem nas lavouras do município está destinada à comercialização e industrialização por parte da cooperativa.

Tomando por base o Cooperativismo realizar-se-á em um primeiro momento a investigação da instalação da COAMO no município de Araruna, juntamente com o levantamento bibliográfico sobre a área de estudo. A pesquisa terá como base autores renomados como: SILVA, Graziano; MORO, Dalton Áureo; TEXEIRA, Wilson Antonio; MULLER, Geraldo e outros, dando assim embasamento para as discussões levantadas a campo. Serão feitas coletas de dados por meio de órgãos como: IBGE, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, prefeitura municipal de Araruna. Para que assim tenhamos mais informações a respeito do assunto a ser investigado serão feitas entrevistas semi - estruturadas com agricultores e representantes da Cooperativa.

O cooperativismo contou com o apoio do governo e com o consentimento inicial dos setores industriais, pois o avanço das cooperativas servia a modernização da agricultura e esta se fazia através do consumo de máquinas e insumos oriundos do setor industrial, propiciando volumes crescentes de produção que atendiam os interesses do setor urbano industrial. As cooperativas podem ser consideradas como arranjos institucionais amplamente difundidos por diferentes setores da economia, cuja característica comum é compartilhar os princípios do cooperativismo. Entre as diferenças encontradas no processo de modernização agrícola, uma básica fundamenta-se no trabalho, devido ao grau de especialização da agricultura nos anos setenta. Além das diferenças, existem as desigualdades para alguns agricultores na participação do processo de modernização: falta de recursos para a aquisição da moderna tecnologia, não fornecimento do crédito agrícola, assim proporcionando a exclusão dos pequenos agricultores e favorecimento dos médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação.

A tecnologia que chegou até o campo com a implantação de implementos e insumos agrícolas e a correção dos solos, acarretando

alterações na estrutura fundiária, onde muitos agricultores não conseguiram acompanhar as novas técnicas e foram obrigados a procurar novos caminhos nas grandes cidades, iludidos pela oferta de emprego e se deparando com a falta de qualificação. As primeiras articulações dos agricultores sobre a organização do espaço agrícola é a mudança dos sistemas de cultivo, que possibilitam o início da organização social sobre o território. Toda cultura de um produto que desaparece influi sobre outro de forma haja viabilização de créditos para novos investimentos. Não ocorrendo esse apoio não há como concorrer com o mercado às vantagens que são acessíveis aos grandes proprietários.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. Aspectos da Ação do Estado e do Capital na Organização do Espaço Rural Regional. **XII Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005.

ÁVILA, Jader Libório. **A Coamo e o Desenvolvimento Geoeconômico da Região de Campo Mourão**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá.

AYOADE, J. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. São Paulo: Atual, 1986.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória, 1996. 728 p.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências Exatas, campus de Rio Claro.

PINHO, Diva Benevidas. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p.

PRADO, Hélio do. **Solos dos Brasil: gênese, morfologia, classificação, levantamento, manejo**. Piracicaba: 4ª Ed., 2005. 281 p.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 190 p.

SILVA, Jose Graziano. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: 2ª Ed., Hucitec, 1980. 240 p.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião norte central paranaense**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O PARQUE DO LAGO COMO INSTRUMENTO DE LAZER PARA A TERCEIRA IDADE - ESTUDO DE CASO: GRUPO NOVA VIDA-2007

Alessandra as Silva Ferreira, TCC, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
ale.tur@hotmail.com.

Esp. Wellington Gabriel da Silva, orientador, FECILCAM,
prof_wellington@hotmail.com

Resumo: Atualmente, o turismo possui vários segmentos, entre eles o lazer vem sendo projetado como uma das principais atividades desenvolvidas por varias pessoas, inclusive pelo público da terceira idade, que busca nas atividades de lazer um instrumento para proporcionar uma melhor qualidade de vida, já que cada vez mais a inatividade e o sedentarismo se constituem em um pecado para aqueles que desejam viver mais e melhor. Dessa forma, o artigo objetiva investigar a relação da terceira idade e suas práticas de lazer e propõe uma contribuição para o desenvolvimento de atividades como alternativas pra melhorar a tão desejada qualidade de vida.

Palavras-chave: Turismo; Lazer; Terceira Idade.

Atualmente o turismo vem apresentando uma diversidade cada vez maior de oferta turística, mas a demanda também está se apresentando cada vez mais segmentada e exigente.

Essas mudanças começaram a intensificar no final do século XX, com o desenvolvimento tecnológico de transportes, melhores condições econômicas das pessoas e ao aumento do tempo livre, o qual passou a ser utilizado em atividades recreativas e de lazer. Esse aumento de tempo gerou e está gerando a cada dia, novas necessidades e desejos nos consumidores.

Kotler, (apud IGNARRA 2002, p. 75) confirma que “O mercado consiste em todos os consumidores potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejo específico, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo”.

Isso explica que os mercados turísticos devem se adequar, visando satisfazer essas necessidades, pois, o sucesso do empreendimento depende dos consumidores. Esses ao saírem satisfeitos, poderão retornar e divulgarão o local aos demais possíveis visitantes.

De acordo com Moraes, (apud ANSARAH 1999, p. 13). “As exigências de produtos e serviços de qualidade a preço justo por parte dos clientes conduziram as empresas a se adequar aos novos tempos”, ou seja, como já exposto essa adequação necessita garantir a satisfação do cliente, o que pode ser obtido através de um processo de planejamento eficiente, onde as decisões deverão ser estudadas antes de aplicadas. Os

clientes devem ser analisados, buscando conhecer seu comportamento com base em seus gostos e preferências.

Sabe-se que na atualidade assuntos relacionados ao público da terceira idade, vêm sendo cada vez mais discutidos, principalmente no que se refere à qualidade de vida.

Com isso uma parcela relevante de idosos está rompendo a convenção da "velha" imagem de debilidade e aceitação dos sofrimentos relacionados à maturidade. A terceira idade do século XXI vive mais e melhor.

E o turismo já está reconhecendo este fato, e um dos maiores motivos para as empresas investirem nesse segmento é o fato de que os idosos dispõem de mais tempo para o turismo que outro grupo social.

A qualidade de vida provém da vivência de atividades criativas, que tragam prazer e colaboram para o desenvolvimento integral da pessoa. Aumenta o número de pessoas que alcançam à terceira idade saudáveis e aspirados por novas experiências.

A terceira idade sabendo disso, busca nas atividades de lazer um instrumento para proporcionar uma melhor qualidade de vida, já que cada vez mais a inatividade e o sedentarismo se constituem em um pecado para aqueles que desejam viver mais e melhor.

Segundo Fromer e Vieira (2003), em se tratando de possuir o lazer na terceira idade, esta faixa etária é privilegiada em relação à utilização do tempo livre. O que não significa que ela pratica mais o lazer, só por, teoricamente, ter uma parcela de tempo livre maior do que os outros grupos sociais.

As atividades de Lazer podem ser desenvolvidas em Unidades de Conservação, isso possibilitaria o crescimento e desenvolvimento econômico regional, pois essas áreas quando bem trabalhadas e divulgadas acabam implementando os atrativos turísticos da cidade. Essas áreas proporcionam ainda horas de diversão, prazer e satisfação para sociedade, como por exemplo, as atividades em contato com a natureza, que são atividades que proporcionam qualidade de vida a toda população.

A conservação da natureza se justifica tanto por questões de qualidade de vida das populações humanas quanto por questões éticas e morais que consideram o valor intrínseco da natureza. Campo Mourão possui algumas Unidades de Conservação, sendo que uma delas é o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, que é conhecido também como Parque do Lago. Este parque é uma opção de lazer para a população de Campo Mourão e região, possuindo pista de caminhada, área para realizar atividades físicas e um parquinho, que são visitados todos os dias.

Com base nessas considerações é que por meio de uma pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico e leitura seletiva, e ainda a

aplicação de um questionário para o público da melhor idade, é que almejamos investigar a relação da terceira idade e suas práticas de lazer. E com isso propor uma contribuição para o desenvolvimento de atividades como alternativas pra melhorar a tão desejada qualidade de vida, bem como sugerir uma reflexão sobre como estão vivendo os idosos de hoje em dia, para de certa forma contribuir com suas atividades ligadas ao turismo.

Referências

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org). **Turismo Segmentação de Mercado**. 3ªed. São Paulo: Futura, 1999.

FROMER, Betty; VIEIRA, Débora Dutra. **Turismo e Terceira Idade**. São Paulo: Aleph, 2003.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OS EFEITOS DO TURISMO NA COMUNIDADE DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DE CARDOSO – SP

Bruna Mayra Borges do Amaral, TCC, Turismo e Meio Ambiente,
FECILCAM, bruna-mayra@hotmail.com

Me. Telma Basetti Santos, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
tmbbsantos@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por finalidade mostrar que este novo século está sendo marcado por grandes transformações em todos os aspectos da vida dos homens, repercutindo na definição de novos valores, no aparecimento de novas necessidades e na alteração dos hábitos de consumo. Surgem novos paradigmas e novos valores são incorporados à sociedade pós-moderna. O turismo, enquanto atividade econômica surgiu e se desenvolveu segundo a mesma lógica do capitalismo. Dessa forma, o presente artigo procura investigar os efeitos que o turismo pode causar na comunidade de pescadores na Prainha de Cardoso – SP.

Palavras-chave: capitalismo; turismo; efeitos.

No século XVIII, com a Revolução Industrial, o capitalismo teve um grande desenvolvimento, iniciando-se as relações entre o capital e o trabalho, ficando bem claro a divisão entre as classes proprietárias e as classes trabalhadoras.

Em leituras marxistas, o mesmo considera as desigualdades sociais como produto de um conjunto de relações pautado na propriedade como um fato jurídico, e também político. O poder de dominação é que dá

origem a essas desigualdades. As desigualdades se originam de uma forma sucinta, dessa relação contraditória, refletem na apropriação e dominação, dando origem a um sistema social, neste sistema uma classe produz e a outra domina os meios de produção.

As classes sociais mostram as desigualdades da sociedade capitalista. Na economia existem relações que levam a exploração do trabalho e a concentração da riqueza nas mãos de poucos.

As classes sociais se inserem em um quadro antagonico, elas estão em constante luta, mostrando o caráter antagonico da sociedade capitalista, pois normalmente o patrão é rico e dá ordem ao seu proletariado, que diante de uma reação normal não gosta de recebê-las, principalmente quando as condições de trabalho e os salários são precários. A exemplo do que estamos falando as greves e reivindicações que exigem melhorias para as condições de trabalho, mostrando a impossibilidade de se conciliar os interesses de classes.

Segundo IANNI, a sociedade global:

compreendem as relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. [...] envolve direitos humanos, narcotráfico, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde, educação, meios de comunicação, satélite e outros itens. Assim, organizações políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais organizam-se segundo razões próprias, interpretações independentes de conjunturas locais, regionais ou nacionais. Pensam as suas atividades em um cenário que pode ser internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global. (FONTELES apud IANNI, 2004, p. 69.).

O processo de globalização da cultura, da sociedade e da política não poupa classes sociais, movimentos sociais, partidos políticos, ideologias e utopias. Todas essas categorias são globalizadas, ainda que de forma diferenciada.

Giddens (1991), não concebe a modernização como representante do começo de uma nova era ou sequer época da humanidade. A modernização substitui as formas de sociedades tradicionais que eram baseadas na agricultura.

Em meio a todo esse alvoroço no ciberespaço, um termo tão consolidado como o de “comunidade” vem sendo discutido e mesmo questionado por alguns teóricos. Alguns reclamam sua falência, com certo tom nostálgico, lamentando seu desgaste e perda de sentido no mundo

atual. Outros apontam para os focos de resistência que comprovariam sua pertinência, mesmo a nossa sociedade capitalista individualizante. Mas há os que acreditam, simplesmente, que o conceito mudou de sentido.

Baumann (2003) coloca em seu livro intitulado “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” uma série de conceitos do que estaria se passando atualmente com a noção de comunidade: individualismo, liberdade, transitoriedade, cosmopolitismo dos “bem-sucedidos”, comunidade estética, segurança. Baumann supõe que haja uma oposição entre liberdade e comunidade. Considerando-se que o termo “comunidade” implique uma “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles”, indivíduos egoístas, que percebem o mundo pela ótica do mérito (os cosmopolitas), não teria nada à “ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela” (Baumann, 2003, p. 59).

Portanto, a globalização é um fenômeno multidimensional que se expande no final deste século em um processo irreversível. Todas as sociedades, desenvolvidas e subdesenvolvidas, convivem com o fenômeno, embora de forma diferenciada. Globaliza-se a cultura, os produtos, os hábitos de consumo, os serviços, o lazer, o turismo, etc., interferindo-se na identidade das pessoas. Com isso, procuramos investigar os efeitos do turismo para a Comunidade de Pescadores na Prainha de Cardoso, localizado no Município de Cardoso – SP, tanto os benefícios quanto problemas que o turismo pode trazer para um município ou comunidade.

Este novo século está sendo marcado por grandes transformações em todos os aspectos da vida dos homens, repercutindo na definição de novos valores, no aparecimento de novas necessidades e na alteração dos hábitos de consumo. Surgem novos paradigmas e novos valores são incorporados à sociedade pós-moderna. Magalhães (2002) coloca que o turismo, enquanto atividade econômica surgiu e se desenvolveu segundo a mesma lógica do capitalismo. Ainda no entender do mesmo autor, o capitalismo tem uma notável peculiaridade, representada por sua universalidade, pois consegue atingir nações com características as mais distintas, moedas diferentes, pobres e ricas, cobrindo, enfim, quase todas as partes do planeta.

Na opinião de Rodrigues (1996), nas últimas décadas, o turismo tem demonstrado esse comportamento peculiar. A autora afirma que:

Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não

poupando nenhum território – nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas regiões submarinas – na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas, savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e areis. (MAGALHÃES APUD ROGRIGUES, 2002, p. 19).

O turismo é uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais.

A atividade turística compreende tanto a produção quanto o consumo e, segundo Magalhães apud Rodrigues (2002), as atividades secundárias (produção de espaço) como as terciárias (serviços) agem articuladamente, apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais” e “históricas”, transformando-se em lugares que deverão gerar lucros ou renda. Saliencia que os turistas também se apropriam desses lugares de forma fugaz e intermitente, sacralizando a natureza e a história passada, transformando-as em mercadorias. O turismo transfere o valor dos patrimônios culturais, das cidades, dos lugares e da população local para os turistas, enquanto objeto do olhar, do prazer e de desejo. Em função do turismo e do consumo dos espaços são produzidas diversas formas estruturais de paisagens e de negócios.

Assim, o turismo enquanto negócio visa à obtenção de lucros; ao mesmo tempo, desenvolvê-lo implica continuar a distribuição injusta da riqueza. Apesar da expectativa principal do turismo ser o lucro e concentrar riqueza e renda, também cria oportunidades de ganhos para os trabalhadores e os lugares mais pobres.

O turismo no Município de Cardoso – SP surgiu como consequência do alagamento da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. Diante da situação a que foram expostas, a população descobriu no ramo uma alternativa economicamente viável e rentável.

O progresso reaparece na construção da Praia Municipal de Cardoso no início da década de 1980, nos inúmeros “ranchos” (nome atribuído às casas de veraneio – segunda residência) e condomínios que surgiram margeando a represa. Com isso, a população local foi assumindo uma nova visão, não apenas do espaço, mas também das novas atividades que representariam no novo espaço, ou seja, uma redefinição de seus papéis.

Com a descoberta do novo reduto de pescaria no interior do Estado, estes turistas começaram a trazer as suas famílias e, por fim, o tempo passado na cidade se amplia, conseqüentemente, os gastos com

alimentos, bebidas, locação de imóveis e outros gêneros ligado à prática do turismo também.

Porém, muitos pescadores começam a se sentirem ameaçados pelo turismo, pois os mesmos furtam seus materiais de pesca e peixes ainda nas redes; poluem as margens do rio (lixos) e nos finais de semana, realizam atividade aquáticas de lazer onde há pesca. Embora esta realidade deponha contra o turismo, parte dos pescadores entrevistados reconhece nesta atividade uma fonte alternativa de geração de emprego e renda no município.

Apesar da pesca ser uma atividade bastante praticada em Cardoso, os pescadores enfrentam muitas dificuldades: com relação ao preço de mercado do pescado; a diminuição da quantidade de peixes, decorrente, entre outras coisas, da pesca predatória; dos altos custos dos equipamentos de pesca; a falta de financiamentos e incentivos, sem contar a condição natural adversas, como frio e vento.

Conclui-se assim, que os pescadores, de modo geral, devido aos motivos já expostos, desenvolveram certa resistência aos turistas e não compreendem o que vem a ser a pesca turística, tanto que, para uma parcela significativa, esta atividade deveria ser proibida. Outra posição é de que deveriam existir locais específicos, destinados, exclusivamente, para este fim; aumento da fiscalização e realização do repovoamento do lago da represa, entre outros. Aí, aparece a contradição gerada pela desinformação, quando aparece a proposta de acabar-se com a pesca profissional.

Referências

- BAUMANN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- FONTELES, J. O. **Turismo e Impactos Socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

DIMENSÕES E PROCESSO DA ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA: UM PRIMEIRO ENSAIO ORGANIZANDO O AMBIENTE

Cristiano Molinari Bispo, TIDE, Administração, FECILCAM,
cristianobispo@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste ensaio é apresentar um modelo preliminar sobre a administração estratégica, concebendo-o como um processo associado a algumas dimensões. A metodologia envolve uma hipótese

teórica que poderá ser testada em pesquisas futuras. A abordagem inclui as dimensões financeira, pessoal, estrutural e lógica e o processo de compreensão, definição, sistematização e ação. Além disso, salienta-se que as dimensões são visualizadas no âmbito interno e externo. O modelo oferece alguns pontos a serem utilizados para entender o comportamento estratégico de uma organização para propósitos de pesquisa e de negócios.

Palavras-chave: administração estratégica; visão baseada em recursos; gestão por processos.

Introdução

A administração estratégica é uma disciplina muito relevante responsável por manter ou tornar as organizações alinhadas aos seus respectivos ambientes. Neste contexto, é importante desenvolver modelos que expliquem esta abordagem adequadamente. Assim, alguns grupos de categorias são apresentados, no intuito de construir um modelo abrangente que envolva os aspectos mais importantes deste tópico. Um deles refere-se às dimensões da administração estratégica, incluindo tipos distintos de recursos responsáveis por ler o ambiente das organizações. O outro é o processo de administração estratégica, que deve evidenciar os passos significativos para tornar viável o desenvolvimento de uma abordagem gerencial prática. Finalmente, agrega-se à discussão a unidade de análise, com os pontos de vista interno e externo, buscando o alinhamento da organização com seu respectivo ambiente.

Materiais e Procedimentos Metodológicos

Iniciando-se pelo delineamento, pode caracterizar a pesquisa como um estudo exploratório, configurado como um ensaio teórico elaborado a partir de procedimentos qualitativos. Justifica-se este delineamento pelo fato da pesquisa prever a proposição de um modelo que não tem a intenção de ser conclusivo, pois poderá ser utilizado como base para pesquisas futuras de ordem teórico-empírica, dentro de uma postura epistemológica hipotético-dedutiva. A pesquisa constitui-se por meio de dados secundários, utilizando a literatura subjacente ao tema exposto, ou seja, de estratégia e de *Resource-Based View* – RBV. Assim, o universo da pesquisa envolve esta literatura, da qual se subtrai uma amostra, envolvendo uma fração acessível dentro dos parâmetros orçamentários e temporais do projeto. Desta forma, os procedimentos de coleta de dados envolvem pesquisa bibliográfica, como livros e artigos. Conseqüentemente, realiza-se o tratamento de dados por meio de uma análise documental perante a literatura subjacente, desenvolvendo-se como uma compilação dos textos selecionados.

Análise e Discussões

Para fundamentar o modelo proposto, os temas estratégia e recursos precisam ser apresentados. Para iniciar, ressalta-se que a competição e a vida começaram simultaneamente, disputando recursos. Entretanto, imaginação e lógica asseguraram o surgimento da estratégia. Como exemplo, é possível citar a estrategistas de negócios, os quais utilizam imaginação e raciocínio lógico para acelerar os efeitos da competição e a velocidade das mudanças (HENDERSON, 1998, p. 4). Desta forma, é interessante conceber a estratégia como uma metodologia para atingir objetivos previamente e deliberadamente definidos.

Passando para a questão dos recursos sob a ótica da *resource-based view* (RBV), as variáveis que podem garantir vantagem competitiva e, conseqüentemente, um desempenho superior, são intraorganizacionais, se referindo à maneira distinta de se organizar todos os recursos com os quais a organização tem algum tipo de relação. Desta forma, aceita a RBV não implica em refutar a teoria de Porter (1980), que delega à indústria, e então, ao posicionamento de cada firma, a responsabilidade pelo desempenho superior. Analisando estas teorias, torna-se possível construir um modelo para compreender a administração estratégica, integrando o ponto de vista interno e externo.

De acordo com este contexto, é possível organizar as dimensões da administração estratégica na seguinte taxonomia: financeira, pessoal, estrutural e lógica; e o processo desdobrado nos passos a seguir: compreensão, definição, sistematização e ação. Ressalta-se que as categorias apresentadas perfazem intersecções umas com as outras. Além disso, esclarece-se que não se adiciona no modelo uma fase dedicada ao controle pelo fato de se acreditar que o mesmo deve estar presente em cada um dos passos delineados.

Iniciando a descrição do modelo pelas dimensões da administração estratégica, salienta-se que dentre o material consultado, algumas obras merecem ressaltos como Penrose (1959), Wernerfelt (1984), Rumelt (1984), Grant (1991) e Brush, Greene e Hart (2001). A financeira, assim como as outras dimensões, tem uma perspectiva interna e externa, determinando as necessidades de fundos organizacionais e prospectando fontes favoráveis (internas e externas). Entretanto, a dimensão financeira também inclui uma perspectiva econômica e política. Também é interessante perceber que algumas intersecções entre dimensões, como o governo (também incluído na perspectiva pessoal), tem conseqüências financeiras. Passando para a dimensão pessoal, percebe-se que a mesma envolve diversas subcategorias, talvez porque em todas as dimensões, é possível encontrar uma pessoa ou um grupo gerenciando, pressionando, trabalhando, reclamando, apoiando etc. Já a dimensão estrutural lida com os aspectos físicos, envolvendo produtos, infra-estrutura, equipamentos,

construções etc. Assim, todas as estruturas disponíveis no mercado ou utilizadas por concorrentes são aspectos relevantes que poderiam ser monitorados para subsidiar o processo gerencial. Por fim, a dimensão lógica conclui a taxonomia de recursos apresentada para mostrar os aspectos intelectuais formalizados para fazer funcionar as estruturas indispensáveis ao processo organizacional. Esta dimensão também tem uma abordagem interna e externa, facilmente confirmada checando-se o *know-how* mantido por competidores. Como apresentando, estas dimensões não são categorias completamente distintas. Há intersecções entre elas, sem exceção. Assim, podem-se observar os pontos fortes deste modelo: sua flexibilidade e não determinismo de um modelo preditivo e estático.

Em relação ao processo de administração estratégica, adiciona-se que para gerenciar qualquer empresa, é indispensável entender o ambiente externo e interno. Neste ponto, da literatura analisada, destacam-se as contribuições de Certo e Peter (1993) e Thompson Jr. e Strickland III (2003). Assim, compreender estes ambientes é o primeiro passo para contextualizar a perspectiva e o posicionamento da empresa ou da unidade de negócios. Da mesma forma que as demais etapas do processo, esta se refere a cada dimensão delineada acima. Compreendendo o ambiente, é possível definir o papel principal da unidade de análise e os objetivos conseqüentes. É hora de definir ou redefinir a “alma” da empresa e verificar se seu estereótipo se concatena ao ambiente externo. O próximo passo é o ponto principal da estratégia, no qual devem ser desenvolvidas as metodologias para alcançar os objetivos delineados no passo anterior, envolvendo cronogramas e orçamentos. Este contexto evidencia a relevância dos gerentes médios, os quais têm a incumbência de traduzir a missão ou os objetivos organizacionais gerais em metas pessoais claras que possam ser avaliadas e gerenciadas. A última etapa é a fase da ação, que se refere à implementação dos itens planejados apresentados acima, prospectando e aplicando fundos, contratando e treinando pessoas, projetando e construindo estruturas, criando e revisando procedimentos e, finalmente, vendendo para conseguir lucro e valor. A idéia é que estes passos formam uma espécie de ciclo que configuram um mecanismo de controle. As duas primeiras etapas delineiam o controle da eficácia e os dois últimos o controle da eficiência, respectivamente, controlando o que a firma faz e como a firma desenvolve suas rotinas.

Considerações Finais

Como este estudo utiliza apenas aporte teórico para fundamentar seus argumentos, cabe ressaltar que, mesmo que isso possa ser entendido como uma limitação, também se circunscreve neste contexto

uma oportunidade, que será devidamente exposta adiante. Toda pesquisa precisa determinar um foco, e inevitavelmente esta escolha elimina outras possibilidades de trabalho. Neste caso, o foco centrou-se na revisão de literatura para verificar se há ou não pontos de intersecção que possam auxiliar a argumentação central do estudo a ganhar mais representatividade, ou o contrário. Para este estudo, a literatura apresenta uma grande disponibilidade de títulos que tratam do assunto, embora não da forma com que se propõe. Assim, a contribuição efetiva da literatura e do estudo por consequência é lapidar e largamente contextualizar a abordagem apresentada, ou seja, de definir a administração estratégica como um processo envolvendo algumas dimensões.

Neste ponto, oportuniza-se a apresentação da retrocitada oportunidade, que se referente à possibilidade de se elaborar a partir deste texto esforços de natureza teórico-empírica. Estes esforços podem se referir a trabalhos de consultoria que utilizem a abordagem apresentada sobre a estruturação da administração estratégica. Além disso, é possível elaborar pesquisas que vislumbrem verificar a adequação do modelo para gerenciar as empresas ou estudar seu comportamento. Estes estudos, por exemplo, podem contemplar a utilização do modelo como abordagem para estabelecer correlação com índices de natureza financeira, principalmente rentabilidade. Ou, além disso, utilizar análise univariada ou multivariada para explicar a variância dos índices financeiros e outros que possam vir a explicar o grau de sucesso das organizações.

Desta forma, considerando a literatura pertinente compilada até a publicação deste texto, não se encontrou argumentos relevantes que inviabilizem a utilização do modelo proposto. Assim, entende-se que é possível compreender estrategicamente as organizações a partir da compreensão, definição, sistematização e ação dos recursos financeiros, humanos, estruturais e lógicos, tanto do ponto de vista interno quanto externo, quando pertinente. Portanto, considerando o que foi apresentado, conceitua-se administração estratégica como o processo de compreender, definir, sistematizar e agir em relação aos recursos financeiros, humanos, estruturais e lógicos.

Referências

BRUSH, C. G.; GREENE, P. G.; HART, M. M. From initial idea to unique advantage: the entrepreneurial challenge of constructing a resource base. *The academy of Management Executive*, v. 15, n. 1, p. 64-78, Feb. 2001.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. *Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégia*. São Paulo: Makron Books, 1993.

HENDERSON, B. D. As origens da estratégia. In: Montgomery, C. A.; Porter, M. E. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, [1989] 1998.

- PENROSE, E. *The Theory of the Growth of the Firm*. London: Basil Blackwell, 1959.
- PORTER, M. E. *Competitive strategy*. New York: The Free Press, 1980.
- RUMELT, R. P. Towards a Strategic Theory of the Firm. In: Lamb, R.B. (ed). *Competitive Strategic Management*. Prentice-Hall, Englewood Clifs, NJ, 1984.
- THOMPSON JR., A. A.; STRICKLAND III, A. J. *Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. *Strategic Management Journal*, 5, 1984, pp. 171-180.

OS DIREITOS DOS SENTENCIADOS

Douglas Augusto Macowski, TCC, UEM, macowski@gmail.com

Resumo: Tendo por base a Legislação vigente no país, que dispõe sobre os direitos atuais dos presos, já que, embora sentenciados, continuam titulares de todos os direitos que não foram alcançados pelo internamento prisional, decorrente da sentença condenatória que lhes impôs uma pena privativa de liberdade, quer-se com esse trabalho de pesquisa focalizar os direitos especiais que as pessoas recebem ao serem encarceradas.

Palavras-chave: sentenciado; direitos; LEP.

O interesse atual pelos direitos dos presos é um reflexo conseqüente do movimento geral de defesa dos direitos humanos. Com o recolhimento do sentenciado a um estabelecimento prisional, nasce uma relação especial entre o Estado e esta pessoa, fazendo surgir uma série de direitos e deveres recíprocos, que devem ser observados e respeitados.

Desta maneira, o objetivo deste trabalho monográfico foi estabelecer uma breve discussão sobre os direitos dos presos, para focalizar sobremaneira os direitos especiais que a pessoa recebe ao ser encarcerada. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica que, aliada a uma série exaustiva de visitas a instituições prisionais, sobretudo às do estado do Paraná, resultou na coleta e análise ora apresentados.

Com o recolhimento do sentenciado a um estabelecimento prisional, nasce uma relação especial entre o Estado e esta pessoa, fazendo surgir uma série de direitos e deveres recíprocos, que devem ser observados e respeitados.

O Estado tem direito de executar a pena do sentenciado. Contudo há limites para esta execução, que são os termos da sentença condenatória. Segundo Fragoso (1980), o Estado não pode aplicar ao condenado outra pena senão aquela prevista na sentença, sendo um direito do condenado cumprir somente a pena quantitativa/qualitativa que lhe foi imposta pela sentença penal.

Eliminados alguns direitos e deveres do condenado, nos limites exatos da sentença, deve-se executar a pena privativa de liberdade de locomoção, atingindo tão somente aqueles aspectos a esta inerentes, permanecendo intactos, portanto, os demais direitos. A inobservância de tais direitos seria a imposição de uma pena suplementar não prevista em lei.

As Regras Mínimas da ONU para o tratamento dos presos, em seu item nº 57, 2ª parte, prevê que o sistema penitenciário não deve acentuar o sofrimento já inerente à pena privativa de liberdade.

Mirabete (2000, p.45) afirma que “esse parece ser o ponto mais levantado por certos juristas quando afirmam que, na sanção imposta pelo Código Penal – a privação de liberdade – não estão incluídos os sofrimentos acrescidos pela situação reinante nas prisões, os quais terminam por agravar a pena a que foi condenado o infrator.

A Lei de Execução Penal (LEP), impedindo o excesso ou desvio da execução que possa comprometer a dignidade e a humanidade da execução, torna expressa a extensão de direitos constitucionais aos presos e internos. Por outro lado, também assegura condições para que os mesmos, em decorrência de sua situação particular, possam desenvolver-se no sentido da re-inserção social, com o afastamento de inúmeros problemas surgidos com o encarceramento.

Deste modo, são reconhecidos e assegurados aos condenados todos os direitos de índole constitucional comuns a todos os homens, livres ou condenados. Além desses, a Lei de Execução Penal confere outros direitos aos sentenciados, previstos no artigo 41 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e são os seguintes:

1. Alimentação suficiente e vestuário;
2. Atribuição de trabalho e sua remuneração;
3. Previdência Social;
4. Constituição de pecúlio;
5. Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

6. Exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
7. Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (e ao egresso);
8. Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
9. Entrevista pessoal e reservada com o advogado;
10. Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
11. Chamamento nominal;
12. Igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
13. Audiência especial com o diretor do estabelecimento;
14. Representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
15. Contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes;
16. Atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Após feita uma profunda análise da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 no tocante aos direitos dos presos, pode-se concluir que há no ordenamento jurídico brasileiro uma verdadeira jóia jurídica.

A Lei de Execução Penal brasileira acrescentou aos presos, além dos direitos comuns inerentes à pessoa humana, direitos decorrentes da condição ou status de condenado.

Estes direitos vêm em sua maior parte previstos no artigo 41 da Lei de Execução Penal, porém deve-se lembrar que a enumeração dos direitos dos presos deste diploma legal não é exaustiva, já que a própria lei prevê outros, normalmente subordinados ao preenchimento de certos requisitos, tais como: o de recompensas, previsto no artigo 56 da LEP, e o de autorizações de saída, previsto no artigo 120 e seguintes da LEP.

A observação e a proteção destes direitos são de suma importância, pois darão ao condenado a segurança necessária para que possa cumprir a pena que lhe foi imposta, e de se reajustar ao convívio na sociedade quando do seu egresso.

No rol de direitos do preso, previstos no artigo 41 da Lei de Execução Penal, o legislador pátrio tomou cuidado para que o preso tenha condições tanto físicas (vestuário e alimentação) como morais (proteção contra qualquer tipo de sensacionalismo) para recuperar-se.

Dentre todos os direitos dos presos previstos na Lei de Execução Penal, o instituto da assistência parece ser o mais importante, pois através da assistência o preso tem todo o auxílio para sua recuperação e re-

inserção no meio social. Esse auxílio prestado pela assistência é categorizado em: assistência material (alimentação e vestuário), assistência à saúde (o direito do preso em ser examinado por médicos e dentistas), assistência jurídica (o direito do preso em contar com um advogado para atendê-lo no período da execução de sua pena), assistência educacional (o direito do preso em estudar e apreender ou aprimorar ofícios), assistência social (o direito do preso em ser assistido por um assistente social no período de execução da pena e após ser posto em liberdade) e à assistência religiosa (o direito do preso em ter sua orientação religiosa e ser assistido por um representante da religião que professa).

Ainda existe outra espécie de assistência: aquela que se refere ao egresso, não mencionada pelo legislador no artigo 41 da Lei de Execução Penal, mas que é de extrema relevância, pois presta grande auxílio ao expreso que, posto em liberdade, não venha a reincidir nas sendas do crime.

Corroborando Marcão (2004), pode-se concluir que a Lei de Execução Penal vigente, principalmente quanto aos direitos dos presos, em tese, é perfeita, principalmente se comparada às Leis de Execução Penal de países desenvolvidos, ditos de primeiro mundo. Ela institui deveres ao Estado em decorrência dos direitos dos presos. Porém, não é raro tomar-se ciência de atrocidades que ocorrem no interior de presídios no Brasil, em uma flagrante demonstração que a Lei de Execução Penal é desrespeitada, vigendo apenas no papel.

Ocorre que, em decorrência de inúmeros problemas – falta de concursos para pessoal habilitado, baixos salários, inúmeros casos de corrupção em todos os segmentos do Estado, alto índice de criminalidade e banditismo, o Estado acaba por não conseguir cumprir devidamente seus deveres, nem com os homens livres, nem com os condenados. Essa situação gera um Estado mal aparelhado, sem condições financeiras para aparelhar-se rápida e adequadamente, tanto no que concerne à estrutura física, quanto à qualificação necessária para os funcionários dos estabelecimentos prisionais de nosso país, o que leva a um crescente desrespeito ao preso como um ser humano.

Ainda assim, pode-se reafirmar que o advento da Lei 7.210/84 foi um grande avanço jurídico para o país, o qual, como sói acontecer, espera-se que em futuro próximo tenha condições financeiras e culturais de aplicar com toda a plenitude os dispositivos dessa lei.

Referências

FRAGOSO, Heleno. **Direito dos presos**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
MARCÃO, Renato. Crise na execução penal (II): da assistência material e à saúde. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 204, 26 jan. 2004. Disponível

em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4771>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução Penal, 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2000, p. 65.

PLANEJAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Elizeu Chimiloski Pontes, PG
Me. Adalberto Dias da Souza, orientador, FECILCAM,
adalberto@fecilcam.br

Resumo: O presente trabalho apresenta um processo de planejamento estratégico e planejamentos públicos, seguidos pelo conhecimento dos aspectos territoriais, demográficos e econômicos do Município, e tem como objetivo principal a identificação de tendências de desenvolvimento sustentável do Município de Campo Mourão utilizando e acompanhando indicadores mensuráveis entre os quais foram citados os índices de desenvolvimento humano municipal que fazem com que as recomendações sigam a mesma linha de raciocínio que é o melhoramento contínuo da qualidade de vida das pessoas.

Palavra-Chave: Planejamento; Identificação de Tendências; e Desenvolvimento do Município de Campo Mourão.

O trabalho de pesquisa monográfica apresenta um processo de planejamento estratégico e suas atribuições de análise de ambiente, formulação de estratégias, implementação de estratégias e controle de estratégias, seguidos pelo sistema de planejamento público que abrange a elaboração de plano diretor, plano plurianual e Agenda 21 local, ainda para dar ênfase no sistema de planejamento o documentário expõe o planejamento e desenvolvimento auto-sustentado, desenvolvimento regional, crescimento das cidades e desenvolvimento urbano. Com intuito de conhecer melhor o município foram observados os aspectos gerais, territoriais, demográficos e econômicos, em cumprimento ao objetivo da pesquisa, houve a identificação das tendências de desenvolvimento sustentável baseada nos indicadores educacionais, de saúde pública e de geração de renda, finalmente a pesquisa apresenta as recomendações e desafios do sistema proposto.

O processo de planejamento estratégico das organizações privadas inclui um conjunto de atividades, de estudo e previsão que servem para a tomada de decisão, este estudo é capaz de identificar os pontos fortes e pontos fracos, as ameaças e oportunidades e a partir deste

estágio permitir formular estratégias de forma a cumprir os objetivos da organização, acompanhada pela implantação de estratégias propostas, que devem ser de forma simples e eficiente e que sejam flexíveis para que o controle possa corrigir caso haja necessidade. O plano diretor como instrumento de planejamento público contempla a ocupação do município; define a expansão das indústrias e das atividades econômicas; define áreas de moradias sociais; define as áreas preservação ambiental; define como os serviços públicos poderão ser feitos com melhor qualidade e menos custo; define a instalação de pequenos negócios; orienta ainda onde construir escolas, postos de saúde, praças, rodoviárias e destino final de resíduos; serve ainda para prever as tendências de evolução de pequenos aglomerados urbanos, e as vias de comunicação que deverão ser construídas no médio e longo prazo; identifica demanda de áreas com potencial recursos naturais e hidrológicos; O plano Plurianual trabalha com o quantitativo de programas sociais voltados para a inclusão social e redução das desigualdades sociais, crescimento econômico e promoção da cidadania. A agenda 21 local é um processo de planejamento público capaz de mobilizar as organizações públicas e privadas com a visão de futuro, as ações prioritárias para inibir os fatores de degradação ambiental e de criação de exclusão social. Para a Agenda 21, preservar a natureza e distribuir riquezas é palavra de ordem dentro do processo. O desenvolvimento auto-sustentado trata de um desenvolvimento em conjunto com o ecossistema, ou seja, sem comprometer os recursos naturais, os demais temas como o desenvolvimento regional e desenvolvimento urbano têm a mesma linha de pensamento “desenvolver-se de forma eficiente sem comprometer as gerações futuras”.

Nenhum sistema de planejamento público é capaz de ter sucesso se não houver um diagnóstico local da organização como um todo. Neste trabalho foi feito o diagnóstico da situação territorial, seguido pela situação demográfica e econômica do Município.

A principal proposta da pesquisa é identificar tendência de desenvolvimento sustentável do município de Campo Mourão, baseado nas informações sobre os aspectos sociais de educação, saúde e renda.

No sistema educacional foi identificado a situação atual da educação básica, a situação do ensino superior, a dinâmica do setor privado e as tendências educacionais do Município, onde constatou que a educação no Brasil e no Município de Campo Mourão, vem priorizando os aspectos quantitativos e não qualitativos, ou seja, o sistema educacional está priorizando a universalização da educação básica, sem importar-se com a qualidade. Na saúde pública, levantou informações sobre esperança de vida ao nascer, risco de morte da população brasileira, risco de morte por acidentes, risco de mortalidade por agressões e tendências da saúde pública local, dentro deste contexto podemos afirmar que a saúde pública

está abarrotada e não consegue atender a demanda quantitativa e qualitativa da população, tendo uma tendência de carregar mais ainda o sistema se medidas corretivas não forem tomadas, e entende-se que a única saída para resolver o problema é a estruturação do sistema de saúde preventiva. O crescimento econômico tem dois fatores que influenciam no crescimento do PIB (produto interno bruto) que é a mudança tecnológica e acumulação de capital. Para elevar a taxa de crescimento econômico deve-se aumentar o ritmo de trabalho ou o avanço tecnológico. Para se ter um crescimento econômico mais rápido é preciso estimular a poupança, estimular a pesquisa de desenvolvimento, priorizar indústrias de alta tecnologia, incentivar o comércio exterior e melhorar a educação. Dentro do processo de desenvolvimento econômico identificou-se as tendências de diminuição da mão-de-obra agrícola e o aumento das mulheres no mercado de trabalho, mostrou também o tortuoso caminho da sustentabilidade agrícola onde os principais avanços foram determinados pelo plantio direto e o principal problema é o uso indiscriminado de agrotóxicos, que causam contaminação da água, solo e saúde da população, e que nos tempos atuais não temos indicadores do tamanho dos danos ambientais e de saúde pública e que os transgênicos estão contribuindo para o aumento da problemática. A sugestão é que o município como organizador de políticas públicas incentive a agricultura familiar para manter o homem no campo, e dentro dessas políticas os seguintes programas de desenvolvimento social: Programa de Avicultura, de Inseminação Artificial, da Pecuária Leiteira, da Agricultura Familiar e Orgânica, Produção de Peixe e Silvicultura; entre outros geradores de renda.

O comércio constituído por pequenas e médias empresas são os maiores geradores de emprego contribuindo ainda pela interiorização do desenvolvimento e a complementação da ação das grandes empresas. As forças locais devem definir estratégias de desenvolvimento local para as pequenas e médias empresas de forma que haja inserção competitiva dos produtos e serviços no mercado local, Nacional e Internacional. A inovação tecnológica é uma estratégia, capaz de produzir novos produtos e melhorar a comercialização além de ser uma combinação de necessidades sociais e de demandas do mercado.

Na indústria a tecnologia da informação e das comunicações fazem parte do processo de integração do mundo em uma grande rede de informação. Esta nova tendência histórica, os processos dominantes na era da informação estão mais organizados em torno dessas redes. As redes interligam um conjunto de fornecedores e usuários de um certo ramo de atividade, cujas vantagens decorrem da diminuição de custos e aquisição e armazenagem.

A tendência é que as empresas que só operam num mundo real revejam suas estratégias para operar em parte no mundo virtual. O emprego da tecnologia sempre traz conseqüências para os trabalhadores; seja reduzindo ou criando postos de trabalho. A inovação continua vem requerer um novo processo de desenvolvimento de conhecimento: aprendizado focado na acumulação de conhecimento, desenvolvimento da criatividade e de competências essenciais, de forma contínua. Este conceito está muito ligado às organizações onde se encontram as pessoas, mas não devem ter um patamar mínimo de conhecimento sobre o qual se aplica o processo específico de cada organização.

Finalmente apresenta os desafios mensuráveis e possíveis para melhorar os indicadores de desenvolvimento local como: Profunda redução do analfabetismo e universalização plena das condições de ingresso, reingresso, permanência e sucesso no ensino fundamental; Ampliação em larga escala das possibilidades de formação em nível médio; Ampliação de cursos superiores na área de engenharia, inovação tecnológica e saúde; Redução da morbi-mortalidade infantil e materna em níveis mínimos; Elaboração e consolidação de uma política de agricultura e pecuária sustentável para o Município, que busque alternativa ao modelo predatório atual; Desenvolvimento de tecnologias e pesquisas voltadas para a sustentabilidade das pequenas e médias empresas; Fortalecimento de setores de produção e de serviços baseado em padrões que considerem a racionalização do uso energético, menor impacto negativo ambiental e uma maior incorporação social e melhoramento do sistema de transporte de carga.

Referências

CLEMENTE, Ademir Y. Higachi, **Economia e Desenvolvimento Regional** – São Paulo, Atlas 2000.

CERTO Samuel C., Paul Peter J, **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia** - São Paulão, Pearson Education do Brasil, 1993.

Ministério do Meio Ambiente, **Articulando Planos nos Municípios**, 2ª Edição – Brasília-DF, 2005.

OLIVEIRA, Gillson Batista de, SOUZA-LIMA, José Edmilson, **O Desenvolvimento Sustentável em Foco**, 1ª Edição – São Paulo – Annablume, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes, **Mudar a Cidade** – 3ª Edição – Rio de Janeiro – Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL – **O Estado e uma Nação** – 2004.

A VIABILIDADE DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.

Evelyn Oliveira de Souza, TCC, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
evelyn_tma04@hotmail.com

Esp. Wellington Gabriel da Silva, orientador, FECILCAM,
prof_wellington@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar o estudo da viabilidade de um hotel de negócios no município de Campo Mourão, pois a modalidade do turismo de negócios vem crescendo a cada dia em todo o mundo. Para tanto, surge a necessidade de investigar o que os turistas que se hospedam a negócios procuram no hotel para realizarem seus serviços e de buscar dados que comprovem a demanda de hóspedes de negócios nos hotéis da cidade para poder comprovar a relevância de um hotel com tal direcionamento no município.

Palavras-chave: hotel; turismo de negócios; viabilidade.

De acordo com vários autores, este segmento turístico conhecido como turismo de negócios movimentam muitos milhões de dólares em todo o mundo e com isso vem ganhando mais mercado a cada ano, pois além da grande fonte de receita, ele também desenvolve o turismo em períodos sazonais, como os chamados, baixa temporada, onde o fluxo turístico cai consideravelmente.

Dessa forma, a modalidade em questão alavanca a economia local, auxiliando na movimentação de toda a infra-estrutura de apoio turístico, como: hotéis, restaurantes, serviços de transporte, serviços de guias, centros de convenções e principalmente empreendimentos com alta tecnologia que lhes dão assistência em seus negócios.

Um dos principais elementos da infra-estrutura turística capaz de ajudar este segmento a se desenvolver em certa localidade é a hotelaria, que proporciona além de sua função habitual, que é a de oferecer pouso, elementos necessários para que os executivos possam estabelecer contatos, realizar reuniões de trabalho ou ainda fechar negócios fora de sua cidade de procedência, em áreas mais agradáveis do que seus escritórios.

Portanto, para que este setor se desenvolva em conjunto com a hotelaria é necessário considerar aspectos de suma importância, como a qualidade nas instalações, obter equipamentos e serviços especializados para o turismo de negócios, tecnologia de ponta e principalmente mão-de-obra qualificada para lidar com os turistas que fazem parte desta esfera.

Segundo Chon (2003) a viagem de negócios é a fonte mais importante de hóspedes para 80% dos hotéis, por isso reconhecer e satisfazer as necessidades especiais do viajante de negócios é essencial para o sucesso da indústria de hospedagem.

De acordo com algumas pesquisas citadas por Dias e Pimenta (2005), para que ocorra a satisfação dos hóspedes em determinados hotéis é necessário que haja também qualidade no atendimento pela parte

dos funcionários, qualidade nas instalações, razão custo-benefício, variedade e eficiência nos serviços e ainda proteção e segurança em sua estadia.

Em muitos casos, as instalações de um hotel podem até mesmo ser utilizadas para reuniões de negócios entre empresários, especialmente quando a empresa visitante não possui instalações no local ou elas não estão de acordo com a importância das relações de negócios a serem estabelecidas. Assim, o ambiente de negociação, além de um local com instalações e equipamentos adequados, requer o conforto e a significância que a sala de reuniões em um hotel pode proporcionar, e que são capazes de promover uma negociação muitas vezes mais tranquila e proveitosa. (DIAS e PIMENTA, 2005, p. 181).

Existem hotéis que oferecem excelente estrutura para a realização de diversos tipos de eventos e negócios e de acordo com Castelli (2005) podem sediar diversas atividades que tem como principal objetivo trazer benefícios para os empreendedores, para a cidade promotora, para o comércio local e para a comunidade receptora.

Os hotéis que se especializam nesta ramificação recebe a denominação de hotel de negócios ou para executivos, ou ainda hotel business e são considerados hoje, como grandes filões de mercado, pois como cita Ansarah (2001), são estabelecimentos que trazem novos conceitos em hotelaria.

Para tanto, foram utilizados alguns procedimentos específicos para a conclusão da análise, que foram à pesquisa de campo, para a visitação nos hotéis da cidade; utilizando-se de questionários para os hóspedes e para os hotéis, afim de levantar dados que comprovem sua estadia a negócios e a infra-estrutura que eles necessitam e a pesquisa bibliográfica para realizar a fundamentação teórica da pesquisa.

Com isso, buscou-se com este estudo, analisar se o município de Campo Mourão pode comportar um hotel para estes fins, visto que há muitas empresas na cidade que recebem visitantes a negócios e que necessitam de locais apropriados para realizar seus serviços durante a estadia no município, de forma eficiente e eficaz em um ambiente completo e agradável.

Assim, Campo Mourão pode encontrar neste empreendimento hoteleiro voltado ao turismo de negócios, o meio mais viável para que cresça junto com este ramo e ofereça novas oportunidades para a comunidade local participar do mercado turístico.

Através destas pesquisas realizadas, foi possível identificar que as empresas alimentícias, as empresas ligadas a agricultura e os estabelecimentos de educação são os maiores fornecedores de hóspedes para os hotéis da cidade. Contudo, tais hóspedes procuram mais tecnologia para seus serviços.

Dessa forma pode-se dizer que o município possui demanda suficiente para um hotel que atenda esta esfera do turismo, pois o mercado está crescendo cada vez mais na cidade e os clientes não estão conseguindo realizar suas tarefas da forma em que esperam.

Com a ajuda destes hotéis eles poderão se hospedar em empreendimentos qualificados e trabalhar com segurança e eficácia, tornando-se hóspedes fiéis e realizando uma divulgação mesmo que de forma implícita para outros turistas potenciais ao mesmo tempo em que será certo o sucesso do hotel na cidade.

Referências

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org). **Turismo. Como aprender, como ensinar, 2.** São Paulo: Senac, 2001.

CASTELLI, Geraldo. **Hospitalidade: na Perspectiva da Gastronomia e da Hotelaria.** 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHON, K. S., SPARROWE, R.T.; trad. Ana Beatriz de M. S. Ferreira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de hotelaria e turismo.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ESTUDOS DAS REPRESENTAÇÕES: UM OLHAR SOBRE O TURISTA DE SANTA FÉ

Franciely Fernandes Azarias, PG/UTFPR, francielytur@hotmail.com

Fabiane Nagabe, FECILCAM, fabianenagabetur@hotmail.com

Resumo: Este trabalho se presta a discutir os resultados da pesquisa realizada no município de Santa Fé, região norte do Paraná, que vem recebendo nos últimos anos um intenso número de visitantes em razão das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural desta região. Utilizando-se da análise interpretativa, esta investigação objetiva analisar as representações que os moradores locais têm do turismo e dos turistas que visitam a cidade.

Palavras-chave: Turismo; representações; comunidade local.

Este trabalho apresenta uma análise das representações dos moradores do município de Santa Fé, sendo que o enfoque recairá, sobre o estudo interpretativo das representações dos moradores deste município

sobre o turista e o turismo, pontuando também o impacto desta atividade sobre a cultura destes moradores.

O município de Santa Fé localiza-se no norte do Paraná, possui uma população estimada de 8.715 habitantes, e apresenta atrativos turísticos dentre os quais destacam-se os empreendimentos Hotel Fazenda Salto Bandeirantes e Estação de Lazer, o Balneário Rossi, as festas locais tradicionais, e os pesque e pague.

A metodologia utilizada nesta investigação baseia-se na teoria das representações sociais, afim de podermos identificá-las, analisá-las e relacioná-las umas com as outras. Por entendermos a diversidade de teorias que conceituam a teoria das representações sociais, nesta pesquisa empregamos o conceito na forma como foi definido por Rossato (apud MOSCOVICI, 2003, p.28) que diz: “As representações são recriações das realidades externas surgindo a partir da mistura de dois mundos (o interno e o externo); enfim, são saberes, pensamentos, conhecimentos ou um trabalho cognitivo resultante da união de um “conceito” com uma “percepção”.

As representações são idéias, conceitos, concepções, valores, princípios e imagens que temos sobre a realidade, sobre nossas condições de existência. Podem nascer do contexto contemporâneo, das relações sociais, manifestações culturais e do modo de produção em vigor, todavia podem também ter uma origem histórica anterior, em sociedades anteriores, mitologia e religiões do passado que chegaram até a atualidade.

Foram utilizadas como fonte desta pesquisa documentos oficiais do município, e entrevistas realizadas com os moradores da comunidade local. Assim “Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam ou desejam, pretendem fazer, ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. (SELLTIZ ET AL., apud GIL, 1995, p.113)

O público abordado abrangia pessoas simples, muitas vezes analfabetas, assim, optou-se pela entrevista informal, coletadas através de gravador e transcritas na sua forma original. As entrevistas foram aplicadas por pautas, por apresentar certo grau de estruturação, na qual o entrevistador fazia as perguntas elaboradas e deixando o entrevistado à vontade para responder ou não as questões sobre o tema sugerido. “A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado” (GIL, 1995, p. 116).

Não foi feita uma pesquisa quantitativa com amostras estratificadas para ver o que os moradores acham do turista. Mas, sim,

uma pesquisa aleatória, com pessoas encontradas nas ruas para coletarmos suas representações sobre o turista e o turismo.

Os resultados das entrevistas realizadas na cidade de Santa Fé foram analisadas, a fim de interpretarmos as representações dos moradores entrevistados. De acordo com esta análise percebemos que a concepção econômica do turista predomina nas representações, pois não há o entendimento completo, por parte dos entrevistados, sobre a multiplicidade de relações sociais e comerciais que envolvem o fenômeno turístico.

Observa-se que a população santafeense possui um olhar superficial do assunto abordado, pontuando apenas suas necessidades econômicas, e por vezes não percebendo as relações humanas envolvidas a esta atividade. Este aspecto pode influenciar no excesso de expectativas com relação às projeções de crescimento local.

Sobre as relações de sociabilidade entre moradores e turistas, foi pontuado pelos entrevistados o incomodo ocasionado pelo turismo na região, quando ocorrem vandalismos por parte dos visitantes, causando desentendimentos entre visitantes e visitados.

Percebe-se ainda que grande parte da comunidade local entende o papel que o turista desempenha na sociedade, relatando que muitos visitam o município tendo como intuito agregar conhecimento, conhecer pessoas, culturas, costumes, gastronomia, artesanato e o folclore de diferentes localidades, porém dão ênfase aos reflexos concretos que a atividade exerce nas atividades econômicas do município.

Esta investigação além de analisar as representações dos entrevistados sobre o turismo e o turista, também nos leva a pontuar novas reflexões sobre as intervenções turísticas em Santa Fé, apontando para necessidade levar em consideração as representações dos moradores sobre o turista e o fenômeno turístico, para que sejam evitadas intervenções que os desrespeitem ou desconsiderem seus interesses e concepções, pois é necessário que os interesses das comunidades locais sejam atendidas durante todo o processo de desenvolvimento da atividade turística no local.

Referências Bibliográficas

BARRETTO, Margarita. Turismo e Legado Cultural. São Paulo: Papirus, 2000.

_____. Planejamento e Organização em Turismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 1991

BRAMBILLA, Dulcilene. Santa Fé Revive sua História. Maringá: Alfabeta – Gráfica e Editora Ltda, 1992.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato, Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GIL, Carlos Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KUAZAQUI, Ednir. Marketing Turístico e de Hospitalidade. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. Economia do Turismo. 7.ed. rev. e ampl., São Paulo: Atlas S. A., 2001.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. In: MARCONI, Marina de Andrade. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

RODRIGUES, Adyr Balastreiri. Turismo Desenvolvimento Local. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

ROSSATO, Geovanio Edivaldo. Menin@s de Rua: Representações e Políticas. Maringá, PR: Massoni, 2003.

A CULTURA COMO FATOR DE RESISTÊNCIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Felipo Luiz Abreu de Oliveira, TCC, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
felipo_tma@hotmail.com

Me. Telma Mara Bittencourt Basseti Santos, orientadora, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM, Tmbbsantos@hotmail.com

Resumo: A cultura pode ser entendida como um complexo cotidiano aos quais os seres humanos estão inseridos e em plena movimentação, neste processo surge às manifestações culturais. Na sociedade que vivemos, de cunho consumista, a cultura passou a ser considerada mercadoria ao passo que diferencia socialmente os indivíduos, sob este mesmo aspecto a cultura pode ser vista como uma forma de resistência a esta imposição do capital. Sendo assim, este artigo propõe uma reflexão sobre as relações de diferenciação social e resistência da cultura na sociedade de consumo.

Palavras-chave: Cultura; Diferenciação social; Resistência.

Em uma sociedade pautada no consumo em que vivemos as manifestações culturais, bem como o seu usufruto, tem sido subtraídas do indivíduo, objetivando apenas a produção. A partir desta contextualização, a cultura é mercantilizada e passa a fazer parte de um setor da economia capitalista denominada Indústria Cultural caracterizada assim pois é, segundo Bosi (1972), indústria enquanto complexo de produções de bens e cultural quanto ao tipo desses bens.

Neste tocante a sociedade de consumo encontrou no turismo uma forma de definir e controlar a cultura, onde este é transformado, de acordo com Chauí (2001), em um instrumento para a dominação por parte daqueles que detêm o poder e que nele são mantidos na qualidade de elites justamente por serem tomados como ideais, do melhor a que todos aspiram. Assim é dada a diferenciação social.

Isto ocorre uma vez que as relações entre os membros dessa sociedade são marcadas por desigualdades sociais profundas, de tal modo à apropriação e mercantilização da cultura pelo turismo se faz em benefício dos interesses daqueles que dominam processo social.

No entanto, pode se considerar a cultura também como resistência aos interesses da sociedade de consumo, os processos culturais foram, e ainda se mantêm, como um território das lutas sociais por mudança e quebra do veículo dominante do capital, ou seja, impedir o controle da sociedade de consumo que deseja subjulgá-la.

Para ser pensada assim, várias manifestações culturais em suas obras e espetáculos inserem e promovem críticas a situação vivida pelo indivíduo. Busca-se insinuar uma reflexão e um novo olhar e mostra-lo, como bem frisa Boal (2000), que ele não é sempre tolo em relação a pretensa superioridade dos exploradores.

Dentre as manifestações culturais as ações teatrais, desvinculadas dos interesses do capital, emergem como um instrumento de crítica à sociedade de consumo, como ressalta Peixoto (1998), o teatro tem assumido, em diferentes períodos de sua trajetória histórica, um papel de agente da contestação.

Em virtude deste acontecimento, por meio da pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico, leitura seletiva e entrevista, buscamos investigar a cultura enquanto resistência e diferenciação social. Tais instrumentos, com certeza, auxiliarão no fortalecimento e segurança do confronto entre os pressupostos teóricos citados, assim como na sistematização dos resultados.

A cultura, na contextualização capitalista, segrega e diferencia socialmente os indivíduos, onde o mesmo está, em concordância com Basbaum (1982), está perdido, alienado, subjulgado por uma engrenagem em que todos os valores humanos se encontram subvertidos em benefício de uma pequena minoria.

Fora do enlace capital a cultura passa a exercer um papel de humanização e contestação social onde é provocada, no indivíduo, uma inquietação e reflexão sobre um novo caminho, como bem aponta Ortega y Gasset (1991), que não seja esse desumanizador nem reitere as vias usadas e abusadas.

É notório que a cultura na sociedade vigente aliena, controla e segrega os indivíduos em nome de uma elite tola e autoritária. Por isso

ressalta-se a relevância de se observar os movimentos resistentes a essa realidade, para que as manifestações culturais não sejam instrumentos de dominação e marginalização.

Referências

- BASBAUM, Leôncio. **Alienação e Humanismo**. São Paulo: Global, 1982.
- BOAL, Julian. **As imagens de um teatro popular**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BOSI, Eclea. **Cultura de Massa e cultura popular: Leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORTEGA Y GASSET, José. **A desumanização da arte**. São Paulo: Cortez, 1991.

A IMPLANTAÇÃO DA FERRAMENTA BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF) EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, FESTA CARNEIRO DO BURACO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR

Fabrcício Wesley da Rocha, IC, Fundação Araucária, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM, phabriciowesley@hotmail.com
Dr.^a Tânia Maria Coelho, orientadora, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, aapiloto@yahoo.com.br
Larissa Alves Mattos, co-orientadora, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM, larissamattos@hotmail.com

Resumo: O referente projeto tem como o intuito de mostrar a importância de estabelecimentos turísticos como o Carneiro no buraco, festa gastronômica da Cidade de Campo Mourão apresentar um sistema de qualidade que visa a cuidar dos aspectos assépticos da alimentação dos turistas, desta forma existe a necessidade de implantar ferramentas para tal como o APPCC e BPF, para que no final tenha um produto com qualidade fato este que agrada todos os participantes da mesma.

Palavras-chave: Sistema APPCC; BPF; Festa Gastronômica.

Introdução

Em tempos de economia e mercados globalizados são claras as necessidades de se elevar a competitividade das empresas e empreendimentos turísticos mediante o aperfeiçoamento de processos produtivos, redução dos custos de produção e melhoria da qualidade dos produtos. Nas indústrias de alimentos é mais preocupante ainda e inclui-se

garantir a segurança dos seus clientes através da inocuidade dos produtos.

Várias ferramentas de gestão da qualidade tem sido criadas e utilizadas na expectativa de atender a quesitos de idoneidade e segurança em respeito ao consumidor, para oferecer um produto seguro e ao mesmo tempo contemplar as exigências.

Entre tantas ferramentas podem-se citar algumas tais como, BPF (Boas Práticas de Fabricação), PPHO (procedimentos Padrão de Higiene Operacional), e o Sistema APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), sendo este amplamente reconhecido e recomendado por órgãos de fiscalização e utilizado em toda a cadeia produtiva de alimentos..

A implantação do Sistema de APPCC satisfaz a Legislação Nacional e Internacional, dando segurança. Devido este fator o presente trabalho visa compreender a importância de sistemas de qualidade em empreendimentos turísticos, como o carneiro no buraco, visto que, esta festa é gastronômica e para tanto necessita de toda a infra-estrutura e cuidados com alimentos que iram atender os seus visitantes.

Materiais e procedimentos metodológicos

Para a realização final deste projeto é necessário a aplicação do método dedutivo que segundo Marconi (2002) no qual parte dos princípios gerais para os casos particulares, ou seja, de causas para os efeitos. Outra questão que deve-se salientar é a pesquisa de campo no qual é extramente importante para a realização do projeto, pois, é através desta que poderá conhecer as instalações dos estabelecimento e comparar com as bibliografias se realmente o exposto condições com as literaturas e principalmente com a vigilância.

Além disso, o presente projeto terá estudos bibliográficos, dos quais, já estão sendo realizados, para uma melhor compreensão dos assuntos de qualidade e a sua interação com o turismo de forma que beneficia toda a sociedade.

as pesquisas bibliográficas estão sendo realizadas por diversos autores da área de alimentos, sobre os respectivos assuntos, BPF e APPCC.

Análises e discussões

Em primeiro momento quando retrata-se as questões do APPCC deve-se, avaliar uma serie de questões, pois segundo a CODEX ALIMENTARIUS, este sistema passar por sete critérios que são: análises de perigos e medidas preventivas, identificação dos pontos críticos de controle, estabelecimentos dos limites críticos, estabelecimentos dos procedimentos de monetarização, estabelecimento de ações corretivas, estabelecimento dos procedimentos de verificação, e por fim os estabelecimentos dos procedimentos de registros.

Cada segmento desses deve-se manter as normas estabelecidas para uma ação positiva, sendo assim o APPCC é efetuada para que tenha uma seqüência lógica de atividades, conforme descrito anteriormente.

Desta forma segundo FURTINI, os objetivos principais do APPCC são: A prevenção, ou seja, ele é preventivo, garantindo produtos isentos de contaminações que coloquem em risco a saúde dos consumidores, outra questão é um sistema fundamental para as empresas que querem preservar a sua imagem e aumentar sua participação no mercado nacional e internacional, e por ultimo controlar a segurança do alimento analisando os perigos potenciais, planejando o sistema para evitar problemas, envolvendo os operadores em tomada de decisão e registro das ocorrências. Como pode-se perceber este sistema é fundamental para os empreendimentos turísticos mais especificamente os gastronômicos, pois, segundo o autor citado, ele tende a preservar a imagem do local de forma correta e que preserva a saúde dos clientes, fato primordial de qualquer empresa.

Consideração final

Para um local possa implantar um sistema APPCC em qualquer empreendimento e principalmente no setor turístico envolve um complexo processo de mudanças organizacionais e tecnológicas, que são específicas para cada local.

Devido este fator torna-se imprescindível o trabalho de acadêmicos e diversos profissionais ou empresas especializadas a trabalharem neste setor, visto que, somente desta forma pode ter estabelecimentos certificados e com qualidade visto que o sistema APPCC, é um importante método para se fazer um estudo sistematizado dos perigos que podem comprometer a segurança do produto alimentício, pois tem uma atitude voltada para o controle preventivo ao longo do processo, ao invés da inspeção do produto final, para tanto este sistema quando aplicado com o BPF apresenta melhor resultado, pois existe uma complementação de esforços para controlar os pontos que oferecem perigos de contaminação do produto

Referências bibliográficas

BARROS, Adail Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica.** 2ª edição. São Paulo: Makron Books, 2000.

BOEGER, Marcelo, Assad. **Gestão financeira para os meios de hospedagem.** São Paulo:Atlas,2005.

CAMPOS, V.F. **Controle e qualidade total:** Belo Horizonte, EDG 1999.

MORRISON, Alison. **Em busca da hospitalidade.** São Paulo: Atlas, 2001 – Livraria virtual.

NETO, Nascimento de Fenelon. **Roteiro para a elaboração de manual de boas práticas de fabricação**. 2ª edição. São Paulo: Senac, 2005.
SILVA, E.A. **Controle higiênico sanitário em alimentos**. São Paulo: Varela, 2001.
VENTURINI, Filho, Gastroni, Waldemir, **Tecnologia de bebidas**. Gard Blucher, 2006.

VALOR ECONÔMICO DE VISITAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA - PARQUE DO LAGO: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA

João Cláudio Alcantara dos Santos, IC, FECILCAM, Fundação Araucária, Turismo e Meio Ambiente, joaoclaudio_19@hotmail.com
Dr.^a Janete Leige Lopes, orientadora, FECILCAM, j_llopes@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo tem por objetivo é estimar o valor econômico de visitação do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira – Parque do Lago. Para tanto, utilizara o método de análise   Valora o Contingente, a fim de identificar a Disposi o a Pagar (DAP) dos freqüentadores do parque. Simultaneamente será realizada uma pesquisa através da qual se levantara o perfil sócio-econômico desses freqüentadores.

Palavras-chave: Valor Contingente; Valora o Monetária; Meio Ambiente.

Introdu o

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira localizado na cidade de Campo Mourão-Estado do Paraná, desenvolve atualmente atividades de lazer e recrea o, para as quais recebe, diariamente, um considerável numero de visitantes destinados a praticarem atividades esportivas. Entre as atividades esportivas praticadas no local as mais freqüentes estão as caminhadas, corridas diversas e outras praticas físicas, tais como exercícios de alongamento e relaxamento. As atividades recreativas que se destacam são as leituras ao ar livre, piqueniques e brincadeiras no parque infantil. A economia define os benefícios acima citados, como ‘‘externalidades positivas’’ devido ao fato de as mesmas gerarem ganhos aos indivíduos (ALMEIDA, 1998). Porém, a atividade de valorar um recurso ambiental depara-se com características próprias desses bens porque a maioria dos bens e serviços ambientais, são de propriedade comum, causando uma situa o de uso livre e gratuito e não apresentam os atributos de exclusividade e rivalidade impedindo uma defini o clara dos valores de mercado.

Buscando identificar as fontes de ineficiência de mercado e sua influência na análise econômica dos bens públicos, a economia do meio

ambiente respalda-se na teoria econômica do bem-estar, através dos critérios de eficiência de Pareto. A economia do bem-estar é a parte do estudo da economia que explica como identificar e alcançar alocações de recursos socialmente eficientes (MILLER, 1987).

Porém, quando se procura estabelecer níveis de bem-estar social para grupos de indivíduos, torna-se difícil saber qual a situação que traria maior proveito para todos. Se o indivíduo 1 encontra-se melhor na situação *a* e o indivíduo 2 está melhor em *b*, qual seria o bem-estar social de ambos? A resposta deve ser produto de uma análise comparativa do bem-estar entre as pessoas. Ocorre que não existe um método científico significativo para comparar níveis de utilidade entre vários sujeitos. O que é viável é estabelecer faixas de utilidade marginal de indivíduos (MILLER, 1987).

Outra problemática da economia do bem-estar encontra-se na dificuldade em se estabelecer uma comparação entre níveis diferentes de distribuição de renda, vez que todas as abordagens relativas ao problema da distribuição de renda, apresentam dificuldades por estarem baseadas em juízo de valor puro e simples. (MANSFIELD, 1978).

Buscando uma solução concreta para a questão de distribuição de renda, a análise moderna de bem-estar focaliza a noção de eficiência econômica, tendo por base as idéias do economista italiano Vilfredo Pareto, cuja teoria se tornou conhecida como Ótimo de Pareto ou Condição de Pareto. Quando a Condição de Pareto é satisfeita, é impossível que um indivíduo fique numa situação melhor, sem que outro fique numa situação pior. Se essa condição não é satisfeita torna-se possível que pelo menos um indivíduo obtenha ganhos, sem causar prejuízo a outro. Se assim ocorrer, teremos uma “melhora” no bem-estar social. Enquanto, uma alteração que não causa melhora, mas piora da situação de uma pessoa, leva a uma redução do bem-estar social (MILLER, 1987).

Visando solucionar essa inconveniência, os economistas da literatura ambiental desenvolveram alguns métodos para mensurar os valores relacionados ao meio ambiente, tais como: métodos de apreçamento hedônico ou valor de propriedade, métodos baseados no estado das preferências e métodos denominados dose-resposta. Os dois primeiros métodos são considerados como métodos diretos e o último como indireto. Do método dose-resposta faz parte o método da valoração contingente, do custo de viagem e do mercado substituto ou preço hedônico.

A justificativa para valorar bens públicos decorre do fato de que, a manutenção, conservação e investimento são de exclusividade do poder público, porém, este, por deficiência orçamentária ou outras razões que

não fazem parte do escopo deste estudo, acaba abandonando muitos dos seus recursos naturais/ambientais.

Assim sendo este estudo pretende fazer uma análise estatística da Disposição a Pagar (DAP) dos visitantes do Parque do Lago; para que os mesmos possam continuar recebendo os benefícios por ele proporcionados.

Materiais e procedimentos metodológicos

Existem vários métodos que permitem mensurar os valores relacionados ao meio ambiente. Este estudo utilizará o método de Valoração contingente, que consiste na tentativa de:

(...) contornar os problemas de ausência de sinais de mercado para bens públicos, perguntando diretamente as pessoas, qual o valor atribuído por elas a um bem público. Consiste ainda, na criação de mercados hipotéticos, em que através de entrevistas pessoais, um indivíduo tem a chance de comprar o bem em questão, revelando suas preferências como se estivesse num mercado verdadeiro. (BELLUZZO Jr,1995, p.18).

A escolha deste método deve-se ao fato de que o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira é uma área de lazer, cujo valor real de mercado não é possível de ser encontrado diretamente.

Analises e discussões

A aplicação do Método de Valoração Contingente consistirá de 4 fases: 1ª) seleção da amostra da população freqüentadora do parque, segundo critérios estatísticos, 2ª) elaboração do questionário, 3ª) realização das entrevistas a uma amostra de aproximadamente, 140 pessoas, com o objetivo de verificar qual é o perfil socioeconômico e a Disposição a Pagar (DAP) dos mesmos, 4ª) exposição e análise dos resultados.

Considerações finais

Espera-se que ao final deste estudo seja possível evidenciar o quão importante é o Parque do Lago para a sociedade mourãoense, através de sua Disposição a Pagar (DAP) bem como quais são as características dos freqüentadores deste. Além disso, espera-se que os resultados possam vir a colaborar na tomada de decisão do setor público municipal, não só no direcionamento de investimentos para o parque mas também, em relação á sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L.T. de **Política Ambiental**: Uma análise econômica. Campinas: Unesp/Papiros, 1998. p. 192.

BELLUZZO Jr., Walter. **Valoração de bens públicos**: O método de avaliação contingente. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade de São Paulo.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economias**. 3ª edição. São Paulo : Pioneira, 1998.

MANSFIELD, Edwin. **Microeconomia**: teoria e aplicações. 2 ed. Rio de Janeiro : Campus, 1978. p. 377-413. Tradução de José Edgard da Mota Freitas e Mario da Fonseca Gelli.

MILLER, Roger Leroy. **Microeconomia**: Teoria, questões e aplicações. São Paulo : Mcgraw - Hill do Brasil, 1987. p. 439-468. Tradução de Sara Gedanke.

PONTILI, Rosangela M. **Valoração Monetária de Benefícios Sociais do Parque Ecológico Diva Paim Barth**. Toledo, 1997, p72, Monografia (Graduação) – Unioeste.

CAMPESINATO, PLURIATIVIDADE E TURISMO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - PARANÁ

Juliana Carolina Teixeira, PIC, Fundação Araucária, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM, julianatma@gmail.com

Me. Telma Bassetti Bittencourt Santos, orientadora, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM, tmbbsantos@hotmail.com

Resumo: A pluriatividade consiste em práticas econômicas não agrícolas incorporadas ao universo agrícola como elementos constitutivos da dinâmica da agricultura familiar, a exemplo do turismo. Contudo, o turismo praticado no espaço rural obedece a critérios especificamente capitalistas, dificultando desta forma o acesso dos camponeses a sua implementação. Objetivamos verificar se o avanço da pluriatividade no município de Campo Mourão no estado do Paraná ocorre com a participação camponesa. Utilizaremos principalmente o método comparativo de análise dos dados.

Palavras-chave: Campesinato; Pluriatividade e Turismo.

Em virtude dos baixos preços dos produtos primários agrícolas e, em decorrência disso, das baixas rendas auferidas no campo, algumas atividades econômicas alternativas à agricultura, a exemplo do turismo,

têm sido propostas para o fomento da renda e fixação do homem no campo. A pluriatividade seria a saída econômica para o campo, já que no processo de industrialização da agricultura e avanço do capitalismo não haveria lugar para a produção agrícola com base na lógica camponesa. Nesse sentido, o turismo enquanto atividade econômica submetida à lógica da produção e reprodução do capital se coloca como mais um reflexo do avanço do capitalismo, transformando o campo também em espaço de realização de lazer e negócios.

Este 'novo rural' brasileiro, segundo as propostas de José Graziano da Silva (1998), cada vez mais industrializado e menos agrícola levaria o camponês a um processo histórico inexorável de desaparecimento via proletarianização, contudo não é isso que as pesquisas realizadas no campo indicam. Como nos mostra Henri Lefebvre (2004), o tecido urbano avança num processo de explosão-implosão deslocando a discussão entre cidade x campo para a discussão entre centro e periferia. E ainda, que a sociedade urbana avança, sem, contudo homogeneizar o campo e a cidade e torná-los um só. Ao contrário, as diferenças entre um e outro (urbanidade e ruralidade) permanecem numa relação mais conflituosa e contraditória.

Posto isso, uma questão se coloca no sentido de investigar o lugar do camponês no avanço do capitalismo no campo a partir das práticas turísticas implementadas nas propriedades agrícolas. Se as políticas públicas alcançam o camponês e o auxiliam na implementação do turismo enquanto atividade econômica alternativa (pluriatividade), ou se esta atividade, a exemplo do agronegócio, está limitada aos empresários capitalistas localizados no campo.

Para a realização dessa pesquisa os materiais e procedimentos metodológicos utilizados serão a pesquisa bibliográfica além do método comparativo de análise dos dados, lançando mão de técnicas para análises quantitativas e qualitativas. As pesquisas serão realizadas em instituições como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Rural – EMATER, Departamento de Turismo municipal e o Projeto Barreiro do Campo, nas propriedades pesquisadas. O mapeamento das propriedades turísticas no espaço rural também deve ser feito, precedida da pesquisa de campo, onde serão realizadas entrevistas com os envolvidos no processo de implementação do turismo sobre o avanço da pluriatividade no município de Campo Mourão no Paraná, e a análise para avaliar se há presença da lógica camponesa nelas, ou se tratam de empreendimentos puramente capitalistas.

O recorte abrange o período compreendido entre os anos de 1990 a 2006 podendo variar em alguns aspectos por incompatibilidade dos dados deste período com relação às instituições pesquisadas. O recorte espacial utilizado são as propriedades turísticas em espaço rural no município de Campo Mourão e, o projeto Barreiro do Campo que consiste em transformar as pequenas propriedades da estrada do Barreiro das Frutas em rota de turismo rural. Aí então vamos comparar as diferentes realidades das propriedades, do barreiro das frutas entre si e entre as demais propriedades do município.

Como a pesquisa esta em andamento e possui resultados parciais, as fontes bibliográficas já foram minimamente levantadas e, a partir delas, demonstraremos o fenômeno social do campesinato na sociedade contemporânea, sua recriação e resistência frente o avanço do capital no campo. Da mesma maneira faremos com o turismo, enquanto atividade submetida à lógica do capital que transforma tudo em mercadoria ou atividade que pretende alavancar o desenvolvimento do campo a partir da valorização de seus saberes e produções agrícolas.

Resposta a essa discussão teremos através das análises e discussões, afinal devemos levar em conta inúmeros pontos a serem debatidos. O campesinato esteve historicamente condenado ao perecimento, já que inserido em um processo inexorável de desaparecimento via proletarização. A discussão sobre a existência ou não do campesinato, e a substituição do conceito de camponês pelo conceito de agricultor familiar proposta por Ricardo Abramovay (1992) implicam em desvios de análises que privilegiam as orientações de mercado em detrimento das relações sociais, critério este que fundamenta o conjunto de variáveis que o define o camponês.

Eliane Tomiasi Paulino (2006) realiza uma pesquisa em várias unidades produtivas no norte do Paraná que abrangem uma grande variedade de atividades agrícolas e extrai de cada uma delas permanências que apontam para a existência do campesinato. Para a tese de José Graziano da Silva (1998) é impossível a existência de uma classe camponesa na sociedade capitalista tendo em vista que o campo praticamente acabou deixando como resíduo atividades agrícolas realizadas em “tempo parcial” (part-timer). Para Ariovaldo Umbelino Oliveira (2004), Silva acerta no principal: o campo industrializou-se, porém ele continua sendo o campo, o mundo rural com suas especificidades, agora contraditoriamente mais conflitado.

A atividade alternativa à agricultura que desponta com maior peso é o turismo. A atividade turística é considerada pela pesquisadora Ana Fani Carlos Alessandri (2007) como um dos principais pilares de reprodução ampliada do capital. Isso porque para que ela se realize é preciso haver um processo de territorialização no qual o espaço é

submetido a uma lógica de consumo que por sua vez, também está submetido à lógica do capital. Nesse sentido, a atividade turística demanda a apropriação de critérios de consumo específicos para que ela se realize. Não é por acaso que autores mais críticos em relação às práticas turísticas (Cruz, 2001; Rodrigues, 1999 e a própria Carlos, 1999) utilizam o conceito de simulacro de Jean Baudrillard (2007) para designar os espaços que sofreram o processo de turistificação.

É preciso considerar que o acesso a terra se coloca como o primeiro impasse para que os camponeses se tornem pluriativos aos moldes do que acontece no interior da França, conforme estudado pela professora Maria José Carneiro (1998). Que a necessidade de adequar a propriedade para o consumo turístico demanda investimentos que escapam à capacidade do camponês, ou ainda, que a realidade do Brasil não é um retrato da realidade específica da região sul brasileira, lugar em que a realidade do campo é bem diferente dos demais estados. As especificidades e diversidades regionais no Brasil não admitem diagnósticos generalizados e homogêneos. Neste sentido, em um país cuja aliança da terra com o capital se constitui numa aliança caracterizada pelo atraso, conforme nos mostrou com muita propriedade José de Souza Martins (1994, 2004), os impasses para a reprodução camponesa atrelados à dificuldade de acesso a terra e de fixação na terra a partir da realização da agricultura, apontam para um hiato entre camponeses, pluriatividade e turismo como atividade alternativa de renda no campo.

A grande maioria dos camponeses não tem acesso a terra, a técnicas, maquinários, insumos, entre outros e se levarmos em conta que a implementação do turismo é ainda mais dispendiosa, ficam dúvidas sobre que tipo de público são potenciais em pluriatividade no turismo. Pois para muitos o turismo é uma reprodução ampliada do capital, onde o espaço sofre mudanças para responder a uma lógica de consumo, que demanda despesas que escapam a capacidade do camponês. Apesar do próprio ser alvo das políticas de incentivo ao turismo rural.

Considerando então que para o camponês realizar a atividade de turismo em sua propriedade, ele deva entrar nos moldes capitalistas, ele vai perder sua imagem de camponês. Contraditoriamente o turismo precisa do camponês, da sua cultura para se realizar no espaço rural. Assim não só mais a terra, mas também o camponês vira mercadoria. Através dessa pesquisa demonstraremos o fenômeno social do campesinato na sociedade contemporânea, analisando se o turismo, que é uma atividade puramente econômica, transforma tudo em mercadoria ou pode desenvolver o campo valorizando-o.

Pretendemos portanto, com essa pesquisa verificar se o avanço da pluriatividade no município de Campo Mourão no estado do Paraná ocorre com a participação camponesa. Realizando para isso pesquisas nas

propriedades turísticas no espaço rural e em especial com as pequenas propriedades do projeto Barreiro do Campo. Ao mesmo tempo analisando os resultados parciais já obtidos através dos debates teóricos já pesquisados no assunto.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Unicamp: Hucitec, 1992.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. 2.ed. Portugal: Edições 70, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/>. Acesso em 20 de abril de 2007.
- _____. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, José Graziano; GROSSI, Mauro Eduardo Del. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. **Revista Nova Economia**, vol 7, n.1, p. 43-81, maio de 1998. Disponível em: www.eco.unicamp.br.

COOPERATIVAS POPULARES E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

João Marcos Borges Avelar, MINTER/UFPR, TIDE, Administração,
FECILCAM

Resumo: A busca de formas alternativas de geração de emprego e renda tem sido alvo de profundas discussões no âmbito político, social e econômico. A escassez de empregos e da frágil qualificação profissional tem provocado uma verdadeira exclusão social e econômica para as famílias de baixa renda. O empreendedorismo social tem se mostrado uma alternativa para a promoção e a inclusão social dessas pessoas de baixa renda. O presente trabalho trata especificamente da constituição e funcionamento da Coopercrochê, uma Cooperativa Popular com sede no município de Barbosa Ferraz.

Palavras-Chaves: Cooperação; empreendedorismo social; desenvolvimento.

A geração de empregos e renda e a promoção do desenvolvimento regional é um problema presente na vida da maioria dos municípios paranaenses, em especial, aos municípios da COMCAM. Buscando soluções para tal problema, foi elaborado um projeto para o Município de Barbosa Ferraz que teve como foco principal a criação da Coopercrochê – Cooperativa de Crocheteiras e Bordadeiras do Paraná. Tal projeto reuniu homens e mulheres que desenvolvem trabalhos manuais com crochê, barbante, tear e pintura. A Cooperativa iniciou seus trabalhos em 2006 e passou a se transformar num dos maiores Projetos de Geração de Emprego e Renda do Município de Barbosa Ferraz.

Para a realização do projeto foram realizadas várias reuniões com lideranças locais e representantes dos artesãos e lideranças políticas. Em seguida foi desenvolvido um diagnóstico da situação do artesanato, da disponibilidade de mão-de-obra e da possibilidade de realizar treinamentos para ampliar a capacidade produtiva e a qualidade dos produtos. Por último foi realizado um Plano de Negócios para a Coopercrochê, considerando a viabilidade econômica e social do empreendimento.

A Cooperativa já tem em seu quadro 315 cooperados e pretende nos próximos dois anos gerar 2.000 novos empregos no município. Adotou como forma de remuneração a produtividade de cada participante, ou seja, a cada pedido que a empresa recebe, os produtos são distribuídos para que cada cooperado realize a confecção dos mesmos. Cada um recebe segundo os valores definidos numa tabela de mão-de-obra. No final do exercício social cada cooperado irá receber também as sobras segundo os critérios legais. Além de ter acesso ao trabalho, os cooperados também já estão participando de cursos e treinamentos visando melhorar a qualificação profissional e o resgate da cidadania. Esses cursos são realizados com recursos do CRAS e com recursos próprios do município.

A Cooperativa já dispõe de uma sede Comercial, com total condição para atender de forma adequada o quando de associados, inclusive com salas de aula.

Além de atuar no mercado nacional, a Coopercrochê pretende também atingir o Mercado Internacional, o que já está sendo realizado através de contatos com os Estados Unidos e a Europa.

A Coopercrochê é um Projeto Sólido, que nasceu de pesquisas mercadológicas que identificaram que em Barbosa Ferraz há todas as condições para a implantação da Cooperativa, pois no Município há mais um grande número pessoas que já prestaram serviços com alta qualidade para as empresas de Minas Gerais na área do artesanato. Neste sentido, foi realizado um trabalho que consistiu em organizar toda essa força produtiva de forma legal e identificar novos mercados. Isso, certamente oportunizará uma revolução social no Município, pois a base de todo o trabalho é gerar renda e evitar a exploração do trabalho dos artesãos.

Os primeiros resultados obtidos demonstram que os cursos de qualificação profissional estão permitindo o acesso ao trabalho a diversas famílias e que a geração de renda por meio da fabricação do artesanato tem contribuído para a melhoria de qualidade de vida e do resgate da cidadania das pessoas envolvidas.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, J.E. **Parcerias**: fundamentos e benefícios para o terceiro setor. São Paulo: Futura, 2001.
PEREIRA, MI. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Pioneira, 1998.

A EFETIVIDADE DO ATUAL PROGRAMA SOCIAL DE REDISTRIBUIÇÃO RENDA BOLSA FAMÍLIA

Keila Christiane do Amaral de Mello, TCC, FECILCAM, Ciências
Econômicas keila.mello@copel.com

Sérgio Luiz Maybuk, orientador, Ciências Econômicas, FECILCAM,
maybuk@ibest.com.br

Resumo: Este artigo aborda o impacto do Programa de Redistribuição de Renda Bolsa Família na diminuição do grau de concentração de renda no Brasil e na qualidade de vida das famílias beneficiadas. A queda do índice de gini nos últimos anos demonstra haver fatores relevantes na diminuição da pobreza e desigualdade social. O comparativo entre as famílias pobres, os repasses de verba dos Fundos de Participação Municipal e os Repasses do Programa Bolsa família convergem para a conclusão de que

a queda do índice de gini está relacionada ao repasse de verba através do Programa Social e das políticas sociais aplicadas.

Palavras-chave: Redistribuição de renda. Programas sociais. Bolsa Família.

Constatar a efetividade do atual programa social de redistribuição de renda Bolsa Família na amenização das disparidades existentes em relação à concentração de renda é o objetivo geral deste trabalho, assim como averiguar a existência de impacto na economia e na qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Foi analisada a renda, pois esta possui influência direta na qualidade de vida das famílias, assim como o histórico de concentração da renda nas mãos de poucos no Brasil, o que gera um problema grave que é a desigualdade social acompanhado do problema pobreza (falta de recursos básicos).

Através do comparativo entre os dados fornecidos nos relatórios do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome e os repasses efetuados pelo Governo Federal aos municípios avalia-se o impacto econômico da transferência de renda feita às famílias.

O comparativo entre as famílias pobres estimadas no Brasil, dados da PNAD, e as famílias pobres já atendidas pelo programa social permite a visualização do direcionamento dos recursos dentro do país e qual as regiões e estados mais recebem a verba.

Através da Pesquisa elaborada pela Universidade Federal Fluminense é possível visualizar o impacto da transferência de renda na qualidade de vida e de alimentação das famílias, na opinião das próprias famílias.

O “índice de gini” é o indicador utilizado para medir o grau de concentração de renda de uma população e varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda da população em estudo. Os dados referentes ao “índice de gini” nos estados e nas regiões do Brasil mostram que a política aplicada está sendo eficaz na amenização das disparidades referentes à concentração de renda.

A pobreza no Brasil está mais concentrada nas regiões Nordeste e Sudeste sendo que em números absolutos a maioria de pessoas pobres está na região Sudeste (79.063.040) pessoas pobres e em percentual em relação à população a região nordeste é a mais pobre com (51.503.456) pessoas pobres; Na relação percentual da população a região nordeste tem 24,14% de sua população em situação de pobreza. De acordo com os dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome o grande número de famílias pobres está concentrado nos estados da Bahia (1.451.244) famílias pobres, Minas Gerais (1.109.730) famílias e São Paulo (1.157.764); famílias pobres, os três estados concentram 33,18%

das famílias pobres do Brasil. O Programa Bolsa família atendeu a 99,2% do total das famílias pobres, sendo seus recursos direcionados proporcionalmente à pobreza das regiões.

Foram realizadas pesquisas pela Universidade Federal Fluminense onde os beneficiários do Programa avaliam os gastos com o dinheiro que recebem. Esta pesquisa foi citada por WEISSHEIMER, 2006, no livro editado pela Fundação Perseu Abramo, onde 76,2% dos beneficiários do programas responderam que gastam o dinheiro em alimentação, vindo em segundo lugar nas pesquisas os gastos com material escolar (11,1%) e remédios (5,4%). Avaliada a qualidade da alimentação pelos beneficiários mais de 80% responderam que sua alimentação melhorou após receberem o benefício.

No comparativo entre o repasse do Fundo de participação municipal com os repasses feitos pelo programa bolsa família aos municípios os recursos transferidos na Bahia, uma das áreas de maior concentração de famílias pobres, representam 30,82% do montante, em São Paulo representa 13,96% e em Minas Gerais 17,30%. As duas regiões que mais recebem recursos do FPM são nordeste e sudeste, tendo a região nordeste com R\$ 747.948.786,46, 12,89% a mais de repasse do valor do FPM que a região Sudeste que recebeu R\$ 662.546.889,09.

O “índice de gini” ficou estagnado durante 30 anos, e começou a sofrer sensível melhora nos últimos anos, onde a melhor variação no período de 1996 a 2005 ficou com a região centro oeste que passou de $G=0,6008832$ em 1996 para $G=0,57728$ em 2005. No período de 2001 a 2005, o melhor “índice de gini” foi o da região norte que passou de $G=0,565021$ para $G=0,529246$ nas outras regiões a média de variação do índice de gini foi de 2,84%.

Houve variação no grau de concentração de renda em quase todos os estados desde 1996, ocorrendo a melhor variação no estado do Tocantins.

No ano de 1996 o “índice de gini” brasileiro era de 0,602054 e passou em 2005 para 0,569246 uma redução de 0,0328, ou seja, 3,28% sendo que em 2005 apresentou o melhor resultado dos últimos 30 anos.

A queda do “índice de gini” brasileiro nos últimos anos não pode ser atribuída apenas ao Programa Social Bolsa Família e sim a um conjunto de políticas de transferência de renda e a rede de proteção social do qual ele faz parte, contando com outras contribuições em certos momentos até bem maiores como, por exemplo, o aumento do salário mínimo, os benefícios previdenciários e a baixa da inflação entre outros aqui não citados.

O que não se pode negar é que existe o impacto econômico e social gerado através das muitas maneiras que o Programa de transferência beneficia a população.

Ao fazer uma comparação e uma inter-relação entre o nível de desigualdade de renda no Brasil, as famílias pobres, as transferências de renda através do Programa Bolsa Família e os Fundos de participação Municipal, podem ser feitas afirmações como a de ROSA MARIA MARQUES (2005) no Estudo publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, entre outros, em relação à efetividade da política de redistribuição de renda do Programa Bolsa família, concluindo há a percepção de que a variação do índice de gini demonstra que a política de distribuição de renda está sendo eficaz em seu propósito de amenizar a disparidade da desigualdade brasileira, juntamente com todo o conjunto das políticas econômicas e sociais aplicadas.

A unificação de vários programas especificamente o auxílio-gás o vale alimentação o cartão alimentação e o bolsa-escola no Programa bolsa família, permite uma melhor gestão dos recursos aplicados, evitando e amenizando discrepâncias no direcionamento e distribuição das verbas do programa

A injeção dos recursos na economia dos municípios agrega mais quantidade de moeda ao mercado circulante visto que como a renda das famílias que recebem o benefício é baixa, estas famílias tendem a gastar imediatamente o que recebem (alta propensão marginal a consumir) no comércio local, o que acaba por impulsionar as cadeias produtivas (efeito multiplicador Keynesiano).

O aumento percebido na renda das famílias pobres de acordo com WEISSHEIMER, 2006 fez com que 6 milhões de brasileiros saíssem da classe E/D para classe C no ano de 2006.

O impacto social positivo gera efeitos de curto, médio e longo prazo na vida da população, através das condicionalidades exigidas pelo programa Bolsa Família.

Um efeito de curto prazo é o impacto positivo na alimentação das famílias, o que em médio prazo, irá refletir na saúde dos beneficiários, conseqüentemente com uma melhor saúde haverá menos gastos com remédios tanto por parte das famílias quanto por parte do governo, permitindo, em longo prazo, que a saúde pública possa ser tratada como uma questão de prevenção de doenças de grande parte da população. Outro efeito de médio prazo vem através da condicionalidade exigida pelo programa de que os filhos sejam mantidos na escola, o que fará com que o nível de educação da família aumente. A relação direta do nível de ensino com o nível de renda em longo prazo trará o efeito esperado de que as famílias beneficiadas deixem de ser beneficiárias. A renda irá aumentar, trazendo ao governo o retorno esperado: a elevação da qualidade de vida das famílias, (menos pobreza e a diminuição no grau de concentração de renda o que leva à tendência das famílias deixarem de ser beneficiárias do programa).

Referências

- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MARQUES, Rosa Maria. **A importância do bolsa família nos municípios brasileiros.** In Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. 2002 **Pobreza e desigualdade: reformas estruturais ou política de renda?** Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 22 set. 2006.

COMPROMETIMENTO E USO DO TEMPO PELO CONSUMIDOR TURISTA

Me. Lúcia A. Lozano de Souza, TIDE, Administração, FECILCAM, llozanosouza@hotmailcom

Resumo: A presente comunicação visa a apresentar etapas parciais da pesquisa: “Comprometimento e uso do tempo pelo consumidor turista”. Essas etapas referem-se a levantamentos bibliográficos sobre a tríade: tempo, consumo e cultura, e sua relação com o turismo, que é entendido aqui como uma função harmoniosa sobre o indivíduo e também sobre a sociedade e a economia. A proposta é verificar se os consumidores turistas em férias acabam caindo na armadilha dos hábitos cotidianos em relação ao comprometimento e uso de seu tempo.

Palavras-chave: comprometimento e uso do tempo; consumidor; hábitos do cotidiano.

Introdução

O tempo é um tema abordado em grande parte dos trabalhos científicos relacionados tanto a marketing e comportamento do consumidor quanto a outras áreas de estudo da administração e das ciências sociais, pois o tempo é intrínseco à própria natureza humana (CHANLAT, 1996). A relação de uma sociedade com o tempo pode ser analisada sob diversos pontos de vista: tempo é uma unidade econômica, é dinheiro, é um recurso, é contexto, é trabalho e é lazer (ROSSI e SILVEIRA, 1999). No entanto, segundo Graham (1981), os estudos referentes aos modos de análise do tempo sobre fenômenos do consumo, ainda necessitam de enriquecimento dos modelos clássicos de comportamento do consumidor. Nesse sentido, Rocha et al. (1999) salientam que a Antropologia Social converge para uma nova perspectiva nos temas relacionados ao tempo, consumo e cultura. Krippendorf (2001) acrescenta ainda uma variável a

essa perspectiva: o turismo. Segundo o autor, o turismo funciona como uma terapia e mediador no funcionamento no mundo de todos os dias, exercendo uma função harmoniosa sobre o indivíduo e também sobre a sociedade e a economia. Partindo dessa perspectiva, o homem necessita de um equilíbrio. Inicia-se assim, segundo Krippendorf (2001) o ciclo da reconstrução, começando pelo homem e suas necessidades, pelo homem comum que se torna turista e a seguir volta a ser o homem comum. Portanto, a possibilidade do indivíduo sair, viajar, reveste-se de suma importância. “Afinal o cotidiano só será suportável se pudermos escapar do mesmo, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos” (KRIPPENDORF, 2001, p.36). Nesse contexto, a evolução atual da sociedade industrial “ mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores” (RODRIGUES, 2001, p.109). Conforme Krippendorf (2001, p. 46) “a viagem deve contribuir para contrabalançar os déficits e as privações. O turista procura uma compensação pela mobilização unilateral do trabalho: fazer e viver outra coisa, escapar da monotonia e por uma simples mudança encontrar um derivativo. A crescente socialização do ser humano obriga-o a evadir-se para passar as férias num mundo turístico relativamente liberado da dominação da sociedade e do Estado”. No entanto, segundo Krippendorf (2001) uma pessoa não se torna outra pessoa só porque está na condição de turista, pois ela esta marcada por seu estilo de vida diário, hábitos adquiridos, exigências e comportamentos dos quais não se pode se livrar assim de súbito, e automaticamente quando sai de férias, os carrega consigo, quer deseje ou não. Mesmo quando se faz outra coisa, existe uma tendência a se conservar o ritmo cotidiano habitual, e isso pode causar um impedimento para que a influência externa penetre e chegue até o indivíduo. E por fim, observa-se ainda o fato do indivíduo não saber lidar com a liberdade repentina e fora do comum, proporcionada pela viagem. Isso pode gerar uma insegurança, levando o mesmo a procurar ajuda sob a forma de oferta padronizada da indústria do turismo, a qual não favorece a liberdade nem a autonomia da pessoa em férias. Para se livrar de tal fato, seria necessário muita iniciativa do indivíduo e de independência de espírito.

Metodologia

Utilizar-se-á a visão qualitativa do tempo no estudo do comportamento do consumidor, e eleger-se-á como tema os possíveis efeitos dos hábitos do cotidiano no comprometimento e uso do tempo do consumidor turista. A pesquisa será guiada pelo seguinte problema: os hábitos do cotidiano poderiam estar associados ao comprometimento e uso do tempo do consumidor turista em suas férias? Trata-se de uma

pesquisa qualitativa, com abordagem direta, caracterizada pela amplitude transversal, concentrando-se no ano de 2007 como período de estudo. Os elementos estudados serão homens e mulheres a partir de 25 anos residentes no município de Campo Mourão. A técnica de amostragem a ser utilizada será, no início da coleta de dados, a seleção por conveniência e no decorrer da pesquisa a seleção do tipo bola-de-neve. A amostra será composta de 9 pessoas que serão divididas por categorias de período de férias (1 semana, 15 dias e 30 dias). Como técnica de coleta de dados, serão utilizados questionários estruturados para coletar informações sócio-demográficas e entrevistas em profundidade semi-estruturadas gravadas para coletar informações referentes à escolha do local de férias, hábitos do cotidiano, comprometimento e uso de tempo das férias e envolvimento das organizações de turismo no comprometimento e uso do tempo do consumidor. Será também aplicada a escala de valores de Rokeach para levantamento dos valores terminais e instrumentais dos consumidores. Os dados serão obtidos por fontes primárias. E para tratamento dos dados coletados, utilizar-se-á a técnica de análise de conteúdo. Por fim, os resultados da pesquisa serão apresentados sob a forma de relatórios.

Análises e Discussões

O fenômeno cultura ocupa um espaço privilegiado em todas as teorias da humanidade. Apesar das diferentes perspectivas sobre o que ela é de fato, há o entendimento geral de que se trata de um domínio do sentido da atividade humana. A cultura articula-se em torno de um sistema de valores, de normas, de comportamentos comuns, permitindo a um grupo viver enquanto sociedade, e é transmitida de geração para geração (DUBOIS, 1998). Os indivíduos são criados para seguir as crenças, valores e costumes de sua sociedade. As pessoas têm seus valores, crenças, costumes e perspectivas de vida norteadas em seu local de origem. A partir do momento em que elas saem deste local e partem para outros locais, elas tendem a reagir de maneiras diferentes diante da nova cultura. O processo de transposição cultural pode modificar parcialmente ou totalmente o comportamento do novo consumidor. Essa mudança também pode influenciar como ele compromete e usa seu tempo diante da nova situação. (PÉPECE, 2000; ROCHA et al., 1999; DIÉGUES JUNIOR, 1980). As diferentes percepções de tempo em diferentes culturas tendem a induzir diferentes tipos de motivações de consumo (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000). O tempo pode ser considerado tanto uma dimensão constitutiva da realidade social onde a cultura é um modo específico no qual as pessoas criam e produzem crenças e valores e outros significados de vida social, quanto ao fruto do sistema cognitivo temporal do indivíduo (BERGADAÀ, 1989). O tempo inesperado será percebido e considerado como uma gratificação para o qual o consumidor poderia argumentar que

as normas, regras e escrituras de uso do tempo não se aplicam. A liberdade e repentina fora do comum provocada pela viagem, pode levar a socialização do indivíduo num mundo turístico relativamente liberado da dominação da sociedade e do Estado. Contudo pode prevalecer a tendência da conservação do ritmo cotidiano habitual em situações não habituais, e a oferta padronizada da indústria do turismo tolindo a autonomia e liberdade da pessoa em férias.

Considerações Finais

A essência de um povo não é algo eterno e definitivo, pois os elementos que a constituem estão em constantes mudanças. Nesse sentido, a cultura é um contexto onde o passado pode ser considerado um grande motivador para o futuro. E sob a ótica dessa perspectiva dinâmica, a relação tempo, turismo e consumo, ganha cada vez mais destaque dentro da área de marketing. A exploração dessa relação pode evidenciar a importância que cada cultura atrelada ao seu sistema de valores, crenças e costumes, atribui ao comprometimento e uso do tempo de seus membros, e conseqüentemente as decorrências do comportamento de mercado e da qualidade de vida dos consumidores. Dessa forma, esta pesquisa pretende dar sua contribuição para as empresas, evidenciando uma possível identificação de nichos de mercado, permitindo a criação ou inserção de novos produtos/serviços que atendam as necessidades desse público-alvo. E também, alertar que as similaridades e diferenças entre os consumidores, requerem planejamento e estratégias diferenciadas, segmentação de mercado específica e desenvolvimento de uma comunicação integrada de marketing.

Referências

- BERGADAÀ, Michelle M. **Lê temps et lê comportement de l'individu.** Deuxième Partie. Recherche et Applications en Marketing, v. 4, n. 1, 1989, pp. 37-55.
- CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas.** São Paulo: Atlas, v.3, 1996.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- DUBOIS, Bernard. **Comprender o consumidor.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- ENGEL, James F. ; BLACKWELL, Roger D. e MINIARD, Paul. W. **Comportamento do Consumidor.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GRAHAM, Robert J. **The role of perception of times in consumer research.** Journal of Consumer Research, v.7, mar., 1981, pp. 335-342.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

PÉPECE, Olga Maria Coutinho. **Brasil, Japão e Estados Unidos: diferentes culturas, diferentes tipos de consumo.** In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Florianópolis: ANPAD, CD ROM, 2000.

ROCHA, Everaldo et al. **Cultura e consumo: um roteiro de estudos e pesquisas.** In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, CD ROM, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 2001.

ROSSI, Carlos Alberto Vargas e SILVEIRA, Teniza. **Pesquisa sobre culturas nacionais: o inexorável futuro do marketing na globalização.** In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, CD ROM, 1999.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO: TEORIA X PRÁTICA

Larissa de Mattos Alves, TIDE, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
larissamattosalves@hotmail.com

Resumo: A relação entre qualidade de um produto turístico e qualidade ambiental dos destinos está cada vez mais evidente. A dificuldade em atingi-la faz com que os pesquisadores e planejadores do turismo busquem nas bibliografias específicas técnicas de conservação ambiental. Nesse contexto, a presente proposta tem por objetivo investigar a relação entre teoria e prática do planejamento turístico e do ambiental. Sabendo da superficialidade que o assunto é tratado nas obras de planejamento turístico, buscar-se-á nas literaturas da geografia orientações que auxiliem no alcance da qualidade ambiental dos produtos turísticos.

Palavras-chave: Planejamento; Turismo; Meio Ambiente

O Turismo é uma atividade existente desde as mais antigas civilizações, mas seu crescimento efetivou-se após a 2ª Guerra Mundial, estimulado pelo aumento do poder de compra de camadas da população e desenvolvimento de vias e meios de transporte. Com o passar das décadas, algumas conquistas, como o aumento da renda e do tempo livre, bem como a regulamentação das leis trabalhistas, fizeram com que na década de 70, impulsionada pelo grande desenvolvimento tecnológico, facilitador dos transportes e comunicações, a atividade estivesse totalmente massificada.

Atualmente, o turismo como atividade econômica é fortemente referenciado quanto a sua capacidade de gerar renda, empregos.

Mundialmente movimenta mais dinheiro do que a indústria armamentista ao gerar em média uma receita de U\$ 4 trilhões/ano, 200 milhões de emprego, 10% da força de trabalho, apresentando a relevante cifra de 10% do PIB mundial. (BARRETO, 2000)

Contudo, as cifras mundiais não refletem necessariamente o desenvolvimento dos destinos turísticos. Grande parte desse lucro fica restrita a poucos proprietários das grandes empresas do trade. Apesar de seu famoso efeito multiplicador, muitas vezes, a atividade leva a desigualdade social. O fluxo de turistas gera mais que impactos econômicos, reflexos podem ser sentidos também no campo social. As comunidades têm seus hábitos e rotinas, muitas vezes, completamente alterados pela chegada dos visitantes, são choques motivados por vários tipos de diferenças culturais, como de valores éticos, estilos de vida, grupos religiosos, níveis de prosperidades, etc. (DIAS, 2003)

A comercialização das formas de arte e artesanato, dança, demais manifestações populares e religiosas, a assimilação de hábitos e costumes por parte dos residentes e a aculturação são exemplos de impactos causados pelo crescimento desequilibrado da atividade turística. Grande parte das preocupações quanto aos impactos negativos aparece no campo ambiental. Além de ser uma das áreas mais sensíveis, seus impactos quando mal dimensionados podem ser irreversíveis. A preocupação do turismo com o uso descontrolado dos recursos naturais é grande e justificável, uma vez que os mesmos destacam-se entre os atrativos turísticos, e sua degradação leva ao fim a atratividade de uma destinação.

Os impactos nos recursos naturais recebem ainda relevante atenção por estarem diretamente relacionados à qualidade de vida e cultura dos residentes. A poluição das águas, por exemplo, é capaz de contaminar os residentes, e ainda afastar de seu ofício diversas famílias de pescadores.

Notando a grande capacidade de impactação, não se deve tomar o turismo como salvação para problemas econômicos que certas localidades enfrentam. Não é, como muitos autores e lideranças defendem, uma atividade 100% positiva. O turismo impreterivelmente acarretará em impactos, o que se pode discutir é em que grau isso ocorrerá. O que se deve é buscar que os impactos positivos sejam maximizados e os negativos, minimizados. É verdade também que o turismo não planejado pode, a médio e longo prazo, gerar mais conseqüências negativas do que positivas sobre a sociedade local.

O turismo mal planejado e gerenciado pode prejudicar exatamente aqueles recursos sobre quais se fundamenta. A degradação ambiental e cultural deve ser evitada, através da adoção e obrigatoriedade de medidas de planejamento

apropriadas. (**Agenda 21**. Área de prioridade IV: sobre Viagens e Turismo, 1992)

O setor de turismo pode atingir o máximo ou o mínimo impacto possível, depende de seu planejamento. E, infelizmente, o turismo pode trazer tão grandes catástrofes ambientais como são grandes suas cifras econômicas, daí a necessidade de direcioná-lo aos pontos positivos que podem trazer. Para isso a atividade turística deve adaptar-se ao desenvolvimento sustentável, adotando a política do Turismo Sustentável:

[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT - **Organização mundial do Turismo**, Definição Oficial, 1998)

São várias as discussões que divergem sobre a sustentabilidade do meio ambiente, em qualquer atividade que use seus recursos, fazendo com que o turismo sustentável seja visto como uma política de desenvolvimento ilusória. Porém é importante que essa definição seja vista como um modelo de turismo almejado, talvez irreal e impossível, pois, por mais discreto que seja, o turismo sempre causará algum tipo de impacto. O turismo sustentável seria então um modelo de desenvolvimento que aceita os impactos, desde que não descaracterize o ambiente natural e não chegue a ser degradação. Dessa forma, é possível desmistificar a sustentabilidade, fazendo com que por menos que a alcancemos, que ela seja buscada como fim de todo o empreendimento ou política referente à atividade turística.

O planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento desse turismo equilibrado, também chamado de sustentável, ou seja, aquele que ocorre em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-as para as gerações futuras. Importante instrumento contra o fluxo desordenado de turistas nessas regiões, o planejamento ajuda, ainda, a evitar danos ambientais e a manter a atratividade dos recursos turísticos (naturais e culturais). Contribui, portanto, para que a atividade turística continue a se desenvolver, sem prejudicar suas próprias fontes de existência (ANSARAH, 2001).

São poucas as produções nacionais destinadas à discussão do planejamento turístico em áreas não urbanas, deixando apenas para o ecoturismo o comprometimento com a qualidade ambiental das destinações. Grande parte das obras referentes ao planejamento turístico, em geral, faz pouca referência ao uso responsável dos recursos, formas de economizar recursos e evitar a degradação ambiental durante o planejamento turístico, e quando o fazem, isso acontece de forma bastante superficial, muito teórica e pouco prática.

As bibliografias colocam que a sustentabilidade deve ser observada, a viabilidade ambiental analisada, mas pouca prática é apresentada. Faltam metodologias, analogias e práticas para evitar esses efeitos negativos do planejamento turístico, o que, muitas vezes, só acontece se essa proposta estiver bastante clara, facilitando o entendimento desses efeitos negativos e formas de evitá-lo ainda durante o planejamento, pois é muito mais fácil e viável evitar a degradação do que revertê-la.

Dessa forma, podemos relacionar as falhas do planejamento turístico e os impactos que o mesmo causa, com a falta de informações detalhadas do uso das áreas naturais pelo turismo. Esse fato faz com que busquemos, na ciência da geografia, bases teóricas e metodológicas mais adequadas para o uso das paisagens pela atividade turística.

Nota-se que grande parte da produção científica do turismo é lacônica quando aborda a qualidade ambiental, tratando-a com superficialidade teórica e sem base na realidade. Para tanto, acredita-se que analogias com os estudos da geografia, proposta da presente pesquisa, possam aprofundar e trazer melhor estruturação para as práticas do planejamento turístico, uma vez que a abrangência de seus estudos e seus campos sistemáticos (três grupos principais: Geografia Física, Geografia Humana e Geografia Regional) convergem para a ação do turismo no meio ambiente.

Temos que admitir que ainda hoje o turismo não se constitui de um corpo de conhecimento independente, com dinâmica própria (...) uma vez que o turismo aparece como objeto de estudos no ambiente de várias disciplinas e está sujeito a influência de diferentes paradigmas, o que prejudica a formação de um corpo teórico específico (DENCKER, 1998, p.27-28)

Ao analisar as mais referenciadas obras do planejamento turístico nota-se, com algumas ressalvas, um debate amplo e vazio, e pouco aplicável. Para tanto, parece viável traçar a relação com algumas bibliografias da área da geografia, principalmente no que tange ao uso e

manejo de áreas naturais, onde a relação homem x natureza é mais profundamente debatida.

Esse entendimento permite confrontar as bases teóricas e metodológicas do planejamento turístico (obras das ciências sociais aplicadas – turismo) com as do planejamento ambiental (ciências humanas – geografia), buscando identificar o aprofundamento dos debates e do detalhamento das metodologias no que tange a atenção destinada ao meio ambiente.

Pretende-se, com a presente proposta, aprofundar discussões sobre o uso dos espaços para fins turísticos com base nas teorias sobre planejamento turístico e planejamento ambiental, caracterizando-se portanto como uma pesquisa exploratória por ter como “objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41)

Esse “aprimoramento de idéias” ou “aprofundamento das discussões” será estruturado com base em pesquisas bibliográficas. Tal pesquisa constituirá da leitura de 11 títulos* (referenciados na bibliografia), sendo cinco relacionadas ao planejamento ambiental e as demais referentes ao planejamento turístico. Neste primeiro momento, o objetivo é refletir sobre conceitos, teorias e metodologias. Essa reflexão propiciará a análise entre a convergências e divergências dos planejamentos, identificando as relações e interdependência entre os dois segmentos de planejamento. Traçadas essas relações, será possível analisar a metodologia mais eficiente para otimizar a prática do planejamento turístico ambientalmente responsável. A discussão sobre as metodologias sugeridas pelos autores selecionados levará a adequações e adaptações para as especificidades regionais.

Bibliografia

- AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. *
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). Turismo. Como aprender, como ensinar. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- ARAUJO, Gustavo H. de S.; ALMEIDA, Josimar R. de; GUERRA, Antonio J. T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.*
- BARRETO, Margarita. Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento. 2.ed.São Paulo: Papirus, 2000 (Coleção Turismo).
- BOULLÓN, Roberto. C. Planejamento no Espaço Turístico. São Paulo: EDUSC, 2002*
- CUNHA, Sandra B. da; GUERRA, Antonio J. T. Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. *
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo. São Paulo: Atlas, 2003. *

DENCKER, Ada. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.

GREGORY, K.J. A natureza da Geografia Física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.*

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projeto de Pesquisa.. São Paulo: Atlas, 2002.

PETROCCHI, Mário. Turismo Planejamento e Gestão. São Paulo. Futura, 1998. *

RODRIGUES, A.M. Produção e consumo do e no espaço. São Paulo: Hucitec, 1998*

ROSE, Alexandre Turatti de Rose. Turismo: Planejamento e Marketing. 1.ed. São Paulo: Manole, 2002. *

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. *

NETZ, Sandra. OMT – Organização Mundial do Turismo. Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003. *

A INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1994-2006

Nelson Denker, MINTER/UFPR, TIDE, Ciências Contábeis, FECILCAM,
n.denker@yahoo.com.br

Resumo: Com o objetivo de analisar a economia brasileira em dois períodos subseqüentes, o presente trabalho foca-se nos anos de 1995 à 1998 e 1999 à 2006, momentos em que verificou-se a influência causada nos tipos de regimes cambiais, com câmbio fixo e câmbio flutuante. Objetivou-se também a demonstração do cenário econômico brasileiro no comportamento das exportações a partir destes períodos, bem como o regime cambial existente nos mesmos. Procurou-se, por fim, verificar algumas medidas tomadas com relação a liberalização do comércio.

Palavras-chave: Exportações; regimes cambiais; crescimento econômico.

O problema a ser analisado centra-se na relação direta que a taxa de câmbio tem sobre a exportação e importação. Para dimensionar corretamente o impacto da liberação do comércio internacional brasileiro, ocorrida na década de 1990 é preciso lembrar que nas décadas antecedentes o Brasil se tornara uma das economias mais fechadas do mundo. A estratégia de substituir as importações fora levada a extremos, e a parcela de importados no consumo doméstico de bens manufaturados chegara a 4,8% em 1989.

Essas políticas eram claramente insustentáveis, e no final dos anos 80 quando as restrições cambiais começavam a diminuir, o país aos poucos se encaminhou para uma política comercial mais aberta e neutra.

No período de 1988 à 1993 o governo reduziu drasticamente a proteção aos produtores nacionais. As reformas de 1988 e 1989 promoveram queda da tarifa média sobre as importações, que baixou de 51% para 35%. A maioria das barreiras não tarifárias foi eliminada em 1990, culminando-se com o fim da reserva de informática em 1992.

A liberação do comércio foi particularmente importante para os bens de consumo: as tarifas incidentes sobre bens de consumo duráveis diminuíram 66% e a eliminação da lista de artigos de importação proibida proporcionou aos consumidores acesso legal a artigos que estavam banidos há décadas (Pinheiro, Giambiagi e Moreira, 2001).

A participação brasileira no comércio internacional existe de longa data. Furtado (1976) descreve diversas etapas da participação brasileira nas transações internacionais, desde o período colonial até os dias de hoje. “A experiência brasileira com política comercial externa até meados da década de 1960 foi fortemente influenciada pela predominância da ênfase na produção nacional contra produtos importados competitivos” (CANUTO, 2004 p.163).

O Brasil, a partir da implantação do Plano Real em 01 de julho de 1994, utilizou uma política de ancoragem cambial. Objetivamente, o Banco Central promoveu, através da administração da taxa de câmbio num regime de Bandas Cambiais, a valorização do real. A cotação em 01 de julho de 1994 era de US\$ 1,00 = R\$. 1,00, chegou a ficar em US\$ 1,00 = R\$.0,83, demonstrando claramente a forte valorização do real.

Essa valorização do real aliada ao processo de aceleração da abertura comercial, através da redução das barreiras tarifárias ao comércio, Benwcke comenta que “as tarifas aduaneiras eram em média 35% e, em alguns casos, chegavam a 100%, passaram a oscilar entre zero e 40% com tarifa média de 20%, sendo que o nível máximo de tarifa permitido deveria ser utilizada para a produção temporária de determinados setores”(BENWCKE, 2003, P.364). Analisando o mesmo período verifica-se que o efeito da abertura comercial teve maior impacto sobre o volume das importações. Enquanto em 1990/2001 as exportações cresceram 85,34% as importações quase que dobraram crescendo 169,99%.

A implantação do Plano Real em 1994 teve representação direta sobre os indicadores macroeconômicos da economia brasileira, tanto no setor interno, quanto externo.

Mais designadamente, a utilização da ancora cambial, proporcionou a estabilização dos preços internos, porem, em relação ao comportamento das contas externas, verificou-se que a valorização

cambial, decorrente desta estratégia, resultou no aumento das importações e redução das exportações. E como conseqüência, a eliminação de superávits comerciais, os quais se tornaram sistemáticos déficits. (MARGARIDO, 2001).

Com o intuito de conter a perda de reservas, em 13 de janeiro de 1999, o Banco Central ampliou a banda cambial e aumentou suas intervenções no mercado, deixou que o real passasse a flutuar livremente. Houve uma forte desvalorização do real, que de R\$ 1,21/US\$ alcançou uma média de R\$.1,52/US\$ em janeiro, R\$.1,91/US\$ em fevereiro e R\$ 1,90/US\$ em março.

Após a implantação do Plano Real, em julho de 1994, a política cambial permitiu uma apreciação da moeda nacional, o que causou déficits na balança comercial. Além do desemprego, os produtos tornaram-se pouco competitivos no mercado. Em meados de 1995, com a estabilização do câmbio, o real começou a se depreciar, o que amenizou a situação.

Em 1998, o país sofreu forte ataque especulativo contra o real, o que obrigou o Banco Central a queimar reservas cambiais para tentar manter a taxa de câmbio, dado que os fluxos de recursos financeiros internacionais haviam minguado em função da própria crise internacional. Em dezembro de 1998, o Banco Central, já no limite de suas reservas, anunciou sua retirada do mercado cambial, ou seja, o regime de câmbio fixo foi abandonado e adotou-se um regime de câmbio flutuante (MARGARIDO, 2001, P.58).

Várias considerações são possíveis, fazendo-se uma análise econômica do período plano real, desde sua implantação até 1999. Inicialmente levou uma sensível apreciação do real. Com a moeda elevada, gerou déficits na balança comercial e o país perdeu espaço no comércio mundial. Isso aconteceu justamente em uma década em que ocorreu uma forte expansão das exportações mundiais.

Ainda em 1999 a suspeita dos detentores de ativos brasileiros, quanto a sustentabilidade do regime cambial brasileiro provocou desvalorização de mais de 70% do real.

Criaram-se medidas para estabilizar a situação: regime cambial flutuante, metas de inflação e geração de superávits primários com a utilização de medida do câmbio flutuante foi possível mudar o quadro da balança comercial que passou a ter saldo positivo. (CUNHA, 2005, p.40).

Segundo Kannebley (2002) depois da mudança do regime cambial realizada em janeiro de 1.999 e a conseqüente desvalorização da taxa de câmbio ao longo deste mesmo ano, esperava-se uma reversão sensível dos resultados deficitários da balança comercial, não apenas em razão da redução do valor das importações, mas também devido a uma expectativa de aumento sensível do valor exportado pelo Brasil.

No período de junho 1994 até janeiro de 1999 o regime cambial vigente no Brasil era o regime de câmbio fixo. Nota-se que a partir de 1999, em especial nos anos de 2003 em diante, a Balança Comercial apresentou um excelente desempenho. O interessante é que a tendência de apreciação da taxa cambial do real não chegou a comprometer o saldo comercial em 2004. neste mesmo ano o comércio exterior brasileiro cresceu em relação ao ano anterior, atingindo, o maior montante registrado até então pelo país. As exportações totalizaram o nível recorde, com crescimento de 32% em relação ao ano anterior. (OLIVEIRA e NAKATANI, 2005, P.116). Passou-se então de um déficit de US\$ 1.198 bilhões em 1999 para um superávit em 2004 de US\$ 33.693. Explica-se ainda que apesar da recessão em 2003, o ano de 2004 foi o ano da recuperação e o setor exportador que ora viabilizado por questões internacionais, foi o movedor do crescimento do país. (OLIVEIRA [et all], 2005, p.108).

Em 2005 o saldo da balança comercial foi de 32,84% superior ao de 2,004, passando de US\$ 33.693 bilhões para US\$ 44.758 bilhões, e o crescimento do saldo da balança comercial em 2006 foi de 2,93% em relação a 2005.

Buscou-se, portanto, demonstrar a influência das taxas de câmbio nas importações e exportações, bem como a influência do Plano Real no desempenho da economia brasileira. Para alcançar estes objetivos, procurou-se fazer uma revisão da literatura, e o resultado alcançado fundamentou-se em referencial teórico acerca da evolução histórica do comércio internacional, principalmente a partir da conferência realizada em Bretton Woods em 1944. Buscou-se mostrar a influência nas taxas de câmbio sobre o volume das exportações e importações brasileiras no período de 1994 a 2006, elaborando análise do cenário econômico brasileiro, destacando-se as políticas utilizadas no governo, os tipos de regime cambial adotados, observando a utilização do regime cambial entre 1994-1998 e 1999-2006.

No período analisado, após a implantação do Plano Real em 1994, verificou-se que entre 1995-1998 o país adotou o regime de câmbio de bandas cambiais, e em 1998 passa a utilizar o regime de câmbio flutuante, que permanece vigente até os dias atuais.

Constatou-se que as exportações e importações tiveram evoluções diferentes nos períodos analisados. As exportações alcançaram no período de 1999 a 2006 quando passou a vigorar o regime de câmbio flutuante, crescimentos superiores aos verificados no período de 1994-1998. As importações no mesmo período apresentaram crescimentos acentuados, chegando a 174,4%.

No período entre 1999-2003, ocorreu desvalorização cambial as importações mostraram queda nos seus volumes, retomando seu crescimento a partir de 2004 quando ocorreu nova valorização cambial.

Comparando o crescimento da economia com alguns grupos de países, verificou-se que o Brasil vem crescendo à taxas inferiores a estes países, o que provoca um aumento das diferenças existente em relação a estas economias.

Conclui-se, deste modo, que o crescimento do PIB no período a partir de 2004, destaca-se pela grande oscilação das exportações, com o país alcançando crescimentos razoáveis apenas nos anos de 2000 e 2004.

Referências

BENEWKE, Dieter W [et all.], Opções de Política Econômica para o Brasil, Rio de Janeiro:Fundação Konrad Adenauer, 2003.

CANUTO, Otaviano [et all.] Economia Internacional, Rio de Janeiro: Campus 2004

CUNHA André M.;PRATES Daniela M. A Política Econômica do Governo Lula e o ajuste nas contas externas,, Indicadores Econômicos. Porto Alegre, v 33, n 1.

MARGARIDO, Mario A. [et all.] Previsão de preços no mercado internacional, 2001.

OLIVEIRA Fabrício A. [et all.]. a Política Macroeconômica do Crescimento Insustentável. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1 jun 2006.

PINHEIRO, Armando C.. GIAMBIAGI, Fabio, MOREIRA, Mauricio M., O Brasil na década de 90: uma transição bem sucedida? 2001. (Texto Para discussão do BNDES n. 91)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AS COMUNIDADES DA COMCAM

Paulo Roberto Santana Borges, MINTER, TIDE, Ciências Econômicas, FECILCAM

Resumo: O presente trabalho, aponta as ferramentas e procedimentos relativos a administração dos recursos financeiros disponíveis as pessoas, ou seja, as maneiras corretas de utilização, os meios de poupança, investimentos, acumulação de capital e etc. A hipótese de que cada pessoa tem as possibilidades de viver com o que ganha é comprovada pela própria teoria do consumidor e de que para o equilíbrio financeiro os indivíduos tem duas opções que são: pelo aumento da receita ou pela diminuição das despesas.

Palavras-chave: receita; despesa; equilíbrio.

Por interesse pessoal e por oportunizar a apresentação de um trabalho que esteja visando à melhoria do padrão de vida das

comunidades mais carentes no sentido de estabelecer planejamento na utilização da renda pessoal e familiar dos moradores dos bairros dos municípios da COMCAM e ao mesmo tempo mostrar as medidas capazes de preservar a capacidade de administração dos recursos disponíveis e em consequência levar o planejamento e estabelecimento de metas de consumo e poupança das pessoas e meios de racionalizar a renda das famílias.

Serão abordados assuntos de mercado, globalização, inserção do homem dentro do mercado consumidor, efeitos de pagamento de juros, os reflexos econômicos, sociais, afetivos e profissionais em relação à má administração dos recursos financeiros existentes e etc.

Metodologicamente para apresentação desse trabalho serão utilizadas: exposição verbal e recursos multimídia farão parte da apresentação.

Para elaboração e execução da proposta de levar a educação financeira as comunidades carentes se faz necessário a utilização de materiais e procedimentos metodológicos para a devida fundamentação, por isso:

A economia tratada como a teoria voltada para a administração dos recursos escassos, recursos relacionados à produção, receitas governamentais e empresarias e nas transações econômicas como um todo, além da Teoria do Consumidor que estuda a racionalidade econômica dos consumidores, na forma de alocação de seus limitados recursos para sobrevivência e investimentos.

Segundo Julio Sampaio de Andrade através da obra *Espírito do Dinheiro*, trata da experiência e dos resultados obtidos em que aborda todos os aspectos que envolvem o comportamento perante o dinheiro sob prismas não somente matemáticas, mas nem por isso menos válida. Os objetivos fundamentais e metas do ser humano devem estar baseados em sólidos pilares éticos e espirituais. Dessa forma essa literatura mostra, especialmente para as pessoas que acreditam na importância da espiritualidade e princípios morais para obterem completa satisfação na vida.

Afinal, por que algumas pessoas ganham dinheiro com tanta facilidade e outras não, mesmo quando aparentam as mesmas condições? O que é ser verdadeiramente rico? Quais são as razões que fazem com que nosso dinheiro não ajude a realizar nossos sonhos e desejos de consumo? Por que motivos nosso dinheiro não rende ou não o gastamos naquilo que havíamos planejado? As respostas a essas e outras perguntas referentes ao universo intangível do dinheiro, e mostrar como é possível criar e manter uma relação saudável entre pessoas e seus bens materiais.

A Teoria do Consumidor, de acordo com as obras de microeconomia, como Pindyck, Varian, aborda a maximização da utilidade

com o mínimo de esforço monetário e fazer entender a racionalidade do consumidor, fazendo-se com que a utilização do dinheiro seja direcionada para o bem-estar das pessoas.

Segundo Cláudio Nasajon, o autor do livro *Planeje-se - Um Plano Estratégico para a Felicidade Pessoal*, tudo passa por planejamento e de maneira competente, através da própria experiência, em que planejamento quase sempre significa ou se identifica com dinheiro e de como otimizá-lo.

Nos relatos concretos os erros que todos cometemos ao darmos inconscientemente maior valor aos aspectos subjetivos que aos objetivos e mais realistas. Ideal para pensar a respeito de si mesmo em relação a sua própria personalidade estabelece algumas possibilidades de recuperação financeira de pessoas e famílias que atravessam por dificuldades.

Levando-se em consideração a análise das discussões, o tema ora colocado em pauta, tem sido muito debatido nas empresas de forma geral, haja vista, a importância da variável *equilíbrio financeiro* na vida das pessoas, no que tange as questões comportamentais originadas por uma boa ou má administração financeira pessoal, ou seja, será que o indivíduo poderá desempenhar bem suas funções profissionais quando pressionado por dívidas impagáveis, fruto de uma educação financeira deficiente? Como poderá o indivíduo exigir de seus filhos, por exemplo, um a conduta de consumo mais racional se ele próprio não faz? Como fugir da crise? O que fazer para restabelecer o equilíbrio financeiro? Melhor comprar a vista ou à prazo?

Essas discussões fazem parte da vida de todos os cidadãos, não importando a classe social, mas que os cuidados com a saúde financeira passam a ser habitualmente uma preocupação e temas sempre permanentes nas discussões econômicas, sociais e comportamentais entre pessoas e matérias de grande importância para os meios de comunicação justamente por fazer parte de forma irreversível entre os seres humanos.

Diante desses temas discutíveis e muitas vezes subjetivos, visto que ocorre a exigência da administração das finanças pessoais em que a razão e a emoção possam ser compreendidas e que seja possível a determinação do ponto de equilíbrio entre a receita e a despesa e que de fato cada participante possa colocar em prática as orientações e os resultados das discussões, tornando-se um verdadeiro empreendedor do seu dinheiro da sua renda e que o uso racional na aquisição e nos investimentos sejam os melhores possíveis.

Concluindo, a proposta do presente trabalho é de que os ensinamentos, orientações e aplicação de algumas técnicas relacionadas à *Educação Financeira*, possam contribuir para o processo de adaptação da melhor utilização dos recursos financeiros para o público alvo e que os resultados possam levar, principalmente, as comunidades mais carentes,

que poderão utilizar mais racionalmente os recursos disponíveis e sair de simples consumo para início de investimentos.

Ao longo dos anos, alguns resultados interessantes foram conquistados, como exemplo, o retorno da saúde financeiro e até investimentos foram concretizados, aquisições de imóveis, veículos e etc.

Acredita-se que com as informações e discussões relativas aos assuntos econômicos e mais especificamente nas questões microeconômicas voltadas para a Teoria do Consumidor, os participantes terão a oportunidade de melhorar a condição atual para aqueles que se encontrarem equilibrados financeiramente, e readequar aqueles que por motivos de desorganização ou outro motivo qualquer se encontrarem em dificuldades econômica e financeira.

Por isso, recomendações de palestras, cursos e acompanhamentos individuais através de planilhas de receitas e despesas para adequação das pessoas com dificuldades econômicas, mostrando os caminhos a serem seguidos e se possível recuperá-los do processo de endividamento.

As respostas para os questionamentos de como fugir da crise, de como racionalizar o uso dos recursos financeiros, entre outros serão objetos de discussão e apontamento de ferramentas capazes de direcionar os melhores caminhos para encontrar as soluções que, normalmente planejadas em médio e longo prazo serão passíveis de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Depoimentos práticos e experiências do grupo são armas importantíssimas para promoção de choque ao combate da má utilização do dinheiro. Com isso o conteúdo oferecido através de uma fundamentação teórica elaborada para a Educação Financeira melhor avaliada e que venha a ser eficaz a sua utilização após apresentação desse material aos participantes.

Referências

NASAJON, Cláudio - Planeje-Se - Um Plano Estratégico para a Felicidade Pessoal, Editora: Campus - 2003.

ANDRADE, Julio Sampaio de - Espírito do Dinheiro, 4ª Edição, Editora: Qualitymark (2004) 4ª Edição – 2004.

EATON, B. C. & EATON, D. F. – Microeconomia. Ed. Saraiva, 1999.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. - Microeconomia. 2ª ed., Makron Books, 1994.

SIMONSEN, M. H. – Teoria microeconômica. Ed. FGV, vol. 1 e 2, 1977.

VARIAN, H. R. – Microeconomia. Ed. Campus, 1997.

PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Patrícia Estanislau, PIC, Grupo de Pesquisa Epistemologias e Metodologias da História, FECILCAM, patiestanislau@yahoo.com.br
Me. Rosângela Maria Pontilli, orientadora, Ciências Econômicas, Grupo de Pesquisa, TIDE, FECILCAM, rpontilli@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa teve por finalidade analisar o perfil sócio-econômico do município de Campo Mourão. Inicialmente, buscaram-se dados históricos de sua municipalização. Em seguida, procurou-se identificar o contexto de sua população, analisando informações sobre a População Economicamente Ativa (PEA), sobre os ramos de atividade econômica e sobre a escolaridade. Desta forma, identificou-se a realidade do referido município, de forma a analisá-la da maneira mais ampla possível.

Palavras-Chave: População; Economia; Campo Mourão.

O município de Campo Mourão é caracterizado pela produção agrícola. Sua origem, dá-se:

“Em fins de 1769 e começo de 1770, pela expedição iniciada sob o comando do Capitão Estevão Ribeiro Bayão, de São José dos Pinhais, e completada pelo Capitão curitibano, Francisco Lopes da Silva, ambos sob o comando geral do Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza (primo do Morgado de Mateus), após percorrer o rio Ivaí em toda sua extensão, reconheceu os campos que foram denominados Campos do Mourão, mais tarde simplificado para Campo Mourão, em homenagem ao Governador da Província de São Paulo, no período de 1765/1775, a qual se subordinava o Paraná, então sua quarta (e depois quinta) Comarca”.(Veiga,1999, p. xx). COLOCAR A PÁGINA DE ONDE VOCÊ TIROU O TEXTO

O nome primitivo Campos do Mourão, depois denominado Campo do Mourão e abreviado para Campo Mourão, nasceu como Distrito Policial em 3 de fevereiro de 1916, pertencendo a jurisdição do distrito de Palmeirinha, município de Guarapuava, que por divergências de mapas passou a ser distrito de Pitanga, em 30 de dezembro de 1943. O município de Campo Mourão foi emancipado em 17 de outubro de 1947.

O município possui uma posição geográfica privilegiada, devido ao seu importante entroncamento ligando as principais rodovias do Estado,

fazendo parte da rota Mercosul. Devido a esta posição estratégica é possível manter um comércio diversificado e incentivar indústrias integradas à produção primária. Segundo a Prefeitura Municipal de Campo Mourão (2007), o município possui as seguintes coordenadas geográficas: 24°02'38" de Latitude Sul e 52°22'40" de Longitude Oeste do Meridiano de Greenwich, a uma altitude média de 630 metros sobre o nível do mar.

Campo Mourão é também sede da COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), da qual fazem parte 25 municípios da microrregião XII. A COMCAM, dentro de seus princípios, busca a integração regional através de ações unificadas consideradas bandeiras regionais (COMCAM, 2007).

Dado o acima exposto, o presente trabalho objetiva estudar algumas características sócio-econômicas de Campo Mourão. Para tanto, far-se-á uma análise estatística descritiva a partir dos dados obtidos no Caderno Estatístico do Município de Campo Mourão elaborado e divulgado pelo Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

A população de Campo Mourão compõe-se de 80.169 habitantes (em 2.007 esta população foi estimada em 82.354 habitantes). Verifica-se que 38% desta população têm idade entre 0 a 19 anos, sendo que o maior percentual de pessoas é do sexo masculino. Na faixa etária de 20 a 39 anos tem-se um percentual de 32,8% da população Mourãoense e dos 40 aos 49 anos encontram-se 12,3% da população. Também é possível perceber, que a população do sexo feminino é maior que a população do sexo masculino, com um total de 41.607 mulheres e 38.869 homens.

Cabe ressaltar, ainda, que Campo Mourão possui um grau de urbanização de 92,89%. Além disso, seu coeficiente de Gini¹ foi calculado em 0,570. Comparando-se com o coeficiente paranaense, que é de 0,6098, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pode-se dizer que o grau de desigualdade de Campo Mourão é inferior ao do estado do Paraná. Além do mais, o município possui uma Densidade Demográfica de 107,84 habitantes por quilômetro quadrado. Mostra-se, com este número, que há uma habitação bastante intensa no município. Para finalizar, Campo Mourão possui IDH-M² de 0,774 o que o classifica como um município de desenvolvimento humano médio.

Com relação ao analfabetismo tem-se que, dentre os indivíduos pertencentes à faixa dos 40 a 49 anos, esta taxa é de 11%, enquanto na faixa dos 30 a 39 anos chega-se um percentual de 5,2%. Nas outras faixas etárias como as das pessoas de 25 a 29 anos, o índice é de 3,4%, para a faixa de 20 a 24 anos é de 1,9% e a taxa de analfabetismo é menor, chegando a 1,2% entre aqueles de 15 a 19 anos. Observando-se toda população com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo é de 10,7%. Vale lembrar que o analfabetismo é muito prejudicial socialmente,

reduzindo as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho, para as pessoas.

A análise da movimentação do mercado de trabalho faz-se pela PEA³ (População Economicamente Ativa) e, em Campo Mourão, este subconjunto da população constitui-se de 38.566 habitantes. Deste total, 36.000 estão situados na zona urbana e 2.560 na zona rural. Além disso, 22.836 são do sexo masculino e 15.730 são do sexo feminino. Através da PEA é possível calcular o índice de desemprego, que é de 16,8% da população mourãoense.

Fazendo-se uma análise da população ocupada⁴ de Campo Mourão, segundo os setores de atividade econômica, percebeu-se que a atividade econômica mais citada foi àquela ligada ao comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos, totalizando 26,5% da população ocupada. A segunda atividade econômica mais citada foi à agricultura, que está dividida em pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, a qual ocupa 11,11% da população. A terceira atividade é a indústria de transformação com 9,6% da população ocupada. Serviços domésticos totalizam 9% da população ocupada, construção 7,6%, educação 6,3%, intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados a empresas 6%, administração pública 5,3%, serviços coletivos e sociais 5,2%, transporte e armazenagem de mercadorias 4,2%, saúde e serviços sociais 3,8%, alojamento e alimentação 3,4%, indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás, água 1,2% e atividades mal definidas 0,3%. Percebe-se, através dos dados observados, que o comércio está muito presente na realidade econômica de Campo Mourão. A agricultura da região é bastante expressiva, o que por sua vez, faz com que as indústrias de transformação mostrem um crescimento em sua participação na economia do município. Neste contexto, serviços complementares surgem, mostrando a importância dos elos na cadeia produtiva.

Concluindo-se, pode-se dizer que este estudo levou a constatar que o município de Campo Mourão tem uma área urbana bastante ampla e desenvolvida, da qual podem surgir muitas oportunidades a serem aproveitadas no campo da indústria alimentícia. Porém, viu-se que também existe uma grande concentração de renda e uma alta taxa de analfabetismo. Viu-se, também, que a agricultura é forte na economia do município, mas o comércio, bem como a reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos está muito presente no município, sendo a atividade econômica com maior população ocupada. Visto isso, pode-se salientar a importância de estudar o perfil sócio-econômico do município de Campo Mourão, pois isso poderia levar a diagnosticar e solucionar problemas já existentes, o que poderia contribuir de modo positivo com os segmentos em desenvolvimento.

Notas

¹ Coeficiente de Gini mede o grau de concentração de distribuição de renda de uma população. Ele varia entre 0 (perfeita igualdade de renda) e 1 (desigualdade máxima de renda).

² O IDH-M é o índice de desenvolvimento humano municipal que se mede através dos indicadores de educação, longevidade e renda.

³ População Economicamente Ativa é o conjunto de pessoas empregadas e desempregadas num dado período de tempo. É um subconjunto da população em idade ativa (PIA), que inclui donas de casa, estudantes, aposentados precocemente inválidos, etc. Onde considera também pessoas com 10 anos ou mais que se encontram ocupadas ou que estão procurando ocupação (GREMAUD, et al., 1999).

⁴ População ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). Classificam-se em empregados, conta própria, empregadores e não remunerados (IBGE, 2007).

Referências

CADERNO ESTATISTICO MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87300&btOk=ok>. Acesso em 05/05/2007.

COMCAM. Disponível em: <http://www.comcam.com.br>. Acesso em 08/09/2007.

GREMAUD, A. P. et al. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999, 3. ed., 631p.

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/.../populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em 12/07/2007.

Prefeitura Municipal de Campo Mourão. Disponível em: <http://www.campomourao.pr.gov.br/cidade/>. Acesso em 08/09/2007

VEIGA, P. **Campo Mourão centro do Progresso**. Maringá: Bertoni, 1999. 27p.

A POLÍTICA MONETÁRIA E SEU REFLEXO SOBRE O CRESCIMENTO DO PRODUTO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRÊS PRIMEIROS GOVERNOS PÓS-REAL

Sérgio Luiz Maybuk, MINTER/UFPR, Ciências Econômicas, FECILCAM, sergiomaybuk@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho compara a política monetária dos governos FHC e do primeiro governo LULA e o seu reflexo sobre o crescimento do produto.

Para tanto, foram analisadas as variáveis: taxa de juros, taxa de inflação, taxa de investimento (% do PIB) e taxa de crescimento do produto. Este trabalho aponta para uma política monetária restritiva nos três governos analisados, mas destaca que o governo LULA, em relação aos demais, teve uma política monetária um pouco menos restritiva ocasionando um desempenho melhor na maioria das variáveis analisadas.

Palavras-chave: Política monetária; taxa de inflação; taxa de juros.

Nas últimas décadas têm-se discutido muito nos governos da maioria dos países a política monetária, no que se refere a que teoria se fundamentar, se mais liberais ou mais intervencionistas. Também se discute a possibilidade de se utilizar apenas um instrumento de política monetária (moeda ou taxa de juros), ou a utilização de variáveis conjuntas, ou ainda, a utilização de uma política monetária conjugada com políticas fiscal e/ou cambial. A volta em cena da teoria quantitativa da moeda faz com que os administradores de política monetária reflitam se o montante de moeda na economia influencia ou não na elevação de preços, ou se ele é apenas um elemento necessário para um grau de monetização suficiente para que a economia não pare. Outro dilema na condução da política monetária é a curva de Phillips, que prevê uma relação negativa ou um *trade-off* entre inflação e desemprego. Nesta situação, caso a relação na economia analisada aconteça mesmo, ocorre aquela tomada de decisão de se saber o que é pior, crescimento do produto com inflação ou controle da inflação sem crescimento do produto.

No Brasil, em que inflação chegou a ser um problema crônico, diversas tentativas foram feitas na década de 1980, para que se contivesse tal problema. Tentou-se de tudo para saber se a inflação era originada pelo excesso de demanda ou por choque de oferta. O sucesso da estabilidade de preços só ocorreu com a implantação do Plano Real, o qual ainda vigora até a presente data.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é tentar mostrar de maneira geral, como foram conduzidas as políticas monetárias, nos governos que se sucederam à implantação do Plano Real, ou seja, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva. Pretende-se, também, identificar individualmente cada governo no que se refere a determinação da taxa de juros; os índices de inflação; as taxas de investimento (percentual do PIB); e as taxas percentuais de crescimento do produto. Finalmente, pretende-se identificar a inter-relação entre estas variáveis macroeconômicas do país, para verificação de seu desempenho.

A política monetária utilizada nos dois governos FHC e no primeiro governo LULA foram muito parecidas embora com resultados um pouco diferentes. Os governos FHC são marcados principalmente por três

situações, a primeira a fundamentação do controle da inflação tendo a âncora cambial como sustentação; a segunda as crises externas da Rússia, México e dos países asiáticos que proporcionaram ataques especulativos fortes e acabaram com o sistema de bandas cambiais e o terceiro o regime de metas da inflação. Segundo (FILGUEIRAS, 1999) destaca-se a abertura comercial e financeira da economia, que se constituiu, ao mesmo tempo, numa das condições essenciais de sustentação da “âncora cambial” e num instrumento de internacionalização/desnacionalização da estrutura produtiva-financeira do país. O Plano Real foi fundamentado nos seguintes pilares: desregulamentação financeira e abertura do mercado de capitais para o ingresso de investimentos diretos, para isso havia a necessidade de uma alta taxa de juros para atrair permanentemente capital. Outro ponto seria uma ação conjunta entre câmbio desvalorizado e entrada maciça de produtos estrangeiros, para ocasionar choque de concorrência com os produtos internos e manter os seus respectivos preços estáveis. O intuito maior seria manter a estabilidade de preços, ou seja, inflação baixa.

Outra situação de difícil condução da política monetária, foram as crises externas monetárias de 1997 e 1999 ocorridas que desencadearam vários problemas no mundo principalmente nos países emergentes como o Brasil. Segundo (CURADO e OREIRO, 2005) o ataque especulativo promovido contra o Real em janeiro de 1999 obrigou o Banco Central do Brasil (BCB) a abandonar o regime de bandas cambiais. Chegava ao fim um período, iniciado em 1995, no qual o Banco Central controlava, através da utilização de um regime de bandas cambiais, o comportamento da taxa de câmbio nominal. O autor acima dá ênfase a um instrumento que seria um dos pilares do controle da inflação, pois antes do câmbio passar a ser flutuante, bastava ter atenção quase que única exclusivamente na manutenção das taxas de juros, agora além de preocupar-se com estas, era necessário acompanhar se o câmbio desvalorizado não iria ameaçar a estabilidade dos preços.

Finalmente ainda no segundo governo FHC, surgiu o chamado regime de metas de inflação que é importante para os gestores de política econômica porque deixa a política monetária mais transparente junto à população ao definir, antecipadamente, qual é a meta a ser alcançada. Além disso, propicia aos agentes econômicos mais segurança nas suas atividades. Caso não se cumpra a meta, o Presidente do Banco Central é obrigado a relatar numa carta ao Ministro da Fazenda o porquê do não cumprimento da meta. O regime de metas de inflação foi adotado, no Brasil, após a maxidesvalorização cambial, com a proposta de manter a estabilidade monetária, conquistada após a implementação do Plano Real . Isso se fez necessário porque com o câmbio flutuante é mais difícil de controlar a inflação e quando se tem uma meta estipulada os esforços para

alcançá-la são maiores. Importância do controle aprimorado é tal que, de certa forma vai amadurecendo ao longo do tempo, buscando-se a melhor forma de cumprir as metas e até mesmo aprimorando o próprio modelo de sistema de metas de inflação. E assim constitui-se na essência a condução da política monetária nos dois primeiros governos FHC.

Com referência ao primeiro governo LULA e, sobre a política monetária adotada, observa-se de acordo com (PORTUGAL e BARCELOS, 2003) que a política macroeconômica, nos primeiros meses de governo, seguiu as mesmas orientações que norteou o segundo mandato do ex-Presidente FHC. Manteve-se o tripé de sustentação da economia, baseado no sistema de metas de inflação como forma de “despolitizar” a política monetária, em metas rígidas para o superávit primário com o intuito de garantir a solvência de médio e longo prazo do setor público e o regime de câmbio flutuante, que deixa para os agentes de mercado o papel principal na determinação da taxa de câmbio. O que autor deixa explícito é que o governo LULA, ao menos em termos de política monetária segue praticamente ao direcionamento tomado nos governos FHC. A justificativa por parte desse governo era de que se estava com os pés no chão e se preparando para o tão esperado crescimento do produto. Resta saber se no final do segundo mandato a arrancada para o crescimento acontece, ou se mantém este excesso de cautela com a política monetária que parece dominar a política econômica brasileira desde a implantação do Real.

O resultado das Políticas Monetárias adotadas nos três governos referidos será apresentado na seguinte ordem: menor taxa; maior taxa; e média; considerando sempre na seqüência 1º gov. FHC; 2º gov FHC e 1º gov LULA respectivamente. Todos os dados a seguir são da fonte IPEADATA, exceto os dados do PIB que são do IBGE. Com referência a evolução da taxa SELIC: Menor taxa: 1º gov. FHC: 19,00%; 2º gov FHC: 15,25%; 1º gov LULA: 13,25%. Maior taxa: 1º gov. FHC: 40,92%; 2º gov FHC: 42,00%; 1º gov LULA: 26,50%. Média: 1º gov. FHC: 24,12%; 2º gov FHC: 19,55%; 1º gov LULA: 18,43%. Com referência a evolução da taxa de inflação: Menor taxa: 1º gov. FHC: 1,66%; 2º gov FHC: 5,97%; 1º gov LULA: 3,14%. Maior taxa: 1º gov. FHC: 22,41%; 2º gov FHC: 12,53%; 1º gov LULA: 9,30%. Média: 1º gov. FHC: 9,71%; 2º gov FHC: 8,77%; 1º gov LULA: 6,43%. Com referência a taxa de investimento (% PIB): Período 1995 a 2005: (neste caso somente a média) - 1º gov. FHC: 15,72%; 2º gov FHC: 14,55%; 1º gov LULA: 13,56%. Com referência a evolução do PIB: Menor taxa: 1º gov. FHC: 0,01% ; 2º gov FHC: 0,08%; 1º gov LULA: 1,30%. Maior taxa: 1º gov. FHC: 4,20%; 2º gov FHC: 4,30%; 1º gov LULA: 5,70%; Média: 1º gov. FHC: 2,55%; 2º gov FHC: 2,09%; 1º gov LULA: 3,22%.

Fazendo uma inter-relação entre as variáveis analisadas e os três períodos de governo no período de doze anos, destaca-se que a menor taxa média de juros foi no governo LULA (18,43%); a menor taxa média de inflação também foi no governo LULA (6,43%); a maior taxa de investimento (%PIB) ocorreu no primeiro governo FHC (15,72%); e a maior taxa média de crescimento no PIB voltou a ocorrer no governo LULA (3,22%). Pode-se salientar que o governo LULA apresentou a menor média de taxa de juros (18,43%) 5,72% a menos que a segunda menor média (19,55%) do segundo governo FHC. O governo LULA teve o maior crescimento médio do produto (3,22%) sendo 26,27% a mais que a segunda melhor média (2,55%) do primeiro governo FHC. Assim pode-se confirmar uma política monetária um pouco menos restritiva, ou seja, taxa de juros um pouco menor e crescimento do produto um pouco maior. Exatamente o contrário, quando se observa o segundo governo FHC, ou seja, média de taxa de juros ou pouco maior e crescimento do produto um pouco menor, sendo uma política monetária um pouco mais restritiva. O detalhe fica para o controle da inflação, pois em 12 anos, o governo LULA teve a menor média com (6,43%) correspondendo a 26,68% a menos que a segunda menor média, ou seja, (8,77%) do segundo governo FHC.

Verificou-se que excetuando-se a implantação do regime de metas de inflação, o grande instrumental foi a utilização das taxas de juros num patamar extremamente elevado em todos os momentos, caracterizando-se assim os três governos como condutores de políticas monetárias restritivas, com a preocupação quase que exclusivamente em manter a inflação em patamares baixos. Porém há de se constatar que no comparativo, no primeiro governo LULA a política foi um pouco menos restritiva e com isso teve um melhor desempenho em 3 das 4 variáveis analisadas.

Referências

CURADO, Marcelo Luiz, OREIRO, José Luis. Metas de Inflação: uma avaliação do caso brasileiro - Disponível : <http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005> Acessado em 30 de abril de 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. O Plano Real antes e depois da crise cambial - Disponível:

http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/retros1999 - Acessado em 29 de abril de 2007.

PORTUGAL, Marcelo S, BARCELOS, Paulo Chananeco F Neto. Os seis primeiros meses da política econômica no Governo Lula: Exorcizando o fantasma da ruptura – Revista Análise Econômica –UFRGS – julho 2003.

<http://www.ibge.gov.br> – acessado no mês de abril de 2007.

<http://www.ipea.gov.br> – acessado no mês de abril de 2007.

A ESTABILIDADE DE PREÇOS: MARCO LÓGICO

Tito Jerónimo Adalberto Alfaro Serrano, MINTER/UFPR, TIDE, Ciências Econômicas, FECILCAM talfa5@hotmail.com
Munir Barakat, MINTER/UFPR, TIDE, Administração, FECILCAM, munirbar@msn.com

Resumo: A estabilidade de preços aparece nos programas econômicos do governo e data dos últimos decênios, sendo um tema que vem sendo estudado por ter tradicionalmente um comportamento cíclico, porém, sempre atribuído a variáveis macroeconômicas centradas na evolução dos preços, escassez e desemprego. A estabilidade de preços constitui um dos componentes dos objetivos da política econômica de um país no sentido de ser o resultado de um comportamento equilibrado da economia. A estabilidade de preços representa a falta de variação dos preços na economia, ou seja a permanência do nível de preços no tempo.

Palavras-chave: estabilidade de preços; inflação; marco lógico.

O marco lógico é um método de análise que permite apresentar de forma sistemática os objetivos de um projeto, suas causas, indicando como será possível a verificação se os objetivos foram efetivamente alcançados. O marco lógico permite também, a definição de hipóteses externas ao projeto, mas que pode influenciar seu êxito. Constitui-se o ponto de partida para a elaboração de outros instrumentos que poderão ser utilizados para o êxito de um projeto ROURA (2006).

O trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre o tema proposto, tecendo considerações sobre as causas e as conseqüências de um processo inflacionário. Seguidamente a arvore dos problemas e os diagramas de objetivos, visando a construção do quadro lógico.

Na parte final, serão apresentadas conclusões sobre resultados da intervenção sob a metodologia utilizada para a identificação e solução de problemas, ou seja a metodologia marco lógico.

A questão principal do estudo esta em como promover a estabilidade de preços, sua importância a sua associação aos níveis da atividade econômica e ao emprego, níveis esses, que facilitam o reconhecimento das variações dos preços relativos, os quais servirão como orientação para as empresas e consumidores na tomada de decisões para dessa forma distribuir os recursos de forma mais produtiva aumentando seu potencial produtivo.

Com a estabilidade de preços, os detentores de poupanças e os credores estão dispostos a aceitar taxas de juro mais baixas, pois esperam que o valor do seu dinheiro permaneça igual por períodos mais longos. Caso contrário, iriam querer uma garantia contra a incerteza sobre o valor

futuro do seu dinheiro e passariam a exigir taxas de juros mais elevadas para os seus depósitos e empréstimos Cukierman (1994).

Se a inflação permanecer controlada por um longo período, o que é pouco provável, pode-se considerar que está sendo iniciado um segundo período, no qual a perda possível do poder de compra seria atribuível ao desenvolvimento do desemprego ou das formas de emprego precárias e informais Taylor (1994).

Os participantes ou autores são o Banco Central com o instrumento de política monetária que tem por objetivo contribuir para o crescimento econômico, por meio da manutenção da estabilidade dos preços, e sua contribuição a longo prazo é por meio dos ganhos de produtividade da economia que condicionam o crescimento, tendo como contribuição fundamental, a ampliação da taxa de poupança do setor público, aliviando a sociedade e estimulando-a a investir na produção e não prioritariamente no financiamento do setor público. Além do efeito sobre o crescimento, a redução permanente da inflação traz benefício inequívoco para a redução da pobreza, com a conseqüente inclusão social, além de semear as condições para a redução da desigualdade.

O Banco Central desde a adoção do sistema de metas para a inflação tem norteado alguns princípios básicos implementados no âmbito do Comitê de Política Monetária (Copom), que atua a partir de uma avaliação da tendência futura da inflação, procura analisar as causas de eventuais diferenças entre a projeção e a meta, de forma a reagir de acordo com as recomendações da teoria e prática internacional sobre o assunto, procura medir o efeito primário dos choques, em função da magnitude e persistência, avaliando o prazo adequado para eliminar a inércia inflacionária.

O Ministério da Fazenda tem a função de administrar o orçamento, a estabilidade de preços, a responsabilidade fiscal e a redução da Vulnerabilidade Externa.

O Conselho Monetário Nacional: O Conselho Monetário Nacional (CMN) tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País.

O problema focado para análise do tema proposto é a instabilidade de preços, que tem como causa principal a inflação, porém, dada a existência de vários tipos, utilizaremos o mais relevante que possa apresentar soluções a nosso problema. A inflação pode ser classificada como moderada, galopante ou hiperinflação. Por outro lado, existem vários tipos de inflação e para cada tipo deve ser utilizado um instrumento antiinflacionário diferente, sempre buscando atacar as causas da mesma, além de examinar as condições específicas de cada país, considerando as características estruturais, institucionais e da dinâmica econômica.

A inflação define-se como um aumento generalizado e persistente dos preços, que acaba por ocasionar perdas do poder aquisitivo do dinheiro para a população do país onde ocorre. É um fenômeno monetário porque a elevação dos preços produz a elevação de outros podendo provocar a hiperinflação. As causas são diversas, mas normalmente resultam da emissão de moeda sem lastro, que ocorre quando o governo tem que pagar dívidas e não tem aumentado as atividades econômicas; ou então do reajuste no câmbio, quando o governo é obrigado a desvalorizar a moeda em relação à outra mais forte, geralmente o dólar. Estas alterações refletem nas expectativas dos agentes econômicos diante da possibilidade da falta ou da sobra de produtos no mercado. Se o aumento dos preços se generaliza, os preços relativos ficam desalinhados e os indivíduos perdem a referência de valor para efetuarem os seus gastos SIMONSEN (1970).

As causas da instabilidade de preços aponta como conseqüência direta a inflação provocando alta de preços dos produtos e serviços, perda do poder aquisitivo da moeda, perda da competitividade empresarial, maior incerteza de investimentos dos agentes econômicos, distorções fiscais, inflação de custos; inflação de demanda, contração da oferta, inflação inercial, elevação da taxa de juros.

Conseqüências ou efeitos da inflação: Perca do poder aquisitivo do dinheiro - A inflação não antecipada reduz o poder aquisitivo do dinheiro. Isso faz com que o dinheiro, num determinado período de tempo, tenha seus valores cada vez menores, sendo necessária uma quantidade cada vez maior dele para adquirir os mesmos produtos. Por outro lado, se o Governo gasta mais do que arrecada, e para pagar suas contas emite papel-moeda, provocando inflação, já que está desvalorizando a moeda, com a criação de moeda sem lastro, sem garantia, sem que criação de riqueza de produção, aumenta a moeda em circulação em volume, passando então, a exigir uma maior quantidade de dinheiro pela mesma quantidade de produto.

A definição de uma política macroeconômica para o controle inflacionário adotado no Brasil, é o regime de metas de inflação que foi formalmente adotado no dia primeiro de julho de 1999 a partir do decreto presidencial nº. 3088 e da resolução nº. 2615 do Conselho Monetário Nacional (CMN), escolhendo o Índice de Preços ao Consumidor no Atacado (IPCA) para determinação do funcionamento do regime de metas da inflação. Juntamente com o Conselho Monetário Nacional, outras instituições vem contribuindo para a manutenção dessas metas de inflação.

A inflação encerrou o ano de 2006, com uma taxa de inflação de 3,14% registrando uma desaceleração nos últimos 4 anos, o que mostra que as medidas macroeconômicas adotadas pelo regime de metas de inflação, poderão estabilizar ainda mais os níveis de preços.

Conclui-se que o instrumento marco lógico utilizado para a elaboração de projetos-programa possibilita uma visão clara e objetiva dos problemas a serem tratados, bem como das ações dos meios e dos recursos necessários para que se possam atingir os objetivos propostos.

Desse modo, pode-se ter uma visão mais clara do tema em discussão de que forma a intervenção irá evoluir, segundo que estratégia e com que meio. Na fase do acompanhamento e da elaboração, esse mesmo quadro lógico vai servir de referência para análise do resultado e da intervenção.

As consistências que devem caracterizar as políticas macroeconômicas devem apontar uma definição mais ampla da estabilidade de preços, pois esta só será possível de ser obtida com o controle da inflação, evitando um baixo crescimento provocado pela pouca utilização da capacidade produtiva instalada, reduzindo a produtividade. A incerteza que produz a instabilidade das taxas de crescimento pode ter, assim, efeitos mais fortes sobre a acumulação de capital do que uma inflação moderada. De fato, a incerteza acentua as estratégias microeconômicas defensivas, ou seja, aquelas orientadas a proteger os ativos das organizações frente as estratégias ofensivas que conduzem a altos níveis de investimento e repasse tecnológico.

A estabilidade garante o crescimento para melhorar o bem-estar, o que significa não só aumentar a renda, mas sim, manter a estabilidade econômica tanto interna como externa. A estabilidade interna significa níveis elevados de emprego e um razoável nível de preços, fatores estes que dependem de forma consistente do nível de demanda agregada e esta, por sua vez, encontra-se influenciada pelo nível de gastos e receitas públicas. Assim, o governo com sua política fiscal permite alcançar um maior ou menor nível de estabilidade interna. A estabilidade externa faz relação à balança comercial importações e exportações que dependem de como o governo direcione sua política fiscal, cambial e monetária. A importância de valorizar e promover a correção de desequilíbrios macroeconômicos, reduzindo a inflação, acelerando o crescimento das exportações e atraindo investimentos externos.

A construção do quadro lógico tem como fim promover a estabilidade de preços, e manter a inflação em baixos níveis, e os meios para atingir esses objetivos são a manutenção de políticas com lenta redução das taxas de juros, controle de crédito e oferta monetária, combate a informalidade, desregulamentação, investimento em infraestrutura, redução do déficit público, ampliação do superávit comercial, redução do custo Brasil, reduzir o desemprego e atuação nas políticas cambiais, tributárias e monetárias.

Referências bibliográficas

- MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- ROURA, Juan R. Cuadrado et.al. **Política Económica Objetivos e Instrumentos**. 3ª. Ed. Madrid, McGrawHill/Interamericana de España, S.A.U. 2006.
- CUKIERMAN, A.(1994). Central Bank Independence and Monetary Control, **The Economic Journal**, November: pp.1437-1448.
- FRANCO, Gustavo. A Inflação sem Caráter. Brasil prensa, foco, 15 de junho de 2005.
- TAYLOR, J. (1994). The inflation Output variability trade-off Revisited. In: **Goals, Guidelines, and Constraints Facing Monetary Policy Makers**. Federal Reserve Bank of Boston.
- SIMONSEN, Mario .Henrique., **Inflação: Gradualismo ou Tratamento de Choque**, Rio de Janeiro: APEC, 1970.

DETERMINANTES DA FORMAÇÃO DE CAPITAL FIXO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Tito Jerônimo Adalberto Alfaro Serrano, MINTER/UFPR, Ciências Econômicas, FECILCAM, talfa5@hotmail.com

Resumo: A década de 1990, trouxe para a economia brasileira mudanças significativas na estrutura da política econômica, provocando a ruptura das políticas anteriores, visando o processo de desenvolvimento econômico cujo objetivo foi identificar os elementos que influenciaram ou definiram a dinâmica da economia brasileira nessa década, particularmente com a implantação do Plano Real. O presente estudo tem por objetivo apresentar uma análise teórica fundamentada a partir de dados econômicos, bem como avaliar o grau de inferência das variáveis determinantes da formação de capital fixo e crescimento econômico.

Palavras-chave: Formação de capital; crescimento econômico; Taxa de Juros.

O objetivo deste trabalho é analisar os determinantes da formação de capital fixo principalmente os investimentos privados, indicando como principal suposição a taxa de juros, esta variável por sua vez poderá identificar o grau de relação que tem com a formação do Produto Interno Bruto - PIB e o crescimento econômico, que, conjuntamente são os elementos que permitiram mostrar a influência ou sua inter-relação.

Em países emergentes geralmente o setor público assume o papel significativo na formação bruta de capital agregado. A interação entre os

investimentos públicos e os investimentos privados tem certa relação, entretanto, considerando os do setor público em infra-estrutura, permitem elevar a produtividade geral da economia, incentivando a formação de capital no setor privado e conseqüentemente o crescimento econômico.

O assunto abordado terá como marco de referência à década de 1990, marcada nos anos de 1991 e 1992 por um processo de inflação proveniente de décadas anteriores assim como de um baixo crescimento do PIB. A partir do ano de 1994 ocorre um novo momento na economia brasileira é, a partir deste período que os dados serão analisados como referencial do estudo proposto, fazendo uma análise retrospectiva de períodos que evidenciem a inferência das variáveis em estudo.

Neste encadeamento de idéias, na primeira seção será apresentada uma concepção teórica das principais variáveis que incidem na formação de capital fixo, investimento, crescimento econômico, formação do PIB e variáveis da política monetária implantadas nessa década, a metodologia utilizada para a construção do trabalho, o comportamento do Plano Real e a conclusão do trabalho.

As concepções conceituais e teóricas de formação de capital e crescimento econômico, parece mais razoável ser atribuído á taxa de juros por desempenhar um papel bastante importante no que se refere a instabilidade (flutuações). Neste sentido, uma taxa de juros real altamente instável, e freqüentemente com níveis elevados, pode estimular uma postura de cautela, inibindo o investimento com recursos próprios e de terceiros.

A literatura que versa sobre a taxa de juros para defender amplamente as suposições teóricas, apresentadas por Keynes, em que o investimento resultaria de uma “análise comparativa entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros de curto prazo e, principalmente, de que o mesmo somente seria realizado em circunstâncias as quais a eficiência marginal do capital EMC superasse a taxa de juros real vigente, custo de oportunidade”.

O desempenho da economia brasileira, desde o início dos anos 1990, não teve uma boa adaptação evidenciando a pouca firmeza sobre-utilização da âncora cambial e, por outro lado a inconsistente política de metas de inflação, pois ambas demandam taxas reais de juros elevadas, terminou por produzir a instabilidade macroeconômica ao ampliar a dívida pública interna e impulsionar um novo ciclo de endividamento externo, em parte por intermédio da atração de capitais de curto prazo.

Os procedimentos metodológicos que serão utilizados neste estudo, são definidos a partir da operacionalização das relações entre as categorias analíticas, taxa de juros e formação de capital fixo que por sua vez identificam o grau de crescimento econômico. A variável principal do estudo dentro da política monetária será a taxa de juros, que dará

subsídios para que de forma paralela seu efeito possa identificar sua relação com a formação de capital e crescimento econômico.

Com base no tema do estudo, a fundamentação teórica empírica procurará revisar a literatura especializada com o propósito de elucidar os principais conceitos e suas inter-relações da política monetária com a taxa de juros e a influência que provocam nas decisões de formação de capital fixo e consequentemente o crescimento econômico.

Como design de pesquisa utilizar-se-á de dados do Instituto de pesquisa econômica IPEA, e outros dados de pesquisas já realizadas sobre o assunto e da literatura especializada correlata ao assunto. A coleta de dados é de períodos onde se podem verificar os efeitos da política mais ortodoxa praticada nessa época. A estratégia de pesquisa será qualitativa, de base teórica sem aplicação de modelos, apenas com utilização de dados quantitativos de fonte secundária. RICHARDSON, (1999).

A linha geral utilizada no desenvolvimento do trabalho será a pesquisa descritiva, que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los (Rudio, 1992), (Triviños, 1992) e (Cervo e Bervian, 1983) afirmam que, entre outros atributos, a pesquisa descritiva procura descobrir, com a toda precisão possível, a relação e conexão de um fenômeno com outros, sua natureza e suas características. Os levantamentos descritivos para a formação de capital serão vinculados a investimentos em máquinas e equipamentos e construção, o que permitirá identificar as características dos fenômenos bem como também permite analisar como influenciam em determinado assunto. RICHARDSON (1999).

Com a implantação do plano real a economia brasileira, na década de 1990, iniciou uma série de profundas mudanças estruturais, que marcou a trajetória da história econômica do país. Uma nova forma de conceber e executar as políticas econômicas, ao mesmo tempo em que foram implementadas e consolidadas as reformas que marcaram a aberturas comercial e financeira, a estabilização de preços, a desregulamentação da economia e as privatizações, que também introduziram mudanças significativas com efeitos sobre o ambiente e variáveis macroeconômicas num cenário nacional e internacional. Dentre as mudanças destaca-se a orientação das políticas comercial e cambial, quando aumentou significativamente o coeficiente de importações na economia brasileira e aumentou quase três vezes o valor das importações nacionais (ALVES, 2003).

A partir de 1999 é que, após a adoção de um regime de livre flutuação do câmbio, a estabilidade de preços não mais pode estar vinculada a uma âncora cambial. Por essa razão, o Governo anunciou a implementação do sistema de metas da inflação, cujo objetivo é sinalizar a manutenção do compromisso com a estabilização econômica. Os valores

foram fixados em 8% para 1999, 6% para 2000 e 4% para 2001, com margem de variação de dois pontos percentuais para baixo e para cima. Todos os demais instrumentos de política econômica devem se ajustar a esses objetivos. As perspectivas de crescimento a partir de 1999 mostram uma tendência recessiva no primeiro ano, com tendência a uma retomada de crescimento a partir da segunda metade do ano. Para o biênio 2000/2001 espera-se uma recuperação significativa, mas que ainda estará sujeita à conclusão do processo de reformas estruturais do setor público VEIGA, P da Motta (1998).

No ano de 1994 com o Programa de ação Imediata PAI, que resultou num amplo corte de despesas orçamentárias, acordos da dívida externa e negociação de dívidas internas, as contas públicas que atingiram um déficit de aproximadamente 7% do PIB em 1989, tinham certo controle até o ano de 1990, principalmente pela contenção de gastos, que no ano de 1990, apresentaram um pequeno superávit, avaliado pelas necessidades de financiamento do setor público de 0,2% do PIB, sendo que a partir de junho foi retomada a política de juros reais elevados, abandonada nos primeiros meses do ano, IPEA, (1996).

O desempenho da economia brasileira para o ano de 1995, revelou uma recuperação da política monetária enquanto instrumento para a estabilização, expandindo o PIB com relação ao ano de 1994, neste período houve um aumento da demanda e paralelamente um pequeno crescimento devido a valorização real do câmbio, porém com a crise do México, e os impactos negativos sobre o fluxo de capitais externos, houve uma reorientação da política econômica, passando o câmbio a ser fluante em regime de bandas controladas pela Banco Central, sofrendo nesse mesmo ano uma desvalorização de 12,8%. IPEA (1996).

Finalmente, conforme o estudo foi analisado, verifica-se que a taxa de juros constitui o mais importante instrumento de ação de política à disposição da autoridade monetária. Esse resultado é de amplo conhecimento na literatura, entretanto com os dados analisados pode-se mostrar que a política monetária, além de influenciar as decisões de investimento na formação de capital fixo, tem uma inter-relação com o PIB e o crescimento econômico.

Conclui-se portanto que com a baixa da taxa de juros, será possível apresentar investimentos de capital fixo e conseqüentemente promover o crescimento e aumentar o PIB, via investimentos em meios de produção. O estudo realizado indica que as políticas do setor público podem estimular o investimento privado no Brasil, por meio da fixação de taxas de juros em níveis moderados, manutenção da taxa de inflação sob controle de modo a reduzir a incerteza e gerar credibilidade por parte dos agentes privados nas suas decisões de investimento.

Referências bibliográficas

- ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90.** Teses de Mestrado. em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2003
- BANCO CENTRAL DO BRASIL . **Boletim Mensal.** v. 23, n. 12 dez 1987. v. 27, n.10, 11 e 12, outubro, novembro e dezembro de 1991.
- CERVO, A.L. e BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica: para uso de estudantes universitários.** 3a.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil:** Contas Nacionais. v. 51, p. 972-1004, Rio de Janeiro, 1991.
- IPEA (**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**). Contas Nacionais. Disponível em <<http://www.ipea.org.br>>. Acesso em: 14/05/07.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 1a ed., São Paulo, Atlas, 1982.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. ed São Paulo: Atlas,1999.
- RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** 17a. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- TORRES, filho Ernani Teixeira.(ORG) **Visão do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: BNDES, 2006.
- TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa Qualitativa em Educação.**São Paulo: Atlas, 1992.
- VEIGA, Pedro da Motta; MACHADO, João Bosco; CARVALHO JR., Mário Cordeiro de. **Desempenho e potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas.** Rio de Janeiro: Funcex, 1998.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: DEMOCRACIA A BENS E SERVIÇOS OU INSTRUMENTO PARA GERAÇÃO DE MAIS-VALIA?

Tatiana Lumiko Aoki, TCC, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
thatianaoki@hotmail.com

Esp. Mariele Fernandes Pegoraro, orientadora, Turismo e Meio Ambiente,
marielepegoraro@hotmail.com

Resumo: Na sociedade atual, o turismo é uma atividade marcante que envolve milhares de pessoas de todos os lugares do mundo, ocupando lugares de destaque na economia de um País. Contudo, a atividade turística ao apresentar-se como uma fonte rentável de acumulação de lucro e produção de capital, possivelmente resultará no impedimento da população em usufruir não apenas das viagens, mas também das áreas e

atividades turísticas de sua própria cidade. Desta forma, o artigo propõe uma reflexão e análise a respeito do papel desempenhado pelos setores públicos, na inserção das camadas de baixo poder aquisitivo no desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Estado; Políticas Públicas de Turismo; Camadas Populares.

No contexto da cidade como circulação de mercadorias, ocorreu no mundo uma expansão acelerada do consumo e dos serviços tendo o turismo recebido maior destaque, representando os remédios para economias urbanas onde, segundo Lemos (2001, p.74), “muitos países têm no turismo, não mais uma atividade complementar, mas sua principal fonte de renda”. Desta forma, o turismo vem sendo colocado como uma mercadoria nas cidades, onde envolve milhares de pessoas de todos os lugares do mundo, ocupando lugares de destaque na economia de um País. Concretizando assim, uma relação de troca em prol da acumulação do capital.

Apesar de evidente a evolução do turismo no plano econômico, é preciso lembrar que na atividade turística a exclusão das camadas populares foi visível desde o início do seu desenvolvimento, relativamente limitada à elite, e nos momentos de expansão tornou-se acessível principalmente à burguesia, ou como bem frisa Urry (1996), o turismo sempre foi socialmente seletivo. Poucas pessoas que não as das classes superiores realizavam viagens para verem objetos, motivados por razões que não correspondiam a trabalho ou aos negócios.

Hoje, em pleno século XXI, a atividade turística, tornou-se uma forma de consumo evidente, com várias categorias mercadológicas, sendo umas delas o lazer.

É certo que a atividade turística, em especial o lazer é direito de todo cidadão, porém, ela ainda fica restrita a uma parcela da população. Aliás, é preciso considerar que o direito ao lazer esconde a desigualdade econômica e subseqüentemente ao acesso a bens que o cidadão teria por ‘direito’. De acordo com Cruz (2000), a necessidade de praticar turismo vem sendo imposta como prioridade nas sociedades industrializadas, gerando a falsa sensação de que todos têm condições financeiras de fazê-lo, quando, na realidade, sabe-se que grande parte da população mundial sequer consegue atender suas necessidades básicas de alimentação e moradia.

Desse modo, atividade turística ao apresentar-se como uma fonte rentável de acumulação de lucro e capital, tendendo à transformação do real em ideal, possivelmente resultará no impedimento da população em desfrutar tanto das viagens, como das áreas e atividades turísticas de sua própria cidade.

Tal forma é a segregação imposta pela mercadoria criada pelo sistema capitalista, ou seja, pelo turismo onde nem todos os cidadãos têm seus desejos e necessidades atendidas. Em virtude disso, por meio da pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico e leitura seletiva, buscamos investigar a relação entre o poder público e privado na inclusão das camadas populares na atividade turística, e propor uma reflexão e análise do papel do Poder Público, bem como das medidas tomadas para o desenvolvimento do turismo seja a nível municipal, estadual ou federal. Instrumentos estes, que certamente contribuirão para maior segurança no confronto com os pressupostos teóricos levantados, bem como na sistematização dos resultados, para posteriormente enfatizar as idéias originais.

O turismo enquanto mercadoria do sistema capitalista produz vários conflitos, sob o mesmo ponto de vista de Krippendorf qual seja (apud OURIQUES, 2005), ressaltamos a situação em que os habitantes locais existem, enquanto a mais importante das mercadorias: a força de trabalho. De outro lado, os habitantes locais são vendidos como seres exóticos, pitorescos, isto é, como elementos componentes de um grande zoológico humano.

Desta maneira, qual seria o real papel do poder público? Suas ações vêm sendo amplamente alcançadas em todos os níveis da sociedade, ou ainda é uma utopia? Diante da realidade atual, as Políticas Públicas de Turismo, são investimentos sociais ou gerador de mais-valia? São essas as questões que pretendemos responder com este trabalho.

É certo que a presença do setor público é ampla e estende-se a quase todos os âmbitos da vida cotidiana, seja na saúde, na educação ou até mesmo no turismo. Com isso ressalta-se a importância da existência de uma política para o turismo que represente o papel que a atividade vai desempenhar na sociedade num todo e não apenas para um público específico.

Referências

- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- LEMOS, Leandro Antônio de. O valor turístico: (re) definindo a economia do turismo. In: BARRETTO, Margarita e REJOWSKI, Miriam. (Org). **TURISMO; interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul, 2001.
- OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP.: Alínea, 2005.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, Sesc, 1996.

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS DO RAMO INDUSTRIAL, DE CAMPO MOURÃO-PR, EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS AMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO SOCIO-URBANO

Me. Yeda Maria Pereira Pavão, TIDE, Administração, FECILCAM,
yedapavao@uol.com.br

Resumo: O foco do trabalho é estudar qual é o papel da administração das empresas do ramo Industrial, de Campo Mourão - PR, em relação aos aspectos ambientais¹ e suas implicações no contexto sócio-urbano. Pretende-se assim, pesquisar, analisar e mensurar as ações dessas empresas, a partir de dados e informações, quais são às providências organizacionais no que tange a variável ambiental, bem como as interferências ao meio ambiente sócio-urbano. Nesse sentido, a pesquisa ocorrerá sob perspectiva teórico-empírica e análise amostral, visando rastrear a operacionalização, e seu provável engajamento, ou não, em causas ambientais.

Palavras-chave: Papel da administração; aspectos ambientais; contexto sócio-urbano.

Introdução

Os executivos das diferentes organizações deverão voltar-se cada vez mais para os aspectos ambientais. Donaire (1999) ressalta sobre a globalização dos negócios, a internacionalização dos padrões de qualidade ambiental apresentados na ISO 14000. Aborda ainda, acerca da conscientização dos consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas, fatores estes vistos como agentes que deverão ser intensificados para o processo futuro, visando à preservação do meio ambiente e a busca pela qualidade de vida. Aponta também para a necessidade das organizações incorporarem a variável ambiental na prospecção dos cenários e na tomada de decisão, além da postura responsável de respeito à questão ambiental.

No que tange ao posicionamento da empresa, Donaire (1999,p. 51), menciona “que quando considerarmos a questão ambiental do ponto de vista empresarial, a primeira dúvida que surge diz respeito ao aspecto econômico”. Algumas empresas reconhecem que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente, embora não atuando como organização no chamado *mercado verde*. Ressalta-se que isso será possível desde que às empresas possuam dose de criatividade e consigam transformar uma provável ameaça em oportunidades de negócios. Entre essas oportunidades, menciona: a reciclagem de materiais que tem trazido uma grande economia de recursos para as empresas; o

reaproveitamento dos resíduos internamente ou a sua venda para outras empresas a partir de Bolsas de Resíduos ou negociações bilaterais; o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas ao ambiente, que se transformam em vantagens competitivas; o desenvolvimento de novos produtos para um mercado cada vez maior de consumidores conscientizados com a questão ecológica; geração de grande valor industrial a partir do lodo tóxico, estações portáteis de tratamento, miniusinas para uso de pequenas empresas e o aparecimento de um mercado de trabalho promissor ligado à variável ambiental. Procurar-se-á, a partir do objetivo geral traçado a esta pesquisa, estudar a ação das empresas do ramo industrial relacionado ao seu comprometimento político-ambiental, examinando a forma de como o gerenciam e quais são às providências organizacionais no que diz respeito a esta variável, e as interferências ao meio ambiente sócio-urbano.

Lima (2001,p.53), ressalta em seu artigo, a importância da discussão sobre a noção de degradação, e a evolução da questão ambiental, e “o conseqüente desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a solução dos problemas socioambientais urbanos e vinculados ao exercício da cidadania”. Explica que a utilização do termo *socioambiental* significa: “a constatação de que não se pode conceber ambiente e/ou natureza isoladamente, independente e indiferente à ação humana” (p.55).

Metodologia

Quanto aos procedimentos metodológicos escolhidos, a partir de uma abordagem qualitativa, procurou-se considerar a relevância teórico-empírica para o desenvolvimento da pesquisa. Quanto à natureza da pesquisa será utilizado delineamento de análise, de caráter descritivo-qualitativa. A investigação é também *ex-post-factum* por se referir a fato já ocorrido (VERGARA, 1998). O estudo terá avaliação de corte transversal (RICHARDSON, 1999). O nível da análise será organizacional, sendo a unidade de análise todos os participantes que tiverem envolvimento direto no processo, isto é, os *stakeholders* envolvidos do nível estratégico, tático e operacional. O estudo tem como característica analisar o posicionamento empresarial em relação aos aspectos ambientais e quais são as implicações ao contexto urbano. Dessa forma, a análise fundamentar-se-á em procedimentos metodológicos adequados e que melhor se adaptem aos objetivos propostos e às condições necessárias para alcançá-los. Há que se mencionar da necessidade de incorporação, quanto ao viés do estudo abordado nesta pesquisa, com o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso – TCC, da graduação, que oriento atualmente em uma cooperativa de Ubitatã – Cooperativa Agroindustrial União – COAGRU, sobre as práticas administrativas relacionadas ao meio ambiente. A este

aspecto TOMANIK (1994, p.221) menciona que, “novas informações, formas diferentes de buscar conhecimentos, novas elaborações sobre os objetos estudados e até os seus objetivos fazem parte da história das ciências e se influenciam mutuamente”.

Análise e Discussões

Considerando que a presente pesquisa valerá de análise de questão ambientais, a seguir, apresentar-se-á sucintamente a sua definição. Donaire (1999, p. 50) ressalta a importância da preservação do meio ambiente a partir da disseminação da educação ambiental, no intuito de antever que a exigência futura que farão os futuros consumidores em relação aos cuidados com o meio ambiente e a qualidade de vida, deverão ser intensificadas. O autor aborda também sobre a necessidade do planejamento e organização, para o alcance da excelência ambiental, o que permitirá as organizações alcançar a vantagem competitiva, em que: “A experiência das empresas pioneiras permite identificar resultados econômicos e resultados estratégicos do engajamento da organização em causa ambiental” (p. 50).

Backer² citado por Donaire (1999, p.110) apresenta que a estratégia ecológica deve partir de um diagnóstico inicial e, sobretudo da análise do fator ambiental dentro da estratégia global da organização. Isso possibilitará quantificar o esforço necessário a ser desenvolvido na gestão ambiental permitindo identificar as prioridades que deverão ser desenvolvidas nas diferentes áreas organizacionais. Esse autor resume em sua análise, que incluem: (a) o peso ecológico na estratégia empresarial; (b) a estratégia de comunicação e de marketing em relação ao meio ambiente; (c) a estratégia de produção em matéria de meio ambiente; (d) a estratégia de recursos humanos em questões ambientais; (e) as estratégias jurídica e financeira em relação ao meio ambiente; e (f) a estratégia de P&D relativa a questão ambiental.

Considerações Finais

A eficiência do desempenho da estrutura organizacional nas organizações pode ser analisada a partir de múltiplos parâmetros, os quais tentam explicar os fatores que fazem com que o desempenho operacional torne-se mais efetivo e eficaz.

Percebe-se que questões ligadas ao meio ambiente estão cada vez mais inseridas ao contexto analítico e estratégico de diferentes ramos organizacionais. Programas relacionados à educação ambiental estão sendo organizados e disseminados por diferentes órgãos da sociedade. Partindo do princípio que este estudo tem como característica analisar o posicionamento empresarial em relação aos aspectos ambientais e quais são as implicações ao contexto urbano, optou-se por conciliar a presente

pesquisa com o TCC da graduação, dada a convergência da temática abordada. Procedimento esse necessário, haja vista a necessidade premente da interação entre os dois trabalhos. TOMANIK (1994, p, 224) ressalta que pesquisas engajadas em movimentos sociais têm seu andamento determinado pelo ritmo de ação da população estudada e pela sucessão de acontecimentos, e não pelo planejamento e pela disposição dos pesquisadores-cientistas, o que quer dizer que não se pode prever com antecedência os prazos de cada etapa ou mesmo para a conclusão dos trabalhos. Embora sejam observações e considerações parciais, não conclusivas, verifica-se que a cooperativa desenvolve programa de educação ambiental a partir de práticas administrativas organizadas por uma área específica denominada como Assessoria de Cooperativismo, Meio Ambiente e Serviços Sociais, responsável por eventos envolvendo o COOPERVIDA – Programa COAGRU de Preservação do Meio Ambiente, cujo objetivo é desenvolver ações de conscientização e estruturar serviços que promovam a preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida, a mesma além de outras práticas operacionais também se preocupa com aspectos relacionados ao seu compromisso com o ambiente sócio-urbano, e seu engajamento em causas ambientais.

Notas

¹ Aspectos Ambientais referem-se a “materiais, produtos ou formas de energias (térmica, nuclear, elétrica, etc.) e suas interações, disposições e envolvimento relacionados com processos, produtos ou atividades e que dessa forma possam resultar em impactos (benéficos ou adversos) ao meio ambiente, ao homem ou às instalações, independentemente da função tempo (no presente, no passado ou no futuro)” (Assumpção, p.54, 2004).

² BACKER, Paul de. *Gestão Ambiental: a administração verde*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

Referências

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2^a. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Myrian Del Vecchio. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. **Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano**. Editora da UFPR, n.3, p.53-63,jan/jun.2001. RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3^aed. São Paulo:Atlas, 1999.

TOMANIK, Eduardo A. **O Olhar no espelho:“conversas” sobre a pesquisa em ciências sociais**. Maringá: EDUEM, 1994.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo:Atlas, 1998.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CIANORTE: A IMPORTÂNCIA DO PÓLO DE CONFEÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO DE CIANORTE – PR

Rosani Bacon de Oliveira, PG, Administração, FECILCAM
Andréa Garcia Formigoni Paleta, PG, Administração, FECILCAM
Me. Adalberto Dias de Souza, orientador, Administração, FECILCAM,
adalbertods@yahoo.com.br

Resumo: O Presente artigo apresenta a importância do setor de confecção, para a região de Cianorte - PR, que nos últimos 25 anos, tem se consolidado como pólo regional neste ramo, contando com mais de 500 empresas de confecção, com produção de mais de 5 milhões de peças/mês se caracterizando assim, um APL típico regional, e um dos destaques no estado do Paraná. Em busca de melhorias tecnológicas e de produção os empresários se esforçam para se organizar em busca de objetivos comuns para o fortalecimento e ampliação de canais de comercialização.

Palavras-chave: APL; Canais de Comercialização; Sustentabilidade.

Arranjos Produtos Locais

O avanço tecnológico em muitas áreas tem elevado o índice de produtividade e lucratividade das empresas, no entanto, no setor de confecção não figura de forma diferente. Este artigo mostra num primeiro momento que a busca constante para aumento de lucratividade das empresas é uma tarefa cada vez mais árdua e mais exigente de investimentos assim, o empresário tem a necessidade de atuar de forma mais abrangente no mercado e cada vez mais se organizar em grupos para romper barreiras que muitas vezes põem em dúvida a seriedade das organizações quando se fala em cooperar.

Num segundo plano este artigo mostra como as empresas da região de Cianorte têm procurado saídas para a consolidação do Arranjo Produtivo Local – APL, também chamado de *clusters*, o qual pode produzir efeitos de médio e longo prazo, pode direcionar os empresariados na organização formal do mesmo, pode levar as empresas para uma redução de custos e assim impedir que ocorra mais desemprego na região.

O objetivo deste artigo também é mostrar a importância do setor têxtil da região num plano nacional, buscando articular junto ao governo e instituições financeiras, formas para auxiliar o setor impedindo que micro e pequenas empresas deixem de existir meramente por questões financeiras ou administrativas.

Arranjo Produtivo Local – APL ou cluster é um termo que se usa para definir uma aglomeração de empresas, normalmente de pequeno e

médio porte com a mesma especificação produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico. Apresentam um grau intensivo de cooperação e interação entre as empresas e se organizam por meio de um sistema de governança local.

Os estudos de Marshall (1988 p. 223-230) enfatizaram quais foram os motivos que levaram á concentração das firmas em determinada localidade na qual ficou conhecido como “Indústria Localizada”, foi caracterizada mais tarde como distritos industriais. O autor verifica que tal alteração de comportamento das firmas esteve condicionada aos aspectos físicos da época, tais como, a natureza do clima e do solo, a proximidade das minas de carvão e de pedreiras e/ou pelo fácil acesso por terra ou mar dos principais mercados consumidores. A concentração de indústrias em uma determinada região preparou gradualmente, o caminho para muitos dos modernos avanços da divisão do trabalho, destacando-se as artes mecânicas e a tarefa de administração das firmas. Esta especialização da divisão do trabalho refletiu na criação de um mercado de mão-de-obra mais dinâmico.

A concentração das empresas reflete no surgimento de economias externas positivas, contribuindo posteriormente para o desenvolvimento do conceito de eficiência coletiva que no trabalho de Schmitz (1997, p.165) citado por Garcia e Costa (2006) foi definida como vantagem competitiva derivada de economias externas e ações conjuntas “*joint action*”. Estas ações conjuntas são classificadas em planejada e não planejada manifestando em dois tipos: 1) firmas individuais cooperando, por exemplo, compartilhando equipamentos ou no desenvolvimento de novos produtos; e 2) grupos de firmas reunindo forças em associações empresariais, consórcios de produtores entre outros. Este autor associa que os ganhos decorrentes da eficiência coletiva refletem nas externalidades positivas da formação dos clusters, destacando que os produtores organizados individualmente raramente alcançariam.

A forma como foi conduzido este artigo mostrou claramente a importância do setor têxtil de Cianorte como um pólo de confecções, auxiliando no sentido econômico e social, uma vez que muitos empregos ainda estão concentrados na informalidade. Considerada a experiência paranaense mais próxima de um aglomerado típico de um APL, conforme descreveu Mauricio e Nilson (2005), em análise detalhada por Campos (2004), ainda existem grandes fragilidades no sentido organizacional, e desenvolvimento tecnológico quanto dos novos desafios do comércio e de seus produtos. Mesmo possuindo duas faculdades (UEM e UNIPAR) com cursos específicos relacionados a moda que visa qualificar mão de obra especializada, onde os resultados das primeiras turmas já formadas ainda estão abaixo das expectativas da região, mostrando que as instituições de ensino ainda não possuem nenhuma integração ao APL.

Outro fator a considerar é o alto custo necessário para investir em tecnologia de última geração como processos computadorizados para corte e encaixe e máquinas de costura eletrônica assim, verificou-se que a maioria das empresas participantes do APL local não possui escala e nem recursos suficientes para tal investimento, uma vez que em sua maioria são micro e pequenas empresas que participam do arranjo.

Outra grande fragilidade observada é que as empresas não conseguiram ainda se organizar de acordo com um princípio coletivo essencial à dinâmica de um APL, onde o individualismo ainda reina absoluto desde a busca de novos mercados e na solução de problemas relacionados ao processo de produção. Alguma cooperação foi verificada discretamente em números pequenos de micro e pequenas empresas, limitando-se a empréstimos temporários de matérias-primas.

Das instituições de apoio que integram o APL de Cianorte, apenas a ASAMODA desempenha um papel de relevada importância na conformação do Arranjo produtivo local, o SINVEST tem um desempenho menor, já o SENAI e SEBRAE se manifestam com ações limitadas.

As dificuldades de crédito foram colocadas como prioridade em muitos estudos, onde as empresas do arranjo possuem custos financeiros limitados, oriundas das condições de garantias, e exigências cadastrais, e altos juros cobrados pelas *Factorings* e por agentes informais de crédito.

Para melhoria da capacidade interna e consolidação de fortalecimento do APL de Cianorte, ressaltou-se a necessidade da participação efetiva dos poderes público federal, estadual e municipal, no sentido de apoiar a execução de algumas ações para promover e acelerar o desenvolvimento do APL, por meio de fortalecimento das instituições e organizações locais como universidades, associações, organizações de aprendizagem técnica e empresarial.

Referências

CAMPOS, A. C. Arranjos produtivos no Estado do Paraná: o caso do município de Cianorte. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

CÂMARA, M.R.G.; SOUZA, L. G. A.; ARBEX, M. A.; A Formação do arranjo Produtivo Local em Londrina e o Arranjo Produtivo Local de Cianorte: Um estudo comparativo da cadeia Têxtil-Vestuário no estado do Paraná, 2005.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M.L. (orgs) Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CIANORTE. Prefeitura do Município de Cianorte. Disponível em <http://www.cianorte.pr.gov.br> . Acesso em: 20 de maio de 2007.

CIOFFI, H.; PRAXEDES, I.G.; VARELLA, I. A.T.; MESQUITA, W.K.; Cianorte – Sua História Contada pelos Pioneiros. Editora Gráfica Ideal, 1995.

IPARDES – Arranjo Produtivo Local do Vestuário da Região de Umuarama-Cianorte no Estado do Paraná. Curitiba, 2004^a.

IPARDES - Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte: nota técnica / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. – Curitiba - 2006 - 29 p.

IPARDES – Perfil Municipal de Cianorte. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>

Acesso em 20 de maio de 2007.

MAIA, K.; OLIVEIRA, M. A. Arranjo Produtivo Local do Vestuário da Região de Umuarama-Cianorte no Estado do Paraná. VII Encontro de Economia da Região Sul, (ANPEC SUL), Maringá/PR, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Política de apoio a Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/arrprolocais/arrproloc ais.php>

OLIVEIRA, M.A; CÂMARA, M.R.G.; BAPTISTA, J.V. O Setor Têxtil – Confecções do Paraná e seus segmentos regionais especializados: 2000/2004. S.l:s.n., 2006. 31p. Trabalho apresentado ao 10^o. Encontro de Economia da Região Sul (ANPEC SUL), Florianópolis/SC, 2006.

_____ PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO VESTUÁRIO DE CIANORTE/MARINGÁ - PARANÁ, submetido ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – IPARDES, 2006.

SEBRAE – Arranjos produtivos Locais – Disponível em: <http://www.sebrae.com.br> Acesso em 29 de maio de 2007.

SERRA, M.A.; de PAULA, N. M. ; Desenvolvimento Local: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais, 2005.

STAINSACK, C. – Cooperação Estratégica em Arranjos produtivos locais: a experiência da metodologia Investigação Apreciativa no Planejamento do Desenvolvimento Industrial no estado do Paraná. Trabalho apresentado no XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión tecnológica – (ALTEC) – Salvador, 2005.

ESTUDO DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: UM TRABALHO DIFERENCIADO SOBRE COMUNICAÇÃO EM EMPRESAS

Rosinaldo Nunes Cardoso, TCC, Administração, FECILCAM
Jefferson Fernando Voss dos Santos, G, Letras, FECILCAM
Me. Yeda Maria Pereira Pavão, orientadora, Administração, TIDE,
FECILCAM

Resumo: O estudo da comunicação na estrutura organizacional sempre foi balizado pela vertente estrutural da teoria da comunicação, que remonta os estudos do lingüista Roman Jakobson. Contudo, quando se tratando das relações sociais dos colaboradores em uma empresa, a teoria da comunicação se torna falha, visto que ela somente compreende os processos lingüístico-estruturais inerentes à comunicação verbal. Nesse contexto, tendo como base a noção de formações imaginárias da Análise de Discurso francesa, a proposta deste texto é a de mostrar um trabalho diferenciado sobre a comunicação organizacional o qual abarque a influência que a divisão de trabalho e as relações de poder têm na convivência entre colaboradores.

Palavras-chave: Formações Imaginárias; Estrutura Organizacional; Processo de Comunicação.

Introdução

O texto a seguir é uma pequena mostra de como os trabalhos de Iniciação Científica *O diferencial competitivo no uso de relatórios gerenciais no processo decisório* (2005, 2006) e *A apropriação do discurso de ações afirmativas pela publicidade* (2006, 2007), ambos realizados na FECILCAM junto ao Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar, puderam, por meio de diálogos e reflexões de seus autores, se vincularem a um mesmo olhar diferenciado sobre a realidade. Esse olhar, unindo, então, lingüística e administração em um mesmo questionamento sobre a validade da teoria da comunicação no estudo da comunicação em organizações, levou ao posterior desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso intitulado *As formações imaginárias na hierarquia da comunicação organizacional*. Aqui, tentará se explicitar alguns dos principais pontos discutidos no desenvolvimento da proposta de TCC, dentre os quais se destaca a aplicação do conceito de formações imaginárias, próprio da Análise de Discurso francesa, no trabalho com a estrutura organizacional e seus conseqüentes efeitos de subordinação.

Metodologia

O desenvolvimento do trabalho se deu por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, bem como por meio de análises textual-discursivas. Na pesquisa bibliográfica, recorreu-se aos estudos em administração estratégica, comunicação organizacional e Análise de Discurso. Já o trabalho em campo foi realizado junto à Rede Nova de Farmácias na cidade de Campo Mourão - PR, elaborando-se e aplicando-se entrevistas semi-estruturadas para que se levantasse corpus de trabalho para a análise discursiva. Por fim, analisou-se o corpus recolhido em diálogo com os conhecimentos adquiridos durante a pesquisa bibliográfica.

Discussão

Em administração estratégica – a parte da administração que se detém à determinação e avaliação contínua da missão e objetivos da empresa, a comunicação organizacional vem sendo focalizada como em um processo estrutural de codificação/decodificação de mensagens. Veja-se, por exemplo, essa definição de Vasconcelos (apud OLIVEIRA, 2002, p. 87) sobre a comunicação: “Comunicação é o processo mediante o qual uma mensagem é enviada por um emissor, por meio de determinado canal, e entendida por um receptor”. Vê-se, aí inscrita, uma visão estrutural e, por vezes, desvinculada da realidade que não leva em conta os sujeitos envolvidos, mas os processos funcionais do passe e repasse de mensagens.

Em outra vertente de estudos lingüísticos, a Análise de Discurso de linha francesa, pode-se encontrar um conceito ou noção que passa a evidenciar a relação do sujeito com as forças e valores de seu contexto: a noção de formações imaginárias. Por esse conceito, permite-se o entendimento de como as relações de força ou de poder presentes na sociedade e nos valores detidos pelos indivíduos manifestam-se naquilo que as pessoas textualizam.

Cabe aqui distinguir os estudos que subsidiam as duas propostas supracitadas: a teoria da comunicação nasce no estruturalismo, com os estudos de Roman Jakobson, e tem por objetivo delinear funções de comunicações que compõem a atividade comunicativa, já a Análise de Discurso francesa, sistematizada pelo lingüista Michel Pêcheux, encontra-se em um estágio dos estudos lingüísticos em que se ligou a atividade comunicativa, tida então como enunciativa, às condições de produção dos discursos. Por isso, a Análise de Discurso trabalha a relação entre o homem falando, a história e as práticas sociais.

Quanto à utilização do conceito de formação imaginária em administração estratégica, ela está estreitamente ligada à conceituação de estrutura organizacional. De acordo com Cury (2000, p.80), “organização é um tipo de associação em que os indivíduos se dedicam às tarefas complexas e estão entre si relacionadas por um consciente e sistemático estabelecimento e consecução de objetivos, mutuamente aceitos”. A organização se define, então, como um complexo social de atividades distribuídas.

Tendo em vista o exposto, subentende-se na prática social organizacional de delegação de tarefas uma distribuição em nível simbólico de relações de força entre os indivíduos, e é nesse ponto que a discussão sobre formações imaginárias pode entrar. Segundo Eni Orlandi, “(...) nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’ (2003, p. 39-40)”. Logo, as formações

imaginárias se relacionam com o funcionamento do mecanismo imaginário na língua. De acordo com a mesma autora, é por meio das formações imaginárias que se tem “(...) a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras” (ORLANDI, 2003, p. 40).

Esse processo aplicado à estrutura organizacional vincula-se a um trabalho de evidenciação das formas pelas quais as relações de poder se manifestam e os sujeitos interagem. Em termos de procedimentos metodológicos e analíticos, isso implica em, por meio daquilo que os indivíduos falam ou escrevem, poder-se entender o que são e o que pensam em relação aos outros, fato que permite uma concepção de estrutura organizacional vinculada não ao estudo da formalização em organogramas idealizados, mas à distribuição de poder real entre os indivíduos, já que, muitas vezes, a estrutura não delimita o poder, mas, ao contrário, a estrutura ocorre de maneira informal, pois são pessoas que a constituem. Esse pensamento resume-se a uma só idéia: quem define o organograma são as pessoas que o compõem e não os cargos ocupados.

Outro ponto que pode ser levantado e discutido nesse tipo de trabalho é a maneira como a divisão de poder reprime alguns setores organizacionais e, principalmente, algumas pessoas dentro da organização. Logo, há os casos de frustração, inveja ou estresse que prejudicam a missão e objetivos da empresa. Em diálogo com Chiavenato, permite-se essa reflexão. Segundo o autor, a Organização é “(...) um sistema de atividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas. Uma organização só existe quando há pessoas capazes de se comunicarem e que estão dispostas a contribuir com ação conjunta, a fim de alcançarem um objetivo comum (...)” (2002, p. 25). Essa capacidade de se comunicar e contribuir tem a ver diretamente com o que as pessoas representam na organização. Não é de se surpreender, por exemplo, que um colaborador que nunca foi chamado a opinar sobre a empresa sinta-se inferior aos tomadores de decisão.

O trabalho com as formações imaginárias acaba sendo um trabalho de pesquisa lingüística pelo qual se permite, junto aos textos dos colaboradores, o levantamento de pontos fortes e fracos da estrutura organizacional. Aí está a importância do trabalho proposto, visto que se aponta uma forma interessante de análise das relações de poder nas empresas.

Considerações Finais

A discussão realizada, não obstante seu caráter exploratório, pretendeu indicar um trabalho diferenciado com a comunicação em empresas, no qual a comunicação é entendida como interação entre os indivíduos que compõem a organização.

Sabendo-se que a estrutura organizacional, formalizada ou não, delinea uma prática social própria em que se circunscrevem as relações de poder organizacional, a utilização do conceito de formação imaginária em administração estratégica é capaz de apontar a forma como as relações sociais, lingüisticamente marcadas e possíveis de serem analisadas, definem o comportamento dos colaboradores.

Referências

- CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CURY, Antônio. **Organização e métodos: uma visão holística**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

Zilmara Tatiane de Camargo, PIC, Ciências Econômicas, FECILCAM,
ziltatiane@yahoo.com.br

Me. Rosângela Maria Pontili, orientadora, Ciências Econômicas,
FECILCAM, rpontili@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho consiste em realizar uma análise estatística descritiva do perfil sócio-econômico do município de Corumbataí do Sul, utilizando-se de dados retirados, do Caderno Estatístico dos Municípios do IPARDES. Será analisada a população censitária, a taxa de analfabetismo, assim como a população ocupada e economicamente ativa do município. Através do referido trabalho, pretende-se formar um estudo histórico para possíveis consultas futuras.

Palavras-chave: Corumbataí do Sul; sócio-econômico; população.

O nome **Corumbataí** é de origem tupi “**corumbatá**” nome de peixe da água doce + “**y**” rio: o rio dos corumbatás ou corimbatás. A vida organizada e próspera do atual município teve início na década de

sessenta, sob influência propagandística dos predicados da terra roxa do Paraná. Corumbataí do Sul localiza-se em uma região que foi habitada primitivamente por índios Botocudos e outras tribos de permanência temporária. Houve, também, alguns aldeamentos instalados pelos jesuítas espanhóis. A colonização teve por base a cidade pólo de Campo Mourão. O nome da cidade é referência ao Rio Corumbataí, de excepcional beleza e que corta o território municipal. O termo 'do Sul', foi acrescentado para diferenciá-lo de município homônimo existente no Estado de Goiás (WIKIPÉDIA).

A colonização, propriamente dita, que deu início ao povoado, começou em meados do atual século, e teve como fator principal, a fertilidade do solo e os movimentos migratórios existentes naquele período, com deslocamentos de famílias das diferentes regiões brasileiras. Dentre as famílias pioneiras destacam-se as de Anderson Arruda de Souza, Manoel Picadeiro, João Gato, Pedro Trizote, Ricardo Sútio, Francisco Garcia, Antenor José Mariano, José Mariano de Castro, Melquíades Picanço e muitos outros.

Em 13 de janeiro de 1967, através da Lei n.º 5.472, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo com território pertencente ao município de Barbosa Ferraz. Corumbataí do Sul foi instituída município através da Lei Estadual nº 8.484 de 27 de maio de 1987, data de comemoração do aniversário da cidade. Na ocasião houve o desmembramento de Barbosa Ferraz e a instalação efetiva do município ocorreu no dia 01 de janeiro de 1989. Seu primeiro prefeito municipal foi o Sr. Jair Cândido de Almeida, que formou chapa com o Sr. Luiz Peternelli (WIKIPÉDIA).

Vale ressaltar, que o Município de Corumbataí do Sul, localiza-se na mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná à 447,82 km de distância da capital Curitiba. Faz divisa com os Municípios de Peabiru, Barbosa Ferraz, Campo Mourão e Luiziana. Possui uma área territorial de 169,528 km², correspondendo a 0,0825% da área total do estado, 0,0292% da área da região e 0,0019 % de todo o território brasileiro. Além do mais, Corumbataí do Sul está a uma altitude de 650 metros, com uma latitude de 24º 06' 04''S e uma longitude de 52º 07' 11''W.

Dado o acima exposto, o presente trabalho tem por finalidade discutir e analisar algumas características sócio-econômicas do município de Corumbataí do Sul. Mostrar um pouco da história do Município; fazer um levantamento do perfil sócio-econômico do município de Corumbataí do Sul, analisando a população segundo faixa etária e a taxa de analfabetismo. Também se pretende fazer uma análise da População Economicamente Ativa (PEA) e local de domicílio das pessoas.

A Metodologia do presente trabalho, consiste em uma análise estatística descritiva do perfil do município, utilizando-se de dados

extraídos do Caderno Estatístico dos Municípios, do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), além de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município de Corumbataí do Sul, assim como exposto acima, possui um dos mais baixos IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do Estado do Paraná e sua população é de baixo poder aquisitivo. Considera-se que as famílias de baixa renda, em sua maioria, não possuem qualificação profissional e tem dificuldade para encontrar emprego, em função da pequena oferta de trabalho que o município possui devido ao comércio local ser de pequeno porte. Assim, para sobreviver, as famílias são obrigadas, muitas vezes, a trabalharem como mão-de-obra volante na agricultura. O que ajuda a complementar a renda de grande parte dessas famílias é o Programa Federal Bolsa Família.

De acordo com dados do IBGE (2000), Corumbataí do Sul possui 4.946 habitantes, sendo que na área rural tem 2.948 pessoas e na zona urbana há 1.998. Tem um dos mais baixos índices de IDH - Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Paraná, chegando a 0,678, com uma taxa de pobreza de 48,60. Há, aproximadamente, 1.377 famílias pobres e de baixo poder aquisitivo nesse Município, com renda mensal média igual ou inferior à um salário mínimo. Considerando que as famílias de baixa renda, em sua maioria, não possuem qualificação profissional e que há pequena oferta de trabalho no município, para sobreviver as famílias são obrigadas a trabalharem como trabalhadores volantes na agricultura.

Em Corumbataí do Sul, segundo dados do IPARDES, a População Economicamente Ativa (PEA), que é um conjunto de pessoas empregadas e desempregadas num dado período de tempo, é de 2.315 pessoas o que corresponde a 46,8% da população total. Ou seja, menos da metade da população de Corumbataí do Sul é economicamente ativa. Cabe ressaltar o fato de 67,36% da população ocupada do município trabalhar na agricultura.

As principais atividades econômicas de Corumbataí do Sul são no setor agrícola, especialmente no cultivo de café, milho, feijão, soja, arroz, entre outros. Recentemente, o cultivo de maracujá está impulsionando a economia do município. Cabe também lembrar que os produtores rurais de Corumbataí do Sul estão começando a investir no cultivo de uvas rústicas e laranjas para suco e tem boas perspectivas de melhoria de suas receitas.

A população censitária de Corumbataí do Sul, é composta por um contingente de 43,53% pessoas com idade entre 0 e 19 anos, sendo que 1.175 pessoas são do sexo masculino e 978 são do sexo feminino. Além disso, 28,55% da população têm idade entre 20 a 39 anos, sendo 740 pessoas do sexo masculino e 672 do sexo feminino. 10,31% da população

estão na faixa etária de 40 a 49 anos, 15,43% tem entre 50 a 69 anos e apenas 3,46% corresponde às pessoas com 70 anos ou mais. Assim, percebe-se que, em todas as idades, a quantidade de homens é predominante, se comparado à quantidade de mulheres.

Observando-se a população adulta, podemos perceber que o maior percentual de analfabetos está entre aqueles com idade entre 30 e 39 anos sendo de 15,1%, entre a faixa etária de 15 a 19 anos essa taxa de analfabetismo é de 3,4%, entre 20 a 24 anos 3,9%, a taxa de analfabetismo encontrada entre 25 a 29 anos é de 7,1%. Há também que se referenciar que entre a população total do município, tendo como base a faixa etária de 15 anos acima, essa taxa de analfabetismo é de 23,3%. Podendo assim considerar uma taxa significativa para um município de pequeno porte como tal.

Dado o acima exposto, conclui-se que é de extrema importância conhecer as características de uma população, bem como suas principais necessidades e problemas. Verificou-se, portanto, que Corumbataí do Sul é um município que ainda possui um grande percentual de população analfabeta ou de baixa escolaridade e com um nível de renda muito baixo. Por ser um município potencialmente agrícola, a população está buscando a diversificação de culturas, pois assim, o município tende a crescer de forma mais acelerada e sustentada.

Referências

CADERNO ESTATÍSTICO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.
Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87300&btOk=ok>. Acesso em 05/05/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
Biblioteca IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/corumbataidosul.pdf>.
Acessado em: 06.set.2007.

LODDER, Celsius Antonio. **Distribuição de renda nas áreas metropolitanas**. Relatório de pesquisa nº31. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

GREMAUD, A. P. et al. **Manual de Economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999, 3. ed., 631p.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento**. Scielo Brazil, 2006. Disponível em: www.scielo.br, acesso em: 20 nov. 2006.

Wikipédia. **Corumbataí do Sul**. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Corumbata%C3%AD_do_Sul. Acessado em: 06.set. 2007.

FRONTEIRAS E TURISMO RURAL NO NOROESTE DO PARANÁ: NOTA PRÉVIA DE PESQUISA

Fabiane Nagabe, PG/UEM, Fundação Araucária,
fabianenagabetur@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento sobre os conflitos culturais entre o urbano e rural, um intrincado espaço de fronteiras, na perspectiva do turismo rural. Essa pesquisa procura descrever, comparar, e analisar os conflitos advindos com a prática do turismo, especificamente, quanto à relação entre hábitos urbanos e rurais, no espaço de vivência de produtores tradicionais familiares, na região noroeste do Paraná.

Palavras chaves: Fronteiras, turismo rural, cultura.

Desenvolvimento

O Turismo no Espaço Rural apresenta-se para os agricultores como uma “nova via para sua inserção na divisão social do trabalho” (SCHNEIDER, 2005, p.7), produto das redefinições do mundo rural que apontam para o desenvolvimento de pluriatividades não agrícolas no campo, tendo como elementos que compõem parte dos atrativos turísticos, às atividades agropecuárias, a cultura das pessoas do campo e suas tradições, a hospedagem nas propriedades rurais, atividades de ecoturismo, turismo de ventura, entre outras.

A expansão da atividade turística no meio rural pode ser percebida no estado do Paraná, inicialmente na região de Arapongas, em 1992 (Secretaria de Estado do Turismo – SETU, 2004). Posteriormente verificam-se atividades turísticas nos espaços rurais em outras propriedades do Norte e Noroeste do Estado do Paraná, que frutificam a partir de 1997 cooperativas de empreendimentos de Turismo no Espaço Rural.

O motivo de instituir o Turismo Rural pelo pequeno agricultor 90% se relacionam à criação de uma fonte de renda complementar. Porém estudos apontam também outros fatores que contribuíram para a emergência e a expansão das atividades não agrícolas, destacando-se a emergência

[...] da pluriatividade, [...] resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. [...] Trata-se de “novos tipos de ocupações”, entre essas o lazer, as moradias secundárias da classe média urbana; o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo e novas formas de emprego como os jardineiros, pedreiros,

motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços. [...] A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos noventa. [...] provocadas pela “modernização conservadora” e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da presente década. [...] Finalmente, a terceira causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não agrícolas estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira. (SCHNEIDER, 2005, p.14 *et. seq.*)

No Estado do Paraná foi observado que as propriedades que desenvolvem a atividade de Turismo Rural dividem-se em dois grupos, o primeiro composto por pequenas chácaras particulares de lazer que para custear suas despesas acabam optando por receber hóspedes para passar o dia ou pernoitar. O segundo grupo é composto por fazendas produtivas, de médio ou grande porte que possuem alguma estrutura física remanescente da produção cafeeira, e que por se encontrar ociosa opta pelo Turismo Rural, sem extinguir sua produção agrícola ou pecuária. Entre elas encontram-se um aspecto em comum: a busca pelas divisas geradas pelo turismo.

As atividades desse novo segmento primeiramente se davam em propriedades adaptadas para receber turistas depois passam a ser construídos espaços principalmente de hospedagem e lazer específicos para essa finalidade. Deste contexto, por meio de dados oficiais do governo, análise bibliográfica, e observação assistemática (LAKATOS E MARCONI, 1991), verifica-se que o desenvolvimento da atividade turística no meio rural reflete na construção de novos territórios, que se utiliza de atrativos rurais e naturais para atrair visitantes, uma consequência das alterações de vivência urbana. Estes territórios turísticos devem ser pensados a partir da concepção da multiterritorialidade, uma composição de diferentes territórios (HAESBAEST, 2004).

Rodrigues (2006, p.304) afirma que:

o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a

multiterritorialidade [...], que significa experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

A abertura das propriedades rurais para receber turistas implica na adaptação de muitos de seus hábitos, assim como das estruturas físicas existentes, levando a modificação dos aspectos de sociabilidade, culturais e do estilo de vida do homem do campo, conduzindo para a produção de um novo território.

Este novo território se molda a partir das interferências geradas pela relação entre o antigo camponês, que agora atende aos turistas, e eles próprios os turistas, visitantes que trazem consigo as vivências urbanas, configurando este novo território como um território de fronteira, um lugar de alteridade, de fluxos, de integração, conflito, permeáveis, que refletem as interações sociais e culturais, que permite o encontro do “eu” com o outro e o reconhecimento do outro como diferente de si, pois são espaços que se encontram sujeitos de formações históricas distintas.

Segundo Bradshaw e Gomez (1999) os estudos tradicionais sobre fronteira na geografia política, o termo fronteira se associa aos conceitos de território nacional, soberania e poder do estado, concebida como área limítrofe do estado nacional, porém o conceito de fronteira que nos utilizamos nesta pesquisa se remete o sentido de fronteira que englobam diferentes escalas (local, regional, internacional) novas culturas e identidades fronteiriças em processo de construção num contexto de coexistência de indivíduos de formação distinta, de separações de pessoas, de inclusão e exclusão, dependendo do grau e níveis de iteração entre elas, podendo ainda serem permeáveis no que diz respeito ao movimento de pessoas e informações, algumas vezes partindo para a homogeneização dos espaços.

Sobre os estudos que aborda o encontro de sujeitos constituídos de diversidades históricas, sociais e culturais distintas nos territórios turísticos, devemos destacar alguns pontos. O primeiro diz respeito as alteração destes territórios que acabam por alterar as estruturas físicas e geográficas, com espaços recuperados, repletos de novos projetos paisagísticos para conquistar o cliente com paisagens mais acolhedoras. E o segundo diz respeito às mudanças nos comportamentos: nos modos e nas maneiras dos moradores do campo ser, agirem, comportarem-se e relacionarem-se entre si, pois os sujeitos que, “no território de destino, ao mesmo tempo que dão suporte para o turismo acontecer, são envolvido em relações sociais complexas que modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo.” (RODRIGUES, p. 301, 2006)

No território de fronteiras que se forma a partir do turismo rural que nos referimos a deve-se considerar primordialmente as relações sociais entre turistas e camponeses, Rodrigues, (2006, p.301) nos mostra que

nestes espaço “Observa-se uma complexa trama de relações entre os turistas que chegam ávidos a desfrutar ao máximo a sua viagem e a comunidade receptora que também é heterogênea, segmentada e com interesses diferentes, definindo-se distintas territorialidades” ou territórios que assumem temporalidades híbridas.

A presente pesquisa possibilitou observar os embates ocorridos nestes territórios de fronteiras formados nas propriedades de turismo no espaço rural, que se estabelecem desde o campo dos hábitos alimentares, passando pela estrutura física, até a utilização de novas tecnologias.

Percebendo-se que estes movimentos formadores da fronteira estão envoltos por processos de apropriação do espaço, mesmo que não explícita ou entendida desta forma por seus agentes. Uma apropriação do espaço rural para a criação do território turístico, nem completamente urbano, nem totalmente rural, um território turístico, que se apropria de signos do campo (qualidade de vida, contato com a natureza, bucolidade, alimentos caseiros e saudáveis) para construir uma realidade de fantasias e transgressão ao passado rural.

Ainda prestamo-nos a pontuar uma questão sobre a construção deste território de fronteira, que a fragmentação cultural constituinte das outras fronteiras que se formam dentro destas, nestes lugares, a atividade turística e os conflitos culturais gerados por ela, podem ser analisados como aspecto alienante, opressora e impulsiona a exclusão social, pois geralmente ou pode ser analisada pelo poder de forçar a articulação entre indivíduos distintos, processo que poderá no reconhecimento das diferenças, consolidar o território turístico em novas bases.

Assim este trabalho buscou apresentar notas preliminares da pesquisa em andamento que busca estudar o turismo no espaço rural e os conflitos culturais que o cercam, no noroeste do estado do Paraná. Orientada por uma preocupação com o diálogo entre os autores que já pensaram as problemáticas advindas da atividade turística e da cultura, instigamo-nos a investigar as novas modalidades de ocupação e uso social dos diferentes territórios formados a partir da implantação do turismo no espaço rural, bem como a prática de sociabilidade e estilos de vida destes locais, para construção de uma discussão mais sólida, por meio de um referencial teórico mais denso, e novos questionamentos as fontes.

Referências

BRADSHAW, R. GOMEZ, R. L. Fronteras: una vision teórica em el período contemporáneo. Aldea Mundo, Año 4, n.7, may-oct, 1999. p.14-19.
HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrant, 2004.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3 ed. Rev. Ampli. São Paulo: Atlas, 1991.

RODRIGUES, Adyr Balatreri. 2006.

SCHNEIDER, Sergio. *As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes*. Disponível: http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/cad_estudos.html

Acesso: 10 de agosto de 2005.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo. *TURISMO RURAL: Evolução do Marco Conceitual*, 2004. Disponível:

http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_tipo_rural.shtml?turistas Acesso: 10 de Novembro de 2005.

CAMINHO DE PEABIRU: UM DESFECHO PERUANO OU PARAGUAIO?

Rivair da Silva, TCC, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM,
rivairdasilva@yahoo.com.br

Esp. Sabrina de Assis Andrade, orientadora, Turismo e Meio Ambiente,
FECILCAM, briandrade@hotmail.com

Resumo: A base para uma boa história ser registrada é tomar um caminho e o seguir, tal é a realidade deste artigo, que tem justamente o objetivo de estar levantando dados e informações relevantes referente a importante rota do Caminho de Peabiru, sendo realizada por meio de referências que nortearão a devida conclusão, a fim de justificar e expor a rota mais plausível à realidade ou aos erros “humildemente” cometidos até esta data. Afinal, a rota finda-se em Assunción (Paraguai) ou Cuzco (Peru)?

Palavras-chave: Caminho de Peabiru; Cuzco; Assunción.

Este trabalho tem como objetivo confrontar duas ideologias referentes ao trajeto do histórico Caminho de Peabiru, pois há hipóteses que questionam a longevidade de tamanha rota chegar até Cuzco no Peru, logo, perfazendo cerca de 3.000 quilômetros de extensão, ou então terminaria no Chaco Paraguai, totalizando cerca de 1.200 quilômetros, discussão esta que será alimentada e comprovada por mapas históricos bem como por dados e informações coletados em obras que tratam o assunto com maestria.

Neste artigo serão expostos aspectos como, origens do nome, possíveis utilizadores, criadores, para que assim seja possível ter uma visão mais abrangente do assunto que mais adiante será discutido com mais profundidade.

Ressaltar-se-á quanto a sua criação, a três bases existentes, passando desde a hipótese da criação pelos indígenas guaranis e/ou

itararés, estes que estavam o tempo todo pelo trajeto há busca de um paraíso terrestre, chamado de Terra Sem Mal, local onde não haveria a necessidade do plantio para que a colheita brotasse do solo e onde a morte simplesmente era desconhecida.

A segunda base sustentadora relata que o Caminho teria sido criado por um homem (São Tomé), que chegou ao continente caminhando sobre as águas e por onde este passava, pregava as palavras do senhor, deixando como rastro um caminho, cujo nome era Caminho de Peabiru.

A Terceira e última hipótese ressalta a possibilidade da rota ter sido criada pelos incas, devido à expansão de seu império, uma vez que os mesmos cresciam sem fronteiras.

As três hipóteses são incertas, sendo que uma das únicas certezas existentes em relação ao caminho é que foram os indígenas principalmente os da família guarani, que mais o utilizaram.

Quanto às Ideologias

A priori, pode-se perceber que há muita informação para ser analisada antes da tomada de posição referente ao assunto, uma vez que o mesmo é complexo e exige um aprofundamento mínimo para devida conclusão.

Historicamente de acordo com as informações até então levantadas, é possível que a rota do Caminho de Peabiru tenha 3.000 quilômetros de extensão, pois há vários fatores que comprovam tal afirmativa, entre eles a fala de Lange (1998), quanto à expedição com 8.000 guaranis realizada em 1.573/18 pelo Padre Alcaya, cujo objetivo era a conquista do Peru e seus tesouros, tendo estes voltado divulgando a existência de suas riquezas por lá, a rota utilizada por estes foi justamente o Peabiru.

Mas Bond (1996) é mais profunda no assunto, ao lembrar da odisséia feita por Aleixo Garcia um português que em 1524 rumou de Santa Catarina ao Peru á busca do ouro e prata lá existentes, quando chegado ao destino, guerrearam e saquearam tudo o que encontravam, encheram os cestos de artefatos de prata, ouro, mas ao baterem em retirada, foram quase todos trucidados pelos temíveis Payaguás, índios locais, Garcia estava entre os mortos, contudo alguns de seus seguidores/acompanhantes conseguiram retornar para sua origem, Santa Catarina.

Volcato (2006) diz que Aleixo não teria cruzado o pântano, Chaco Paraguao, pelo Peabiru, tendo ali tomado uma canoa e seguido adiante por outras trilhas e chegando não até Cuzco, ma sim ao sudeste do território inca, em Sucre, usando outras vias que por lá existiam, estas construídas pelos incas.

Contudo deve-se analisar que no meio da rota de três mil quilômetros encontra-se uma região pantanosa conhecida por Chaco e que é impossível atravessá-la pelo Caminho de Peabiru, tal qual diz Bueno apud Volcato, ao afirmar que ao cruzar o pântano de canoa, os índios estariam entrando em trilhas incaicas, deixando claro com essa fala, que de um lado do Pântano eram trilhas incaicas e do outro as do Caminho de Peabiru, sendo separados então unicamente por este acidente natural e por fim ressalta também que ele (O Caminho) termina onde hoje está a capital do Paraguai (assunción).

Há alguns fatores que devem ser analisados com devida precisão, quanto à questão do Caminho ter ou não cruzado o Chaco, pois os índios guaranis conheciam e muito bem a região incaica, tinham noção do império que se escondia dentre as montanhas, possível realidade esta ressaltada por Galdino apud Bond (1996), ao afirmarem que “a rota era um caminho usado para chegar ao Peru, porque lá era conhecido como Império do Sol, lugar alto das montanhas onde o deus Sol predominava”, motivo este que fazia com que os guaranis e/ou itararés migrassem àquela direção, ou então pela possibilidade de estarem realizando negociações mercadológicas, trocas de objetos ou até mesmo de frutas tropicais, estas muito escassas nos Andes e abundantes no Brasil.

Uma outra questão a ser analisada, trata-se dos objetos líticos incas, que foram encontrados em algumas cidades do estado do Paraná, estas que por sinal estão às margens do Caminho, a realidade levada em conta questiona a possibilidade de algum contato feito pelo caminho entre esses dois povos (os índios do Brasil e os incas), pois estes objetos podem ter chegado de outra maneira, em outra época, conduzidos até mesmo pelos próprios europeus que descobriram o ouro e a prata em Cuzco, trazendo consigo tais objetos.

Resgatar a realidade do Caminho de Peabiru quanto ao seu trajeto extensivo “real”, será de grande importância por vários fatores; Dentre eles, podemos citar a questão do desenvolvimento turístico que está surgindo fortemente alimentado pela questão e também quanto à valorização histórica dada a este por municípios que possivelmente de acordo com uma das hipóteses não mais estarão na rota.

Os fatos aqui ressaltados, levantados através de pesquisa bibliográfica, são de inteira realidade no que diz respeito à lealdade da fonte, sem qualquer interferência ou vontade por parte dos produtores do mesmo.

Dessa forma, sem saber ao certo qual a verdadeira extensão do caminho, pretendeu-se no presente artigo levantar duas hipóteses que tanto instiga pesquisadores do tema e que possui uma extrema importância, pois de acordo com a resposta o caminho tomará características totalmente distintas.

Referências

- BOND, Rosana. **O Caminho de Peabiru**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.
- BOND, Rosana. **Peru: do Império Inca ao Império a Cocaína**. Rio de Janeiro: Coedita, 2004.
- BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Guartelá: história, natureza e gente**. Curitiba: Companhia Paranaense e Energia, 1994.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.
- SASS, Roselis Von. **La Verdad Sobre Los Incas**. São Paulo: Ordem do Graal na Terra, 1997.
- VOLCATO, Marcelo, **Contato Eletrônico, e-mail**, 2007.
- VAZ, Terezinha Aguilar, **Lendário Caminho no Serra da Pitanga**. Guarapuava: Grafel Impressoras, 2002.
- WALCOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA PROPOSTA TRANSDISCIPLINAR

Me. Zilda Ferreira Leandro, TIDE, Turismo e Meio Ambiente, FECILCAM, zildaleandro@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa de TIDE: Projeto Político Pedagógico - PPTUR: Uma proposta transdisciplinar. Vinculada ao grupo de pesquisa: Estudos Regionais: Geo-Histórico, sócio-cultural, Econômico, Educacional e Ambiental. Esses resultados referem-se à análise parcial da análise dos problemas gerais e mecanismos comuns entre as disciplinas do curso de Turismo e meio Ambiente da FECILCAM. A discussão é norteada pela construção de um novo campo de saber partindo da perspectiva transdisciplinar, na qual subjáz a temática Ambiental.

Palavras-chave: Turismo; transdisciplinar; Ambiental.

Desenvolvimento

Entende-se que a sociedade do século XXI está sob uma crise inquestionável de pensamentos, valores e de relacionamento com a natureza que está resultando numa crise de sócio-cultural. Essa crise parece que decorre e é decorrente também da divisão disciplinar do conhecimento, que fragmenta a visão de mundo, favorecendo dicotomia,

tanto em nível da percepção quanto do pensamento em relação à natureza e ao próprio homem e suas relações com o meio ambiente. Vislumbramos a superação desse paradigma cartesiano sob a égide da transdisciplinariedade. Denker (2000) nos esclarece que a abordagem transdisciplinar é mais o “elevado nível de integração educacional”, ou seja, algo além das disciplinas em si e tem como ponto de partida um desafio ou problema e, pelo processo de solução de problemas, auxiliado por diversos campos de conhecimento, procura chegar a uma solução viável. Esse tipo de atuação requer, no entanto, uma integração profunda entre os professores e compatibilidade da própria grade curricular do curso além de material didático, pesquisa e material de apoio.

Segundo Denker (2002), essa perspectiva é fundamental não só para que se estabeleça as bases dos conteúdos programáticos assim como também, o espírito crítico, a análise e o diagnóstico das situações. Desse ponto de vista o curso de Turismo e meio Ambiente da FECILCAM deve estabelecer conexões de amplitude macro, dando uma visão multidisciplinar, ou seja, diversas disciplinas enfocando um problema ou desafio, com interfaces que possibilitem a interdisciplinaridade, integrando os conceitos de idéias como aspecto fundamental do projeto educacional, iniciando-se com as disciplinas. Os programas devem ser flexíveis para permitir mudanças – uma vez que o conhecimento permanece em constante mutação.

Além disso, os conteúdos programáticos das disciplinas componentes da estrutura curricular dos cursos de Turismo e Meio Ambiente da FECILCAM devem abranger aspectos econômicos, antropológicos, culturais, geográficos, políticos, legais, tecnológicos, administrativos, históricos, filosóficos e psicológicos do produto turístico perspassado transversalmente pela temática ambiental em todas as suas dimensões, proporcionando enfoques interdisciplinares sistêmicos.

A proposta do Projeto Político Pedagógico do curso de Turismo e meio Ambiente da FECILCAM é baseada nas reflexões de diversos autores sobre o estudo do turismo, entre eles Moser e Müller (2001); Moesch (2000); Rejowski (1996), que destacam a tendência atual da abordagem interdisciplinar e multidisciplinar, em busca da prática transdisciplinar, que deve ser fomentada e reforçada nos programas curriculares. Essa tendência busca a integração das relações interdisciplinares de maneira geral, de modo a diluir as fronteiras entre as disciplinas.

Dessa forma, procurou-se imprimir na ementa, nos objetivos e programas de cada uma das disciplinas do curso um caráter interdisciplinar com estudos de várias ciências sociais e técnicas que imprimam um caráter de multidisciplinaridade de conhecimentos. Nas quais, sejam epistemologicamente problematizadas as questões relacionadas ao meio

ambiente e que o profissional possa buscar soluções alternativas, após análise crítica e de caráter sustentável, priorizando atuações e eventos regionalizados.

Portanto, entendemos que num sistema educativo de qualidade deve-se, antes de tudo analisar as necessidades formativas a partir do texto e do contexto sócio-cultural, político-econômico em que se insere o estudo dos setores produtivos da área turística. Assim como, considerar os postos de trabalho que o compõem, segmentos, áreas de atuação, buscar competência técnica, produtividade comprometida com a sustentabilidade para o desempenho das funções dentro desses setores, ou seja, não só preparar para a inserção no mercado mas também desenvolver espírito crítico para superar as contradições do próprio mercado.

O presente estudo só foi possível por meio da análise de documentos, tais como grade curricular, ementas, programas, reuniões com alunos e professores do curso de Turismo e Meio ambiente, professores de outros departamentos que ministram aulas no referido curso e os representantes dos estudantes no colegiado de curso.

As sugestões foram discutidas através de reuniões do grupo e analisadas qualitativamente sob uma perspectiva interacionista e construtivista que entende o sujeito capaz de transformar sua própria realidade, construindo novas aprendizagens e conceitos.

A primeira reunião aconteceu no dia 16 de agosto de 2006 no próprio departamento do curso de Turismo e Meio Ambiente. Foi discutido o respeito do perfil profissional que se desejava formar, sua abrangência de intervenção social, sua efetividade no campo de trabalho, assim como sua forma de atuação no mercado de trabalho. No dia 26 de agosto, 06 de setembro, e 13 de setembro de 2006, as questões discutidas foram a respeito do incentivo à pesquisa, a regionalidade como prioridade na intervenção social, conceitos como interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, programas equilibrados entre a teoria e a prática, práticas pedagógicas; como elaboração de plano de desenvolvimento regional, vivência na elaboração e operacionalização em semana de turismo e meio ambiente, vivência na elaboração de trabalho de conclusão de curso, elaboração de trabalho de análise interdisciplinar, estágios profissionalizantes, realização de pesquisa aplicada. Importante ressaltar que todas as atividades deveriam partir do binômio turismo/meio ambiente.

Após discussões políticas e metodológicas o trabalho de análise de cada uma das disciplinas foi dividido entre os professores do curso por disciplina de afinidade. Os encontros dos professores do departamento passaram a ser diários, no contra-turno das atividades de ensino e discutíamos entre nós a questão da identidade do curso e os caminhos que poderíamos fazer ao caminhar. Durante as discussões procurávamos

sempre resgatara lembrança do eixo fundamental das disciplinas: o tema ambiental. O aprendizado foi mútuo e a responsabilidade comum.

No dia 13 de setembro de 2006 a proposta foi levada ao colegiado de curso para apresentação e discussão. No dia 19 de outubro do mesmo ano reuniram-se no mini-auditório da FECILCAM, todos os envolvidos no processos e alunos interessados. Nesse momento apresentamos as ementas, objetivos, justificativas e programas de cada uma das disciplinas para que todos pudessem apreciar e sugerir a partir do seu referencial teórico-metodológico. Houve participação de 100% dos professores do curso e sugestões dos alunos presentes.

Foi utilizado um multi-mídia para apresentação de cada item a ser discutido no intuito de que todos pudessem visualizar ao mesmo tempo e poder sugestionar. As sugestões preliminares eram debatidas e após as discussões pertinentes as alterações eram realizadas no momento.

A discussão foi produtiva e enriquecedora no sentido de proporcionar uma ampla visão das questões abordadas pelas disciplinas sobre o turismo e o meio ambiente. Veremos alguns breves e superficiais exemplos: a geografia – aborda uso do território estudado do ponto de vista turístico sócio ambiental, os impactos e conseqüências; as ciências ambientais – aborda os nichos ecológicos, a teia alimentar, as comunidades e seus habitat naturais e a teoria sobre a exploração econômica e a contraposição com o ecoturismo e a preservação ambiental; a história – aborda cultura da população local em contraponto com aculturação, perda da identidade e suas conseqüências sociais e ambientais; a economia – aborda o valor das atividades regionais em contraponto com a economia de mercado, a produtividade das atividades turísticas em contraposição a biodiversidade; a sociologia – o real envolvimento da comunidade local com a atividade turística, a relação entre visitante e anfitrião e seus impactos tanto positivos quanto negativos, etc.

Desta forma, todas as disciplinas enfocaram a atividade turística e o meio ambiente como tema gerador e objeto de problematização a partir de seu referencial teórico, no entanto, a resposta a essas questões encontra-se além de cada uma delas. Parafrazeando Morin (1997), o pensamento é complexo, as interações sucessivas resultante da união entre a investigação e os preceitos teóricos, pois a explicação e a análise dos problemas levam a dúvida, enquanto que o questionamento da realidade leva a explicação do conhecimento que, por sua vez, leva a novos conceitos, nova práxis.

Enfim, no dia 07 de novembro de 2006 a proposta do PPTUR foi apreciada pelo Conselho Departamental dessa instituição e após questionamentos e esclarecimento pertinente aos aspectos pedagógicos e legais, foi aprovado. Após apreciação do Conselho Estadual de Educação

foi aprovado sem alterações para implantação no ano de 2007, no entanto o documento oficial nos foi enviado em abril do mesmo ano o que inviabilizou tal implantação, uma vez que será necessário uma discussão mais ampla com todos os professores do curso para que possamos viabilizar tal integração entre as atividades práticas e sua vinculação teórica proposta. Ou seja, não é apenas colecionar informações ou dados, mas pensar, refletir, interpretar, entendendo o turismo como um dos elementos que compõe a sociedade e que acontece no tempo e no espaço, no contexto da sociedade como um todo. A idéia de considerar as questões éticas devem estar presentes em todos os momentos, na busca do conhecimento e no uso que será dado a esse conhecimento, como discutido nas reuniões de colegiado de curso. Encontrar soluções para os problemas humanos e contribuir para a melhoria das condições de vida de todos, colocando o homem e sua sobrevivência no planeta Terra como prioridade maior.

Referências

DENKER, Ada de Freitas Maneti. *A pesquisa e a interdisciplinaridade no ensino superior*. Uma perspectiva no curso de turismo. São Paulo: ECA/USP, 2000. (Tese doutorado).

_____, *Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior*. Uma experiência no curso de turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

MOSER, Giancarlo e MÜLLER, Sálvio (orgs) *Sociologia aplicada ao turismo*. Indaial: Asselvi, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo e pesquisa científica*. Campinas: papirus, 1996.

ESTUDANDO UM CASO DE DETERMINAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE IMÓVEIS URBANOS UTILIZANDO REDES NEURAIIS ARTIFICIAIS E MÉTODOS ESTATÍSTICOS MULTIVARIADOS

Juliano Fabiano da Mota, PPGMNE/UFPR, julianomota@gmail.com
Dr^a. Maria Teresinha Arns Steiner, orientadora, PPGMNE/UFPR,
tere@mat.ufpr.br

Resumo: Neste trabalho é apresentada uma proposta para a avaliação de imóveis urbanos (apartamentos, casas e terrenos) através de técnicas de Análise Multivariada e Redes Neurais Artificiais. Os dados utilizados são os mesmos encontrados nos trabalhos de Alves (2005) e Braulio (2005), já que o objetivo é comparar abordagens e, tendo em vista que os trabalhos

citados utilizaram Métodos Estatísticos Multivariados. Nesta comparação foi possível observar que as Redes Neurais mostraram um melhor desempenho na predição de preços dos imóveis.

Palavras-chave: Avaliação de Imóveis; Redes Neurais Artificiais; Análise Multivariada.

Introdução

A avaliação de imóveis, sejam urbanos ou rurais, faz-se presente na maioria dos negócios, pendências entre pessoas, empresas ou ambos. Existem inúmeros métodos de avaliação, dos quais, quatro são: método comparativo direto de dados, método involutivo, método evolutivo e método da capitalização da renda. Para Fiker (1997) o melhor dos métodos de avaliação é o método comparativo por utilizar a comparação de dados do mercado relativos a outros imóveis, com características similares, na obtenção do valor do referido imóvel. Com base nessa afirmação, optou-se pela utilização do método comparativo neste trabalho.

Descrição do Problema

Através de uma imobiliária da cidade de Campo Mourão (TAPOWIK), obtiveram-se os dados de 119 imóveis, sendo 44 apartamentos, 51 casas e 24 terrenos. As variáveis independentes dos tipos quantitativo e qualitativo, representando as características de cada imóvel, estão detalhadas nos trabalhos de Alves (2005) e Braulio (2005).

Metodologia para a Resolução do Problema

Para o desenvolvimento do trabalho e obtenção dos resultados foi desenvolvido um sistema em MATLAB 7.1® (sem recursos gráficos), nominado AIRNA – Avaliação de Imóveis via Redes Neurais Artificiais. A rotina AIRNA é constituída das técnicas: padronização dos dados, mapas auto-organizáveis de Kohonen, Análise de Componentes Principais e Redes *feed-forward* (com a utilização do algoritmo *back-propagation*).

Obtenção e Análise dos Resultados

Antes de utilizar a técnica de agrupamento, a padronização nos 144 imóveis foi feita separadamente para apartamentos (44), casas (51) e terrenos (24), sendo utilizadas as Estatísticas Descritivas Multivariadas encontradas, por exemplo, em Alves (2005) e Braúlio (2005). Após a padronização, os grupos de apartamentos, terrenos e casas foram obtidos por meio de uma Rede de Kohonen.

No caso dos apartamentos, que inicialmente possuíam 21 características, os 98% da variabilidade explicada dos dados foram condensadas em apenas 11 componentes principais. Já para as casas, que inicialmente possuíam 18 variáveis, foram obtidas 12 componentes

principais, com o mesmo nível de explicação da variabilidade dos apartamentos. Para os terrenos, que possuíam 10 variáveis, com o mesmo percentual de explicação da variabilidade dos tipos de imóveis anteriores, foram obtidas oito componentes principais.

O critério para determinar o melhor resultado foi encontrar a configuração cuja soma dos módulos do erro absoluto no valor do imóvel fosse a menor. Este também será o critério adotado para fazer a comparação dos resultados entre a abordagem deste trabalho e dos trabalhos de Alves (2005) e Braulio (2005).

O sistema desenvolvido possui um módulo para o cálculo do preço de um novo imóvel tomando como base os dados apresentados durante a execução do programa AIRNA. Entretanto não foram executados testes, em virtude do tamanho da amostra ser limitado.

A abordagem via Redes Neurais para apartamentos fornece uma soma dos módulos dos erros absolutos de R\$ 150.029,54, enquanto a abordagem de Alves (2005) fornece um erro 299,17% maior (R\$ 598.865,53). Já o resultado obtido por Braulio (2005) foi inferior na predição dos preços apenas 14,39% (R\$ 171.625,80).

Para as 51 casas, a abordagem via Redes Neurais mostrou uma soma dos módulos dos erros absolutos de R\$ 305.986,03, já na abordagem de Alves (2005) a soma em questão foi apenas 26,17% maior (R\$ 386.069,28) e para Braulio (2005), o resultado foi um pouco pior, 38,06% maior (R\$ 422.449,07).

Por último, para os 24 terrenos avaliados, o modelo proposto teve uma somatória dos módulos dos erros absolutos igual a R\$ 39.991,94, resultado que foi consideravelmente superior ao de Alves (2005) que teve um valor 78,96% maior (R\$ 71.571,53) e melhor ainda em relação ao de Braulio (2005), que foi 133,86% maior (R\$ 93.525,10).

Conclusões

Levando-se em consideração que as amostras para este trabalho são extremamente limitadas, pode-se considerar que nos três casos (apartamentos, casas e terrenos) houve um desempenho muito bom da Rede Neural. A mesma foi capaz de generalizar os preços dos imóveis num nível que pode ser considerado satisfatório.

O tratamento estatístico dos dados constituído pela padronização dos dados e da Análise de Componentes Principais dos imóveis foi de extrema importância, pois garantiu a não multicolinearidade dos dados.

A metodologia aplicada neste trabalho mostrou um desempenho superior aos trabalhos de Braulio (2005) e Alves (2005), considerando todos os tipos de imóveis (apartamentos, casas e terrenos), no que diz respeito ao critério adotado, ou seja, a soma dos módulos dos erros absolutos (quanto menor, melhor).

Referências

- ALVES, V. **Avaliação de imóveis urbanos baseada em métodos estatísticos multivariados**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2005.
- BRAULIO, S. N. **Proposta de uma metodologia para a avaliação de imóveis urbanos baseado em métodos estatísticos multivariados**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2005.
- FIKER, J. **Avaliação de imóveis urbanos**. 5. ed. São Paulo: Pini, 1997.

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE COMO FERRAMENTA DE MELHORIA NO GERENCIAMENTO DA MERCEARIA QUASE TUDO

Mauro Goulart de Oliveira Neto, TCC, Administração, Faculdade Dom Bosco de Ubiratã, ubitesouraria@hotmail.com
Me. Cláudio Luiz Lemes, orientador, UFSC

Resumo: O presente trabalho buscou diagnosticar o gerenciamento da empresa tendo sido encontrado uma serie de deficiências neste processo por falha de controle. Após a implantação do controle de estoque, divisão dos itens por grupo (curva ABC) e treinamento dos funcionários, observou-se uma serie de ganhos como eliminação de produtos vencidos, redução de estoque de produtos de baixo giro, melhor gerenciamento no processo de compra e maior exatidão do inventário.

Palavras-chave: Estoques; Custos; Controle.

Introdução

As inovações e melhorias no processo logístico das empresas têm se mostrado uma maneira eficiente na busca de redução de custos para uma maior competitividade. Com vistas a este fator, neste trabalho será abordada a centralização do processo no comércio varejista e a influência exercida neste processo pelas atividades de controle e manutenção das informações dos níveis de estoque da empresa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, abordada através de um estudo de caso. Será feito um levantamento bibliográfico para entender o processo e a influência do controle de estoques. O levantamento de dados práticos do caso proporcionará o entendimento do funcionamento desta atividade na empresa. Os resultados apresentados evidenciam a importância do controle e manutenção das informações relativas a estoques. Será discutida neste trabalho a necessidade de manter as informações precisas em termo de vendas passadas e nível de estoques para tornar o processo de centralização das compras mais eficiente. Para administrar com

sucesso, uma pequena empresa deve ser capaz de manter o equilíbrio adequado entre excelência e eficácia. Isso significa encontrar maneiras de melhorar a produtividade sem sacrificar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Metodologia

A técnica utilizada foi o estudo de caso, pois trata exclusivamente de diagnósticos e propósitos de soluções para a Mercearia Quase Tudo.

Os dados serão coletados através de observação. A observação será não participativa devido ao fato de não interferir no desempenho das atividades, porém, foi realizada in loco, tendo uma interação com os membros da empresa.

Foi realizado o levantamento do estoque para se saber os itens existentes na mercearia e suas respectivas quantidades.

Para a realização da curva ABC, foi feito um acompanhamento nas vendas mensais durante certo período de tempo, por meio de amostragem.

Análise de Resultados

Foi possível observar em visitas rotineiras à micro empresa, que seu sistema operacional é arcaico, não acompanhando as mudanças e transformações tão necessárias no mundo dos negócios.

A aquisição de mercadorias é realizada através de 18 (dezoito) fornecedores, que realizam visitas periodicamente, estes são controlados por meio das próprias notas das mercadorias, e alguns por uma agenda onde é fixado o nome do fornecedor, empresa e telefone. O pagamento das mercadorias é através de boletos bancários, cheque do proprietário ou cheques pré-datados dos clientes da loja. A conferência das mercadorias compradas no ato da entrega é realizada pelo gerente, de acordo com o pedido ou nota fiscal; caso haja alguma alteração ou mesmo defeito a mercadoria é devolvida.

Foi observado que seu sistema de armazenamento de mercadorias praticamente é inexistente, sendo o mesmo realizado manualmente e visualmente, pois não há um controle efetivo de estoque. O considerado "Almoxarifado" consiste em um prédio de estrutura física inadequada, não oferecendo nenhuma condição que possibilite um armazenamento perfeito das mercadorias, bem como ao efetivo controle de estoque.

Por muitas vezes as decisões foram inadequadas, bem como houveram perdas de venda por falta de produtos expostos, compras desnecessárias e em quantidade inadequada, gerando acúmulo de produtos sem giro no estoque e a falta de produtos.

A forma de administração utilizada gera muitas informações desencontradas referentes a entrada e saída das mercadorias, bem como a inexistência de relatório do estoque para análise.

Avaliando o sistema atual de controle de estoque, verifica-se que a empresa não possui nenhum tipo de controle eficiente, um fato que comprova que não há um controle rígido de estoque é a ocorrência de vezes que foram vendidas mercadorias que estão em estoque com o prazo de validade ultrapassado.

Através das informações e considerando os problemas encontrados na Mercearia Quase Tudo, foi elaborado duas alternativas para solucionar os problemas, tais como:

Alternativa 1 - Desenvolver um sistema básico de controle de estoque na área do depósito, lançando entrada de mercadorias através de nota fiscal e saída pelas vendas, com informações rápidas e precisas sobre a necessidade de adquirir mercadorias em falta e fornecendo arquivos para o cadastro de fornecedores, clientes e contribuintes.

Alternativa 2 - Desenvolver um sistema de controle de estoque voltado para à micro empresa num contexto geral, informações gerenciais sobre contas a pagar e a receber, atualizar estoque automaticamente sempre que for realizada uma compra, venda ou mesmo consumo. Apresentar módulos com informações individuais sobre os clientes e fornecedores, assim como, permitir a emissão de relatórios sempre que solicitado de qualquer arquivo existente.

Diante de todas as colocações e visando a solução dos problemas enfrentados pela micro empresa, optou-se pela alternativa 2, pois mostrou ser mais viável para atender a todas as necessidades da mercearia, tendo o sistema, como finalidade, controlar o estoque através dos seguintes dados: cadastro das mercadorias, cadastro de categoria das mercadorias, cadastro de clientes, cadastro de fornecedores, controle de contas à pagar e à receber, cadastrar colaborador, cadastrar tipo de serviço, cadastrar conta corrente do colaborador, cadastrar ordem de serviço, cadastrar entrada de mercadorias, cadastrar venda, cadastrar saída por consumo ou perda, gerar relatório de contas à pagar e à receber, gerar relatório de mercadorias, gerar relatório dos fornecedores, gerar relatório de clientes, gerar relatório de entrada de mercadorias, gerar relatório de saída de mercadorias, gerar relatório de consumo ou perda, gerar relatório de tabela de preços, gerar relatório de cobrança, gerar relatório de comissões, gerar relatório de conta corrente do colaborador, gerar relatório de ordem de serviço e gerar relatório de tipo de serviço.

A análise da curva ABC se fez necessária antes da implantação do sistema informatizado que venha a gerar dados para a análise da movimentação real dos estoques da mercearia.

Sendo os itens ordenados de acordo com sua importância relativa, evidenciado os produtos com maior saída, obtendo como resultado o seguinte percentual:

Os produtos da classe A (mais vendidos) representam 11% ou 223 itens de um total de 2.030 itens encontrados na mercearia, o mesmo representa 70% no valor semestral de venda, juntamente com a pesquisa de campo realizada foi possível identificar que esses produtos são basicamente os mesmo encontrados nas chamadas cestas básica.

Os produtos da classe B (intermediários) representam 20% ou 406 itens, o mesmo representa 22% no valor semestral de venda, estes produtos são intermediários porque estão sempre oscilando entre as classes tanto acima como abaixo.

Os produtos da classe C (menos importantes) representam 68% ou 1400 itens e representando apenas 8% no valor de vendas semestral.

Portanto, para que se tenha o controle de 92% do valor em vendas, se faz necessário o controle de 31% ou 629 itens da mercearia, correspondendo a classes A e B, já a classe C não requer maior atenção mesmo contendo 1.400 itens, a classe só representa 8% no valor de vendas. Sendo também representado da seguinte forma:

Considerações Finais

Os reflexos práticos sobre o trabalho realizado na Mercearia Quase Tudo foram imediatos, além da disponibilizar capital para outros fins, o arranjo físico dos materiais foi beneficiado, diminuindo as avarias por acúmulo; os inventários periódicos se tornaram mais fáceis por estarem mais organizados nos computadores, diminuindo as divergências de informações.

O método proposto neste trabalho foi eficaz também no balanceamento e redução dos níveis de estoques médios e manutenção dos níveis de serviço à manutenção. Com 7 (sete) meses de implantação, o estoque médio da empresa foi reduzido em 34%, passando de R\$ 72.600,00 para cerca de R\$ 50.000,00.

A informatização da Mercearia Quase Tudo provocou mudanças no ambiente, elevou e deu motivação aos funcionários, possibilitou a divisão das mercadorias por grupos de acordo com o grau de importância nas vendas, a emissão de relatórios de estoque para a tomada de decisões. Assim sendo, não resta dúvidas ao afirmar que a informatização otimizou o controle de estoque na Mercearia Quase Tudo.

Assim, dentro dos aspectos práticos utilizados à micro empresa, acredita-se ter contribuído de certa forma, com o trabalho apresentado para o sucesso empresarial da micro empresa.

Referências

- ARNOLD, T, R, J. Administração de materiais. São Paulo, Atlas, 1999. 512p.
- BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.
- DIAS, Marcos Aurélio , P. Administração de materiais. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1995. 289p.
- GOMES, Carlos F.S.; RIBEIRO, Priscilla C.C.. Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004
- PARTOVI, F. Y.; ANANDARAJAN, M. Classifying inventory using an artificial neural network approach. Computers & Industrial Engineering, v. 41, p. 389-404, 2002.
- PEREIRA, Moacir O uso da curva ABC nas empresas. Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=5&rv=Vivencia>>. Acesso em: 13 nov. 2006 às 01:40 a.m
- RAMANATHAN, R. ABC inventory classification with multiple-criteria using weighted linear optimization. Computers & Operations Research, v. 33, n. 3, p. 695-700, 2004.

**ENGENHARIA E
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

TOTAL-FLOWTIME: UMA HEURÍSTICA PARA MINIMIZAÇÃO DE ESTOQUES EM PROCESSO EM AMBIENTES DE PRODUÇÃO *FLOW SHOP*

Márcia de Fátima Morais, PG, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, marciafmorais@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo investiga modelos e desenvolvimento de novos métodos de solução para problemas de programação de operações em máquinas. Neste contexto, a presente pesquisa apresenta um método heurístico construtivo desenvolvido para a programação *flow shop* permutacional com tempos de preparação das máquinas assimétricos e dependentes da seqüência. O algoritmo proposto, denominado *Total-FlowTime*, baseia-se na heurística de Simons (1992). A medida de desempenho considerada é a minimização do tempo médio de fluxo (*Flow Time*), que objetiva a redução de estoques em processo.

Palavras-chave: programação da produção; *flow shop*; métodos heurísticos.

A teoria de programação da produção preocupa-se em fornecer diretrizes e métodos eficientes para a utilização dos recursos nas atividades produtivas. A atividade de programação da produção constitui uma das várias funções executadas pelo Planejamento e Controle da Produção, que tem como objetivo comandar e gerenciar o processo produtivo, e caracteriza uma das atividades mais complexas no gerenciamento dos sistemas produtivos, uma vez que lida com diversos tipos diferentes de recursos e tarefas simultaneamente. A programação da produção preocupa-se com a alocação de recursos sobre o tempo para executar um conjunto de tarefas.

Conforme Barros e Moccelin (2002), grande parte das pesquisas em programação da produção considera os tempos de preparação das máquinas como não relevantes ou de pequena variabilidade, e, geralmente, os incluem nos tempos de processamento. Esse procedimento simplifica muito a análise em determinadas aplicações, principalmente quando os tempos de preparação das máquinas são consideravelmente menores que os tempos de processamento, ou em casos em que o tempo de preparação das máquinas destina-se à produção de lotes e é executado somente uma vez para um grande lote de produção.

No entanto, para os casos em que os tempos de preparação das máquinas apresentam razão significativa diante dos tempos de processamento, há a necessidade de tratá-los diferenciadamente, uma vez que eles têm relação direta com a disponibilidade de equipamentos e acarretam custos específicos, como a necessidade de pessoal

especializado para sua execução. O tratamento em separado dos tempos de preparação das máquinas pode levar, com a otimização do critério de desempenho adotado, a melhorias no atendimento à demanda e à facilidade no gerenciamento do sistema de produção.

No ambiente estudado neste trabalho as operações de cada tarefa são executadas em múltiplos estágios de produção, contendo apenas uma máquina em cada um deles. Os tempos de preparação das máquinas possuem uma variabilidade relevante em função da ordem de execução das tarefas nas mesmas.

O problema consiste em programar um conjunto de n tarefas, definido como $J = \{J_1, \dots, J_n\}$, onde cada tarefa possui necessariamente uma única operação em cada estágio de produção. O objetivo do problema é minimizar o tempo médio de fluxo como medida de desempenho.

Um método heurístico construtivo foi desenvolvido com base em algoritmos reportados na literatura para solução do problema *flow shop* permutacional cujo tempo de preparação das máquinas é dependente da seqüência de execução das tarefas.

O método proposto, denominado *Total-FlowTime*, baseia-se na heurística TOTAL de Simons Jr. (1992) para programação de *flow shop* permutacional com tempos de preparação das máquinas dependentes da seqüência. O algoritmo TOTAL-FLOWTIME aplica o Método de Aproximação de Vogel em uma matriz $n \times n$ composta pela soma dos tempos de processamento e de preparação das máquinas em todos os estágios de produção. O Método de Aproximação de Vogel é conhecido por fornecer boas soluções para problemas de transporte.

O Método de Aproximação de Vogel seleciona células em uma matriz, examinando o aumento da diferença entre os dois menores valores de cada linha e coluna. A célula selecionada em cada iteração é aquela que produz a maior diferença em comparação com a célula de menor valor na linha ou coluna. Este método é aplicado ao Problema do Caixeiro Viajante onde cada combinação linha/coluna representa uma sub-rotas possível. Para o problema *flow shop* permutacional, cada célula representa um possível par consecutivo de tarefas e cada iteração seleciona uma seqüência parcial de duas tarefas, de modo a formar um ciclo. A programação final é então selecionada através da quebra do ciclo em cada possível ponto e implementando a programação com o menor tempo médio de fluxo.

A seguir são apresentados os algoritmos para o Método de Aproximação de Vogel e para o Método *Total-FlowTime*, adaptado de Simons Jr. (1992).

Método de Aproximação de Vogel

Passo 1 – Calcule a diferença entre os dois menores elementos de cada linha e cada coluna da matriz inicial (formada pela soma dos tempos de processamento da tarefa e de preparação das máquinas em todos os estágios).

Passo 2 – Identifique a linha ou coluna com a maior diferença (desempates são arbitrários).

Passo 3 - Selecione o elemento da matriz com o menor valor correspondente à linha ou coluna com a maior diferença. Identifique o par de tarefas correspondente ao elemento selecionado.

Passo 4 – Se o ciclo de tarefas estiver completo, PARE. Caso contrário vá para o Passo 5.

Passo 5 – Recalcule as diferenças entre os dois menores elementos de cada linha e coluna, desconsiderando os elementos correspondentes à subsequência (par de tarefas) identificada no Passo 3, ou seja, a linha referente à primeira tarefa da subsequência, a coluna referente à segunda tarefa da subsequência e o elemento correspondente ao inverso da subsequência. Linhas e colunas somente com o elemento zero também devem ser desconsideradas. Vá para o Passo 2.

Total-FlowTime

Passo 1 – Construa a matriz $n \times n$ composta pela soma dos tempos de processamento e preparação em todas as máquinas.

Passo 2 - Aplique o Método de Aproximação de Vogel na matriz obtida no Passo 1, para obter um ciclo completo das n tarefas.

Passo 3 - Quebre o ciclo obtido no Passo 2 em cada ponto possível de modo a obter n seqüências.

Passo 4 – Para cada seqüência obtida no Passo 3, calcule o tempo médio de fluxo e selecione a seqüência que apresenta o menor valor. O tempo médio de fluxo de cada seqüência é obtido pela programação dessa seqüência em todos os estágios de produção, considerando uma única máquina em cada estágio, ou seja, como se fosse um problema de *flow shop* permutacional.

O método desenvolvido terá seu desempenho comparado com os dois melhores métodos existentes na literatura, até o momento. Os métodos serão codificados em linguagem de programação computacional *Delphi* e processados conjuntamente em um mesmo microcomputador. As estatísticas usadas para avaliar o desempenho dos métodos foram a Porcentagem de Sucesso e o Desvio Médio Relativo. A primeira é definida pelo quociente entre o número de problemas para os quais o método obteve o melhor tempo médio de fluxo e o número total de problemas resolvidos. Obviamente, quando os dois métodos obtêm o melhor tempo

médio de fluxo para um mesmo problema, suas Porcentagens de Sucesso são simultaneamente melhoradas.

O problema clássico de seqüenciamento de tarefas em um ambiente de produção *flow shop* tem sido objeto de intensos esforços de pesquisa nos últimos 50 anos e, para fins práticos, tal problema pode ser considerado já resolvido. Entretanto, tendo em vista sua complexidade, a busca de métodos heurísticos simples e cada vez mais eficazes quanto à qualidade da solução ainda permanece como uma direção de pesquisa. Na literatura, as medidas de desempenho mais utilizadas têm sido a Duração Total da Programação e o Tempo Médio de Fluxo com uma freqüência maior para a primeira. A realização da pesquisa relatada neste trabalho foi motivada pelas considerações acima, procurando resgatar as características essenciais de um método heurístico, ou seja, adequado equilíbrio entre a qualidade da solução e a eficiência computacional, simplicidade e facilidade de implementação.

Referências

- BARROS, A. D.; MOCCELLIN, J.V. (2004). Análise da flutuação do gargalo em flowshop permutacional com tempos de setup assimétricos e dependentes da seqüência. **Gestão & Produção**. vol. 11, no. 1, p.101-108, jan.-abr. 2004
- JOHNSON S.M.; MONTGOMERY D.C. (1974). Operations Research in Production, Planning, Scheduling and Inventory Control, Wiley, New York.
- NAGANO, M.S.; MOCCELLIN, J.V. (2005). Redução do estoque em processamento em sistemas de produção flow shop. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, XXXVII, 2005, Gramado. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBRAPO.
- PINEDO, M. (1995). Scheduling: theory, algorithms, and systems. New Jersey: Prentice-Hall.
- SIMONS JR., J. V. (1992). Heuristics in flow shop scheduling with sequence dependent setup times. . **Omega – The International Journal of Management Science**, Oxford. vol. 02, p.215-225.

PROGRAMAÇÃO DA PRODUÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Thalita Damaris Sminka dos Santos, TCC, Engenharia de Produção,
thalitasminka@yahoo.com.br

Márcia de Fátima Morais, orientadora, Engenharia de Produção
Agroindustrial, FECILCAM, marciafmorais@yahoo.com.br

Resumo: A partir do trabalho pioneiro de Johnson, realizado na década de 50, muitos esforços tem sido empreendido no campo da pesquisa em

programação da produção, toda via até o momento divergências conceituais são bastante comuns nesta área de pesquisa. O trabalho apresenta uma classificação dos sistemas de produção e discute a programação da produção como uma das várias funções executadas pelo Planejamento e Controle da Produção (PCP) sob um enfoque conceitual baseado nos clássicos da literatura da teoria de programação da produção.

Palavras-chave: programação da produção; planejamento e controle; enfoque conceitual.

Um sistema de produção é um processo planejado onde elementos são transformados em produtos úteis, ou seja, um procedimento organizado para se conseguir a conversão de insumos em produtos acabados, conforme Riggs (1970) apud Russomano (2000).

O sistema de produção utiliza de recursos para transformar as entradas, que podem ser matérias-primas, um cliente ou um produto acabado de outro sistema em alguma saída desejada de acordo com Chase, Jacobs e Aquilano (2006).

Dentre as diversas formas de classificar os sistemas de produção Erdmann (2000) apud Fuchigami (2005) os sistemas de produção são classificados como determinísticos ou probabilísticos. Os sistemas determinísticos são sistemas exatamente previsíveis em suas operações, já os probabilísticos são aqueles com previsões das atividades em termos de probabilidade.

De acordo com Chase, Jacobs e Aquilano (2006) os sistemas de produção também podem ser de carregamento infinito ou finito. O carregamento infinito ocorre quando o trabalho é atribuído a um centro de trabalho simplesmente baseado no que é necessário com o passar do tempo. O carregamento finito determina precisamente o que será feito por cada recurso a cada momento durante o dia de trabalho. Se uma operação for adiada por falta de peças, o pedido ficará numa fila e esperará até que a peça esteja disponível de uma operação precedente.

O enfoque principal deste trabalho está na classificação conforme o fluxo de produção devido a grande divergência conceitual existente quanto a classificação dos sistemas de produção.

Segundo Hax e Candea (1984), Johnson e Montgomery (1974) e Vollmann (1988) podem ser classificados conforme o fluxo de produção em três categorias:

a) Sistema de produção unitária ou por projetos – neste sistema, cada projeto é único, e não há rigorosamente um fluxo de produto. Existe uma seqüência predeterminada de atividades que deve ser seguida, geralmente de longa duração, com pouca ou nenhuma repetitividade.

b) Sistema de produção em massa ou contínua – utilizada quando se trabalha com produtos padronizados produzidos em grandes volumes. Apresentam uma seqüência linear de fluxo, ou seja, os produtos fluem de um posto de trabalho a outro numa seqüência prevista.

c) Sistema de produção intermitente – a diversidade de produtos fabricados e tamanho reduzido do lote de fabricação determinam que os equipamentos apresentem variações freqüentes no trabalho. Cada lote segue uma série de operações que necessitam ser programadas à medida que as operações anteriores forem concluídas.

Segundo Johnson e Montgomery (1974) e Vollmann (1988) os sistemas intermitentes podem ser subdivididos em dois tipos:

- **Flow Shop** – os itens fabricados em uma linha de produção ou célula de manufatura têm a mesma seqüência de operações nas diversas máquinas. Caracteriza-se pelo fato dos materiais e peças se deslocarem na fábrica com rotas constantes.

- **Job Shop** – a seqüência de execução das operações se modifica de um produto para o outro. Os materiais se deslocam na fábrica com rotas dependentes do tipo de trabalho a ser executado.

Ambos têm fluxos de materiais que requerem programação. Deste modo, mesmo que possa haver diferentes ênfases, critérios e complexidades do problema, a questão gerencial fundamental está na programação, conforme evidencia Vollmann (1988).

O Planejamento e Controle da Produção (PCP) surge com o propósito de garantir que a produção ocorra eficazmente. Requer que os recursos produtivos estejam disponíveis na quantidade, no momento e no nível de qualidade adequados.

Segundo Zacarelli (1979) o PCP é um conjunto de funções inter-relacionadas que tem por objetivo comandar o processo produtivo e coordená-lo com os demais setores administrativos da empresa.

A programação da produção constitui uma das várias funções como planejamento estratégico da produção, planejamento-mestre da produção, acompanhamento e controle da produção executadas pelo PCP.

Programar a produção envolve fundamentalmente o processo de distribuir as operações necessárias pelos diversos centros de trabalho. Entende-se por centros de trabalho a área da empresa na qual os recursos produtivos são organizados e o trabalho completado. Chase, Jacobs e Aquilano (2006) salienta que o centro de trabalho pode ser uma única máquina, um grupo de máquinas ou uma área onde se realiza um tipo específico de trabalho.

De acordo com Moreira (2000), Chase, Jacobs e Aquilano (2006) e Davis, Aquilano e Chase (2001) os objetivos da programação da produção são:

- a) Atender as datas de entrega dos clientes;

- b) Minimizar o tempo de fluxo, ou seja, o tempo gasto pela tarefa nas instalações;
- c) Minimizar o estoque em processo e os custos operacionais;
- d) Minimizar o tempo ocioso das máquinas e dos trabalhadores, maximizando a utilização dos mesmos;
- e) Manter ou melhorar o nível de atendimento ao cliente.

A programação da produção, também envolve o processo de determinar a seqüência na qual as operações serão realizadas, pois diferentes operações podem aguardar processamento em um determinado centro. Essa fase é chamada de seqüenciamento de tarefas. A atenção principal da programação da produção é a alocação de carga e seqüenciamento das tarefas como evidencia Moreira (2000).

A resolução de problemas de programação de operações em máquinas consiste em uma das aplicações da programação da produção, e se refere principalmente as decisões de curto prazo no ambiente produtivo. Segundo Moccellini (2005) a programação da produção refere-se à ordenação de tarefas a serem executadas, em uma ou diversas máquinas, considerando-se uma base de tempo, ou seja, determinando-se principalmente, as datas de início e fim de cada tarefa.

A atividade de programação é uma das mais complexas tarefas do gerenciamento de produção, como salienta Slack *et al.* (1999, p. 245). Primeiramente, os programadores precisam lidar com diversos tipos diferentes de recursos ao mesmo tempo, ao passo que as máquinas terão diferentes capacidades e o pessoal terá diferentes habilidades.

De acordo com Moccellini (2005) os problemas de programação de operações/tarefas em sistemas de produção são, tradicionalmente, classificados em função do fluxo das operações nas máquinas, conforme segue:

- **Job Shop**: cada tarefa tem sua própria ordem de processamento nas máquinas;

- **Flow Shop**: todas as tarefas têm o mesmo fluxo de processamento nas máquinas;

- **Open Shop**: não há fluxo definido (específico) para as tarefas serem processadas nas máquinas;

- **Flow Shop Permutacional**: trata-se de *flow shop* no qual a ordem de processamento das tarefas deve ser a mesma em todas as máquinas;

- **Máquina Única**: existe apenas uma máquina a ser utilizada;

- **Máquinas Paralelas**: são disponíveis mais de uma máquina, geralmente idênticas, para as mesmas operações;

- **Job Shop com Múltiplas Máquinas**: *job shop* no qual em cada estágio de produção existe um conjunto de máquinas paralelas;

- **Flow Shop com Múltiplas Máquinas**: *flow shop* no qual em

cada estágio de produção existe um conjunto de máquinas paralelas.

A área de pesquisa no âmbito da programação da produção é muito grande, o que justifica a elaboração deste trabalho, sendo o ambiente flow shop o mais rico em função de suas características particulares.

Referências

- CHASE, Richard B; JACOBS, F. Robert; AQUILANO, Nicholas J. **Administração da produção para a vantagem competitiva**. 10.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2006.
- DAVIS, Mark M; AQUILANO, Nicholas J; CHASE, Richard B. **Fundamentos da Administração da Produção**. 3.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.
- FUCHIGAMI, H.Y. (2005). **Métodos heurísticos construtivos para o problema de programação da produção em sistemas flow shop híbridos com tempos de preparação das máquinas assimétricos e dependentes da seqüência**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2005.
- HAX, A. C.; CANDEA, D. (1984). **Production and inventory management**. New Jersey: Prentice-Hall.
- JOHNSON S.M.; MONTGOMERY D.C. (1974). **Operations Research in Production, Planning, Scheduling and Inventory Control**, Wiley, New York.
- MOREIRA, Daniel. **Administração da Produção e Operações**. 5ª. edição. São Paulo: Pioneira, 2000.
- MOCCELLIN J.V. (2005). **Técnicas de Seqüenciamento e Programação de Operações em Máquinas**. 74p. Publicação Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, Apostila.
- RUSSOMANO, Victor Henrique. **Planejamento e Controle da Produção**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- VOLLMANN, T. E. (1988). **Manufacturing planning and control systems**. Homewood: Dow Jones-Irwin
- ZACCARELLI, Sérgio Baptista. **Programação e Controle da Produção**. 8ª. edição. São Paulo: Pioneira, 1987.

CONCEPÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS E/OU METODOLOGIAS DA QUALIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)

Rony Peterson da Rocha, TIDE, Engenharia de Produção Agroindustrial,
FECILCAM, petersonccbpr@hotmail.com

Andressa Carina Waideman, Engenharia de Produção Agroindustrial,
FECILCAM andressawaideman@yahoo.com.br
Elizandro dos Santos Maciel, Engenharia de Produção Agroindustrial,
FECILCAM, elizandroepa@yahoo.com.br

Resumo: Em um mercado cada vez mais competitivo, é relevante que cada empresa tenha consciência da importância da qualidade de seus produtos e serviços, pois esta área é considerada requisito para iniciar em muitos seguimentos industriais. Assim, busca-se investigar neste trabalho o perfil de Pequenas e Médias Empresas (PME) em termos de utilização de ferramentas e/ou metodologias e concepção da qualidade. A metodologia empregada neste estudo, utilizou-se de estudos multicasos, caracterizando-se como pesquisa qualitativa e descritiva, assim, foram realizadas 08 entrevistas semi-estruturadas junto aos proprietários e/ou encarregados de produção das empresas manufatureiras pesquisadas, no intuito central de observar as diversas concepções de qualidade. Destaca-se que grande parte dessas PME não empregam ferramentas e/ou metodologias de Qualidade em seus processos produtivos.

Palavras-chave: Qualidade; Ferramentas; Metodologias

Introdução

No presente trabalho, estão dispostos os resultados, procedimentos metodológicos e discussões do estudo referente ao diagnóstico de aplicação de ferramentas e/ou metodologias da Qualidade em Pequenas e Médias Empresas (PME) da Região de Campo Mourão. Este escrito visa apresentar os resultados encontrados com o questionamento referente ao perfil das empresas investigadas, em relação as suas concepções de qualidade.

Materiais e Procedimentos Metodológicos

Para atendimento dos objetivos propostos nesta pesquisa que são os de diagnosticar o perfil das Pequenas e Médias Empresas da Região de Campo Mourão, referente à área de Qualidade, buscou-se por meio de uma pesquisa Qualitativa, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas, tal como descrito em Gil (2002), Cervo (1983) e Lakatos & Marconi (1990), encontrar as diversas concepções de qualidade para cada uma das empresas analisadas.

Foram entrevistadas 08 empresas em setores diversos: 02 Metalúrgicas; 02 Alimentícias; 02 Confecções; 01 Gráfica; 01 Laticínio. As entrevistas foram realizadas junto aos encarregados de produção ou diretamente com os proprietários, identificando os seguintes pontos: 1- Qual o número de funcionários ou total de receita anual?; 2- Quais programas de qualidade a empresa utiliza?; 3-Existem departamentos

específicos responsáveis pelo Controle de Qualidade?; 4-O que a empresa faz para controlar seus processos?; 5- Como a empresa define Qualidade?.

Vale salientar que a pesquisa apresenta-se em forma de estudos multicaseos, conforme descrito por Lakatos e Marconi (1990). Em cada um dos estudos, buscou-se diagnosticar o perfil da empresa com relação a aplicações de ferramentas e/ou metodologias da Qualidade.

Revisão da Literatura

Atualmente, conforme discorrido por Paladini (2000), a palavra qualidade tem sido muito utilizada pela sociedade em diversas áreas do conhecimento. Porém, ao se utilizar o conceito de qualidade, nem sempre se consegue transmiti-la com clareza, isto deve-se ao fato de haver várias formas de defini-la, tais como: qualidade subjetiva; qualidade baseada no produto; na perfeição; no valor; na manufatura e no cliente.

A qualidade também é considerada por Martins in Batalha (2007) como algo inatingível, sendo que sua implementação deveria ser utilizada por todas as empresas, por meio de um conjunto de atividades planejadas, visando cobrir todas as etapas de produção de um produto.

Ainda segundo Martins in Batalha (2007) é preciso especificar sempre quais os substantivos a que se refere à qualidade. Então, devem-se empregar as expressões: qualidade do produto, qualidade do processo, qualidade do sistema, qualidade da gestão, e outros.

Já Gaither e Frazier (2002) afirma que “a qualidade de um produto ou serviço é a percepção do cliente do grau que o produto ou serviço atende a suas expectativas”.

Na visão de Riggs (1976, p.565) “Um produto de boa qualidade é o resultado de especificações cuidadosas no projeto, da conformidade para com estas especificações e da realimentação sobre o desempenho do produto”.

Para Machline (1979, p. 31) “O controle de qualidade tem por objetivo verificar se as características das matérias-primas, dos produtos em fabricação, dos produtos acabados e dos suprimentos estão conformes às especificações baixadas pela engenharia do produto”.

Toledo (1987) afirma que o acompanhamento da qualidade dos produtos deve ser realizado periodicamente no intuito de averiguar o desempenho obtido na produção, assim, é fundamental uma comparação contínua do real com o planejado, para implementar ações corretivas.

Visando identificar e solucionar problemas, como também padronizar melhorias, é útil o emprego de ferramentas e metodologias da qualidade. Contudo, Corrêa & Corrêa (2004) discorre sobre várias metodologias fundamentais na área de qualidade, tais como: Seis Sigmas; PDCA e FMEA.

Vale destacar, que para identificação de problemas na produção, Vieira (1999) relata o emprego de diversas ferramentas, sendo que essas, podem ser: Histograma, Gráfico de Pareto, Cartas de Controle, Folha de Verificação, Gráfico de Correlação, Diagrama de Ishikawa.

Contudo, de acordo com Feigenbaum (1983) a qualidade é composta por um conjunto de características da engenharia e manufatura que determina o grau com que o produto irá satisfazer a necessidades do usuário.

Resultados e Discussões

A partir de dados levantados, pôde-se observar que as empresas pesquisadas não ajustam o processo de acordo com as necessidades e características de mercado (demanda, taxa de juros, necessidade de investimentos) e humanas.

Observou-se também que há uma grande falha no processo e essas acontecem por falta de capacitação do pessoal, sendo solucionada através de treinamentos. Mesmo as empresas sendo de origem familiar, apresentam divergentes conceitos sobre a qualidade no processo. Esses variam desde qualidade no produto final até qualidade na entrega do produto.

Nas questões internas das empresas, verificou-se também a preocupação somente com a qualidade no produto final, o que mostra pouco interesse em controlar o processo nas etapas que incluem a entrada da matéria-prima até processamento.

Há pouco apoio governamental em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), propiciando um atraso no que diz respeito à competição de mercado e até falência das mesmas com a não adequação das constantes mudanças das tecnologias e devido treinamento do pessoal.

Considerações Finais

Frente aos resultados encontrados na investigação da pesquisa, evidencia-se a importância de um estudo mais aprofundado em cada uma das organizações analisadas, pois todas demonstraram falhas na utilização de ferramentas e/ou metodologias da qualidade. Sugere-se a utilização de ferramentas para controle dos processos, tais como: Gráfico de Pareto, Histograma, Cartas de Controle, Diagrama de Ishikawa, Folha de Verificação. Também seria relevante uma maior padronização dos processos, por meio de Metodologias da Qualidade, assim como, maior número de pessoas capacitadas nesta área.

Referências Bibliográficas

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. 3 ed. **Metodologia científica: para o uso de estudantes e universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CORRÊA, Henrique L. CORRÊA, Carlos A. **Administração da produção e operações:** manufatura e serviço, uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2004.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. **Administração da Produção e Operações.** 8 ed. Trad. J. C. B. dos Santos. São Paulo: Pioneira, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo: Atlas, 1990.

MACHLINE, Claude; SÁ MOTTA, Ivan de; SCHOEPS, Wolfgang; WEIL, Kurt E. **Manual de Administração da Produção.** 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

MARTINS, Roberto A. **Gestão da Qualidade Agroindustrial.** In: BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agronegócio: GEPAL: Grupo de Estudo e Pesquisa Agroindustriais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade: Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIGGS, James L, **Administração da Produção.** 1ª edição, São Paulo: Atlas, de 1976

TOLEDO, José C. **Gestão da Qualidade na Agroindustrial.** In: BATALHA, Mario Otávio. **Gestão Agronegócio: GEPAL: Grupo de Estudo e Pesquisa Agroindustriais.** São Paulo: Atlas, 1997.

VIEIRA, Sonia. **Estatística para a Qualidade: Como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

UM ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE CARTAS DE CONTROLE EM UMA FARINHEIRA

Rony Peterson da Rocha, TIDE, Engenharia de Produção Agroindustrial,
FECILCAM, petersonccbpr@hotmail.com

Rubya Vieira de Mello Campos, Engenharia de Produção Agroindustrial,
FECILCAM, rubbyadm@hotmail.com

Resumo: O estudo realizou-se na área de qualidade em uma indústria de farinha de mandioca, com o intuito de analisar e monitorar o processo produtivo da mesma. Investigou-se a implementação do Controle Estatístico do Processo (CEP) no Acompanhamento e Controle da

Produção (ACP). No entanto, para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dedutivo e o método quantitativo de procedimentos, empregando folhas de verificação para cálculos de médias, desvio padrão e limites de controle. Os resultados mostraram que durante a produção da farinha, o processo está sob controle estatístico.

Palavras-chave: Estatística; Qualidade; Processo.

O presente estudo visa apresentar os resultados encontrados com a aplicação de cartas de controle no processo de produção de uma indústria de farinha de mandioca. O objetivo geral deste trabalho foi estudar a utilização do Controle Estatístico do Processo (CEP) no Acompanhamento e Controle da Produção (ACP) de uma empresa manufatureira. Os específicos foram de observar os processos produtivos da empresa; identificar as variáveis a ser controladas pelo CEP; escolher as cartas de controles adequadas ao monitoramento das variáveis controladas no processo produtivo e analisar os resultados da aplicação do CEP no ACP da empresa.

Para atender aos objetivos pretendidos neste projeto de pesquisa, visando compreender a utilização do CEP no ACP de uma empresa manufatureira, utilizou-se de um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, caracterizada por Lakatos e Marconi (1990) como método. Empregou-se o método de abordagem dedutivo, porque para Gil (2002), esse método visa observar cuidadosamente dados, levando a problematizá-los e deduzi-los até a corroboração dos mesmos e, segundo Cervo (1983), leva o pesquisador do conhecido ao desconhecido com pouca margem de erro, mas que por outro lado, é de alcance limitado, pois a conclusão não pode possuir conteúdo que excedam o das premissas. Para Lakatos e Marconi (1990), o método dedutivo procede do geral para o particular, que parte das teorias e leis para chegar às conclusões particulares. Assim, a partir dos fundamentos gerais do Controle Estatístico do Processo, deduziu-se a sua aplicação no Acompanhamento e Controle da Produção dos produtos da empresa escolhida como unidade de estudo, tecendo desta maneira, argumentos específicos para o foco estudado.

Ainda delineando a pesquisa, abordou-se o método quantitativo de procedimentos para descrição e visualização dos dados a serem apresentados, pois, o estudo pretendeu compreender o problema apresentando por intermédios de tabulações numéricas. Esta abordagem significa para Oliveira (2001, p. 115) “quantificar opiniões, dados nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples, como percentagem, média, moda, mediana e desvio padrão”.

Para coleta de dados utilizaram-se folhas de amostragem, conforme desenvolvidas “in loco”, pois foi necessário o uso de tabelas para

conter os dados resultantes das observações dos parâmetros de qualidade averiguados no processo, assim como, cálculos das médias, amplitude e limite superior e inferior de controle, os quais foram estimados com base nas fórmulas matemáticas apresentadas no referencial teórico de Vieira (1999). Desenvolveram-se também as cartas de controles, conforme as variáveis escolhidas para monitoramento, que por sua vez, foram elaborados com o auxílio do programa Excel.

A qualidade se transformou em um requisito para se manter no mercado, sendo esta um ponto para conquistar a confiança dos consumidores. O termo qualidade pode ser definido como sinônimo de perfeição, devido esta não ser totalmente atingida, pois cada cliente tem seu próprio critério de avaliação na compra de um determinado produto, Gaither e Fraizer. (2002) define que “a qualidade de um produto ou serviço é a percepção do cliente do grau que o produto ou serviço atende a suas expectativas”.

A qualidade segundo Batalha (2001) é algo inatingível, mais deve ser buscada por todas as empresas através de um conjunto de atividades que possa definir e obter a qualidade desejada em seu produto. Esta função vai desde atuar sobre um amplo conjunto de atividades que cobre todo ciclo de vida do projeto até o consumo final. Para Paladini (2000) o termo qualidade é indefinido, encontra-se em um estado ideal sem pertencer à realidade.

Slack et.al (2002, p.71) comenta que “a qualidade significa fazer certo as coisas, mas as coisas que a produção precisa fazer certo variarão de acordo com o tipo operação”. No intuito de fazer correto, o Controle Estatístico do Processo CEP é uma ferramenta fundamental para monitorar a qualidade na produção de um produto e utiliza-se de gráficos de controle.

Tal como afirma Vieira (1999), o gráfico de controle é uma ferramenta utilizada para se facilitar os cálculos utilizados nas inspeções de amostras de produtos não conforme. Entretanto o valor do CEP, na compreensão de Slack et. al (2002), nem sempre é fazer a checagem de uma simples amostra, mas também analisar resultados de várias amostras ao longo de um dado período de tempo.

Segundo Costa et. al. (2005), a eficácia de um gráfico de controle é medida pela rapidez com que esse dispositivo detecta alterações no processo. A análise da relação entre o custo de operação e a eficácia do gráfico de controle deve nortear a escolha de seus parâmetros de implementação: o tamanho das amostras, o intervalo de tempo entre amostragens e o fator que estabelece o posicionamento dos limites de controle no gráfico. Desse modo, pretende-se monitorar um processo por gráficos de controle e deve-se analisar criteriosamente quais valores atribuir a esses parâmetros.

A qualidade é imprescindível para qualquer empresa, já que quando esta vende seus produtos, usará a qualidade, pois cada consumidor tem sua forma de avaliar os produtos, seja esta devido a marca, de suas especificações, valores ou ainda por causa de seus atributos físicos.

O CEP tem como escopo monitorar de uma forma geral o processo, visando agregar uma maior qualidade, conseqüentemente aumentando a produtividade da empresa, através de avaliações do processo, segundo as cartas de controle, que estarão controlando as diversas variáveis apresentadas no processo produtivo.

No monitoramento do empacotamento de farinha temperada da indústria estudada, o volume 300g do produto em cada pacote é o limite estabelecido pela empresa, assim, realizou-se um controle periódico dos pesos deste produto no empacotamento. Para cada amostra foi calculada uma média e amplitude.

Constatou-se que a média teve uma variância relativamente alta em relação ao padrão estabelecido, isso, deve-se ao fato, da falta de regulagem da máquina.

O processo de empacotamento de farinha temperada demonstra que está sobre controle estatístico, ou seja, atendem certa aleatoriedade e aos os limites de controle e de especificação técnica. A partir dos cálculos dos limites de controle da amplitude, construiu-se a carta R..

Na carta de controle R, também conhecido como gráfico da amplitude, verificou-se que dois pontos estão fora dos limites de controle, pois os pacotes muitas vezes apresentavam volumes acima da média estabelecida.

Verificou-se que o processo da indústria analisada está sobre controle estatístico. Contudo, as vantagens de se implantar o CEP nesta indústria são diversas, tais como: evita ajustes desnecessários nas máquinas; melhora-se o trabalho de cada operário, visto que com o bom andamento do processo, e com as análises feitas através das cartas de controle, esse operário não precisará fazer trabalhos desnecessários, já que os estudos realizados pelo CEP indicarão quais as áreas que necessitam de reajustes; menores custos de produção por unidade, uma vez que o processo estando dentro dos limites de controle, haverá menos desperdício de matéria-prima e menos produtos perdidos por causa de falhas humanas ou por falhas de máquinas, proporcionando uma maior qualidade no processo como um todo.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Mario Otávio. Gestão Agronegócio: GEPAI: Grupo de Estudo e Pesquisa Agroindustriais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. 3 ed. Metodologia científica: para o uso de estudantes e universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. 8 ed. Trad. J. C. B. dos Santos. São Paulo: Pioneira, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1990.

PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VIEIRA, Sonia. Estatística para a Qualidade: Como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PROCESSO DE REFINAMENTO DO ÓLEO DE ABACATE PARA USO COMESTÍVEL

André Luiz Ferreira Gatti, PIC, Fundação Araucária, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, andré_17pakera@yahoo.com.br
Rosimeire Expedita dos Santos, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, rosimeire_epa@yahoo.com.br
Me. Nabi Assad Filho, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, nabiasad@uol.com.br
Dr.^a Tânia Maria Coelho, orientadora, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, aapiloto@yahoo.com.br

Resumo: A demanda por alimentos mais saudáveis é cada vez maior, e um exemplo deste tipo de alimento é o óleo retirado do abacate, este tem sido procurado por possuir características que auxiliam no tratamento de doenças como colesterol alto. Neste intuito nos propomos a produzir um óleo refinado nas condições ideais para ser usado na indústria alimentícia. Contaremos com auxílio literário sobre técnicas já utilizadas na produção de óleo refinado, o que facilitará na obtenção de resultados para o trabalho.

Palavras-chave: Abacate; refinamento; alimentação.

Introdução

O óleo de Abacate pode ser utilizado para fins alimentícios e pode ser consumido como o azeite de oliva e outros óleos comestíveis,

destacando-se este por sua composição, tendo uma maior quantidade de ácidos graxos, predominando o ácido oléico, e por ser rico em gorduras insaturadas e vitamina E. O óleo de abacate para uso comestível é uma das alternativas oferecidas ao consumidor como substituto dos óleos vegetais, é um produto de altíssima qualidade quando comparados aos demais oferecidos comercialmente.

A propriedade nutricional deste produto se deve a presença em alta concentração de beta-sitosterol. O beta-sitosterol cozido ou em combinação com outros esteróis de plantas tem demonstrado um efeito de reduzir a taxa de colesterol no sangue. Este efeito pode ajudar em regimes de perda de peso e especialmente doenças cardiovasculares.

Materiais e Procedimentos Metodológicos

De acordo com Moretto et al. (1998), para obtenção de produtos comestíveis, o óleo deve passar por um processo de refinação. O óleo em seu estado bruto contém certas impurezas como ácidos graxos livres monos e diglicerídios, pigmentos, metais que catalisam o processo de oxidação, entre outras substâncias como umidade, sujeiras, etc. A remoção de certas impurezas, como ácidos graxos livres, metais, fosfatídios, pesticidas e micotoxinas é crítica. Porém é importante que tocoferóis e outros antioxidantes naturais sejam mantidos. Posteriormente serão mostradas as etapas do processo de refino.

Processo de Neutralização

Segundo Moretto et al. (1998), a etapa de neutralização consiste em fazer uma reação entre os ácidos graxos livres e uma solução de soda cáustica. Nessa etapa será formado sabão a partir dos ácidos graxos, que serão removidos posteriormente do óleo já neutralizado através de um processo físico.

Esse processo é feito basicamente aquecendo o óleo aproximadamente de 85°C, fazendo um pré tratamento com soda cáustica, para eliminação dos ácidos graxos livres, obtendo o óleo neutro.

Processo de Desodorização

O processo de desodorização é a segunda etapa no processo de refino do óleo de abacate, e esta etapa pode ser efetuada através da insulflação de vapor direto a pressão atmosférica, a uma temperatura que pode variar de 100°C a 120°C, tendo como objetivo final a remoção de sabores e odores que afetam a qualidade final do produto. A desodorização nestas condições preserva as frações insaponificáveis do óleo (anti oxidantes) (ALMEIDA, 1994).

A desodorização é composta por três etapas:

- Desaeração: é retirado do óleo o oxigênio e o ar dissolvido,

através de um pré-aquecimento a uma temperatura de 80°C.

- Aquecimento: nesta etapa a temperatura do óleo será elevada até 120°C.
- Retenção: é a desodorização propriamente dita, nesta etapa será injetado vapor direto que eliminará os sabores e odores indesejáveis.

Além da remoção de sabores e odores, a desodorização elimina componentes que induz o processo oxidativo, aumentando a estabilidade do óleo.

Processo de Branqueamento

O processo de branqueamento se inicia pela secagem do óleo neutralizado e desodorizado. Após a secagem recebe terras clarificantes ativadas ou naturais, fazendo com que o mesmo fique incolor, devido a remoção dos pigmentos, resíduos de sabões, gomas e metais, sendo posteriormente filtrado em um filtro prensa.

Análise e Discussões

Após análises feitas em laboratório foi possível obter um óleo com características semelhantes ao do óleo de oliva, tal como cor, odor, estado físico entre outros parâmetros. Entretanto, o óleo de abacate é mais saudável pelo fato de sofrer influência dos seus ácidos graxos como o oléico, linoléico, palmítico e outros.

Considerações Finais

Após os primeiros testes das etapas de refino foi possível ter um produto com características semelhantes às de consumo. Segundo a Anvisa, os óleos de modo geral devem responder as normas para óleos comestíveis no país.

Devido às características físico-químicas do óleo de abacate, em relação a sua composição de esteróis como o beta-sitosterol e o campesterol, este produto é excelente para substituir os já comercializados, pois apresenta aproximadamente 71% de ácidos monoinsaturados (oléico, linoléico e o linolênico). Sendo uma rica fonte de vitamina uma vez que 100ml de óleo já contém cerca de 60% da necessidade diária de um adulto.

Após o estudo do refino do óleo bruto de abacate foi possível também concluir que este projeto é viável em virtude do potencial de mercado, tendo em vista a atual busca por alimentos saudáveis.

Referências

ALMEIDA, M. E. M.; GUSMAN, E. C.; CARVALHO, P. R. N.; RUSIG, O.
Avaliação de destilado da desodorização do óleo de soja para a

extração de vitamina E. v.37, n. 4 São Paulo: Arquivos de Biologia e Tecnologia, 1994.

QUINTAES, Késia Diego. **Benefícios nutricionais do abacate.** Disponível em: <<http://www.nutriweb.org.br/n0303/abacate.htm>>: acessado em 16 de março de 2007, 14:00.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científico.** 5ª Edição. São Paulo: Atlas S.A. 2003.

MANZO, Abelardo J. **Manual para La Preparacion de Monografias: Uma guía para presentar informes y tesis.** 2ª Edição. Buenos Aires: Humanistas, 1963.

MORETTO, Eliane; FETT, Roseane. **Tecnologia de óleos e gorduras vegetais na indústria de alimentos.** São Paulo: Varela Editora e Livraria LTDA, 1998.

SCHNEIDER, Ernest. **A cura e a saúde pelos alimentos.** 13ª Edição. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1990.

SOUZA, Therezinha Coelho de. **Alimentos: propriedades físico-químicas.** Rio de Janeiro: Cultura Média, 2002.

SPETHMANN, Carlos Nascimento. **Medicina alternativa de A a Z.** 6ª Edição. Editora Natureza. Minas Gerais, 2004.

PROJETO DE PRODUTO: ACESSÓRIO PARA PAINEL DE PRESSÃO

Ana Paula Felipe de Souza, PIC, Fundação Araucária, Engenharia de produção Agroindustrial, FECILCAM, apfsouza@gmail.com
Dr.ª Tânia Maria Coelho, orientadora, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, aapiloto@yahoo.com.br
Me. Marcio Carvalho dos Santos, Engenharia de Produção Agroindustrial, FECILCAM, marcasan@pop.com.br

Resumo: O desenvolvimento de novos produtos deve ser voltado às necessidades dos consumidores, para Baxter (2000), a meta mais importante a ser alcançada por um projeto é a expectativa dos consumidores. Observa-se atualmente a constante procura por alimentos mais saudáveis, e os alimentos cozidos no vapor se enquadram nessa categoria. O objetivo desse projeto é aprimorar o uso da painela de pressão, para que essa além de realizar o cozimento tradicional também realize o cozimento a vapor, mas em tempo reduzido.

Palavras-chave: cozimento a vapor, alimentos saudáveis, potencial de mercado.

Introdução

Atualmente as pessoas estão mais preocupadas com sua saúde e estão procurando consumir alimentos mais saudáveis, e os alimentos cozidos no vapor têm as características de menor valor calórico e conservar maior quantidade de vitaminas. O principal diferencial do projeto proposto é que ele utiliza a pressão, assim tem-se um tempo de cozimento reduzido, pois as grandezas pressão e temperatura são diretamente proporcionais.

Materiais e Métodos

O Protótipo

Os materiais bases para a construção do protótipo são, 3 barras de aço inoxidável de 0,6 cm de diâmetro e 13 cm de comprimento, 2 peneiras do mesmo material, com 16 cm de diâmetro e 3 cm de altura. Para se realizar o cozimento tal protótipo será introduzido em uma panela de pressão, foi utilizada uma de 7 litros.

A construção do protótipo foi realizada fixando com solda as duas peneiras nas barras, de forma que as barras formem um tripé e as peneiras ficassem paralelas.

Tempo de cozimento

Para se verificar a economia do equipamento foi necessário traçar um comparativo entre os tempos de cozimento tradicional (fervura em água) e os tempos de cozimento obtidos com o equipamento aqui proposto, com essa diferença então é possível mensurar a economia de tempo.

Pesquisa de Mercado

Pesquisa de mercado é a coleta de informações junto ao consumidor, que para Aguiar (1998) é dividida em: definição do problema ou questões de pesquisa, desenvolvimento do plano de pesquisa, formulação do questionário de pesquisa, aplicação da pesquisa, tabulação dos dados e avaliação dos resultados. Um questionário foi aplicado no município de Campo Mourão, com 245 entrevistados.

Resultados e Discussão

A escolha do aço inoxidável foi devido a restrições da Vigilância Sanitária a respeito dos materiais utilizados na confecção de utensílios para a manipulação de alimentos, estes não podem transmitir substâncias tóxicas, odores e sabores, bem como não ser absorventes e ser resistentes à corrosão.

Ao observar os resultados nas diferenças entre os tempos de cozimento convencional e utilizando nosso protótipo podemos constatar que houve uma significativa redução nos tempos de cozimento para todos

os alimentos, em média essa redução foi de 25% em relação ao cozimento tradicional.

Analisando as resposta do questionário pode-se concluir que a panela de pressão é um utensílio presente na grande maioria dos lares (91%). O motivo mais relevante pelo qual a população entrevistada consome alimentos cozidos no vapor é a preocupação com a saúde, no caso das pessoas que não consomem (61%), é pelo fato de não terem um recipiente adequando para fazê-lo.

Quando informados da existência de um equipamento que cozinha os alimentos no vapor, de forma mais rápida e econômica, e questionados se haveria interesse em adquiri-lo, 91% afirmaram que sim, e desses aproximadamente dois terços estão dispostos a pagar por esse recipiente um valor entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00.

Conclusões

Com os testes realizados conclui-se que o equipamento é eficaz, garantido uma significativa redução nos tempos de cozimento, e a pesquisa de mercado indica que há um grande número de consumidores dispostos a adquirir o novo equipamento.

Agradecimentos

Aos meus orientadores, o PIC/FECILCAM (Programa de iniciação Científica da Fecilcam) e a Fundação Araucária.

Referências

AGUIAR, M. A. S. **Manual básico de pesquisa de mercado**. São Paulo: Edição Sebrae, 1998.

BAXTER, M. *Projeto de Produto: Guia prático para o desenvolvimento de novos produtos*. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

KREITH, F. **Princípios da Transmissão de Calor**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

WILLIAMS, S. R. **Fundamentos de nutrição e Dietoterapia**. 6.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DINÂMICA EPIDEMIOLÓGICA DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO DURANTE O PERÍODO DE 2005 A 2007

Rosimar Luca do Nascimento, Pesquisa-Integrado, Ciências Biológicas, Integrado

Arienne Serrano Alves, Pesquisa-Integrado, Ciências Biológicas, Integrado
Marcieli da Luz Giroldo, Pesquisa-Integrado, Ciências Biológicas, Integrado

Me. Alexandre Monkoski, orientador, Integrado,
alexandrem@grupointegrado.br

Resumo: A doença da dengue tem origem africana sendo que o inseto transmissor da doença ao homem é o mosquito *Aedes aegypti*. Esta doença infecciosa é caracterizada por febres agudas, hemorragias, dor abdominal, dor ao redor dos olhos entre outros fatores. Possui uma duração de 5 a 7 dias, e para ser transmitida é necessário que um indivíduo seja picado pelo inseto da fêmea infectada. O diagnóstico desta doença é realizado através de exame (sorologia), sendo que seu tratamento ainda não é específico. A proposta do trabalho foi avaliar dados epidemiológicos coletados durante o período de 2005 a 2007 a fim de determinar quais fatores sócio-ambientais contribuem para a ocorrência da doença em diferentes setores censitários do município de Campo Mourão-PR.

Palavras-chave: Dengue; *Aedes aegypti*; epidemiologia, saúde pública.

Introdução

A prevalência da dengue tem aumente na recente década e atualmente é reconhecida como uma doença endêmica em mais de 100 países incluindo África, as Américas, o leste do Mediterrâneo, sudeste da Ásia e oeste do Pacífico (ARAÚJO et al., 2006, p. 925). Os primeiros relatos epidêmicos ocorreram inicialmente em Cuba e depois em outros países da América Latina no início da década de 80. No Brasil tem sido notificado desde 2001 um aumento circulação de variedades do flavivirus (DENV 1 e DENV 2) causador da doença representado por mais de 2,1 notificações de casos (FONSECA DE CASTRO et al, 2003, p. 1021). A dispersão da doença ocorre facilmente porque o mosquito vetor, a fêmea do *Aedis aegyptii* que se alimenta da albumina do sangue, reproduz-se em ambientes urbanos que contenham água limpa e parada. Os ovos resistentes podem se aderir as paredes secas de recipientes permanecendo latentes e viáveis por um período aproximado de seis meses, até que as condições ambientais permitam o desenvolvimento e eclosão das larvas. A inoculação do vírus ocorre quando um mosquito previamente contaminado pica o homem, disseminando-o pela corrente e vasos sanguíneos provocando inicialmente inflamação dos vasos. O sangue que se torna mais espesso, pode coagular dentro dos vasos provocando trombos (entupimentos), tornando a circulação lenta o que prejudica a oxigenação e nutrição ideal levando a falência sistemática dos órgãos. A doença pode manifestar-se de maneira branda ou grave, e nesse último caso ocorrem. atividades hemorrágicas intensas, levando a pessoa ao óbito. (BARRETO et al., 2006, p. 38; LENZI; COURA, 2004, p. 243)

O diagnóstico da doença é feito através de exame de sangue (sorologia). A coleta do sangue deve ser efetuada após o 5º dia de início dos sintomas. O tempo de espera para entrega do resultado pode demorar

até 30 dias. É importante salientar que o tempo de espera para confirmação do resultado não interferirá no tipo ou resultado do tratamento, e também é valido lembrar que não possui tratamento é específico. (DENIS et al., 2003, p. 645)

A dengue nos dias atuais corresponde a um sério problema de saúde pública, aonde o vetor *Aedes aegypti* vem se proliferando devido à ineficácia das políticas públicas. É importante salientar que os aspectos ambientais não devam ser considerados isoladamente, sendo relevantes também às condições sócio-econômicas e culturais das populações residentes nas localidades onde o número de focos do vetor é elevado. (LEFREVE et al., 2007, p. 1696). Esta doença infecciosa é caracterizada por febre aguda, hemorragia, dor abdominal intensa, vômitos, dor ao redor dos olhos. (SINCHI et al., 2007, p.24) Sua duração é de 5 a 7 dias, sendo que para ocorrer à transmissão um indivíduo tem que ser picado principalmente pela fêmea infectada com um dos quatro tipos de sorotipos de vírus existentes do *Aedes aegypti*. Este vírus é conhecido por *Flavivirus* (arbovírus), um tipo de vírus envelopado com RNA de cadeia simples. (OCAZIONEZ et al. 2006, p. 725)

A doença pode ser controlada e eventualmente erradicada com a eliminação dos mosquitos vetores. Uma medida é impedir o acesso do mosquito a qualquer tipo de água parada onde ele possa depositar seus ovos e suas larvas possam desenvolver-se, devem-se cobrir caixas de água e eliminar pneus, vasos e utensílios onde a água da chuva possa acumular e servir de criadouro aos mosquitos transmissores. (CLARO et al., 2004, p. 1448)

A proposta do trabalho foi investigar e avaliar os dados epidemiológicos de Dengue no período de 2005 a 2007 em diferentes setores censitários do município de Campo Mourão – PR, relacionando com algumas variáveis sócio-ambientais.

Material e Métodos

Os levantamentos foram efetuados durante o período de 2005 à 2007 em setores censitários do município de Campo Mourão- PR, a partir de dados gentilmente fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Os dados epidemiológicos foram relacionados com dados sócio-ambientais que incluíram notificações de focos pontuais e áreas com acúmulos de lixo e outros resíduos sólidos, vasos e pratos, frascos com plantas, bebedouros de animais, depósitos ao nível do solo (piscinas), depósitos fixos (calhas, lajes, ralos, sanitários em desuso), pneus, depósitos naturais (buracos em árvores, bromélias) e depósitos elevados ligado à rede. O critério de avaliação abrangeu quatro setores censitários, dando-se ênfase especialmente aos locais com potencialidade de focos da doença. Os setores incluíram os seguintes bairros e conjuntos habitacionais:

Setor 1: Tropical, alvorada, Santa Nilce, Aparecida, Aeroporto, Santa Cruz, Mario Figueiredo, Isabel e Cidade Nova.

Setor 2: Novo Horizonte, Vila Urupês, Estádio Municipal, Copacabana, Centro.

Setor 3: Jardim Aurora, Albuquerque, Paulista, Flórida, Laura, Araucária, Centro 1.

Setor 4: Cohapar, PioXII, Lar Paraná, Jardim Ipê, Jardim Paulino, Capricórnio.

Resultados e Discussão

Os dados epidemiológicos revelaram que no ano de 2005 observou-se que o índice de infestação no setor 1 era de 53,5%, no setor 2: 19,09%, no setor 3: 12,96 e no setor 4: 27,95%. Foram notificados 325 casos, sendo 175 positivos e 150 negativos, sem casos de dengue hemorrágica. No ano de 2006 obteve-se um nível de infestação no setor 1: 57,18%, setor 2: 42,94%, setor 3: 46,47% e setor 4: 36,08%. Sendo que se notificou 304 casos, com 150 positivos, (considerando 3 importados) e 154 negativos, nenhum registro de dengue hemorrágica. Já no ano de 2007 verificou-se com base até 27 de março, que o nível de infestação no setor 1 é: 3,3%, no setor 2: 4,0%, no setor 3: 5,1% e no setor 4: 4,9%, com a notificação de 92 casos, sendo 36 negativos, e 27 positivos (considerando 8 importados), também sem nenhum registro de dengue hemorrágica.

O ano de 2007 tem uma menor porcentagem em relação aos anos de 2005 e 2006, devido, as notificação de dados obtidos serem apenas até fim de março, e ainda não ter fechado o ciclo anual.

Consideração Final

Diante dos dados obtidos junto à secretaria de saúde, torna-se necessário a intensificação de desenvolvimento de ações de combate a dengue, detectando-se rapidamente os locais de transmissão da doença para que a mesma não tome dimensões maiores nos anos posteriores, é essencial que se criem programas de monitoramento, para evitar epidemias da doença, visto que, os dados obtidos referentes ao período de 2007 mostram que a dengue pode tomar dimensões muito maiores no município.

Referências

ARAÚJO, F. M. C.; NOGUEIRA, R. M. R.; GALVÃO DE ARAÚJO, J. M.; RAMALHO, I. L. C.; RORISZ, M. L. F. S.; LISBOA DE MELO, M. E.; COELHO, I. C. B. Concurrent infection with dengue virus type-2 and DENV-3 in a patient from Ceará, Brazil. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz.** v. 101, n. 8, p. 925-928. dez. 2006.

BARRETO, C. F.; CAVASIN, G. M.; SILVA, H. H. G.; SILVA, I. G. Estudo das alterações morfohistológicas em larvas de *Aedes aegypti* (Diptera, Culicidae) submetidas ao extrato bruto etanólico de *Sapindus saponaria* Lin (Sapindaceae). **Revista de Patologia Tropical**. v. 35, p. 37-57. 2006.

CLARO, L. B. L.; TOMASSINI, H.C. B.; ROSA, M. L. G. Prevenção e controle da dengue: uma revisão de estudos sobre conhecimentos, crenças e práticas da população. **Cad. Saúde Pública**. v. 20, n. 6, p. 1447-1557. nov-dez. 2004.

DENIS, C. K.; CAVALCANTI, K.M.; MEIRELLES, R. C.; MARTINELLI, B.; VALENÇA, D. C. Manifestações otorrinolaringológicas em pacientes com dengue. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**. v. 69, n. 5, p. 644-647. set-out. 2003.

FONSECA DE CASTRO, J. A.; MONTEIRO DE ANDRADE, H.; HADAD DO MONTE, S. J. et al. Dengue viruses activity in Piauí, Brazil. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**. v. 98, n. 8, p. 1021-1023. dez. 2003.

LEFREVE, A. M.C.; RIBEIRO, A. F.; MARQUES, G. R. A. M.; SERPA, L. L. N.; LEFREVE, F. Representações sociais sobre dengue, seu vetor e ações de controle por moradores de São Sebastião, Litoral Norte do Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v. 23, n. 7, p. 1696-1706. jul. 2007.

LENZI, M. F.; COURA, L. C. Prevenção da dengue: a informação em foco. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. v.37, n.4, p.343-350. 2004.

OCAZONEZ, R. E.; CORTÉS, F. M.; VILLAR, L. A.; GÓMEZ, S. Y. Temporal distribution of dengue virus serotypes in Colombian endemic área and dengue incidence. Re-introduction of dengue-3. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**. v. 101, n. 7, p. 725-731. nov. 2006.

SINSHI, S.; KISSOON, N.; BANSAL, A. Dengue e dengue hemorrágico: aspectos do manejo na unidade de terapia intensiva. **Jornal de Pediatria**. v. 83, n. 2 (supl.), p. 22-35. 2007.

**LINGÜÍSTICA,
LETRAS E
ARTES**

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM EM LÍNGUA INGLESA

Ana Amélia Calazans da Rosa, PIC, FECILCAM, Letras,
amelia_calazans@hotmail.com

Dr^a. Edcleia Aparecida Basso, orientadora, Letras, FECILCAM,
edcleia@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo fazer um levantamento sobre as diferentes estratégias de aprendizagem passíveis de utilização pelos aprendizes de Línguas Estrangeiras (LEs) com ênfase em Língua Inglesa (LI). Mais precisamente, nessa comunicação pretende-se fazer uma abordagem sobre as diferentes estratégias listadas por duas autoras da área, Rebecca Oxford (1990) e Anita Wenden (1991), e suas respectivas classificações, percebendo suas semelhanças, diferenças e estudando suas contribuições para as práticas de ensino-aprendizagem de LEs.

Palavras-chave: estratégias; aprendizagem; línguas estrangeiras.

O projeto maior de pesquisa, no qual o presente resumo expandido se insere, faz parte do Programa de Iniciação Científica (PIC) vinculado ao Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM) da FECILCAM, para o período de 2007-2008 e objetiva desenvolver uma pesquisa bibliográfica sobre as Estratégias de Aprendizagem em Línguas Estrangeiras (LEs). Optou-se por estudar as estratégias, principalmente por causa das reais e crescentes dificuldades encontradas por alunos de LEs durante o processo de ensino-aprendizagem da língua alvo, seja ela qual for. Muitas pesquisas têm tentado entender o porquê dessas dificuldades e apontam problemas como: a formação inadequada dos profissionais, a abordagem de ensino utilizada (idem), os contextos educacionais, entre outros (confira ALMEIDA FILHO, 1999; BASSO, 2001, 2005; ABRAHÃO, 2004).

Esta pesquisa, porém, busca trilhar um outro caminho. O objetivo é partir do sucesso encontrado na aquisição/aprendizagem de uma LE, em especial a Língua Inglesa (LI), para que, a partir desse sucesso encontrado por certos alunos, possa-se vislumbrar quais são as condições mais apropriadas para se alcançar a proficiência.

A metodologia a ser utilizada no decorrer deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, como conceituada por Gil (1999). Assim, buscar-se-á o maior número possível de obras no campo das estratégias de aprendizagem em LEs, com ênfase em LI para discuti-las e analisá-las, visando fazer uma comparação sobre como cada autor define as estratégias, como estas são percebidas e como podem ser exploradas em um contexto de sala de aula.

A seguir, passa-se à discussão do recorte feito para este trabalho que é categorizar as estratégias de aprendizagem segundo Oxford (1990) e Wenden (1991), procurando estabelecer uma comparação entre esses dois grandes nomes da área, analisando suas semelhanças e diferenças, convergências e divergências, ressaltando suas contribuições para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de LEs.

O termo “estratégia” tem sido usado ao longo dos anos como um termo geral para a arte da guerra. No campo dos estudos cognitivos, essa palavra apresenta o significado de plano, uma ação consciente ou um passo em busca de um objetivo (OXFORD, 1990, p. 8). Voltando-se mais precisamente para as estratégias de aprendizagem, que é o presente objeto desse estudo, Oxford (1990, p.8) diz: “(...) estratégias de aprendizagem são ações específicas adotadas pelo aprendiz para fazer o aprendizado mais fácil, mais rápido, mais agradável, mais autodirecionado, mais eficiente, e mais transferível para novas situações.” A mesma autora, ainda, levanta a questão da importância das estratégias na questão do desenvolvimento da competência comunicativa dos aprendizes (p. 7 e 8), e de sua autonomia, este último, também abordado por Wenden (1991).

De fato, desde a década de 70, os estudos cognitivos sobre práticas de ensino-aprendizagem de LEs têm se centrado no aprendiz (WENDEN, 1991; HALU, 1997), assim o estudo das estratégias de aprendizagem se faz especialmente importante a partir do momento que ensina o aprendiz a ser sujeito de seu próprio aprendizado, pois, o guia para o desenvolvimento de suas atitudes, ao encontro de sua autonomia (WENDEN, 1991).

Sendo as estratégias de aprendizagem de fácil manipulação, variáveis em cada aluno, em cada circunstância e até em cada atividade (STERN, 1983 apud: MOURA, 1992), acredita-se na importância de se conhecer bem as diferentes estratégias a fim de melhor aplicá-las, atingindo o maior número possível de aprendizes. Além disso, não se pode esquecer que as estratégias de aprendizagem não se resumem em procedimentos diretamente lingüísticos. Pode-se observar que as estratégias contribuem com o fator afetivo do aluno, com o social (entendido aqui como a convivência com o próximo) e com a parte metacognitiva, ou seja, o planejamento, a avaliação, a consciência do aluno que o guiará para o sucesso como aprendiz de LE, e o tornará o ser autônomo, já citado antes como objetivo.

Voltando o foco, para Oxford, pode-se observar que a autora faz um estudo bastante prático das estratégias de aprendizagem. Um dos seus objetivos principais é contribuir com professores e alunos sobre como utilizar as estratégias dentro e fora da sala de aula, aplicando-as nas diferentes habilidades (fala, escrita, escuta e leitura). A autora divide as estratégias em dois grandes grupos: Diretas e Indiretas. Esta divisão

sistemática feita por Oxford, como ela própria diz, “É mais compreensiva e detalhada; (...); e usa menos terminologias técnicas” (p. 14). Wenden, por sua vez, acaba sendo mais técnica em sua abordagem de estratégias, procurando reafirmar a importância destas para o desenvolvimento da autonomia do aluno, que seria um dos objetivos principais do uso de estratégias: “Estratégias de aprendizagem são uma categoria do conteúdo de prática de aprendizagem a ser incluído no planejamento para ajudar os aprendizes a tornarem-se mais autônomos” (p. 29).

Retomando as classificações das estratégias, Oxford faz a divisão, conforme já citado, entre estratégias Diretas e Indiretas, sendo que as Diretas são aquelas que lidam diretamente com a língua alvo e com o processo mental que envolve a aprendizagem de LE. Estas estratégias são divididas em três subgrupos: estratégias de Memória, estratégias Cognitivas e estratégias de Compensação. As de Memória auxiliam a assimilação do novo conteúdo; as Cognitivas contribuem no processo de manipulação e transformação da nova língua; e as de Compensação capacitam o aprendiz a usar o novo idioma (seja para compreensão ou produção) apesar de suas limitações. São muito interessantes as colocações de Oxford, uma vez que ela apresenta detalhadamente os diferentes meios onde estas estratégias são aplicáveis, dando ao aprendiz diversas alternativas e sugestões para que ele faça o uso mais apropriado das estratégias de aprendizagem. Em relação às estratégias Indiretas, a autora as classifica como aquelas que não lidam diretamente com a língua alvo. São divididas em Metacognitivas, Afetivas e Sociais. As Metacognitivas baseiam-se no princípio de que o aprendiz coordena seu próprio aprendizado; as Afetivas lidam com as emoções, as atitudes do aprendiz, e como estas influências motivam ou não o aprendizado; e as Sociais vão lidar com o relacionamento entre os aprendizes, o comportamento social dentro de uma sala de aula, por exemplo, e suas implicações na aprendizagem de LE.

Os estudos de Anita Wenden apresentam as estratégias de aprendizagem de uma maneira menos abrangente que os de Oxford no ponto de vista prático. O que Rebecca chama de estratégias Diretas, Anita nomeia estratégias Cognitivas, e de acordo com esta, as estratégias Cognitivas abrangem o processo de conteúdos lingüísticos e sociolingüísticos. Wenden divide em quatro as funções aplicáveis às estratégias Cognitivas: Seleção de informação, Compreensão desta, Armazenamento, e a Recuperação para o uso. Estes estágios numerados por Wenden, seguem um esquema de funcionamento do sistema da memória humana, de Hunt (1982) apresentado pela autora na página dezenove, o que justifica sua classificação como estratégias Cognitivas e a aproxima do objetivo de Oxford, lidar com o processamento mental da língua. O segundo grupo de estratégias apresentado por Anita é chamado

de estratégias de Autogerenciamento, que corresponderiam às estratégias Metacognitivas, contidas no grupo das Indiretas, de acordo com Oxford. Em contraste com Oxford, Anita não apresenta nenhum tipo de estratégia Social e Afetiva dentro da discussão sobre estratégias de Autogerenciamento, ela somente abordará sobre auto-estima, crenças e questões sociais quando discutir sobre as atitudes que guiam o aprendiz à autonomia, assunto que, devido à sua abrangência, não será tratado neste momento. Wenden divide as estratégias de Autogerenciamento em três: Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Dessa forma, fica fácil perceber a grande semelhança com as estratégias Metacognitivas de Oxford, pois também lidam com a coordenação do próprio aprendizado.

Considerando, portanto, todas as informações sobre as diversas estratégias de aprendizagem citadas neste texto, é difícil não relevar a grande contribuição que o estudo das mesmas pode trazer para alunos e professores de LEs, em especial de LI. Este trabalho quer, além de tudo, proporcionar mais facilidade ao acesso de materiais sobre as estratégias de aprendizagem. Uma vez que, ao contrário da maioria das publicações sobre esse assunto que são em língua inglesa, esse trabalho será desenvolvido na língua portuguesa, o que proporciona que desde os aprendizes dos níveis mais básicos até os avançados possam aproveitá-lo. Dessa forma, os futuros e já professores da FECILCAM e de outras instituições poderão desfrutar dessa valiosa, porém desconhecida alternativa ao ensino-aprendizagem de LE. Importante frisar que não se quer, com este estudo, afirmar que a aprendizagem ocorrerá somente através do uso de estratégias, isso com certeza não é verdadeiro, quer-se, na realidade, mostrar como estas podem ser de valiosa contribuição durante o processo de ensino-aprendizagem de uma outra língua.

Referências

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **O Professor de Língua Estrangeira em Formação**. Campinas: Pontes, 1999.
- BASSO, E. A. **A Construção Social das Competências Necessárias ao Professor de Língua Estrangeira: entre o real e o ideal. Um curso de Letras em estudo**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. *O Perfil do Professor de Inglês de Escolas Estaduais*. In: CRISTOVÃO, V. L. & GIMENEZ, T. (orgs) **ENFOPLI – Construindo uma Comunidade de Formadores de Professores de Inglês**. Londrina: s.n. 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALU, R. C. **The definition of Learning Strategies in Target Language Studies**. Dissertação de Mestrado em Língua Inglesa. Curitiba/PR – UFPR, 1997.

MOURA, E. V. X. de. **Estratégias de Aprendizagem de Língua Estrangeira entre alunos de diferentes níveis de rendimento e de proficiência**. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Assis/SP – Universidade Estadual Paulista, 1992.

OXFORD, R. L. **Language Learning Strategies: What every teacher should know**. Boston: Heinle & Heinle Publishers, 1990.

WENDEN, A. **Learner Strategies for Learner Autonomy**: planning and implementing learner training for language learners. New York – York College: Prentice Hall, 1991.

A APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PELA PUBLICIDADE: RESIGNIFICAÇÃO, RUPTURA E DESLOCAMENTO

Jefferson Fernando Voss dos Santos, PIC, Fundação Araucária, Letras, FECILCAM, jeffersonvoss@yahoo.com.br
Dr.^a Elizabeth Labes, orientadora, Letras, FECILCAM

Resumo: Desde que o discurso de ações afirmativas ganhou dimensão no imaginário coletivo da população brasileira em consequência dos projetos sociais afirmativos do Governo Federal, vários campos discursivos começaram a resignificá-lo, incorporando-o à esfera midiática, em revistas, programas televisivos e campanhas publicitárias. Com base neste fato social, desde 2006, desenvolve-se, com fomento da Fundação Araucária, um projeto de Iniciação Científica que tem em vista a análise da apropriação do discurso de ações afirmativas pela publicidade impressa. Neste texto, focalizaremos os processos de deslocamento, ruptura e resignificação que se instauram em tal apropriação discursiva.

Palavras-chave: Discurso de ações afirmativas; Discurso publicitário; Apropriação discursiva.

Introdução

Tendo em vista a existência de dois campos discursivos historicamente tão distintos entre si, como o do discurso de ações afirmativas e do discurso publicitário, constatamos que a apropriação e resignificação de um discurso pelo outro leva à ruptura e ao deslocamento dos efeitos de sentido propagados pelos discursos oficiais. A ruptura e deslocamento nesse processo serão o foco da nossa análise que visa à verificação de como o discurso de ações afirmativas é circunscrito na publicidade impressa.

Tentaremos, a seguir, explicitar esses movimentos de deslocamento e ruptura na apropriação de um discurso por outro e explicar as condições de produção que autorizam tais processos discursivos.

Metodologia

Para desenvolver a presente pesquisa, inicialmente realizamos uma revisão bibliográfica sobre os fundamentos teóricos que subsidiam nosso trabalho, ou seja, a Análise de Discurso francesa, as ações afirmativas e a publicidade. Paralelamente, fomos constituindo o “corpus” de análise, que é composto por campanhas publicitárias impressas de circulação nacional. Tais campanhas foram analisadas visando, em especial, a desvelar as regularidades discursivas manifestas na tematização do negro no processo de apropriação do discurso de ações afirmativas.

Análise

Em Análise de Discurso (AD), disciplina sistematizada pelo francês Michel Pêcheux na década de 60, a linguagem é observada e estudada em relação às implicaturas sócio-históricas e ideológicas intrínsecas à produção de sentidos (ORLANDI, 2003). Dessa forma, todo texto é tido como um complexo material sócio-historicizado do qual é possível que se analisem suas relações com sentidos outrem, de diferentes tempos e vozes, sendo que é na materialidade textual que se assentam os discursos – materialização dos valores sociais na língua.

Acredita-se, então, em um fio discursivo que, alimentado pela memória, cria uma teia textual em que todos os sentidos se confrontam historicamente subsidiando o surgimento de outros textos, por outros autores e em outras épocas. A esse fio discursivo, em AD, convencionou-se chamar interdiscurso. Nesse sentido, para Gregolin (2001, p. 64-5),

O interdiscurso é uma região de encontros e confrontos de sentidos. A interpretação se alimenta exatamente dessa contradição: ao mesmo tempo em que os discursos se confraternizam eles se digladiam no campo social. Os gêneros, materialização textualizada dos discursos, estão, por isso, em constante redimensionamento e reconfiguração e a interpretação de um texto deve ser feita dentro do amplo domínio dos campos discursivos que o circundam pois nenhum texto esgota-se em si mesmo.

Apesar desse diálogo constante e permanente entre textos e, conseqüentemente, discursos, há momentos em que os efeitos de sentido “deslocam-se” de seus discursos oficiais e disseminam-se para outros campos discursivos. A exemplo disso podemos mencionar a apropriação discursiva.

Na apropriação do discurso de ações afirmativas pelo discurso publicitário, há movimentos de abertura e deslocamento que se manifestam de forma dialética em ambos os discursos. O discurso de ações afirmativas sofre esse deslocamento na tomada da posição-sujeito e na resignificação dos efeitos de sentido oficiais do discurso; e, da mesma

forma, o discurso publicitário se contorce pelas opacidades das ações afirmativas resignificando seu gênero discursivo, visto que a prática social em que se instaura é outra.

Para que entenda os processos de deslocamento e ruptura, é preciso que atentemos à historicidade dos discursos oficiais, analisando seus efeitos de sentido. O discurso de ações afirmativas, por exemplo, é entendido historicamente por sua vertente militante em defesa da afirmação da identidade étnico-racial, com a negação ao mito da democracia racial brasileira e propondo políticas emergenciais para a promoção do negro na sociedade. Por outro lado, o discurso publicitário está ligado à singularização das marcas e às determinações do modo de produção capitalista, por isso volta-se a estratégias de persuasão ao consumo visando à venda de bens, produtos e idéias.

A ocorrência dessas duas vertentes discursivas em um mesmo espaço de produção textual não poderia, dessa forma, acontecer de forma natural sem que houvesse deslocamento das formações discursivas e encontros e confrontos de sentido. Houve necessidade, então, do redimensionamento do gênero discursivo, como citou Gregolin (Ibidem), e a ruptura dos valores que determinam historicamente o discurso de ações afirmativas. Analisemos, por exemplo, um trecho de uma das campanhas publicitárias da Coca-Cola Brasil:

A Coca-Cola Brasil criou o Reciclou-Ganhou e assumiu um compromisso com o meio ambiente e milhares de brasileiros. Hoje, além de ter 27 postos de coleta espalhados pelo Brasil, a Coca-Cola apóia 17 cooperativas que geram renda para as famílias de 534 pessoas envolvidas no programa (CAMPANHA DA COCA-COLA BRASIL, 2005).

O texto acima vem estampado juntamente à imagem de um garoto negro caracterizado como catador de lixo. Na campanha, o garoto segura de forma sorridente o logotipo da Coca-Cola Brasil, sendo que, em letras grandes no centro da imagem, lança-se a chamada: “Se na natureza tudo se transforma, por que não as pessoas também?” De maneira geral, a campanha trata de cooperativas de reciclagem criadas pela Coca-Cola e que geram empregos e renda para as pessoas.

No trecho acima transcrito, a tomada da posição-sujeito ocorre pela marca – a Coca-Cola Brasil. Logo, apesar de o texto tratar de uma ação social que visa a dar assistência aos negros e preservar o meio ambiente, o sujeito discursivo é individual, ou seja, é uma empresa. Esse fato atesta o deslocamento dos efeitos de sentidos proeminentes no discurso de ações afirmativas. Enquanto no discurso de ações afirmativas o sujeito é coletivo, representando grupos de pessoas que lutam para adquirir seus direitos, nessa discursivização analisada o sujeito é constituído pela evidência de uma marca.

Quanto ao redimensionamento do gênero publicitário, nota-se que a publicidade passa a resignificar seu discurso num resgate do discurso de inclusão social e se volta às diretrizes da propaganda governamental, assemelhando-se à mesma prática social. O trecho a seguir, retirado de uma propaganda governamental da Furnas pode exemplificar essa afirmação:

Mais do que gerar e transmitir energia, FURNAS contribui para o desenvolvimento de cada brasileiro. São projetos alinhados às políticas do Governo Federal de combate à fome, de educação de qualidade, de redução da mortalidade infantil e de inclusão social (PROPAGANDA DA FURNAS, 2005).

Como se vê, há muita semelhança entre o trecho da campanha da Coca-Cola Brasil e essa propaganda da Furnas, ambas publicadas no ano de 2005. Talvez essa prática do Governo Federal tenha sido um dos fatores primordiais que levaram o discurso de ações afirmativas ao campo discursivo do discurso publicitário.

Considerações Finais

A retomada interdiscursiva dos dizeres já-pronunciados é processo constante em qualquer enunciação, pois todo sujeito resignifica o já-dito, textualizando os valores sociais que se apresentam no decorrer do tempo.

Já a apropriação discursiva que acabamos de analisar possui um elemento incomum diante da retomada histórica dos dizeres: os dizeres resignificados surgiram em práticas sociais conflitantes, pois, historicamente, as ações afirmativas situam-se em outro campo discursivo que não o do discurso publicitário.

Como principal fato social influente nessa apropriação, destaca-se o grande investimento realizado pelo Governo Federal em projetos sociais afirmativos. Talvez esse fato tenha impulsionado as empresas, em geral, a realizar o mesmo tipo de ação a fim de se mostrarem solidárias e conquistarem mais consumidores na venda de bens e produtos atrelados a essas idéias.

Referências

CAMPANHA DA COCA-COLA BRASIL. **Revista Época**. Nº 391. Editora Globo, 14 de novembro de 2005. p. 55.

CAMPANHA DA FURNAS. **Revista Veja**. Nº 25. Editora Abril, 22 de junho de 2005. p. 68-9.

GREGOLIN, M. do R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria. In: _____; BARONAS, R. (Orgs.). **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
SELL, S. C. **Ação Afirmativa e Democracia Racial**: uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

INOCÊNCIA: CUMPLICIDADE ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E FICÇÃO

Edna Fontana, PIC, Fundação Araucária, Letras, FECILCAM, edna-fontana@hotmail.com

Me. Wilson Rodrigues de Moura, orientador, Letras, FECILCAM, wilsonromoura@hotmail.com

Resumo: Este estudo, objetiva mostrar e relatar, por meio da história, memória e ficção como Visconde de Taunay criou a narrativa *Inocência* (1872), mas particularmente a protagonista do romance cujo nome dá título à obra e que foi inspirada em Jacinta Garcia, uma jovem por quem o autor se apaixonou durante seu trabalho expedicionário no sul mato-grossense. Ademais há no romance uma mistura do real, da memória e do ficcional que se contatam na criação dos demais personagens e na ambientação de Santana do Paranaíba, local onde Taunay esteve durante seu trabalho e palco do romance.

Palavras-chave: Memória; história; ficção

Introdução

Sertão de Santana do Paranaíba, 1860. Pereira vive em uma fazenda com Inocência, sua filha de 18 anos. Escolhe para ela o noivo, Manecão, um homem criado no sertão bruto, de índole violenta. Maria Conga é uma preta, escrava de Pereira. Tico é o guarda da moça Inocência, bastante fiel apesar de ser mudo. Um dia, Pereira encontrou-se com um rapaz que percorria os caminhos do sertão a medicar. Seu nome era Cirino de Campos. Inocência estava doente de "uma febre braba" e o "doutor" curou-a. Os dois apaixonaram-se mais tarde: eram demasiados os cuidados que o "doutor" tinha para com ela. Amavam-se às escondidas e o laranjal era local de encontros proibidos. Mas Tico, o anãozinho mudo, estava atento... Nesse ínterim, Pereira andava desconfiado do Dr. Meyer, um caçador de borboletas, que por lá aparecera. Dr. Meyer tinha por objetivo descobrir espécimes novos para museus europeus. Inocência foi maltratada pelo pai, quando este soube de seu amor com o doutor. Foi atirada contra a parede. Resistiu e jurou não se casar com Manecão, o sertanejo violento. Mas o pai achou que a filha estava de "mau olhado", por causa do Dr. Meyer. E encontrou uma solução: ele ou Manecão mataria o intruso alemão. Dr. Meyer não deu ouvidos a Pereira, zombado

de sua ameaça. Tomou-se de vergonha: era ofensa demais. Tico, após testemunhar o amor existente entre Inocência e Cirino, explicou ao Sr. Pereira tudo que se passava. Manecão começou a seguir os passos de Cirino. Até um dia interpelou-o. Tirou uma garrucha e matou Cirino. Dr. Meyer, em 1863, apresentava aos entomólogos do mundo a sua mais recente descoberta: uma borboleta até então desconhecida: "Papilio Innocentia:" em homenagem à Inocência, a moça do sertão de Santana do Paranaíba. E Inocência, coitadinha...Exatamente nesse dia dois anos faria que seu gentil corpo fora entregue à terra, no intenso sertão de Santana do Paranaíba, para dormir o sono da eternidade. Mediante estas informações, esse estudo busca explicar e analisar como a narrativa engendra a confluência entre história (memória) e a recriação literária, cujas figuras utilizadas para esta análise se exemplificam em Jacinta Garcia, enquanto ser histórico e Inocência, personagem ficcional, bem como José Roberto, Homúnculo, Manoel Garcia e Luiz Prada em Cirino, Tico, Pereira e Manecão, respectivamente.

Materiais e procedimentos metodológicos

Sendo essa pesquisa parte do Programa de Iniciação Científica, tem como metodologia de trabalho o método hipotético-dedutivo, que parte de um problema para uma teoria de apoio, desenvolvido em dois contextos diferentes: a descoberta e a justificação. Levando em consideração apresentações em diversos eventos, este estudo vem sendo realizado a dois anos (desde 2005) e conta com diversas teorias de apoio. Para a história e a vivência de Taunay são utilizados os estudos dos pesquisadores Hildebrando Campestrini com a obra *Santana do Paranaíba* (2002), na qual descreve a história da fundação da cidade situando a trajetória de Taunay enquanto esteve a trabalhar no local, e *Memórias* (2005) de Sérgio Medeiros, uma releitura da obra da história de Taunay, a qual mostra sua trajetória e suas experiências para a criação da narrativa.. Ademais, outros autores como Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Antonio Candido, Terry Eagleton, Jacques Le Goff e Gilberto de Mendonça Teles também contribuíram teoricamente para a realização deste estudo.

Análises e discussões

Considerado o "produto mais equilibrado" do regionalismo romântico brasileiro, *Inocência* foi publicada em 1872 e caracteriza-se principalmente pelo aproveitamento da linguagem, pela objetividade da narração, pela harmonia entre o homem e sua cultura, num espectro mais amplo. Com efeito, a preocupação com a fidelidade ao retratar o ambiente, as pessoas e os costumes do lugar (região limítrofe entre os estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e São Paulo, em pleno sertão do pantanal) é a característica mais marcante do romance. *Inocência* é uma

obra literária que tem a realidade como sua matéria-prima constituinte, pois seu autor colheu material para compor muitas de suas personagens e ambientes enquanto esteve em Campanha no Mato Grosso do Sul. Com isso, a qualidade da obra resulta do equilíbrio entre os aspectos ligados ao conceito de história, memória e ficção. As relações entre memória, história e ficção se entrelaçam quando o assunto é uma narrativa como *Inocência*, pois, segundo historiadores, Visconde de Taunay criou esse enredo inspirado em sua história enquanto trabalhava no sul matogrossense, e servindo-se de sua memória transferiu-a para o plano da ficção. Percebe-se que discurso histórico, memorialístico e ficcional são próximos, mas não se confundem. Ao configurar espaço, personagem, ambientação, o autor sempre conta com um pouco de história. No caso da narrativa em questão, Taunay faz esse trabalho quando descreve as personagens, tanto na história, quando em suas memórias como na ficção. Percebe-se assim, a relação existente entre a história a memória e a ficção na narrativa. A maneira como o autor descreve a personagem na ficção é muito semelhante com a maneira como a descreve em suas anotações (história e memória). Além disso, partindo desse pressuposto, podemos perceber que além da história ser transladada para a ficção, a memória do autor também se faz presente no âmbito historiográfico, pois, ele quando fazia suas anotações já contava com um pouco de ficção, história e memória para escrever, mesmo não sendo o seu objetivo criar um romance. Pode-se comprovar que os relatos estudados sobre Visconde de Taunay, colocam a jovem Jacinta Garcia como responsável pelo desejo de criar o enredo. Logo, o autor argumenta que a beleza da jovem, que veio servir-lhe um café, foi o melhor acontecimento de toda a guerra. E, que a partir daquela excepcional sertaneja, seu coração começou a disparar e bater apressadamente e seus olhos não conseguiam parar de seguir aquela rapariga que não parecia tão acanhada como as demais que tinha conhecido. Antonio Candido (2000) denota que a história, enquanto propiciadora de cultura, seleciona, simplifica e resume um século em uma página. Portanto, a história só se faz história diante de um aparato histórico, ou melhor, fatos comprovados em face à pesquisas de supostas “verdades”. Porém, a narrativa ficcional anseia muito mais de uma mente brilhante do que somente vestígios históricos, visto que, a realidade se camufla na ficção. Taunay começou a realizar essas anotações devido ao seu trabalho, que era de levar o relatório sobre a Retirada da Laguna à Côrte, no Rio de Janeiro. De acordo com os historiadores, Taunay criou os demais personagens da narrativa também inspirados em sua realidade, é o caso de Pereira, o pai de Inocência, Cirino, o amor impossível da jovem e Tico, o guardião da honra de Inocência. Segundo Visconde de Taunay, Cirino foi configurado inspirado em José Roberto, um curandeiro que vivia a procura de doentes na região paranaibana. Taunay conhece também o

anão que deu origem ao personagem Tico. Os demais personagens, Maria Conga, Antonio Cezario, Meyer e outros foram criados apenas no plano da ficção para abrilhantar a narrativa de Taunay. Isto posto, vê-se na história-memória e na ficção métodos diferentes para visualizar e apresentar os objetos no nosso pensamento, e entre eles os fenômenos da vida humana. Sem serem estanques um interfere no outro. A história, investigação e registro de fatos sociais das civilizações, recorre à leis gerais, que são próprias à ciências, e também utiliza a ficção. Esta por sua vez, por intermédio do romance, do drama, alcança, honrando a observação aristotélica de que a poesia é mais filosófica do que a história, um nível de generalidade semelhante ao do pensamento científico.

Considerações finais

O discurso historiador toma o passado e o transforma em objeto de sua investigação, encontrando nele muito de seu presente, enquanto o discurso ficcional tem o privilégio de poder completá-lo, projetando-o no futuro, lendo os seus não-ditos valendo-se de um imaginário muito mais vivo. O romance *Inocência* apresenta a realidade como matéria-prima constituinte da narrativa, sendo uma crônica de costumes com heróis, cientistas, vilões, mocinhas, amor impossível, mostrando uma maneira de escrever criada apenas por Visconde de Taunay que soube unir o seu conhecimento prático do país, adquirindo em inúmeras viagens, na condição de militar, o seu agudo senso de observação da natureza e da vida social do sertão brasileiro. Sendo assim, se a leitura humaniza o homem, o leitor, nivelado ao personagem pela comunidade do meio expressivo, se sente participante de uma humanidade que é a sua e, deste modo, pronto para incorporar à sua experiência humana mais profunda, o que o escritor lhe oferece como visão da realidade. Logo, ao transladar a história para a ficção, o autor incumbe à *Inocência* a responsabilidade de explicitar por meio de suas atitudes, valores éticos e morais, a humanização, pois, a literatura nada mais é do que a confirmação da humanidade do homem expressa, sobretudo, em forma de conhecimento e construção de objetos semiologicamente autônomos.

Referencias Bibliográficas

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CANDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: Cultura, 1972.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Parnaíba**. Campo Grande, 2002.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**. São Paulo. Martins Fontes, 2000

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira. São Paulo, Unicamp, 1994.
MEDEIROS, Sérgio. **Visconde de Taunay: Memórias**. São Paulo. Iluminuras, 2005
TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. São Paulo: Ática, 2004.
TELES, Gilberto Mendonça. **A Escrituração da Escrita**. Petrópolis: Vozes, 1996.

A MÚSICA NA AQUISIÇÃO DE LÍNGUA INGLESA

Fernando Silvério de Lima, PIC, Letras, FECILCAM,
fernando_silverio@yahoo.com.br
Dr.^a Edcleia Aparecida Basso, orientadora, Letras, FECILCAM,
edcleia@hotmail.com

Resumo: Esta comunicação insere-se no projeto intitulado “A Música no Ensino de Língua Inglesa: Novas Perspectivas” vinculado ao Programa de Iniciação Científica da Fecilcam. Partindo dos estudos que ressaltam a importância do social na construção do conhecimento (Vygotsky 1991, Oliveira 1997), bem como a importância de um ensino significativo de LE (Almeida Filho, 1998; Basso, 2007), propõe-se uma abordagem para o trabalho com músicas nas aulas de Língua Inglesa e seus benefícios para o ensino e aprendizado de L.I.

Palavras-chave: Música; Aquisição de línguas; Construção.

Com a dificuldade sentida em aprender e ensinar a Língua Inglesa para uso real e, portanto, significativo, surge a necessidade de ajudar o aluno, para que encontre uma forma agradável que o motive a aprender o idioma. Muitos são os fatores que dificultam o processo. A falta de tempo dos professores, por exemplo, afeta uma boa preparação de aulas, conseqüentemente, os alunos também sofrerão com este problema. Porém, quando podem e conseguem, muitos professores procuram novas formas de atividades a serem trabalhadas em sala de aula que, além de ensinar, possam motivar os alunos, já que mais esta função foi atribuída à escola ao longo dos anos. Para as aulas de LE, de Inglês no caso, pesquisas (Basso, 2006) revelam ser a música como uma das mais utilizadas.

Murphey (1992), ao citar os inúmeros aspectos relevantes do uso de música em aulas de língua inglesa diz que: “A vantagem de materiais musicais é que eles estão prontamente disponíveis ao professor, e são imediatamente motivacionais para a maioria dos alunos” (p.5). Diante disso, a presente pesquisa propõe-se a discutir, analisar o papel da música

para que um aprendizado eficaz e duradouro aconteça, e, finalmente apresentar um trabalho com música coerente com a teoria sócio-interacionista proposta por Vygostky (1989), buscando melhorar a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, despertar no aluno o interesse pela língua estrangeira.

Na primeira fase da pesquisa, será utilizada a pesquisa bibliográfica, com suporte em Gil (1999) que, ao comentar sobre as inúmeras vantagens da pesquisa bibliográfica, destaca a de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p.65). Assim, será feito um levantamento bibliográfico sobre os principais aspectos ligados á música e suas contribuições ao ensino de Língua Inglesa, com conseqüente produção de resenhas.

Dentre as linhas teóricas, optou-se por autores voltados para o aprendizado e desenvolvimento enquanto um processo sócio-histórico (Vygotsky, 1991; Oliveira, 1997), pois ressaltam a importância das relações interpessoais na consolidação do aprendizado, bem como pesquisadores da área de Lingüística Aplicada voltados para aquisição de línguas e formação de professores (Almeida Filho 1998, Basso 1998).

Para a segunda fase da pesquisa, propõe-se elaboração e produção de materiais a serem trabalhados com alunos, aplicando todos os aspectos levados em consideração na pesquisa bibliográfica feita na fase anterior, já descrita.

Segundo Almeida Filho (1998) o ensino de uma Língua Estrangeira encontra-se “...emoldurado por afetividades específicas do professor com relação ao ensino, aos alunos, à língua alvo, aos materiais, à profissão e a cultura alvo”. Os professores devem ponderar sobre todos esses itens que compõem o ensino de uma língua e refletir sobre o seu ensinar.

Com relação aos materiais, pesquisadores em LA (Krashen, 1982, Almeida Filho, 1993, 1999, Basso, 2007, 2006, 1998) acentuam a relevância da qualidade do insumo trazido por eles, e o tipo de atividades propostas pelo professor, pois o material utilizado é fonte de insumo primária.porém se não bem elaborado, com coerência teórica e com objetivos claros, pode se transformar em mais papel e mais atividades feitas e próprias somente para a sala de aula, inadequadas para uso real.

De acordo com a concepção interacionista de linguagem (Vygostsky, 1989; Oliveira 1997), que vê a construção do significado como processo social, moldado por configurações intrapessoais e interpessoais colocadas nas práticas sociais, pensamos ser a música uma forma de lidar com a falta de motivação dos alunos, e ao mesmo tempo uma fonte de fácil acesso e de inúmeras possibilidades de uso para os professores. Há também nos estudos de Vygotsky a relevância da história e do social no

desenvolvimento do indivíduo, pois estes aspectos externos à sala de aula são importantes no processo de aprendizagem. Segundo Oliveira (1997), existe um caminho para o desenvolvimento que está relacionado ao individual (maturação do organismo) "...mas é o aprendizado que possibilita o despertar dos processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam."

Portanto, a partir da proposta apresentada, serão buscadas novas perspectivas quanto à riqueza que a música pode proporcionar ao ensino de LE, melhorando a qualidade do ensino e ao mesmo tempo despertando no aluno o interesse pela língua estrangeira.

Referências

ABRAHÃO, M. H. V (Org.) Prática de Ensino de Língua Estrangeira: experiências e reflexões. **Campinas, SP: Pontes Editores, Arte Língua, 2004.**

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas.** Campinas: Pontes Editores, 1993.

_____. (org) **O Professor de Língua Estrangeira em Formação.** Campinas: Pontes, 1999.

BASSO, E. A. Back to the future: aulas comunicativas ou formais? In: **XII CELLIP - Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná,** 1999, Foz do Iguaçu. Anais do XII Cellip. 1998.

_____. O Perfil do Professor de Inglês de Escolas Estaduais. IN **CRISTOVÃO, V. I. & GIMENEZ, T. (org) ENFOPLI – Construindo uma Comunidade de Formadores de Professores de Inglês.** Londrina: s.n.. 2005

_____. Quando a crença faz a diferença. In **ABRAHÃO, M. H. & BARCELOS, A. M. (orgs) Crenças no ensino – aprendizagem de língua inglesa.** Campinas: Pontes, 2006.

_____. **& ROCHA, C. H. (Org)** O Ensino de LE para Crianças, Adolescentes e Adultos (terceira idade): **Construindo Caminhos entre Teorias e Práticas.** **Campinas: Pontes (2007, no prelo).**

KRASHEN, S. D. **Principles and Practice in Second Language Acquisition.** 3.ed. New York: Pergamon Press, 1982. 202p.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1989a. 135p.X

_____. **A Formação Social da Mente.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1989b. 135p.X

UMA LEITURA SEMIÓTICA DO CONTO DOIS VELHINHOS – DALTON TREVISAN

Me. Andrea Ribeiro Avelar, PG, Letras, FECILCAM,
aribeiroavelar@yahoo.com.br

Resumo: Pretendemos com o seguinte, expor uma breve análise do conto “Dois Velhinhos” de Dalton Trevisan, sob a ótica da teoria Semiótica Greimasiana de linha francesa. Por meio da teoria Semiótica tentamos explicar como acontecem alguns percursos narrativos no conto, a função do sujeito, sua relação com o objeto, e a investigação sobre como a paixão é construída no texto; utilizamo-nos para isso da teoria e de vários exemplos demarcados no conto.

Palavras-chave: Dalton Trevisan; Semiótica; Análise Textual.

Por muito tempo, a lingüística foi uma teoria da língua e da linguagem que não ia além das dimensões da frase. Ressurge, então, nos anos sessenta, a semântica, que foi considerada incapaz de levar adiante o projeto de uma ciência lingüística em construção. A preocupação com o sentido, porém, forçou o lingüista a rever sua concepção de língua e de estudos da linguagem e a romper as barreiras estabelecidas entre a frase, o texto, o enunciado e a enunciação.

Houve uma mudança de perspectiva teórica. Surgem os estudos da organização do texto e das relações entre enunciado e enunciação. Surge a semiótica.

A semiótica tem por objeto o texto. Ela procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.

Com a semiótica surgem teorias outras, que levavam em consideração a emoção, o temperamento, enfim o ‘psicologismo’ para analisar o texto. Não dando conta assim, de uma análise verdadeira, provando com marcas textuais e ancoragem o que o texto estava a dizer.

Com o tempo, a teoria semiótica amadurece, e, com a segurança atualmente alcançada nas análises discursivas, permite à semiótica avançar na abordagem das paixões, sem temer um retrocesso no caminho. Os resultados dos estudos da modalização do ser foram fundamentais para esse avanço.

Por isso, utilizamo-nos da teoria semiótica neste trabalho, que tem como objetivo analisar o conto **Dois Velhinhos**, de Dalton Trevisan, sob a luz da teoria Semiótica, da linha francesa, que tem como principal autor A. J. Greimas.

Por meio da teoria Semiótica tentamos explicar como acontecem alguns percursos narrativos no conto, a função do sujeito, sua relação com

o objeto, e a investigação sobre como a paixão é construída no texto; utilizamo-nos para isso da teoria e de vários exemplos.

Optamos por desenvolver o trabalho em tópicos, pois nos pareceu a melhor forma para a junção da teoria à análise.

Análise: os níveis de análise

Uma narrativa é uma “história” expressa numa determinada língua natural. Constitui uma manifestação textual, que é o resultado da reunião de uma expressão e de um conteúdo. A expressão é a forma lingüística assumida pela língua natural: o conteúdo é autônomo, uma vez que pode ser retomado noutra língua ou até noutro suporte de comunicação, como por exemplo, num filme.

Deixando o nível da manifestação textual de lado e remetendo para a lingüística o trabalho sobre a expressão, entendida como *significante*, ficamos o que a Semiótica Greimasiana tem procurado estudar – *o plano do conteúdo*.

Desde Hjelmslev, tanto o plano do conteúdo como o plano da expressão comportam uma forma e uma substância. No caso da expressão lingüística, o sistema de fonemas e grafemas deve apresentar uma “gramática” (forma) e um “dicionário” ou “léxico” (substância semântica).

A forma do conteúdo deve ser entendida como um sistema de elementos que constituem uma estrutura de relações e de diferenças. Não há sentido senão na diferença e pela diferença. Ao considerarmos os elementos pertinentes, capazes de construir as diferenças, estamos estudando a forma do sentido (do conteúdo), ou seja, não o sentido em si, mas a sua arquitetura (sua construção).

Assim, a oposição forma/substância situa-se inteiramente no interior da análise do conteúdo. O estudo do conteúdo implica a distinção de dois níveis: um nível de superfície e um nível profundo. No nível profundo ou imanente, a Semiótica investiga minuciosamente a rede de relações entre os valores dos sentidos e o sistema de operações que permite passar dum valor a outro. No nível de superfície, a Semiótica distingue um componente narrativo, que regula os estados e as suas transformações, e um componente discursivo, que regula num texto o encadeamento das figuras e dos efeitos de sentido.

Sobre a paixão no conto Dois Velinhos

De acordo com Barros “As paixões do ponto de vista da semiótica, entendem-se como efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito de estado. Essas qualificações organizam-se sob a forma de arranjos sintagmáticos de modalidades ou configurações passionais.” (2002, p. 47)

Numa narrativa, o sujeito ocupa diferentes posições passionais, saltando de estados de tensão e de disforia para estados de relaxamento e de euforia e vice-versa. Distinguem-se paixões simples e paixões complexas, pelo critério da complexidade sintática do percurso. As paixões simples resultam de um arranjo modal, que modifica a relação entre o sujeito e o objeto-valor; enquanto as paixões complexas são efeitos de uma configuração de modalidades, que se desenvolve em vários percursos passionais.

Vejamus um exemplo do conto **Dois velinhos**, de Dalton Trevisan: “Dois inválidos, bem velinhos, esquecidos numa cela do asilo.

Ao lado da janela, retorcendo os aleijões e esticando a cabeça, apenas um consegue espiar lá fora.

Junto à porta, no fundo da cama, para o outro é a parede úmida, o crucifixo negro, as moscas no fio de luz. Com inveja, pergunta o que acontece.”

Nesse conto, o velho 2 quer instalar-se embaixo da única janela existente no quarto, pois tem inveja do velho 1, mais idoso que ele, instalado embaixo da tal janela, e que relata tudo o que ‘supostamente’ vê pela janela.

A tal janela proporciona ao velho 1 a visão do mundo de lá, o mundo de fora do quarto, e no velho 2, causa a inveja, pois este só tem a visão do quarto, do mundo de cá.

A paixão da inveja, aqui analisada, é uma paixão complexa, pois o querer-ser qualifica a relação do velho 2 com o objeto-valor (janela, o que se pode ver por ela); uma relação de disjunção entre o *sujeito* e o *objeto-valor*, na qual o velho 2 nada faz para transformar seu estado inicial (“inválido, esquecido numa cela do asilo”), pois ele *espera-acredita* (*crer ser*) que um outro sujeito fará essa transformação de estado que ele deseja (“O mais velho acaba morrendo, para alegria do segundo, instalado afinal debaixo da janela”). Dessa forma, o velho 2, sujeito da espera, mantém uma relação de confiança em relação a um outro sujeito do fazer para transformar sua relação com o objeto-valor desejado.

Para o lexema inveja, o Aurélio traz a seguinte definição: “desgosto ou pesar pelo bem ou felicidade de outrem. Desejo violento de possuir o bem alheio. Objeto de inveja.”. Por essa definição, podemos perceber que, desejo que o velho 2 tem em possuir sua cama embaixo da janela, para que possa olhar o mundo de fora por ela, é a inveja, pois ele tem desgosto pela posição que o velho 1 ocupa no quarto e, tem desejo de estar ele, embaixo da janela, ocupando o lugar do outro (“O mais velho acaba morrendo”(...)) “Não dorme, antegozando a manhã. O outro, maldito, lhe roubara todo esse tempo o circo mágico do cachorro, da menina, do enterro de rico.”).

Neste resumo foram expostos apenas dois enfoques de nossa análise textual, no entanto, consideramos os mesmos suficientes para uma

amostra do que vem a ser uma análise textual sob a ótica da Semiótica Greimasiana.

Referências:

BARROS, D. L. P. Teoria semiótica do texto. 4. ed. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 2002.

COURTÉS, J. Introdução à semiótica narrativa e discursiva. Coimbra: Almedina, 1979.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário da língua portuguesa. 13. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

GREIMAS, AL. J. & FONTANILLE, J. Semiótica das paixões. Dos estados de coisas aos estados de alma. (trad.) **Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.**

MELLO, L. C. M. F. Sobre a semiótica das paixões. Universidade Estadual de Londrina –UEL – artigo.

TREVISAN, D. Quem tem medo de vampiro? São Paulo: Ática, 1998.

ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE AS VARIEDADES BRITÂNICA E AMERICANA DA LÍNGUA INGLESA

Cristina Magiroski, PIC, Fundação Araucária, Letras, FECILCAM,
cris.magiroski@gmail.com

Dr.^a Edcléia Aparecida Basso, orientadora, Letras, FECILCAM,
edcleia@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação faz parte do projeto de pesquisa intitulado “A importância do ensino aprendizagem de aspectos fonéticos e fonológicos na formação do professor de língua inglesa”, desenvolvido no PIC – Programa de Iniciação Científica, da Fecilcam, ora em andamento. Objetiva-se apresentar e apontar algumas semelhanças e diferenças entre as duas maiores variedades da língua inglesa – a americana e a inglesa, analisando os três períodos de sua história: *Old English, Middle English e Modern English*.

Palavras-chave: língua inglesa; semelhanças; diferenças.

Dentre as variantes da língua inglesa encontradas, atualmente, nos países que a falam como primeira língua, são consideradas as de maior prestígio as variantes britânica e americana, devido ao poder econômico, bélico e científico que exercem no mundo – o que implica certamente numa maior produção de materiais para o ensino de língua inglesa, de fonética, no caso dessa pesquisa.

Embora este trabalho focalize as modificações na língua inglesa que aconteceram no Reino Unido e na América, não se pode esquecer de que durante o mesmo período de tempo mudanças lingüísticas similares aconteceram em outras partes do mundo, em países que a falam como primeira língua, tais como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Índias Ocidentais, África, Malásia, Hong Kong, e em outras comunidades nas quais a língua inglesa é usada para educação, comércio e administração, tanto como língua materna, quanto como segunda língua, língua oficial ou língua estrangeira. Em todos esses lugares a língua inglesa se desenvolveu uma forma característica ditada pelo local e pelo seu povo (STREVENS, 1972, p.6).

Portanto, uma das possibilidades para entender a fonética de uma língua implica passar pela compreensão da história do desenvolvimento, pelos aspectos geográficos, pela ideologia, pela cultura dos povos que a que a utilizam em suas manifestações orais.

De acordo com Smith (1966), a história do desenvolvimento e expansão da língua inglesa pode ser dividida em três fases ou períodos, nas quais ocorreram muitas transformações. As diferenças mais significativas entre essas variedades se deram na pronúncia, visto que o uso da língua aconteceu sobretudo na fala, enquanto que as mudanças na gramática e no vocabulário não foram tão expressivas.

O primeiro período, denominado *Old English*, 500 - 1100 AC, foi caracterizado (p.9) pelo uso de verbos auxiliares, assim como o uso de nomes como adjetivos.

Old English, às vezes também denominado *Anglo-Saxon*, comparado ao inglês moderno, é uma língua quase irreconhecível, tanto na pronúncia, quanto no vocabulário e na gramática. Para um falante nativo de inglês hoje, das 54 palavras do Pai Nosso em *Old English*, menos de 15% são reconhecíveis na escrita, e provavelmente nada seria reconhecido ao ser pronunciado. A correlação entre pronúncia e ortografia, entretanto, era muito mais próxima do que no inglês moderno. No plano gramatical, as diferenças também são substanciais. Em *Old English*, os substantivos declinam e têm gênero (masculino, feminino e neutro), e os verbos são conjugados.(SCHUTZ, 2007). Essas transformações se prolongaram pelo período seguinte, chamado de *Middle English*, 1100 - 1500, no qual algumas mudanças gramaticais começaram a aparecer.

Segundo o autor, o *Middle English* sofreu forte presença e influência da língua francesa. Essas duas línguas estiveram em contato direto durante três séculos, resultando em um considerável aumento do vocabulário. Isto demonstra que, por mais forte que possa ser a influência de uma língua sobre outra, ela não ultrapassa o enriquecimento de vocabulário, e dificilmente afeta a pronúncia ou a estrutura gramatical. E é

nessa época que a pronúncia de algumas vogais e ditongos começam a sofrer alterações, bem como a perda gradual das declinações.

Com o *Modern English*, a partir de 1500, a língua passa por uma unificação, as mudanças ocorridas na pronúncia não foram acompanhadas de reformas ortográficas, que segundo Schütz (2007) revela o caráter conservador da cultura inglesa. Até a metade do século XVI, segundo Smith (idem, p.36), várias modificações ocorreram na língua inglesa, que passou a ser um sério objeto de estudo.

Nesse último período, a língua passa por uma unificação, as mudanças ocorridas na pronúncia não foram acompanhadas de reformas ortográficas, que segundo Schütz (2007) revela o caráter conservador da cultura inglesa.

Nessa época a América foi colonizada pelos ingleses, e o contato com a realidade em um novo ambiente, com a cultura indígena e com o espanhol, segundo Schütz (2007) fez com que a língua inglesa falada na América se desenvolvesse e se tornasse diferente do inglês britânico.

Autores como Schutz (2007) e Strevens (1972.p.80) concordam que as diferenças mais significativas entre o inglês britânico e o americano estão na pronúncia. Com relação às diferenças gramaticais, segundo Strevens (1972.p.47) elas não são tão expressivas. As diferenças mais comuns são as diferenças do verbo, pronome ou nome e preposição, sendo, portanto, maior o número de similaridades do que de diferenças.

No vocabulário, segundo Strevens (1972.p.55), há dois tipos de diferenças básicas: diferentes palavras para idéias semelhantes e palavras sem equivalência nenhuma.

Segundo Strevens (1972.p.69) uma das diferenças entre britânico e americano se encontra em relação à pronúncia das vogais ou de um par delas. Por exemplo, o contraste entre *can* e *can't*. Na pronúncia americana as duas possuem a mesma vogal, porém em britânico elas são diferentes. Uma outra diferença apontada por Strevens (1972.p.72) refere-se ao stress que varia. Por exemplo, a palavra *address*, a sílaba tônica em americano é a primeira enquanto que em britânico é a segunda.

O autor (p.53) faz algumas considerações a respeito, dizendo que a forma para plural e singular é a mesma, verbos no presente e pronomes são idênticos, entre outras. Com isso, pode-se concluir que, apesar de serem conhecidas como variedades distintas, ambas possuem uma estrutura gramatical muito semelhante, o que lhes garante não serem línguas diferentes.

Referências

SCHÜTZ, R. **História da língua inglesa**. English made in Brazil. Disponível em <http://www.sk.com.br/sk-enhiss.html>. Acessado em 10/09/07.

SMITH, L. P. **The english language**. 3 ed. London: Oxford University Press, 1966.

STREVENS, P. **British and american english**. London: Camelot Press, 1972.

A COMPREENSÃO DA PRÁXIS ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE LEITURA E PESQUISA SOCIAL

Dr.^a Valéria Sanches Fonseca, TIDE, Letras, FECILCAM,
val.fon@uol.com.br

Resumo: Apresentamos a síntese do projeto selecionado para o subprograma “Apoio às Licenciaturas” que constitui uma das seis frentes de ação do grande “Programa de Extensão Universitária” proposto pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI/PR, intitulado *Universidade Sem Fronteiras*. Esse programa é uma iniciativa do atual governo do Estado do Paraná de estabelecer uma relação de cooperação com as Universidades e Faculdades desse Estado, com o objetivo de melhorar a situação dos municípios que constituem as regiões com os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH-M

Palavras-chave: leitura na escola; pesquisa social; interdisciplinaridade.

Na segunda metade de julho deste ano de 2007, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI/PR - abriu um edital de chamada para as IES do Paraná, objetivando que estudantes, professores e egressos das instituições estaduais e federais públicas de ensino superior interessados se comprometessem com ações sócio-educativas de extensão universitária, por meio de projetos de pesquisa/extensão a serem desenvolvidos em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH-M) no período mínimo de um e máximo de dois anos, com início ainda neste final de ano.

De acordo com o edital, as licenciaturas poderiam elaborar projetos, envolvendo estudantes e professores da rede de ensino básico. O incentivo era para que fossem apresentadas propostas em torno de temas tais como: educação ambiental, violência, inclusão escolar, sexualidade, drogas, preconceito, ética, dentre outros que constituem problemas vividos por todas as esferas sociais e, por conseguinte, sentidos nas escolas. Indubitavelmente, essas questões interferem na relação ensino/aprendizagem.

O subprograma “Apoio às Licenciaturas” permitiu que Letras apresentasse o presente projeto - “A compreensão da práxis escolar: uma

proposta de leitura e pesquisa social” - a ser desenvolvido no município de Barbosa Ferraz e no distrito de Ourilândia, situados na nossa micro-região centro-ocidental do Paraná, com o intuito de aproximar a FECILCAM da Escola Básica do município e do distrito, para juntos, poderem melhorar suas práxis educativas: o da instância superior de formação e o da instância básica de atuação. A proposta, ao longo de sua realização, deverá apresentar políticas sócio-educativas que contribuam para a solução de problemas sociais do município e distrito em questão, possibilitando a elevação do seu IDH-M.

Inscrito na área de estudos da linguagem, o projeto focou a temática da leitura, concebendo-a na perspectiva teórico-metodológica de linguagem e língua sócio-histórica, ideológica e interacionista (Bakhtin, 2003), na concepção metodológica de pesquisa definida como pesquisa social (Thiollent, 2007) e na opção pela metodologia pedagógica historicizadora definida como pedagogia histórico-crítica (Saviani, 1991).

A leitura é entendida nessa proposta como o exame e compreensão sobretudo das condições sócio-históricas e políticas que a determinam. Acreditamos que a leitura, tomada como a compreensão da(s) realidade(s), é condição para a transformação dessa(s) realidade(s). Assim, o projeto traz como temática norteadora para o trabalho a ser desenvolvido com a escola a questão da leitura em sentido amplo, como expressa Freire (1986) “leitura de mundo”. A leitura vista como reflexão, como compreensão dos saberes produzidos pelas diversas esferas sociais, pelas diversas disciplinas e que são sistematizados em diferentes materialidades lingüísticas (Bakhtin, 2003). Portanto, a proposta é estudar os discursos produzidos pela escola, os que chegam até ela e que lá circulam, examinando como a comunidade escolar, organizada em vários setores ou instâncias e várias disciplinas lêem esses discursos, enquanto gêneros discursivos diversos que se assentam sobre inúmeros e diversos suportes (mídias). Portanto, a proposta de leitura na escola pretende estudar como os gêneros diversos (escritos e falados) que circulam na escola podem explicar a práxis escolar, podem apontar caminhos para a escolha da escola por outra práxis, contribuindo para uma visão mais crítica de seus sujeitos, facilitando as transformações de várias ordens que o coletivo almeja.

Os dados fornecidos pelo IPARDES, os resultados parciais da FECILCAM com o Programa de Extensão de Formação Continuada de Educadores, que vem sendo desenvolvido com os professores das escolas da Rede Estadual de Ensino de Campo Mourão, as conversas com alunos estagiários e as primeiras conversas com os sujeitos da Escola Estadual “Machado de Assis” de Barbosa Ferraz e da Escola Estadual do distrito de Ourilândia valeram algumas reflexões para a delimitação da temática:

- A escola desenvolve ações sociais e políticas, estendendo seu processo educativo às instâncias carentes? Como são feitas? Como essas ações são compreendidas (lidas) pela escola e comunidade externa? Que efeitos produzem nas famílias dos estudantes e na sociedade local?
- Como a escola participa de políticas para a solução do analfabetismo da comunidade municipal? Como contribuir para melhorar o IDH-M?
- Como a escola lê (interpreta, avalia, reflete) a questão da evasão, da repetência, do analfabetismo? Quais são os índices e como são explicados?
- Como a escola aborda as questões que tocam o jovem e adolescente: sexualidade e gravidez, drogas, perspectivas para o trabalho?
- Como os familiares, autoridades, entidades de classes, órgãos diversos participam do processo educativo dos alunos? Como têm acesso à escola?
- Como a escola estende seu trabalho educativo aos familiares da comunidade escolar? Discussões sobre o analfabetismo (Escola de pais), envelhecimento (3ª idade), desenvolvimento sócio-econômico (IDH-M), natalidade entre outros?
- Que mídias e gêneros textuais/discursivos orais e escritos circulam numa escola de um município que integra a lista de municípios com baixo IDH-M, conforme estudo do IPARDES? Circulam livros (literários, científicos, outros), jornais, revistas, documentos políticos, manuais de leis, cartazes, murais, mapas, telas, fotografias, gráficos, filmes, trabalhos de alunos, eventos tais como: conferências, debates, seminários, plenárias, reuniões, grupos de estudo, evento religioso, festas, gincanas, mostras, concursos, *folders*; avaliações, produções dos alunos, artigos, entre outros?
- Como são lidos os textos/discursos nas diversas disciplinas, ou seja, como são abordadas suas temáticas do ponto de vista da informação que veiculam, do ponto de vista social, político, ideológico? Enfim, como é feita a leitura nas aulas de português, de geografia, de história, matemática e outras?
- Como são lidas (avaliadas, refletidas) as atividades coletivas: conselho de classe, semana pedagógica, elaboração do projeto político pedagógico da escola, o planejamento curricular das disciplinas e outros, e que efeitos produzem na prática escolar, na transformação do conhecimento da comunidade escolar e externa?

- Como essa pesquisa poderá, no seu processo e resultados, organizar transformações na práxis escolar e esta produzir efeitos na comunidade externa, para propor políticas sociais?

Essas indagações deram lugar aos objetivos que organizaram os planos de trabalho de três equipes constituídas de dois estagiários graduandos, um egresso e um docente orientador.

Consideramos a proposta como sendo de formação-pesquisa, porque o processo de *pesquisa-ação* (pesquisa social) compreende, concomitantemente, o tempo de estudo e o de ação, e os conhecimentos que serão produzidos nesse processo serão “transformativos”, isto é, de reflexão para mudança, para apresentar, sobretudo, propostas políticas que auxiliem a comunidade. As instâncias envolvidas na pesquisa examinarão a escola e seu entorno com outro olhar, aprofundarão certos conhecimentos e esses processos refletirão no trabalho e realidade de todos: do docente dos cursos de formação da FECILCAM, dos docentes das escolas do ensino básico, dos alunos dessas escolas, do profissional egresso.

Importante sublinhar que se trata de uma proposta *multi/interdisciplinar*, porque as várias instâncias da comunidade escolar e as diferentes áreas do conhecimento serão chamadas a participar dessa leitura plural. A escola não pode ser hermética, não pode ter paredes internas (em sua estrutura político-pedagógica) e externas (em relação à sociedade) para as discussões que afligem seus sujeitos e a comunidade externa. Nesse sentido, os problemas econômicos e sociais da comunidade interna e externa precisam ser estudados (lidos). Impossível negar que a questão econômica reflete em outras questões: cultura, educação, cidadania, saúde, meio ambiente, saneamento básico, moradia, lazer, outros. O enfrentamento dos problemas por meio de discussões, de reflexões (leituras) é que permitirão à comunidade em geral encontrar e escolher caminhos para melhorar suas condições econômicas, exigindo, por exemplo, políticas públicas que transformem a realidade econômica e social do(s) município(s). E, para essa leitura multi/interdisciplinar, é fundamental contar com os conhecimentos das várias disciplinas, dos colegas profissionais das outras licenciaturas da FECILCAM, das demais ciências humanas, das ciências aplicadas, subsidiando assim essa proposta de caráter social.

Como resultado, vale repisar que o projeto deverá possibilitar o exame (leitura) da realidade sócio-histórica da escola e seu trabalho e, por extensão, do município de Barbosa Ferraz e do distrito de Ourilândia para encontrar formas de transformar, de intervir nas suas condições e práxis educativas, colaborando para a implementação de ações que tenham continuidade e que colaborem na elevação do IDH-M. As situações pesquisadas deverão trazer contribuições para todos os envolvidos no

projeto: FECILCAM – os cursos de licenciaturas, os professores orientadores, os acadêmicos estagiários, os egressos – e para a comunidade da Educação Básica e sociedade de Barbosa Ferraz e Ourilândia.

Está estabelecido o compromisso de socializar os resultados parcial(is) e final da pesquisa, na forma de relatórios, artigos e propostas político-sociais na comunidade escolar pesquisada, na comunidade externa de Barbosa Ferraz e Ourilândia, na FECILCAM e Campo Mourão, nos eventos promovidos pela SETI e em eventos de natureza científica promovidos por IES e outros eventos.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

MINI-CURSOS

UTILIZAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS EM ESTUDOS AMBIENTAIS E SUA APLICAÇÃO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Me. Cristian Coelho Silva, Ciências Florestais e Ambientais, UFAM – Universidade Federal do Amazonas, cristian_coelho@yahoo.com.br

Resumo: A utilização de geotecnologias como o sensoriamento remoto e o geoprocessamento, auxilia em análises e interpretações da paisagem possibilitando tomadas de decisão para estabelecer as possíveis causas de degradação e/ou sustentabilidade de áreas urbanas, naturais e alteradas, facilitando na elaboração de projetos e estudos voltados às questões ambientais. Entretanto este trabalho pretende, além de figurar uma ferramenta prática de estudo, estimular o aprendizado utilizando as teorias e técnicas desenvolvidas pela tecnologia de geoprocessamento no aperfeiçoamento do ensino na educação ambiental, tão pouco vinculadas à realidade da sociedade e tão afastadas das tecnologias emergentes.

Palavras-chave: geotecnologias; estudos ambientais; ensino.

Os avanços tecnológicos modificaram a forma de análise dos fenômenos que ocorrem na superfície terrestre, tanto de natureza física como de ordem social, econômica e ambiental, na medida em que se pode, através de sua utilização, observar e analisar cada vez mais objetivamente os efeitos da intervenção humana no planeta.

O desenvolvimento de sistemas de computação gráfica e de tratamento de imagens digitais fez com que, nas áreas vinculadas especialmente à Cartografia e à Geografia, entre outras, as tarefas antes realizadas manualmente passassem a ser totalmente automatizadas. Tais sistemas, os SIGs (sistemas de informação geográfica), buscam, de uma forma geral, analisar as informações de caráter geográfico armazenadas em um banco de dados construído especialmente para este fim. Através dele é feita a aquisição, armazenagem, combinação, análise e recuperação de dados geocodificados (EASTMAN, 1995).

O processo de globalização, aliado e impulsionado pela revolução técnico-científica, disponibilizou um arsenal de produtos que permitem a aquisição de representações cartográficas cada vez mais aprimoradas em técnica e exatidão.

As diversas aplicações das geotecnologias incluem segmentos como:

- Agricultura;
- Defesa;
- Setor energético;
- Planejamento urbano;
- Planejamento turístico;

- Saneamento;
- Florestas;
- Planejamento ambiental.

A coleta de dados de uma área, a edição de mapas digitais complexos e o cruzamento de informações espaciais se tornaram tarefas fáceis e rápidas de serem realizadas, isso graças a associação das ciências matemática e computacional com a ciência geográfica (LEITE & ROSA, 2006). No entanto, embora venham a ser utilizados de maneira abrangente em diversos estudos, ainda permanece restrita no que se diz respeito a aplicabilidade destes recursos pela sociedade em geral, principalmente como ferramenta de difusão de conhecimento.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) através de seu site na internet disponibiliza um grande banco de dados de imagens digitais do Brasil dos satélites LANDSAT 1,2,3 e CBERS 2 gratuitamente, exigindo somente que os usuários façam um cadastro para ter acesso as imagens. Este catálogo de imagens permite a sociedade em geral obter produtos derivados do sensoriamento remoto.

O sensoriamento remoto tornou-se uma técnica útil para a compreensão, conscientização e busca de soluções para os problemas sócio-ambientais, pois a exploração das imagens de sensores remotos em diferentes escalas e resoluções espaciais e espectrais propicia um melhor entendimento das variações ambientais regionais e globais relacionadas com as ações antropogênicas. Conseqüentemente, o uso escolar do sensoriamento remoto facilita tanto o estudo do espaço geográfico e do meio ambiente como a prática da interdisciplinaridade (FLORENZANO, 2002).

A facilidade de acesso à imagens de satélite permite que sejam realizados diversos estudos ambientais pois a boa resolução espacial permite observar muitas alterações físicas da cobertura terrestre. Estas imagens associadas a um SIG, permitem classificar as áreas de interesse e obter dados mais específicos das regiões estudadas, como bacias hidrográficas, sistema de culturas, áreas de preservação, Unidades de Conservação e seu entorno, desmatamentos, queimadas, etc.

Nos últimos anos diversos organismos internacionais, agências espaciais, e educadores, têm verificado a importância de disseminar as técnicas de sensoriamento remoto para professores e alunos do ensino fundamental e médio, pois a imagem de satélite é mais um recurso didático que vêm a contribuir para a compreensão da inter-relação entre o meio ambiente e o ser humano, favorecendo a conscientização dos alunos quanto à importância da preservação de nosso planeta (MORAES & FLORENZANO, 2005).

Assim o objetivo principal deste trabalho é estimular a utilização de geotecnologias, com auxílio das diversas outras tecnologias

disponíveis, permitindo aproximar estudos vinculados à análise ambiental que quantifiquem os fatores envolvidos na alteração da paisagem como uma ferramenta didática no ensino da educação ambiental para os diferentes níveis escolares e acadêmicos, buscando novas opções em envolver mais a sociedade com o seu cotidiano e com as tecnologias emergentes.

A metodologia utilizada propõe atividades práticas com o uso de imagens digitais de satélites em diferentes áreas de interesse e datas, o que possibilita avaliar as alterações temporais de cada área de estudada. Para coleta de dados em campo, como coordenadas geográficas, envolve o uso do GPS (Sistema de Posicionamento Global), tornando possível localizar, visualizar e identificar os diferentes tipos de cobertura do solo que compõe a paisagem, possibilitando classificar pontos críticos como: áreas de interesse ambiental, áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, áreas degradadas, áreas urbanas e produção agrícola, etc.

Material utilizado:

- Imagens LANDSAT e CBERS 2 sensor CCD;
- GPS (Sistema de Posicionamento Global);
- Bússola;
- Computador 1.4 GHz 256Mb memória;
- Softwares: Spring, ArcView3.2 ou 3.3, Google earth, Word Wind/NASA;
- Conexão com internet.

O programa está voltado para o conhecimento das ferramentas tecnológicas de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica, buscando aproximar os participantes das tecnologias disponíveis e suas utilizações em estudos ambientais bem como suas diversas aplicações, podendo citar:

- Fundamentos e aplicações do Sensoriamento Remoto;
- Fundamento e aplicações de Sistema de Informação Geográfica;
- Uso de imagens do satélite sino-brasileiro;
- Utilização de imagens em estudos ambientais;
- Aquisição de Imagem de satélite;
- Interpretação de imagens de satélite;
- Utilização de GPS (atividade prática);
- Identificação de componentes de paisagem em uma imagem de satélite (atividade prática);
- Sensoriamento remoto na educação e orientação para projetos escolares.

Contudo, a aplicação destas ferramentas procura aproximar a tecnologia espacial visando trabalhar na resolução de problemas sócio-ambientais, permitindo descobrir formas criativas na elaboração de

projetos voltados para o uso de geotecnologias no estudo do meio ambiente. Assim proporcionando um censo crítico que permita desenvolver em suas atividades, a capacitação de grupos sociais preocupados com seu espaço e a alteração da paisagem, avaliando os problemas ecológicos e sociais no papel de agente integrante e transformador do meio ambiente.

Referências

EASTMAN, J. R. **Idrisi for windows version 1.0**. Worcester, Massachusetts: Clark University Graduate School of Geography.. May, 1995.

EASTMAN, J. R. **Idrisi - Exercícios Tutoriais**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

FLORENZANO, T.G. **Imagens de satélite pa estudos ambientais**. São Paulo, Oficinas de textos, 97p., 2002.

LEITE; M. E. ROSA; R. Geografia e Geotecnologias no estudo urbano. **Caminhos da geografia – revista on-line**. Instituto de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG.

MORAES; E. C. FLORENZANO; T. G. **Uso escolar de sensoriamento remoto no estudo do meio ambiente: Curso de capacitação de professores do ensino fundamental e médio**. Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 1321-1327.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental, Brasília, 1998.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

Ana Makohim Kozelinski, anamakohimk@bol.com.br
Me. Áurea Andrade Viana de Andrade, Geografia, FECILCAM,
aavandrade@fecilcam.br

Resumo: O mini-curso é o resultado de uma experiência pedagógica na disciplina de geografia desenvolvida com os alunos da 8ª série do Colégio Estadual Ivone Soares Castanharo. Nesta buscou-se como fundamento teórico-metodológico a Geografia Cultural, uma vez que as sociedades deixam suas marcas na paisagem fato que possibilita conhecer por meio de suas manifestações culturais e religiosas os significados dessas relações com o espaço. A metodologia utilizada foi essencial para a interpretação do espaço vivido, ‘experenciado’ pelos educandos.

Palavras-chave: Geografia Cultural; Prática de ensino; Espaço.

Pretendemos neste trabalho realizar uma experiência pedagógica desenvolvida com os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Professora Ivone Soares Castanharo no Jardim Tropical I no Município de Campo Mourão, Paraná.

Neste estudo, foi contemplada a Geografia Cultural – conteúdo estruturante da educação básica das Diretrizes Curriculares do Paraná, possibilitando entender “como e porque os seres humanos modificam os espaços em que habitam” (KAERCHER, p.12. 1999), permeando as reflexões pelo viés cultural.

Conforme (FERRETI, 2006), a Geografia Cultural apresenta-se como experiência do ser humano nas suas relações com a natureza e o ambiente. Estuda a maneira que o ser humano se apropria e transforma o espaço para responder as suas necessidades, seus gostos e as suas aspirações, bem como compreender os sentidos ou significados que o ser humano e a sociedade dão a sua relação com o espaço.

Diante disso, a ação de um grupo materializado e reproduzido constantemente no espaço, muitas vezes de forma inconsciente, conduz a refletir sobre a diversidade e complexidade cultural. Este amplo universo de símbolos passa a ser contemplados por novos atributos e novos olhares, permitindo descobrir novos significados no espaço social. De acordo com Corrêa (Apud CLAVAL, 2003.p.173):

Porque os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não descobrem neles as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a ele os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem nele os mesmos sentimentos e mesma afetividade?

No entanto, não podemos classificar a cultura só pela etnicidade, pois não é um fator determinante das justificativas, das relações sociais no espaço geográfico. Entretanto, a cultura dominante não permite a etnicidade resistir. Então, optou-se trabalhar a cultura como mediadora e as relações entre o homem e a natureza, resultantes no espaço.

Para compreender as diferentes sociedades é necessário [...] “um olhar interdisciplinar, um olhar que procura se deslocar para apreender o objeto sobre perspectivas diferentes” (CAVALCANTI, 2002, p.130).

Nesse sentido, refletimos sobre alguns grupos que deixaram as suas marcas impregnadas na paisagem possibilitando conhecer por meio

de suas manifestações culturais e religiosas os significados destas relações com o espaço.

Para a realização desta prática pedagógica, os estudantes foram motivados e instigados a refletirem sobre a imagem de Cândido Portinari (Os retirantes, 1944). E fragmentos da Poesia Morte e Vida Severina de João Cabral de Mello Neto. Que apresentam os personagens com aspecto cadavérico, terra árida, os saberes, técnicas, crenças; a morte de uma classe social, bem como, refletimos sobre a cultura dominante e a cultura de resistência.

De acordo com a definição de Cosgrove (In: CORRÊA 1998. p.111),

Cultura Dominante é a de um grupo com poder sobre os outros [...] cuja dominação sobre outros esta baseada objetivamente no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias primas e força de trabalho. No final são eles que determinam de acordo com os seus próprios valores a alocação do excedente social produzido por toda a comunidade. Seu poder é mantido e reproduzido [...]

No entanto, este tema foi tratado pedagogicamente com base nas categorias de análise: relações espaços–temporais, relações sociedade–natureza, e as relações de poder. Este estudo contemplou relações mais amplas: o próximo e o distante no tempo e no espaço, com enfoque histórico e relacional. Procurando compreender, como um determinado grupo social interfere na natureza; como um fenômeno natural afeta a vida e as organizações sociais, políticas e econômicas das sociedades.

Para ilustrar estas reflexões assistimos ao filme “Sonho” de Akira Kurosawa (8º sonho, Aldeia dos Moinhos de Água). Retrata o choque entre duas culturas, o Japão Ocidental, com padrões de vida moderna, consumista, com alta tecnologia... em contra partida, os aldeões apresentam uma relação muito próxima com a natureza, e ao mesmo tempo, uma relação muito estreita entre o espaço para o sagrado e o profano.

Percebemos neste filme que os saberes, técnicas e crenças foram traduzidas em representações e práticas aos quais davam sentido à vida daquela aldeia. Talvez não seja necessário entender a cultura do outro, porém, e preciso conhecer para poder respeitá-la.

Estudar a dinâmica cultural é uma abstração, se não considerarmos as classes que as compõem, seus conflitos e suas relações sociais. Diante disso, foi elaborado um roteiro (entrevista) a fim de conhecer não só a origem étnica dos alunos, mas como eles vivem os mesmos espaços e o percebem de modo diferente.

Após a coleta de dados com os alunos do período matutino do Colégio Estadual Professora Ivone Soares Castanharo, foram elaborados gráficos com os resultados obtidos, possibilitando a compreensão de suas raízes culturais e o entendimento de algumas manifestações e prática cultural.

Em virtude de co-existirem alunos descendentes de imigrantes, houve a necessidade de se estudar os vários grupos étnicos culturais no Estado do Paraná. No entanto este estudo possibilitou recortes espaciais, buscando compreender as transformações ocorridas na paisagem e o surgimento de novas dinâmicas espaciais, lembrando que “a diversidade cultural não se restringe, assim, às consagradas diferenças raciais, étnicas, lingüísticas ou religiosas” (CORRÊA, 2003. p. 170).

No decorrer das aulas, os conteúdos foram sempre revisados, possibilitando ao aluno construir os conceitos relacionados à dinâmica cultural e demográfica superando o senso comum e avaliando este movimento integrante deste espaço geográfico. Desta maneira, nos lembra (ALMEIDA, 1991.p. 86), que; “no desenvolvimento do trabalho, o aluno precisa aprender a observar, a coligir dados, a compará-los e a classificá-los, a estabelecer generalizações e inferir explicações.”.

Considerando a complexidade deste tema, houve a necessidade de organizar os alunos em grupo, atribuindo-os, uma etnia do Estado do Paraná. Os integrantes do grupo realizaram uma pesquisa, tendo por base, as seguintes orientações: A História da Imigração; de onde vieram, porque vieram, onde se estabeleceram a cultura material e imaterial desta etnia. Após, os grupos foram motivados a construir maquetes permeando a arquitetura, organização espacial e as marcas impregnadas na paisagem.

Os resultados da pesquisa mostraram que os educandos não tinham suficiente conhecimento de sua cultura, não dando importância. Consideravam algo sem valor, onde muitos tinham preconceitos pela cor, pela cultura, por hábitos alimentares, a língua, costumes, tradições, religião, e outras.

Para socializar este conhecimento, o Colégio valorizou o trabalho dos alunos, tendo uma estreita relação com a comunidade. Percebeu-se que havia espaço para a participação dos pais nas atividades escolares. Assim, os alunos expuseram seus trabalhos, mediante explicações, proporcionaram aos visitantes a degustação de alguns alimentos típicos.

Dessa forma, os estudantes conseguiram fazer uma interpretação da realidade percebendo traços e valores, nos quais eles são também sujeitos sociais, históricos, inseridos num contexto social e econômico, que faz a história individual e coletiva. Sendo assim, perceberam que é possível tornar-se agentes transformadores da realidade, onde vivem e atuam.

Referências

- ALMEIDA, Rosângela D. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. **Terra Livre**. São Paulo: GB, n. 8, p. 83-90, 1991.
- CAVALCANTI, L. de S. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: Ed. Da UFG, v.22 n. 2, p. 123-136, 2002.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1988.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FERRETTI, O. **A Geografia Cultural e o Educador**. Apostila de Estudo fornecida pela SEED do Paraná, II Simpósio de Geografia. Faxinal do Céu, Pr. 2006.
- KAERCHER, N. **A Geografia é o nosso dia-a-dia**. In: CASTROGIOVANNI (org.). Geografia em sala de aula. Praticas e reflexões, RS: Ed. UFRGS/AGB, 1999.

HENRI BERGSON (1859-1941): A TEORIA DA EVOLUÇÃO EM UMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA

Dr^a. Eloisa Silva de Paula Parolin, Ciências Sociais, FECILCAM,
eloisaparolin@gmail.com

Resumo: A Teoria da Evolução tem sido exaustivamente estudada nos últimos sessenta anos, em boa medida este fato é resultado, entre outros fatores, do desenvolvimento da Genética e do esforço de vários cientistas em construir a “síntese evolucionista”. Entretanto, poucas abordagens em torno do conceito da Evolução foram tão originais quanto a apresentada pelo filósofo francês Henri Bergson em 1907. Este mini-curso tem como objetivo principal apresentar algumas reflexões iniciais sobre a construção do conceito de Evolução na filosofia bergsoniana, por meio de uma análise das três primeiras obras do filósofo: Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência (1889), Matéria e Memória (1896), e a Evolução Criadora (1907).

Palavras-chave: Duração; elã vital; cosmologia.

A Teoria da Evolução, tal como fora apresentada por Charles Darwin pela primeira vez 1859, suscitou na sociedade europeia de uma forma geral, um conjunto muito distinto de críticas. A mais contundente oposição ao evolucionismo darwinista viria a ser construída por representantes dos diferentes segmentos religiosos, enquanto no meio

acadêmico, a maior parte dos cientistas apoiaria as novas idéias propostas pelo naturalista inglês, mesmo antes de sua morte (FREIRE-MAIA, 1988, p.51).

Nos anos posteriores ao aparecimento da *Origem das Espécies*, a Evolução tornou-se matéria de reflexão entre as diferentes áreas do conhecimento. Ainda no século XIX, naturalistas, psicólogos, sociólogos e filósofos debruçaram-se sobre o tema em suas pesquisas, esforçando-se para elaborar novas abordagens que permitissem compreender as implicações da Teoria Evolutiva em suas áreas. Entretanto, é na filosofia do francês Henri-Louis Bergson, que o conceito de Evolução encontraria um espaço profundamente inovador para ser desenvolvido.

Bergson nasceu na cidade de Paris em 1859, curiosamente no mesmo ano em que a polêmica obra de Darwin fora publicada, e, a despeito de ser considerado por alguns historiadores da Filosofia, como Émile Bréhier (2004, p. 1627), um herdeiro do “positivismo espiritualista” de Lachelier e Boutroux, o filósofo seria reconhecido por outros, como o “Heráclito moderno”, cujas obras dotadas de um vigor original foram anexadas ao Index Prohibitorum da igreja Católica em 1914 (WHITROW, 1993, p.192).

Percorrer o itinerário traçado pelo filósofo em seus trabalhos iniciais, sobretudo, aqueles que antecedem *A Evolução Criadora* (1907), exige-nos mais do que a percepção do texto filosófico como “um conjunto móvel, animado por um movimento interno, que desenrola um feixe de virtualidades discursivas segundo regras e modalidades que podemos explicitar e analisar” (COSSUTTA, 2001, p.6); força-nos a um trabalho de desconstrução histórica, rompendo os limites do produto aparentemente final, para, voltando-se sobre sua edificação, buscar reconhecer nela todos os elementos que a compuseram, seus tijolos e argamassas, ferros retorcidos e mesmo no material de acabamento, identificar aqueles a quem o autor deveu em grande parte a elaboração de suas reflexões.

Nesse sentido, a compreensão do percurso que nos conduz dos *Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência* (1889), passando por *Matéria e Memória* (1896), até alcançarmos a *Evolução Criadora* (1907), é indispensável no esforço de reconstituirmos a gênese e o desenvolvimento do conceito de Evolução na filosofia bergsoniana. Filosofia que neste período inicial, apresenta a crítica do autor às ciências positivas, em especial às abordagens mecanicistas da natureza, que buscavam explicar a vida tomando como referência os mesmos critérios adotados para a matéria inerte (BERGSON, 2005, p.213-214).

Esta crítica bergsoniana reclama uma verdadeira “reforma do entendimento – todas as dimensões do saber deverão sofrer uma reformulação radical” (PRADO JR, 1988, p.166), pois para Bergson os “quadros” da inteligência, do pensamento, são estreitos demais para

abarcam a vida como duração, como fluxo incessante, como criação contínua (BERGSON, 2005, p.X).

A vida em seu processo constante de criação, só pode ser claramente compreendida se recorrermos à intuição, que em Bergson se constitui também em um método: “o método do bergsonismo” (DELEUZE, 1999, p.7):

De fato, na humanidade de que fazemos parte, a intuição é quase que completamente sacrificada à inteligência. Parece que a consciência tenha preciso esgotar o melhor de sua força em conquistar a matéria e em reconquistar-se a si própria. Essa conquista, nas condições particulares em que se deu, exigia que a consciência se adaptasse aos hábitos da matéria e concentrasse toda sua atenção neles, enfim, que se determinasse mais precisamente em inteligência (BERGSON, 2005, p.290).

A inteligência fora “modelada” no processo evolutivo da vida para atender às exigências da ação, permitir ao ser vivo responder ao meio físico, “prever” as situações que seriam enfrentadas em suas relações com ele (BERGSON, 2005, p.32), contudo, somente a intuição é capaz de penetrar a duração, somente a intuição nos “conduzirá ao interior da vida” (REALE; ANTISERI, 2006, p.355).

A duração é o componente próprio do ser, o sentimento da duração que experienciamos não é senão, o da “coincidência de nosso eu consigo mesmo”, o aprofundamento deste sentimento e paralelamente a completude desta coincidência, permite à vida “absorver” a intelectualidade, e assim superá-la (BERGSON, 2005, p.218).

A duração, como fora teorizada por Bergson, permitiu uma nova forma de filosofia da natureza; ao “pensar todas as coisas” sob o prisma deste movimento ininterrupto de auto-criação, o “filósofo compreende a duração como o próprio ser da natureza” (VIEILLARD-BARON, 2004, p.11-18).

A Teoria da Evolução Criadora, como uma crítica ao evolucionismo mecanicista de Spencer, inaugura a cosmologia bergsoniana – uma nova teoria capaz de dar conta do movimento de constante fazer-se tão próprio da evolução da vida; e concomitantemente explicita a trajetória descrita pela consciência em seu desenvolvimento inicial (PRADO JR, 1988, p. 170). Em tal teoria os conceitos de vida e matéria não são mais antagônicos, antes são as expressões: interdependência, unidade indissociável da duração, auto-criação, que vêm substituir a realidade fragmentada pelas ciências positivas, por uma realidade na qual todos os seres vivos e não-vivos possuem uma relação íntima, cuja solidariedade

se inscreve no conceito de elã (impulso) vital, pois nesta realidade todos os seres vivos compartilham de um mesmo elã originário.

Este elã original do qual os seres vivos participam é o responsável por empurrar a vida em direção a “formas cada vez mais complexas”, fenômeno perceptível “em um simples lance de olhos nas espécies fósseis”; não se trata de rejeitar a idéia de adaptação – diz-nos o filósofo francês – mas de conhecer os seus limites: “a adaptação explica as sinuosidades do movimento evolutivo, mas não as direções gerais do movimento, muito menos o próprio movimento”(BERGSON, 2005, p.111-112). Na expressão de Maria Luiza Landin (2001, p.187), em função da vida “emergir” da duração, todos os “seres naturais” possuem por consequência, um “parentesco ontológico”.

O processo rumo à complexificação da espécie humana, descreve na história da vida, a libertação da consciência frente ao “esmagamento” proporcionado pela matéria (BERGSON, 2005, p.286); a consciência nos demais seres vivos, sobretudo entre os outros animais, mesmo englobando um “campo enorme”, ainda permanece “comprimida por uma espécie de prensa”, representada neste caso pelo nível de organização e complexidade do sistema nervoso (BERGSON, 2005, p.194).

Assim, em a Evolução Criadora, o filósofo francês não estabeleceu uma cisão entre a realidade e o sujeito-que-conhece, ou entre matéria e vida, antes, foi um crítico dos modelos de entendimento dominantes nas ciências da vida que tratavam o fenômeno vital dentro dos moldes “estreitos” do mecanicismo e do finalismo; como nos diz Reale e Antiseri (2006, p. 349): Bergson “foi o teórico da fidelidade a uma realidade não reduzida nem distorcida nos estreitos ‘fatos’ dos positivistas, mas aberta para a dimensão do espírito”.

Em um sentido mais amplo, a dialética bergsoniana inaugura ainda a percepção da indissociabilidade entre todos os seres vivos, o princípio vital de cada indivíduo é “solidário” ao de seus ancestrais, e, no processo evolutivo esta solidariedade se expandiu às outras formas de organização vital que se destacaram, permanecendo “unido por liames invisíveis à totalidade dos seres vivos” (BERGSON, 2005, p.47).

Referências

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 398p.

BRÉHIER, Émile. Le spiritualisme d’Henri Bergson. In: **Histoire de la philosophie**. Paris: PUF, 2004. pp.1625-1635.

COSSUTTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 258p.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999. 141p.

FREIRE-MAIA, Newton. **De Darwin à teoria sintética**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 415p.

LANDIN, Maria Luiza P. F. **Ética e natureza no pensamento de Bergson**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2001. 228p.

PRADO JÚNIOR, Bento. Consciência humana e consciência co-extensiva à vida. In: **Presença e campo transcendental**. Consciência e negatividade na filosofia de Bergson. São Paulo: Edusp, 1988. p.163-202.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. Espiritualismo, novas teologias e neo-escolástica. In: **História da filosofia**. De Nietzsche à escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006. p. 335-361.

VIEILLARD-BARON, Jean-Louis (COORD.). **Bergson**. La durée e la nature. Paris: PUF, 2004. 167p.

WHITROW, G.J. **O tempo na história**. Concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 242p.

PRÁXIS E CONSCIENTIZAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Sandra Garcia Neves, Pedagogia, FECILCAM,
sandragarcianeves@bol.com.br

Resumo: O objetivo da educação é a humanização do homem enquanto ser político, social e cultural. Esta realidade impõe a necessidade contínua de educação que deve ser abordada não somente nos critérios práticos, mas também teóricos considerando-a uma construção histórica de saberes ao longo dos tempos. Assim, como unidade entre teoria-prática existente em todo o fazer humano, a educação deve ser carregada de significados, para que assim, contribua com a construção cidadã dos sujeitos conscientes de seu existir e fazer-se, cada vez mais humanos.

Palavras-chave: Conscientização; Práxis; Humanização.

A prática pedagógica tem sido desde muitos anos, foco da atenção de renomados educadores, filósofos e de “intelectuais” que julgam possuir a capacidade de discutir e questionar a chamada “práxis pedagógica”. Importa, contudo, distinguir ambos os aspectos: qual é realmente a práxis pedagógica buscada e quais são os intelectuais orgânicos que fazem estudo sistematizado e coerente com o verdadeiro significado deste termo.

Servindo-se destas considerações preliminares, este estudo trata deste termo filosófico e pedagógico, destacando sua contribuição à conscientização do sujeito. A questão que norteia este estudo é: como é possível realizar uma práxis pedagógica que contribua com a formação de sujeitos conscientes seja no âmbito social ou educacional?

O termo “práxis” implica teoria e prática, deste modo, considerando-se que o homem se faz por sua prática e por sua reflexão, a abordagem deste tema será a do materialismo histórico-dialético com o método de procedimento histórico.

Assim, para esclarecer melhor este termo, faz-se uma referência à Vasquez (1977, p. 3) que define a práxis como a “atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano”. Essa transformação é também um ato criador. Assim, o homem “cria para adaptar-se a novas situações ou para satisfazer novas necessidades”.

Neste construir-se historicamente “a conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato ação-reflexão” conforme salienta Freire (2001, p. 30). Ele considera a práxis uma unidade dialética que constitui a maneira de ser ou transformar o mundo que caracteriza os homens. Esta percepção o leva a crer que “a conscientização é um compromisso histórico”. Significa que a conscientização é uma consciência histórica, ou seja, uma “inserção crítica na história” implica que os homens sejam sujeitos do processo de fazer e refazer o mundo.

Para este pedagogo a conscientização baseia-se na relação consciência-mundo. Este processo de conscientizar-se envolve a criação de uma nova realidade, pois, a consciência crítica implica uma constante ação e reflexão, o repensar e refazer constante. Isto significa que “a conscientização, que se apresenta como um processo num determinado momento, deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil” (FREIRE, 2001, p. 31).

Deste modo, a educação deve estar adaptada ao fim último que persegue, quer dizer, permitir ao homem tornar-se sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer relações de reciprocidade com outros homens, no seu fazer a cultura e a história. Freire (2006, p. 17) considera que “é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis”.

Se nesse fazer e refazer-se, a práxis tem como característica a aquisição da autonomia pessoal, importa que essa autonomia não seja buscada somente nas instituições escolares, partidos políticos ou qualquer outro, mas, se configure como uma possibilidade constante e não limitada dos indivíduos tornarem-se “verdadeiros cidadãos autônomos” nos vários âmbitos individuais e coletivos dos quais participa.

Limitar a educação ao campo institucional em que os indivíduos “têm idade” e “local” para “receber educação”, dificulta quando não deturpa o sentido de práxis. Se esta for pensada como esclarecem Marx e Engels

(s/a, p. 26) “o homem se faz e se transforma ao transformar o mundo” ver-se-á que é preciso possibilitar aos homens a percepção de inacabados e que, por isso, em constante fazer-se, transformar-se, conscientizar-se.

Disto depreende-se a idéia de que para se “fazer humano”, o homem precisa ser agente de seu desenvolvimento de sua própria autonomia. Neste sentido, é imperativo encarar a práxis como um processo indeterminado em que os indivíduos encontram-se num fazer-se cada vez mais humano. Não de maneira alienada, mas, consciente.

Justifica-se tal proposta quando se toma a sociedade brasileira caracterizada por inúmeras práticas alienantes: na escola a transmissão e assimilação de conteúdos descontextualizados; na empresa, trabalho mecânico e rotineiro; na igreja, “fé” cega e desesperançada; na comunidade, desinteresse e comodismo; na mídia, idéias supérfluas tratadas de modo superficial, entre outras.

Diante do exposto, acredita-se que é possível agir de maneira “práxica”, ou seja, é possível ter um compromisso verdadeiro com a realidade e com os homens concretos que nela estão com ação e visão crítica sobre a realidade em que se encontram. Contudo, não será com ações desconectas e incidindo sobre partes isoladas, mas, com ações conjuntas sobre a totalidade que será possível mudar as condições contextuais onde se encontram os sujeitos deste processo.

Freire (2006, p.16) salienta que “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. Daí ser capaz de inserir-se na luta pela conquista de condições mais humanas quanto ao construir-se cada vez mais humano, seja no campo social, educacional, profissional ou cultural.

Convém lembrar alguns autores que tratam desta necessidade de modificar a concepção de “educação humana” ou de “humanização” tais como Marx e Engels, Vasquez e Freire. Assim, identifica-se que há muito se tem discutido possibilidades e locais possíveis de “educar o homem”, contudo, a educação ocorre em todos os momentos e por isso, deve servir para toda a vida.

Referências

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, s/a.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.